

Zeny Duarte  
José Carlos Sales dos Santos  
Salim Silva Souza  
Organizadores

# DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

perspectivas integradoras de unidades  
de informação, documentação e cultura



Zeny Duarte  
José Carlos Sales dos Santos  
Salim Silva Souza  
Organizadores

# DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Perspectivas integradoras de unidades  
de informação, documentação e cultura



# Diálogos interdisciplinares

perspectivas integradoras de unidades de  
informação, documentação e cultura

Zeny Duarte  
José Carlos Sales dos Santos  
Salim Silva Souza  
Organizadores

## Editora Cultura & Informação © 2024

Editor: Esdras Renan Farias Dantas.

Capa: Hemerson Soares da Silva; Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota.

ISBN 978-65-85498-04-3

Doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10621173>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Responsável: Esdras Renan Farias Dantas

Bibliotecário CRB15-670

---

020

D537

Diálogos interdisciplinares : perspectivas integradoras de unidades de informação, documentação e cultura / Zeny Duarte, José Carlos Sales dos Santos, Salim Silva Souza, organizadores. – Fortaleza, CE : Cultura & Informação; Porto : FLUP/CITCEM 2024. 464 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-65-85498-04-3

Doi 10.5281/zenodo.10621173

1. Ciência da Informação. 2. Interdisciplinaridade. 3. Biblioteconomia. 4. Arquivologia. 5. Museologia. I. Título. II. Duarte, Zeny. III. Santos, José Carlos Sales dos. IV. Souza, Salim Silva.

---

Editora CI - Cultura & Informação

Rua Coronel Belo, 394, Fortaleza, CE, Brasil.

<https://editoraci.com.br>

**Editora Cultura e Informação  
Comitê Editorial e Conselho Científico**

Débora Adriano Sampaio  
Esdras Renan Farias Dantas  
Felipe Arthur Cordeiro Alves  
Gabrielle Francinne Tanus  
Guilhermina de Melo Terra  
Joana Coeli Ribeiro Garcia  
José Mauro Matheus Loureiro  
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque  
Mateus Lima Vieira  
Tatiana Falcão de Souza Fernandes



A obra está licenciada com a Licença Creative Commons BY-NC-SA (Atribuição - Não comercial - Compartilha igual).

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam o trabalho não comercialmente, contanto que eles creditem à Editora CI, autores e co-autores, e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.

Vide: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>.

Os originais submetidos para a publicação nesta obra foram apreciados por pareceristas *ad hoc*, especialistas nas respectivas áreas dos conteúdos dos textos.

Esta obra foi elaborada no quadro das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - UFBA e dos grupos de pesquisa: G-ACERVOS/CNPq/UFBA; LAPCI/CNPq/UFBA; GEPHIBES/CNPq/IFS.



Este livro também resultou de trabalho desenvolvido no quadro das atividades do Centro de Investigação transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM); FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020, DOI 10.54499/UIDB/04059/2020.



# APRESENTAÇÃO

A coletânea em tela denominada **Diálogos Interdisciplinares: perspectivas integradoras de unidades de informação, documentação e cultura**, constitui o resultado profícuo do encontro antológico de pesquisadores renomados do domínio da Ciência da Informação e campos do conhecimento correlatos das Ciências Sociais e Humanas do Brasil, de Portugal, da Espanha, de Cuba e demais países acerca de temas promissores e bastante discutidos e, porquê não endossar, aventado em discussões em centros de pesquisa de excelência.

Trata-se da percepção atinente à integralização das áreas da informação e da cultura, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, com demandas que circulam em diversas áreas do saber, para além das mencionadas, exigindo um debate real e necessário a transições de paradigmas que permeiam teorias, conceitos, assim como a formação profissional, a partir de revisão epistemológica cuidadosa. Trata-se, aqui, do real exercício da multi, inter e transdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade entre as áreas permite um diálogo entre as disciplinas, abrindo discussões relativas a determinado assunto, procurando estabelecer uma interação em algum nível entre elas. No entanto, para que essa relação ocorra de maneira coesa e adequada, é necessário que estudos sejam capazes de partilhar saberes, abandonem o conforto da linguagem técnica das áreas e aventurem-se em novas concepções teóricas e conceituais.

A patente interdisciplinaridade entre as mencionadas áreas é evidente e tem sido discutida em eventos nacionais e internacionais. O mais recente evento científico a tratar sobre essa temática foi sediado em terras portuguesas e ocorreu em novembro de 2022 denominado Encontro Internacional de Arquivos, Bibliotecas e Museus: do sincretismo à integração, organizado pela iniciativa em prol da internacionalização da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade do Porto (UPORTO).

A presente coletânea destina-se ao intercâmbio de conhecimento e ao *networking* entre pesquisadores e profissionais brasileiros, portugueses, espanhóis e demais países, que exercem atividades indiscutivelmente qualificadas em unidades de coleta, representação, organização, disseminação da informação, comunicação e cultura, como os arquivos, bibliotecas, centros de documentação, de memória e museus, sejam físicos ou virtuais.

Os 23 capítulos do livro, agora apresentados, discutem aspectos relacionados com a transdisciplinaridade na formação dos profissionais da informação e cultura, por meio de relatos direcionados a experiências de gestão e políticas conjuntas de arquivos, bibliotecas e museus; procurando perceber, em razão da insurgência de novas tecnologias, como está sendo desenvolvida a organização da informação nesses ambientes informacionais ao fomento do conhecimento. A coletânea também procurou promover o levante de questões orientadas aos impactos do futuro digital, ao desenvolvimento dos espaços supracitados, centros, lugares de memória, casas-museu e memoriais.

É mister lembrar que arquivos, bibliotecas e museus possuem corresponsabilidades no que se refere ao processo de organização da informação e do conhecimento, à divulgação e difusão científica, tecnológica, cultural e social, como também ao testemunho administrativo, jurídico e histórico, além, claro, de atender ao cidadão público em suas demandas pessoais e profissionais.

Assim, este livro propõe ainda discussões sobre a memória coletiva, espaços culturais e difusores da informação, tendo como alicerce as tecnologias da informação e da comunicação e a *web*, promovendo, com isso, a inovação impulsionadora à cooperação entre os constituídos espaços possuidores de ângulos de relacionamentos comuns.

Outrossim, o livro chama a atenção ao leitor para problematizações acerca do contexto digital introduzidas por meio de questões sobre mudanças de linguagens utilizadas em sistemas de dados, flexibilização e adaptações de procedimentos técnicos, produção e utilização das redes sociais, atenção para identificar incoerências informacionais, *fake news*, sistemas de computação cognitiva, cibercultura, sistemas inteligentes, robótica, inteligência coletiva, gestão de dados digitais, leis gerais de proteção de dados e outros fenômenos que envolvem o debate contemporâneo como a curadoria digital, pós-verdade, inclusão digital.

Pelo exposto, esperamos que esta obra estimule novos debates, reflexões e diálogos interdisciplinares abrindo mais espaço para perspectivas inovadoras e integradoras entre as áreas da informação e da cultura, a partir das experiências aqui publicadas e referentes às realidades dos países representados.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Zeny Duarte  
José Carlos Sales dos Santos  
Salim Silva Souza

# PREFÁCIO

A proposta deste livro intitulado **Diálogos Interdisciplinares: Perspectivas Integradoras de Unidades de Informação, Documentação e Cultura** é voltada à uma formação integrada às três vertentes institucionais ligadas aos assuntos relativos à sua formação, seja no âmbito acadêmico como no plano de ação cultural envolvendo agentes públicos e privados. Desta forma, esta obra apresenta olhares críticos debruçados sobre temas plurais, contribuindo de forma relevante para estudiosos, profissionais, pesquisadores e demais interessados, no âmbito nacional e internacionalmente.

Nesta coletânea, composta de vinte e três capítulos, apresentam-se temáticas fundamentadas em aspectos como: a) relevâncias e alcances da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos arquivos, bibliotecas e museus, abrangendo tanto a formação acadêmica quanto revisões teóricas, conceituais e a prática da organização e da preservação dos acervos; b) as conexões das bases de dados com a inteligência artificial e suas gestões no futuro; c) fundos documentais e casa-museus de pessoas proeminentes da cultura no Brasil, na Espanha e em Portugal; d) coexistência e confronto do museu presencial e o do museu virtual; e) utilização de plataformas digitais em arquivos, bibliotecas, museus, memoriais e demais unidades de informação e instituições da cultura portuguesas, brasileiros e norte-americanos; f) informação cultural abrangendo museus, acervos, centros de documentação.

Desde o primeiro capítulo este livro procura apresentar a área da Ciência da Informação (C.I.), em uma perspectiva integradora nos campos das ciências aplicadas, da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, examinando as possibilidades de oferta de uma formação integrada, partilhada e de um maior diálogo entre os profissionais da informação atuantes em diversos contextos das instituições de memória, utilizando para isso um apanhado histórico sobre arquivos, bibliotecas e museus, dinamizadores de objetos e da organização da informação e do conhecimento.

De olho no futuro, esta obra faz referência à Inteligência Artificial (IA), analisando as conexões entre as Humanidades Digitais, Ciência de Dados e C. I., refletindo sobre as estratégias políticas, experiências e resultados de pesquisas sobre a aplicação da IA na gestão de

unidades de informação e cultura, como arquivos, bibliotecas e museus, além de buscar possíveis inovações para os cursos de formação que se vinculam aos mencionados campos com o intuito de atualizar conteúdos e componentes curriculares em razão das demandas da era digital.

A era digital, fortemente presente na C.I, integra tendências, conceitos, paradigmas e desenvolve inovações terminológicas com base em atualizadas concepções, a exemplo do que cita um dos capítulos deste livro sobre a disciplina “Diplomática Arquivística”. Neste prisma, desenvolve estudos teóricos e analíticos sobre a diplomática, documentoscópica e grafoscópica de documentos digitais e não digitais, com revisões teóricas sobre documentos autênticos, autenticados, falsos e falsificados, bem como a definição de documentos digitais, virtuais, eletrônicos e digitalizados e autenticidade documental; a disciplina “Representação Temática”, tem aqui o seu lugar, tendo em vista as transformações digitais e suas consequências imediatas nas práticas dos vocabulários, assim como também a necessidade de reinterpretar as linguagens documentais, devido à complexidade tecnológica dos sistemas digitais.

Há destaque nesta obra sobre o tema base de dados com abordagens sobre novos paradigmas da informação e comunicação, exemplificando arquivos municipais portugueses enquanto espaços preparados ao contexto da gestão documental em plataformas digitais, à mediação da informação entre a instituição e o utilizador e ao formato aberto com a disponibilização do acervo arquivístico a partir do contexto digital. Apresenta a plataforma WEBSISMEDICOS como um relevante exemplo brasileiro que prima pela preservação digital, intercalando saberes sobre acervos documentais e memórias biobibliográficas de médicos-cultural, em ambiente digital, colaborativo e aberto.

No seguimento da linha de pesquisa preservação digital, tendo em vista o contexto atual com exponencial produção e consumo de informação e conteúdos digitais, compreende-se que essa área é especialmente relevante. Ao cumprimento do objetivo de assegurar a continuidade do patrimônio digital existente, esta obra aborda a busca dos museus em adequar suas estruturas internas de organização de atividades em interfaces digitais, apresentando modelo de sustentação de suas informações e repensando o tratamento de banco de dados iconográficos.

Mais adiante, apresentam-se estudos sobre a integração entre os campos da área de C.I. e a cultura, com exemplo sobre a organiza-

ção do Museu-Casa de Cultura Hermano José e vivências arquivísticas desenvolvidas no âmbito do mencionado Museu, espaço multidisciplinar destinado à conservação do patrimônio arquivístico, museológico e biblioteconômico, voltado à preservação do legado e da obra do artista plástico Hermano José. A criação do citado museu como instrumento de apoio à cultura, sobretudo no campo das artes plásticas, foi implementado levando em conta o pedido do artista de doar, ainda em vida, o seu acervo pessoal à Universidade Federal da Paraíba, com o desiderato de destiná-lo espaço público. Outro destaque, apresenta-se o Centro Cultural São Francisco, também de João Pessoa – Paraíba e o acervo azulejar, ações enquanto dimensões de mediação cultural em interface com o contexto sociocultural local, considerando o perfil histórico, artístico e patrimonial.

Nesse mesmo caminho, apresentam-se estudos sobre o uso de documentos de arquivo em exposições históricas, enfatizando a relação entre os museus e os arquivos judiciais, com destaque para uma recente exposição realizada no Museu do Judiciário Catarinense.

Da Espanha, é apresentada a Biblioteca do Patrimônio da Família Belmonte-Chico de Guzmán (BPF-BCG), com uma análise sobre gestão organizacional e a representação do conhecimento documental da Biblioteca e do arquivo familiar de cunho histórico e patrimonial, em uma perspectiva de análise multidisciplinar e interdisciplinar; esclarecendo que os trabalhos realizados nesse sentido receberam formulações separadamente, porém, sem nunca perder de vista o conjunto documental ao qual pertencem.

Dois exemplos de produções de estudos em Portugal: Museu do Aljube Resistência e Liberdade, objetivando documentar a estreita relação existente entre a prática museológica e educativa com o Centro de Documentação. Idealizado como um lugar de diálogo democrático e crítico, polifônico e inclusivo, o Museu guarda o patrimônio da luta antifascista, do combate à Ditadura, propondo um olhar crítico sobre o passado recente, como meio indispensável para a reconstrução permanente da democracia; Casa-Museu José Régio, como um lugar de cultura, identidade e memória da Vila do Conde, onde um belíssimo repositório de ancestralidade cultural registra os interesses intelectuais deste escritor do século XX. Através da descrição de objetos e de pinturas que forram as paredes, exhibe e define estéticas pictóricas, assim como ausculta o pensamento do escritor pela observação dos

seus desenhos, proporcionando uma definição, bastante apurada, da identidade de José Régio.

No âmbito norte-americano, foi apresentado, no capítulo final, o Sloan Kettering Cancer Center Memorial – Manhattan – Nova York – EUA, um texto que procura enfatizar a importância dos debates da teoria dos conceitos em relação à psicologia do comportamento humano e aos estudos informacionais alusivos à C.I., envolvendo os serviços digitais de arquivo, biblioteca e museu destinados aos usuários (pacientes, profissionais da saúde, estudiosos, pesquisadores e demais públicos registrados na instituição). Nesse prisma, a elaboração científica da psicologia do comportamento humano é ponto salientado à possibilidade dos pesquisadores e estudiosos apresentarem problemas e teorias parciais, aproximativas e provisórias, correspondentes aos componentes subjetivos dos indivíduos, mas que permitem avanços consistentes na análise das operações comportamentais.

Após a leitura honrosa e antecipada dos capítulos que constituem esta coletânea, temos a certeza de que muito há por contribuir para ampliar o conhecimento e o debate sobre a integração das áreas assinaladas e suas relações com outros saberes. Ao contexto dos **Diálogos Interdisciplinares: Perspectivas Integradoras de Unidades de Informação, Documentação e Cultura**, este livro expressa vertentes tão bem percorridas em originias capítulos, bem como instiga debates e reflexões críticas com novas possibilidades de avanços das áreas em destaque diante da sociedade digital.

Considerando que a integração das áreas da informação e da cultura é uma realidade e é do seu interesse, após este prefácio, comece a ler este livro, ao estímulo e ao desenvolvimento de suas novas produções.

Amarilis Rebuá de Mattos

Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba

Pesquisadora do NEMUS - Núcleo de Estudos Musicológicos - UFBA

Pesquisadora do GECIMP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (CNPq)

Líder do Grupo de Pesquisa - Núcleo de Pesquisa Musicológica - UFPB

# SUMÁRIO

- 1 - DA INTER À TRANSDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTEGRADA PARA ARQUIVISTAS, BIBLIOTECÁRIOS E MUSEÓLOGOS 17  
**Carlos Guardado**
  
- 2 - MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: IRMÃOS PARA A VIDA 39  
**Isabel Maria Fernandes**
  
- 3 - FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONEXÕES COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 53  
**Francisco Carlos Paletta**
  
- 4 - ENTRE CORPOS E ALMAS: COMPLEXIDADES DE PRODUÇÃO, USOS E PRESERVAÇÃO DE OBJETOS NA FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS, BIBLIOTECÁRIOS E MUSEÓLOGOS 75  
**Flávio Leal da Silva**
  
- 5 - A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMÁTICA E DA DOCUMENTOSCOPIA PARA A FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS E BIBLIOTECÁRIOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA DOCENTE DA DISCIPLINA DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA MINISTRADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 93  
**Maria Amélia Teixeira da Silva**
  
- 6 - UM ARQUIVISTA NO MUSEU: FORMAÇÃO E VIVÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS NO ÂMBITO DO MUSEU-CASA DE CULTURA HERMANO JOSÉ 119  
**Ronieli Victor da Silva; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**

7 - REPRESENTAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA INFORMAÇÃO: ABORDAGEM À INTEGRAÇÃO DE RECURSOS DE BIBLIOTECA, ARQUIVO E MUSEU <b>Elizabeth Oliva-Díaz de Arce; María Manuela Moro Cabero</b>	139
8 - O FUTURO DA GESTÃO NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL <b>Bárbara Coelho Neves</b>	167
9 - LA BÚSQUEDA DE LA COMPLEMENTARIEDAD INFORMATIVA Y MATERIAL A TRAVÉS DEL ANÁLISIS DEL FONDO DOCUMENTAL PATRIMONIAL FAMILIAR BELMONTE-CHICO DE GUZMÁN <b>Camino Sanchez Oliveira</b>	179
10 - AS PLATAFORMAS DIGITAIS DE ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA <b>Nuno Francisco Machado</b>	199
11 - DOCUMENTOS DE ARQUIVO E CURADORIA DE EXPOSIÇÕES NOS MUSEUS JUDICIÁRIOS BRASILEIROS <b>Adelson André Bruggemann</b>	221
12 - MÉDICOS-CULTURAL NO CONTEXTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS: PLATAFORMA SIS MÉDICOS E A CULTURA - PORTUGAL E BRASIL <b>Zeny Duarte; Salim Silva Souza; Ana Lúcia Terra</b>	241
13 - TENDENCIAS DE LOS SOC: APLICACIONES Y CONCEPTOS ENTRELAZADOS <b>José Antonio Moreira González</b>	259
14 - PERCEPÇÕES DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL: O CASO DO ACERVO AZULEJAR DO MUSEU CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO <b>Maria da Consolação Policarpo; Hildenise Ferreira Novo</b>	283

- 15 - BIBLIODIVERSIDADE COM DEMOCRACIA: POLÍTICAS ABM 307  
**Paula Sequeiros**
- 16 - CULTURA E COMUNICAÇÃO IMPRESSAS COMO TRÂNSITO E FORMULAÇÃO DO MUNDO: MEDIAÇÃO, PRESCRIÇÃO, APROPRIAÇÃO 321  
**Nuno Medeiros**
- 17 - MUSEUS, INFORMAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO NUM MUSEU DE MEMÓRIA 337  
**Luís Farinha**
- 18 - CONFRONTO ENTRE MUSEU PRESENCIAL E MUSEU VIRTUAL 353  
**José Cláudio Alves de Oliveira**
- 19 - CASA-MUSEU JOSÉ RÉGIO E A EXCELÊNCIA MUSEOLÓGICA DE UM ESCRITOR DE VILA DO CONDE 365  
**Carmen Matos Abreu**
- 20 - ARQUIVO, BIBLIOTECA, MUSEU, HERBÁRIO E JARDIM: UM COMPLEXO INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO BOTÂNICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA 389  
**Ana Margarida Dias da Silva; António do Carmo Gouveia**
- 21 - INOVAÇÃO NA GESTÃO DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO COM O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS: UM ESTUDO DE CASO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL BAHIA 419  
**Caroline Isabele Casaes de Carvalho; Lidia Maria Batista Brandão Toutain**

22 - INFORMATION ACCESS IN AN INTEGRATED ENVIRONMENT: GLAMS <b>Elisa Cerveira</b>	433
23 - PSYCHOLOGY OF HUMAN BEHAVIOR AND INFORMATIONAL STUDIES: MEMORIAL EXPERIENCE SLOAN KETTERING CANCER CENTER (MSKCC) MANHATTAN - NEW YORK <b>Zeny Duarte; José Carlos Sales dos Santos</b>	443
LISTA DE AUTORES	459

# DA INTER À TRANSDISCIPLINARIDADE: uma proposta de formação integrada para Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos

*FROM INTER TO TRANSDISCIPLINARITY: an integrated training proposal for Archivists, Librarians and Museum Professionals*

Carlos Guardado da Silva<sup>1</sup> 

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob a forma de ensaio, procura responder à questão que nos foi colocada, apresentada em título: Da inter à transdisciplinaridade: Que formação integrada para Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos? Toma-se o ensaio como método (Domingues, 2019), reconhecendo-se o eu discursivo que emerge provocado pelo caminho, que procura apresentar um pensamento com um valor de demonstração, aproximando-se da fenomenologia do ensaio. Pois este estudo visa criticamente descobrir uma resposta, desejavelmente original, para o problema. Parte-se da necessária definição prévia da ciência da informação, na perspetiva integradora das disciplinas aplicadas da arquivística, da biblioteconomia e da museologia, para, a partir de uma breve análise, examinar as possibilidades de oferta de uma formação integrada, isto é, partilhada, por profissionais da informação, aqueles que tomam a informação como objeto da sua profissão, atuando em diversos contextos das instituições de memória, que são também instituições de informação. Assim, o ensaio é entendido como exploratório de “possibilidades fornecidas pelo tempo e pelo espaço das experiências” (Domingues, 2019, p. 15).

A questão apresentada subentende uma mudança de paradigma, que considera a alteração de um posicionamento dialógico entre as áreas disciplinares da Arquivística, da Biblioteconomia e da Museologia para a sua reunião sob o mesmo *corpus* teórico da Ciência da Informação, que integra aquelas dentro do seu campo científico.

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>.

Ao fazê-lo, o diálogo opera-se no interior da Ciência da Informação, que se pode definir como campo científico transdisciplinar e uno. Ou seja, a ciência da informação amplia as suas perspetivas e o seu objeto não apenas por influência da Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy (2006), e d'A teoria do sistema geral (1977) (Instituto Piaget, DL 1996), de Jean-Louis Le Moigne, bem como dos estudos do Centre International pour la Recherche et Études Transdisciplinaires (CIRET), sobretudo na sequência do 1º Congresso mundial sobre a transdisciplinaridade, que teve lugar no convento da Arrábida, nos dias 2 a 6 de novembro de 1994, com o apoio da direção geral da UNESCO, e no qual participaram Edgar Morin, o físico Basarab Nicolescu, então presidente do CIRET, bem como Lima de Freitas, na altura o presidente do comité português do CIRET (Santos, 1995). Desta reunião saiu a Carta da transdisciplinaridade, redigida por estes três investigadores, que permite à ciência da informação analisar fenómenos que estão fora e além das disciplinas práticas da arquivística, da biblioteconomia e da museologia, fazendo emergir do seu confronto um novo olhar da natureza e da realidade (art. 3º), um “olhar informacional” (Araújo, 2013, p. 292) sobre processos histórica e culturalmente construídos. Pois, a mudança de paradigma impõe um novo modo de olhar, percecionando-se um mundo diferente e, consequentemente, observando-se fenómenos distintos (Kuhn, 2021).

## 2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Definidos estes pressupostos, voltamos a enunciar problema: Que formação integrada para Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos? Esta é uma verdadeira questão de investigação, ainda que não a formulássemos do mesmo modo, pois não podemos confundir ciência com profissão, que são abordagens distintas que não carecem de conjugação (Ribeiro, 2004; Silva; Ribeiro, 2020, p. 44), e quando os próprios termos ‘Arquivistas’, ‘Bibliotecários’ e ‘Museólogos’ estão mais próximos do anterior paradigma, assumidos como profissões, quando o futuro parece esperar de nós a formação em competências, visando profissionais policompetentes, independentemente da sua designação. Ainda, podemos ter profissionais sob estas designações com formações diversas, como por exemplo em edição, animação cultural, gestão cultural, comunicação, *design*, especialistas em *gaming* e *media*, restauro, e as mais diversas no âmbito dos *makerspaces* nas bibliotecas públicas,

entre tantas outras.

Por outro lado, a nossa posição afasta-se do reconhecimento de que um licenciado ou um mestre em Ciência da Informação corresponde a um cientista da informação, uma vez que a identificação de um cientista implica a produção de obra própria num determinado campo científico, e parece pressupor que a uma determinada formação corresponda uma saída profissional, o que, como todos sabemos, não corresponde à verdade.

Por outras palavras, estes termos são, desde há algum tempo, redutores para definir os atuais profissionais que atuam no mercado da informação com uma formação diversa, inter e transdisciplinar, em ciência da informação, que à falta de melhor termo definimos, ainda que nem todas sejam efetivamente, por gestores de informação. Esta nova opção não pressupõe o fim do diálogo interdisciplinar entre as disciplinas aplicadas, mas permite recentrá-lo, em termos epistemológicos e metodológicos, em torno da informação, o objeto de estudo da ciência da informação, seja enquanto processo, seja enquanto produto. Esbate-se aqui o ‘culto’ do suporte, como defendera Cornelsen (2013, p. 775), que continua a considerar o documento no âmbito do processo infocomunicacional, não sendo, porém, o foco.

O foco encontra-se, pois, na informação enquanto processo e objeto do conhecimento, bem como na procura de uma formação transversal à ciência da informação, que responda maioritariamente aos gestores da informação que atuam nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus.

De igual modo, o diálogo interdisciplinar, ou melhor, intercientífico, assim melhor expresso na língua portuguesa, manter-se-á, porém, entre a própria ciência da informação e as demais áreas científicas, designadamente as ciências da comunicação, mas que, no limite, poderão ser todas, uma vez que tendo a ciência da informação por objeto a informação registada, esta é central à Sociedade da Informação, assim como às distintas comunidades.

De modo a tentarmos responder à questão, impõe-se também a definição de ciência, sem a qual não é possível avançar no caminho. Para a definição de ciência importa discutir e distinguir, entre outros, os seguintes tópicos: 1) técnica *versus* disciplina e ciência; 2. O *corpus* teórico *versus* a ciência (campo, objeto, métodos...); 3. A(s) profissão(ões) (técnica) *versus* a investigação (ciência); 4 a institucionalização social: profissional *versus* cognitiva; 5. a identificação de associações profissionais e entidades normalizadoras *versus* sociedades científicas; 6. a pro-

dução técnica *versus* a produção científica; 7. A comunicação técnica *versus* a comunicação científica.

De forma tão sucinta como a sua enumeração, procuramos responder aos tópicos enumerados. Ciência é uma disciplina que evoluiu de um estágio pré-científico (pré-paradigmático), sem referencial teórico consensual, e com diversas escolas, para uma maturidade científica paradigmática, sendo reconhecida como ciência pela existência e utilização de um paradigma (ou mais), que os membros de uma comunidade científica partilham (Kuhn, 2021, p. 60); Ora é difícil reconhecer um paradigma que não seja gestor ou técnico na arquivística, na biblioteconomia ou na museologia, apesar de se reconhecerem esforços de transformar as referidas disciplinas técnicas em disciplinas paradigmáticas, isto é, em ciências. Disso é exemplo, para o caso da Arquivística, o estudo de Theo Thomassen (1999) , que nos oferece uma periodização: fase pré-paradigmática (séc. XIX, até 1898); Fase de paradigma clássico ou moderno (séc. XX); paradigma pós-moderno ou pós-custodial (séc. XXI), sendo este marcado pela revolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Todavia, não é possível aceitar em termos epistemológicos a *library science* e a *archival science* ou a *museum science* por estas constituírem aplicações ou especificações teórico-práticas de um campo científico, o da informação, que se identifica com o da ciência da informação (Silva; Ribeiro, 2002).

Tal não se deve apenas à evolução ou ampliação do objeto do conhecimento. Em A estrutura das revoluções científicas, Thomas Kuhn (2021) reconhece que os objetos e os métodos de uma disciplina podem variar no tempo e em autores da mesma disciplina, sendo usual em disciplinas ou ciências emergentes. Todavia, a afirmação de uma área científica necessita de distintos espaços de encontro, discussão (encontros científicos, sociedades científicas, etc.) e formação (mestradados científicos, doutoramentos, em instituições públicas e de ensino superior, departamentos, etc.), que não são os mesmos espaços de encontro e discussão promovidos pelas associações profissionais, que têm objetivos distintos, designadamente de valorização de carreiras profissionais, de partilha de problemas e soluções comuns, de formação profissional, entre outros.

Assim se entende o surgimento, em 1968, do American Documentation Institute, que mudaria o seu nome para American Society for Information Science (ASIS), a primeira associação mundial de ciência da informação (Araújo, 2018, p. 13), e, mais tarde, para *American Society for Information Science and Technology* (ASIS&T), até à desig-

nação atual, alterada em 2013, para *Association for Information Science and Technology* (ASIS&T). Lembremos, de igual modo, o surgimento da reunião internacional *Information Science*, promovida pelo *Second International Congress on Information System Sciences*, em Hot Springs (Virgínia) (Debons, 1986, p. 355), bem como o início da publicação, em 1966, da *Annual Review of Information Science and Technology*. Também, a mudança seminal do nome da Faculdade de Biblioteconomia (*Syracuse University*) (EUA) para *Syracuse School of Information Studies*, por Robert Taylor, tornando-se na primeira universidade a ter “ciência da informação” vinculada ao seu nome, testemunho de que as atividades e os conteúdos já não se identificavam com a biblioteconomia, que serviria de inspiração para o resto do mundo.

No Brasil, por exemplo, a alteração da designação de faculdades, cursos e departamentos de biblioteconomia para ciência da informação ocorreu nos anos 80 e 90 do século XX, tendo os cursos de pós-graduação, regra geral, alterado o seu nome para ciência da informação. Caíra o termo biblioteconomia de muitas designações, a exemplo do que se passara nos Estados Unidos da América, num processo que ainda continua, em que a área de *Library and Information Science* (LIS) tende a deixar cair o L, repercutindo-se esta evolução na alteração da designação de escolas, departamentos e cursos.

Ao invés das áreas técnicas, que vivem em torno de associações profissionais ou de normalização técnica, de que são exemplos as associações profissionais de bibliotecários, arquivistas, documentalistas e de museólogos, a ciência desenvolve-se em associações científicas e laboratórios ou centros de investigação, pressupondo uma comunidade de cientistas, dado o caráter comunitário da ciência (Kuhn, 2021, p. 225), cujos membros não se podem confundir com arquivistas, bibliotecários ou museólogos, a que estão vinculadas funções sobretudo de natureza técnica ou prática.

Também não existe uma área científica sem a produção de um *corpus* teórico sólido. Curiosamente, muitos dos estudos que hoje se produzem nacional e internacionalmente, mesmo em arquivística ou biblioteconomia, são realizados no âmbito de cursos de pós-graduação em ciência da informação ou ainda em história e educação, entre outras áreas científicas, mas não em cursos de doutoramento em arquivística ou biblioteconomia. Acerca da *library science*, por exemplo, Cronin (1995, p. 898) reconheceu tratar-se de um oxímoro, uma figura de retórica clássica que reúne numa mesma expressão conceitos contrários, pois ciência biblioteconómica é, na verdade, biblioteconomia,

uma profissão e uma estrutura física, não uma ciência. Já em meados da década de 1990, a formação em biblioteconomia se encontrava em decadência, de que é exemplo o artigo de Bert R. Boyce, *The death of library education* (1994).

Deste modo, a arquivística e a biblioteconomia, a juntar à museologia, bem como à documentação, são disciplinas técnicas excessivamente marcadas pela profissionalização. No entanto, um facto curioso deve ser ressaltado: se é verdade que alguns cientistas da informação reconhecem o lugar da museologia dentro da ciência da informação, os museólogos não parecem reconhecer este espaço como seu, mesmo quando participam de encontros no âmbito da arquivística, da biblioteconomia ou da ciência da informação. Esta discussão de carácter epistemológico, que os inclui, está por fazer.

Assim, identifica-se uma predominância de estudos práticos nos domínios da arquivologia/arquivística, biblioteconomia e museologia, sobrevalorizando-se a dimensão empírica, do saber-fazer, em detrimento da componente teórica, aspeto testemunhado em muitos dos produtos de que são exemplos o tratamento técnico de unidades de informação, a produção de instrumentos de acesso à informação, a produção de tabelas de temporalidade, a elaboração de autos de eliminação, evidenciando-se quase exclusivamente a sua dimensão técnica, incluindo a publicação de manuais, que neste caso, regra geral, não são fontes de aprofundamento teórico, mas técnico, profissional, de formação dos seus profissionais. Deste modo, afirma-se o elevado cunho empírico e descritivo das disciplinas aplicadas, como já notaram diversos autores, de que são exemplos Terry Cook (2001) e Armando Malheiro da Silva *et al.* (1999).

No âmbito das revistas, para citar apenas algumas da subárea da Arquivística – *Archivaria*, *Archives* (Quebec), *Archives & Manuscripts* (Austrália), *American Archivist* (EUA), *Acervo*, *Informação Arquivística* (Brasil), *Cadernos BAD* (Portugal), *Tábula* (Espanha) – são revistas de associações profissionais. Existem outras, em número reduzido, que visam promover o desenvolvimento da arquivística como disciplina científica autónoma, de que é exemplo a *Archival Science*. O mesmo objetivo testemunha a *Encyclopedia of archival science*, publicada por Luciana Duranti e Patrícia Franks, em 2015, em que a entrada “archival science” (p. 84-86), elaborada por Theo Thomassen, melhor atesta o carácter técnico da disciplina do que a sua dimensão científica. Na verdade, a disciplina prática que mais resistiu à sua integração na CI foi a Arquivística, sendo a sua definição datada, ou seja, ultrapassada, inclusive

pelos autores da área. Disso são exemplos Armando Malheiro da Silva *et al.*, quando, em 1999, definiram a Arquivística como “uma ciência social, que estuda os arquivos...” (p. 214). Refira-se, o exemplo paradigmático, porém excepcional, da *Archival Science* em cursos de mestrado e doutoramento na República Democrática da China, objeto de estudo de Jorge Costa (2017), na sua dissertação de mestrado.

Por fim, sublinhe-se o quão distintos são os discursos, incluindo a terminologia, dos arquivistas, dos bibliotecários e dos museólogos face ao(s) discurso(s) dos cientistas da informação.

### 3 QUE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

Mas que Ciência da Informação? A pergunta impõe-se dada a sua pertinência, uma vez que o que designamos por Ciência da Informação, nacional, mas sobretudo internacionalmente, apresenta matizes diversas, que traduzem a riqueza do campo científico, não parecendo existir uma via melhor do que a outra, e, não nos podemos escamotear, a sua ainda não consolidação. Não há um cânone para a ciência da informação. Todavia, estas matizes apresentam sobretudo duas grandes tendências – uma mais tecnológica, desenvolvida no contexto anglo-saxónico e em países sob a sua influência; outra de feição mais humanista e sociológica (Marques, 2020), desenvolvida na Europa continental. Ambas interessantes, que devem ser igualmente consideradas, não sendo de defender, em abstrato, ser melhor a opção por uma via em desfavor da outra.

Pois, não ignoramos, que, mesmo pela via humanista, as tecnologias da informação e comunicação têm, como terão de ter, um lugar central, quando a transformação/transição digital é um dos maiores desafios da União Europeia até 2030, que definiu 2021-2030 como a Década Digital, com impactos de natureza social, económica e ambiental, visando a sustentabilidade [Ver Agenda 2030]. E quando o *Plano de Ação para a Educação Digital (2021-2027)*, também uma iniciativa da União Europeia para apoiar a adaptação sustentável e eficaz dos sistemas de educação e formação dos Estados membros ao digital, visa reforçar as competências e as aptidões digitais para a transformação digital de alunos, professores, profissionais da informação e comunicação e dos cidadãos em geral. Ainda, quando a pandemia Covid-19 tornou obrigatória a transformação digital em todos os setores da sociedade, exigindo um investimento das organizações na melhoria da

maturidade digital (FREITAS, 2022). Pois, o que a Covid-19 veio demonstrar foi, em primeiro lugar, a impreparação das organizações para o universo digital, e de forma acrescida as instituições memorizadoras. Todavia, a avaliação e o reconhecimento de limitações é o primeiro passo para o encontro de soluções e da inovação, transformando-se em oportunidades.

Mas não podemos, mesmo no atual contexto exigente da transformação digital, “deitar a criança fora com a água do banho”, permitindo-nos aqui uma referência ao provérbio de origem medieval, registado pela primeira vez por Thomas Murner, em 1512. De facto, não podemos ignorar, no âmbito da formação futura, conhecimentos técnicos desenvolvidos e refletidos pelas comunidades de prática, cientificamente discutidos, empurrando frequentemente a discussão epistemológica do campo da ciência da informação para as margens, alargando-as, esquecendo, porém, o seu ‘coração’, isto é o seu ponto de partida. Pois, bem sabemos, quando isto acontece, ou seja, enquanto formamos gestores da informação, sociólogos, tecnólogos, historiadores, quando não curiosos, apropriam-se do seu lugar, mas de um lugar que encontraram vago.

Hoje, parece reunir algum consenso, talvez um largo consenso, que dentro do próprio Euro-Referencial não existe um domínio para a epistemologia, assim como para a metodologia, condição para que tenhamos uma ciência e no caso concreto uma ciência da informação. Ou seja, temos um referencial em que se apoiam as instituições de ensino superior para a definição científica dos diversos *curricula*, como se tem passado no caso português, que atende muito mais à formação técnica do que à formação científica. É importante ter uma referencial desta dimensão, mas que inclua a dimensões da epistemologia e da metodologia, e não só.

Não há uma única abordagem paradigmática a defender, mesmo dentro do chamado paradigma científico, informacional, infocomunicacional ou pós-custodial, termo este associado à arquivística por F. Gerald Ham (1981), uma vez que a mesma área científica, por regra, e dentro da “ciência normal”, expressão de Thomas S. Kuhn (2021), admite vários paradigmas em simultâneo, assim como estamos certos da existência de diversos paradigmas no âmbito do designado paradigma técnico, documentalista, que no âmbito da evolução da ciência da informação se encontravam num estágio pré-paradigmático, o que não quer dizer ausente de paradigmas. Não são, porém, paradigmas científicos, mas gestionários, de que são exemplos o *recordskeeping* e

a gestão de documentos ou *records management* (EUA), a arquivística integrada (Canadá), a arquivística funcional ou pós-moderna (Canadá), a diplomática arquivística (Canadá), o *records lifecycle* e o *records continuum model* (Austrália).

#### 4 DIRETRIZES DE COMPETÊNCIAS PARA A ELABORAÇÃO DE CURRICULA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O *Encontro de arquivos, bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e do Brasil* (Encontro ABM 2011) surgiu com o objetivo de discutir a interdisciplinaridade das mencionadas áreas, bem como de outras que lhe são próximas. O ABM, que volta a convocar-nos em 2022, agora na segunda edição, aponta para uma evolução, da inter para a transdisciplinaridade, mas já então se afirmava o paradigma pós-custodial. Isto é, assumia também a mudança de objeto fenomenológico, do documento para a informação, tornando-se este o objeto apreensível e cognoscível da ciência da informação, e, por extensão, transversal às três disciplinas aplicadas – a arquivística, a biblioteconomia e a museologia. Deste modo, a constituição de um campo científico transdisciplinar, mas uno, obriga-nos a rejeitar um modelo formativo em diálogo, no âmbito das três disciplinas técnicas, entendidas como subáreas da ciência da informação, a única a que se reconhece o estatuto de ciência, tendo presentes os critérios de Thomas Kuhn (2021). Não se trata, pois, de apresentar um modelo formativo dialógico e transversal a cada uma das áreas, mas um modelo formativo para a ciência da informação, que responda às necessidades atuais e futuras das referidas áreas aplicadas, entre outras, uma vez que a formação não pode descurar a evolução científica, assim como o desenvolvimento social, económico, cultural e político.

Como propor um modelo formativo? Poderíamos efetuar uma análise dos diversos *curricula*, por exemplo no âmbito do movimento das *Information Schools* (*iSchools*), inclusive adotando critérios que permitem posicionar determinadas áreas científicas nos primeiros lugares. Todavia, não estaríamos a propor um modelo que respondesse a uma ciência da informação de feição humanista e social. Por outro lado, mesmo adotando critérios, que excluíssem uma perspetiva mais tecnológica da ciência da informação, analisando os *curricula* de outros cursos já implantados e em curso, independentemente do seu sucesso, a que não é alheio o contexto, o nosso labor seria redutor. Ainda, tece-

mos algumas propostas para um modelo de formação, assumindo que deverão existir diferentes modelos, de modo a proporcionar ofertas distintas, que respondam a diversas necessidades e interesse formativos, quer do ponto de vista dos futuros alunos, quer das entidades potencialmente empregadoras, garantindo, simultaneamente, a competitividade, salutar e desejável, entre as distintas escolas de formação.

Deste modo, propõe-se, o que não é novidade, um modelo de formação, que assente em diretrizes (*guidelines*) de competências ou domínios de competência para a formação em ciência da informação ao nível do ensino superior, quer de graduação, quer de pós-graduação. Tal implica, em primeiro lugar, a identificação de diretrizes para a formação de competências em ciência da informação, nas áreas disciplinares da arquivística, da biblioteconomia e da museologia, assim como de tecnologias da informação ou sistemas de informação de forma a apresentar propostas, superando-as.

Que referenciais é possível identificar na área da ciência da informação? Identificámos os seguintes de que faremos uma breve caracterização, apresentando-os por ordem cronológica, tendo presente a sua última versão: 1. o *Euro-Referencial I-D* (2004); as *ICOM-ICTOP Curricula Guidelines for Museum Professional Development* (2008); o *MSIS 2016: Global competency model for graduate degree programs in information systems* (2016); as *Records and information management: Core competencies* (2017); as *Guidelines for a Graduate Program in Archival Studies* (2019), da Association of Canadian Archivists (ACA); e, por último, as *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes* (2022, abr.).

1. O *Euro-Referencial I-D* (2004), desenvolvido pelo European Council of Information Associations (ECIA), destina-se, entre outros propósitos, à elaboração de um programa de formação (INCITE, 2005: 11), e nomeadamente “ao responsável pelo ensino ou pela formação que queira melhorar os seus programas (...) para melhor se adaptar às expectativas e solicitações do meio profissional” (INCITE, 2005: 17). O *Euro-Referencial I-D* apresenta-se em dois volumes, sendo o primeiro relativo a Competências e aptidões dos profissionais europeus de Informação-Documentação, e o segundo sobre Níveis de qualificação dos profissionais europeus de Informação-Documentação. Identifica trinta e três domínios de competência, divididos pelos cinco Grupos (INCITE, 2005: 10-11): Grupo I - Informação, que constitui o ‘coração da profissão’ na área da Informação; Grupo T - Tecnologias (“tec-

nologias da informática e da Internet”); Grupo C - Comunicação, com competências indispensáveis ao profissional da informação; Grupo M - Gestão (*Management*); e Grupo S - Outros saberes.

As competências encontram-se descritas por quatro níveis: 1. Sensibilização; 2. Conhecimento das práticas; 3. Domínio das ferramentas; 4. Domínio da Metodologia. Como adequar o nível de exigência de formação e competência à oferta formativa? Parece-nos defensável que os níveis 1 e 2 se adequem, *grosso modo*, a uma formação no âmbito da graduação (bacharelato ou licenciatura), e os níveis 3 e 4 a cursos de mestrado e doutoramento. Os domínios de competência devem ser complementados com as Aptidões, ‘elementos constitutivos das competências’, igualmente definidas no *Euro-Referencial I-D* (INCLTE, 2005: 25), em número de vinte, no âmbito das seguintes situações profissionais: A - Relacionamento; B - Pesquisa; C - Análise; D - Comunicação; E - Gestão; F - Organização.

Tendo o objetivo de servir de suporte à definição de *curricula* de graduação e pós-graduação em Documentação-Informação, o referencial europeu centra-se muito na dimensão técnica e profissional da informação, isto é, nos arquivistas, bibliotecários e documentalistas, respondendo melhor a um paradigma técnico, patrimonialista, estatizante, custodial, e menos a um paradigma dinâmico, científico, informacional, pós-custodial. E, sendo este documento a base de definição de diversos *curricula*, como acontece em Portugal, evidencia-se um paradoxo no seu uso pelas instituições de ensino superior, quando estas defendem (ou devem defender) uma abordagem científica dos programas de pós-graduação, quando não de graduação.

2. *ICOM-ICTOP Curricula Guidelines for Museum Professional Development* (2008), uma revisão das *Recommended Curricula Guidelines for Museum Professional Development* (2000), do International Council of Museums (ICOM), considera diversas áreas de competências para o exercício de funções nos museus, que estrutura em cinco secções e sessenta e cinco competências, do seguinte modo: 1) gerais (12): comunicações, gestão financeira, métodos de avaliação, e tecnologia da informação; 2) museológicas (7): papel dos museus na sociedade, questões sobre prática museológica, e contexto legal para a prática museológica; 3) de gestão (19): arquitetura, angariação de fundos e desenvolvimento de subsídios, e teoria organizacional; 4) de programação pública (9): exposições, educação e interpretação, serviço ao visitante, e relações públicas; 5) de gestão e curadoria de informação e coleções (18): tópi-

cos relacionados com arquivos e coleções de objetos. Sendo diretrizes curriculares, que visam o desenvolvimento profissional dos Museus, acentuam a dimensão profissional em detrimento da dimensão científica, aparecendo a 'investigação' apenas uma única vez, como uma das doze competências gerais (BOMAR, 2012, p. 158).

Refira-se, ainda, o *Referencial europeu das profissões museais* (2008), desenvolvido sob a direção do ICOM International Committee for the Training of Personnel (ICTOP), que organiza as atividades do museus, segundo os seguintes três campos: Coleções e investigação; Públicos; e Administração, organização e logística, acentuando-se, uma vez mais, a sua dimensão técnica e profissional. Este documento define as funções e a formação inicial das seguintes profissões do museu: diretor/a; conservador/a; responsável pelo inventário; gestor de coleções; restaurador/a; assistente de coleções; responsável do centro de documentação (formação na área de documentação); comissário de exposições; *designer* de exposições; responsável pela mediação e serviço educativo; mediador; responsável pelo serviço de acolhimento e vigilância; técnico de acolhimento e de vigilância; responsável pela biblioteca/mediateca (formação em ciências documentais e de informação); responsável pelo sítio *web*; administrador/a; responsável pela logística e pela segurança; responsável pelos sistemas informáticos (formação em tecnologias de informação e comunicação); responsável pelo *marketing*, divulgação e recolha de fundos; responsável pela comunicação com os média.

3. *MSIS 2016: Global competency model for graduate degree programs in information systems* (2016), que resulta de uma *task force* entre a Association for Computing Machinery e a Association for Information Systems, fornece orientação para a elaboração de programas de graduação (e pós-graduação) na área disciplinar de Sistemas de Informação (SI). Sendo o primeiro documento orientador para a elaboração de um *curriculum* em sistemas de informação, destina-se igualmente a profissionais, académicos e estudantes. Apesar de ter em conta o que se passa no mundo, MSIS 2016 está maioritariamente alinhado com o sistema educacional norte-americano. Não pretende fornecer um modelo de currículo pré-definido, não se apresentando como uma recomendação curricular, mas MSIS 2016 fornece orientação detalhada para a elaboração de um currículo no ensino superior, ajudando na definição da natureza e identidade dos programas em sistemas de informação a atuais e potenciais estudantes, empregadores, administradores de institui-

ções de ensino superior e decisores políticos. Articula competências que licenciados e mestres devem ter adquirido ao completarem os seus programas de (pós)graduação, respondendo a uma larga gama de programas desenvolvidos em contextos distintos em todo o mundo. MSIS 2016 compreende nove áreas de competência em sistemas de informação: 1. Continuidade do negócio e garantia de informação; 2. Gestão de Dados, Informação e Conteúdo; 3. Arquitetura Empresarial; 4. Ética, Impactos e Sustentabilidade; 5. Inovação, Mudança Organizacional, e Empreendedorismo; 6. Gestão e Operações de Sistemas de Informação; 7. Estratégia e Governância de Sistemas de Informação; 8. Infraestruturas de Tecnologias da Informação; e 9. Desenvolvimento e Implementação de Sistemas.

Cada competência está estruturada do seguinte modo: áreas de competências em sistemas de informação; áreas de competências fundacionais individuais, e áreas de domínio de competências. Cada área inclui categorias de competência. MSIS 2016 inclui as seguintes áreas de competências fundacionais individuais: Pensamento Crítico, Criatividade, Colaboração e Trabalho de Equipa, Análise Ética, Competência Intercultural, Liderança, Competências Matemáticas e Estatísticas, Negociação, Comunicação Oral, Resolução de Problemas, e Comunicação Escrita. Para além da área de competências em sistemas de informação, as competências de domínio especificam as principais áreas de competência relacionadas com um domínio de prática com a qual o programa de graduação está associado. Por fim, sendo possível através dos programas MSIS utilizar vários mecanismos para determinar os perfis profissionais para preparação dos seus diplomados, o Modelo utiliza um subconjunto de perfis especificado no *CEN Workshop Agreement on European ICT Professional Profiles* (CEN, mar. 2012 ). Todavia, sendo um referencial de elevado interesse, e dada a sua orientação para os sistemas de informação no contexto norte-americano, responde sobretudo à ciência da informação desenvolvida na perspetiva das *iSchools*.

4. *Records and information management: Core competencies* (2017). 2<sup>nd</sup> ed. [1<sup>a</sup> ed. 2007] é um referencial desenvolvido pela ARMA International, uma comunidade de profissionais de gestão de informação e governância da informação, fundada em 1955. Tem como destinatários os profissionais de Gestão de Documentos e Informação (RIM) para uso no âmbito das competências-chave de gestão de documentos e informação, porém admite, entre outros interessados, as instituições de educa-

ção. Visa identificar a proficiência de profissionais da informação nos seguintes domínios: Funções empresariais (*Business Functions*), gestão de documentos e informação/ Práticas de governância da informação; Gestão do risco; Comunicações e *Marketing*; Tecnologia da informação; e Liderança. Apresenta quatro níveis de competência.

5. *Guidelines for a Graduate Program in Archival Studies* (2019), da Association of Canadian Archivists (ACA), são dirigidas aos futuros diplomados em arquivística, ao nível de um 2º ciclo de estudos, dotando-os de conhecimentos e habilidades, bem como às entidades onde potencialmente estes profissionais poderão desenvolver a sua atividade e às instituições de educação superior, que queiram desenvolver programas de estudos de arquivo a nível de mestrado. No âmbito da formação, abrange três facetas do conhecimento-chave sobre arquivos, designadamente: a) o “conhecimento do material de arquivo e das funções arquivísticas (teoria e metodologia associadas a áreas específicas do trabalho arquivístico); inclui: a natureza dos documentos e dos arquivos; avaliação para seleção e aquisição; organização e descrição; preservação; referência e acesso; sensibilização e valorização (*outreach and advocacy*); gestão e administração; gestão de documentos e informação; gestão de materiais digitais b) o conhecimento da profissão e do sistema arquivístico (história da profissão, o seu código de ética, a evolução das suas práticas, o enquadramento nacional e internacional da gestão e documentos e arquivos”); inclui: sistemas de arquivo e a profissão de arquivo; registos e memória cultural; Ética e valores; e c) o “conhecimento de contexto (os contextos jurídico-administrativos em que os documentos são criados, geridos e mantidos)” (p. 10); inclui: sistemas sociais e culturais; sistemas legais e financeiros; comunidades indígenas (p. 10-16).

As diretrizes canadianas para a formação pós-graduada em arquivística, que se inspiram nas *Guidelines for a Graduate Program in Archival Studies* (2016), da Society of American Archivists, propõem ainda conhecimentos, métodos e perspetivas de outras disciplinas, designadamente: tecnologia da informação; conservação; metodologia de investigação; teoria organizacional; biblioteconomia e ciência da informação; artes liberais e ciências (p. 16-18).

Reconhece à Arquivística o estatuto de ciência ao lado de outras, que poderão facultar conhecimentos complementares, tais como antropologia, economia, educação, história, direito, biblioteconomia e ciência da informação, informática, gestão, estudos de museus e so-

ciologia. Ou seja, tem ainda uma visão da arquivística custodial, excessivamente profissionalizante, ainda que não exclusivamente técnica, apesar de maioritária, que toma por objeto o documento, estando ausente a adoção de qualquer perspectiva transdisciplinar.

A autonomia conferida à arquivística mantém-na, porém, próxima da história, como se depreende na necessidade de oferecer “uma base sólida na teoria, metodologia e prática da ciência arquivística, história da gestão de documentos e arquivos, e historiografia arquivística” (p. 7). Também se registra a defesa ainda do professor que conjuga as funções de docente com as de arquivista: “os professores devem ter um profundo conhecimento da profissão e do trabalho de arquivo, fortes laços com as comunidades acadêmica e profissional, conhecimentos e habilidades tecnológicos, e evidência de investigação e publicação na área. Devem ser professores e participantes ativos em organizações profissionais” (p. 18).

6. As *IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes* (2022, abr.) (CHU *et al.*, 2022) são promovidas pela IFLA Building Strong LIS Education (BSLISE), um grupo de trabalho da *IFLA Section on Education and Training* (SET), a *Section on Library Theory and Research* (LTR) e a *LIS Education in Developing Countries SIG*. Estas diretrizes caracterizam o âmbito dos conhecimentos profissionais de LIS (*Library and Information Science/Studies*), ou seja, as áreas de conhecimento fundacional de LIS, e orientam o desenvolvimento de programas de educação em LIS (p. 1). Poderão ser aplicadas a qualquer nível do ensino superior e destinam-se a preparar profissionais LIS. As diretrizes são constituídas pelas oito Áreas de Conhecimento Fundacionais (FKAs = *Foundational Knowledge Areas*): Informação em Sociedade; Fundamentos da Profissão LIS; Tecnologias de Informação; Investigação e Inovação; Gestão de Recursos de Informação; Gestão para profissionais da Informação; Necessidades de Informação e Serviços ao Utilizador; Literacias e Aprendizagem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos seis documentos orientadores (referenciais ou diretrizes) de competência, é possível comparar as áreas de competências consideradas. Os primeiros quatro grupos de competências – Informação, Tecnologias, Comunicação e Gestão-, que se encontram no *Euro-Referencial ID*, encontram-se igualmente bem representados nos restantes cinco documentos orientadores.

A Ética encontra-se em alguns referenciais, integrando competências ou complementando-as, não constituindo, porém, uma área de competências. Está praticamente ausente do *Euro-referencial I-D* (2005), com apenas uma menção, mas sem um domínio próprio, assim como das diretrizes curriculares para museus, de 2008. No MSIS 2016 integra uma área de competências designada “*Ethics, Impacts and Sustainability*”, enquanto no referencial *ARMA Records and information management* encontra-se a menção a “*Ethics and organizational code of conduct*” associada à gestão do risco. Deste modo, a Ética (e os valores) parece readquirir, nos últimos anos, maior peso, por um lado associada à sua relação com a investigação, e, por outro lado, no campo profissional, de que são tópicos, entre outros, a cópia e o plágio, a transparência e a integridade pública, bem como a representação das distintas comunidades nos sistemas de informação/memória.

Se o MSIS 2016 defende uma perspectiva tecnológica dos sistemas de informação, no contexto da formação pós-graduada nos Estados Unidos da América, sem a feição mais humanista e social preconizada por uma via da ciência da informação de tradição europeia, os outros cinco referenciais têm uma forte componente técnica, profissional. Assim se justifica, por exemplo, que a investigação surja no *Euro-referencial I-D* apenas acidentalmente. Todavia, nas *ICOM-ICTOP Curricula Guidelines for Museum* surge como competência integrada na área das competências gerais, e é referenciada no MSIS 2016, assim como no referencial *ARMA Records and information management*, porém não como área de competências. Nas *ACA Guidelines Archival Studies* sublinha-se a necessidade de o arquivista obter conhecimento complementar em “Metodologia de Investigação”, e, nas *IFLA Guidelines Professional LIS*, “Investigação e inovação” é uma das oito áreas de conhecimento fundacionais.

A educação não-formal, assim grafada, encontra-se ausente do *Euro-referencial I-D*, onde aparecem a competência ‘M08 – Formação e acções pedagógicas no grupo da Gestão, bem como uma breve referência à formação dos utilizadores no grupo I – Informação, no âmbito da competência “I 01 – Relações com utilizadores e clientes”. Está ausente das *ICOM-ICTOP Curricula Guidelines for Museum*, bem como das *ACA Guidelines Archival Studies*. O MSIS 16 Model e o referencial *ARMA Records and information management* apresentam referências pontuais à aprendizagem. No entanto, talvez por serem mais recentes e melhor espelharem as necessidades e expectativas sociais atuais, as *IFLA Guidelines Professional LIS* apresentam, no âmbito das oito áreas

de conhecimento fundacionais, a área de “Literacias e aprendizagem”.

Partindo do princípio de que aos três níveis de formação do ensino superior tem de corresponder formação necessariamente distinta, parece-nos natural que as licenciaturas possam vir a ocupar o lugar que tinham antes os cursos de formação média, técnico-profissionais, quer por descontinuidade deste tipo de formação, e dada ausência de profissionais com este tipo de qualificação, quer por se tratar do primeiro nível de formação superior, mais técnico do que científico, pois não se formam cientistas com uma graduação, assim como não se é historiador com uma licenciatura em história não se pode ser cientista da informação com uma licenciatura em ciência da informação. A dimensão técnica desta formação está bem presente no Brasil quando, a título de exemplo, a formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ocorre ao nível da graduação, por regra bacharelato (com a mesma duração das licenciaturas no âmbito do processo de Bolonha na Europa), exceto nos casos de mestrados profissionais (em Arquivologia e Biblioteconomia), ocupando a ciência da informação os cursos de pós-graduação.

Reconhece-se, também, que admitindo a possibilidade de termos uma arquivística, uma biblioteconomia e uma museologia científicas, tal não implica que assumamos ou tenhamos de assumir cada uma como uma ciência autónoma, impondo-se a distinção entre conhecimento científico, inerente à ciência da informação, e conhecimento arquivístico, biblioteconómico ou museológico, resultante da prática diária, de usos e tradições, de uma metodologia de trabalho, de um *modus operandi*. Pois não temos uma ciência dos arquivos, uma ciência das bibliotecas como uma ciência dos museus, como alguns (resistentes) pretendem demonstrar, porém sem argumentos sólidos. Na verdade, qualquer das disciplinas técnicas não dispõe dos requisitos definidos por Kuhn, em 1962, para a identificação de uma ciência ou para a ostentação do estatuto de ciência (2021). Acerca do lugar científico da arquivística, já Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33) se tinham referido a um “consenso apático” ao reconhecerem a arquivística como uma subárea da ciência da informação, isto é, uma disciplina da ciência da informação.

Face à discussão anterior, sugere-se uma atualização do *Euro-referencial ID*, sendo já tempo de deixar cair o D de Documentação, introduzindo novos grupos de competências, mas que terá de reforçar as competências na componente científica, isto é, epistemológica e metodológica, sob pena de mantermos o atual paradoxo: criticamos

um paradigma formativo excessivamente técnico e profissional, e tomamos como referencial para a elaboração de *curricula* um documento que orienta nessa direção, ao qual falta essa dimensão científica tão reclamada.

Também, sendo as competências definidas de nível 1 a 4, sugerimos, *grosso modo*, para os cursos de primeiro ciclo os níveis 1 e 2 das competências (a definir), o nível 3 para cursos de 2º ciclo de estudos e o nível 4 para cursos de 3º ciclo de estudos. Inspirando-nos em Bomar (2012), que apresenta cinco níveis de competência, correspondendo o primeiro à ausência da mesma, por falta de conhecimentos ou capacidades, seria possível apresentar a seguinte categorização:

1. Nível básico: capaz de executar tarefas relacionadas com esta competência com supervisão;
2. Nível bom: capaz de executar tarefas relacionadas com esta competência com pouca supervisão;
3. Nível elevado: capaz de executar tarefas relacionadas com esta competência sem supervisão;
4. Nível especializado: capaz de liderar e supervisionar outros em tarefas relacionadas com esta competência. (p. 98-99)

Naturalmente, existem competências e conteúdos que se encontram ausentes no *Euro-referencial ID*, quer por evolução da ciência, quer devido à própria evolução social, assim como evoluiu a própria terminologia. Para além dos exemplos enunciados acima, fica uma última nota acerca de alguns exemplos de conteúdos que deveriam sustentar a definição de competências autónomas, como a gestão do risco e da emergência, com referências pontuais no âmbito de distintos domínios de competências, a inteligência artificial, a escavação/mineração de dados, os repositórios digitais, a Organização do Conhecimento, a comunicação da ciência, a literacia e, consequentemente, a literacia visual.

A par da Informação, da Tecnologia, da Comunicação e da Gestão, como grupos de domínio de competências, é manifesta a falta das áreas, que podem originar outros grupos, dedicadas à Ética, à Educação (formal e não-formal) (incluindo aqui, com esta ou outra designação, as literacias e a aprendizagem) e à Investigação, cuja ausência é hoje um aspeto evidente. Por último, talvez a Segurança já pudesse ser definida em grupo autónomo da gestão, dado o peso crescente e a abrangência que vem adquirindo nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos. Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência. In: DUARTE, Zeny (org.). **Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil**. EDUFBA. 2013, p. 259-298.

ARAÚJO, C. **O que é a Ciência da Informação**. KMA. 2018.

ARMA International. **Records and information management: Core competencies**. 2. ed. 2017.

ASSOCIATION FOR COMPUTING MACHINERY. ASSOCIATION FOR INFORMATION SYSTEMS. **MSIS 2016: Global competency model for graduate degree programs in information systems**. 2016. Disponível em: <https://www.acm.org/binaries/content/assets/education/msis2016.pdf>.

ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS. Guidelines for a Graduate Program in Archival Studies. ACA. 2019. Disponível em: <https://archivists.ca/resources/Documents/Governance%20and%20Structure/ACA%20Education%20Curriculum%20Guidelines%20%20FINAL.pdf>.

BERTALANFFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 7. ed. Vozes. 2006.

BOMAR, W. **Graduate museum studies curricula: meeting the needs of the field**. 2012. Disponível em:

[https://www.academia.edu/7445626/GRADUATE\\_MUSEUM\\_STUDIES\\_CURRICULA\\_MEETING\\_THE\\_NEEDS\\_OF\\_THE\\_FIELD\\_by\\_WILLIAM\\_FRANK\\_BOMAR](https://www.academia.edu/7445626/GRADUATE_MUSEUM_STUDIES_CURRICULA_MEETING_THE_NEEDS_OF_THE_FIELD_by_WILLIAM_FRANK_BOMAR)

BOYCE, B. On my mind: The death of Library Education. **American Libraries**. American Library Association, v. 25, n.3, p. 257-259, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25633197>

CHU, C., *et al.* **IFLA Guidelines for Professional Library and Information Science (LIS) Education Programmes**. IFLA. 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1987>

COOK, T. Archival: Science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, p. 3-24. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02435636>

CORNELSEN, J. O Arquivo Público e a transição paradigmática na sociedade da informação: a entrada do digital em instituições custodiais. **Anais... ENCONTRO IBÉRICO EDICIC – Globalização, Ciência e Informação**, Porto, 6. Nov. 2013. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/22706/1/PORTUGAL\\_%20Arquivo%20P%C3%ABlico%20e%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o%20paradigm%C3%A1tica%20na%20sociedade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://eprints.rclis.org/22706/1/PORTUGAL_%20Arquivo%20P%C3%ABlico%20e%20a%20transi%C3%A7%C3%A3o%20paradigm%C3%A1tica%20na%20sociedade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf)

CORUJO, L. **Avaliação arquivística de informação eletrônica**: da emergência teórica ao consenso sobre um modelo. Tese de doutoramento - Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2020. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/95276?mode=full>

COSTA, J. **Formação superior em ciência Arquivística na República Popular da China**: um estudo comparativo entre a Escola de Gestão da Informação da Universidade de Wuhan e a Escola de Gestão de Recursos de Informação da Universidade Renmin da China. 2017. Dissertação de mestrado - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30414/4/ulfl242151\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30414/4/ulfl242151_tm.pdf)

COUTURE, C.; MARTINEAU, J. ; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em Arquivística no mundo contemporâneo**. FINATEC. 1999.

CRONIN, B. Cutting the gordian knot. **Information Processing & Management**, v.31, n. 6, p. 897-902. 1995. Disponível em [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(95\)00017-B](https://doi.org/10.1016/0306-4573(95)00017-B).

DEBONS, A. Information science. *In: ALA world encyclopedia of library and information services*. 2ª ed.). American Library Association. p. 354-358. 1986.

DOMINGUES, J. **O ensaio como método**. 2019. Disponível em: [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7941/1/domingues\\_jose\\_2019\\_ensaio\\_como\\_metodo.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/7941/1/domingues_jose_2019_ensaio_como_metodo.pdf).

DURANTI, L.; FRANKS, P. **Encyclopedia of Archival Science**. Rowland & Littlefield. 2015.

ECIA. Euro-referencial ID: Competências e aptidões dos profissionais europeus de informação-documentação. 2ª ed. rev. INCITE. 2005. v. 1. Disponível em: [http://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc\\_noticias/EuroReferencial\\_P.pdf](http://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc_noticias/EuroReferencial_P.pdf).

FREITAS, C. V. (2022). Transformações, comunicações e interações digitais no contexto da pandemia Covid-19: oportunidades, desafios e agendas de pesquisa. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra [Informação, desinformação e pós-verdade]**, n. 1 - Extra, p. 131-150. 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/2182-7974\\_extra2022\\_1\\_6](https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2022_1_6).

HAM, F. G. Archival Strategies for the postcustodial era. **American Archivist**, p. 207-216. 1981.

ICTOP. **Referencial Europeu das Profissões Museais**. ICOM. 2008 Disponível em: <https://icom-portugal.org/multimedia/File/ReferencialPT.pdf>.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. ICOM-ICTOP Curricula Guidelines for Museum Professional Development. 2008

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Guerra e Paz. 2021.

LE MOIGNE, J.-L. **A teoria do sistema geral**. Instituto Piaget, 1996

MARQUES, Maria. “Para uma Ciência da Informação Social e Humana: análise crítica das tendências da formação em Information Science e Ciência da Informação nas “25 melhores universidades do mundo””. In: MARQUES, Maria; GOMES, Liliana (Coords.). **Ciência da Informação: visões e tendências** Imprensa da Universidade. p. 115-189. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1896-8>

RIBEIRO, Fernanda. Informação: um campo uno, profissões diversas?

In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004. **Actas...** Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão. BAD, 2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4181.pdf>

RUBIN, R. **Foundations of Library and Information Science**. 3. ed. Neal-Schuman Publishers. 2010

SANTOS, R. Transdisciplinaridade. **Cadernos de Educação**, v. 8, p. 7-9, 1995. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/249336345\\_Transdisciplinaridade](https://www.researchgate.net/publication/249336345_Transdisciplinaridade)

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. **Das «ciências» documentais à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Afrontamento. 2002.

SILVA, Armando Malheiro *et. al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. Ciência da Informação trans e interdisciplinar: para a superação de equívocos... In: MARQUES, Maria; GOMES, Liliana (Coords.). **Ciência da Informação: Visões e tendências**. Imprensa da Universidade, 2020, p. 33-58). Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/128954/2/414775.pdf>.

THOMASSEN, T. **The development of archival science and its european dimension**. 1999. Disponível em: <http://za-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>.

# MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: irmãos para a vida

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES: *siblings for life*

Isabel Maria Fernandes<sup>1</sup> 

## 1 O PORQUÊ DO AMOR A DOCUMENTOS, LIVROS E OBJETOS

A pessoa que hoje vos fala tem que começar por explicar a necessidade que desde cedo sentiu de normalizar os seus passos e de, como ao longo dos anos, sempre foi convivendo com os objetos e, no particular, com os objetos das Bibliotecas – os livros –, e com as peças dos Museus e os objetos museológicos.

Desde muito nova a distração é uma das minhas características. E talvez por causa disso, desde muito nova senti necessidade de começar a organizar a minha vida, e quem diz a vida diz os papéis, os postais, os livros, os objetos. Sim, porque como pode alguém por definição e prática distraída, saber onde lhe param as coisas senão tentando arrumá-las, organizá-las, criando mnemónicas próprias para em qualquer momento conseguir obter o que deseja ou procura?

Estou certa que foi o interesse pelos livros e pelos objetos e a necessidade de combater a distração que me levou, desde cedo, a gostar de bibliotecas e museus e que me levou, também, a fazer o Serviço Cívico (que era, em tempos idos, a antecâmara para entrar na Universidade) na Biblioteca Municipal do Porto, já lá vão umas dezenas de anos, e onde tive o privilégio de privar com o Manuel Luís Real, na altura bibliotecário dessa instituição.

Ainda não terminada a licenciatura em História inscrevi-me no Curso de Bibliotecário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde tive como colegas (e amigos) a Fernanda Ribeiro e o Armando Malheiro. Pouco depois, por circunstâncias várias, a que não é alheio o incitamento do Manuel Luís Real, inscrevi-me e concluí o Curso de Conservador de Museus ministrado, nos idos de 80 do séc. XX, pelo ex-Instituto Português do Património Cultural.

Tendo em conta o atrás exposto é importante explicar que esta comunicação será tão-só uma reflexão pessoal, de quem já trabalha no Museu de Alberto Sampaio, Paço dos Duques. DRCN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3968-6807>.

lha em museus há quase quarenta anos e de quem desejaria ver mais **caminhos cruzados**, maior diálogo e maior partilha entre os técnicos de museus, bibliotecas e arquivos. Este não é um texto de alguém especializado em bibliotecas, arquivos ou em ciência da informação. É, isso sim, de alguém que toda a sua vida profissional trabalhou em museus, geriu museus e tem pena de deixar a profissão sem ter visto crescer uma maior colaboração entre os profissionais de museus, bibliotecas e arquivos.

## 2 UM DENOMINADOR COMUM: O OBJETO UNE MUSEUS, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Mas o que há de comum entre o que guardam e partilham museus, bibliotecas e arquivos? Em primeiro lugar há o Homem. O homem que pensa, que escreve, que cria, que tem memória e que quer perpetuar as suas **criações** em obras<sup>2</sup>, em livros e em documentos. De comum existe também a matéria. Obras, livros e documentos são construídos num suporte físico – são objetos. Têm volume, peso, ocupam espaço, são palpáveis, são matéria<sup>3</sup>.

De comum existe também a faculdade que possuem as obras, livros e documentos de serem uma porta de passagem para outro mundo – o mundo do intelecto, o mundo espiritual. Obras, livros e documentos emocionam-nos, fazem-nos pensar, sonhar, estabelecer relações, conhecer o outro e conhecer-nos a nós; integram-nos num espaço e num tempo e dão-nos a conhecer outros espaços e outros tempos. São e serão sempre uma memória coletiva, uma dádiva de uns para os outros, a partilha de uns com os outros.

Obras, livros e documentos permitem estabelecer relações entre o objeto e quem o sente ou lê. A minha relação com uma obra, um livro ou um documento, em suma, com um objeto, é sempre uma relação entre eu e ‘ele’, e a minha relação com ‘ele’ será sempre diferente da relação do outro com ‘ele’. Por muito que uma obra seja fruída por todos e nos seja explicada por outros tantos, por muito que um livro

---

2 No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define-se obra como ‘**objeto resultante do trabalho de um operário, de um artista ou de um artesão**’ (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003, V: 2647) e também como ‘**pessoa ou coisa livre de falhas, de defeitos, esp. quanto à beleza; perfeição**’. Neste texto utilizaremos o termo ‘obra’ como objeto com valor museológico. Sendo que objeto se define como ‘**coisa material que pode ser percebida pelos sentidos**’ (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003, V: 2646).

3 No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define-se matéria como ‘**qualquer substância, sólida, líquida ou gasosa, que ocupa lugar no espaço**’ (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2003, IV: 2420).

seja lido em conjunto, discutido em conjunto, o que é certo é que cada um de nós sente e lê o mesmo objeto de forma distinta – seja esse objeto uma obra, um livro ou um documento. Podemos adorar, em conjunto com outros, uma obra, emocionarmo-nos todos com o mesmo livro, partilharmos com os outros o que vimos ou lemos, mas cada um de nós retém imagens e sensações próprias, muitas vezes difíceis de exprimir por palavras.

Obras, livros e documentos destinam-se a ser fruídos por todos, servem a todos. De facto, apesar destes objetos – obras, livros e documentos – estabelecerem com cada um de nós uma relação pessoal e intransmissível, a verdade é que são feitos para serem fruídos pelo maior número possível de pessoas, sendo que nem sempre são **‘democraticamente’** partilhados.

Alguns objetos de arte e documentos manuscritos são objetos únicos, ao contrário dos livros que desde a sua criação se desdobram obrigatoriamente em muitos exemplares. Mas todos, sem exceção, quando se guardam entre as paredes de um museu, biblioteca ou arquivo têm como destino final e primordial a partilha com os visitantes e os leitores. Na verdade, obras, livros e documentos são objetos intrinsecamente **‘democráticos’**, quando se encontram à guarda de museus, bibliotecas e arquivos.

Obras, livros e documentos são conhecimento. Aumentam a nossa interação com o mundo, transmitem saber e, se bem aproveitados, dão-nos sabedoria. E, o conhecimento é algo que podemos e devemos partilhar com os outros.

### 3 MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS: EXISTEM HÁ SÉCULOS E PERMANECERÃO DURANTE MUITOS MAIS SÉCULOS

Museus, bibliotecas e arquivos têm séculos de existência. O Homem sempre sentiu necessidade de guardar **‘conhecimento’**, de organizá-lo, de o manter para **‘memória futura’**. Mas, também é verdade, que esse mesmo Homem foi sentindo **‘necessidade de queimar’** / destruir o conhecimento que considerou ir contra a **‘sua’** verdade absoluta. E por isso, em todas as épocas, há relatos de destruição do saber acumulado em museus, bibliotecas e arquivos. Há, em todas as épocas, verdadeiros atentados ao património...

Mas o conhecimento é, por definição, democrático, o conhecimento não ocupa lugar e tem sempre lugar para novas ideias, novas

construções. Museus, bibliotecas e arquivos são lugares ‘seguros’ para guardar conhecimento. E, o conhecimento é cumulativo, diverso, diferente, mutável, não detentor de verdades únicas.

No século XX o digital trouxe novas formas de guardar a informação e de a partilhar. Antes íamos ao museu, à biblioteca e ao arquivo para conhecer / consultar o objeto, o livro ou o documento. Hoje, o objeto, o livro ou o documento entram facilmente no remanso do nosso lar e são-nos oferecidos noutra suporte físico, chegando-nos a uma velocidade, organização e relacionamento inimagináveis no séc. XIX, podendo ser provenientes de distintos espaços, sendo o limite ‘territorial’ a terra que habitamos há milénios.

Que grande mudança esta!

Acredito, no entanto, que bibliotecas, arquivos e museus continuarão a habitar o mundo humano, a ser um local de guarda, partilha, dinamização e discussão do conhecimento. Haverá sempre um local ‘físico’ para guardar a informação contida em bibliotecas, arquivos e museus, sendo que, no entanto, os contentores serão diferentes, como diferentes serão o modo e a rapidez com que o conhecimento nos é disponibilizado.

Mas penso que o essencial permanece. Seja qual for o contentor, os conteúdos dos museus, bibliotecas e arquivos continuarão sempre a existir e a ter a mesma finalidade – o conhecimento e a sua partilha.

#### 4 MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS, OS GUARDIÃES E DINAMIZADORES DE OBJETOS

E o que mais *une* museus, bibliotecas e arquivos? Museus, bibliotecas e arquivos guardam **memória** que é, como sabemos, conhecimento / informação. Na verdade, obras, livros e documentos, são a imagem do presente, ou de um passado que já foi presente e de que nós hoje, e outros no futuro, necessitamos ou necessitaremos para saber de onde vimos e para onde vamos. Por isso, os ‘**guardiães do templo**’ – museus, bibliotecas e arquivos – têm um importante papel a cumprir. São eles que recebem as obras, os livros e os documentos, memória e conhecimento do Passado ou do Presente e que os têm de transmitir / dar a conhecer ao Futuro, devidamente preservados e organizados.

Museus, bibliotecas e arquivos guardam matéria, entendida como ‘**tudo o que é tangível**’ – obras, livros e documentos.

Museus, bibliotecas e arquivos habitam em casas / edifícios onde se guardam os objetos – obras, livros e documentos.

Museus, bibliotecas e arquivos têm de cuidar do edifício e das coleções de modo a preservá-los para o futuro. O cuidado de preservação das coleções não é um fim em si, mas o meio para permitir a sua ‘**utilização**’ pelas pessoas, a sua consulta e a sua fruição pública.

Museus, arquivos e bibliotecas têm – por obrigação, vontade e gosto – de disponibilizar, dinamizar e divulgar a todas as pessoas aquilo que guardam entre quatro paredes.

Museus, bibliotecas e arquivos guardam grandes quantidades de obras, livros e documentos e têm de os saber ‘**trabalhar**’, quer individualmente quer como coleção. Têm de os inventariar, descrever, relacionar e dinamizar, sempre tendo como finalidade a sua fruição pública.

Museus, bibliotecas e arquivos são locais onde são recebidas pessoas para consulta, fruição e investigação dos objetos que neles se guardam. São locais de partilha e de conhecimento.

Museus, arquivos e bibliotecas têm de ter sempre técnicos habilitados a tratar o manancial documental que possuem, contribuindo para a sua preservação e dinamização.

## 5 MUSEUS E BIBLIOTECAS: JÁ HOUVE TEMPO EM QUE CONVIVIAM NO MESMO EDIFÍCIO

Em Portugal, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, museus, bibliotecas e arquivos conviveram muitas vezes nos mesmos edifícios, existindo até publicações que sobre eles versavam em conjunto. Demos, apenas, um punhado de exemplos.

A atribulada história do Museu Municipal do Porto dá-nos a conhecer que no mesmo edifício chegou a conviver a biblioteca e o museu municipais (Almeida, 2008, p. 108-117). Outro exemplo: numa fase inicial, década de 30 do séc. XX, o Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, foi pensado para receber em simultâneo o Museu de Alberto Sampaio, a Biblioteca e o Arquivo, mas tal não passou de uma intenção<sup>4</sup>. E a Câmara Municipal de Lisboa, que sempre teve à sua guarda museus, bibliotecas e arquivos editou, entre 1875 e 1956, os **Anais das bibliotecas, arquivo e museus municipais**<sup>5</sup>.

Ainda hoje há importantes instituições culturais que têm a si associados Museus, Bibliotecas e Arquivos. Demos apenas doi-

---

<sup>4</sup> Raros serão os casos em que tal sucede.

<sup>5</sup> Veja-se ‘**Anais das bibliotecas, arquivo e museus municipais**’ em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Anais/AnaisB.htm>.

sexemplos, um a norte e outro a sul – a Sociedade Martins Sarmento<sup>6</sup>, em Guimarães, e a Fundação da Casa de Bragança<sup>7</sup>, em Vila Viçosa.

Penso que hoje em dia, tem havido a preocupação de voltar a unir estes ‘irmãos’ que têm andado de costas voltadas. Aqui e ali há vontade e têm sido dados passos específicos<sup>8</sup>, se bem que ténues, no sentido de voltar a sentar à mesma mesa museus, bibliotecas e arquivos, sendo o congresso em que nos encontramos um exemplo disso. Podemos também mencionar o ‘**Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses. Relatório final**’, realizado em 2016, o qual constitui um bom ponto de partida para conhecer a real situação dos Museus relativamente a este tema (Diagnóstico, 2016).

## 6 MUSEUS, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. IRMÃOS DE SAVINDOS?

Mas, com o correr dos anos e novas ideias, Museus e Bibliotecas separaram-se, habitando hoje em edifícios diferentes e trabalhando cada um os seus objetos: os museus preocupados com as coleções museológicas e os seus públicos, e as bibliotecas e arquivos preocupados com os livros e os documentos e o serviço prestado aos seus utilizadores. Cada um foi seguindo o seu caminho... Mas, se as bibliotecas e arquivos não possuem museus a si associados<sup>9</sup>, os museus têm, na maior parte dos casos, a si acoplados bibliotecas e arquivos.

E será que os museus têm cuidado dos seus arquivos e bibliotecas como cuidam dos objetos artísticos que têm à sua guarda? Será que é estabelecida correlação entre os objetos artísticos e os documentos e livros que existem nos museus e que falam desses objetos artísticos?

Julgo que não. A carência de pessoal, a não valorização dos espólios documentais contidos nos museus, tem feito com que uma larga maioria destes não ‘ame’ os seus livros, os seus documentos como ‘ama’ as suas obras<sup>10</sup>... Mas, não tenhamos dúvida, são muitas as vezes

6 Veja-se <https://msarmento.org/>. A Sociedade Martins Sarmento, para além de uma riquíssima biblioteca e museu, continua também a editar uma prestigiada revista - Revista de Guimarães.

7 Veja-se <https://www.fcbraganca.pt/>.

8 A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) organizou um diretório sobre Bibliotecas de Museus, um trabalho extremamente meritório. Infelizmente, nos últimos tempos, a pesquisa online está a dar problemas. Consultado a 11 de setembro de 2022. Disponível em: <https://diretorio.bad.pt/?s=&geo=radius100=&geo-lat0=&geo-lng0=&categories-33&locations=29&dir-search=yes>.

9 Há casos em que bibliotecas e arquivos possuem peças de cariz museológico, mas, de um modo geral, são exceções que confirmam a regra.

10 Volto a lembrar o sentido de ‘obra’ neste texto. Ou seja, entende-se obra como objeto com valor museológico.

em que os documentos de arquivo e os livros que temos nos museus nos ajudam a melhor conhecer e interpretar as obras que guardamos.

Unir debaixo do mesmo chapéu obras, documentos e livros é saber **‘fazer uma gestão integrada de acervos nos museus’** (Serôdio, 2018). Mas se é fácil de dizer, tem sido difícil de fazer...

É verdade que, por exemplo, em 2004, foi organizado em Sacavém, um **‘Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus’**, mas, ao reler-se esse documento verifica-se que alguns dos casos lá apontados não tiveram continuidade (Encontro, 2004). Há uma grande diferença entre a intenção e a realidade...

É verdade que, em 2017, com o apoio imprescindível do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), foi elaborado um **‘Diagnóstico aos sistemas de informação nos museus portugueses: Relatório final’** (Diagnóstico, 2017).

É verdade que ao longo dos anos, foi havendo artigos, teses de mestrado e doutoramento sobre Museus e a documentação que guardam, apontando a realidade do momento e as muitas lacunas (Serôdio, 2018; Reflexões, 2021).

É verdade que o International Council of Museums (ICOM) possui o Comité Internacional de Documentação do ICOM (CIDOC), do qual fazem parte diversos colegas do nosso País, empenhados no estabelecimento de pontes e de trabalho concreto.

É verdade que se nota uma preocupação por parte da BAD e dos cursos na área da ciência da informação, existentes em várias universidades portuguesas, em considerar como um todo a documentação, encontre-se ela nas mãos dos arquivos, das bibliotecas ou dos museus. Mas, a verdade é que há um fosso enorme entre a vontade de alguns e a realidade de muitos...

Para vos dar a ideia de como estão os museus dependentes do Ministério da Cultura, em 2022, pedimos aos diretores dos museus e monumentos na sua dependência para responderem a um singelo inquérito. Longe de nós tentar elaborar um inquérito com a qualidade dos realizados pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC)<sup>11</sup>, não temos conhecimento para tal. Guiou-nos apenas o interesse em demonstrar a nossa sentida preocupação sobre um tema que desde há muito nos é caro – a necessidade de tratar como um todo a memória contida nos nossos museus, desejando que esta não se perca e possa ser fruída por muitos.

Museus bibliotecas e arquivos são irmãos desavindos? Não!

11 Veja-se: <https://www.opac.cies.iscte-iul.pt/>.

Têm é tido real dificuldade em falarem a mesma **linguagem...**

## 7 UM INQUÉRITO DESPRETENSIOSO SOBRE AS BIBLIOTECAS DOS MUSEUS DO MINISTÉRIO DA CULTURA (PORTUGAL)

Entre agosto e setembro enviámos um inquérito aos quarenta Museus e Monumentos dependentes da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura (DRC), sendo que houve três que não responderam – Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro de Santa Clara a Velha e Museu Nacional de Grão Vasco. Foram trinta os Museus e os Monumentos que possuem bibliotecas e responderam ao inquérito (**Anexo I**). Do conjunto de perguntas que fizemos apenas analisaremos neste texto as seguintes:

**Quadro 1** – Inquérito aos Museus e Monumentos do Ministério da Cultural

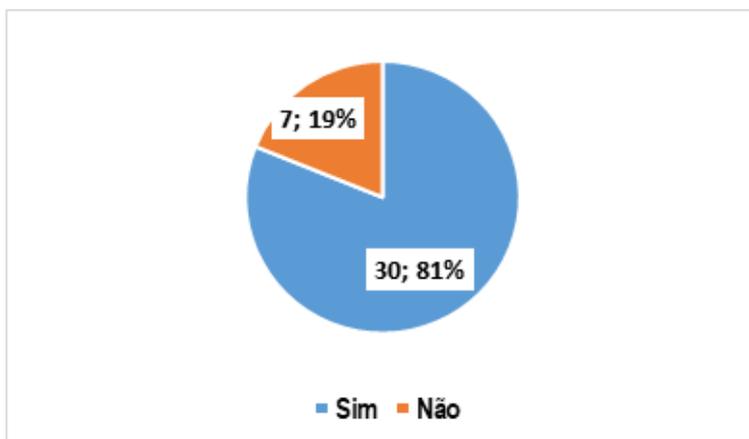
PERGUNTAS	Sim	%	Não	%	TOTAL
1. Tem Biblioteca?	30	81%	7	19%	37
2. Tem responsável pela biblioteca?	16	47%	14	53%	30
3. O Responsável exerce a sua função a tempo inteiro?	10	33%	20	67%	30
4. A Biblioteca encontra-se disponível para consulta?	25	89%	5	11%	30
5. A Biblioteca tem horário de abertura permanente?	20	67%	10	33%	30
6. Há empréstimo interbibliotecas?	9	30%	21	70%	30
7. Possui catálogo informatizado?	20	67%	10	33%	30
8. O catálogo informatizado está disponível via Internet?	14	47%	16	53%	30

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

## 1. Tem biblioteca?

Dos 37 Museus e Monumentos que responderam ao inquérito há sete que não possuem biblioteca: Fortaleza de Sagres; Mosteiro dos Jerónimos; Torre de Belém; Museu da Terra de Miranda; Museu do Tesouro Real; Museu Nacional Resistência e Liberdade e Panteão Nacional.

Gráfico 1 – Sobre possuir biblioteca

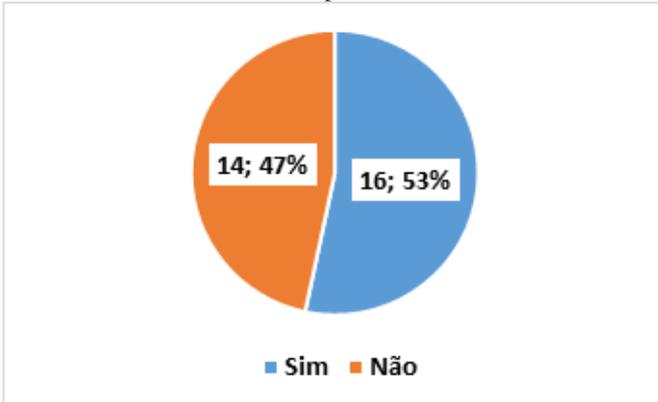


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 2. Tem bibliotecário?

Na resposta à pergunta se na biblioteca existe bibliotecário fomos informados que nos 30 museus e monumentos há 16 que têm bibliotecário e 14 que não têm.

**Gráfico 2 – Sobre possuir bibliotecário**



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

### 3. O bibliotecário exerce a sua função a tempo inteiro?

Na resposta a esta pergunta constata-se que na maior parte dos museus e monumentos – num total de 20 em 30 –, não há uma dedicação a tempo inteiro ao trabalho na biblioteca, exercendo o bibliotecário, durante o seu tempo de serviço, outras tarefas.

**Gráfico 3 – Função do bibliotecário**

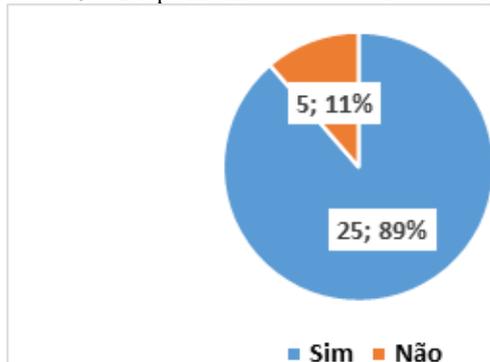


**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

#### 4. A biblioteca encontra-se disponível para consulta?

Nesta resposta verifica-se que a maior parte das bibliotecas – num total de 25 em 30 – se encontra disponível para consulta.

**Gráfico 4** – Disponibilidade do acervo da biblioteca para consulta

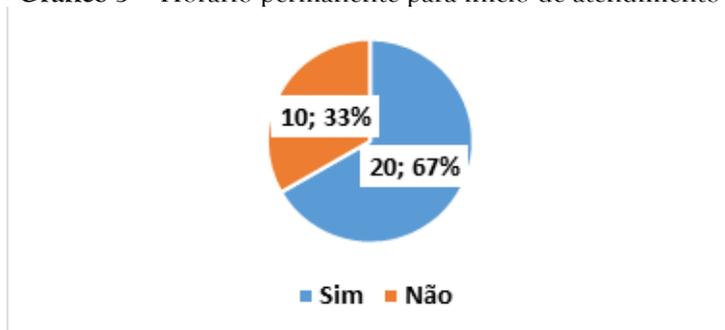


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

#### 5. A biblioteca tem horário de abertura permanente?

A maior parte das bibliotecas tem horário de abertura permanente – num total de 20, em 30.

**Gráfico 5** – Horário permanente para início de atendimento



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 6. Há empréstimo interbibliotecas?

A maior parte das bibliotecas – num total de 21, em 30 – não costuma praticar o empréstimo interbibliotecas.

**Gráfico 6 – Empréstimos interbibliotecas**

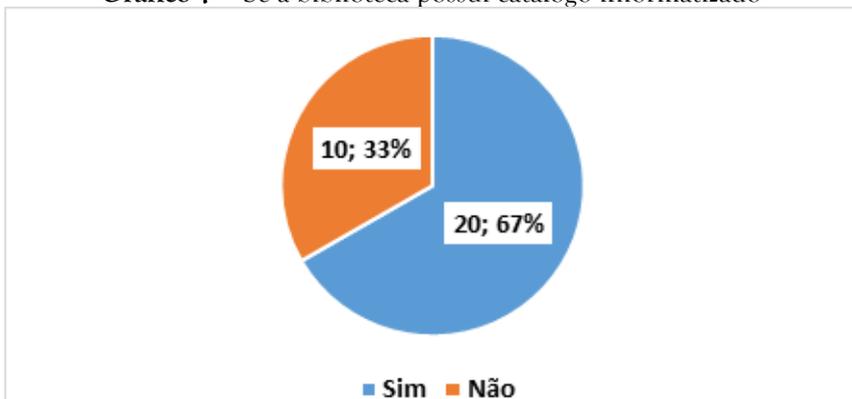


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 7. Possui catálogo informatizado?

Constata-se que a maior parte das bibliotecas – num total de 20, em 30 – dispõe de catálogo informatizado.

**Gráfico 7 – Se a biblioteca possui catálogo informatizado**



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 8. O catálogo informatizado está disponível via internet?

É interessante verificar que são quase tantas as bibliotecas que possuem o catálogo informatizado disponível na internet – num total de 16, em 30 – como aquelas que o não possuem – num total de 14, em 30.

Há, pois, ainda muito caminho a percorrer na disponibilização pública das bibliotecas dos museus e monumentos dependentes do Ministério da Cultura.

**Gráfico 8** – Se o catálogo da biblioteca está disponível *online*



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 8 A LAIA DE CONCLUSÃO

Neste texto analisámos, de um modo muito pessoal, o que une museus, bibliotecas e arquivos, sendo que ao longo de quase quarenta anos a nossa área de trabalho tem sido os museus. Pareceu-nos também importante aproveitar para dar a conhecer alguns dados, se bem que sucintos, sobre as bibliotecas dos trinta museus e monumentos que pertencem ao Ministério da Cultura (DGPC e DRC) e que responderam ao inquérito.

Há ainda um longo caminho a percorrer, mas urge voltar a reunir museus, bibliotecas e arquivos, pondo-os a **‘falar’**, cada vez mais, uma **‘linguagem’** comum.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, António Manuel Passos. **Museu Municipal do Porto**: das origens à sua extinção (1836-1940). Dissertação de mestrado. Porto: FLUP, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/14654>. Acesso em: 20 Ago. 2023.
- ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DE MUSEUS. Loures: Câmara Municipal de Loures. 2004. Disponível em: <https://www.cm-loures.pt/media/pdf/PDF20171205115651644.pdf>. Acesso em: 10 Jul. 2023.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2002-2003. 6 v.
- SANTOS, Jorge; SERÓDIO, Conceição; FERREIRA, Fernanda. **Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses**. Relatório final. [Online]. Lisboa: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2017. Disponível em: [https://noticia.bad.pt/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM\\_DSIM\\_Relat%c3%b3rioFinal.pdf](https://noticia.bad.pt/wp-content/uploads/2017/06/GTSIM_DSIM_Relat%c3%b3rioFinal.pdf). Acesso em: 20 Ago. 2023
- FILIPE, Graça *et al.* Reflexão sobre políticas públicas e gestão de acervos em instituições de memória em Portugal. **MIDAS** [Online], v. 13, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/2704>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- SERÓDIO, **Conceição**. Contributos para uma gestão integrada dos acervos nos museus portugueses. **MIDAS** [Online], v. 9, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/1371>. Acesso em: 20 Ago. 2023.

# FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: conexões com a Ciência da Informação

## FUNDAMENTALS OF DATA SCIENCE AND ARTIFICIAL INTELLIGENCE: connections with Information Science

Francisco Carlos Paletta<sup>1</sup> 

### 1 INTRODUÇÃO

A Ciência de Dados tem ocupado relevante destaque na agenda das organizações de todas as áreas do setor produtivo e do setor público em função do avanço acelerado do processo de digitalização dos modelos de negócio e das relações da sociedade cada vez mais conectada em rede.

O fenômeno Big Data impacta o universo digital de forma irreversível e a Transformação Digital introduz novas demandas por profissionais competentes em lidar com mineração de dados, organização e análise de dados, gestão de dados, permitindo transformar dados em informação com significado e relevância para as empresas. O uso de ferramentas de análise da informação, tema multidisciplinar que apresenta intersecções entre “*Data Science*” e “*Information Science*”, converte informação em conhecimento e este em inteligência estratégica organizacional para a tomada de decisão.

Neste contexto apresentamos os objetivos deste trabalho em avaliar as potenciais conexões entre a “ciência de dados e ciência da informação”. O estudo justifica-se pela possibilidade de inovações na formação do Bibliotecário, Arquivista e Museólogo, contribuindo para o maior foco no desenvolvimento de habilidades e competências, demandadas pela era digital, do perfil do egresso dos estudantes dos cursos de Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

A pesquisa apresenta-se como uma revisão da bibliográfica focada nas disciplinas que compõem o eixo estruturante dos cursos

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4112-5198>.

permitindo identificar áreas de conhecimento da formação técnico-profissional e apontar oportunidades de atuação em equipes multidisciplinares em soluções e aplicações envolvendo “Data Science” e “Information Science”.

A contribuição deste estudo está em apresentar novas áreas de conhecimento aos programas de graduação e pós-graduação em Ciência da Informação com foco em ampliar a área de atuação do profissional não só em Bibliotecas, Arquivos e Museus, mas também em todas as áreas do setor produtivo e governamental onde a informação se apresenta como principal matéria prima organizacional geradora de vantagem competitiva e valor agregado ao cliente.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A competitividade global impõe às organizações escolhas quanto ao panorama de atuação e participação no mercado que pode ser local, nacional, regional ou global. A estratégia de negócio da empresa irá estabelecer padrões de qualidade e atendimento em seu portfólio de produtos e serviços cada vez mais sofisticadas, com necessidades logísticas complexas e alta expectativa do cliente/usuário seja no setor privado ou público.

Neste cenário, o fenômeno do Big Data cria ambientes informacionais que demandam por recursos computacionais com elevada capacidade de processamento em organizar os dados transformando-os em informação. A gestão da informação na era digital depende cada vez mais de ferramentas de análise com foco em transformar a informação em conhecimento e este em inteligência estratégica para tomada de decisão. Inteligência Artificial apresenta-se como ferramenta tecnológica em auxiliar a gestão e ser capaz de permitir as organizações competirem em um cenário de transformação digital.

**Figura 01** – Pirâmide de Decisão



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Dado é a Informação não tratada e que não apresenta relevância, ou seja, dado é a matéria prima da informação. Dado não conduz ao entendimento da situação, precisa ser organizado e tratado representando significado (Takeuchi, 2018).

**Figura 02** – Conceito de Informação



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor. Adaptado de (Capurro, Hjørland, 2007) e (Takeuchi, 2008).

Apresentamos na Figura 03 das dimensões do estudo de informação que compõem as áreas de pesquisa do autor:

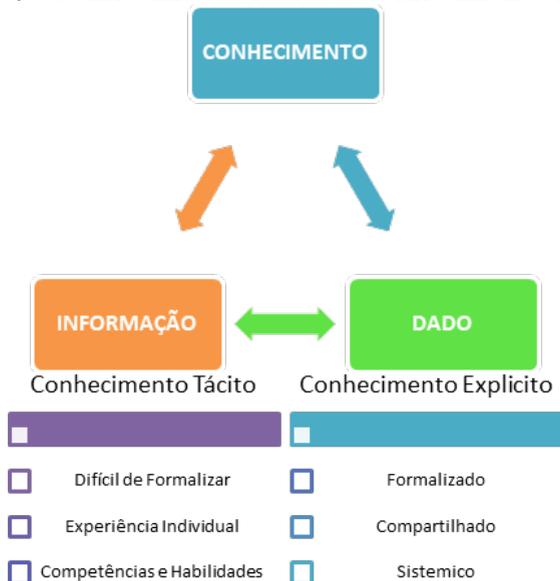
**Figura 03 – Dimensões de Estudo da Informação**



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Dados uma vez organizados transformam-se em Informação que quando devidamente analisadas transformam-se em Conhecimento – portanto, é preciso considerar a importância do desenvolvimento de competências e habilidades nas áreas de mineração e análise de dados bem como organização da informação. Nas organizações, a Gestão do Conhecimento transforma-se em Inteligência Estratégica para tomada de decisão e para criar vantagem competitiva organizacional.

**Figura 04 - Conhecimento Tácito e Conhecimento Explícito**



**Fonte:** @Fpaletta Projeto de Pesquisa. (Adaptado de Davenport, 1980).

Esta pesquisa visa a contribuir à reflexão a respeito da Sociedade

de da Informação frente aos avanços tecnológicos induzidos pela Era Digital. O objetivo principal da pesquisa é fornecer subsídios para o desenvolvimento de Laboratório de Data Science e Information Science no âmbito do “Curso de Biblioteconomia” oferecido pelo “Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo”. Identificar as possíveis conexões entre a “Ciência da Informação e Inteligência Artificial” com foco na formação profissional e empregabilidade no complexo mercado de trabalho da era digital.

Visando abordar a Ciência de Dados pelo recorte teórico metodológico da interseccionalidade, através do desenvolvimento de plano de ensino, apontando suas conexões com a “Ciência da Informação”. Busca proporcionar uma visão ampla do desenvolvimento de competências digitais – Digital Literacy que serve para justificação temática, a partir de uma perspectiva profissional, a fim de refletir os impactos da IA e as novas contribuições no desenvolvimento do plano curricular de ensino.

O avanço das aplicações com uso de Inteligência Artificial irá proporcionar uma transformação na forma como fazemos as coisas. Os ganhos de produtividade, eficiência e qualidade proporcionados pela AI serão significativos e estarão inseridos em um contexto irreversível. Ciência de Dados, Inteligência Artificial, do de Máquina, Inovação Tecnológica e suas conexões com a Ciência da Informação são desafios para o desenvolvimento de programas de formação profissional na Universidade de São Paulo com foco na excelência de ensino e competências profissionais na era digital (Wickham, 2019).

Fornecer subsídios para a compreensão da Inteligência Artificial (Mueller, 2019), apontar direções de pesquisa que estão sendo desenvolvidas nas subáreas da IA, bem como no Aprendizado de Máquina e Data Analytics, visando abordar a ciência de dados pelo recorte teórico metodológico da interseccionalidade, apontando inovações produzidas pela Ciência de Dados e Inteligência da Informação e suas intersecções com a CI.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia do estudo é “pesquisa exploratória” que busca identificar padrões, e “estudo de caso” que a partir da identificação do problema analisa a multi-inter-transdisciplinar da Ciência da Informação e as possíveis conexões com a “Ciência de Dados” e propor

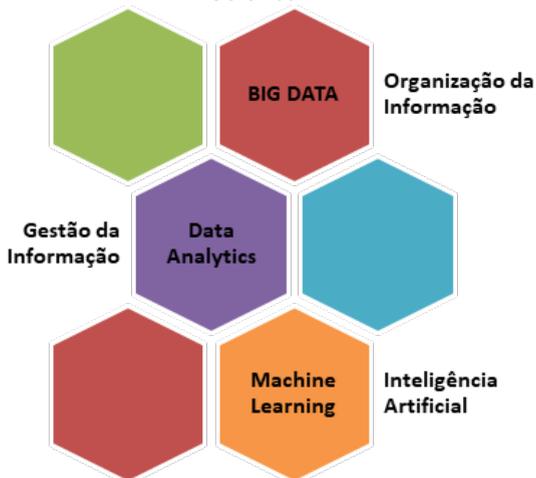
inovações curriculares no “Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo”.

Desta forma, o estudo foca a ciência de dados pelo recorte teórico metodológico da inter-trans-multidisciplinaridade, através da revisão de literatura, apontando suas conexões com a Ciência da Informação. A partir da seleção de artigos científicos em português e inglês, realizando assim uma apresentação dos resultados e em seguida a verificação dos resultados a partir do que foi estabelecido nos objetivos iniciais do estudo. A abordagem é de cunho bibliográfico com finalidade exploratória. Constitui-se a metodologia da pesquisa pelas seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico;
- Levantamento de dados;
- Estudo de Caso: Formação Profissional da Informação
- Estudo de Caso: Demandas por Formação Continuada
- Análise e discussão dos resultados

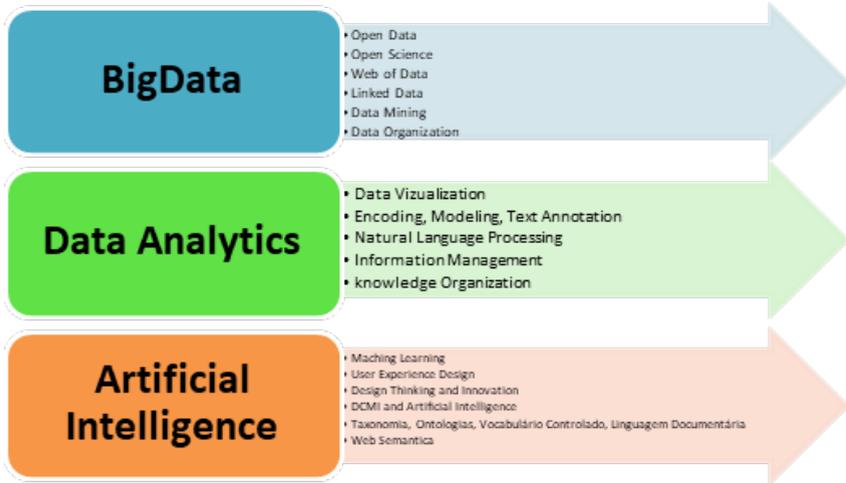
A abordagem da pesquisa é de cunho bibliográfico com finalidade exploratória e visa fazer suposições quanto às alegações sobre a epistemologia, seus valores, pela retórica e processos estudados. (Lesard-Hébert *et al*, 2012).

**Figura 5 - Estudo de Caso: Conexões Data Science e Information Science**



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Figura 6 – Resultados Conexões Data Science e Information Science.



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Este estudo apresenta caráter aplicado associado ao desenvolvimento de Plano de Ensino para o desenvolvimento de disciplina contemplando Ciência de Dados, Análise de Dados e Inteligência Artificial aplicados à Ciência da Informação. O trabalho será desenvolvido utilizando métodos de análise de metadados, Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática. (Taulli, 2011).

O objeto de estudo foi o programa do MBA Data Science e Analytics e teve como objetivo principal o mapeamento de áreas de conhecimento a partir do Programa do MBA e a construção de proposta de modernização do “Curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo”. Como objetivos secundários a criação de Laboratórios de Data Science e Information Literacy bem como a proposta de disciplina “Fundamentos de Ciências de Dados e Ciência da Informação”.

#### 4 ESTUDO DE CASO: PESQUISA QUALITATIVA “DEMANDAS DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”

Com objetivo de entender as demandas por habilidades e

competências identificadas pelos profissionais da área de “Ciência da Informação” uma pesquisa quantitativa foi implementada através do processo de “enquete” com foco nas seguintes questões:

❖ **Áreas de Interesse Profissional**

- Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão
  - Bando de Dados
  - Websites
  - Repositórios
  - Metadados
  - Representação do Conhecimento
  - Computação em Nuvem

## **Resultados Conexões Data Science e Information Science**

O Trabalho de Pesquisa apresenta como resultados o estabelecimento de referenciais teóricos para a construção do Programa Fundamentos de Ciência de Dados e Inteligência Artificial e suas conexões com a CI.

O desenvolvimento de Proposta de Disciplina que será apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como Disciplina opcional ao “Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação e ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação”.

O projeto também permitiu uma análise exploratória a partir dos temas apresentados durante o MBA com foco no entendimento das possibilidades de conexão das disciplinas da Ciência da Informação e Ciência de Dados bem como as intersecções com Big Data; Machine Learning; Information Retrieval; Mineração de Dados, Data Vizualization, Linguagem de Programação.

## **Proposta Disciplina: Fundamentos de “Ciência de Dados e Ciência da Informação”**

A seguir apresentamos o modelo de criação de disciplina solicitado pela Universidade de São Paulo a proposta de criação da disciplina com seus objetivos, ementa, plano de curso, carga horária, créditos, metodologia de ensino, critério de avaliação e bibliografia básica. A implementação da disciplina deverá seguir os processos internos da Universidade de São Paulo:

- ❖ Proposta da Disciplina pelo Docente responsável
- ❖ Aprovação da proposta da Disciplina pela Comissão de Graduação
- ❖ Aprovação da proposta da Disciplina pela Comissão de Graduação da Unidade
- ❖ Aprovação da criação da Disciplina pela Pró-reitora de Graduação
- ❖ Publicação da Disciplina no Sistema USP Jupiter
- ❖ Oferecimento da Disciplina pelo Departamento

**Objetivos:** A disciplina tem por objetivo apresentar os conceitos de “ciência de dados” e suas conexões com a “ciência da informação”. Oferecer ao estudante visão geral dos fundamentos de aplicações de ciência de dados nos processos de organização e gestão da informação.

**Ementa:** Introdução à “Ciência de Dados e Ciência da Informação”. Fontes de Informação e Repositórios Científicos. Big Data e Data Mining. Tecnologia da Informação e Inovação Tecnológica. Organização da Informação. Visualização da Informação. Modelos de Busca da Informação. Estruturas de Bancos de Dados. Cloud Computing. Social Network Analysis. Introdução ao Machine Learning. Introdução ao R. Aplicações de Data Science em Ciência da Informação.

Carga Horária: 90 h

Crédito Aula: 4

Créditos Trabalho: 1

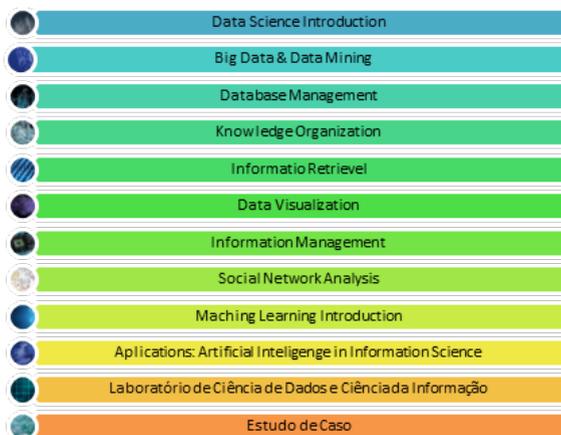
Metodologia de Ensino: aulas expositivas, laboratório e estudos de caso.

Critério de Avaliação: provas e trabalhos práticos

Nota Final: média ponderada das notas obtidas pelo aluno no decorrer do semestre

Plano de Curso da Disciplina:

## Quadro 01 – Plano de Curso



	Data Science Introduction
	Big Data & Data Mining
	Database Management
	Knowledge Organization
	Information Retrieval
	Data Visualization
	Information Management
	Social Network Analysis
	Machine Learning Introduction
	Applications: Artificial Intelligence in Information Science
	Laboratório de Ciência de Dados e Ciência da Informação
	Estudo de Caso

Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

## Bibliografia Básica

### Quadro 2 – Bibliografia básica da Disciplina

- “Bawden, D., Robinson, L., & Floridi, L. (2022). *Introduction to information science*. ALA NEAL-SCHUMAN”
- “Campesato, O. (2021). *Data Science Fundamentals: Pocket Primer*. Mercury Learning & Information”
- “Evans, G. E., Saponaro, M. Z., Christie, H., & Sinwell, C. (2015). *Library programs and services: The fundamentals*. Libraries Unlimited”
- “Rubin, R. (2016). *Foundations of Library and Information Science*. Neal-Schuman, an imprint of the American Library Association”
- “Wagh, S. J., Bhende, M. S., & Thakare, A. D. (2022). *Fundamentals of Data Science*. CRC Press, Taylor & Francis Group”

Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

## Proposta de Laboratório de Ensino: Data Science e Artificial Intelligence LAB

A seguir apresentamos a proposta de criação de dois Laboratórios com base na estrutura do núcleo de formação profissional do Curso e com conexões entre “Data Science” e “Information Science”.

**Figura 7 - Dimensões de Estudo da Ciência de Dados**  
LAB01 - DATA SCIENCE AND INFORMATION SCIENCE



**FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**  
*Conexões com a Ciência da Informação*

**DIGITAL LITERACY**  
**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO & INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**  
Francisco Carlos Paletta  
Universidade de São Paulo

**Information Science & Data Science**

**METADADOS**

Considerando a esfera digital, pode-se afirmar que os **Metadados** servem para identificar, descrever e recuperar arquivos.

Quando utilizados por algoritmos de inteligência artificial, os metadados servem de filtro para encontrarmos exatamente o que procuramos.



**TAXONOMIAS**

A organização das informações através do conceito de **Taxonomia** permite alocar, recuperar e comunicar informações dentro de um sistema de maneira lógica através de navegação.



**ONTOLOGIAS**

**Ontologias** são utilizadas em Inteligência Artificial, Web Semântica, Engenharia de Software e Arquitetura da Informação, como uma forma de representação do conhecimento.



**A CONTRIBUIÇÃO DOS TESAuros À WEB SEMÂNTICA**

O **Tesouro** é um **Vocabulário Controlado** organizado em uma ordem preestabelecida e estruturado de modo que os relacionamentos de equivalência, de hierarquia, e de associação entre termos sejam indicados. As finalidades primordiais de um **Tesouro** são (i) facilitar a recuperação dos documentos e (ii) atestar a consistência na notação para sistemas de armazenamento e de recuperação de informação. A sua utilização dá-se no contexto de **estruturação e recuperação de informações em bases de dados e portais corporativos na Web**.



**MACHINE LEARNING**

**Machine Learning**, ou aprendizado de máquinas, é a área da **Inteligência Artificial** relacionada à busca de um conjunto de regras e procedimentos para permitir que as **máquinas possam agir e tomar decisões baseadas em dados**, ao invés de serem explicitamente programadas para a realização de determinada tarefa.

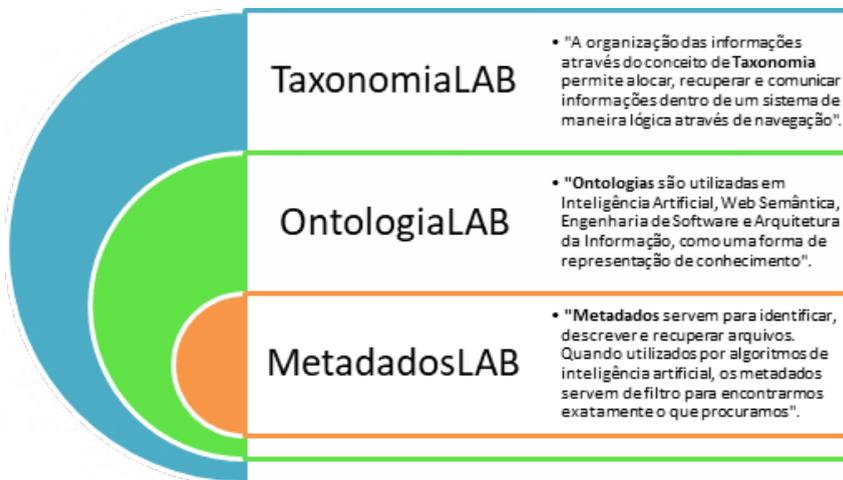
Dessa forma, ao **analisarem um grande volume de informações**, elas são capazes de identificar padrões e de tomar decisões para o ajuste de modelos. Isso torna as máquinas capazes de fazer análises por meio do processamento de dados.



**DESAFIO**  
**FORMAR O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO COM COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO COMPLEXO MERCADO DE TRABALHO DO SÉCULO XXI**

Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

**Figura 8 - Dimensões de Estudo da Ciência de Dados**



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor

**Figura 9 – Dimensões de Estudo da Ciência de Dado**

Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor

Na Figura 8 e Figura 9, indica áreas de competências do “LAB01 DS e IS” relacionando disciplinas do curso de Biblioteconomia com a recuperação da informação e conexões com Machine Learning.

## TESAUROS e WEB SEMÂNTICA LAB

“O Tesouro é um Vocabulário Controlado organizado em uma ordem preestabelecida e estruturado de modo que os relacionamentos de equivalência, de hierarquia, e de associação entre termos sejam indicados. As finalidades primordiais de um Tesouro são (a) facilitar a recuperação dos documentos e (b) alcançar a consistência na indexação dos documentos escritos ou registrados de outra forma e outros tipos, principalmente para sistemas de armazenamento e de recuperação de informação. A sua utilização dá-se no contexto da estruturação e recupera-

ção de informações em bases de dados e portais corporativos na Web”.

## MACHINE LEARNING LAB

“Machine Learning, ou aprendizado de máquinas, é a área da Inteligência Artificial relacionada à busca de um conjunto de regras e procedimentos para permitir que as máquinas possam agir e tomar decisões baseadas em dados, ao invés de serem explicitamente programadas para realizar uma determinada tarefa. Dessa forma, ao analisarem um grande volume de informações, elas são capazes de identificar padrões e de tomar decisões com o auxílio de modelos. Isso torna as máquinas capazes de fazer previsões por meio do processamento de dados”.

## LAB02 - DATA SCIENCE AND INFORMATION SCIENCE

**Figura 10** – Formação e áreas de competência do Profissional da Informação



# CATALOGAÇÃO LAB



"A **Representação Descritiva**, ou **Catálogo**, é vista como um processo de decodificação multidimensional que estrutura e padroniza os diferentes aspectos de um item informacional, tornando-o único e passível de recuperação e uso"



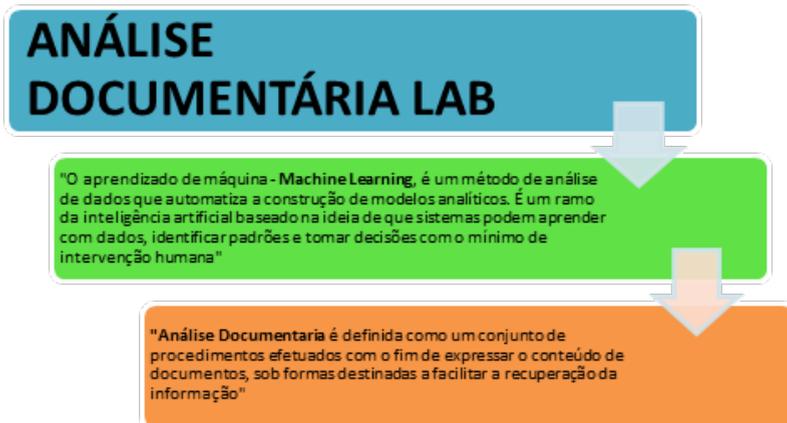
"**Machine Learning** trata do projeto e desenvolvimento de algoritmos que imitam o comportamento de aprendizagem humano, com um foco principal em aprender automaticamente a reconhecer padrões complexos e tomar decisões"



"**Algoritmos de Machine Learning** são sequências ordenadas de regras, comandos e instruções. Ao combinar os algoritmos com dados, chegam a certo resultado"

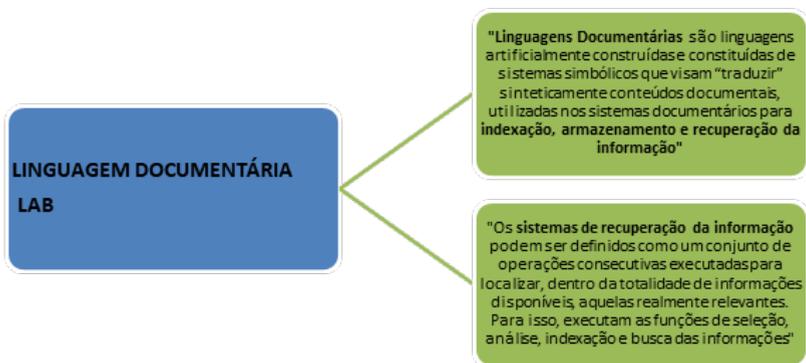
Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Figura 11 – Formação e áreas de competência do Profissional da Informação



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

**Figura 12 – Formação e áreas de competência do Profissional da Informação**

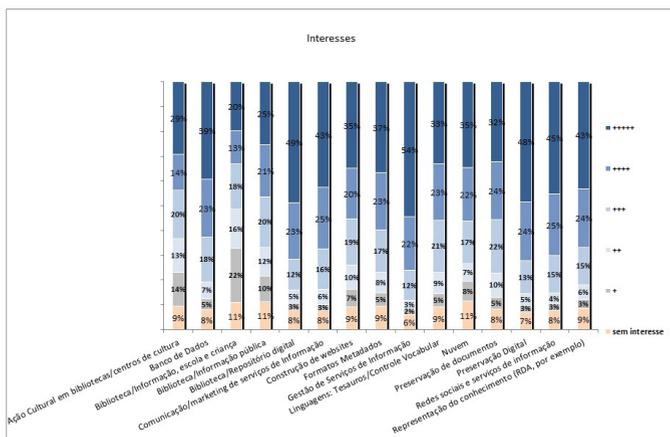


Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor

## Resultados Pesquisa Quantitativa

- ❖ Demandas de Formação do Profissional da Ciência da Informação”
- ❑ Áreas de Interesse Profissional

**Figura 13 – Resultados Pesquisa Matrix de Interesse Profissional**

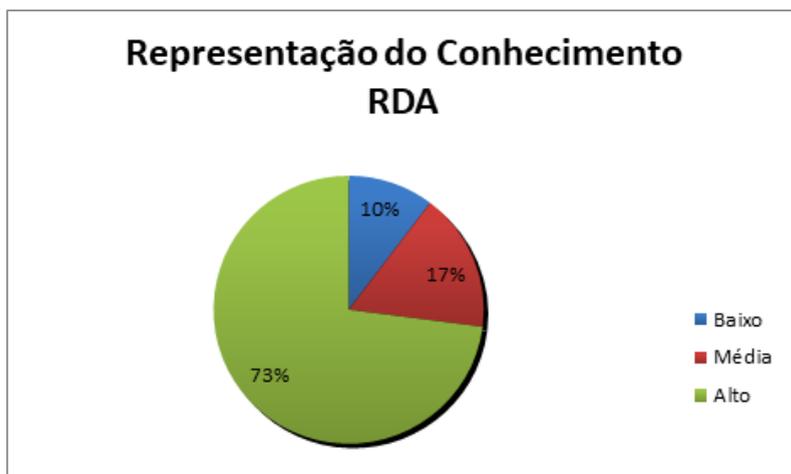


Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Os resultados da pesquisa indicam uma necessidade por desenvolver habilidades e competências nas áreas que envolvem as Tecnologias da Informação e Comunicação e com potencial intersecção com Ciência de Dados que atendam as demandas e oportunidades do mercado de trabalho na era digital. Podemos destacar as seguintes áreas de conhecimento:

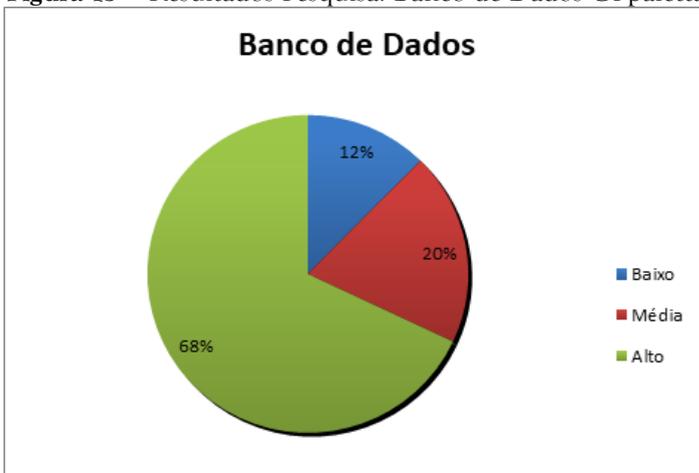
- Banco de Dados
- Biblioteca e Repositório Digital
- Metadados
- Desenvolvimento de Websites
- Computação em Nuvem
- Preservação Digital

**Figura 14** – Resultados Pesquisa: Representação do Conhecimento @ Fpaletta



Fonte: @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

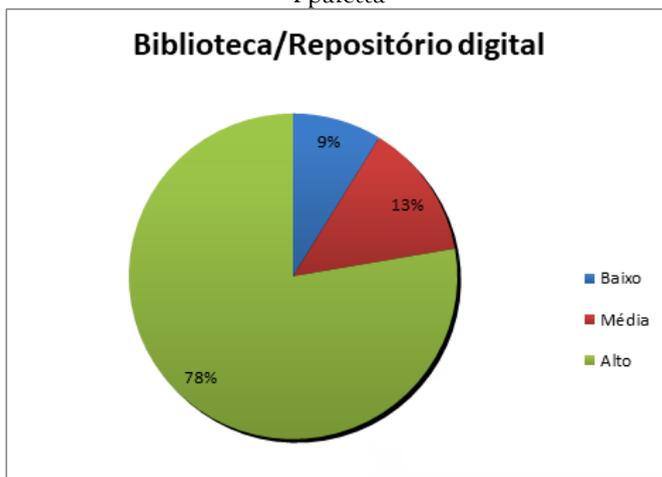
**Figura 15** – Resultados Pesquisa: Banco de Dados @Fpaletta



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Representação do Conhecimento juntamente com Banco de Dados apresenta alta demanda por capacitação e indica contribuição relevante da área de Ciência de Dados.

**Figura 16** – Resultados Pesquisa: Biblioteca/Repositório Digital @ Fpaletta



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

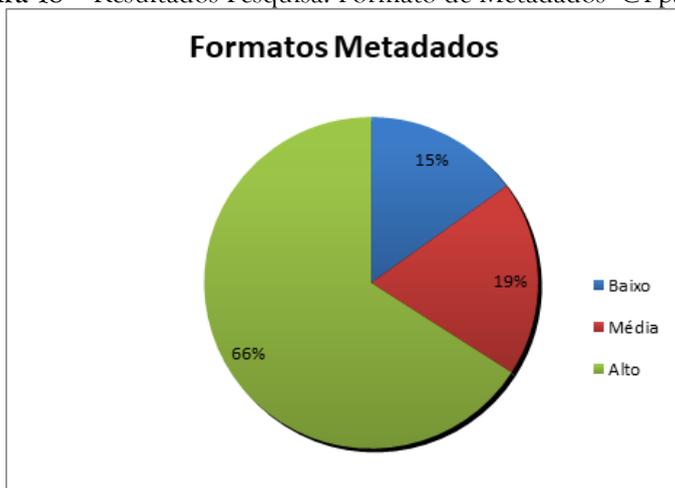
**Figura 17** – Resultados Pesquisa: Construção de Websites @Fpaletta



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

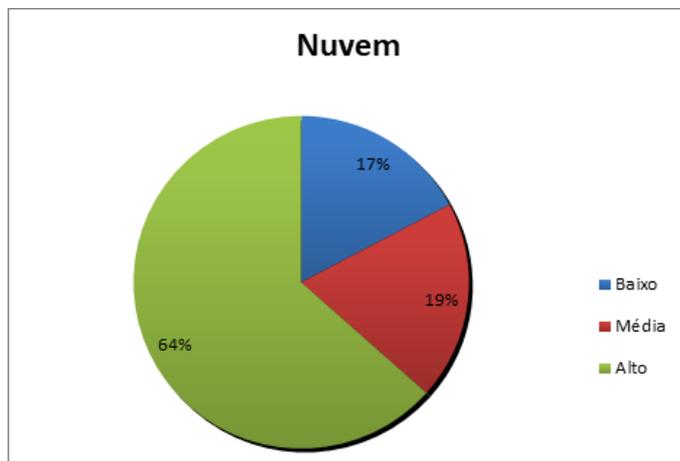
Observamos que Biblioteca e Repositórios Digitais assim como Websites indicam possibilidades de conexões com a Ciência de Dados e Inteligência Artificial.

**Figura 18** – Resultados Pesquisa: Formato de Metadados @Fpaletta



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

**Figura 19** – Resultados Pesquisa: Computação em Nuvem @Fpaletta



**Fonte:** @Fpaletta - Projeto de Pesquisa do Autor.

Com forte conexão com Ciência de Dados e Inteligência Artificial as demandas por Metadados e Computação em Nuvem são indicadores de potencial modernização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociedade da Informação é a pedra angular da Sociedade do Conhecimento e a complexidade das transformações em curso indicam a necessidade de alinhar as estratégias de negócio com a formação profissional em todas as áreas do setor produtivo e do setor público.

- ❖ **Sociedade de Informação**
  - Inovação Tecnológica
  - Tecnologia da Informação e Comunicação
  - Big Data
- ❖ **Sociedade do Conhecimento**
  - Perspectiva de Desenvolvimento
  - Transformação Política, Econômica, Social, Cultural
  - Transformação Digital

## ○ Complexidade do Mercado de Trabalho Global

A organização da informação e do conhecimento compõem o objeto de estudo da Ciência da Informação. Os Sistemas de Informação organizacionais suportados pelas TICs “Tecnologias da Informação e Comunicação” apresentam-se como desafios tecnológicos aos profissionais que atuam na área de Gestão da Informação. Ganhos de eficiência operacional, redução e custos, o entendimento das expectativas do usuário e/ou cliente fazem parte da agenda dos profissionais da informação.

A Transformação Digital apresenta-se com um potencial de oportunidades ampliando as possibilidades de atuação do profissional da informação com a formação adequada e Digital Literacy – competências digitais na intersecção do conhecimento entre as áreas da “Data Science” e “Information Science”.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de aprofundar os estudos e pesquisas que permitam entender as exigências do complexo mercado de trabalho global e a urgência de propostas inovadoras nos programas de formação profissional em sintonia com as necessidades de recursos humanos nas organizações capaz de transformar a tecnologia em vantagem competitiva. Neste contexto a contribuição do MBA Data Science e Analytics apresenta contribuição significativa na proposta de inovação e colaboração ao projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Documentação do “Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo”.

## AGRADECIMENTOS

FAPESP – Processo 2022/11749-1.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Fernando. **Introdução à Ciência de Dados: mineração de dados e big data.** Rio de Janeiro: Alta Books. 2016.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Arquitetura da Informação: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais.** Rio de

Janeiro: LTC. 2011.

ESTTRATÉGIA DE LISBOA. Instituto do Emprego e Formação Profissional. Lisboa. 2007. Disponível em: [https://www.iefp.pt/documents/10181/702845/DIRIGIR\\_97.pdf/0ca8ea7c-edcd-4702-93f2-368302730087](https://www.iefp.pt/documents/10181/702845/DIRIGIR_97.pdf/0ca8ea7c-edcd-4702-93f2-368302730087)

GRUS, Joel. **Data Science do Zero**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. Tradução: Welington Nascimento.

KLOSTERMAN, Stephen. **Projetos de Ciência de Dados com Python**. Tradução: Aldir Coelho Corrêa da Silva. São Paulo: Novatec, 2019.

LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald. **Investigação Qualitativa: fundamentos e práticas**. Tradução: Maria João Reis. 5. ed. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2012.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. **Big Data: o futuro dos dados e aplicações**. São Paulo: Érica. 2018

MUELLER, John Paul; MASSARON, Luca. **Aprendizado de Máquina: para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019

TAULLI, Tom. **Introdução a Inteligência Artificial: uma abordagem não técnica**. Tradução: Luciana do Amaral Teixeira. São Paulo: Novatec. 2020

WICKHAM, Hadley; GROLEMUND, Garrett. **R para Data Science**. Tradução: Samantha Batista. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.



# ENTRE CORPOS E ALMAS: complexidades de produção, usos e preservação de objetos na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos

*BETWEEN BODIES AND SOULS: complexities of production, uses  
and preservation of objects in the formation of Archivists, Librarians  
and Museologists*

Flávio Leal da Silva<sup>1</sup>



## 1 INTRODUÇÃO

Considerando que o debate sobre “sincretismo” e “integração” indica variáveis decorrentes dos processos de interações multi-culturais, não temos como negar que dentro desses processos existam problemas de diferentes naturezas, dimensões e intensidades que, afetando e sendo afetados por sujeitos e espaços sociais diversos, precisam ser compreendidos enquanto fenômenos sociais complexos. É sobre esta complexidade, e das tensões enquanto campo de disputas, que gostaria de abordar aqui em nosso Encontro.

Para isso, vale dizer que este texto, embora inserido num projeto de pesquisa em desenvolvimento, intitulado “Cidadanias de papel: formação, cooperação e responsabilização social Arquivística”, é de natureza exploratória que, de base bibliográfica, considera ainda as experiências de pesquisas do autor no assessoramento aos Movimentos Sociais, em especial os de demarcação de Terras Indígenas e de construção de Centros Culturais e de Memórias, a partir de levantamento e orientações técnicas de organização técnica dos documentos que, produzidos e acumulados pelos próprios momentos sociais, sejam por eles compreendidos como necessários aos seus interesses, sejam eles quais forem.

Certo de que tais considerações nos permitem diferentes for-

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9864-6103>.

mas de encaminhamento, alerto-os para o fato de que, como indicado no título, *Entre corpos e almas: complexidades de produção, usos e preservação de objetos na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos*, tento estabelecer algumas relações entre o objeto físico, indicado no “**corpos**”, e os valores de apropriações que, presente no “**almas**”, indica os valores subjetivos e simbólicos que justificam a produção, usos e preservação desses objetos, cuja historicidade dos sujeitos, individuais e coletivos, envolvidos nesses processos, demandam das formações dos Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos, habilidades técnicas distintas e especializadas capazes de consolidarem os espaços institucionais de mediações sociais que, apesar das complexidades, parecem por vezes ignorar.

Observo ainda que, consciente das diferentes possibilidades de encaminarmos nossas respostas, todas certamente incompletas e insuficientes, antecipo que sustento meus argumentos a partir do contexto brasileiro da formação de arquivistas em uma universidade pública federal da cidade do Rio de Janeiro – RJ – UNIRIO, que também forma bibliotecários e museólogos há quase um século.

Dentro desta perspectiva precisamos reforçar junto aos profissionais que formamos, a compreensão sobre as relações entre as teorias, as práticas e as formas de apropriações simbólicas e objetivas que interagem nos sistemas de comunicação por eles mediados a partir dos objetos sob suas responsabilidades.

Disso decorrem as capacidades desses profissionais reconhecerem as dimensões sociais intrínsecas e indissociavelmente inerentes aos objetos e às atividades técnicas de suas formações como sujeitos profissionais e políticos. Desta consciência, que pode ser anterior a sua formação, mas que deve estar, obrigatoriamente presente durante toda sua vida acadêmica, desdobram-se outras variáveis que, relacionando-se às obrigações do Estado, às do mercado, às identidades profissionais e disputas de classes, aos valores sociais democráticos e ideológicos, às formas de apropriações culturais e respeito às diversidades, e à compreensão dos conflitos decorrentes dessas relações, os moldarão enquanto perfil de profissional que, tendo as competências técnicas do saber fazer, devem deter uma consciência diferenciadora do saber por que fazem.

Mas para que sejamos capazes de formar profissionais com tais características, é preciso que nós mesmos estejamos conscientes, não só dos desdobramentos sociais do exercício técnico desses profissionais, mas de nossas próprias responsabilidades como formadores

desses sujeitos que mediarão tais sistemas de comunicações.

Sem que tenhamos esse comprometimento, consciente, os profissionais serão tão somente operadores eficientes, mas mecanizados, das técnicas que dominam, e nunca sujeitos políticos conscientes, preocupados e comprometidos com os desdobramentos sociais de suas atividades profissionais.

Compreender tais dimensões exige uma formação inter e transdisciplinar, visto serem essas dimensões matérias específicas de outras áreas do conhecimento. Sem a compreensão dessas relações de indissociabilidade inter e transdisciplinar, nossos profissionais serão incapazes de inovar, de dialogar com as diversidades culturais sob as quais vivemos. Serão incapazes de compreender o que efetivamente significa responsabilidade ético-profissional.

## 2 INTERDISCIPLINARIDADE: BASE DE DIAGNÓSTICOS DO CONHECIMENTO COMPLEXO

Pensar sobre “do sincretismo à integração” e “da inter à transdisciplinaridade”, num contexto de uma “formação integrada para arquivistas, bibliotecários e museólogos”, não me parece simples, sobretudo quando compreendemos a complexidade dos fenômenos que atuam sobre a questão.

Tendo esse entendimento, minha posição é, até esse momento, de não enxergar no contexto brasileiro, condições mínimas que nos permitam vislumbrar uma integração (pensada aqui como uma única formação) capaz de atender as competências profissionais dos arquivistas, bibliotecários e museólogos, sem que representem prejuízos aos benefícios que temos como áreas disciplinares distintas.

Meu pressuposto é o de que a proposta sobre o tema do II Encontro Internacional de Arquivos, Biblioteca e Museus, mais especificamente a partir da mesa “Da inter à transdisciplinaridade: que formação integrada para arquivistas, bibliotecários e museólogos? proponha um diagnóstico que, como parte das análises dos profissionais envolvidos, seja capaz de indicar, não necessariamente uma proposta de “sincretismo e integração” ou de adequações para as áreas, mas que nos indiquem os parâmetros fundamentais para um diagnóstico mais preciso sobre a necessidade ou não de, em todo ou em parte, reunirmos, com ampliação dos benefícios sociais hoje ofertados por cada uma dessas áreas, os conteúdos que sejam comuns em suas formações.

É deste pressuposto que parto para minhas considerações. So-

mente a partir de um diagnóstico que contemple alguns parâmetros, seremos capazes, se for esse o entendimento resultante, de propormos as alterações necessárias para que estas áreas continuem, agora modificadas pelo “sincretismo” e pela “integração”, a cumprir as razões sociais de terem sido criadas e de existirem enquanto áreas autônomas.

Não por acaso, creio, o fato de termos uma interrogação no título dessa mesa, nos sugerindo dúvidas, e não uma resposta, nos remete as questões que, reconhecendo outros saberes, outras ciências, nossas e dos outros, como produto e insumo ligados a contextos sociais distintos, nos impõem a compreensão de que nossos objetos, estando submetidos a realidades sociais diferentes, indicam que não só os fatores que sobre eles incidem sejam outros, como também as respostas encontradas nesses diagnósticos sejam, a partir dessas individualidades, igualmente diferentes e, não raros, divergentes, mostrarem-se satisfatórias às demandas existentes.

Para pensarmos sobre essas formações, precisaríamos ter em mãos, um conjunto de respostas que não só nos indicassem seus estados da arte, mas também nos ajudassem a identificar quais as necessidades das alterações, incluindo os temas comuns, e consequentemente, os impactos sociais esperados de suas alterações.

As falhas apontadas dizem respeito a formação que oferecemos? Quem as identificam? Em que grau? Seriam elas suficientes para pensarmos em outra formação? Não poderíamos estar transferindo, para essa “nova disciplina”, aquelas falhas que queremos corrigir? Preciso mudar tudo ou partes? O quão profunda deverão ser tais alterações? Qual a intensidade de mudança que nos autoriza dizer tratar-se de uma “nova disciplina”? Quais elementos justificam essas alterações? Quais foram os fatores identificados que as justificam? Que resultados espera-se ter? São razões tecnológicas, Políticas ou Sociais? Todas elas? Que impactos essas alterações terão sobre cada uma das áreas, suas instituições, seus serviços, as pessoas e os profissionais.

A todas essas questões poderíamos acrescentar muitas outras que, sempre incompletas e transitórias, indicariam, não só outras possíveis variáveis, como também estariam restritas a contextos sociais que, vivendo suas diferenças em espaços políticos distintos, indicariam suas próprias prioridades.

Quando falamos em e/ou sobre uma profissão, precisamos ter clareza sobre o que exatamente estamos falando ou querendo falar. Falamos da formação referindo-nos às dimensões epistemológicas ou pragmáticas dentro de um contexto social de prestação de serviços

para diferentes sujeitos? De como a universidade os formam, gostaria de formar ou somos cobrados a formar? Referimo-nos às disciplinas técnicas de organização de acervos, ou das implicações políticas e sociais decorrentes das políticas públicas que impactam os usos dessas mesmas técnicas e o consumo de seus serviços? Falamos sobre o “como fazer” ou o “por que fazer”? Falamos da falta de consciência de nossos docentes e formandos sobre as consequências sociais de suas atividades técnicas ou da incompreensão da sociedade sobre a importância desses profissionais? Em que medida não estaremos falando de tudo isso?

Aparentemente simples, ou decorrentes do senso comum, tais questionamentos são, conscientemente ou não, frutos de demandas sociais relacionadas às experiências, às culturas, aos serviços, às técnicas e aos profissionais. Qual o lugar social identificado como de prestígio desta área? Há “concorrências” entre as áreas? Com quais áreas? Quais serviços são “concorrentes”? Existe uma regulamentação legal do exercício profissional? Há um conselho nacional de fiscalização profissional? Qual o valor médio do salário? Qual o número de profissionais? Há políticas direta e indiretamente capazes de interferir sobre esses profissionais e suas competências? Qual a extensão do país? Quais as consequências decorrentes da ausência desses profissionais e os impactos na qualidade dos seus serviços? Quantas são as instituições capazes de formar esses profissionais? Qual o tempo estimado para efetivação das mudanças? Quais são essas consequências e a quem elas afetam mais diretamente? Como esse corpo profissional está organizado enquanto classe?

Cada uma dessas questões, assim como as respostas que venhamos a dar a cada uma delas, têm em sua origem as dimensões políticas de uma realidade social específica que, dificilmente, poderão ser replicadas sem seus próprios diagnósticos.

Por mais importantes e bem sucedidas que as soluções encontradas sejam, elas precisam passar por uma análise cuidadosa para sua validação em outras realidades. A incorporação acrítica de soluções vindas de contextos sociais diferentes, podem resultar em prejuízos maiores do que a manutenção das atividades vigentes e supostamente defasadas.

Nossos questionamentos, que podem ser ampliados para dimensões aparentemente desconexas das obrigações técnicas dos profissionais envolvidos, devem considerar valores simbólicos de percepções sociais sobre como esses profissionais se vêm, são vistos e gostariam de

ser vistos, assim como o perfil socioeconômico dos alunos e profissionais dessas áreas.

Talvez decorra dessa valorização social atribuída aos profissionais uma outra dimensão que precisamos considerar nesses nossos diagnósticos: a Identidade Profissional. Se área de atuação profissional - seu campo - pressupõe um tipo de território, que poderá ser modificado, onde as disputas pelos saberes disciplinares são partes integrantes e indissociáveis da sua identidade profissional, como a mudança ou negação de si, mesmo que gradual, dessa identidade, pode afetar no seu processo formativo e aceitação pela sociedade que o reconhecia de uma maneira e não de outra?

Então temos uma outra questão que se relaciona com essa identidade profissional, que não só orienta as escolhas desses futuros profissionais - que pode ser pelo salário ou prestígio, como também, orientada pela valorização social que se atribuí a esses profissionais - justifica a busca pelos seus serviços e, pela qualidade que julga ter, reforça a valorização social, impacta seu salário e, portanto, sua identidade.

Essas dimensões, que podem parecer distantes da importância que atribuímos a disciplinaridade ou a interdisciplinaridade, enquanto processo, enquanto valor ou ato de consciência de nossas formações, implicam em um tipo de mudança que, se não compartilhada com a sociedade a quem servimos, pode ter resultados cujo custo benefício das alterações pode não compensar. Em que pese existir uma discussão, até certo ponto inócua, sobre ser a função das universidades formar para o “mercado”, já que por mercado podemos perfeitamente estar falando do próprio Estado, não podemos ignorar que esse empregador, seja ele quem for, não só é diverso, como define, em grande medida, a formação que ofereceremos aos candidatos a esta ou aquela profissão. Não sem razão temos como críticas em nosso curso, a defasagem existente entre esse mercado, e o que oferecemos como competências dentro das universidades.

Discussões epistemológicas importantes parecem ignorar essas realidades. Lembro-me de meu curso ser criticado por estarmos formando profissionais voltados para os Arquivos Permanentes Públicos. Naquele contexto, não teríamos Arquivologia e nem arquivistas se o perfil dos formados fosse outro. Não teriam onde trabalhar.

As estratégias e o tempo de resposta que cada grupo adota para minimizar essa defasagem pode fazer grande diferença, já que entre a identificação dessa demanda e a nossa capacidade de atendê-la,

há não apenas demarcadores políticos que a viabiliza, mas um tempo para a solução que, ao ser conquistada, pode já não ser mais tão necessária, indicando outras demandas, e outras, e outras...

Convém ainda observar que, por mais competente que sejam na formação desses profissionais, há uma certa dose de presunção em acharmos formar, sobretudo na graduação, profissionais “perfeitos” para atuarem em todas as demandas. As nossas capacidades de acompanhamento dos processos criativos das dinâmicas sociais de incorporação profissional, não só são limitas, como também dependentes de cooperações de diferentes dimensões.

A esses fatores podemos somar o índice de desenvolvimento humano e o regime de governo do país que estudamos. A oferta dos direitos humanos desta sociedade, assim como saber o quão democrático é, são indicativos fundamentais que orientam nossas formações, já que é partir deles que outras demandas serão almejadas. Nível de escolaridade, respeito às diferenças, equipamentos culturais disponíveis, violência, condições alimentares e moradias, são exemplos de fatores que incidem sobre nossas discussões.

Nesse contexto, embora possamos reconhecer como válidos os parâmetros técnicos que orientam a formação profissional em outros países, sua efetivação, em contextos diferenciados, implica em estratégias que, não encontrando apoio de seus agentes políticos, serão inviabilizadas.

Esses indicativos, que parecem não ser contemplados como referenciais de formação na maioria dos cursos, e que são, conscientemente ou não, menosprezados, isolam os sujeitos em uma disciplinaridade equivocada, cuja base das complexidades parece não ter qualquer relação com o mundo que o cerca. Sem tais contribuições não seremos capazes de entender as relações de poder subjacentes às práticas técnicas desses profissionais.

Compreendendo isso, sua importância técnico-profissional e social, esses sujeitos terão uma rara, porém fundamental e diferenciadora capacidade de unirem, a partir de sua própria valorização profissional, uma dimensão social de pertencimento e responsabilidades sobre como o que fazem impacta as vidas das pessoas.

Decorre ainda dessa tomada de consciência que, esses jovens, em sua maioria, sentindo-se aliados das suas vontades, obrigações e competências de participação do cotidiano da vida política, e das decisões que os afetam, identificarão um caminho de participação política efetiva, afetiva e consciente, não partidarizada, a partir do exercício

profissional. E ainda, poderão, a partir dessa compreensão, terem projetadas como suas as conquistas de direitos que, pelo exercício técnico de suas atividades profissionais, viabilizaram em favor dos sujeitos.

Munidos desse olhar, ou desses olhares, o exercício profissional deixa de ser, sobretudo e inicialmente para nossos alunos, aquilo que o senso comum nos permite compreender, fornecendo outras possibilidades, caminhos, desafios, atores e propostas.

Resulta desse entendimento, nossas questões sobre a interdisciplinaridade, para mim uma das nossas maiores dificuldades nos processos de formação profissional. Como princípio mediador e criativo fundamental, complexo e indissociável dos processos de ensino de aprendizagem na formação dos conhecimentos e das disciplinas, mais do que um gesto de vontade dos sujeitos de conhecimento, a interdisciplinaridade se coloca como característica indissociável dos fenômenos sociais, cuja importância nos processos de formação reside na tomada de consciência de sua existência intrínseca e indissociável, repito, daquilo que se busca entender, mas nunca de uma escolha sobre querer ou não aceitá-la como parte integrante dos processos de ensino e aprendizagem que estão vinculados aos fenômenos sociais complexos.

Aceitas essas premissas, sustento que nossos argumentos, orientados por elementos psicossociais e culturais próprios que estabelecem se, como e porque investimos em conhecer um dado fenômeno social, estão relacionados a determinados “objetos” que, criados e apropriados a partir de demandas culturais próprias, passam a exigir cuidados especializados que, se negados, inviabilizam a conservação, os usos e a continuidade das próprias práticas que lhes deram origem e sentido.

Nesse contexto, inconscientemente, na esmagadora maioria das vezes, seja como prática cultural, mas como desdobramentos jurídico-administrativos impostos, esses objetos, representantes de uma dada cultura, inclusive a administrativo-burocrática, têm seus usos, importâncias e cuidados, relacionados aos valores simbólicos que, em razão de complexidades sociais distintas em cada sociedade, é o que mantém as instituições, os critérios de produção, usos e preservação desses mesmos objetos, assim como garantem os perfis dos “consumidores” e dos “profissionais” autorizados a manuseá-los dentro desses interesses, usos e mediações dos poderes a que servem.

Sem reconhecermos essas diferentes dimensões, proposta no título “Entre corpos e almas: complexidades de produção, usos e pre-

servação de objetos na formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos”, que nos levam a classificar sujeitos, reservar mercados, criar afetividades, valorizar estéticas, autorizar usos e produzir conhecimentos a partir das “almas e dos corpos”, nossas especificidades técnicas, nossas responsabilidades ético-profissionais serão frágeis e desprovidas dos elementos que sustentam os interesses públicos que as justificam, logo nossas identidades como profissionais e sujeitos políticos. É esta consciência que, como dimensão Ética e Política, media trocas, valoriza sujeitos, viabiliza direitos e classifica objetos, que precisa ser conquistada, sobretudo quando tais valores não são os mesmos dos compartilhados entre os professores, os alunos, os profissionais e os grupos a quem servem.

É nessa dimensão Ética e Política, na consciência dessas dimensões, que busco não só a base comum dessas formações, necessariamente inter e transdisciplinar, como também as diferentes linguagens, estratégias, sujeitos e instituições que, orientados por valores específicos em suas diversidades, e a partir dos objetos e procedimentos técnicos que mediam os usos, criam identidades profissionais que, autorizadas, vêm-se apenas como especialistas técnicos, mas raramente como detentores de responsabilidades sobre os usos sociais envolvidos.

### 3 QUE FORMAÇÃO: ARQUIVISTAS, BIBLIOTECÁRIOS E MUSEÓLOGOS?

Aceitas as premissas, precisamos, a partir do diagnóstico, sermos capazes de analisar o maior número possível das variáveis que impactam no perfil desses profissionais. Esse diagnóstico, motivado por uma pergunta de um “e se?”, e se fosse diferente? É nosso guia. E se essa ou essas formações fossem diferentes, seus campos de atuação seriam os mesmos? Os espaços institucionais e sociais de atuação desses “novos” profissionais seriam os mesmos? Seus objetos seriam os mesmos? O que efetivamente temos como sendo esses “objetos”? Um objeto físico corpóreo ou os valores subjetivos e simbólicos deles decorrentes? Podemos individualizá-los, separá-los? As funções que esses objetos desempenham nos espaços institucionais e sociais serão os mesmos? As mudanças propostas seriam sobre as técnicas de organização dos objetos? Em o sendo, que diferenças substanciais justificariam então as mudanças projetadas para esses profissionais? Caso a formação esteja sendo pensada para espaços de atuações profissionais diferentes dos

agora existentes, não estaríamos correndo os riscos de formar hoje, profissionais em cujos espaços projetados para atuação técnica ainda não existem? Como garantir que existirão diante das imprevisibilidades sociais? Como iríamos administrar esses vazios entre uma dada realidade social em vigor e outra que, sendo inicialmente projetada, é apenas uma possibilidade de existência? Estariam os poderes públicos, a sociedade civil e o mercado, em suas diversidades, e via de regra mais sensíveis às necessidades de mudanças, suficientemente conscientes desta necessidade de mudanças? Como perceberiam as mudanças e o que fariam para minimizar os prejuízos, ainda que eventuais, dessas “lacunas”?

Mas, por outro lado, se nossas atividades profissionais são tão somente as respostas que encontramos como satisfação dos problemas que identificamos dentro de uma realidade objetiva, como justificar os investimentos para viabilização desse projeto? E mais, como ficariam os profissionais já formados com base na realidade vigente? E os profissionais que seriam formados pela proposta de inovação de um por vir apenas provável, como ficariam diante de seus projetos de satisfação e felicidade profissional e suas necessidades econômicas de subsistência? Como se dariam as escolhas sobre quais centros de formação seriam contemplados por um ou outro modelo? Ou as escolhas seriam feitas pelos próprios candidatos ou alunos? Mas como esses alunos fariam uma opção por um tipo de formação que, ainda não consolidada e sem empregabilidade, são por eles desconhecidos? E as questões docentes em suas competências, como seriam equacionadas?

Nesse caso, não estaríamos tão somente tentando antecipar os resultados de um processo próprio das dinâmicas sociais que, como sabemos, podem ter seus caminhos completamente alterados em razão de inúmeros fatores, via de regra, igualmente próprios e autônomos em cada grupo social?

As formas como as culturas se apropriam de seus objetos dependem de um conjunto de fatores que, ainda que como objetos físicos nos pareçam idênticos, as formas e os valores como são incorporados e valorizados socialmente são tão diversamente percebidos por cada grupo humano, que não raro se quer conseguimos compará-los.

Os estágios de desenvolvimento de cada sociedade implicam em visões de mundo muito distintas sobre suas prioridades. No Brasil de hoje, por exemplo, nossa prioridade parece ser a da sobrevivência. Sobrevivência física-biológica, mas também cultural em nossas diversidades. Mesmo nesse momento em que muitos de nós brasileiros te-

mos como prioridade nos livrarmos de uma elite econômica, midiática e política que, ao custo de milhares de vidas, em sua maioria vidas pretas e pobres, apropriam-se não apenas dos poderes, mas dos recursos financeiros e naturais sem qualquer constrangimento, há aqueles que, por má fé ou incapacidade de se verem como vítimas do que vivemos, discordam dessas prioridades.

A percepção que eu tenho sobre a contribuição dos documentos, dos arquivos e dos arquivistas, das bibliotecas e dos bibliotecários e dos museus e dos museólogos para a mudança desse quadro, não encontra ressonância diante de sujeitos que não têm o que comer agora, nesse exato momento em que vos falo. Mesmo que entendamos esse período mais nefasto como transitório, seus efeitos negativos não serão desfeitos em curto e médio prazos. E esse efeito não é colateral, mas o resultado cuidadosamente pensado e bem sucedido.

As funções sociais dos Arquivos, Bibliotecas e Museus, por mais importantes que sejam como instrumentos formadores e transformadores, parecem exigir sujeitos profissionais distintos, uma vez que não só seus olhares sobre os objetos que manipulam são diferentes, como também são serviços oferecidos para, e por sujeitos igualmente distintos.

Espero que esta minha fala não seja vista como preconceituosa. Não é essa a minha proposta. Mas não posso ignorar que existam realidades socioeconômicas predominantes muito distintas nesses grupos de profissionais e de consumidores dos serviços de Arquivos, Bibliotecas e Museus que são também identificadas nos indivíduos que optam por seguirem uma dessas profissões.

Como podem os arquivistas, os bibliotecários e os museólogos serem excelentes profissionais se eles não reconhecerem a importância social de suas formações e dos objetos com os quais trabalham? Se não forem consumidores desses mesmos serviços?

Compreender o perfil dos candidatos a essas profissões pode nos ajudar muito sobre os investimentos necessários na superação de nossas dificuldades. Como sensibilizar as pessoas para os usos desses equipamentos sociais, se aqueles que escolhem cursar Arquivologia, Biblioteconomia ou Museologia não foram e não são frequentadores dessas instituições? Seus olhares parecem estar limitados aos benefícios financeiros decorrentes das dimensões técnicas do como fazer, mas dificilmente voltados para o entendimento consciente de suas dimensões sociais sobre o por que fazer.

Reforçar que as relações de inter e transdisciplinaridade são,

independentemente de nossas vontades ou consciências, uma realidade concreta da vida em sociedade, é um dever. Sendo estas relações impositivas, intrínsecas e indissociáveis das atividades da vida coletiva, e, portanto, também impressas em nossas formações profissionais, resta-nos tão somente, para o próprio sucesso intelectual e profissional, apropriarmos-nos de sua existência, mas nunca acreditar tratar-se de uma escolha que possamos fazer em adotá-las ou não.

Mesmo reconhecendo que, pelas especificidades de alguns espaços de atuação, o profissional, o empregador ou o consumidor, possam avaliar eventuais erros técnicos do profissional como falhas de formação acadêmica, eu diria que isso não caracterizaria necessariamente uma falha, nem seria suficientemente forte para justificar alterações na formação.

Existem determinadas demandas que, pelas suas especificidades e reduzida capacidade de empregabilidade, fogem do que me parece ser a lógica de uma formação capaz de atender ao mercado mais amplo. E o digo, não por arrogância em achar que somos perfeitos, mas por compreender que não só a universidade lida, em nível da graduação, com um tipo de formação mais ampla, capaz de atender as principais demandas sociais existentes, como também vejo, e aqui talvez caiba as críticas a alguns cursos, que as nossas falhas talvez estejam exatamente em não conseguirmos ensinar aos nossos alunos a como seguirem aprendendo.

Talvez, ao lhes ensinarmos a fazer, esqueçamos de lhes ensinar esse porque fazer, que poderia ajudá-los a compreender que, apesar das dimensões genéricas de sua formação, que é orientada para a satisfação das demandas predominantes do mercado empregador, existam outros espaços que, pela sua consciência da inter e transdisciplinaridade dos saberes, possam abrir frentes de empreendedorismo e inovação. Nesse sentido, a presença discreta, e não rara inexistente, de condições para aproximarmos nossas áreas de outras, viabilizando uma compreensão mais efetiva e pragmática da interdisciplinaridade, esteja aqui manifestada.

Conjuga ainda para aquela noção de falha, e aqui é bom lembrar que falo da realidade brasileira, o entendimento do mercado liberal sobre não ser sua responsabilidade a formação dos profissionais que, eles próprios demandam, fragiliza significativamente tais formações. O argumento da oferta de estágios, geralmente utilizado para minimizar essa distância, a muito sabemos, caracteriza-se muito mais como uma possibilidade de mão-de-obra barata, do que num compro-

metimento efetivo com a formação dos profissionais.

Assim, sem querer responsabilizar a universidade e ou o mercado, pelas diferenças existentes entre os parâmetros que orientam a formação profissional, a verdade é que sem diálogos dificilmente seremos capazes de minimizar as lacunas que justificam tais diferenças.

Mais uma vez nos deparamos com um conjunto de fatores que, repito, não estão necessariamente em nossas limitações de conhecimento técnico sobre o como fazer, na base disciplinar da formação, mas nas dimensões das políticas públicas que orientam nossas atividades. O Estado, nesse sentido, desempenha papel indutor predominante, quando não exclusivo, já que dele fluem os atos de autorização, controle e cobranças sobre a obrigatoriedade ou não desse ou daquele profissional atuar nessa ou daquela forma ou instituição. Se a exigência da graduação em medicina para o exercício das funções médicas nos parece justificada, o que justifica o fato de qualquer profissional poder exercer as funções dos Arquivistas, Bibliotecários ou Museólogos? Quais os valores subjacentes que sustentam tais aceitações?

Isso nos indica que o “consumo pela profissionalização arquivística, bibliotecária e museológica” é produto e insumo da construção de um “mercado” e “usuários” que os vejam como necessários, mas também como obrigatórios, já que sobre ela incidem marcos jurídicos, e práticas culturais diversas que deveriam implicar em responsabilizações pelos prejuízos decorrentes de sua ausência ou baixa qualidade. As maneiras como tais “mercados” consumirão os objetos dos arquivos, bibliotecas e museus, indicarão o perfil de profissional necessário a sua satisfação.

Esse “mercado”, em especial as instituições as públicas, será indutor do tipo de formação desses profissionais. A quantidade de cursos e de vagas ofertadas, o perfil das instituições, os níveis da formação (graduação ou pós), a faixa salarial, o perfil socioeconômico necessário são fatores que, orientados e orientadores, em grande medida, pela indução das políticas públicas voltadas para demandas de grupos sociais específicos, determinarão, inclusive, no perfil dos que quererão cursar tais profissões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse exercício de pensar sobre nossas formações com base em suas complexidades, como preceito de ampliação da qualidade dos serviços oferecidos, a partir de uma formação que nos parece inade-

quada e restritiva, ainda que hipoteticamente como pressuposto acadêmico de provocação intelectual, digo que identifico mais sucessos do que falhas em nossas formações e serviços.

Essa percepção sobre a necessidade de mudança, que caracteriza em si parte desse sucesso, é não apenas um processo emergente das dinâmicas de mudanças no perfil de formação que oferecemos, mas pode ainda indicar uma outra e mais profunda necessidade, que sendo outra formação, em grande medida, resultante dos deslocamentos do centro para as fronteiras das áreas em que se estabelece, é o produto, não necessariamente consciente, mas objetivo da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade.

Então, aquilo que inicial ou apressadamente nos pareça ser uma falha, na verdade pode ser visto como seu oposto, isso é, o resultado positivo da qualidade das nossas instituições nesses processos de diálogos que, embora insuficientes para o que agora imaginamos adequado, resulta de nossas competências de atualizações das ciências.

Essa realidade implica na necessidade de uma atenção toda especial, pois, se o sucesso que o exemplo acima pressupõe existir, for o responsável pela ampliação das competências desses profissionais, inclusive resultando em uma outra profissão, esta virá acompanhada de tensões decorrentes desse processo de adequação, e sobreposições, entre a vigência de uma prática ainda predominante, com a emergência de outras. Essas tensões, repito, resultantes da ampliação, supressão ou criação das competências técnicas das áreas envolvidas, não podem ser vistas necessariamente como falhas, mas como dinâmicas sociais próprias de adequações que poderemos tratar como “sincretismo” ou “integração”.

O que me parece importante é que não sejamos impulsivos de, sem os diagnósticos necessários, valorizarmos mais o que nos parece como falhas, aquilo que pode ser, em grande medida, o sucesso de nossas competências como formadores e profissionais.

Um diagnóstico impreciso sobre essa transição de competências pode inviabilizar os desdobramentos positivos que nos permitiriam essas transformações, essas mobilidades entre “sincretismo” e “integração”. A consistência de nossos diagnósticos, nos permitirão, ainda, identificar onde estas tensões estão sendo processadas, assim como suas intensidades e escalas de abrangência. A identificação precisa do território no qual está o conflito, pode nos ajudar nas avaliações sobre estarem eles ligados mais diretamente aos núcleos disciplinares, ou mais próximos de suas fronteiras, onde os diálogos são mais

facilmente perceptíveis, e portanto, mais sensíveis aos equívocos de avaliarmos como uma demanda do núcleo ou disciplina, aquilo que é ou ainda está nas fronteiras, nos diálogos inter e transdisciplinares. Não podemos correr o risco de ter as fronteiras das áreas, onde as mobilidades e incertezas são fomentadas e mais evidentes, a falsa ideia de serem elas as próprias áreas, e não espaços de encontros, diálogos e experimentações.

São esses diálogos que nos permitem observar, a partir de outros atores e olhares, caminhos de inovações que, a medida em que sejam capazes de se consolidarem como parte nuclear de uma das áreas ou de todas as que comungam das questões ali colocadas, serão capazes de se movimentarem das margens ou fronteiras em direção ao centro ou núcleo de uma ou de todas elas, e não raro podendo ainda desdobrarem-se em uma outra área que, como busquei destacar, poderá vir a competir com aquelas que lhe deram origem.

Esses são movimentos possíveis, necessários e comuns, mas que não ocorrem simultaneamente em espaços e tempos diferentes, nem com a mesma intensidade, profundidade e velocidade. São esses aqueles fatores sobre os quais disse acima, que possibilitarão ou não essas propostas de mudanças, talvez identificadas como “sincretismos” ou “integrações”, mas que são viabilizadas pela interdisciplinaridade.

Tais considerações não implicam em negar, caso sejam realmente necessárias, as mudanças, mas sim em termos os cuidados necessários para que, ao as efetivarmos, não as façamos com os prejuízos das simplificações ou modismos das buscas pelo “moderno” ou “novo”.

Isso não significa que não tenhamos condições de induzir o perfil dos profissionais que formamos, ou mesmo a criação de uma nova profissão. Conscientemente ou não fazemos isso todos os dias. A questão é que, se a fazemos forçosamente, evidenciaremos uma fratura que, comprimindo o espaço e o tempo próprios das instituições e dos sujeitos envolvidos, corremos o risco de, mais do que incompreendidos, inviabilizarmos as mudanças que nos parecem, verdadeiramente, positivas.

Finalizando minha fala, intento tão somente reforçar que, para que as mudanças sejam efetivadas, e com elas os benefícios sociais esperados, precisaremos responder a uma série de questionamentos a partir dos diálogos com todas as áreas e sujeitos de conhecimento. Precisamos compreender, repito, que a importância das disciplinas está na sua capacidade de diálogo e de respostas às demandas dos nos-

tos cotidianos que só podem ser compreendidas em suas complexidades com o aproveitamento consciente dos recursos interdisciplinares e transdisciplinares, propostos em encontros como esse.

Isso não significa, é importante reforçar, que nem todo conhecimento produzido nas fronteiras farão parte, necessariamente, dos conhecimentos a serem incorporados como unidade de conhecimento obrigatório e nuclear das áreas. Em que pese isso possa ocorrer, temos toda uma dinâmica que, espero, ter conseguido mostrar, que se aplica a espaços sociais específicos.

Por isso poderemos afirmar que nosso maior desafio esteja na consciência que todo profissional deva ter sobre esse seu lugar social. Sem que compreenda a si como parte integrante e dependente de uma estrutura social maior, suas atividades estarão, via de regra, fora do lugar, descontextualizadas, “mecanizadas”, desprovidas da humanidade que justifica sua existência enquanto sujeito de conhecimento técnico capaz de satisfazer algumas necessidades cotidianas.

Como compreender tais dimensões sem os ensinamentos das demais ciências? Como avançar numa formação tecnicamente competente e socialmente comprometida sem os ensinamentos das áreas da Filosofia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Administração, Saúde, Segurança, Educação, Cultura, Política, Direito, História, Física, Biologia, Química, Matemática, Informática e tantas outras? Tais pressupostos, que para mim são determinantes na formação de todo e qualquer profissional, e não apenas na dos Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos, por si só indicam a complexidade de nossa proposta aqui no II ABM, para o qual agradeço ter sido convidado.

Por isso não poderemos ignorar que não só nossas propostas são orientadas por diversos tipos de políticas públicas, de contextos regionais e nacionais, como também por sujeitos individuais e coletivos que, envolvidos nessas disputas, dominam a máquina administrativa e os recursos financeiros do Estado ou das entidades de classes que, com base nas políticas de governos, mais do que nas do Estado, são quem determinam quais áreas do conhecimento serão priorizadas, quais atores serão atendidos, o tipo de formação que serão objetos de investimentos ou de cortes. Essas condicionantes, que são determinantes das políticas de efetivação dos projetos de sociedade em disputas, implicarão diretamente no perfil dos profissionais que formaremos.

O Brasil de hoje, por exemplo, temos um projeto de sociedade onde as áreas de ciências sociais e humanas deixaram de ser obrigatórias nas escolas públicas primárias e secundárias e, no ensino uni-

versitário, tiveram seus já parcos recursos financeiros, completamente cortados. Um Brasil onde a maior crítica política feita a um opositor, passa pela “denúncia” – na verdade uma ameaça - de que o seu adversário às eleições à presidência da república, fechará os clubes de tiros para abrir mais bibliotecas.

São com essas realidades e conflitos que, decorrentes das disputas de projetos de sociedade, implicam na possibilidade de termos nossos projetos levados a efeito ou não. São esses contextos que precisamos ter em mente quando pensamos em Educação, Ciência e Tecnologia, assim como, de resto, em tudo que está vinculado a vida em sociedade. Sem um diagnóstico preciso sobre cada realidade social, nossas propostas tendem a ser inviabilizadas.

Gostaria de nesse momento da minha fala, quando caminho para as conclusões, de reforçar que estas considerações, partindo do entendimento de que “sincretismos” e “integrações” são realidades concretas da vida em sociedade, não buscaram responder positiva ou negativamente suas efetividades, mas a necessidade de estudos de diagnósticos que, analisando as complexidades dos nossos cotidianos a partir das diferentes áreas do conhecimento, nos forneça orientações sobre como viabilizarmos o melhor aproveitamento desse “sincretismo” que convirja para uma “integração” entre arquivos, bibliotecas e museus como equipamentos culturais indispensáveis para uma qualidade de vida em suas múltiplas dimensões.

## REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CARVALHO, Edgar de Assis; MENDONÇA, Therezinha. **Ensaio de complexidade.** 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org). **Interdisciplinaridade:** para além da filosofia do sujeito. 3 ed. Petrópolis: RJ Vozes, 1999.

MOREL, Reginia L. Moraes. **Ciência e Estado:** a política científica

no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVA, Flávio Leal da. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. **Acervos: Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, n.1, p. 77-93, jan./abr. 2018.

WATSON, Rod e GASTALDO, Édison. **Etnometodologia e análise da conversa**. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2015.

# A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMÁTICA E DA DOUMENTOSCOPIA PARA A FORMAÇÃO DE ARQUIVISTAS E BIBLIOTECÁRIOS: relato de experiência da docente da Disciplina Diplomática Arquivística ministrada na Universidade Federal da Paraíba

*THE IMPORTANCE OF DIPLOMATIC AND  
DOCUMENTOSCOPY IN THE TRAINING OF  
ARCHIVISTS AND LIBRARIANS: report of experience of  
the teacher of the Discipline Archival Diplomatics Taught at  
the Federal University of Paraíba*

Maria Amélia Teixeira da Silva<sup>1</sup>



## 1 INTRODUÇÃO

A Diplomática pode ser definida como uma Ciência da qual a Arquivologia assim como outras áreas do conhecimento, se apropriam para subsidiar seus estudos relacionados à autenticidade documental.

No âmbito da Arquivologia, a relação com os princípios arquivísticos seja: Princípio da Proveniência ou Respeito aos Fundos; Princípio da Organicidade; Princípio da Unicidade e Princípio da Indivisibilidade ou Integridade Arquivística, pode ser considerado um diferencial significativo para que se compreenda que a veracidade apenas do suporte documental, não é suficiente para lhe aferir autenticidade, sendo necessário verificar seu conteúdo, a proveniência, ciclo de vida e a cadeia de custódia documental, seja no âmbito do universo digital ou não digital, o que a diferencia de outras ciências que também trabalham com documentos.

Neste trabalho, será apresentado um relato das experiências vivenciadas enquanto docente da disciplina Diplomática Arquivística, ministrada aos cursos de Bacharelado em Arquivologia e

---

<sup>1</sup> Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2070-2918>.

Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba.

Atualmente, a referida disciplina é ministrada enquanto componente curricular optativo para os referidos cursos, contudo, dada a sua importância, muito em breve, se tornará obrigatória para o curso de Arquivologia da UFPB, conforme ocorre na maior parte dos cursos de Arquivologia do Brasil. Em sua ementa são descritos os seguintes conteúdos: Conceitos e aplicações da Diplomática em documentos oficiais. A gênese documental e as partes constitutivas dos documentos. A tipologia documental com sua nomenclatura. Tradição de documentos: originais e cópias. Documentos eletrônicos e sua interligação com a Diplomática. Análise diplomática e a identificação de documentos autênticos, falsos e falsificados.

A disciplina passou a ser desenvolvida com abordagens teóricas e práticas, incluindo em seu conteúdo uma unidade sobre Documentoscopia, Ciência Forense parte da Criminalística, que estuda os documentos para verificar se são autênticos e caso não, determinar sua autoria (Mendes, 2003). Esta iniciativa fez os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia da UFPB, tornarem-se pioneiros no Brasil, na medida em que até a elaboração do presente trabalho, são os primeiros e únicos do País a estudar Documentoscopia e Grafoscopia enquanto conteúdo da Disciplina Diplomática.

Ao ministrá-la, foi possível perceber que para atender as necessidades cada vez mais atenuantes requeridas à formação de arquivistas e bibliotecários, sobretudo, no que concerne aos diferentes suportes informacionais existentes, seria necessário recorrer a outras ciências e áreas do conhecimento que pudessem subsidiar complementar e/ou aprimorar o fazer profissional no âmbito da análise dos aspectos relacionados à autenticidade de documentos digitais e não digitais. Com o objetivo de me qualificar cada vez mais para atuar nesta linha de ensino, pesquisa e investigação, iniciei uma segunda Graduação, sendo esta em Investigação Forense e Perícia Criminal, cuja conclusão se deu no corrente ano.

A Documentoscopia se distingue de outras ciências que também estudam os documentos por ter um cunho nitidamente policial, “não se satisfaz com a prova da ilegitimidade do documento, mas procura determinar quem foi o seu autor, os meios empregados, o que não ocorre com outras” (Mendes, 2003, p. 9). Já a Grafoscopia é a parte da Documentoscopia que trata exclusivamente do grafismo, do gesto da escrita realizado pelo homem (Del Picchia Filho; Del Pichia, C.; Del Pichia, A., 2016). Assim, o objetivo da grafoscopia é “determinar

se os lançamentos manuscritos questionados foram produzidos pelo mesmo indivíduo que produziu os lançamentos manuscritos tomados como padrão (quando houver), a partir do chamado confronto grafoscópico” (Silva, Feurharmel, 2014, p. 87).

A disciplina é desenvolvida em três unidades, sendo a primeira dedicada aos estudos teóricos e a análise diplomática de documentos não digitais; a segunda dedicada a estudos teóricos e a análise documentoscópica e grafoscópica de documentos não digitais; e a terceira relacionada a estudos teóricos e a análise diplomática, documentoscópica e grafoscópica de documentos digitais.

Durante a disciplina, os discentes estudam os conceitos de documentos autênticos, autenticados, falsos e falsificados, bem como o que são documentos digitais, virtuais, eletrônicos e digitalizados. São apresentados também conceitos e Leis que regem os diferentes tipos de assinaturas, sendo a distinção entre assinatura eletrônica, digital e digitalizada umas das discussões mais instigantes.

Para a análise dos documentos, foram elaboradas fichas que serão apresentadas no decorrer do trabalho. A Ficha de Análise Diplomática foi criada a partir da literatura de Bellotto, Ruipérez e Duranti e é dividida em três partes: Parte I - Análise dos seus Caracteres Internos: 1) Denominação do Documento (Tipologia Documental), 2) Denominação da Espécie, 3) Data Tópica, 4) Data Cronológica, 5) Conteúdo (Resumo/síntese), 6) Signos Especiais e, 7) Autor do Ato; Parte II - Análise dos seus Caracteres Externos: 1) Gênero, 2) Suporte, 3) Formato, 4) Forma e 5) Aplicação informática e; Parte III - Trâmite: 1) Produtor, 2) Receptor, 3) Trâmite Para sua Expedição e Vigência, 4) Comentário Diplomático.

Já a Ficha de Análise Documentoscópica elaborada a partir de Del Picchia Filho, D’Almeida e outros autores de Documentoscopia, é composta pelos seguintes campos: 1) Denominação do Documento (Tipologia Documental), 2) Denominação da Espécie, 3) Data Tópica, 4) Data Cronológica, 5) Norma ou Resolução que define a estrutura padrão do documento e; 6) Parecer acerca do documento questionado: análise dos elementos de autenticidade do documento conforme Lei, Norma ou Resolução. Neste campo também faz-se necessário mencionar qual(ais) instrumentos e/ou equipamentos foram utilizados na análise, a exemplo de lupa, luz ultravioleta etc.

Para além das duas fichas anteriormente mencionadas, há também a Ficha de Análise Grafoscópica elaborada a partir de Del Picchia Filho, D’Almeida e outros autores de Documentoscopia, que

foi desenvolvida em duas partes, nas quais são analisados os elementos subjetivos e objetivos relacionados à escrita: Parte I – Elementos Subjetivos: 1) Pressão, 2) Velocidade, 3) Ritmo Gráfico, 4) Habilidade do Punho e, 5) Dinamismo Gráfico; Parte II – Elementos Objetivos: 1) Andamentos Gráficos, 2) Inclinação Axial, 3) Espaçamentos Gráficos, 4) Calibre e Proporções; 5) Valores Angulares e Curvilíneos; 6) Alinhamentos Gráficos e, 7) Conexões.

Em complemento as atividades teóricas e práticas ministradas na disciplina, é recorrente a realização de atividades extra sala de aula, seja no decorrer da mesma ou na finalização dela. Nesse sentido, é comum a realização de eventos na Praça do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em que os discentes têm a oportunidade de compartilhar com a Comunidade Acadêmica da UFPB o aprendizado adquirido em sala de aula, realizando junto ao público a análise de cédulas de dinheiro em Real, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Certidões de Nascimentos, Casamento, Declarações, Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) e Cédulas de Identidade Civil (RG's), dentre outros tipos documentais.

É freqüente também, a participação de palestrantes da área policial, incluindo delegados, peritos e demais profissionais, em nossa sala de aula, para compartilhar suas experiências no âmbito da defraudação de documentos, bem como realizar aulas práticas de análise documentoscópica, como ocorrido na Superintendência da Polícia Federal na Paraíba, no corrente ano. As parcerias desta natureza se fortaleceram de tal maneira que realizamos eventos científicos de alcance nacional e internacional no âmbito da disciplina, inclusive no período pandêmico, outrora mais fortemente vivenciado, sendo a I e a II Mesa de Diplomática e Documentoscopia: abordagens teóricas e práticas, os mais recentes, em que contamos com a presença de docentes, peritos e delegados das várias instâncias policiais do nosso País. Cabe mencionar que anteriormente a I e II Mesas mencionadas, já tínhamos realizado o I e II Encontro de Diplomática, Tipologia Documental e Paleografia: abordagens teóricas e práticas, de modo presencial nas dependências do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da UFPB. No âmbito deste trabalho, apenas o II Encontro será mencionado, haja vista o recorte temporal estabelecido.

Diante da conjuntura mencionada, consideramos que a formação integrada, entre Arquivistas, Bibliotecários e profissionais das Ciências Forenses, sobretudo no âmbito da Documentoscopia, se faz necessária, em prol de estudos cada vez mais avançados no âmbito da autenticidade documental.

Diante disso, vamos discutir ainda que de forma sumária, afinal não é este o objetivo do trabalho aqui proposto, a origem e evolução da Diplomática e Documentoscopia.

## 2 DIPLOMÁTICA E DOCUMENTOSCOPIA: ORIGEM E EVOLUÇÃO

A Diplomática é a ‘ciência dos diplomas’, palavra originária do Latim (*diplous*) e que significa todo tipo de ‘escrito dobrado em dois’. Teve sua origem interligada as disputas por territórios entre ordens religiosas no século XVII, em demanda às necessidades de verificação da autenticidade / falsidade de diplomas da Idade Média.

Alguns personagens desempenharam um papel significativo para o surgimento dos estudos Diplomáticos, dentre eles, pode-se elencar Daniel Van Papenbroeck, um padre jesuíta belga que contribuiu com Jean Bolland para a publicação da *Acta Sanctorum*, uma coleção de volumes que continha os testemunhos relacionados à vida dos Santos da Igreja Católica, e que tinha por finalidade avaliar e separar o que era fato do que era lenda. Nesse sentido, estabeleceu sua crítica documental e defendia a tese de que os documentos seriam tanto menos dignos de fé quanto mais antigos fossem, questionando inclusive alguns documentos da época merovíngia custodiados nos arquivos da Ordem de São Bento.

Assim, surge o fenômeno denominado de Guerra Diplomática, como resultado da insatisfação dos beneditinos com tamanha desconfiança, já que por tradição, se dedicavam aos trabalhos de busca e reprodução de documentos, bem como a realização de diversos estudos de heurística e crítica textual. Como resultado, um beneditino chamando Jean Mabillon, publicou em 1681 uma obra intitulada *De Re Diplomatica Libri Sex*, na qual estabelecia em seis partes, as regras fundamentais da diplomática. Este método baseava-se na comparação e confronto entre documentos produzidos pela mesma pessoa, ou em uma determinada época.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que:

O método de Mabillon é um método histórico, analítico-comparativo, visto que interpreta o documento considerando-se as especificidades intrínsecas e extrínsecas em conformidade com uma série cronológica ou em um conjunto

específico de documentos de uma determinada época ou lugar, que serão confrontados e analisados de acordo com esse contexto pré-estabelecido (Tognoli, 2014, p. 33-34).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que o objeto da diplomática é

[...] a estrutura formal do documento. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica [...] Os caracteres ou elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a sua forma de apresentação. Relacionam-se com o gênero, isto é, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem (Bellotto, 2002, p.18-24).

Nesse contexto, a aplicação da Diplomática nos documentos de Arquivo possibilita que

“[...] o arquivista chegue à compreensão do conjunto documental e de seu contexto a partir da crítica do documento. Desse modo, a análise do arquivista desloca-se desde o contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional dos criadores de documentos e de suas relações (Tognoli, 2014, p. 113).

A Diplomática estuda a estrutura formal do documento e sua autenticidade. Se caracteriza por “[...] analisar o documento minuciosamente, desde suas peculiaridades até o contexto para o qual foi produzido, procurando estabelecer uma relação entre elementos que constituam relevância com o valor dos fundamentos arquivísticos” (Ferreira, 2015, p. 24).

Já a Documentoscopia é uma ciência forense, parte da criminalística<sup>2</sup> (ou criminologia), que tem por objetivo a análise de

2 Criminalística é área que se dedica exclusivamente ao exame de elementos/instrumentos que tenham relação com delitos cometidos, extrínsecos ao corpo humano, para servir de apoio à justiça e à polícia na identificação e punição de criminosos. (Büchs, 2019)

documentos para verificar sua autenticidade e integridade, e em caso de inautenticidade, buscar identificar sua autoria (Mendes, 2003).

A Documentoscopia “é a disciplina relativa à aplicação prática e metódica dos conhecimentos científicos, objetivando verificar a autenticidade ou determinar a autoria dos documentos” (Del Picchia Filho; Del Pichia, C.; Del Pichia, A., 2016, p. 41). Ainda de acordo com os autores “a grafoscopia constitui parte da ‘Documentoscopia’ com o objetivo de verificar a autenticidade ou a autoria dos grafismos (Del Picchia Filho; Del Pichia, C.; Del Pichia, A., 2016, p. 43).

A Documentoscopia pode ser definida ainda como:

[...] a parte da Criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria [...], se distingue de outras disciplinas, que também se preocupam com os documentos, porque ela tem um cunho nitidamente policial: não se satisfaz com a prova da ilegitimidade do documento, mas procura determinar quem foi o seu autor, os meios empregados, o que não ocorre com outras (Mendes, 2003, p. 9).

As principais áreas de estudo da Documentoscopia são: Grafoscopia (ou Grafotécnica): Estudo dos manuscritos/grafia, com a finalidade de verificar autenticidade e/ou a autoria do grafismo; Mecanografia: Análise das escritas que são realizadas em documentos impressos por meio mecânico (máquina de escrever, impressoras jatos de tinta, à laser, off set, etc.), como também o exame de carimbos, sendo possível através dessa análise identificar por qual impressora o documento foi impresso, o tipo de tinta que foi utilizada e também o tempo de impressão; Documentos de segurança: Estudo sobre os documentos de segurança, que são tipos de documentos que apresentam em sua estrutura/forma, elementos de segurança que facilitam a distinção de sua autenticidade e/ou integridade, são exemplos desses: papel moeda, carteira de identidade, carteira de habilitação, etc; e Alterações documentais: Análise de quaisquer modificações realizadas na estrutura do documento, como exemplos: rasuras, amputações, retoques, emendas, etc (Mendes, 2003). É justamente por isso que as funções e objetivos da análise documentoscópica, possuem,

[...] caráter investigativo [...] e essa análise não se faz suficiente apenas com a verificação da autenticidade ou falsidade de um documento, pois acontece muito mais que isso. [...] É que dentro da Documentoscopia há uma subdivisão de áreas que atuam conforme as necessidades investigativas, e são focadas especificamente para resoluções de questões que se apresentam durante a perícia do documento (Büchs, 2019, p. 67).

Nesse sentido, “o conceito de documento para a Documentoscopia abrange qualquer material que carrega uma mensagem, explícita ou implícita. Não há divergências conceituais na definição de documento para a Documentoscopia” (Silva, Feuerharmel, 2014, p. 4).

Nesse universo, cabe uma reflexão acerca do que é um documento autêntico, sendo este o «verdadeiro. É o documento real sem qualquer modificação desautorizada. “[...] Em sentido inverso, o documento inautêntico seria aquele não verdadeiro ou falso” (Del Picchia Filho; Del Pichia, C.; Del Pichia, A., 2016, p. 74). Além disso, os autores afirmam que, os conceitos de autenticidade, legitimidade e validade do documento não devem ser confundidos.

Em outra definição o documento autêntico é descrito como o verdadeiro sob o ponto de vista do seu suporte e conteúdo, e “nem sempre um documento com uma assinatura autêntica é autêntico [...] documento autenticado, nem sempre é documento autêntico [...] os crimes de falsidade ideológica e material comprovam isso” (Silva, 2022, p. 1). Vale ressaltar que “na falsidade ideológica o vício é exclusivamente de conteúdo. É produzido com suporte verdadeiro e por pessoa com autorização para o ato. As informações contidas é que são dissociadas da verdade” (Oliveira, 2002, p.1).

No tocante aos conceitos de documento falso e falsificado, pode-se inferir que:

Documento falso é aquele em que a fonte originária (proveniência) não existe por meio da legalidade jurídica, assim o documento surge na maioria das vezes, a partir de outros documentos falsos e pode ser inautêntico no âmbito do suporte e/ou conteúdo [...] Documento falsificado é aquele em que a fonte originária (proveniência) existe por meio da legalidade jurídica, contudo,

após sua produção legítima, o documento sofre algum tipo de adulteração, na maioria das vezes relacionado ao seu suporte (Silva, 2022, p.1).

Ao abordar a questão do documento ser falso sob o ponto de vista do seu conteúdo, torna-se oportuno mencionar que,

na simulação as partes declaram perante uma autoridade pública – o notário – uma vontade falsa; porém, o notário é completamente alheio à realidade dos factos, pelo que não tem meios para se certificar da veracidade ou inveracidade das declarações perante ele prestadas – limita-se a atestar o que na sua presença foi declarado (Moniz, 2004, p.198).

Estamos assim, diante do caso de um documento original, oficial, autêntico parcialmente, sob o ponto de vista do seu suporte e de quem lhe concede fé pública, mas, inautêntico sob a perspectiva do ‘fato registrado’ do assunto alegado, o ato circunstanciado, em que a informação registrada não corresponde à verdade.

Esta compreensão se estende também aos documentos digitais, uma vez que:

A tecnologia trouxe consigo inúmeros benefícios e desafios para diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Diplomática e a Documentoscopia, que por sua vez adaptaram-se e/ou estão se adaptando a essa nova realidade, sobretudo no que se refere à análise da autenticidade, integridade e confiabilidade dos documentos produzidos em meio digital (Silva Júnior; Silva; Oliveira, 2020, p. 86).

Nessa perspectiva, um documento autêntico é àquele que foi produzido pelo autor, órgão ou entidade que possui fé para tal ato, que atesta uma verdade e a faz como resultado de uma ação legítima, registrando-a em um suporte também autêntico. E por integridade, pode-se compreender o ato de um documento não ter sofrido qualquer tipo de adulteração após sua finalização. De posse destas reflexões, adentraremos aos procedimentos metodológicos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Levando-se em consideração o fato de que uma boa metodologia prevê três pontos essenciais, quais sejam: a gestão participativa, o acompanhamento técnico sistemático e continuado e o desenvolvimento de ações de disseminação de informações e de conhecimentos entre a população envolvida (capacitação), o relato de experiência aqui desenvolvido contempla as atividades realizadas durante a ministração da Disciplina Diplomática Arquivística, com um recorte temporal entre os anos de 2018 a 2022.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida tendo por base material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet. A Pesquisa documental tem por base materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Já a pesquisa descritiva, busca descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecer relações entre variáveis (Prodanov, Freitas, 2013).

A abordagem qualitativa “[...] não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 21)

A coleta de dados abrangeu livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso artigos científicos, trabalhos de anais de congressos, publicações online e outras fontes de informação relacionadas às temáticas abordadas, conforme pode ser observado nas referências ao final do trabalho.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o Arquivo Pessoal da docente que contém registros documentais de diversos tipos (texto, som e imagem) relacionados à disciplina, bem como o Instagram @diplomaticaufpb, idealizado pela docente para armazenar conteúdos relacionados à temática. Além disso, utilizou-se também de redes sociais, e demais fontes de informações complementares, sobretudo, fontes de informação científicas para a elaboração do referencial teórico. Passaremos agora ao compartilhamento das experiências vivenciadas no período de 2018 a 2022.

## 4 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

A disciplina Diplomática Arquivística a qual muito em breve, provavelmente terá outro nome no Projeto Pedagógico de Curso da UFPB, atualmente, é ofertada para discentes dos cursos de Bacharelado em Arquivologia e Biblioteconomia da UFPB e possui uma abordagem teórica e prática, desenvolvida mediante atividades que ocorrem dentro e fora da sala de aula.

Antes da Pandemia, a disciplina ocorria de forma presencial, dividida em três unidades, na qual em cada uma delas, desenvolvia-se uma parte teórica e outra prática. No ano de 2016, como atividade final da disciplina, realizamos o I Encontro de Diplomática, Tipologia Documental e Paleografia: abordagens teóricas e práticas. Este foi o primeiro evento no qual se discutiu a junção destas temáticas no Brasil, com palestrantes destas áreas do conhecimento, que além de palestras, ministraram também oficinas aos participantes. Registros fotográficos podem ser visualizados no Instagram @diplomaticaufpb.

Ainda no ano de 2018 foi iniciado o processo de seleção de Monitoria para a disciplina Diplomática Arquivística, momento em que as atividades começaram a ser diversificadas com a presença dos monitores Erijackson Nunes (bolsista) e Jamerson Cardoso (voluntário), que permaneceram pelo período de 2018 a 2019.

A importância da Monitoria nas disciplinas do ensino superior extrapola o caráter de obtenção de um título. Sua importância vai mais além, seja no aspecto pessoal de ganho intelectual do Monitor, seja na contribuição dada aos alunos monitorados e, principalmente, na relação de troca de conhecimentos, durante o programa, entre professor orientador e aluno monitor (Souza, 2009, p. 1).

A carga horária exercida pelos monitores era de 20h/semanais, distribuídas entre atendimentos individuais e coletivos aos discentes, acompanhamento presencial em sala de aula, e atendimentos online, dentre outras atividades.

Através de aulas teóricas e práticas, a docente sempre buscou proporcionar aos discentes conhecimentos acerca da estrutura dos documentos, suas características extrínsecas (físicas) e intrínsecas (informação/conteúdo), visando sempre à verificação da autenticidade e

fidedignidade dos mesmos. Para tanto, foram utilizadas publicações de autores da área, culminando na resolução de questionários, rodas de debates, aulas expositivas, aulas práticas, por meio da utilização de fichas de análise diplomática e tipológica, elaboradas pela docente da disciplina e que foram sendo aprimoradas de forma contínua. Também realizamos várias oficinas e palestras a fim de enriquecer e instigar o conhecimento dos alunos da disciplina, bem como de todos os envolvidos.

No mesmo ano, começamos também a interagir com instâncias policiais, assim, recebemos em sala de aula da UFPB o Delegado da Polícia Civil Carlos Othon Mendes de Oliveira, da Delegacia de Defraudações da Cidade de João Pessoa - PB, para ministrar uma palestra sobre Falsificação de Documentos. No ano de 2019, o referido Delegado esteve novamente conosco, para ministrar a palestra intitulada 'Falsidade documental - Como ocorre?'. Durante quase quatro horas de uma proveitosa conversa, foram abordados alguns pontos da realidade de um profissional que investiga crimes de falsificação em: cédulas de dinheiro, documentos pessoais, testamentos, proclamações, entre outros. Com um discurso temático pertinente, os detalhes elucidados pelo palestrante fizeram o público participar efetivamente, com várias perguntas e depoimentos, tendo alcançado com sucesso os objetivos propostos. A exposição veio reforçar o fato de que a teoria junto com a prática contempla as necessidades do dia a dia, e o quanto se faz necessárias ações inovadoras para alcançar o sucesso do aprendizado em sala de aula, valorizando as experiências socializadas pelo palestrante e mediadas pela professora da disciplina. Um registro da palestra será apresentado na figura 1.

Figura 1 - Palestra “Falsidade documental - Como ocorre?”.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

Ainda no ano de 2019, como atividade final da disciplina, realizamos na Praça do CCSA/UFPB uma oficina sobre Documentoscopia (técnica de perícia documental na qual é feita a verificação do tipo de papel, da tinta utilizada, da forma de impressão etc.) e Grafoscopia (também utilizada para a perícia gráfica, mais especificamente para a verificação da grafia/escrita). A oficina foi realizada com muita desenvoltura por parte dos alunos, que tiveram a oportunidade de socializar com os participantes, o conhecimento que obtiveram durante a disciplina, através da análise documentoscópica e grafoscopia de diversos documentos (carteira nacional de habilitação, cédula de dinheiro, atestado médico, cédula de identidade, certificado de registro e licença de veículos etc).

Com a percepção da relação cada vez mais tênue entre a Diplomática e a Documentoscopia, decidimos no ano de 2020 realizar o I Encontro de Diplomática, Tipologia Documental e Documentosco-

pia: abordagens teóricas e práticas, cuja programação pode ser visualizada na figura 2.

**Figura 2 - Programação do I Encontro de Diplomática, Tipologia Documental e Documentoscopia: abordagens teóricas e práticas**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020

Em razão da pandemia da COVID-19 ou Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), se fez necessário cancelar o evento, bem como adotar novas medidas por todos para evitar a propagação da doença, entre elas à implementação do distanciamento social que desencadeou no fechamento das instituições de ensino. No entanto, para que não houvesse uma interrupção indeterminada do processo de ensino-aprendizagem, no dia 17 de março de 2020 o Ministério da Educação do Brasil (MEC) publicou a Portaria N° 343 que determinou a substituição das aulas presenciais por aulas mediadas por tecnologias digitais,

durante a situação de pandemia (BRASIL, 2020).

Nesse sentido, foi preciso reconfigurar a disciplina para a modalidade remota, e os monitores que assumiram este desafio comigo foram os discentes Marcílio Herculano e Marcionila Andrade, após a conclusão da Monitoria pelo discente Marcílio. As aulas síncronas foram realizadas através do uso da ferramenta Google Meet e aulas assíncronas, por meio do Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA/UFPB). Durante as aulas síncronas, o monitor fez o acompanhamento do chat de forma a prover uma maior interação entre a monitora, as(os) discentes e a docente, isso também ocorreu durante o evento que foi promovido no decorrer da disciplina. As aulas assíncronas ocorreram mediante a disponibilização de textos para estudos acompanhados de exercícios referentes aos mesmos. Além disso, o monitor atuou junto à docente na elaboração e correção das atividades de ensino aprendizagem que foram desenvolvidas com a turma. Para prestar orientação as(aos) discentes em atividades extra sala, foi criado também um grupo para a disciplina no *Whatsapp*, que foi utilizado como instrumento de comunicação por parte da monitora, da docente e dos demais discentes.

Atividades como identificação de elementos de autenticidade em documentos, a exemplo dos elementos de segurança existentes nas cédulas de dinheiro em Real, foram apresentados, através de vídeos disponibilizados pelo Banco Central do Brasil no seu canal do YouTube. Assim, as(os) discentes puderam fazer a análise das cédulas em suas residências.

**Figura 3** - Análise dos elementos de autenticidade das cédulas de dinheiro da Segunda Família do Real



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014

Além das cédulas de dinheiro, as(os) discentes fizeram a análise também de documentos oficiais que utilizam de elementos de segurança, como as certidões de assentamentos (nascimento, casamento, óbitos), as cédulas de identidades, entre outras. Com isso, mesmo estando em atividades remotas, puderem acompanhar de forma prática em suas residências, verificando em seus próprios documentos os elementos de segurança e autenticidade. Para isso, utilizaram as fichas de Análise Diplomática, Análise Documentoscópica e Grafoscópica que serão apresentadas nas figuras 4 e 5.

**Figura 4 - Ficha de Análise Diplomática**

<b>FICHA DE ANÁLISE DIPLOMÁTICA</b>	
<b>CARACTERES INTERNOS</b>	
<p><b>Denominação do Documento (Tipologia Documental):</b> Nome (Título) que o documento recebe por seu criador. É importante considerar sempre a estrutura formal do documento e adotar o controle terminológico estabelecido na coluna assunto doo Plano de Classificação Institucional ou ter por base o do Arquivo Nacional do País. Ex.: Certidão de Nascimento, Declaração de Matrícula, Histórico Escolar de ensino superior.</p>	
<p><b>Denominação da Espécie:</b> A espécie documental deve ser denominada considerando-se a natureza das ações ou atos que deram origem ao documento, bem como a a estrutura formal de registro dos fatos, desde que se consiga perceber a completude do documento a partir de sua denominação. Ex.: Ofício, Declaração, Certidão, Histórico Escolar.</p>	
<p><b>Data Tópica:</b> Local em que o documento foi produzido, cidade e estado. Ex: Joao Pessoa, PB.</p>	
<p><b>Data Cronológica:</b> Dia, mês e ano em que o documento foi produzido. Ex.: 08 de junho de 2022.</p>	
<p><b>Conteúdo:</b> Resumo/síntese dos elementos essenciais que compõe o documento. Ex.: Assunto.</p>	
<p><b>Signos Especiais:</b> São os brasões, assinaturas, marcas d'água, carimbos, selos e demais símbolos que identifiquem o documento. Ex.:Logomarca da UFPB, Carimbo do autor e assinatura do autor do ato - Reitor(a).</p>	

brasão da UFPB...	
<b>Autor do Ato:</b> Pessoa que dá fé ao ato documentado. Ex.: Assinatura do (a) Reitor(a). Não confundir o autor do ato com o órgão produtor. O autor do ato é a pessoa que dá fé ao ato documentado, quem assina o documento, que nem sempre o produz.	
<b>CARACTERES EXTERNOS</b>	
<b>Gênero:</b> Configuração que o documento assume de acordo com a natureza dos signos/símbolos com os quais ele foi criado. Ex.: textual, objeto tridimensional, iconográfico, sonoro, audiovisual, informático.	
<b>Suporte:</b> Meio em que as informações do documento estão registradas. Ex.: papel, papel moeda, documento digital, moedas, placas veiculares, pergaminho, microfilme, disco magnético, disco de vinil, microfilme.	
<b>Formato:</b> Configuração que assume o suporte que contém o documento. Ex.: folha avulsa, cartão, circular (medalha), caderno, livro, tira de microfilme.	
<b>Forma:</b> Está relacionada a completude do documento, conforme suas etapas de produção. Ex.: uma minuta, um rascunho, um original, uma cópia.	
<b>Aplicação informática:</b> Se o documento existe em suporte digital.	
<b>TRÂMITE</b>	
<b>Produtor:</b> Entidade responsável pela produção/criação do documento. Ex.: Departamento de Ciência da Informação da UFPB.	
<b>Receptor:</b> Destino imediato conforme seu trâmite. Ex.: CCSA/UFPB	
<b>Trâmite Para sua Expedição e Vigência:</b> Caminho que o documento percorre para atingir a sua função.	
<b>Comentário Diplomático:</b> Análise crítica do documento, sob o viés da Diplomática - apontar as falhas encontradas quando da análise do documento. Ausência de assinatura, selos, carimbos, data tópica, cronológica, de identificação de proveniência, etc.	

\*Modelo desenvolvido a partir da literatura de Bellotto, RUIPÉREZ e DURANTI.

Fonte: Silva, 2022: 2.

A Ficha de Análise Diplomática foi desenvolvida no ano de 2015, contudo, apresentamos a versão mais recente, após passar por alguns ajustes e aprimoramentos necessários ao aperfeiçoamento cada vez maior e as necessidades requeridas aos diversos suportes informacionais. Aceitamentos contribuições de todas as pessoas que queiram enriquecer nossa ficha.

Na figura 5 será apresentada a Ficha de Análise Documentos-cópica, contempla também uma parte da Análise Grafoscópica. Vale ressaltar que a ficha foi elaborada, considerando campos relevantes para contemplar a realidade de um contexto exclusivamente para fins acadêmicos, de modo que, inclusive, contempla elementos também da Diplomática Arquivística, visto que, no âmbito criminal, a Documentoscopia já é consagrada.

**Figura 5 -** Ficha de Breve Análise Documentoscópica/Grafotécnica

FICHA DE BREVE ANÁLISE DOCUMENTOSCÓPICA	
ANÁLISE DOCUMENTOSCÓPICA	
<p><b>Denominação do Documento (Tipologia Documental):</b> Nome (Título) que o documento recebe por seu criador. É importante considerar sempre a estrutura formal do documento e adotar o controle terminológico estabelecido na coluna assunto doo Plano de Classificação Institucional ou ter por base o do Arquivo Nacional do País. Ex.: Certidão de Nascimento, Declaração de Matrícula, Histórico Escolar de ensino superior.</p>	
<p><b>Denominação da Espécie:</b> A espécie documental deve ser denominada considerando-se a natureza das ações ou atos que deram origem ao documento, bem como a a estrutura formal de registro dos fatos, desde que se consiga perceber a completude do documento a partir de sua denominação. Ex.: Ofício, Declaração, Certidão, Histórico Escolar.</p>	
<p><b>Data Tópica:</b> Local em que o documento foi produzido, cidade e estado. Ex: Joao Pessoa, PB.</p>	
<p><b>Data Cronológica:</b> Dia, mês e ano em que o documento foi produzido. Ex.: 08 de junho de 2022.</p>	
<p>Norma ou Resolução que define a estrutura padrão do documento</p>	
<p>Parecer acerca do documento questionado: análise dos elementos de autenticidade do documento conforme Lei, Norma ou Resolução. Mencionar instrumentos e/ou equipamentos utilizados na análise.</p>	

<b>FICHA DE BREVE ANÁLISE DOCUMENTOSCÓPICA/GRAFOTÉCNICA</b>	
<b>ASPECTOS A SEREM AVALIADOS QUANTO À ESCRITA</b>	
<b>ELEMENTOS SUBJETIVOS</b>	
<b>1 PRESSÃO</b> – análise da força aplicada para registrar as informações no suporte. A força da escrita registrada pelo instrumento escrevente pode ser fraca, média ou forte.	
<b>2 VELOCIDADE</b> – escrita rápida ou morosa (lenta)	
<b>3 RITMO GRÁFICO</b> – a sequência de movimentos dos músculos do braço resulta no ritmo gráfico, que pode ser harmônico ou intercotado	
<b>4 HABILIDADE DO PUNHO</b> – avaliação da habilidade de realização da escrita sob o aspecto de se ter pouca, média ou alta habilidade gráfica).Obs.: Pode-se excluir a autoria de uma determinada pessoa, quando se prova que um determinado escritor não possui habilidade suficiente para reproduzir uma determinada escrita	
<b>5 DINAMISMO GRÁFICO</b> – analisa-se a escrita no para identificar se o escritor consegue aplicar a pressão adequada em cada porção do traçado, de acordo com a velocidade do movimento	
<b>ELEMENTOS OBJETIVOS</b>	
<b>6 ANDAMENTOS GRÁFICOS</b> – pode ser aferido a partir do levantamento da caneta por parte do escritor(a) ao lançar sua escrita. Isso pode ocorrer em um, dois, três, quatro ou até mais momentos.	
<b>7 INCLINAÇÃO AXIAL</b> – É avaliada em relação ao seu eixo vertical, perpendicular à base da escrita. Pode ser: verticulada, inclinada à direita, à esquerda, ou reversão do eixo.	
<b>8 ESPAÇAMENTOS GRÁFICOS</b> – são os espaços observados entre as letras, a linha e o texto, entre palavras, e entre cada um dos traços que constitui as letras. Podem ser: Intergramaticais, intervocabulares, interliterais.	
<b>9 CALIBRE E PROPORÇÕES</b> – Tamanho das letras, palavras e proporções. Nesse processo está, macrografia, micrografia, alteração do calibre misto, a	

Fonte: Silva, 2022: 1-2.

Em virtude da Pandemia, optamos por tornar o Encontro de Diplomática a I Mesa de Diplomática Tipologia Documental e Documentoscopia: abordagens teóricas e práticas. o evento foi realizado em

maio de 2021, com transmissão através do canal do YouTube: Arquivologia Remota UFPB, conforme demonstrado na figura 6, e contou com especialistas sobre temas que buscam articular a teoria e à prática nos universos da Diplomática Arquivística e da Documentoscopia, abordando dentre outros pontos os desafios inerentes à autenticidade e à autenticação de documentos físicos e digitais; à análise documentoscópica, e às implicações jurídicas decorrentes da falsificação de documentos. Buscou reunir profissionais, pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação das áreas da Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Direito e História, dentre outras.

Figura 6 - I Mesa de Diplomática Tipologia Documental e Documen-



toscopia: abordagens teóricas e práticas  
 Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

Após a realização deste evento, tivemos a oportunidade de conhecer o Laboratório de Documentoscopia da Superintendência da Polícia Federal na Paraíba (SR/PF/PB), conforme a figura 7. Foi uma oportunidade ímpar para aprendermos com os excelentes Peritos Criminais Federais que lá estiveram, e nos ministraram uma aula, utilizando o que há de mais sofisticado na maior instância Policial do nosso País. Agradecemos a toda a equipe do Setor Técnico Científico SR/PF/PB, na pessoa do Perito Criminal Federal José Alysson Meideiros, por todo o conhecimento compartilhado e pela valiosa e rica experiência.

Figura 7 - Visita ao Laboratório de Documentoscopia da Superinten-



dência da Polícia Federal na Paraíba  
Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

Em junho de 2022 realizamos também de forma remota a II Mesa Redonda de Diplomática e Documentoscopia: abordagens teóricas e práticas, cuja transmissão ocorreu através dos canais do YouTube: Arquivologia Remota UFPB e Biblioteconomia UFPB, conforme apresentado na figura 8, abordando dentre outros pontos os desafios inerentes à autenticidade e à autenticação de documentos físicos e digitais; à análise documentoscópica, e às implicações jurídicas decorrentes da falsificação de documentos.

**Figura 8 - II Mesa de Diplomática Tipologia Documental e Documentoscopia: abordagens teóricas e práticas.**



Fonte: Arquivo Pessoal, 2022.

O evento foi de grande êxito para a disciplina, como também para além dela, uma vez que esteve presente também na programação da semana Nacional de Arquivos, realizada pelo Arquivo Nacional, foi transmitido pelo YouTube, de forma aberta e que teve a participação da comunidade acadêmica interna e externa, a nível nacional e internacional, resultando em um número significativo de visualizações. As transmissões ocorreram nos Canais do Youtube Arquivologia Remota UFPB e Canal Biblioteconomia UFPB.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é dedicado a todos e todas os (as) discentes, em especial os de Arquivologia e Biblioteconomia, que sentem desejo em atuar no universo da perícia documental. Não há considerações finais a serem feitas, pois, o caminho neste universo está apenas a iniciar-se.

Foi uma experiência docente relatada, cheia de emoções, dedicação, surpresas, superações e aprendizado mútuo. Continuo desenvolvendo minhas pesquisas no universo da Diplomática e da Documentoscopia, pois, acredito na força destas duas Ciências para aferir a autenticidade de documentos digitais e não digitais, seja no Universo da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia ou das demais áreas do conhecimento que dialogam com a Ciência da Informação.

Perceber que os discentes que cursaram a disciplina aprenderam a identificar elementos de autenticidade em diversos tipos documentais gera uma enorme satisfação. Nessa construção coletiva, o aprendizado é mútuo e o crescimento pessoal e intelectual é o maior aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

BRASIL. **Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.

BÜCHS, Ingeborg Agnes. **Diplomática e Documentoscopia: aproximações e interfaces entre a Arquivologia e a Criminalística**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Instituto de Ciência da Informação. Universidade

Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34846>.

DEL PICCHIA FILHO, José; DEL PICCHIA, Celso Mário Ribeiro, DEL PICCHIA, Ana Maura Gonçalves. **Tratado de Documentoscopia: da falsidade documental**. São Paulo: Pillares, 2016.

FERREIRA, Nadja Helena dos Santos. **Diplomática versus Documentoscopia: correlação entre a Arquivologia e a Criminalística**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9947>.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n.3, p.20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>.

MENDES, Lamartine Bizarro. **Documentoscopia**. Campinas: Millenium, 2010.

MONIZ, Helena. **O crime de falsificação de documentos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

OLIVEIRA, Carlos Othon Mendes de. **Você Sabia?**. Instagram: @diplomaticaufpb, João Pessoa. 18 junho 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CejcVf0OEh4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed.. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Erick Simões da Camara e; FEURHARMEL, Samuel. **Documentoscopia: aspectos científicos, técnicos e jurídicos**. Campinas: Millennium Editora, 2013.

SILVA JÚNIOR, Josivaldo Félix. da; SILVA, Maria Amélia Teixeira da; OLIVEIRA, Carlos Othon Mendes de. (2020). **Análise dos**

elementos de autenticidade e autenticação nos documentos administrativos do sistema unificado de administração de processos (SUAP) do TRT 13ª região. **Archeion Online**, v. 7, n. 2, p. 85-102. DOI 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v7n2.52064.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da. **Ficha de Análise Diplomática**. Disciplina Diplomática Arquivística - UFPB: João Pessoa, 3. ed. 2022. 2p.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da. **Ficha de Breve Análise Documentoscópica**. Disciplina Diplomática Arquivística - UFPB: João Pessoa, 1.ed. 2022. 3p.

SILVA, Maria Amélia Teixeira da. **Você Sabia?**. Instagram: @diplomaticaufpb. João Pessoa. 03 jun. 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/diplomaticaufpb/>.

SOUZA, Paulo Rogerio Areias de. A importância da monitoria na formação de futuros professores universitários. *Âmbito Jurídico*, v. 12, n. 61. 2009. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5990](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5990).

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídios aos estudos arquivísticos**. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.



# UM ARQUIVISTA NO MUSEU: formação e vivências arquivísticas no âmbito do Museu-Casa de Cultura Hermano José

*AN ARCHIVIST IN THE MUSEUM:  
education and experiences in the Museu-Casa de Cultura  
Hermano José*

Ronieli Victor da Silva<sup>1</sup> 

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira<sup>2</sup> 

## 1 INTRODUÇÃO

O Museu - Casa de Cultura Hermano José (MCCHJ) é um equipamento cultural criado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destinado à sociedade paraibana e voltado à preservação do legado e da obra do artista plástico Hermano José. O benemérito foi professor da UFPB e doou para a universidade, ainda em vida, todo seu espólio pessoal, composto por gravuras, desenhos, livros e utensílios domésticos como porcelanas, azulejos, relógios de algibeira, esculturas, objetos de culto e adoração, além de uma significativa quantidade de documentos de caráter iconográfico, bibliográfico e fonográfico, dentre outros gêneros e espécies documentais, bem como o imóvel de sua residência.

O presente trabalho objetivou abordar as vivências arquivísticas desenvolvidas no âmbito do MCCHJ, espaço multidisciplinar destinado à conservação do patrimônio Arquivístico, Museístico e Biblioteconômico que o constitui. Essa pesquisa se configurou, quanto ao tipo, como exploratória descritiva, partindo do levantamento de dados para delimitar a natureza das relações, caracterizar o conjunto de variáveis e os problemas que envolvem o objeto.

Destarte, pretendeu-se refletir sobre a atuação integrada dos

---

1 Universidade Federal da Paraíba. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9302-9376>.

2 Universidade Federal da Paraíba. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6836-3102>.

arquivistas, bibliotecários e museólogos e as perspectivas contemporâneas para a área da documentação junto aos acervos, apresentando algumas concepções de patrimônio arquivístico presentes em museus-casa e a abordagem dos procedimentos de classificação e descrição de arquivos sob a guarda desse mesmo equipamento cultural.

Atuar multidisciplinarmente requer qualificação continuada, em razão da diversidade documental presente nos acervos custodiados por museus-casa, demandando técnicas de tratamento específicas e dialogadas com outros profissionais do campo da documentação, sendo o arquivista capaz de contribuir para uma gestão eficiente pautada na ética, aplicação de técnicas e políticas de preservação e disseminação da memória, quando permitida, em prol da cultura e do conhecimento.

Quanto aos resultados, destacam-se algumas ações, como a descrição arquivística; técnicas de acondicionamento; higienização e conservação do acervo. Concluiu-se que o arquivista pode e deve integrar-se a este tipo de equipamento cultural, sobretudo quando nele encontram-se documentos de sua seara técnica.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologicamente, adotamos uma perspectiva crítico-descritiva dos processos inerentes às atividades desenvolvidas no âmbito do MCCHJ, correlacionando o desenvolvimento e a formação arquivística em um espaço multidisciplinar, sobretudo quando da sua criação e instalação, tendo em vista que se trata de um acervo imbuído de diversas tipologias documentais acumuladas e colecionadas, ao longo dos anos, pelo artista plástico Hermano José.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas objetivam a descrição dos fenômenos e das relações que o rodeiam. As pesquisas desta natureza são iniciadas com a coleta dos dados, delimitando o contexto em que o objeto se encontra inserido e aproximando-se do método explicativo, ao apresentar uma nova perspectiva referente ao tema estudado e caracterizar os elementos e o conjunto de variáveis pertinentes ao objeto. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas caracte-

terísticas mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), no escopo de uma pesquisa descritiva o pesquisador, em um primeiro momento, coleta e ordena os dados, buscando compreender as variáveis e as relações provocadas pelos fenômenos, utilizando ferramentas específicas que proporcionam um novo olhar sobre o assunto estudado. Em certas ocasiões, o caminho percorrido assemelha-se a uma pesquisa explicativa, visto que o pesquisador propõe novas interpretações em torno do objeto e seus fenômenos. Neste sentido,

Os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa etc (Triviños, 1987, p. 56).

Os estudos de cunho descritivo permitem a avaliação, a medição e a coleta de dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser estudado (Sampieri; Collado; Lucio, 2006). Ao empregarmos o método descritivo, podemos apresentar algumas especificidades no que se refere às atividades desenvolvidas, bem como registrar, categorizar e classificar os dados coletados pertinentes ao acervo, para termos um diálogo correlacionando os trabalhos arquivísticos junto aos documentos custodiados pelo museu. Portanto, precisamos compreender o escopo em que se inserem os documentos, bem como as atribuições e o papel do arquivista junto ao acervo compreendido pela instituição em pauta.

### 3 REFLEXÕES TEÓRICAS

Ao refletir sobre as funções do arquivista, no que se refere ao tratamento de acervos presentes em museus-casa, especialmente aqueles produzidos, acumulados e recebidos por pessoa física, trazemos à tona a perspectiva da gestão documental. As coleções contempladas nestes espaços devem ser trabalhadas de acordo com suas especificida-

des, como no acervo custodiado pelo Museu Casa de Cultura Hermano José, que dispõe de um patrimônio volumoso e diverso que compreende a seara documental de arquivos, museu e biblioteca.

Com relação às funções técnicas que um arquivista desempenha, os trabalhos estão voltados para atividades de identificação e organização pertinente e aos registros gerados a partir das atividades administrativas de uma instituição, ou seja, toda a demanda que envolve o controle e a disseminação do acervo fica a cargo do profissional responsável pela avaliação, controle, guarda e acesso aos documentos, como afirma Hannesch (2013, p.111):

A função de gestão dos acervos também possui um viés de atividade administrativa e técnica. Neste sentido, o conjunto de documentos gerados nas ações, procedimentos e operações técnicas junto aos acervos faz parte do sistema de controle, avaliação e administração arquivística. Esta função envolve, especialmente, as atividades de identificação, controle, avaliação, guarda e acesso aos documentos sobre acervo, incluindo aquelas cujos documentos são relativos aos processos de aquisição e conservação.

Hannesch (2013) complementa que os arquivos presentes ou oriundos das atividades de museus podem ser classificados em três tipos: 1) documentos que formam parte de suas coleções, incluindo itens como mapas, fotografias e materiais audiovisuais; 2) material arquivístico relativo às suas coleções, (fichas de registro dos objetos das coleções, aquisição); e 3) os arquivos institucionais. No entanto, o autor aponta que:

[...] estes documentos se mantêm sob o domínio dos responsáveis pela coleção museológica, devido à estreita relação que estabelecem com os objetos e seu uso corrente. Assim, apesar do processamento técnico documental dos objetos/ coleção ser um tratamento museológico, os documentos gerados constituem-se acervos arquivísticos da instituição (Hannesch, 2013, p.111).

Do ponto de vista arquivístico, as variadas tipologias docu-

mentais presentes nesses espaços de memória demandam técnicas e tratamentos diferenciados para a conservação e a preservação do acervo, sem dissociar suas funções e relações, suscitando a necessidade de fontes teóricas para situar os documentos e destinar as devidas ações e, conseqüentemente, uma disseminação mais eficiente para os usuários. Neste sentido, Araújo (2014, p. 85) enfoca:

[...] Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou para os usos e apropriações que o público faz dos acervos, surgiram modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também apareceram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi questionada, na esteira de reflexões sobre o objeto da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia.

Em seu fazer diário, Hermano José acumulou um espólio significativo, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da diversidade, constituído por coleções distribuídas entre os mais variados gêneros documentais, caracterizando o artista, por vezes, como colecionador ou até mesmo como acumulador. Atualmente, o acervo está sendo tratado em uma reserva técnica na UFPB e o Museu Casa de Cultura Hermano José – MCCHJ conta com uma equipe de trabalho composta por profissionais das áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Devido à ausência de museólogos envolvidos diretamente no processo, o trabalho voltado para a seara da museologia foi orientado à distância e, em determinadas situações, pensado e desenvolvido pelo viés das duas áreas irmãs, a Arquivologia e a Biblioteconomia.

Nesse sentido, adotou-se, em princípio, as técnicas arquivísticas, especialmente no que diz respeito ao inventário documental e a atividades como a representação arquivística, pautada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Outras atividades no âmbito da conservação dos documentos, em especial os iconográficos e tridimensionais, foram realizados junto ao acervo, com o auxílio de profissionais da área das artes plásticas ou da arquitetura, resultando em muitas mãos e saberes em prol de um mesmo objetivo.

Contudo, enfatizamos a necessidade da formação continuada para o profissional arquivista, um agente capaz de atuar de forma interdisciplinar nos trabalhos de organização, conservação e preservação de acervos com gêneros documentais diversos, como os identificados e tratados no espólio do artista plástico do qual originou-se o MCCHJ.

#### 4 O MUSEU-CASA DE CULTURA HERMANO JOSÉ: UMA BREVE HISTÓRIA

O Museu-Casa de Cultura Hermano José, aberto ao público em 2017 pela UFPB, é voltado para a preservação do legado e da obra do benemérito artista plástico paraibano, Hermano José. O artista e professor sempre se mostrou preocupado com a criação de um museu que pudesse servir como instrumento de apoio à cultura, sobretudo no campo das artes plásticas. A consolidação do MCCHJ é a realização do sonho do artista que deixou registrado, com a finalidade explícita em documento cartorial, todo o seu espólio pessoal, que passaria para a Universidade *post mortem* do doador.

Na ocasião do seu falecimento, em maio de 2015, o imóvel passou por uma avaliação de infraestrutura e todo o acervo foi arrolado e transportado para a UFPB, viabilizando a reforma e adequação aos padrões de acessibilidade e instrumento de apoio à cultura da casa de morada do artista, transformando-se no Museu-Casa de Cultura. Sobre esse momento, Oliveira e Martins (2021, p. 195) revelam:

A casa ficou vazia, momento de olhar o imóvel e suas peculiaridades, estudar suas plantas arquitetônicas, fazer estudo cromático e definir as possíveis alterações físicas com vistas a atender o desejo do doador, o qual era possibilitar a visitação pública, por exemplo, requerendo a construção de meios que viabilizassem o acesso, bem como o cumprimento do arcabouço legal brasileiro de acessibilidade.

A inauguração aconteceu em 19 de maio de 2017. O Museu-casa abriu as suas portas para a comunidade artística e para a sociedade paraibana, materializando o sonho e a luta de uma vida inteira, agora disponível para a visitação pública. A inauguração foi prestigiada, elogiada e aplaudida pela comunidade artística, acadêmica e social e pela

imprensa paraibana, presentes no evento, caracterizando-se como um marco para a cultura do estado. Contudo, apenas em 2018, um ano após a abertura oficial, o Museu-casa de Cultura foi definitivamente institucionalizado pela Universidade, quando da aprovação de seu Regimento, por unanimidade, pelo mais alto Conselho da instituição, o Conselho Universitário da UFPB (CONSUNI), conforme registra Oliveira e Martins (2021, p. 207):

A Casa de Cultura Hermano José só se institucionalizou quando da aprovação do seu Regimento pelo Conselho Superior da UFPB (CONSUNI), por meio da Resolução N° 10/2018, que criou formalmente o espaço passando a denominar-se Museu-Casa de Cultura Hermano José (MCCHJ), um complexo constituído pela casa principal e anexos, os quais possibilitaram a ampliação do espaço para fins a que se destinam, estabelecendo desse modo a preservação da obra de Hermano José e sua memória, sua relação com a casa e esta com o mundo exterior, em especial, o mar e o jardim como uma das mais sublimes características do local [...].

O processo de transição de casa residencial para Museu-casa sofreu várias intervenções, planejamento de equipes e longas discussões quanto ao objetivo a que se destinaria o espólio recebido. Foram muitas reuniões que envolveram aspectos teóricos, práticos e técnicos, incluindo profissionais de áreas diversas, estudantes e a gestão superior da universidade. Dentre as áreas envolvidas, ressalta-se a biblioteconomia, a arquitetura, a engenharia civil, as artes e, destacando-se entre estes, a arquivologia, com uma arquivista e seis estagiários de graduação, dentre os quais o autor deste ensaio.

Um dos primeiros desafios enfrentados pela equipe foi compreender o que se apresentava a olhos comuns, como registra Silva (2022, p. 18):

[...] a equipe deparou-se com um lar imbuído de particularidades e excentricidades. A casa de Hermano José foi construída no final dos anos 1960 e o imóvel possui térreo e um 1º andar e está localizado à beira-mar, no bairro do

Bessa, na cidade de João Pessoa (PB). Logo na entrada foram edificadas colunas de concreto, expressando a influência dos **Arcos da Lapa**<sup>3</sup>; a porta principal que dá para a sala é de madeira maciça com detalhes talhados que muito recordam o estilo da marcenaria colonial. Pouco acima da porta que dá para os fundos da casa há também uma obra feita de azulejos, representando um **dragão chinês**<sup>4</sup> em alto relevo, assim como uma escultura em argila de **Cristo crucificado**<sup>5</sup>.

Para Oliveira e Martins (2021, p. 190-191):

Frente ao mar, a casa foi “construída em tijolos e recoberta de telhas, com dois pavimentos, contendo no pavimento térreo: terraço descoberto, terraço social, três quartos, uma sala, banheiro social, banheiro de empregada e cozinha. No pavimento superior há: uma escada que vem do andar inferior, varanda, dois quartos, sala de estar, banheiro social, com portas e janelas, edificadas em terreno parte próprio e parte foreira ao “Domínio da União”, conforme descrição constante na escritura pública de doação fls. 081.

Do primeiro andar, o artista encontrava sua inspiração para pinclar telas, colecionar obras de arte, móveis, discos, livros e um vasto conjunto de peças sacras, além das notícias veiculadas em jornais, revistas e textos de críticos de arte sobre seu trabalho. A casa era construída, em seu sentido lato, do ser dialético de seu proprietário. Uma casa cheia de memórias, sendo, pois, a materialização de sua própria memória.

O ambiente estava repleto de caixas e objetos, tornando-se quase impossível transitar livremente por seus cômodos. Ao entrar nos espaços, uma incompreensão pareceria tomar conta: o que fazer, um

---

3 Os Arcos da Lapa, também conhecidos como Aqueduto da Carioca, estão localizados no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente existe um bondinho que trafega neste aqueduto, fazendo a travessia entre os bairros da Lapa e Santa Teresa, localizados na região central da cidade.

4 “O Dragão chinês é uma criatura mística e benevolente que representa poder, força, nobreza e boa sorte. Possui características de diversos animais, com olhos de tigre, corpo de serpente, patas de águia, chifres de veado, orelhas de boi, bigodes de carpa etc.”. Extraído da matéria *A lenda do dragão chinês: os significados dos dragões na China*. Disponível na Revista *ChinaLink*, 2017.

5 Representa o momento da crucificação de Jesus de Nazaré; Objeto de culto e adoração.

estudante de graduação em arquivologia, imerso em gêneros documentais tão diversos e em condições atípicas de conservação? O desafio estava posto. Um espaço efetivamente capaz de proporcionar uma *práxis* pedagógica para o estudante em formação.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir, ainda que parcialmente, acerca da diversidade de tipologias presentes no espólio, além da grande quantidade de itens identificados no processo de realização do inventário, instrumento capaz de descrever as particularidades do vasto campo documental, conforme registrado no Quadro 1:

**Quadro 1** – Tipologias documentais no espólio de Hermano José

Tipos documentais	Quantidade
 <b>Manuscritos, cartas, cadernos, jornais, livros, revistas.</b>	 <b>4M<sup>2</sup> lineares</b>
 <b>Telas, desenhos, fotografias, gravuras.</b>	 <b>1.400 itens</b>
 <b>VHS e DVD.</b>	 <b>200 unidades</b>
 <b>CDs, fitas k7, Discos de vinil e gramofone.</b>	 <b>3.000 unidades</b>
 <b>Esculturas em arte sacra, arte popular e rélias.</b>	 <b>500 peças</b>
 <b>Relógios de parede e algibeira.</b>	 <b>49 itens</b>
 <b>Utensílios domésticos.</b>	 <b>+ 1.500 unidades</b>

Fonte: Silva (2022)

O desafio estava posto: era preciso buscar, compreender, aprender e praticar a arquivologia para dar luz ao caos, diante da diver-

sidade de coleções encontradas. Nada estava organizado. Tudo parecia estar em desalinho. Uma coisa era certa, nos deparamos com algo que não podia prescindir de adjetivações. Era preciso entrar, usar os conhecimentos técnicos, ampliar as discussões e realizar o trabalho, cuja experiência está descrita no próximo item.

## 5 VIVÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS NO MCCHJ

Tudo pareceria desafiador! Os trabalhos começaram no final de 2016, com a seleção de estagiários das áreas correspondentes, especialmente de arquivologia, seguida do processo de capacitação e planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

Dentre as etapas de planejamento, realizou-se o diagnóstico físico, com a intervenção de engenheiros e arquitetos e o diagnóstico documental, com arquivistas e bibliotecários, que constataram as más condições de conservação do acervo e a ausência de uma sistemática de organização, com documentos dispersos por todos os cômodos da casa e, literalmente, misturados em caixas empoeiradas e gavetas, além de mobiliários, vestuários e outros gêneros misturados e variedades de coleções. O mundo particular de Hermano José era uma espécie de reflexo de seu fascínio. Nesse sentido afirma Benjamim (2000, p. 228):

O maior fascínio do colecionador é encerrar cada peça num círculo mágico onde ela se fixa quando passa por ela a última excitação – a excitação da compra. Tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, tonar-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences. A época, a região, a arte, o dono anterior – para o verdadeiro colecionador todos esses detalhes se somam para formar uma enciclopédia mágica, cuja quintessência é o destino de seu objeto. Aqui, portanto, neste campo restrito, pode-se presumir como os grandes fisiognomonistas – e os colecionadores são os fisiognomonistas do mundo dos objetos – se tornam intérpretes do destino. Basta observar um colecionador manuseando os objetos em seu mostruário de vidro. Mal os segura em suas mãos, parece inspirado a olhar através deles para os seus passados remotos.

Eram diversas coleções, objetos e documentos, alguns afetados pelo tempo, outros pela maresia ou por agentes biológicos, o que colocava em risco a integridade do acervo. A medida em que o diagnóstico avançava, parte da equipe iniciava os trabalhos de arrolamento do acervo no quarto do benemérito, local onde o artista costumava dar suas entrevistas e guardar boa parte dos documentos pessoais e coleções inusitadas, a exemplo da coleção de bolas de gude (pedras redondas e coloridas confeccionadas em vidro). Essas coleções, de certo, alimentavam os interesses do artista, que lhe atribuiu alguma valoração, as quais não podemos descobrir, uma vez que, como afirmou Benjamin (2000), elas são intimistas para quem as coleciona. E o trabalho foi sendo definido. Era preciso identificar as tipologias, selecionar, avaliar, diagnosticar e preparar para a embalagem e destinos de suas possíveis intervenções, conforme registrado na Figura 1.

Figura 1 – Estagiários de Arquivologia e Biblioteconomia no processo de identificação, Seleção e avaliação de documentos no quarto



Fonte: Ronieli Victor (2017).

Neste cômodo haviam muitas esculturas em arte sacra, pastas com manuscritos e recortes de jornais, uma grande quantidade de quadros, suvenires e pequenas coleções, como moedas, bolas de gude, pratos de cerâmica e travessas, fotografias e uma gama volumosa de

CDs, nos armários e no guarda-roupas. Enquanto a equipe avançava, percebia-se a necessidade de trilhar estratégias que melhor atendessem ao tratamento do acervo. Neste sentido, Oliveira e Martins (2021, p. 195) destacam:

A equipe multidisciplinar iniciou o arrolamento de tudo o que fora encontrado em cada espaço, em cada vão, com o objetivo de vasculhar os desvãos da memória e identidade do benemérito. A cada abertura de gaveta, de armário, havia uma descoberta, exigindo da equipe uma nova metodologia de trabalho com vistas à preservação do patrimônio, bem como das características arquitetônicas da casa com o intuito de transformá-la em Casa de Cultura requerendo da universidade a preservação integral do conjunto. Em cada espaço, objetos surgiam como árvores frutíferas em tempos de floração.

A casa de morada de Hermano José passou por uma reforma estrutural, com vistas ao cumprimento das cláusulas do termo de doação e todo o acervo precisou ser removido para que os trabalhos de reestruturação do espaço do que viria a se chamar o Museu-Casa de Cultura Hermano José, pudessem ser iniciados. Oliveira e Martins (2021, p. 195) discorrem sobre o processo:

Diante da análise técnica do imóvel e da retirada de todos os pertences, já arrolados e encaixotados, com QR Code em todas as embalagens, o objetivo foi controlar, por meio das listas inventariais, os objetos e documentos retirados da casa e levados para outro espaço da própria universidade, denominado *reserva técnica Hermano José*.

A equipe estabeleceu um plano de ação para o processo de inventário e arrolamento dos objetos, que consistia em coletar informações básicas como título, produtor, altura, comprimento, profundidade e peso, resultando em um levantamento discricional parcial. Após o inventário e higienização, os objetos foram embalados de acordo com a necessidade, louças, espelhos e objetos de decoração, por exemplo, foram envoltos por plástico-bolha, para evitar o impacto e

possíveis danos, acondicionados em caixas de papelão, lacradas com uma numeração específica, obedecendo a tipologia e o local de origem, como descrito no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2 - Plano de ação, higienização e acondicionamento de objetos.**

OBJETOS	AÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Higienização com trinchas e flanelas;</li> <li>● Listagem por título e autor;</li> <li>● Enumeração e identificação do comodo com recorte de papel.</li> </ul>
CDs, Dvds, VHS, fitascassete	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Embalados com plástico-bolha e acondicionados em caixas de papelão para transporte.</li> </ul>
Livros, folhetos, revistas	<p><b>Livros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Higienização manual folha a folha;</li> <li>● Listagem por título e autor;</li> <li>● Enumeração e identificação do comodo com recorte de papel A4;</li> <li>● Embale em sacos plásticos transparentes;</li> <li>● Acondicionados em caixas de papelão para transporte.</li> </ul> <p><b>Folhetos, revistas e jornais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Higienizados e embalados por lotes, em sacos plásticotransparentes, para tratamento.</li> </ul>
Cadernos, manuscritos, impressos, correspondências	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Higienizados e embalados por lotes, em sacos plásticotransparentes, para tratamento.</li> </ul>

<p><b>Quadros, telas e desenhos</b></p>	<p><b>Quadros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Listados por autor e descritos a senso comum;</li> <li>● Embalados com papelão maleável e cantoneiras de papelão.</li> </ul> <p><b>Telas e desenhos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Embaladas individualmente em sacos plásticos e quantificadas;</li> <li>● Transportadas em caixas de superfície plana (ex: caixas de TV).</li> </ul>
<p><b>Esculturas, relógios esouvenires.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Listados por autor e descritos superficialmente a sensocomum;</li> <li>● Embalados com plástico-bolha e com papelão maleável;</li> <li>● Indentificados por número e cômodo;</li> <li>● Acondicionados em caixas, individualmente ou por lote.</li> </ul>
<p><b>Utensílios domésticos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Higienizados com trinchas;</li> <li>● Indentificados por conjunto;</li> <li>● Embalados com plástico-bolha;</li> <li>● Acondicionados, individualmente ou por lote, para transporte.</li> </ul>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022.

O acondicionamento de uma peça foi feito, inicialmente, considerando o grande volume de itens e a urgente necessidade de desocupação do imóvel, para reforma. Todavia, tudo precisava ser arrolado, para facilitar a identificação posterior. Assim, mantivemos a localização – o que poderíamos chamar de “proveniência espacial” –, subdividindo por cômodos. Os itens em série (como louças, azulejos, fósseis, souvenirs), foram contabilizados por lote e acondicionados em caixas, sempre levando em consideração a segurança e a recuperação posterior e embale minucioso aos objetos que continham vidro como relógios antigos de parede e obras sacras. Desenhos e pinturas foram protegidos por sacos plásticos e transportados separadamente, em superfície plana, para não serem amassados ou danificados.

O local estava fechado há alguns meses, o que impossibilitava o trabalhar dentro dos padrões de segurança, devido à poeira, umida-

de, forte odor, insetos e a própria cumulatividade, tornando inviável iniciarmos as devidas intervenções. O projeto começou com seis estagiários de Arquivologia e, após desistências, conta hoje com apenas dois.

Foram estabelecidos alguns passos para o trabalho no acervo, que consistiam em preservar o item documental, respeitando sua proveniência e gênero, a fim de facilitar a recuperação posterior, assim como a enumeração, para obter um controle quantitativo. Na Figura 2 podemos observar uma listagem dos CDs, um dos primeiros instrumentos arquivísticos criados para o acervo fonográfico do artista.

Figura 2 - Listagem dos CDs.

#	TÍTULO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
1940	CARMEM MIRANDA/ HOJE	Armário VI	Listado
1941	HEITOR VILLA-LOBOS/ OS CHOROS DE CÂMARA	Armário VI	Listado
1942	JOSEPH HAYDN/ ORGAN CONCERTOS/ GÁBOR LEHOTKA/ THE BUDAPEST STRINGS	Armário VI	Listado
1943	BACH/ VIOLIN CONCERTOS BRANDEBURG CONCERTO NO 5/ DANIEL HOPE. CHAMBER ORCHES	Armário VI	Listado
1944	SIMONE DINNERSTEIN/ SOMETHING ALMOST BEING SAID (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1945	SHUMANN/ MARTHA ARGERICH/ GIDON KREMER/ MAESTRO (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1946	VIVALDI: LA STROVAGANZA OP 4/ THE ACADEMY AND CHORUS OF ST. MARTIN-IN TH	Armário VI	Listado
1947	MAURO GIULIANO/ GRANDE OUVERTURE CONCERTO PARA GUITARRA/ CLASSIC MASTERS (	Armário VI	Listado
1948	LUDWIG VAN BEETHOVEN/ SONATAS PARA VIOLINO <PRIMAVERA> E <A KREUTZER> (SEM	Armário VI	Listado
1949	GRAMADOS PIANO (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1950	EUDÓXIA DE BARROS/ INTERPRETA ZEQUINHA DE ABREU (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1951	NIGEL KENNEDY/ A PORTRAIT/ INSPIRATION (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1952	GUITARRA CLASSICA ESPANOLA (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1953	O MEU PRIMEIRO DISCO DE VIVALDI (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1954	BACH/ KEYBOARD CONCERTOS (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1955	FRANCISCO ALVES/ O REI DA VOZ II (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1956	LANG LANG/ LIVE IN VIENNA (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1957	NOEL ROSA 1 (SEM CAPA)	Armário VI	Listado
1958	CD SEM IDENTIFICAÇÃO	Armário II	Listado
1959	WAGNER	Armário II	Listado
1960	NELSON GONÇALVES/ A VOLTA DO BOEMIO VL 2	Armário II	Listado
1961	CHOPIN/ MARIA JOÃO PIRES CD1	Armário II	Listado
1962	BACH/ KEYBOARD CONCERTOS	Armário II	Listado
1963	ERA/ CLASSICS	Armário II	Listado
1964	TCHAIKOVSKY/ PIANO CONCERTO Nº 1. CONCERT/ FANTASIA/ MAESTRO	Armário II	Listado
1965	THE BEST OF BACH	Armário II	Listado
1966	ALEXIS WEISSENBERG/ GREAT PIANISTS/ OF THE 20 TH CENTURY	Armário II	Listado
1967	THE BEST WEDDING MUSIC	Armário II	Listado
1968	BACH E VIVALDI/ PEREZ DWORECKI- VIOLA . PAULO GORU- PIANO	Armário II	Listado
1969	BRAMHS PIANO CINCERTO Nº1	Armário II	Listado
1970	R. STRAVSS/ TILL EULENSPIEGEL. EIN HELDENLEBEN/ MAESTRO	Armário II	Listado
1971	LANG LANG/ LIVE IN VIENNA	Armário II	Listado

Fonte: Acervo Hermano José (2018)

Todo o acervo foi transportado para a UFPPB, para uma reserva técnica, onde os estagiários de Arquivologia, coordenados por profissionais das áreas de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia,

auxiliaram no tratamento documental, iniciando com o inventário, registro fotográfico de cada objeto, ficha de tombamento e seu consequente número de registro, sobretudo para os documentos em caráter tridimensional, já pensando na perspectiva museológica para a reconstrução de alguns ambientes e exposições futuras, que constituiu o projeto expográfico do Museu Casa de Cultura Hermano José. Alguns dos trabalhos realizados na reserva técnica incluem a higienização de metais (Figura 3 e 4). Os utensílios foram higienizados com soluções aquosas e, para a remoção das sujidades, foram aplicados leves movimentos de fricção sobre as peças. Em seguida, os objetos foram polidos com trapos e flanelas de algodão de acordo com a especificidade de cada item, distribuídos pelo material que o constituía: prata, bronze, níquel, ferro e latão.

Figura 3 - Remoção de pátina por solução aquosa de um abridor de cartas em bronze.



Fonte:Acervo pessoal Ronieli Victor da Silva (2019)

A medida em que o tratamento era aplicado, os itens, antes cobertos pela pátina, revelavam-se relíquias colecionadas por Hermano. Muitas das peças necessitavam apenas de higienização, para que pudessem ser manuseadas e, assim, tomar o seu lugar no acervo enquanto objeto para as futuras exposições do museu.

Figura 4 - Higienização de um abridor de cartas em prata.



Fonte: Acervo pessoal Ronieli Victor da Silva (2019).

Outro trabalho realizado se deu em torno da higienização de alguns quadros pertencentes ao acervo. Na figura 5 podemos visualizar a remoção do chassi e a hidratação da madeira para melhorar o aspecto visual, bem como preservar o suporte utilizado no prendimento da tela. Após a remoção dos grampos enferrujados e a recolocação da obra, foi executada a higienização da tela.

Figura 5 - Higienização do quadro



Fonte: Acervo pessoal Ronieli Victor da Silva (2019).

Podemos observar a dinamicidade de atividades imbricadas ao arquivista em formação, no âmbito do MCCHJ, visto que o tratamento, antes voltado exclusivamente aos suportes tradicionais em

papel, agora era direcionado para outras tipologias documentais e seus diversos suportes, necessitando de aperfeiçoamento do profissional para o manuseio e tratamento adequado dessa diversidade de gêneros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o Museu-Casa de Cultura Hermano José, espaço multidisciplinar voltado à preservação da vida e obra do artista plástico Hermano José, ressaltou a importância da conservação dos acervos museísticos, bibliográficos e arquivísticos, bem como do papel da educação continuada e da formação multidisciplinar de estudantes das áreas imbricadas nesse processo.

A emergência no tratamento do espólio exigiu planejamento e execução de estratégias que permitiram pensar para além da formação arquivística básica, demandando pensamento e ação em defesa da memória, por meio da intervenção de salvaguarda, afinal, trata-se de uma casa de morada, doada em prol de sua transformação para um Museu-casa, exigindo estudos e tomadas de decisões no que diz respeito às ações integradas e integradoras entre profissões diversas e conhecimentos multidisciplinares destinados à preservação do patrimônio documental institucional.

Visto de outro ângulo, o que estava em pauta era também uma preocupação em salvaguardar a memória do benemérito, agora sob a perspectiva integrada da arquivologia com outros campos do saber, o que possibilitou uma percepção da necessidade de uma efetiva interdisciplinaridade, a simbiose da pesquisa e a especialidade de não apenas ser um profissional de disseminação e preservação da informação, mas de interlocutor dessa mesma memória.

O trabalho continua e o MCCHJ se materializa, efetivando-se enquanto espaço da memória individual e coletiva de Hermano José. Assim, cabe ao profissional arquivista qualificar-se constantemente, pois os variados gêneros documentais, assim como as condições presentes nos acervos pessoais, demandam técnicas de tratamento específicas e cada vez mais complexas, exigindo tomadas de decisões que efetivem uma gestão de qualidade, pautada na ética, aplicando técnicas e políticas de preservação, preservando e disseminando memórias, quando permitidas, em prol da cultura e do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. Á. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon**, v.16, n. 31, p. 110-130, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n31p110>.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca: Um discurso sobre o colecionador. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas II: Rua de mão única**. Brasiliense, 2000, p. 227-235.
- DUARTE, V. V. **Gestão de documentos em arquivos de museus: Descobrimdo o acervo arquivístico da oficina de criatividade/HSPSP**, 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA. 2008.
- HANNESCH, O. **Patrimônio arquivístico em museus: reflexões sobre seleção e priorização em conservação-restauração de documentos em suporte papel**. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2013.
- OLIVEIRA, B.M. J. F.; MARTINS, B. P. Da casa de morada ao Museu-Casa de cultura Hermano José. In: MAGALHÃES, F.; *et al* (ed). **Museologia e patrimônio**. [s.l]: Politécnic de Leiria, 2021, p: 184-212.
- SILVA, R. V. da. **Sons do tempo: a música na formação infomemorial e identitária do artista plástico Hermano José**, 2022.



# REPRESENTAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA INFORMAÇÃO: ABORDAGEM À INTEGRAÇÃO DE RECURSOS DE BIBLIOTECA, ARQUIVO E MUSEU

## THE REPRESENTATION OF MULTIDIMENSIONAL INFORMATION: APPROACH TO THE INTEGRATION OF LIBRARY, ARCHIVE, AND MUSEUM RESOURCES.

Elizabeth Oliva Díaz de Arce<sup>1</sup> 

María Manuela Moro Cabero<sup>2</sup> 

### 1 INTRODUÇÃO

Os modelos conceituais de descrição surgem pela necessidade de gerar um enquadramento estrutural genérico para a representação dos recursos de informação. Este tipo de modelagem é gerado através de uma abstração pela qual é possível capturar todos os componentes de um domínio e suas inter-relações, servindo de guia para sua representação global. Conseqüentemente, a técnica de modelagem conceitual resulta fundamental para o desenho de sistemas de informação interoperáveis, pois permite o diálogo entre componentes unívocos previamente estabelecidos e vinculáveis por meio de relações semânticas.

Nas Ciências da Informação e Documentação, a modelagem conceitual adquire uma dupla condição, pois constitui uma representação do conhecimento de uma determinada área de informação, ao mesmo tempo em que é utilizada para padronizar a representação da informação que é produzida na própria área. De fato, a implementação de modelos conceituais de descrição e de ontologias abre a porta

---

1 Doutoranda Universidad de Salamanca. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2210-9042>.

2 Professora Doutora da Universidad de Salamanca. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5301-1924>.

para a realização de sistemas descritivos complexos e interligados, os quais representarão a informação de forma completa, relevante e contextualizada. Contudo, em boa parte dos casos, seu desenvolvimento ocorreu de maneira segmentada, realizando-se apenas em correspondência com as características dos recursos de informação de cada domínio das Ciências da Informação.

Neste sentido, a Biblioteconomia, a Museologia e a Arquivologia dispõem de modelos conceituais de representação, cada um deles ajustado às características e especificações de seus recursos. Embora esta realidade possa parecer adequada ou suficiente, as atuais condições info-tecnológicas, tais como as potencialidades sobre o acesso, à navegação, à busca e recuperação de informações na web, ou ao desenvolvimento de tecnologias semânticas e dados interligados, bem como às complexas e crescentes necessidades dos usuários, são indicadores relevantes da possível integração dos recursos de informação de natureza heterogênea. Esta possibilidade é observada em várias iniciativas, sendo o portal Europeia uma das mais relevantes.

Por conseguinte, se precisa avançar no estudo da harmonização dos diferentes modelos conceituais, a fim de alcançar uma maior interoperabilidade semântica nos sistemas e na Web, assim como o sucesso de representações completas e contextualizadas cobrindo os diferentes domínios informacionais. O fim-alvo é conformar uma rede de relações semânticas que permitam ao usuário atuar livremente através de uma arquitetura contextual hiper conectada, facilitando a obtenção de informação, independentemente de sua tipologia, de maneira intuitiva e satisfatória.

Esta pesquisa analisa os aspectos convergentes nestes modelos, que servem de alicerce para sua integração, assim como aqueles que os particularizam. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórico-documentário com predomínio da análise comparativa, para a qual são definidos uma série de critérios. Seus resultados, além de constituírem uma abordagem conceitual aos fundamentos da representação da informação de natureza heterogênea, fornecem ideias significativas para a harmonização dos modelos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Neste apartado apresentam-se os modelos, os critérios para o estudo comparado assim como os principais resultados.

## 2.1 Apresentação dos modelos

A modelagem conceitual se define como uma “técnica formal para a representação entre os principais conceitos e relações num determinado domínio do conhecimento” (Gueguen *et.al*, 2013, p. 163). Deste jeito, um modelo fornece um esquema completo que facilita, em primer termo, a compreensão do domínio representado, e em segundo, a comunicação entre os profissionais e o desenvolvimento de sistemas de informação interoperáveis.

As bibliotecas dispõem de uma longe trajetória na utilização de tais técnicas de representação. A Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA) desenvolveu os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) de 1992 até 1997, sendo publicados em 1998. A eficácia do modelo FRBR e sua aceitação levou à IFLA conceber outros modelos que tratavam de cartórios de autoridade e outros assuntos. Em dezembro de 2017, a IFLA publicou o Modelo de Referência da Biblioteca (LRM), o qual funde os anteriores, propondo um modelo único e abrangente, integrando todas as especificidades da descrição da informação bibliográfica em uma única estrutura lógica com alto nível de abstração (IFLA *et. al*, 2017). Ao respeito, a IFLA reconhece como o cenário mudou desde que o modelo FRBR foi originalmente desenvolvido. Argumenta que surgiram novas necessidades, especificamente em termos de reutilização de dados em aplicações da Web semântica, o qual fica refletido neste novo modelo. Neste sentido, o modelo LRM foi projetado para ser usado em ambientes de *Linked Data* e para manter e promover o uso de dados bibliográficos nesses ambientes (IFLA *et al.*, 2017).

A sua vez, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1996, iniciou o desenvolvimento de um modelo conceitual para descrever os objetos de museu. Dito modelo foi aceito no ano 2000 pela Organização Internacional de Normalização (ISO), tornando-se padrão internacional em 2006 (ISO 21127). O modelo conhece-se como Modelo de Referência Conceitual (CRM). Em termos gerais, visa construir uma estrutura comum, extensível e semântica onde qualquer informação sobre o patrimônio cultural possa ser representada (ICOM, 2015b). O modelo CRM tornou-se um modelo de referência para instituições que salvaguardam e disseminam informação de herança cultural, pois visa permitir a mudança de informação e a integração entre fontes in-

formacionais heterogêneas (ICOM, 2015a). Neste sentido, o CIDOC está atualmente convergindo seus esforços em alcançar um modelo de sucesso e integrador entre arquivos, bibliotecas e museus, baseado na estrutura proposta pelo CRM.

Desde o ano 2003, tem havido uma aproximação entre o modelo CRM para museus e o modelo FRBR para bibliotecas, sendo aperfeiçoado este último para se tornar uma extensão do CRM, chamado FRBRoo. A primeira versão da FRBRoo foi aprovada em 2010 e recentemente evoluiu para LRMoo, ao auxiliar-se no novo modelo bibliotecário. Este modelo é a prova do reconhecimento pelas instituições de informação da necessidade de procurar projetos conjuntos e de defender a integração das fontes, acompanhando as complexidades da sociedade atual e a busca, recuperação, uso e análise da informação que ela exige.

Neste caminho, salienta o projeto Europeana, o qual é muito integrador, pois constitui uma biblioteca digital onde inclui toda a produção cultural e patrimonial europeia. O projeto fica operativo desde 2008 e contém uma ampla gama de materiais. Sua importância radica, além disso, na procuração da interoperabilidade entre diferentes sistemas e nas aproximações conceituais com as propostas de FRBR e de CRM e, em certo jeito, com os modelos de arquivo emergentes.

Ao contrário das bibliotecas e dos museus, a Arquivística demorou algumas décadas para desenvolver mecanismos de padronização para o processamento e representação de seus recursos. Consequentemente, o reconhecimento da necessidade de gerar um modelo conceitual não se olhou até 2008, através da proposta australiana. Após, outras iniciativas nacionais foram desenvolvidas na Espanha, Nova Zelândia e Finlândia. Em 2012 o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) iniciou o desenvolvimento do modelo conceitual *Records in contexts: A conceptual model for archival description* (RiC-CM), o qual foi editado em sua versão preliminar em 2016 e cujas versões posteriores, em 2019 e 2021. Assim, o modelo RiC-CM de âmbito internacional fundamenta-se na análise dos padrões internacionais e alguns dos modelos de arquivos conceituais nacionais. A sua vez, o modelo baseia-se dos avanços bibliotecários e dos museus descritos acima, e tem uma ontologia publicada em 2019 e 2021, demonstrando, deste jeito, seu inquestionável compromisso com a interoperabilidade semântica dos conteúdos culturais na Web.

Por razões do objetivo-alvo e a viabilidade desta pesquisa, é necessário fazer uma seleção dos modelos acima mencionados para

fazer a comparativa; os modelos a serem comparados, neste trabalho, em suas últimas versões, são os seguintes:

- Modelo de Referência da Biblioteca (LRM);
- Modelo de Referência Conceitual do Conselho Internacional de Museus (CIDOC-CRM);
- Documentos em Contextos (RiC-CM).

A escolha fica motivada pelo fato de que cada um deles responde a uma das disciplinas em questão e foi desenvolvido por instituições representativas de cada domínio e de âmbito internacional. Por conseguinte, estes podem ser considerados como os modelos base e, além disso, a evolução do trabalho desenvolvido sobre eles indica que em breve serão harmonizados como resultado da colaboração entre ditas instituições.

Os modelos LRMoo, EDM e DCMs de arquivos nacionais não serão comparados neste estudo. LRMoo trata-se duma extensão do modelo de CRM, sendo derivado do modelo de CRM, bem como do modelo bibliotecário, e inclui classes e relações para a conexão entre os dois. Por esta razão, foi preferível utilizar os modelos alicerces, a fim de realizar uma análise mais exaustiva de suas semelhanças e diferenças. No caso da EDM, ele foi descartado por configurar-se como estrutura ontológica para a integração de vários esquemas de metadados, de maneira que para sua correta análise seria necessário abordar cada um deles. Finalmente, no caso dos modelos de descrição de arquivos nacionais, o RiC-CM baseia-se neles, integrando-os significativamente em sua conceitualização.

## **2.2 Critérios para a análise comparativa**

Os critérios estabelecidos na análise compõem-se de quatro dimensões e nove indicadores, entendendo as dimensões como as categorias gerais a serem estudadas e os indicadores como os elementos específicos a serem desenvolvidos. Estes podem ser consultados no Quadro a seguir:

**Quadro 1 – Critérios da análise comparativa**

Dimensão	Indicador	Definição
Características técnicas e formais	Âmbito de aplicação	Informação que o modelo proporciona sobre o domínio que abarca, seus objetivos e outros aspectos gerais que o definam.
	Adaptabilidade	Capacidade de adaptação do modelo a diferentes formas de aplicação, como implementações parciais, totais e extensões.
Entidades	Número de entidades	Quantidade de entidades propostas, com independência de seu nível.
	Existência de níveis de entidades y heranças	Definição de estruturas hierárquicas para a organização das entidades e, quando apropriado, a existência de hereditariedade entre elas.
	Existência de entidade raiz	Definição de entidade genérica, que funciona como o ponto de partida do modelo e associa as demais entidades.
	Entidades similares	Identificação de entidades com propósitos similares
Relações	Categorias funcionais das relações	Proposta de diferentes agrupações gerais de relações com funções específicas.
Atributos	Formas de definição dos atributos	Diferentes formas que o modelo admite para expressar os atributos.
	Categorias funcionais dos atributos	Proposta de diferentes agrupações gerais de atributos com funções específicas.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

## 2.3 O critério características técnicas e formais

Estas características referem-se aos aspectos explicitamente declarados nos modelos, que influenciam no seu desenho e estruturação, mas não constituem componentes funcionais dos modelos. Reconhecem-se como tais, o âmbito de aplicação e a adaptabilidade. Estudamos com detalhe:

### O indicador “Âmbito de aplicação”:

Resulta essencial uma compreensão do âmbito de aplicação dos modelos para sua correta compreensão, uso e comparação. A fim de tornar a análise mais ilustrativa, o âmbito de aplicação será estudado a partir de cinco subindicadores: definição, cobertura, proposta, enfoque e objetivos. As informações correspondentes a cada um deles serão os dados específicos fornecidos pelos modelos:

Quadro 2 – Âmbito de aplicação dos modelos

Modelo	CRM	RiC-CM	LRM
Definição	Modelo de referência conceitual Ontologia formal	Modelo conceitual de alto nível	Modelo de referência conceitual de alto nível
Cobertura	Definição abrangente dos aspectos que se relacionam com as informações sobre o património cultural	Não exaustivo em termos de atividades de gerenciamento de documentos, nem capturando todos os elementos contextuais que possam ser necessários.	Não exaustivo
Proposta	Estrutura integral de definições e aclarações semânticas necessárias para transpor as fontes de informação localizadas em um recurso global coerente.	Estrutura abrangente para representação coerente de informações de arquivo	Princípios gerais que regem a estrutura lógica da informação bibliográfica
Enfoque	- Informação patrimonial e cultural heterogênea - Informação museológica. - Centrado em eventos.	- Informação arquivísticas física e digital - Comunidades de arquivo e gestão documental - Colaboração com outras comunidades de património cultural	- Dados bibliográficos - Extensível a outras áreas informacionais
Objetivos	- Facilitar a integração, mediação e intercâmbio de informação do património cultural heterogêneo e informação similar de outros domínios - Funcionar como guia de boas práticas para estruturar e relacionar efetivamente os ativos de informação cultural.	- Identificar e descrever intelectualmente os documentos arquivísticos, as pessoas que os criaram e usam, e as atividades realizadas por estas. - Contribuir a manter a veracidade e o acesso à documentação.	- Funcionar como guia o base para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos - Permitir ao usuário encontrar, identificar, fazer escolha, adquirir e explorar recursos. - Favorecer o diálogo entre comunidades.

Fonte: Elaboração própria.

Na observância do Quadro 2, percebe-se muita coincidência entre as definições, as propostas e os objetivos dos modelos. Como tem sido mencionado, são estruturas conceituais e abstratas que procuram representar os elementos fundamentais do domínio em estudo, sendo possível considerá-las ontologias desde um ponto de vista filosófico e também tecnológico se forem traduzidas para idiomas como OWL. Eles tentam assegurar que esses recursos sejam representados de forma padronizada e coerente, levando em conta suas características e contexto, ao mesmo tempo em que são acessíveis para satisfazer às necessidades dos usuários. Os modelos propõem diretrizes e princípios para o desenvolvimento de sistemas de informação interoperáveis e habilitados para a Web.

Enquanto cada modelo se focaliza em informação de natureza diferente, há uma inclinação explícita em todos eles para interligar recursos heterogêneos, o qual é observável especialmente no modelo CRM, focalizado especificamente no patrimônio histórico e cultural da humanidade. Sua principal distinção fundamenta-se no grau de cobertura ou nível de especificidade, pois LRM e RiC-CM propõem os elementos básicos ou indispensáveis para a representação dos recursos em que se concentram, enquanto o modelo CRM é muito mais profundo e abrangente, tentando cobrir o máximo possível os eventos e contextos de geração, uso e consumo das informações culturais.

### **O indicador “Adaptabilidade”:**

Os três modelos admitem a inclusão de classes e a conexão com outros para ampliar seu âmbito de aplicação. Neste sentido, destaca-se o CRM, que desenvolveu extensões focalizadas para domínios específicos que são de interesse para a representação do patrimônio cultural, bem como harmonizações com outros modelos, tais como o próprio LRM. O modelo RiC-CM define claramente suas entidades fundamentais e estabelece sua relevância para desenvolver qualquer forma de implementação que se ajuste ao modelo. O quadro a seguir resume estas informações:

**Quadro 3 - Adaptabilidade dos modelos**

<b>Adaptabilidade</b>	<b>LRM</b>	<b>RiC-CM</b>	<b>CRM</b>
Concerta com diferentes modos de implantação e tecnologia	X	X	X
Aceita implantações parciais	X	X	X
Aceita novas entidades, relações e/o atributos	X	X	X
Aceita vincular-se com outros modelos, ontologias, dados ou recursos Web	X	X	X
Foram desenvolvidos outros modelos complementares, como são as extensões e as harmonizações	X	-	X

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

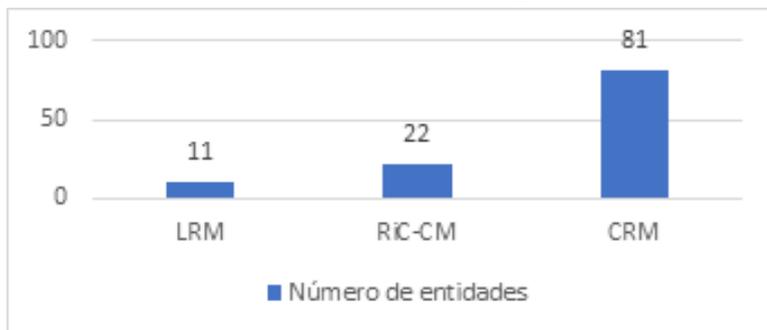
### **O critério “Entidades”:**

As entidades são elementos fundamentais nos modelos, independentemente da linguagem que utilizam, pois expressam os aspectos que compõem a realidade representada e são, por isso, essenciais para sua compreensão. As entidades representam os conceitos, contextos e objetos que constituirão pontos de acesso vinculáveis para que o usuário possa satisfazer suas necessidades de informação da maneira mais completa possível. Reconhecem-se 4 indicadores: Número de entidades, existência de níveis y heranças, de entidades raiz e similares.

### **O indicador “Número de entidades”:**

O número de entidades em cada modelo relaciona-se com o nível de exaustividade e detalhe do modelo. Por conseguinte, quanto mais entidades forem estabelecidas, mais abrangente e desagregado será o modelo, o que não manifesta a sua qualidade, sim não a sua profundidade. O gráfico a seguir mostra o número de entidades por modelo, independentemente do nível em que são encontradas.

**Gráfico 1 - Número de entidades por modelo**



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

Como tem sido observado, o âmbito de aplicação do modelo CRM é muito mais vasto do que são os modelos LRM e RiC-CM. Isto se deve a sua orientação focada em cobrir as facetas determinantes para representar a informação patrimonial em interação com os eventos que compõem seus contextos. Além disso, sé preciso salientar que este modelo não apresenta atributos, de modo que a informação declarada neles fica definida na forma de classes, o que o torna ainda mais volumoso. Se as classes referentes a características específicas descrevendo outras classes fossem desenvolvidas como atributos, o número de entidades presentes no CRM diminuiria. Também é notável que o RiC-CM apresenta um número maior de entidades do que o LRM, devido à natureza da informação arquivística, que precisa capturar os elementos contextuais associados com o ciclo de vida dos documentos.

### **O indicador “Existência de níveis de entidade e herança”:**

A presença de entidades subdivididas em níveis indica a existência de classes superiores e subclasses, o que facilita as formas da associação hierárquica da informação e sua reutilização. Neste sentido, os três modelos apresentam níveis de entidades e assumem o conceito de herança, ou seja, as classes derivadas dos principais compartilham ou herdam os tipos de atributos e relações consignados para as primeiras, o que, entre outros aspectos, contribui para:

- Apoiar o desenho e a estruturação dos sistemas de informação;

- Traduzir a modelagem ontológica e estruturas semânticas.
- Gerar maiores possibilidades de associação entre as classes;
- Estabelecer categorizações dos elementos de um domínio que simulem a forma de como as pessoas os definem;
- Eliminar a redundância das informações.

### O indicador “Existência de entidade de raiz”:

Cada modelo estabelece, de acordo com seu desenho e objetivos, diferentes tipos de entidades e subdivisões entre elas. Entretanto, os três modelos analisados compartilham como uma característica comum a existência de uma única entidade de nível superior. Esta entidade, encarregada de conectar as outras entidades do modelo, é genérica e refere-se a conceitos, temas, questões ou coisas em geral. As entidades raiz (nível 1) de cada um dos modelos são: LRM: Res; RiC-CM: Conceito/Objeto e CRM: Entidade de CRM. Estas incluem as demais entidades definidas no modelo e outras que não tenham sido consideradas. A existência deste tipo de entidades confere, por conseguinte, muita flexibilidade e adaptabilidade aos modelos, sendo um elemento essencial para a geração de extensões ou para interconexão com outros tipos de recursos. Além disso, os atributos e relações definidos para estas entidades serão compartilhados pelos outros níveis, em virtude do conceito de herança explicado acima.

### O Indicador “Entidades similares”:

As entidades de cada modelo foram agrupadas de acordo com sua função genérica, o que tornou possível identificar aquelas com maior semelhança conceitual. Isto permite obter ideias para a geração de macroestruturas conceituais que integram grupos comuns de entidades, parelho ao que foi estabelecido no modelo EDM. O quadro a seguir mostra as entidades que podem ser entendidas como equivalentes:

**Quadro 4 - Entidades similares**

LRM	RiC-CM	CRM
Res	Conceito/Objeto	Entidade CRM

LRM	RiC-CM	CRM
Obra Expressão Manifestação Item (exemplar)	Recursos documentais Conjunto documental Documento Componente documental Instância	Objeto conceitual Coisa (item) Objeto proposicional Objeto de informação Objeto simbólico Documento Documento de autoridade Objeto linguístico Elemento visual Objeto legal Coisa física Objeto físico Objeto biológico Cosa física feita por humanos Objeto criado por humanos Objeto persistente Desenho o procedimento Inscrição
Agente	Agente	Ator
Persona	Pessoa	Persona
Agente coletivo	Grupo Família Entidade corporativa	Grupo
Lugar	Lugar	Lugar
Período	Datas Datas simples Datas extremas Conjunto de Datas	Período Início da existência Fim da existência
	Evento	Entidade temporal Período Evento
	Atividade	Atividade
Nome		Nome

**Fonte:** Elaboração própria.

Por conseguinte, aquelas compatíveis destinam-se à descrição intelectual e física dos documentos e seus agrupamentos, os conceitos, ideias, eventos associados a eles, os agentes, eventos e atividades que compõem seus contextos, assim como as datas e períodos temporais com os quais ficam associados. As entidades documentais são as mais ricas em todos os casos, exceto no CRM, que também apresenta muitas entidades específicas atinentes a eventos e atividades.

No modelo LRM e no CRM, observam-se entidades focadas às obras ou objetos como conceitos abstratos, e suas materializações são refletidas através de outras entidades. Também é interessante perceber a proximidade entre manifestação e instância nos modelos LRM e RiC-CM, que se referem aos modos ou meios nos quais o trabalho conceitual foi registrado. Da mesma forma, as diferentes tipologias de informações coletadas pelo CRM são perfeitamente compatíveis com a expressão da entidade LRM, e os exemplos desta última estão associados com a ideia dos objetos persistentes do CRM. Assim, pode-se concluir que todas essas entidades referem-se aos documentos, tanto em suas dimensões tangíveis quanto intangíveis. Estas informações estão resumidas no quadro a seguir:

Quadro 5 - Entidades documentais

Entidade documental	Subdivisões		Descrição	Exemplos de entidades que assume	
	Entidade documental	Documento conceitual		Refere-se a informações em seu estado abstrato e conceitual. Ela focaliza-se no conteúdo intelectual, legal ou artístico de uma criação, sem tratar de sua tipologia ou materialidade.	Obra
Documento					
Objeto conceitual					
Documento material		Expressão		é a combinação distintiva de sinais (incluindo sinais visuais, auditivos ou gestuais) que transmitem conteúdo intelectual ou artístico, independentemente da mídia utilizada para gravá-lo. (IFLA et al., 2017).	Expressão
					Documento (atributo de tipo)
					Elemento visual
		Manifestação		Focaliza-se na existência física da informação conceitual. É, portanto, mediada por um apoio material.	Manifestação
					Instancia
					Objeto físico
Exemplar			Refere-se a informações tangíveis ou perceptíveis, onde o conteúdo é transportado, seja ele físico ou digital.	Item	
	Documento				
	Objeto persistente				
Agrupação documental		São conjuntos de informações intelectuais que podem ser representados como suas próprias fontes, tais como fundos de arquivos, séries, coleções ou publicações em série.	Recursos documentais		
			Conjunto documental		

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em um modelo integrador, pode-se partir da classe “Entidade Documental” e subdividi-la em outras mais específicas, que recolhem as diferentes formas nas quais pudera apresentar-se a informação a representar. A documentação pode responder a mais de uma delas, por isso, estas não seriam de exclusão em todos os casos. A informação

pode ser tão rica e complexa quanto a realidade é, e os modelos devem refletir isso. Neste sentido, todas estas classes devem estar interligadas por meio das relações semânticas que as definam e permitam sua recuperação assertiva.

Por outro lado, entre os agentes e suas tipologias não há diferenciações significativas nos modelos, ficando as datas e lugares em situação semelhante. No caso de eventos e das suas entidades associadas, a exaustividade do CRM, e o fato de não apresentar atributos, torna mais complicado alcançar muita homogeneidade com os outros modelos. No caso do RiC-CM, as entidades divergentes ficam focalizadas na descrição de agentes específicos que podem intervir em qualquer fase do ciclo de vida dos documentos e, assim mesmo, nos regulamentos e mandatos que condicionam o desempenho de certas funções que lhes dão origem. O modelo CRM, por outro lado, apresenta uma grande variedade de entidades que tipificam diferentes eventos, atividades, ações e características que influenciam ou descrevem a informação. Além disso, salientam algumas entidades tais como título, material, idioma e dimensões, que geralmente são entendidas como atributos e que são utilizadas neste modelo como classes. Entretanto, é possível concluir que as entidades diferentes apresentadas em ambos os modelos se destinam a fornecer contexto aos recursos descritos e que elas estão conceitualmente ligadas às outras entidades, sendo na maioria dos casos especificações destas.

Portanto, no quadro a seguir resumem-se, a título de conclusão, as formas comuns de entidades apresentadas pelos modelos, as quais poderiam ser observadas como o ponto de partida para sua harmonização.

**Quadro 6 - Entidades comuns**

Entidade	Descrição
<b>Conceito</b>	Temas, assuntos, matérias, reais ou fictícios. Pode ser um término ou qualquer das restantes entidades. É equivalente à entidade raiz de dos modelos.
<b>Entidade documental</b>	Os recursos de informação tangível ou intangível e seus agrupamentos, modos de expressão e manifestação. Ela inclui espécimes, componentes documentais e as diferentes tipologias de documentos.

Entidade	Descrição
Agente	Pessoas, grupos, famílias, entidades corporativas e sistemas de informação.
Evento	Eventos ou circunstâncias enquadrados no tempo e no espaço.
Atividade	Ação ou conjunto de ações realizadas por seres humanos com um propósito e em um tempo e espaço específicos.
Período	Dados cronológicos simples ou compostos.
Lugar	Dados sobre espaços determinados y localizações geográficas de vários tipos.
Regulação	Regras, diretrizes, regulamentos, mandatos, leis e direitos existentes em um determinado contexto. Eles podem condicionar o desenvolvimento de funções e atividades.
Denominação	Um termo que nomeia ou identifica qualquer entidade.
Dados	Valores linguísticos ou numéricos simples que fornecem informações sobre qualquer entidade. Informação ou cadeia de caracteres livre que pode não estar definida nos atributos.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

Pode-se apreciar que os primeiros grupos ou categorias de entidades ficam intimamente ligados com aquelas comuns a todos os modelos. Entretanto, a entidade Regulação está mais orientada para marcos regulatórios que influenciam na geração de documentação comprobatória; mas esta entidade pode ser aplicada a qualquer campo, mesmo às normas utilizadas para o próprio tratamento documental. Embora estas classes sejam independentes, é importante lembrar que elas podem ser subdivididas em outras classes mais específicas que as enriquecem (como nos modelos analisados) e que todas elas devem ser interligadas, através do estabelecimento das relações semânticas pertinentes, a fim de alcançar as representações mais completas possíveis. Para concluir, o objetivo destas categorias é apresentar uma generalização que permita uma melhor compreensão dos componentes dos modelos.

Por outro lado, se se optasse por estabelecer um modelo baseado exclusivamente em entidades e relações, seria preciso incluir

outras categorias muito mais detalhadas e, neste caso, as entidades de Denominação e Dados se tornariam mais relevantes. Um exemplo de classes significativas seriam as propriedades físicas ou externas dos objetos, seu estado material, linguagem, classificação e a decomposição das diferentes ações e eventos que compõem os contextos documentais. As funções administrativas e menções de responsabilidade sobre o processamento da informação podem ficar recopiladas nas entidades estabelecidas, sendo possível incrementar o seu grau de especificação.

As duas últimas categorias correspondem-se à crescente tendência de ligar dados, sendo necessário gerar estruturas que permitam a conexão de informação literal simples. Estas correspondem às classes *Nomen* e *Denominazione* presentes nos modelos LRM e CRM, bem como ao Valor Primitivo e suas subdivisões no modelo CRM. Embora não estejam presentes nos três modelos, eles são essenciais para o funcionamento dos modelos acima citados, razão pela qual resulta pertinente a sua inclusão. É provável que um modelo integrador, ou uma extensão de CRM para bibliotecas e arquivos, considere a inclusão destas categorias.

### **O critério “Relações”:**

As relações são o componente fundamental das descrições baseadas em modelos conceituais. Eles constituem o modo de conexão entre entidades, logo são a forma de associação entre os diferentes conceitos e objetos que compõem o universo informativo que está sendo representado. Elas permitem uma melhor navegação e recuperação incorporando estruturas semânticas semelhantes à linguagem natural. Elas também contribuem para a interconexão de dados diversos, para reconstrução de contextos e para reutilização da informação.

### **Indicador “Categorias funcionais de relações”:**

As categorias funcionais das relações foram construídas a partir do estudo dos tipos de relações que são definidas nos modelos. Eles constituem grupos de tipos de relações baseadas nas características e funções que compartilham. Eles visam alcançar uma melhor compreensão das formas de vinculação entre as entidades, devido à impraticabilidade de estudar cada relação separadamente. É importante salientar que os modelos RiC-CM e CRM definem algumas categorias, que foram consultadas, mas não coincidem em todos os casos

com as propostas neste documento. Além disso, é importante ressaltar que alguns tipos de relações podem pertencer a mais de uma categoria, motivo pelo que não são exclusivos nem fechados. As categorias são indicativas, a fim de compreender as funções gerais dos tipos de relações definidas nos modelos; são construções fundamentadas em suas convergências e particularidades mais significativas.

O quadro a seguir mostra estas categorias, definidas e exemplificadas através dos tipos de relações específicas para cada um dos modelos, a fim de alcançar uma melhor compreensão.

**Quadro 7 – Categorias funcionais das relações**

Categoria da relação	Descrição	Exemplos		
		LRM	RiC	CRM
Relações hierárquicas	Relações de dependência entre entidades, tais como principal-secundário ou tudo-parte. Todas as entidades dos modelos estão relacionadas hierarquicamente em primeira instância, mas este tipo de relação é frequentemente aplicado em qualquer nível. Ela inclui as relações entre documentos com seus conjuntos e componentes.	Obra- <i>IsA</i> - Res	Documen- to- <i>tem parte</i> - Docu- mento	Cosa física- <i>forma parte</i> - Coisa física
		Obra- <i>tem como parte</i> - Obra	Evento - <i>teve subeven-</i> to- Evento	Persona- <i>I-</i> sA-Objeto biológico
Relações associativas documentais	Ligações que são estabelecidas entre a informação tangível e intangível sob vários critérios. Eles incluem relações entre obras, expressões, manifestações, exemplares, agrupamentos documentais, formas ou tipologias de informação, entre outros.	Obra - <i>é inspiração</i> <i>para</i> - Obra	Documen- to- <i>é original</i> <i>de</i> - Docu- mento	Coisa física feita por humanos- <i>suporta</i> - Ob- jeto visual
		Exemplar - <i>tem reprodu-</i> <i>ção</i> - Manifestação	Recurso documental - <i>fica asso-</i> <i>ciado com</i> - Recurso documental	

Categoria da relação	Descrição	Exemplos		
		LRM	RiC	CRM
Relações de procedência	Aqueles que conectam o recurso de informação diretamente aos atores responsáveis de sua criação. Pode se aplicar aos agentes, instituições e funções que dão origem a um documento de arquivo ou aos autores e editores de um livro, podendo ainda incluir os eventos ou as circunstâncias da produção, dependendo da natureza do recurso.	Obra - <i>foi gerada por</i> - Agente	Recurso documental - <i>tem criador</i> - Agente	Coisa física feita por humanos - <i>foi produzida</i> - Produção
		Manifestação - <i>foi produzida por</i> - Agente	Recurso documental - <i>documenta</i> - Atividade	Coisa física - <i>tem proprietário</i> - Ator
Relações associativas contextuais	Relações que são estabelecidas entre entidades contextuais do mesmo tipo ou de tipo diferente, com o objetivo de ampliar os dados sobre elas e, assim, capturar o contexto. Foram pensadas especialmente para agentes, eventos, regulamentações e atividades.	Agente - <i>está associado com</i> - Agente	Atividade - <i>foi realizada por</i> - Agente	Pessoa - <i>é parente de</i> - Pessoa
			Mandato - <i>foi autorizado por</i> - Agente	Atividade - <i>tinha propósito específico</i> - Evento
Relações sequenciais	São aquelas que indicam uma sequência lógica de vínculos entre diferentes tipos de entidades.	Obra - <i>precede a</i> - Obra	Agente - <i>é sucessor de</i> - Agente	Atividade - <i>é continuidade de</i> - Atividade

Categoria da relação	Descrição	Exemplos		
		LRM	RiC	CRM
Relações temporais	São aquelas relações enquadradas por um período de tempo, descrevendo uma situação temporal ou situando uma entidade temporalmente.	Período temporal <i>- tem como parte- Período temporal</i>	Data - <i>é-data de nascimento de - Pessoa</i>	Entidade temporal- <i>inicia com anelação ou com final de- Entidade temporal</i>
		Período - <i>está associado com - Res</i>	<i>Data-é-data de inicio de- Conceito/objeto</i>	Presencia- <i>especifica-se temporalmente por- Período</i>
Relações espaciais	Estas são as relações que localizam espacialmente as demais entidades.	Lugar - <i>tem como parte- Lugar</i>	Lugar- <i>é jurisdição de- Agente</i>	Lugar- <i>perto de- Lugar</i>
		Lugar - <i>está associado com- Res</i>	Lugar- <i>é adjacente a- Lugar</i>	Coisa física- <i>está localizada em- Lugar</i>
Relações de ações para a gestão	Refere-se às relações que descrevem ações tomadas sobre a documentação ou os contextos, que influenciam nas atividades de gestão e controle da informação.	Agente - <i>modificou- Exemp- plar</i>	Agente - <i>tem direitos intelectuais sobre - Re- curso docu- mental</i>	Ator - <i>trans- feriu título - Aquisição</i>
			Agente - <i>geriu- Ins- tânciação</i>	Transfe- <i>rência de custodia - entregue- da por - Ator</i>

Categoria da relação	Descrição	Exemplos		
		LRM	RiC	CRM
Relações temáticas	Forma de ligação entre entidades com as propriamente documentais em virtude de seu conteúdo.	Res - é a matéria de - Obra	Recurso documental - tem tema principal - Conceito/objeto	Objeto proposicional - refere-se a - Entidade CRM
Relações de especificação	Trata-se dos tipos de relações que fornecem dados específicos e identificadores sobre uma entidade. Eles incluem as relações que são estabelecidas com nomes ou dados primitivos.	Nomen - é a Denominação de - Res	-	Coisa feita por humanos - tem título - Título
				Entidade CRM - tem identificador preferente - Identificador

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Estes grupos foram definidos de forma a serem suficientemente abrangentes para abranger a totalidade das relações definidas nos três modelos. Entretanto, em um estudo mais detalhado, poderiam gerar-se categorias específicas, ou mesmo relações integrativas para os três modelos.

É interessante salientar que, nestes modelos, as relações são geralmente bidirecionais e sua semântica converge com a temporalidade da relação. Além disso, em todos eles, os níveis são definidos como uma forma de herdar conexões, a fim de facilitar sua compreensão e implementação, e estabelecem-se aquelas formas de relação indispensáveis, podendo ser alastradas se fosse necessário.

## O Critério “Atributos”

Os atributos são dados e informação que caracterizam uma entidade ou relação e, ao mesmo, a tornam unívoca no sistema. Tradicionalmente, as descrições têm se baseado nos atributos como uma forma essencial de representar os recursos, mas esta visão evoluiu para

uma descrição relacional, dado seu potencial para compartilhar, reutilizar, recuperar e sistematizar informações. Por este motivo, os padrões descritivos reduzem cada vez mais o número de atributos e enfatizam as entidades e relações.

### Indicador “Categorias funcionais de atributos”:

De maneira similar à análise feita das relações, os atributos foram agrupados nas categorias de acordo com a função geral que logram. Estes agrupamentos não constituem harmonizações, são atribuições que visam melhorar a compreensão deste componente dos modelos.

O quadro a seguir mostra estas categorias e a sua descrição, bem como alguns exemplos que enriquecem sua compreensão.

**Quadro 8 – Categorias funcionais dos atributos**

Categorias	Descrição	Exemplos	
		LRM	RiC-CM
Identificação	São aqueles atributos que permitem identificar as entidades, apartando-lhes uma identidade única.	Categoria	Identificador
		Sequência do nome	Nome
		Esquema	Classificação
Caracterização	São atributos que caracterizam às entidades, tanto desde o ponto de vista físico y formal quanto por seu conteúdo.	Extensão	Extensão
		Idioma	Idioma
		Profissão/Ocupação	Características físicas Fim-alvo e conteúdo
Gestão e confiança	Refere-se aos atributos que registram informação sobre processos administrativos e legais, assim como sobre a qualidade e confiabilidade da informação.	Direitos de uso	Estatuto legal
			Segurança
			Integridade

Categorias	Descrição	Exemplos	
		LRM	RiC-CM
Acessibilidade e uso	São aqueles atributos que descrevem as condições de acesso y uso dos recursos documentais.	Condiciones de acceso	Condiciones de acceso
		Contexto de uso	Contexto de uso
Notas	Es um tipo de atributo que permite adicionar informação relevante de forma libre.	Notas	Nota descriptiva

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Posto que a maioria das informações se encontra nas entidades e relações, observa-se que os atributos servem a aspectos muito particulares da realidade informacional. Contudo, se são estudados em profundidade, pode-se concluir que puderem ser modelados como subclasses das diferentes entidades que delimitam.

Os atributos podem ser definidos literalmente ou através de links URI, o que inclui até mesmo o museológico, pois, embora este último não defina atributos, estabelece classes destinadas ao processamento da informação literal e admite a conexão através de links persistentes. Por isto, considera-se muito provável que uma harmonização dos três modelos apresente uma estrutura semelhante à do CRM, mas estabelecendo entidades mais precisas, posto que as deste modelo são tão amplas que às vezes é difícil diferenciar os limites entre elas.

### 2.3 Resultados da comparativa

Considerando que as divergências resultantes da análise foram especificadas no conteúdo do apartado 2.2, no quadro a seguir, resumem-se as categorias de entidades, as relações e os atributos fundamentais que foram identificados nesta pesquisa. Elas são uma expressão das convergências existentes nos modos de representação das informações de bibliotecas, arquivos e museus, bem como das possibilidades de integração entre estes recursos e outros na Web semântica.

**Quadro 9 – Componentes comuns**

<b>Entidades</b>	<b>Relações</b>	<b>Atributos</b>
Conceito	Relações hierárquicas	Identificação
Entidade documental	Relações associativas documentais	Caracterização
Agente	Relações de procedência	Gestão e confiança
Evento	Relações associativas contextuais	Acessibilidade e uso
Atividade	Relações sequenciais	Notas
Período	Relações temporais	
Lugar	Relações espaciais	
Regulação	Relações de ações para a gestão	
Denominazione	Relações temáticas	
Dados	Relações de especificação	

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O LRM se apresenta como um modelo mais moderado, com componentes em linha incluindo as práticas e tradições da biblioteca, permitindo níveis adequados de descrição. A representação no nível documental que propõe é muito rica, abrangendo o recurso desde sua definição imaterial até sua manifestação em um meio com vários exemplares. Neste sentido, os componentes associados à contextualização das obras não são tão exaustivos, de modo que o modelo seria muito enriquecido se fosse integrado ou vinculado a outros, tais como o RiC-CM, o qual se observa muito próximo dele em sua estrutura e aborda de forma coerente os diversos modos de representação do contexto.

Por essa razão, o RiC-CM é um modelo intermediário, com uma estrutura que tenta capturar todos os elementos do ciclo de vida da informação probatória, com o objetivo não só de sua recuperação, mas também da manutenção de seu caráter probatório e de sua autenticidade. O modelo RiC-CM oferece uma visão focada na gestão de documentos, associando-os a outros recursos que possibilitam completar

as circunstâncias espaciotemporais e situacionais que os caracterizam. A visão global de RiC-CM pode enriquecer, por sua vez, a proposta do modelo bibliotecário e este último pode consolidar a relação conceitual que existe entre documento-obra e a manifestação-instância. Contudo, em relação à representação de eventos e períodos, o modelo RiC-CM ainda se encontra numa fase primária.

O modelo CRM é um modelo muito abrangente, que tem seu foco na representação de eventos e atividades delimitadas espacial e temporalmente. Deste jeito, ele atinge níveis muito profundos de representação de eventos passados e presentes, os quais ele vincula aos recursos de informação, levando também em conta seu caráter material ou imaterial e, quando for apropriado, sua forma documental. Dos três modelos, ele é o mais exaustivo, mas também o mais complexo. Portanto, ele tem muito a contribuir teórica e estruturalmente para os outros modelos objeto-alvo da análise, mas também pode ser nutrido por eles para a concretização de algumas de suas classes e relações.

O estudo comparativo desses modelos permitiu identificar um conjunto de entidades, relações e atributos conceitual e funcionalmente semelhantes. Suas divergências estão centradas na preservação das tradições de representação específicas de cada área, na atenção a aspectos particulares das informações que tratam e, fundamentalmente, no nível de exaustividade de cada uma delas. Assim, pode-se concluir que as Ciências da Informação estão atualmente num contexto favorável para a criação de um modelo integrador que permite o acesso interconectado e devidamente representado aos recursos de informação do patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS (CIA). **Records in Contexts: A Conceptual Model for Archival Description 0.2**: International Council on Archives, 2021.

EUROPEANA. **Modelo de Datos de Europeana (EDM) v 2**, n. 4, 2017.

GUEGUEN, G. *et al.* Hacia Un Modelo Conceptual Internacional de Descripción Archivística: Un informe preliminar del Grupo de Expertos en Descripción Archivística del Consejo Internacional de Archivos. **MEI**, v. 4, n. 7, p. 155-172, 2013. Disponível em: <https://>

[doi.org/10.5557/IIMEI4-N7-155172](https://doi.org/10.5557/IIMEI4-N7-155172)

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC) *et al.* **Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model.** International Committee for Documentation of International Council of Museums, 2022.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). Definition of the CIDOC: Conceptual Reference Model, 2015a

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). CIDOC-CRM. Short Intro. CIDOC: 2015b. Disponível em: [www.cidoc-crm.org/node/202](http://www.cidoc-crm.org/node/202)

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA) *et al.* **Library Reference Model.** A Conceptual Model for Bibliographic Information: IFLA, 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos.** Informe final. Holanda: International Federation of Library Associations and Institutions, 1998.

INTERNATIONAL WORKING GROUP ON LRM *et al.* LRMoo (formerly FRBRoo) object-oriented definition and mapping from IFLA LRM (version 0.7), 2021.



# O FUTURO DA GESTÃO NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

## THE FUTURE OF MANAGEMENT IN INFORMATION UNITS WITH ARTIFICIAL INTELLIGENCE

Barbara Coelho Neves<sup>1</sup>



### 1 INTRODUÇÃO

Refletir, à luz das estratégias políticas, experiências e resultados de pesquisa sobre inteligência artificial em arquivos, bibliotecas e museus é o ponto focal desta palestra proferida no ABM que tem como objetivo principal abordar o futuro da gestão nestas unidades de informação a partir da inteligência artificial (IA).

A reflexão é proposta com base em fundamentos teóricos e empíricos desenvolvidos com base em pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital) em parceria com outras iniciativas, a exemplo do Comitê Especial de Inteligência Artificial da IFLA e do Comitê de IA na Educação da associação internacional de IA, a I2Ai.

As pesquisas que sustentam este debate possuem quadro metodológico com base em abordagens qualitativas e quantitativas e método dialético com apoio de revisão sistemática da literatura (RSL), pesquisa documental e bibliográfica desenvolvidas em níveis de iniciação científica, mestrado e doutorado no contexto do Laboratório.

### 2 DESENVOLVIMENTO DA REFLEXÃO

Engana-se quem pensa que falar de IA é falar de novidade. Pensar neste tema é remontar convergência, evolução e lógica

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Docente do PPGCI/UFBA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3429-7522>.

aristotélica. Desse modo, os fundamentos clássicos da inteligência artificial perpassam por diversas áreas como Neurociência, Matemática, Filosofia, Economia, dentre outras. Embora seja parte da Inteligência Artificial desde o seu início, a IA na educação enfrentou muitas dificuldades para crescer porque os sistemas educacionais em todo o mundo são mais relutantes às mudanças tecnológicas em sua organização tradicional (Clancey, 1987).

A IA faz parte da visão que prometia transformar a educação criando sistemas tutores que pudessem personalizar o aprendizado. Essa promessa está começando a se desdobrar à medida que a tecnologia atual começou a experimentar diferentes modelos em todo o mundo, trazendo muitas questões para o campo da educação (UNESCO, 2020).

A UNESCO tem se preocupado em entender as maneiras pelas quais a IA pode ser usada para melhorar o aprendizado e a equidade na educação no mundo em desenvolvimento. Desse modo, aborda dois tópicos principais: um dedicado à melhoria da personalização por meio da IA (nível das práticas pedagógica) e outro focado em sistemas de informação e de gestão educacional (nível da política e gestão educacional) (UNESCO, 2020).

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 enfatiza a igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos ao longo da vida. As tecnologias de IA são usadas para garantir o acesso equitativo e inclusivo à educação.

**Figura 1 - O desafio da exclusão digital e o ODS que quer garantia de educação de qualidade**

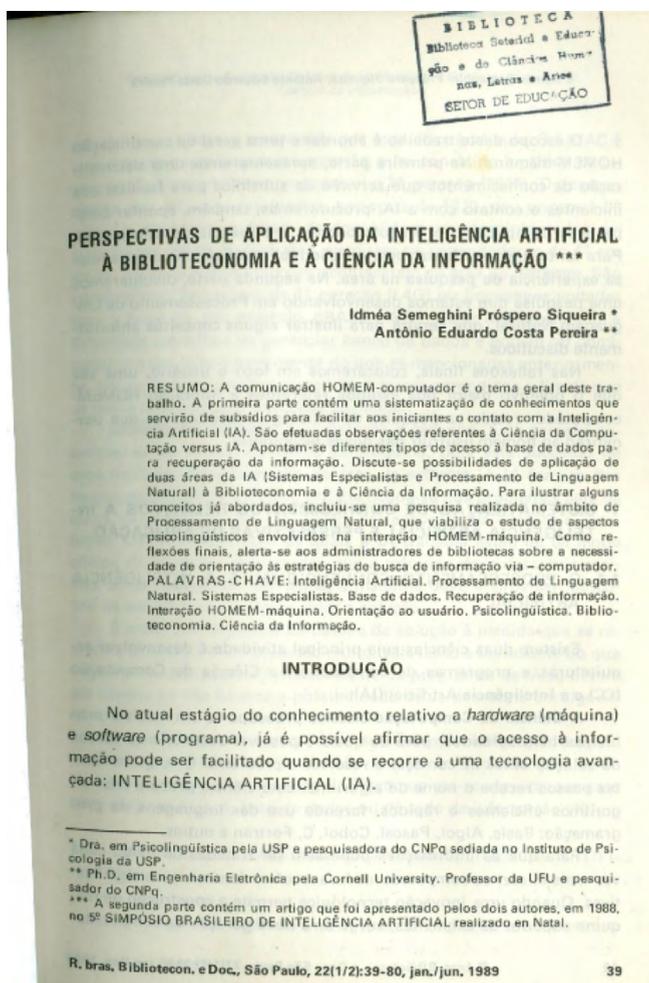


Fonte: WHO SDG Indicators (2021).

Quando se trata da discussão de tecnologia nos documentos estratégicos políticos dos países, a exemplo da EBIA, da UE, os temas de interesse da Ciência da Informação e por consequência dos Arquivos, Bibliotecas e Museus, aparecem no Eixo da Educação.

Em 1989 uma doutora em psicolinguística e um Ph.D. em Engenharia Elétrica escreveram um relevante artigo sobre as perspectivas da inteligência artificial (IA) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Embora não tendo sido escrito por pesquisadores da CI, esse que foi, provavelmente, o primeiro trabalho em português publicado sobre o tema na Biblioteconomia, aponta possibilidades de aplicação de dois campos da IA, sendo eles os sistemas especialistas e o processamento de linguagem natural (PLN).

Figura 2 - Primeiro artigo no Brasil sobre Aplicação de IA na Biblioteconomia e CI.



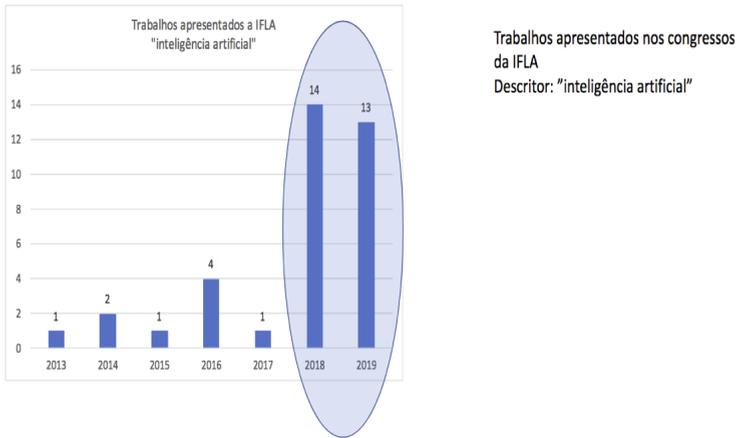
Fonte: Fotografia de publicação impressa do arquivo pessoal da pesquisadora.

A primeira vez que tive contato com este trabalho foi em 2015, quando tive a oportunidade de ver uma apresentação do Watson da IBM. Infelizmente, o tema da inteligência artificial não emplacou na Biblioteconomia e Ciência da Informação nos anos que seguiram à

publicação do artigo.

**Figura 3** – Volume de artigos na IFLA sobre inteligência artificial aplicada às bibliotecas

Aprendizagem de máquina e inteligência artificial aplicadas às bibliotecas: um tema emergente



Fonte: IFLA (2022).

O tema reacendeu nas discussões dos campos de tecnologia da área, a partir de 2013, e desde então tem crescido na literatura de forma significativa como mostra este gráfico projetado pela IFLA.

## 2.1 QUAIS AS PERSPECTIVAS E APLICAÇÕES (POSITIVAS) DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO?

Não pretendo abordar todas as perspectivas e aplicações da inteligência artificial na CI aqui nesta fala, mas acho que vale a pena pontuar alguns itens que merecem destaque:

- Transformação do trabalho dos profissionais da CI em poucos anos por meio de uso de sistemas inteligentes;
- Melhoria do processamento de informações,
- Apoio à pesquisa;

- Apoio ao atendimento inicial do usuário;
- Técnicas do aprendizado de máquina incorporados aos sistemas de automação e de gestão de acervos;
- Atuação dos profissionais da Ciência da Informação como especialistas capazes de intermediar os usuários com a IA;
- Ampliação de campos de trabalhos em equipes de implementação de computação cognitiva em diversas áreas;
- A curadoria digital na representação da informação.

Como tenho defendido em outros textos, é possível vislumbrar aspectos positivos na Ciência da Informação desde que os bibliotecários, arquivistas e museólogos se apropriem deste debate que envolve toda a sociedade e demonstra a relevância de suas competências enquanto profissionais e gestores que possuem familiaridade com todo o processo informacional, cadeia de custódia e pós custodial e dos padrões de metadados.

## 2.2 QUAIS OS PRINCIPAIS CAMPOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA APLICAÇÃO NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO?

A interação homem-máquina está prestes a sucumbir à observação da interação máquina-máquina. Esse aspecto não irá exigir somente dos profissionais novas formas de trabalho, mas sim requerer de toda a área novos modelos de negócio para inter-relacionar-se com a informação enquanto instituição da informação. E como estamos com relação a isso?

Frente às pesquisas realizadas sobre o tema no Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital ([LTI Digital](#)), começamos a perceber que a IA envolve uma “nova problematização da inclusão digital”. E diante a isso, os campos que merecem atenção dos gestores das unidades de informação envolvem:

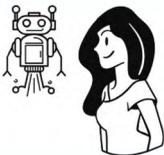
**Figura 4 -** Campos de estudo da inteligência artificial para aplicação em bibliotecas

**1.) DADOS TABULARES**



Envolve mineração de dados (data mining), ou mineração de textos (text mining).

**2.) PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL**



Extração de informações que estão inseridas em artigos científicos.

**3.) SISTEMAS ESPECIALISTAS**



Sistemas capazes de aprender com treinamento e interação humano-máquina ou máquina-máquina.

**4.) COMPUTAÇÃO COGNITIVA**



Análise de cenários e possibilidades.

**5.) VISÃO COMPUTACIONAL**



Centrada em análises de e processados de imagem.

**LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL E INCLUSÃO SOCIODIGITAL (LTI DIGITAL):**

**Fonte:** InfoHome - Coluna Transformação Digital (2020).

- Dados tabulares – At o presente momento podemos vislumbrar a atividades ligadas à gestão da informação e à gestão do conhecimento;
- Processamento de Linguagem Natural (PLN) – Em campos da classificação, indexação estudos cognitivos e de

- mediação da informação;
- Sistemas especialistas – Apoio ao atendimento e curadoria digital;
- Interação com computação cognitiva – Interage bem com campos da representação e fontes de informação;
- Visão computacional – A experiência da abordagem documental.

No âmbito dos arquivos, a inteligência artificial também tem sido aplicada em atividades que vão desde a classificação de tipologias à produção de resumos documentais que apoiam o processo de recuperação da informação.

- Classificar as Tipologias Documentais - sistema tem que ser capaz de determinar automaticamente, sem qualquer interferência humana, a tipologia do documento.
- Anonimizar Documentos - o sistema pode deixar anônimos entidades para determinados sujeitos que terão acesso ao documento durante o processo de tramitação.
- Extratores de Texto - ferramentas que permitem fazer eliminação de *Stop Words* e reconhecimento das entidades nomeadas.
- Resumos Documentais - elaboração de resumos do documento automaticamente. Podem ser com 2 técnicas: EXTRATIVA ou ABSTRATIVOS.

Existem casos como o do Processo Judicial eletrônico (PJe), que se trata de um sistema eletrônico, lançado em 2011, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, com características específicas para utilização de IA (Monteiro, 2020).

Em maio de 2018, o Supremo Tribunal Federal apresentou sua nova ferramenta de Inteligência Artificial. Nomeado como uma homenagem ao ex-ministro Victor Nunes Leal, o VICTOR é o mais complexo projeto do eixo tecnológico de todo o Poder Judiciário.

## 2.3 QUAL O POTENCIAL DA IA NA GESTÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO?

A inovação advinda da Quarta Revolução Industrial não ocorre repentinamente, mas sim, de forma gradativa e derivada de transformações, como vem ocorrendo há anos com a adoção de tecnologias, a exemplo da Internet das coisas (IoT), Big data, Cobots, Computação em Nuvem, Digital Twin, Sistemas Cyber físicos (CPS) e a própria Inteligência Artificial.

Os agentes da gestão são, em geral, os autores principais do gerenciamento nas unidades de informação, dessa forma, são os responsáveis pelos processos e pela tomada de decisão, inclusive para implementação de tecnologias como a inteligência artificial.

A gestão precisa otimizar seus recursos e se moldar às novas demandas da sociedade, e por isso, é uma tendência inevitável a utilização da Inteligência Artificial e do Machine Learning para tal. Campos, Farina e Florian (2022) sinalizam diversos benefícios como:

- Redução de custos operacionais;
- Melhoria de acesso a informações;
- Melhoria da produtividade;
- Melhoria dos serviços;
- Estímulos para maior interação dos tomadores de decisão;
- Fornecimento de melhores projeções;
- Melhoria na estrutura organizacional;
- Descentralização de decisões;
- Melhoria na adaptabilidade da empresa.

Aplicações possíveis na gestão de unidades de informação utilizando a IA:

- Navegação inteligente de forma a orientar os usuários na busca e recuperação da informação;
- Integração de aplicativos e outros sistemas de automação das unidades de informação;
- Recomendações de aquisição de novos itens e tendências de informação;
- Análise dos padrões de consulta da informação (para usuários e unidade de informação);
- Análise de diversos tipos de documentação, entre outros.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta palestra procurou apresentar as principais aplicações da inteligência artificial para o futuro da gestão em unidades de informação. Como destaque foram apresentados os **campos da Inteligência Artificial para aplicação nas unidades de Informação, e o potencial da IA na gestão em unidades de informação**. Este texto propõe sugestões para pesquisas futuras, identificar tecnologias de IA aplicadas em unidades de informação, analisar usos e tendências da IA em contextos de gestão em arquivos, bibliotecas e museus.

### REFERÊNCIAS

- BAKER, J. J. “A legal research odyssey: artificial intelligence as disruptor”. *Law Library Journal. Winter* , v. 110, n. 1, 2018.
- CAMPOS, W. P.; FARINA, R. M.; FLORIAN, F. Inteligência artificial: machine learning na gestão empresarial. *RECIMAR21*, v.3, n.6, 2022.
- INFOHOME. **Coluna Transformação e marketing digital**. Quais campos da inteligência artificial o bibliotecário precisa estudar? 2020. Disponível em: [https://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=1228](https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1228) Acesso em: 11 ago. 2023.
- IFLA. Library map of the world. [Seattle]: **IFLA**, [2022]. Disponível em: <https://librarymap.ifla.org/map> Acesso em: 11 ago. 2023.
- NEVES, B. C. Inteligência artificial e computação cognitiva em unidades de informação: conceitos e experiências. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 7, n. 1, p. 186-205, set. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5260>. Acesso em: jan. 2023.
- SIQUEIRA, I.; SEMEGHINI P.; PEREIRA, Antônio E. C. Perspectivas de aplicação da inteligência artificial à biblioteconomia e à ciência da informação. *R. Bras. Bibliotecon. e Doc.*, São Paulo, v. 22, n. 112, p. 39-80, jan./jun. 2019.

WHO. SDG Indicators - **Metadata repository**. 2021. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/> » <https://unstats.un.org/sdgs/metadata>. Acesso em: jan. 2023.



# LA BÚSQUEDA DE LA COMPLEMENTARIEDAD INFORMATIVA Y MATERIAL A TRAVÉS DEL ANÁLISIS DEL FONDO DOCUMENTAL PATRIMONIAL FAMILIAR BELMONTE-CHICO DE GUZMÁN

## *THE SEARCH FOR COMPLEMENTARY INFORMATION AND MATERIAL THROUGH THE ANALYSIS OF THE BELMONTE-CHICO DE GUZMÁN FAMILY HERITAGE DOCUMENTARY FUND*

Camino Sánchez Oliveira<sup>1</sup> 

### 1 INTRODUCCIÓN

El objetivo de este trabajo es presentar la labor realizada y los resultados obtenidos en un trabajo de investigación, en el que se ha abordado el análisis y la gestión de un acervo documental, constituido por una biblioteca y un archivo familiar de carácter histórico y patrimonial (Sánchez, 2021). Dicho estudio se ha llevado a cabo y se ha significado por medio de la noción ideada de Fondo Documental Patrimonial Familiar (FDPF), con el que se ofrece una nueva propuesta conceptual y de gestión de carácter documental, patrimonial y cultural, en la que se aplica una perspectiva de análisis multi e interdisciplinar. Un planteamiento que defiende la premisa de la integración en la diversidad, que se sustenta estudiando: el contexto orgánico y funcional en el se originan, desarrollan y por los que se caracterizan estos acervos documentales y averiguando la complementariedad informativa y material que poseen los diversos objetos documentales que conforman este acervo: los libros y los papeles, analizándolos de manera concreta y específica, pero también interrelacionada. Dejando la puerta abierta a incluir en ella a los objetos materiales propiamente dichos.

---

<sup>1</sup> Doutora em Documentação: Gestão de projetos documentais patrimoniais. Professora da Universidad Complutense de Madrid. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7344-2593>

La propuesta se ejemplifica de manera concreta con la exposición del análisis hecho sobre varios objetos de dicho fondo documental patrimonial: los “testigos” hallados en el interior de los libros (impresos, manuscritos y material gráfico); los Porcones (alegación en derecho impresa); los inventarios del archivo que describen libros de la biblioteca; los cuadros y las Reales cartas ejecutorias de hidalguía con retratos de familiares. Unos ejemplos representativos, que demuestran la confluencia en la diversidad de los distintos materiales, gracias a la complementariedad informativa que poseen; y la necesidad de abordarlos de manera individual y específica, pero también integrada, buscando, siempre, una visión de conjunto. Sin olvidar abordar las distintas dificultades y reflexiones que han surgido a la hora de plasmar este enfoque.

El trabajo persigue una perspectiva científica en la organización y representación del conocimiento de carácter multidisciplinar poco secundada aún en España. Y, pese a que el planteamiento y los resultados de la tesis no son comparables a la aplicación de otros conceptos operativos como el de sistemas de información, ambos defienden un enfoque y un propósito que se acerca al pensamiento complejo de Edgar Morin: la búsqueda incesante de las interrelaciones existentes entre los objetos que representan un mundo de por sí indisoluble, sustentada siempre en métodos y criterios científicos.

## **2 EL FONDO DOCUMENTAL PATRIMONIAL FAMILIAR BELMONTE-CHICO DE GUZMÁN (FDPF-BCG): PRESENTACIÓN DE UNA PROPUESTA DE GESTIÓN CONJUNTA**

### **2.1 DEFINICIÓN Y CARACTERÍSTICAS DEL FONDO DOCUMENTAL OBJETO DE ESTUDIO**

El Fondo Documental Patrimonial Familiar Belmonte-Chico de Guzmán (FDPF-BCG) está constituido, por un lado, de un fondo bibliográfico: denominado Biblioteca Patrimonial Familiar Belmonte-Chico de Guzmán (BPF-BCG), que alberga fondo antiguo y moderno, con predominio de este último, formado íntegramente por obras impresas en el siglo XIX. Incluye un total de 660 volúmenes físicos y 359 obras o títulos, se compone de dos tipologías documentales -monografías y publicaciones seriadas-, y se data entre las fechas extremas

de 1584 y 1900. Y, por otro lado, de un fondo archivístico: designado el Archivo Patrimonial Familiar Belmonte-Chico de Guzmán (AP-F-BCG) y reunido en 88 cajas o unidades de instalación, unos diez metros lineales de estantería. Está compuesto de alrededor de 9.000 documentos comprendidos entre el año 1486 y 1956. En el archivo familiar se halla una gran variedad de documentación de carácter notarial, judicial y económico-contable; en el que se conserva, además, abundante correspondencia.

Se trata de la documentación aportada y generada por los miembros de las distintas familias que componen el linaje denominado Belmonte-Chico de Guzmán: un linaje castellano-manchego, de origen conquense y de carácter nobiliario-hidalgo. Una estirpe que nace en el Antiguo Régimen (s. XV) hasta la contemporaneidad, perdurando en la actualidad, y perteneciente a la nobleza secundaria o de hidalguía castellana, asentada sobre las rentas de las haciendas rurales.

El FDPF-BCG posee unas características históricas por las que es considerado parte del patrimonio cultural español. Y se halla custodiado en una casa solariega del s. XVIII, propiedad de la familia, ubicada en la localidad de Mota del Cuervo (Cuenca, Castilla La Mancha). Aunque no han sido incluidos como objeto de estudio en trabajo de investigación, no se ha dejado de tener en cuenta al inmueble en el que se alberga este acervo documental ni a toda esa serie de objetos materiales (muebles) alojados también en la casa familiar.

## 2.2 DESCRIPCIÓN DE LA METODOLOGÍA EMPLEADA Y LOS TRABAJOS DESARROLLADOS EN LA INVESTIGACIÓN

Se ha estado ante un escenario de investigación privilegiado, en el que se han manejado al unisono y de manera conjunta las dos tipologías de fondos documentales, el bibliográfico y el archivístico, lo que ha permitido abordar y plantear una investigación de carácter propio, y en gran parte, novedosa. La investigación llevada a cabo sobre este acervo documental ha requerido de dos procesos: el trabajo de campo y el estudio analítico. Se trata de un acervo documental que hasta el momento de la investigación no había recibido nunca ningún tipo de organización ni control, hallándose en origen, muy disperso y desorganizado.

La investigación se introduce en una variedad de áreas científicas (la archivística, la biblioteconómica y la histórica), que suponen

un enfoque de carácter pluri e interdisciplinar (cuando no transdisciplinar), lo que ha marcado las líneas metodológicas y el marco científico a seguir, de producción bibliográfica esencialmente española.

La fuente principal, además de la bibliográfica correspondiente, ha sido el propio FDPF-BCG, donde el trabajo de campo en la casa solariega de Mota del Cuervo ha revestido de gran relevancia. Es lo que ha permitido ahondar en una coyuntura documental dual, resultado y muestra de unos espacios originales, poco profanados, como si de un marco arqueológico se tratase. Ese escenario original y esa coyuntura privilegiada es lo que ha permitido incluir en el discurso del trabajo -aunque no de la misma manera ni con las mismas pretensiones-, a los objetos muebles que comparten espacio con la documentación tratada e, inclusive, al inmueble en el que todo ese patrimonio se haya albergado.

Dado el estado inicial de la documentación y el desconocimiento casi absoluto del mismo, ha sido necesario comenzar la labor de investigación aplicando un tratamiento documental al FDPF-BCG, dedicado a la clasificación, ordenación, descripción y a procurar el acceso a los dos fondos que lo componen, el bibliográfico y el archivístico. La dualidad confrontada del archivo y biblioteca se ha mostrado de manera determinante a la hora de realizar las tareas. Los instrumentos de descripción y clasificación elaborados se han diferenciado según el fondo que se trate: un catálogo para la biblioteca familiar (acompañado de seis índices), en el que se incluyen detalladas descripciones bibliográficas y de ejemplar, así como las clasificaciones temáticas de todos los volúmenes.

Para el archivo familiar se han confeccionado varios cuadros de clasificación: el de los fondos que componen el archivo y los correspondientes a la clasificación de los documentos de cada fondo. Se ha confeccionado un inventario descriptivo a nivel de unidad documental (simples y complejas), ordenado según las clasificaciones de fondos, series y documentos establecidas. Esta herramienta se ve complementada con un listado del conjunto de los topónimos del archivo y tres índices, concretamente, y a modo de ejemplo a seguir, los que corresponden las familias que integran el fondo.

Paralelo a todo ese trabajo de campo y de tratamiento documental se ha ido desarrollando el primer trabajo analítico, que ha consistido, en realizar un estudio laborioso de la historia del linaje y de las principales casas o familias que lo integran. Lo que se ha denominado el estudio del productor-propietario-usuario del fondo patrimonial. Se ha realizado un relato historiográfico, pormenorizado

y laborioso, de la historia del linaje Belmonte-Chico de Guzmán y de las dieciocho familias que lo componen e identificadas hasta el momento - desde la casa o familia troncal, Belmonte, hasta la heredera y postrera casa principal de los Chico de Guzmán, pasando por las distintas familias con las que la casa troncal fue enlazando de manera directa e indirecta a lo largo del tiempo-, con sus correspondientes árboles genealógicos. La exposición de cada familia se traza de manera acorde a una contextualización general hecha sobre el periodo histórico al que pertenecieron y las características que los definieron como grupo de poder. El objetivo ha sido tener una idea clara de la estructura general de las familias del linaje para poder «ubicar» y contextualizar cada fondo y objeto documental patrimonial.

En segundo lugar, una vez terminado de darle un tratamiento documental al fondo y habiendo elaborado el estudio de la familia, el trabajo analítico consecuente ha sido el de realizar estudios metódicos y pormenorizados de los fondos documentales, el archivo y la biblioteca. Por un lado, se ha analizado la trayectoria vital, el origen y la formación, de la biblioteca y del archivo en el seno de las familias del linaje. En el caso de la BF, se ha llevado a cabo un estudio de las procedencias por medio del análisis de las diferentes marcas de propiedad, las marcas comerciales y los testigos (el material hallado en el interior de los libros), teniendo en cuenta algunos aspectos de la encuadernación y contando siempre con la documentación archivística familiar. Las procedencias se han diferenciado entre familiares y no familiares de las que se ha incluido un recuento porcentual de cada tipo. El análisis se cierra con un apartado dedicado al análisis de las marcas comerciales y a la forma de composición de la biblioteca. De este modo se define una biblioteca de origen colectivo y familiar, formada por variadas posesiones individuales de libros, que con el paso del tiempo llegaron a conformar una biblioteca. Una biblioteca que se fraguó principalmente de manera comercial y coetánea al devenir de sus dueños y usuarios principales: los diferentes miembros de la rama familiar de la casa Belmonte y de la rama familiar de la casa Chico de Guzmán, emparentadas y pertenecientes al siglo s. XVIII y XIX.

El hilo conductor del relato vital del AF se ha sustentado sobre el análisis de la documentación que alberga y en torno a lo que se ha considerado la génesis del mismo: es decir, la primera vez en que se halla constancia y voluntad de dotar a los papeles de familia de una organización. Este hito se conforma en la constitución del «Archivo del Sr. Mateo Belmonte», y es por ello por lo que la historia vital se

formula de manera escalonada según la constitución y evolución en el tiempo de dicho archivo.

Por otro lado, se ha llevado a cabo un exhaustivo estudio tipológico y de caracterización del FDPF-BCG, combinando métodos de análisis cuantitativos y cualitativos de los dos fondos en los que se divide. La tipología de a BF-BCG se desentraña atendiendo al examen exhaustivo de siete elementos: las fechas de impresión o publicación, los lugares de impresión, las lenguas de las obras, las autorías de las obras, el contenido de la biblioteca: las materias, las dimensiones de los impresos y las encuadernaciones. Estos definen las características de una biblioteca familiar singular, heredera del modelo ilustrado de bibliotecas españolas, pero, sobre todo, poseedora de un carácter moderno y decimonónico, que guarda importantes similitudes con las bibliotecas madrileñas del siglo XIX, pese a su ubicación actual rural-conquense y a falta de un modelo propio castellano-manchego. Se define una biblioteca de tipo funcional, donde los libros son contemplados como objetos de uso, útiles de una familia rentista y aburguesada, en tránsito del mundo rural al urbano.

En el caso del AF-BCG, se repasa en el recuento porcentual y analítico de seis aspectos: las procedencias, la cronología del archivo, el entorno geográfico, las lenguas, el contenido y las características físicas y materiales. Los factores analizados lo definen como un archivo singular e irreplicable, que guarda concordancia con su función y en el momento y lugar en el que se conformó. Se trata de un archivo contemporáneo a sus generadores, de gestión, útil, en el que se conserva también una parte importante de la documentación histórica constituida por los papeles antiguos de los ancestros del linaje. Los parámetros analizados hacen que se pueda hablar de un archivo familiar nobiliario de hidalguía, en contraposición a uno de la alta nobleza.

La tercera y última cuestión ha consistido en desarrollar los aspectos teóricos de la propuesta y perspectiva documental-patrimonial, integradora y multidisciplinar que se plantea bajo la locución de “Fondo Documental Patrimonial Familiar”. Se establece su definición y caracterización, y se proponen las bases de un sistema de gestión integrador, concretando sus fundamentos definitorios.

El estudio y tratamiento de ambos fondos ha reflejado una complementariedad informativa y material, que hace que se pueda abogar por una definición y una gestión integrada. Con ese fin se propone y define la locución ideada, que pretende ofrecer un concepto aglutinador, estructurado sobre la base del concepto vertebrador de

fondo, entendido según la definición dada por PEDRAZA GRACIA (2014, p. 46): como un “conjunto documental que llega hasta el presente y se caracteriza por poseer un origen común que lo dota de sentido, por lo que debe mantenerse reunido”. La visión de conjunto y el concepto de fondo son dos de los axiomas indiscutibles y principales con los que se defiende la premisa de la integración (Sánchez, 2018), de tal manera que los objetos documentales patrimoniales deben ser estudiados, siempre y en última instancia, de manera conjunta, como parte de un todo indisoluble para poder ser procesados adecuadamente, por lo que deben mantenerse reunidos. Tanto el documento de archivo como el libro antiguo (fondo antiguo), no son vistos como piezas aisladas sino que requieren del conocimiento del contexto, grupo o conjunto del que son originarios y en el que se integran. Según afirma nuevamente Pedraza Gracia (2014, p. 41) “esta particularidad es inherente a los elementos que constituyen el patrimonio cultural, cuyo estudio precisa, para su perfecta comprensión, el conocimiento del entorno par a el que se concibieron, se seleccionaron o en el que alcanzaron su utilidad”.

A su vez, se ha buscado desarrollar de manera teórica una perspectiva que agrupe conjuntamente al patrimonio existente en bibliotecas y archivos como patrimonio cultural, como bien cultural. Tal y como establece la Ley del Patrimonio Histórico Español (Ley 16/1985), este acervo documental es contemplado como parte de un legado, representativo de una cultura-sociedad, que se ve condicionado por sus dos funcionalidades patrimoniales principales: conservarse y difundirse. A la que debe se añade una tercera: debe permanecer reunido. Con esta idea se considera que la gestión de esta documentación patrimonial familiar debe derivar por igual tanto de sus funcionalidades como patrimonio o bien cultural, como por la esencia misma de los documentos que lo integran y del tratamiento aplicado para procesarlos.

Esta perspectiva hace que a la variada documentación que alberga un FDPF se la defina como un conjunto de «objetos documentales patrimoniales», buscando así una expresión que ayude a reconocer y a aunar la diversidad de documentos que puede abarcar un conjunto documental de estas características. Sin dejar de tener nunca en cuenta que se está ante dos realidades documentales diferentes: la bibliográfica y la archivística, lo que no significa que no formen un todo.

Dicho de otro modo, cuando nos referimos a un FDPF nos hallamos, de manera unisona y cohesionada, ante lo que se puede

denominar un «fondo de fondos», un único fondo informacional, procedente de un mismo origen orgánico, el familiar, y compuesto, a su vez, por variados y complementarios fondos documentales funcionales. Estos fondos parten de un mismo origen: la familia, que es el agente que define, da sentido, cohesión y forma a un FDPF. Nos referimos al concepto de familia como institución, eje de la sociedad, política y economía, que hasta finales del siglo XIX mantuvieron toda su influencia y razón de ser. La biblioteca, en estos casos, suele ser el reflejo del *status* cultural, económico y social de alguno de sus miembros destacados o del conjunto de una generación. Y el archivo, el resultado de las actividades, tanto personales como públicas de una familia, en la administración de sus bienes y en el ejercicio de sus funciones, constituyendo el seguro documental de lo que la familia tiene que defender y justificar.

De este modo se está hablando de una misma realidad identitaria y socio-cultural, pero de dos materiales documentales. Hablaríamos de tres y cuatro si contemplamos ampliar las «materialidades» los objetos muebles y al inmueble. Eso sí, tal y como se ha visto en el caso del FDPF-BCG desde cualquier materialidad estaríamos hablando de lo mismo informacionalmente: del testimonio dejado por un linaje de familias hidalgas castellano manchegas desde el siglo XV al XX.

### 2.3 RESULTADOS OBTENIDOS

La experiencia obtenida a la hora de llevar a cabo el tratamiento documental, el estudio analítico de los fondos y el contextual -la familia y su historia- ha demostrado que, pese a la diferenciación, prima la premisa de la integración en la diversidad, la interrelación y la complementariedad documental e informativa.

A través del conocimiento y la identificación de las familias, las distintas generaciones familiares y/o los miembros que la integran, ha sido posible ubicar y estructurar los documentos del APF-BCG. Esa contextualización orgánica es extensible a los libros de la BPF-BCG -identificando a los antiguos poseedores- y ha permitido dotar a toda la documentación de un sentido y visión de conjunto más difícil de establecer por otro tipo de vía organizativa y estructural -como la patrimonial o temática- Si bien, esta organicidad guarda una estrecha relación y es complementaria con la visión funcional, que poseen, tal y como se ha visto, esa «biblioteca de uso» y ese archivo de gestión para la familia-linaje. Es más, es una perspectiva que permite también

«situar familiarmente» a los objetos muebles e, inclusive, el inmueble de la casa, de lo que también se ha podido dar alguna muestra ligada al FDPF Belmonte-Chico de Guzmán.

Se ha revelado una misma realidad identitaria y material, de carácter funcional y orgánica: ambos fondos, el bibliográfico y el archivístico, son representativos, cada uno a su manera, de los objetos documentales empleados y acumulados por los miembros de un linaje, con un fin principalmente utilitario-funcional, acorde al carácter castellano y al estatus hidalgo de sus personajes. Dichos estudios han puesto de manifiesto que los dos conjuntos documentales y su generador son el reflejo de una misma realidad, que evoluciona a lo largo del tiempo y de la que ha quedado testimonio: en última instancia, la documentación que alberga el FDPF-BCG se define como un instrumento para alcanzar la ansiada promoción social de la baja nobleza, con el que procurar, asegurar y (de)mostrar un estatus, un poder y una riqueza a lo largo del tiempo.

Todos los objetos patrimoniales familiares del FDPF Belmonte-Chico de Guzmán, documentales o no, conllevan el apellido de una persona, una generación y/o una familia, y una funcionalidad concreta, que solo se desvela mediante laboriosos trabajos de investigación. Si estos logran efectuarse con éxito, llevando a cabo óptimos trabajos de identificación, los objetos patrimoniales familiares son ubicados dentro de una estructura familiar, que les aporta una visión de conjunto única, inigualable e irreplicable.

El haberlos encontrado reunidos de manera original es, además, un privilegio informativo, científico y cultural, pues lo habitual es que este tipo de patrimonio se encuentre siempre fragmentado y disgregado.

### 3 EJEMPLOS CONCRETOS DE COMPLEMENTARIEDAD MATERIAL E INFORMATIVA EN EL FDPF-BCG

Se ofrecen ahora unos ejemplos representativos del análisis efectuado en el FDPF-BCG, que demuestran que los dos fondos, el bibliográfico y el archivístico, están conectados por los propios objetos documentales que albergan, la complementariedad informativa que contienen y por la ubicación física en los que los encontramos en su génesis. Sin olvidar incluir, una vez más, a los objetos muebles que les rodean. Se expone la necesidad de abordarlos de manera individual y específica, pero también integrada, buscando, siempre, una visión de conjunto.

El primer ejemplo que se presenta tiene relación con el estudio realizado sobre el origen y la formación del fondo bibliográfico de la BF-BCG, en el que ha sido fundamental acudir a los documentos del archivo, a la información contenida en los inventarios, libros de cuentas, correspondencia, etc. De hecho, para averiguar y distinguir las procedencias de la biblioteca familiar ha sido tan fundamental el análisis en profundidad de la documentación puramente archivística, como el examen de las marcas de propiedad encontradas en los libros. El ejemplo concreto se extrae del trabajo de identificación y contextualización llevado a cabo sobre una de las obras más antiguas de la biblioteca familiar, con el fin de localizar las procedencias más longevas y la posible transmisión heredada del bien libresco. Se trata del libro titulado **Quarta parte de la historia pontifical y católica** de Luís Sánchez, impreso en Madrid el año 1613, que se encontró referenciado en uno de los inventarios del archivo, en la **Hijuela de Josefa Rosa Carrillo de los bienes que le quedaron por muerte de su tío Fernando Carrillo** del año 1755, como la cuarta parte o tomo cuarto de: “cuatro tomos de Historia pontifical”. Gracias al estudio de este inventario y del ex libris hallado en el libro, se ha podido deducir que se trata de un volumen cuya transmisión entre familiares se ha dado durante al menos cuatro generaciones” (Sánchez, 2021, p. 702-703).

Otro ejemplo concreto es cuando en la correspondencia que se encuentra en el archivo familiar, se hace alusión a libros que estuvieron y ahora no están en la biblioteca, pero que, por la misma regla de tres, queda constancia inequívoca de que tuvieron que formar parte de ella en algún momento. Tal es el caso del libro titulado «Reglas y estadal de medir tierras», escrito por Mateo Sánchez de Villajos, que se vendía en Madrid el año de 1752 por Juan de Zúñiga, y que se ve reclamado en una epístola por uno de los familiares. Una obra que, además, casi con toda probabilidad, se ve referenciada en uno otro de los inventarios del archivo familiar, Índice de las obras que contiene el arcón que está en el archivo, con la fórmula intitulada de “Medida de tierra” (Sánchez, 2021, p. 298-299).

De la misma manera, con el análisis de todo este material procedente del archivo familiar, se ha logrado inferir el valor que se les profería a los libros y a los papeles como bien familiar. Se ha podido conocer esta cuestión concreta gracias, principalmente, a la documentación – información – existente en el archivo. El análisis efectuado ha concluido que el libro como bien material se trataba de una posesión utilitaria y puntual, en ocasiones con cierto volumen o peso numérico,

pero nunca de relevancia, y más de «en vida que *post mortem*. El análisis de la evolución de la posesión y herencia de los bienes muebles referenciados de la familia Belmonte en los “inventarios generales” consultados, indica que no había una estancia específica, en ninguna casa familiar, llamada biblioteca, y que tampoco había un conjunto de libros entendido como tal. Si se guardaban los libros en una misma casa, lo harían en diferente mobiliario (arcones, arcas, bufetillos o escritorios) y en diversas habitaciones, escogidos quizás según la decisión del poseedor-lector que los usase en un momento determinado. Tampoco se constata un interés específico o primordial por el libro como bien que adquirir, transmitir, heredar y perpetuar.

Si lo comparamos la importancia de ambos bienes documentales, se puede afirmar que los libros quedaban relegados a un segundo plano frente al archivo y los papeles que alberga. No es que estos papeles se hallen referenciados en los diversos inventarios de una manera detallada, constante o predominante – no mucho más al menos que los libros – pero sí en los que llevan implícito un interés por su transmisión y heredad a lo largo del tiempo. El hecho más relevante es que el archivo familiar si fue un archivo propiamente dicho, denominado el Archivo del Sr. Mateo Belmonte, creado con un fin específico y dotado de una organización *ex profeso* para ello, que, además, se ve referido en la documentación con una estancia propia y diferenciada (Sánchez, 2021, p. 338-339).

El segundo de ejemplo que se ofrece es el de los materiales llamados testigos y el de los **Porcones** (Sánchez, 2021, p. 706-709). Dos casos que vienen a demostrar una realidad documental compleja de gestionar y considerar, al tratarse de documentación que se ve localizada de manera indistinta en ambos fondos, tanto en el bibliográfico como en el archivístico.

Durante el trabajo de tratamiento documental, se abrieron las páginas de los libros y en su interior se hallaron un importante número de testigos. Con los testigos se hace referencia a un variado conjunto de documentos gráficos – impresos y manuscritos – e iconográficos de diferente tipología y cronología (Martínez de Sousa, 2004, p. 326-329, 835). Documentos de carácter personal acumulados por un individuo al cual pertenecen y quien dispone de ellos a su voluntad, generados por diferente casuística y que dan testimonio de algo, en este caso de variadas actividades de carácter privado y profesional. Es el caso de las a cartas epistolares, naipes, telegramas, propaganda publicitaria, dibujos o escritos manuscritos, almanaques, incluso al-

gún objeto propiamente dicho, como lienzos o patrones de costura y, como no, documentos de naturaleza puramente archivística. Del mismo modo, aunque no en igual medida, también se localizaron este tipo de testimonios entre los papeles del archivo, donde hay que distinguir los de naturaleza no propiamente archivística notarial, judicial o de tipo contable, como las estampas, los sellos, etc.

Esta ubicación documental «bipolar» hace plantearse diversas cuestiones y consideraciones a la hora de optar por cómo gestionar estos documentos: por un lado, las relacionadas con el tratamiento documental y organizativo que se le debe dar a ese tipo de materiales: ¿se deben agrupar en un mismo fondo, acorde a su naturaleza material, para ser descritas en un solo instrumento descriptivo y con una misma normativa o deben conservarse en el fondo originario y tratarse-ubicarse en consonancia? Y, por otro lado, las consideraciones interpretativas, de causalidad y representatividad que subyacen en torno al lugar (fondo) y la condición en la que se encuentran este tipo de materiales: ¿se puede contemplar todo este material documental como muestra de un escenario cuasi virgen u original y pensar que se está ante un escenario privilegiado e interrelacionado de prácticas de uso de la documentación y de la lectura? ¿Qué sugiere el hallazgo contino de variadas estampas entre los libros y entre los papeles?: ¿no iba a ser habitual olvidar o depositar entre la documentación que se manejaba, ya fuese libro o papel, alguna de las estampas que de manera tan frecuente acompañaban a las personas en sus quehaceres diarios? ¿De su número se puede deducir un hábito de posesión y uso? ¿No sucedería algo similar con las tarjetas de visita, notas manuscritas, la propaganda publicitaria, los naipes o los dibujos trazados manualmente con un fin claramente lúdico-social?

En el caso del FDPF-BCG, por motivos de control y análisis de la documentación, todos los testigos han sido tratados y conservados como parte del material del APF-BCG, viéndose integrados en el inventario. Obviamente, si se hubiese tenido en cuenta las segundas consideraciones antes aludida, y no las puramente organizativas, lo pertinente hubiera sido dejar la documentación testimonial encontrada dentro de los libros en su ubicación original y tratados bibliográficamente como materiales especiales. Sin embargo, se halló una solución a esta cuestión dejando constancia del lugar de origen en el que se localizaron estos testigos, quedando consignados en los registros de ejemplar del catálogo de la biblioteca, así como lo están en el inventario del archivo.

Otro ejemplo diferente, pero similar, es el de los **porcones**, de los que se localizan tres en el FDPF-BCG: dos de ellos se encuentran en la biblioteca y el tercero en el archivo, conservando así la ubicación original en la que se encontraron al realizar las tareas de tratamiento documental. El **porcón** es la forma habitual de denominar una “alegación en derecho: Impreso que recoge la defensa jurídica preparada por el abogado con el fin de informar al juez del derecho a su parte” (González-Sarasa, 2019, p. 227). Se desconoce la procedencia de los **porcones** conservados en la biblioteca: no existe ninguna marca de propiedad ni se ha logrado establecer el vínculo de los pleitos con ningún familiar. Y el del archivo se encuentra en el fondo de una de las familias del linaje, custodiado como parte de la documentación que sustenta los pleitos por posesiones que litigaron. Una vez más, nos hallamos ante una disyuntiva material-intelectual: ¿deberían los tres documentos ubicarse – física y documentalmente – en la biblioteca al ser definidos como impresos menores o deben ser considerados, pese a su condición impresa, como material de archivo atendiendo a su funcionalidad testimonial pleiteadora?

Los aspectos y ejemplos expuestos anteriormente suscitan el planteamiento de diversos y complejos interrogantes: ¿para considerar a toda una variada tipología documental parte de un fondo u otro, del bibliográfico o el archivístico, qué criterio o aspecto debe primar: el de la ubicación original, el funcional, el de procedencia, el tipológico documental o sencillamente atendiendo a los recursos – el tiempo y los medios – que se disponen a la hora de procurar su tratamiento y gestión, así como su adecuada conservación y almacenaje? ¿Son compatibles varias consideraciones? Si bien todos estos aspectos suscitan interesantes cuestiones, susceptibles de convertirse en perspectivas, no están tampoco exentas de controversias e incertidumbres: ¿la ubicación original constituye el reflejo investigable de ciertas prácticas de uso, de lectura, de hábitos sociales o, incluso, de una mentalidad? ¿o más bien llevan a confusión y distorsión de realidades y/o prácticas documentales?

En la fundamentación de la premisa de la interrelación y complementariedad informativa y material que nos ocupa, faltaría dar un paso más. Presentar otro tipo de ejemplos, los que claramente ponen de manifiesto el vínculo material e informacional existente entre el objeto documento y el objeto mueble, y cómo nos hablan conjunta y complementariamente del linaje Belmonte-Chico de Guzmán. Este paso implica considerar a todos aquellos objetos materiales que rodean este FDPF: tapices, cuadros, escritorios, cubertería, etc., que forman parte

del patrimonio mueble de la familia. Incluso, dar un salto e incluir en el objeto de estudio patrimonial integrado, vinculante y original, a ese palacio, pazo, mansión, casa solariega... Es decir, a ese patrimonio inmueble en el que – si se tiene mucha suerte – aparece originariamente conservada toda esa documentación objeto de investigación.

De esta manera, se ha podido contemplar como una ilustración a toda plana de un árbol genealógico de una Real carta ejecutoria de hidalguía del siglo XVII, perteneciente a los miembros de una de las familias-fondos principales que se asociaron a la casa troncal Belmonte – los Granero de Alarcón – ha servido como modelo –¿o fue al revés?– para realizar varios de los retratos que amueblan un salón que hay en la primera planta de la casa solariega de Mota del Cuervo, donde se conserva la documentación. O como el escudo de armas de los Chico de Guzmán, que decora reposteros, cajas, ex libris, etc., (de)mostrando que ese fue el apellido que llevó a la familia-linaje a alcanzar el ansiado título de nobleza. No sin antes detenernos en otros ancestrales escudos de armas que embellecen los documentos del archivo, las paredes, los techos y la fachada del inmueble, declarando que los que residen en esa casa solar son hidalgos de «nobleza reconocida por todos» desde tiempos inmemoriales. Una condición hidalga que ha quedado claramente patente y demostrada por medio de y en el FDPF-BCG (Sánchez, 2021).

#### **4 DIFICULTADES Y REFLEXIONES SOBRE LA APLICACIÓN DEL MODELO INTEGRADOR DE FDPF**

En España, no existe en el ámbito de las ciencias documentales una tradición científica que se postule por defender y desarrollar enfoques de carácter integrador, multi e interdisciplinares, como el modelo sistémico, ideado por la «Escola do Porto» en los años 90. Desde el Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Armando Malheiro da Silva y Fernanda Ribeiro, entre otros, - partiendo de los trabajos teóricos iniciales de Silva Gonçalves y Andreu Peixoto - idean el denominado modelo sistémico. Un nuevo paradigma informacional, que se materializa en la creación de una nueva propuesta de gestión y representación informacional y documental, que supuso un punto de inflexión en el ámbito de las ciencias documentales-archivísticas e informacionales lusas.

Sin embargo, recientemente se pueden encontrar trabajos de investigación (Fernández, 2016; Prieto, 2015) que bajo un paraguas

conceptual similar al de FDFP -aunque no con una formulación teórica tan desarrollada- lanzan para los archivos personales propuestas de gestión documental integradas. Ofrecen formulaciones sobre todo de tipo técnico y descriptivo, que permiten llevar a cabo una gestión integrada y multidisciplinar de la diversa documentación (incluyendo también a los objetos museísticos), plasmando la interconexión informativa que contienen. Todos son trabajos ex novo, que han partido de una base coyuntural disciplinaria, en la que ha habido que conjugar las tradicionales teorías científicas con sus nuevas propuestas.

A estas alturas, se puede afirmar que las perspectivas integradoras encuentran su espacio de aplicación por excelencia en los archivos familiares y personales, es decir, en la información familiar y personal. No en vano, es entre la documentación familiar (también la personal) donde el archivo se ve acompañado, muchas veces, de una biblioteca y se haya rodeado también de variados objetos materiales. Sin dejar, además, de tenerse en cuenta que todo ello se alberga y gestiona – generalmente – en torno a un inmueble en concreto, muchas veces un palacio o paço propiedad también original de una familia/persona.

Así se ve en palabras de Armando Malheiro da Silva al establecer las bases para la aplicación del modelo sistémico a los “arquivos familiares e pessoais” (Silva, 2004, p. 75):

Os livros, opúsculos, folhetos, folhas volantes, prospectos e cartazes não formam, à luz da teoria sistémica e no âmbito do modelo sistémico e interativo, uma coleção à parte, primeiro, porque a noção de coleção sai definitivamente do vocabulário técnico da C. I. por ser, em rigor, sinónimo de fundo ou acervo orgânico [...] e, segundo, porque um sistema de informação abarca este fenómeno, nas suas diversas manifestações temáticas, de registo tecnológico e de suporte material, não fazendo sentido nenhum separar ou agrupar, em unidades “sistémicas” distintas, a correspondência e outras séries documentais de sucessivas gerações e os livros adquiridos e lidos por essas mesmas gerações. Se toda essa informação foi produzida, adquirida e usada pela entidade Família tem de integrar forçosamente o Sistema de Informação Familiar

La aplicación de modelos integradores no está exenta de dificultades, sobre todo cuando se trata de establecer una conexión entre los diferentes fondos documentales-materiales y de procurar una conciliación entre las técnicas que aplican las diferentes disciplinas. En palabras nuevamente de Armando Malheiro da Silva (2004, p. 76): “É, pois, óbvia a unificação teórica e sistémica de toda a informação, mas, na prática descritiva, como podemos sinalizar a presença e tornar acessível a “biblioteca” familiar? [...] Obviamente como parte integrante, mas como?”

Tras la experiencia adquirida en el desarrollo y la aplicación de la propuesta de FDPF, se han encontrado las siguientes dificultades y se han llegado a las siguientes reflexiones:

- La complejidad en la contextualización orgánica-funcional de la documentación y de la interpretación de la información. En general, las posibilidades de lograr identificar al productor-propietario de la documentación y de analizar con detalle la tipología y la trayectoria vital de los documentos, depende de las facultades que poseen los propios fondos documentales de proporcionar dicha información, de la forma en la que son encontrados en origen y del tiempo-recursos que dispone el profesional-investigador de poder realizar los estudios para su análisis e identificación.
- En ese sentido, es esencial la consideración que se debe dar al espacio físico y la ubicación original en el que se encuentran los objetos patrimoniales — documentales y no documentales — al iniciar los trabajos de investigación y gestión de un patrimonio familiar (también personal) documental. Como si de un yacimiento arqueológico se tratase, es de los escasos escenarios en los que se puede estar ante un escenario privilegiado: un entorno inexplorado, inédito, y menos expuesto a la contaminación-manipulación externa, que hay que procurar siempre rescatar y consignar.
- Los problemas que hay para alcanzar una armonización normativa y una integración de estándares descriptivos que vayan más allá de la dicotomía establecida entre archivos y bibliotecas, sin olvidar los museos. Es una cues-

ción compleja, aunque ya se aprecia un cambio de enfoque en ese sentido, como demuestra el nuevo código de catalogación para bibliotecas, las RDA (*Resource Description and Access*). Un nuevo estándar para describir y dar acceso a recursos, diseñado para el mundo digital, que aunque construido sobre los fundamentos de AACR2 y pensado para las bibliotecas, su objetivo es facilitar la interoperabilidad con otras comunidades afines (archivos y museos), y presentar un modelo flexible y extensible para la representación y captura de metadatos, en un entorno tecnológico cambiante.

- Y la dificultad para lograr una sincronización tecnológica en las formas de enlace y de recuperación de la información de unos fondos diversos, normalmente gestionados por sistemas de gestión diferentes, pocas veces compatibles y/o alojados en bases de datos distintas.

## 5 A MODO DE CONCLUSIÓN

El concepto operativo de Fondo Documental Patrimonial Familiar ofrece una propuesta conceptual y de gestión (organización y representación del conocimiento), que exige una perspectiva de análisis pluri e interdisciplinar (cuando no transdisciplinar). Paralelamente al tratamiento documental, el trabajo de investigación ha ido encaminado a conocer el contexto orgánico-funcional que define y en el que se fragua el FDPF-BCG; así como en llegar a obtener un conocimiento y una comprensión de este conjunto documental familiar y de los diversos fondos que lo integran. Los trabajos hechos en este sentido se han formulado de manera separada, -atendiendo a las peculiaridades de cada fondo y la ciencia que los sustenta-, sin perder nunca de vista el conjunto documental al que, en última instancia, pertenecen. Para ello se ha buscado una sinergia y una visión de conjunto, trazando aproximaciones metodológicas similares y confluyentes; y poniendo en relieve la complementariedad y la correspondencia material e informativa que poseen las diferentes piezas documentales que integran los fondos.

Se trata de un nuevo planteamiento, concertado bajo un prisma poco secundado en España, que, sin embargo, se aproxima a estudios desarrollados en otras latitudes, con propuestas que optan por el concepto más dinámico de sistema de información. Las bases conceptuales de un FDPF hacen que exista una aproximación -casi

se puede decir que de manera natural- a la teoría sistémica lusa de carácter integradora. En ambos modelos subyace un planteamiento holístico, global, que evoca al pensamiento complejo de Edgar Morin (1998) y su aspiración a alcanzar el conocimiento multidimensional, considerando como punto de partida que la experiencia humana ha de ser, por necesidad, multifacética; y que un todo que no se reduce a la suma de sus partes constitutivas. Hay que averiguar la conexión e interrelación existente entre ellas.

## REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ GRANADOS, Lucía (2016). **La descripción de bienes culturales en archivos personales (normativas y procedimientos): el fondo de Leonardo Torres**. 2016. Tese (Doctoral) - Universidad de Cantabria.

GONZÁLEZ-SARASA HERNÁEZ, Silvia. **Tipología editorial del impreso antiguo español**. Madrid: Biblioteca Nacional de España, 2019.

LEY 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. **Boletín Oficial del Estado**, 155 de 29 de junio de 1985. Disponible en [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/l16-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/l16-1985.html)

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Diccionario de Bibliología y ciencias afines**. [Gijón]: Trea, 2004.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo**. Edición española a cargo de Marcelo Pakman. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. **Investigación bibliotecológica**. v. 64, n.28, p.33-50, 2014.

PRIETO GUIJARRO, Laura. **Archivo Juan José Mantecón: metodología de valorización de archivos personales de naturaleza musical**. Tese (Doctoral) - Universidad Complutense de Madrid, 2015.

SÁNCHEZ OLIVEIRA, Camino. **Fondo Documental Patrimonial Familiar (FDPF):** una nueva propuesta a partir de la gestión y el análisis de la biblioteca y el archivo familiar Belmonte-Chico de Guzmán. 2021. Tese (Doctoral) - Universidad Complutense de Madrid. 2021. Disponible en <https://eprints.ucm.es/id/eprint/67607/>

SÁNCHEZ OLIVEIRA, Camino. Propuesta de un sistema de gestión integrado para fondos documentales patrimoniales familiares. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación.** v. 12, n.1, p. 69-76, 2018.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas par ala aplicação do modelo sistêmico e interactivo. **Revista FLUP: ciências e técnicas do património,** v. 1, n. 3, p. 55-84, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, J. **Arquivística:** teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1999, v.1.



# AS PLATAFORMAS DIGITAIS DE ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES: uma análise exploratória

## THE DIGITAL PLATFORMS OF PORTUGUESE MUNICIPAL ARCHIVES: *an exploratory analysis*

Nuno Francisco Machado<sup>1</sup>



### 1 INTRODUÇÃO

Os novos paradigmas da informação e comunicação - aqui abordados em conjunto no que se determinou chamar infocomunicação<sup>2</sup> - têm contribuído para uma revolução na forma como a informação é criada e partilhada na sociedade em rede. O atual paradigma científico-tecnológico dá uma maior ênfase ao papel do utilizador na circulação da informação. Os serviços em geral, mesmo aqueles que ainda não dão importância à disseminação da informação em contexto digital, devem ter em consideração que o utilizador moderno privilegia a acessibilidade remota à visita presencial, sobretudo em situações em que estas formas de acesso são permutáveis sem qualquer perda para o utilizador/cliente. Esta opção tornou-se evidente no recente contexto de restrições de mobilidade devido à pandemia causada pelo SARS-CoV-2 com consequências a nível da necessidade de proporcionar acesso digital a uma variedade de produtos e serviços. As estratégias de mediação devem garantir a satisfação destas necessidades.

Na área dos Arquivos<sup>3</sup>, nomeadamente os Arquivos municipais, e quando nos referimos à documentação de valor histórico - termo que se aplica sempre que lhe associamos uma espessura temporal

1 Universidade do Porto, Faculdade de Letras/CITCEM; Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6000-2767>.

2 Passarelli, Silva, Ramos (2014).

3 Nesta proposta de projeto, a palavra *arquivo* é usada com dois sentidos. Quando escrita com A maiúsculo referimo-nos a instituições, normalmente públicas, encarregadas da preservação de acervos documentais. Quando escrita com a minúsculo referimo-nos à totalidade dos documentos produzidos ou recebidos por qualquer pessoa ou entidade no decurso das suas atividades. A variante *Arquivo* é ainda representada pela expressão *serviços de arquivo*. De acordo com a Recomendação no. R (2001) 13 do Comité de Ministros para os estados-membros, relativa à política europeia de acesso a arquivos [Consult. 3 nov. 2022] Disponível em: <https://rm.coe.int/16804cea4f>.

e um valor institucional, cultural ou social - a mediação em contexto digital da informação em Arquivo faz-se através de plataformas digitais definidas como uma «base tecnológica concebida e usada humana e socialmente para que se produza, armazene, recupere, dissemine, comunique e transforme o fluxo informacional»<sup>4</sup>.

A gradual transformação da sociedade tradicional numa sociedade de base tecnológica, organizada tendencialmente em rede, contribui, por inerência, para o afastamento do paradigma custodial, de teor positivista, associado aos Arquivos e que assentava na «sobrevvalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas»<sup>5</sup>. O recurso a estas plataformas funcionará como novo meio de ligação entre a administração pública e o cidadão dando lugar a um processo de disseminação da informação de forma bidirecional<sup>6</sup> com o potencial de se tornar multidirecional.

Não pretendemos neste artigo fazer uma análise ao estado da administração local em Portugal. A nossa investigação prende-se com os Arquivos municipais dando ênfase àqueles que detêm uma plataforma digital de gestão documental que permita a mediação da informação entre instituição e utilizador, mas também outros que demonstram abertura à disponibilização do seu acervo arquivístico em contexto digital. Levamos em conta diversas características dos serviços de arquivo no seu contexto municipal procurando estabelecer um padrão da sua evolução desde a criação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), com início em 1997.

## 2 MEDIAÇÃO DIGITAL EM ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES

Ao contrário do que acontece com os Arquivos Nacionais e Distritais, os Arquivos Municipais não obedecem a nenhuma norma específica quanto à sua formação e organização. Os 308 concelhos que compõem o território português têm na sua posse documentação em arquivo, no entanto, apenas uma parte constitui organicamente um Arquivo municipal, um Arquivo histórico ou mesmo um centro de documentação.

A nível da sua pegada digital, os poucos levantamentos de

---

4 (Passarelli; Silva; Ramos, 2014, p. 116).

5 (Silva, Ribeiro, 2002, p. 153).

6 Brandão (2014).

Arquivos Municipais realizados na última década<sup>7</sup> informam da sua presença online em múltiplos formatos. A principal ocorrência surgia a nível da página da respetiva edilidade, que continha informações, destaques documentais e, por vezes, rúbricas como o **Documento do Mês**. Outras ocorrências referiam-se a blogues, presença em redes sociais e páginas próprias dos Arquivos. O número de plataformas digitais de Arquivos municipais que permitiam uma pesquisa documental sempre foi reduzido. Por outro lado, nem sempre se torna fácil perceber se um Arquivo municipal tem, efetivamente, uma destas plataformas, sobretudo quando estas não estão identificadas nas páginas dos municípios, não são imediatamente recuperáveis em motores de busca, e quando não fazem parte de qualquer portal agregador de Arquivos. Impera, assim, uma dificuldade de identificar, a cada momento, quantas destas plataformas existem, o seu grau de atualização e a forma de disponibilização de informação ao público. Adicionalmente, não existe uma uniformização de enquadramento dos Arquivos nos diversos regulamentos orgânicos dos serviços municipais. Estes, aliás, variam consideravelmente tanto a nível de estrutura, número de unidades orgânicas e mesmo na nomenclatura utilizada e ordem de subordinação. Desde o Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias iniciado em 1995 que não se faz em Portugal um levantamento abrangente da real situação dos Arquivos municipais, tanto a nível de acervos, como a nível de estado de funcionamento e existência orgânica. Nos últimos anos, alguns estudos procuraram identificar o estado dos Arquivos municipais no país por meio remoto, por telefone, correio normal ou eletrónico<sup>8</sup>, para além dos vários inquéritos conduzidos pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD). Frequentemente, os inquiridores deparam-se com a ausência de respostas de algumas administrações locais, seja pela inexistência de um Arquivo organizado, seja pela ignorância de competências sobre a gestão do acervo documental. No caso dos levantamentos da BAD, é fácil identificar algumas incongruências nas respostas obtidas<sup>9</sup>.

Estes obstáculos levantam sérias questões quanto à transição que se admite existir nos Arquivos para um paradigma pós-custodial

7 Silva (2013); Silva (2014); Silva, Alvim (2016); Ventura (2019).

8 Lourenço (2018); Filipe (2020); Centenico (2021).

9 Por exemplo, no inquérito de 2019, 34% dos 181 Arquivos que devolveram o questionário preenchido (aproximadamente 62) responderam afirmativamente à pergunta: O Arquivo Municipal está presente no diretório BAD?. Porém, este diretório apenas inclui 51 Arquivos municipais (Freitas, Marinho, 2019).

de abertura e disponibilização da informação ao utilizador. A questão da mediação infocomunicacional entre serviço de arquivo e utilizador, nomeadamente em plataformas digitais, nem sequer se coloca quando estas não estão acessíveis ao público, não são recuperáveis em motores de busca ou quando a existência do próprio Arquivo é uma incógnita.

### 3 OBJETIVOS DESTA INVESTIGAÇÃO

Perante a problemática levantada, afigurou-se-nos fundamental, em primeiro lugar, desenhar o quadro atual dos Arquivos municipais portugueses no que concerne à sua presença em contexto digital e que permita uma mediação da informação com os utilizadores. Assim sendo, procuramos, não só, identificar o número de plataformas digitais existentes, como, também identificar algumas características que consideramos ser conducentes a uma mediação bem-sucedida entre o Arquivo e os seus utilizadores. Consideramos importante a existência de informação credível sobre a documentação à guarda de cada município, descrições arquivísticas claras, preferencialmente a nível de documento e digitalizações com qualidade, entre outras características. Entendemos que o sucesso deste tipo de mediação se manifesta na sua constituição como alternativa à visita física ao Arquivo, ou, em alternativa, à disponibilização de informação suficiente para que o utilizador tenha a certeza de que vai encontrar documentação do seu interesse antes de se deslocar ao Arquivo.

Pareceu-nos, ainda, importante, desenhar um quadro do enquadramento orgânico dos municípios no que concerne ao seu serviço de arquivo. Pretendemos identificar dados que permitam perceber se existem fatores que ajudem a explicar porque alguns municípios, ao contrário de outros, valorizam os seus Arquivos e mostram disponibilidade para desenvolver estratégias que facilitem a mediação da informação em contexto digital

### 4 ABORDAGEM METODOLÓGICA DE PESQUISA DE INFORMAÇÃO

Tendo em conta a já aqui referida dificuldade em obter dados objetivos sobre o estado dos Arquivos municipais portugueses, conduzimos um levantamento tendo por base o ponto de vista do utilizador em contexto digital. Fizemos recurso dos dados passíveis de serem ob-

tidos pelo utilizador por via exclusivamente digital. Recorremos a uma metodologia mista quantitativa e qualitativa, uma variação que tem a ver, sobretudo, com as fontes consultadas e a necessidade de análises mais ou menos imediatas dos resultados obtidos e das conclusões a que pretendíamos chegar.

Dado o número limitado de plataformas digitais destes Arquivos, e a pouca informação disponível nas páginas municipais – as fontes de informação mais imediatas disponíveis – cruzamos diversas fontes de informação digitais procurando identificar a real existência de Arquivos municipais, o tipo de presença digital e a sua integração na estrutura orgânica dos municípios.

Após a consulta das fontes eletrónicas municipais, onde incluímos as redes sociais, recorremos a portais agregadores de Arquivos que, no entanto, incluem um pequeno número de Arquivos municipais. O Portal Português de Arquivos, gerido pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), inclui apenas 14 Arquivos municipais. O Portal Internacional de Informação e Pesquisa Interarquivos (InfoGestNet), criado pela empresa SHP Consultoria Informática Lda., - há muito desatualizado, mas ainda bastante utilizado - inclui 32 Arquivos municipais. O International Council on Archives (ICA), na sua lista mundial de Arquivos acessíveis, reúne apenas 6 Arquivos municipais. O portal europeu Archives Portal Europe replica os dados do Portal Português de Arquivos e a rede Europeia apenas inclui, para Portugal, recursos digitais de bibliotecas. De seguida, acedemos ao Diretório da BAD, em permanente atualização, como é indicado na própria página, pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais desta instituição, e que inclui 51 Arquivos municipais, se bem que nem todos tenham uma plataforma digital disponível. Consultamos, ainda, páginas de redes regionais de Arquivos municipais, como a Rede de Arquivos do Alentejo Litoral, integrada na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), a Rede de Arquivos do Algarve (RAAlg) ou o Grupo de Trabalho Arquivos Municipais da Região de Aveiro (GTAMRAveiro).

O passo seguinte passou pelo uso de um motor de busca para pesquisar expressões como “Arquivo Municipal da/de/do (município)” ou “Arquivo Histórico de/de/do (município)”, recorrendo a operadores booleanos *and/or* para obter o máximo de informação. Ainda num motor de busca, pesquisamos termos como “Arquivo”, “Arquivo Municipal” e “Arquivo Histórico” seguidos do critério “site:cm-(edilidade).pt” e do critério “site:arquivo.cm-\*.pt”, o endereço mais comum de pla-

taformas digitais de Arquivos municipais que havíamos já identificado.

Tendo em conta os dados obtidos até este ponto, recorreremos às páginas das empresas fornecedoras de *software* e serviços de gestão de informação que fomos identificando para consulta das suas listas de clientes. Ainda considerando estas empresas, recorreremos ao portal de contratos públicos BASE para pesquisar contratos com municípios, quer através do nome da empresa como, também, do seu Número de Identificação Fiscal (NIF). Adicionalmente, utilizamos esta plataforma para pesquisar expressões como «digitalização», «Arquivo municipal», «Arquivo histórico» ou «sistema de informação» e também o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) procurando identificar outros contratos com entidades municipais adjudicantes.

Consultamos, ainda, os relatórios de alguns programas nacionais de financiamento relevantes, como o PARAM, que desenvolveremos em pormenor mais adiante, o Programa Operacional Sociedade de Informação (POSI) ou o Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC), ou internacionais, como o GEOARPAD, desenvolvido no âmbito do programa operativo europeu INTERREG. VA: Espanha-Portugal (POCTEP) para a identificação de municípios com candidaturas aceites no âmbito dos mesmos.

Finalmente, analisamos os regulamentos de organização dos serviços municipais de cada município em busca de referências a Arquivos incluindo o seu estatuto orgânico, dependência administrativa e regulamento. As existências de alguns destes critérios remontam às exigências para financiamento ao abrigo do PARAM, nomeadamente a obrigatoriedade da inclusão do Arquivo do município financiado na estrutura orgânica municipal, bem como da publicação de um regulamento de funcionamento, algo que nem sempre aconteceu<sup>10</sup>.

Este processo permitiu-nos identificar informações sobre a existência e enquadramento de Arquivos municipais e serviços de arquivo, uma grande variedade de recursos digitais, alguns, entretanto, desativados, e ainda condições existentes para o surgimento, a curto ou médio prazo, de novas plataformas digitais de Arquivos. A informação reunida permitiu, também, identificar alguns padrões que podem servir para justificar a existência de recursos digitais em alguns municípios, bem como uma tendência para a existência de regulamentos do Arquivo municipal e estruturas orgânicas municipais mais atualizadas.

---

<sup>10</sup> Henriques (2008).

## 5 RESULTADOS, PADRÕES E PROBLEMAS

No âmbito deste artigo, faremos uma análise comparativa entre dois grupos de municípios. O primeiro inclui aqueles que têm uma plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal, mas, também, os municípios que já tiveram esse tipo de plataforma ou que têm contratos em vigor com empresas fornecedoras de *software* e serviços de gestão de informação, que totalizam 97 (Grupo dos 97). O segundo grupo inclui os restantes 211 municípios que compõem o território português.

Analisando a informação obtida, à data da conclusão do nosso levantamento, existiam 61 plataformas digitais funcionais de Arquivos municipais em diferentes estados de atualização. Este número, em comparação com dados de 2018<sup>11</sup>, representa um aumento de 65%. Porém, há que considerar que diversos casos que encontramos estavam ainda em fase de teste e implementação, enquanto outros apresentavam um número de descrições arquivísticas ou de documentos digitalizados muito reduzido. Outras plataformas apresentavam apenas Arquivo fotográfico, com alguns casos a juntar a este tipo de acervo postais, pósteres e panfletos diversos. Apesar do aumento, a percentagem de municípios com uma plataforma digital operacional do seu Arquivo era ainda inferior a 20%.

Os dados que reunimos permitem várias leituras. No âmbito deste artigo, pretendemos identificar dados estatísticos relevantes que permitam perceber fatores que possam influenciar a predisposição institucional para adotar a mediação infocomunicacional com o público através de plataformas digitais onde seja possível a procura, recuperação e obtenção de informação útil para o utilizador.

Tendo em consideração o nosso foco no contexto digital, com especial importância dada ao que está disponível para o utilizador, procuramos identificar o número de descrições arquivísticas disponíveis, a documentação existente, as tipologias dominantes e as digitalizações acessíveis ao utilizador. Naturalmente, a informação disponível nas plataformas digitais não abrange todo o acervo do respetivo município, nem o acervo de um Arquivo municipal se extingue no fundo da sua Câmara Municipal. Estes Arquivos abarcam, também, fundos relativos a órgãos de poder local extintos, a outras instituições municipais, instituições religiosas ou culturais, bem como os resultantes de incorporações diversas de origem pública ou privada.

Para além das dificuldades na obtenção de informação sobre

---

11 Ventura (2019).

Arquivos e suas plataformas que descrevemos na secção de metodologia deste artigo, parece-nos oportuno enumerar alguns dos obstáculos que nos impediram, no que concerne ao uso das plataformas identificadas, de chegar a resultados totais relativos às 61 plataformas onde realizamos pesquisas. Desde logo, nem todo *software* utilizado permite uma pesquisa completa de todos os registos da plataforma. Em alguns casos foi necessário realizar pesquisas em cada fundo existente. Para a procura geral usamos o campo «código de referência» que, em Arquivos portugueses, deve se iniciar com os caracteres «PT/», o que nem sempre acontece. Adicionalmente, este campo nem sempre é pesquisável e, por vezes, não está disponível. Em Arquivos de maior dimensão, o servidor que aloja a plataforma não tem capacidade para completar uma pesquisa deste tipo devido ao elevado número de resultados. O campo da data de produção também levanta problemas uma vez que, em diversas ocasiões, apenas é pesquisável se o valor inserido for uma data concreta e não uma data aproximada ou inferida. Das 61 plataformas digitais identificadas apenas foi possível realizar a pesquisa em 57. Os resultados<sup>12</sup> obtidos, dados os problemas encontrados, não espelharão, certamente, a totalidade da informação disponibilizada, ou melhor, disponibilizável. Na prática, dos valores totais obtidos em pesquisas gerais, menos de um terço é efetivamente recuperável. Por outro lado, a proeminência de resultados onde encontramos a expressão «não tratado arquivisticamente» implica, necessariamente, que os dados disponibilizados, quando o são, poderão não estar corretos, acrescentando à improficuidade da mediação da informação. Já quanto a objetos digitais, dos registos efetivamente recuperáveis, apenas uma pequena parte contém digitalizações associadas. Destas, as tipologias documentais dominantes, para além das já mencionadas fotografias, postais e afins, incluem periódicos e livros ou registos de atas. Em conjunto, estes três grupos representam 70% das digitalizações disponíveis, embora nem todas tenham qualidade ou definição suficiente para serem legíveis.

Para que fosse possível retirar conclusões e identificar padrões estatísticos relevantes, tornou-se essencial determinar a existência e o enquadramento dos Arquivos municipais portugueses. Percebemos que não existe uma uniformização da situação orgânica dos Arquivos dentro de cada estrutura municipal, não havendo qualquer determinação legal que obrigue um município a ter um Arquivo organizado.

---

12 Por resultados entendem-se todas as entradas recuperadas pelo motor de busca da plataforma, descrições arquivísticas de fundos, séries, coleções, unidades de instalação, documentos simples e compostos.

Naturalmente, todos os municípios têm documentação em arquivo, mas, em diversos casos, trata-se de um Arquivo geral com especial incidência na documentação de gestão corrente. Por outro lado, as competências de cada unidade, sobretudo nos níveis hierárquicos inferiores, são frequentemente similares, permanecendo a dúvida sobre a quem compete o quê. Em alguns casos, encontramos uma sobreposição de competências de diferentes unidades sobre o mesmo serviço. Por vezes, a própria figura de um Arquivo geral, ou central, deixou de figurar nas competências dos serviços municipais.

Embora a ausência da estrutura orgânica de um serviço único de arquivo não implique a inexistência de um Arquivo municipal, normalmente, quando um regulamento orgânico não apresenta qualquer unidade com competência específica para gerir de forma integrada o Arquivo geral, são as várias unidades orgânicas que têm a responsabilidade de organizar o seu próprio arquivo. A forma como os serviços municipais estão organizados é representativa de como a documentação de arquivo é vista pela instituição.

Para o caso da nossa investigação, não pretendemos inferir uma ligação direta entre a organização dos serviços municipais e a potencial existência de uma plataforma digital de Arquivo municipal. No entanto, nos casos em que existe uma plataforma deste tipo, essa existência é sempre antecedida de uma estrutura orgânica municipal que atribui a competência de gestão de um Arquivo, seja ele geral ou municipal.

Às variáveis que analisamos e cujos resultados aqui apresentamos está, também, associada a variável temporal. Assim sendo, o cenário que descrevemos resulta de diversos fatores partindo da década de 1990, e o grau de abertura ao digital para os seus Arquivos que cada município apresenta hoje pode ser estudado tendo em conta, não só, o ter ou não ter determinada característica, mas, também, o seu estado de atualização. Quando nos referimos aos regulamentos orgânicos dos serviços municipais e à inclusão neles de serviços de arquivo, notamos uma evolução que abarca os últimos 25 anos.

O PARAM marcou um ponto de mudança no setor. Embora o recurso aos apoios que este programa providenciava tenha ficado muito aquém das possibilidades oferecidas<sup>13</sup>, com muitos municípios a se limitarem a demonstrar uma intenção de apresentar candidatura, as exigências que o Programa fazia para que o apoio fosse atribuído trouxeram

---

13 O investimento total previsto para o Programa atingiu os 68,6 milhões de euros. Na prática, o valor das candidaturas efetivamente aprovadas foi um pouco superior a 20,5 milhões. Em dezembro de 2007, data do relatório final do PARAM, apenas 10,3 milhões haviam sido executados (Henriques, 2008).

diversas mais-valias para o setor. Muitos foram os municípios que, pela primeira vez, integraram o seu Arquivo municipal na estrutura orgânica dos seus serviços, retiraram-se acervos documentais de caves, sótãos, águas-furtadas e outros espaços com poucas condições e desenvolveram-se regulamentos de gestão interna e consulta externa de documentos.

Uma vez que este estudo tem por premissa base uma investigação em fontes digitais disponíveis *online*, e o Diário da República Eletrónico apenas apresenta legislação publicada, na sua segunda série, desde o ano 2000, não é possível, por este modo, precisar quantos regulamentos existiriam na década de 1990. Sabemos, no entanto, que o regulamento do Arquivo Municipal de Braga, que foi praticamente copiado por outros municípios, data de 1993<sup>14</sup>. Recorrendo à informação obtida pelo Recenseamento dos Arquivos Locais - Câmaras Municipais e Misericórdias, coordenado por José Mariz e conduzido durante essa mesma década, existia um número muito reduzido de Arquivos municipais com regulamento.

No que se refere aos números do PARAM, e segundo o já aqui referido relatório apresentado no final de 2007<sup>15</sup>, 81 municípios tiveram candidaturas aprovadas e integralmente executadas, 18 municípios tiveram candidaturas aprovadas, mas que à altura do relatório ainda não tinham sido iniciadas e 16 municípios viram candidaturas aprovadas, mas, entretanto, rescindidas, quer pelo próprio município quer pelo Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT). Outros 80 municípios manifestaram intenção de se candidatar ao PARAM mas nunca o efetivaram.

O PARAM não só foi o primeiro, e único, programa de financiamento destinado, exclusivamente, a Arquivos municipais, foi, também, a primeira linha de apoio para a aquisição de equipamento informático como computadores, impressoras ou mesas de digitalização, bem como para a realização de ações de formação e obtenção de outro apoio técnico. Para António Maranhão Peixoto,

Marcante na difícil afirmação institucional dos Arquivos Municipais em Portugal é o PARAM. [...] E, não tenhamos dúvidas, na sua existência, isto é, na sua história ficarão marcados pela experiência até ao PARAM e a viagem depois do PARAM.<sup>16</sup>

---

14 Aprovado pela Câmara Municipal de Braga a 21 de janeiro de 1993 tendo sido publicado no edital n.º 11/93.

15 Henriques (2008).

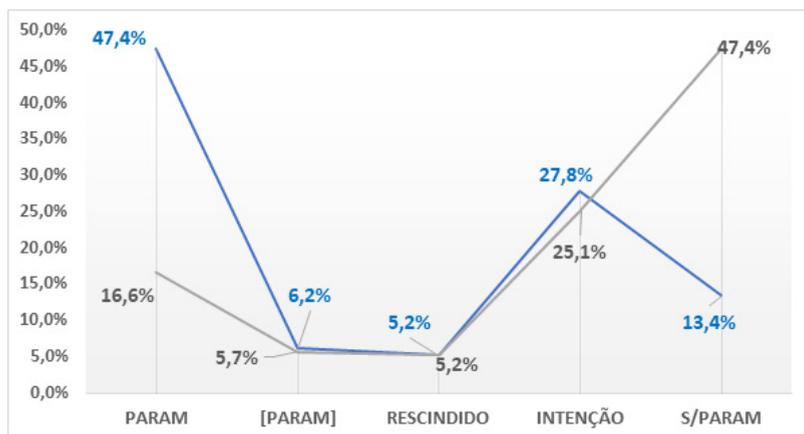
16 (Maranhão Peixoto, 2016, p. 38)

Dada a relativa obscuridade social que os Arquivos, ainda hoje, conservam, sobretudo os municipais, e considerando que, como já referimos, os fundos atribuídos pelo PARAM ficaram muito aquém da verba total alocada, esta afirmação de Maranhão Peixoto parece cair no exagero. No entanto, cruzando os dados das autarquias que beneficiaram deste programa de apoio com o Grupo dos 97, verificamos existirem dados estatísticos relevantes que marcam os 25 anos que se seguiram à disponibilização do PARAM.

Como referimos, estabelecemos diversas variáveis comparando o referido Grupo dos 97 com os restantes 211 municípios que compõem o território português.

Tecemos uma primeira comparação considerando o tipo de aproveitamento que cada município fez do PARAM (gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentagem de municípios portugueses por opção tomada em relação ao PARAM.



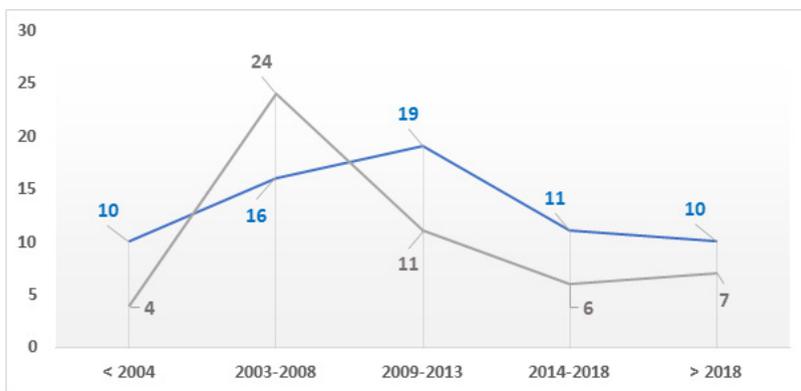
Legenda: PARAM: municípios com candidatura aprovada e integralmente executada; [PARAM]: municípios com candidatura aprovada, mas ainda não executada à data do relatório final do programa (dezembro 2007); RESCINDIDO: municípios com candidatura aprovada, mas rescindida ou pela edilidade ou pelo IAN/TT; INTENÇÃO: municípios que manifestaram a intenção de se candidatar, mas que não a efetivaram; S/PARAM: municípios que não manifestaram qualquer intenção de se candidatar. A azul os municípios do Grupo dos 97 e a cinzento os municípios sem qualquer abertura à divulgação por meio digital do seu Arquivo municipal. Dados de 30 de junho de 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Cerca de metade (47.4%) dos municípios do Grupo dos 97 tiveram candidaturas aprovadas e integralmente executadas contra apenas 16.6% dos restantes municípios que beneficiaram do mesmo apoio. Do lado oposto, quase três em cada quatro destes restantes municípios (72.5%) não apresentaram qualquer candidatura. Apenas 13.4% do Grupo dos 97 ignorou por completo o PARAM.

Um dos requisitos mínimos para que um município recebesse apoio do PARAM para a aquisição de equipamento era a existência de um regulamento de arquivo. Até final de 2003, o último ano para a apresentação de candidaturas, apenas existiam, pelo que nos foi dado apurar, 14 municípios com regulamento do seu Arquivo, o que implica a não observância deste requisito na grande maioria das candidaturas aprovadas. Ainda assim, até final de 2007, data do Relatório final do PARAM, surgiram 40 novos regulamentos. Entre 2009 e 2013 surgiram 30, e nos períodos compreendidos entre 2014-2018 e 2018-2022 apenas surgiram 17 novos regulamentos por cada intervalo temporal (gráfico 2). Ao considerarmos os valores acumulados, constatamos que existem 118 regulamentos de Arquivos municipais o que equivale acerca de 38,3% dos municípios portugueses.

Gráfico 2 – Data dos regulamentos de Arquivos municipais em vigor.

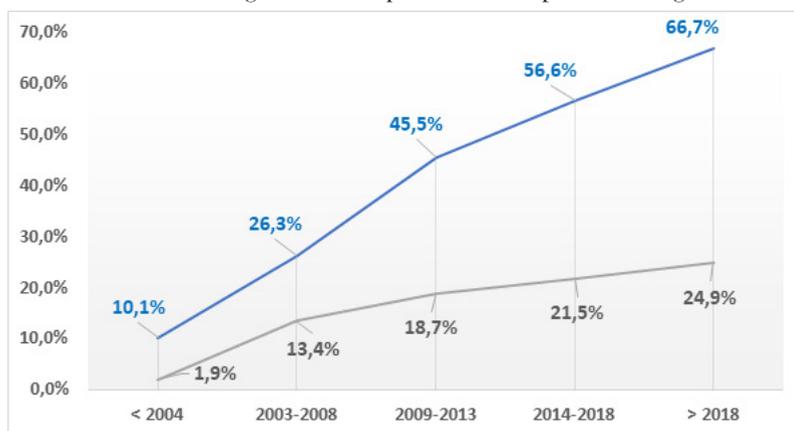


Legenda: A azul os municípios com plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal e a laranja os municípios sem Arquivo municipal constituído ou sem plataforma digital funcional do mesmo. Dados de 30 de junho de 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao dividirmos este número por municípios do Grupo dos 97 e os restantes 211, embora, em ambos os casos, exista um aumento continuado de número de regulamentos ao longo dos últimos 25 anos, as tendências de evolução são bastante diferentes (gráfico3). O aumento de municípios do Grupo dos 97 com regulamento do seu Arquivo é bastante mais evidente do que os restantes. Assim, até ao final de 2003, 10.1% destes municípios tinham regulamento do seu Arquivo, contra apenas 1,9% dos restantes. Até 2008, ano em que foram extintas as carreiras específicas da função pública, incluindo as de arquivista e bibliotecário-arquivista<sup>17</sup>, 26.3% dos Arquivos municipais do Grupo dos 97 tinham regulamento, contra apenas 13.4 dos restantes. Nos anos seguintes, o número de Arquivos dos Grupo do 97 com regulamento tem registado subidas superiores a 10% por período considerado, contra aumentos entre os 3% e os 5% dos restantes. Mesmo a nível absoluto, 66 Arquivos do Grupo dos 97 têm regulamento contra apenas 52 dos restantes municípios.

Gráfico 3 - Percentagem dos Arquivos municipais com regulamento.



Legenda: Evolução da percentagem de Arquivos municipais com regulamento. A azul os municípios com plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal e a laranja os municípios sem Arquivo municipal constituído ou sem plataforma digital funcional do mesmo. Dados de 30 de junho de 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

<sup>17</sup> Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de julho - Extingue carreiras e categorias cujos trabalhadores transitam para as carreiras gerais. [Consult. 7 nov. 2022]. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/121-2008-456561>.

Os municípios portugueses têm por obrigação desenvolver e publicar os regulamentos que estão por base a sua estrutura orgânica, designados de forma genérica como Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais (ROSM). O atual Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais data de outubro de 2009, tendo sofrido ligeiras alterações em 2018<sup>18</sup>. A partir desse momento, as estruturas orgânicas municipais passaram a ter um número limite de unidades, organizando-se em unidades orgânicas nucleares, de primeiro grau, e unidades orgânicas flexíveis, que podem ir do segundo ao quinto grau, conforme a sua posição na estrutura e o tipo de direção por elas responsável.

Como já referimos, existe uma enorme discrepância entre as diversas estruturas orgânicas, com o uso de terminologia semelhante de forma diferenciada de caso para caso. Por exemplo, em algumas estruturas orgânicas as unidades nucleares, diretamente dependentes do executivo, são designadas como departamentos, tendo, subordinadas, divisões. Em outras estruturas orgânicas acontece o contrário, com as unidades nucleares a serem chamadas de divisões, tutelando departamentos. Não existe uma uniformidade nem na estrutura, nem no nome das unidades orgânicas, nem nas competências entre os vários regulamentos municipais. Deste modo, não é, em muitos casos, imediatamente aparente qual a unidade responsável pela gestão documental do município, sendo que existe uma enorme variabilidade entre situações onde, sendo identificado um Arquivo, as designações variam entre geral, central, municipal, corrente, intermédio, histórico, ou algumas destas em paralelo. Em alguns casos, serviço responsável pela gestão do arquivo corrente, do intermédio e do histórico está expresso de forma clara. Em outros, identifica-se um serviço que faz a gestão integrada de toda a documentação municipal. Em outros ainda, apenas se identifica a competência de cada serviço para a gestão do seu arquivo, por exemplo, o arquivo urbanístico, o arquivo financeiro ou o arquivo da correspondência.

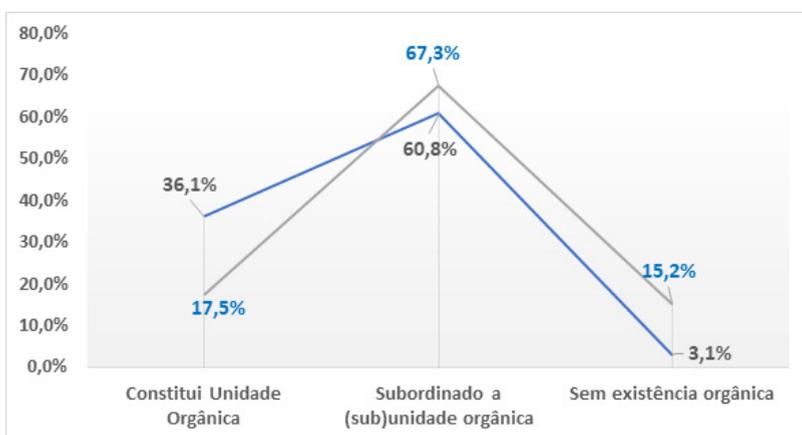
Para se obter uma leitura um pouco mais clara sobre a situação, e para ser possível dela tirar dados quantificáveis, tornou-se necessário ler todos os regulamentos procurando identificar, de forma clara, quais as unidades responsáveis pela gestão do Arquivo. Dessa leitura obtiveram-se três grandes realidades orgânicas (gráfico 4): situações em que o

---

18 DL n.º 305/2009, de 23 de outubro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 86/2009, de 28 de agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais. Lei n.º 71/2018, de 31/12. [Consult. 7 nov. 2022]. Disponível em: [https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1229&tabela=leis&so\\_miolo=](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1229&tabela=leis&so_miolo=)

Arquivo constitui uma unidade orgânica, normalmente uma unidade flexível de 3º grau ou inferior; situações em que a gestão do Arquivo é da competência de uma unidade ou subunidade orgânica; situações onde não há qualquer referência a gestão documental ou Arquivo no regulamento orgânico municipal. Em Portugal, nos seus 308 municípios, apenas em 72 casos o Arquivo se constitui como uma unidade orgânica independente. Na outra ponta do espectro, em 35 casos não há qualquer referência a Arquivo, gestão documental ou gestão da informação, ou mesmo referência a documentos/informação produzidos.

Gráfico 4 – Percentagem dos Arquivos municipais por integração nas respetivas estruturas orgânicas municipais.



Legenda: Situação orgânica dos Arquivos municipais dentro dos respetivos regulamentos orgânicos dos serviços municipais. A azul os municípios com plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal e a laranja os municípios sem Arquivo municipal constituído ou sem plataforma digital funcional do mesmo. Dados de 30 de junho de 2022.

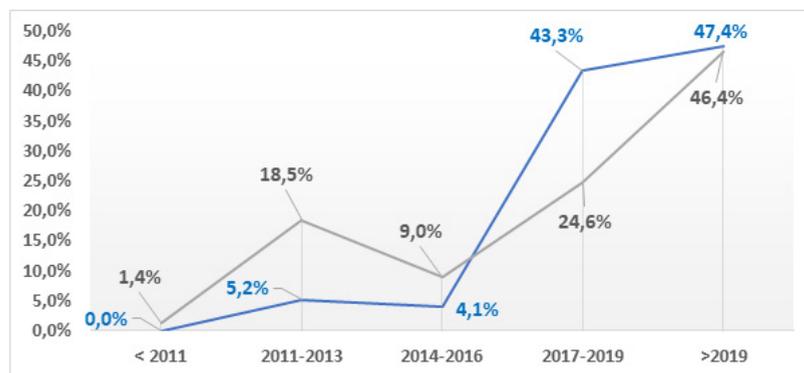
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Em termos percentuais, tanto os municípios do Grupo dos 97 como os restantes apresentam, na sua maioria, uma gestão arquivística ou documental da competência de uma unidade ou subunidade orgânica. Nos primeiros, 36,1% dos regulamentos apresentam o Arquivo como uma unidade orgânica, contra apenas 17,5% dos remanescentes.

Dada a aplicação do Regime da Organização dos Serviços das

Autarquias Locais, de 2009, efetivada, obrigatoriamente, até dezembro de 2010, os regulamentos orgânicos dos 308 municípios portugueses são posteriores a 2009 (gráfico 5). O número de regulamentos orgânicos que datam do período entre 2020 e 2022 é bastante consistente entre Arquivos do Grupo dos 97 e dos restantes, totalizando, respetivamente, 47,4% e 46,4% de cada total. Já no que se refere aos regulamentos anteriores a 2020, podemos constatar uma diferença entre os dois grupos em estudo. Entre os municípios sem abertura ao digital para os seus Arquivos, 28% têm regulamentos orgânicos anteriores a 2017, o que equivale a 59 casos. Quanto ao Grupo dos 97, apenas 9,3% tem regulamento anterior a este ano, 9 casos no total. A este respeito, em conclusão, embora se verifique que a maioria dos regulamentos orgânicos municipais datam dos últimos 6 anos, verificamos que nesta situação se incluem 90,7% dos municípios do Grupo dos 97 contra apenas 71% dos restantes.

Gráfico 5 – Data dos regulamentos orgânicos dos serviços municipais em vigor.



Legenda: Divisão percentual da data dos regulamentos dos serviços municipais em vigor. A azul os municípios com plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal e a laranja os municípios sem Arquivo municipal constituído ou sem plataforma digital funcional do mesmo. Dados de 30 de junho de 2022.

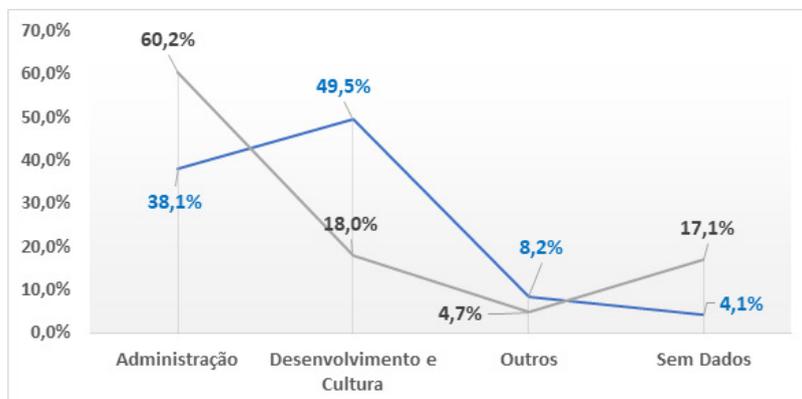
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Durante o processo de leitura e análise dos regulamentos orgânicos municipais, um outro indicador que nos pareceu importante reunir foi a área geral da unidade orgânica nuclear com competência

sobre os Arquivos e/ou a gestão documental. Embora exista alguma variação terminológica entre as designações dadas às diversas unidades, tem cabimento enquadrá-las em 11 áreas genéricas principais: administrativa e financeira; administração geral; desenvolvimento sociocultural; património e cultura; educação e cultura; cultura e turismo; modernização administrativa; presidência; gestão de qualidade; atendimento ao munícipe; unidades de apoio interno transversal. Para o âmbito deste artigo, agrupamos as 11 áreas supramencionadas em duas grandes áreas, reunindo num terceiro grupo os casos que não nos pareceram passíveis de serem incluídos nos anteriores. Assim, um primeiro grupo, que denominamos de administração, inclui a administração geral e as áreas administrativa e financeira totalizando 164 casos. O segundo grupo, que denominamos de desenvolvimento e cultura, inclui as áreas de desenvolvimento sociocultural, educação, cultura, património e turismo num total de 86 casos. Do terceiro grupo constam as áreas de modernização administrativa, gestão de qualidade, atendimento ao munícipe, as unidades de apoio interno transversal e as dependentes diretamente da presidência com um total de apenas 18 casos. Remanescem 40 casos onde não é possível identificar a área tutelar por falta de dados.

Apesar da área de administração congregar mais de metade dos municípios (51.9%), a análise comparada entre os serviços de arquivo do Grupo dos 97 e os restantes, mostra a existência de diferenças estatísticas relevantes (gráfico 6).

Gráfico 6 – Arquivos municipais por área geral de tutela da administração local.



Legenda: Divisão percentual dos Arquivos municipais por área geral de tutela dentro da estrutura orgânica do respetivo município. A azul os municípios com plataforma digital funcional do seu Arquivo municipal e a laranja os municípios sem Arquivo municipal constituído ou sem plataforma digital funcional do mesmo. Dados de 30 de junho de 2022.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Na área de administração, 60,2% dos arquivos sem abertura ao digital para os seus Arquivos estão nesta dependência contra apenas 38,5% dos municípios do Grupo dos 97. Na área de desenvolvimento e cultura, pelo contrário, encontramos a maioria dos Arquivos do Grupo dos 97 (49,5%) e apenas 18% dos restantes. Os municípios que reunimos no terceiro grupo representam valores relativamente baixos, 8 municípios do Grupo dos 97, 5 dos quais subordinados a unidades de modernização administrativa, e 9 dos restantes.

## 6 ALGUMAS CONCLUSÕES RETIRADAS

A falta de um plano comum de organização dos Arquivos municipais, aliada à sua tendência custodial de isolamento<sup>19</sup>, põe em risco a acessibilidade pelo utilizador, um dos princípios base do Plano de Ação para a Transição Digital 2021-2027 do governo português. Mesmo no que se refere a municípios com uma plataforma digital operacional para os seus Arquivos, as diferenças a nível de *software*, terminologia, tipo de informação disponibilizada nas descrições arquivis-

<sup>19</sup> Ribeiro (2010).

ticas e diferentes estruturas de organização de informação, contribuem para as dificuldades no acesso à informação pelos utilizadores. Estas diferenças, quando consideradas de forma global, ou sistémica, impedem uma recuperação mais abrangente da informação e a congregação de Arquivos municipais em portais agregadores.

A partir da análise que conduzimos, aqui explanada, e no que se refere aos municípios portugueses e aos seus Arquivos, podemos identificar um padrão estatisticamente relevante. Os municípios que hoje compõem o Grupo dos 97 apresentam uma maior sensibilidade para a importância da gestão e tratamento dos seus acervos, bem como para a sua divulgação. A existência de plataformas que permitem a mediação infocomunicacional demonstra isso mesmo. Adicionalmente, este grupo demonstra ter uma maior disponibilidade para a valorização e disseminação do seu património arquivístico, uma vez que a grande maioria das plataformas contém documentação com valor histórico. Assim se explica, também, que, neste grupo, sejam unidades orgânicas da área de desenvolvimento sociocultural que têm competências sobre a gestão da documentação apresentada na respetiva plataforma.

Procuramos demonstrar que, num grande número de casos, a abertura dos municípios ao investimento nos seus Arquivos, e à sua divulgação a nível digital, vem já dos finais da década de 1990 com as candidaturas apresentadas ao PARAM. Já na década de 2000, terá sido por consequência deste programa que, percentualmente, estes municípios se tenham mostrado mais disponíveis à criação de regulamentos dos seus Arquivos, mas, também em mantê-los atualizados. Por outro lado, os municípios do Grupo dos 97 apresentam, em média, regulamentos orgânicos mais atuais, com mais de 90% dos mesmos a datarem de 2017 em diante. É, também, nos regulamentos destes municípios onde o serviço de arquivo é incluído como uma unidade ou subunidade orgânica independente em maior número.

Em todas as variáveis que apresentamos, desde a adesão ao PARAM até ao grau de atualização dos regulamentos orgânicos municipais, não existe uma correlação dos municípios do Grupo dos 97 com os municípios dos grandes centros urbanos e outras regiões mais populosas. Vários municípios que disponibilizam este tipo de plataforma são, inclusivamente, municípios de baixa densidade. Os motivos para a divulgação digital do património arquivístico municipal em contexto digital devem ser, portanto, analisados caso a caso. Porém, como demonstramos, na maioria dos casos do Grupo dos 97 a abertura mostrada pelos municípios para tornar os seus Arquivos aces-

síveis ao público não se resume aos últimos anos quando as noções de transição digital e importância do utilizador se têm vulgarizado. Esta opção resulta de decisões políticas tomadas, pelo menos, nos últimos 25 anos. A existência de unidades nucleares de primeiro grau nas áreas da educação, cultura e património nestes municípios reforçam a ideia de uma estratégia concertada para a promoção do património municipal, e a importância dada à sua acessibilidade por parte do público em geral.

## AGRADECIMENTOS

A investigação que deu origem a este artigo conta com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da bolsa de investigação para doutoramento com a referência SFRH/BD/07407/2020 com fundos do Orçamento de Estado atribuídos pelo MCTES/República Portuguesa.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marta. O cidadão e as plataformas digitais: a modernização administrativa à luz do paradigma informacional. **Prisma.com**. v. 22, p. 21-42, 2014. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1909>.

CENTENICO, Alexandre. **Os Profissionais da Informação nos Arquivos Municipais do Sul de Portugal**. 2021. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/50545/1/ulflaijcentenico\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/50545/1/ulflaijcentenico_tm.pdf).

FILIPPE, Ana. **Os Gestores de Informação nos Arquivos Municipais entre o rio Mondego e a Área Metropolitana de Lisboa**. 2021. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/49795>.

FREITAS, Cristina; MARINHO, Vítor. Arquivos Municipais: nótulas ao 6º inquérito nacional. **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS**, 13. Cascais: Associação Portuguesa de

Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040/1785>.

HENRIQUES, Cecília. **PARAM, Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais: Relatório de Avaliação**. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos. 2008. Disponível em: [http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param\\_relatorio\\_avaliacao\\_2008.pdf](http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avaliacao_2008.pdf).

LOURENÇO, Alexandra. As estatísticas nacionais sobre bibliotecas e arquivos. **Anais...** CONGRESSO NACIONAL BAD, 13. Fundão: BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2018.

MARANHÃO PEIXOTO, António. Os arquivos municipais na consolidação da democracia portuguesa. **Anais...** JORNADAS OLGA GALLEGU DE ARQUIVOS, 2: Os arquivos da Administración local: Política, planificación e sistemas fronte ao cambio. A Coruña: Fundación Olga Gallego, p. 32-47. 2016. Disponível em: [https://www.fundacionolgallego.gal/upload/recursos/cat\\_2/48/actas\\_xorn\\_olga\\_gallego\\_2016.pdf](https://www.fundacionolgallego.gal/upload/recursos/cat_2/48/actas_xorn_olga_gallego_2016.pdf).

PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando. **E-Infocomunicação: estratégias e aplicações**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Fernanda (2010). Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: estudos**. v. 20, n.1, p. 63-70. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/39370>.

SILVA, Ana Margarida Dias da. **O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/12014>.

SILVA, Ana Margarida Dias da. Arquivos Municipais Portugueses

na Web: realidade virtual? **Páginas a&b**. v. 3, n. 1, p. 72-90, 2014.  
Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/571>.

SILVA, Ana Margarida Dias da; ALVIM, Luísa. Acesso global à informação local: Arquivos Municipais portugueses no Facebook. **Anais... ENCONTRO ARQUIVOS MUNICIPAIS**, 12. 2016. Castelo Branco: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/36908/1/1568-3878-1-PB.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “Ciências Documentais” à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

VENTURA, Isabel. **A representação da informação nas plataformas digitais dos serviços de Arquivo: estudo comparativo e proposta de modelo**. 2019. Porto: Universidade do Porto; Universidade de Aveiro. Tese de Doutoramento. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/122639>.

# DOCUMENTOS DE ARQUIVO E CURADORIA DE EXPOSIÇÕES NOS MUSEUS JUDICIÁRIOS BRASILEIROS

## ARCHIVE DOCUMENTS AND CURATORY EXHIBITIONS IN BRAZILIAN JUDICIAL MUSEUMS

Adelson André Brüggemann<sup>1</sup>



### 1 INTRODUÇÃO

Os museus judiciários brasileiros podem ser caracterizados, de certo modo, como espaços em que se organiza e se difunde a história da Justiça brasileira. A especificidade desses museus reside na responsabilidade que possuem em preservar e difundir a história institucional do Poder Judiciário brasileiro. Esses museus, nos últimos anos, passaram a promover contatos com um público mais amplo, criando espaços expositivos em que os documentos de arquivo, especialmente os processos judiciais, se destacam. Com isso, os museus judiciários tornaram-se relevantes no conjunto de museus brasileiros e, diante de novas regulamentações, passaram a desenvolver, cada vez mais, importante função na difusão dos acervos documentais custodiados pelo Poder Judiciário brasileiro.

O Museu do Judiciário Catarinense, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim como outros museus, em suas exposições, lançou mão do uso de documentos de arquivo ao abordar temas relevantes para a história do Brasil. Neste trabalho serão apresentadas experiências e possibilidades de uso de documentos de arquivo em exposições históricas, enfatizando a relação entre os museus e os arquivos judiciários, com destaque para uma recente exposição realizada no Estado de Santa Catarina, na qual o Arquivo Central do Tribunal de Justiça daquele Estado e seus acervos documentais foram apresentados ao público no Museu do Judiciário Catarinense.

---

<sup>1</sup> Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6645-9947>.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que, a preservação e a constituição de memórias institucionais encontram-se intimamente relacionadas a conjuntos de documentos administrativos e ou judiciais referentes à trajetória e atuação dos mais diversos órgãos estatais ou privados. Esses documentos, muitas vezes, transcendem suas finalidades de criação, transformando-se em testemunhos e fontes para a pesquisa histórica (Bellotto, 2006).

No Brasil, o uso de documentos de arquivo em exposições realizadas em museus judiciários chama a atenção. Isso faz refletir sobre as possibilidades de, ao problematizá-los, como esses documentos podem, de fato, promover a produção do conhecimento histórico em espaços museológicos. Escolhas realizadas durante a curadoria de exposições podem sugerir caminhos a serem seguidos.

Mas, afinal, o que são museus judiciários? De maneira sucinta, os museus judiciários são espaços de memória vinculados ao Poder Judiciário brasileiro e cumprem importante função na preservação da memória institucional e difusão da história da Justiça no Brasil. Aliás, esses espaços devem estimular seus públicos a realizarem novas leituras acerca da história do Poder Judiciário brasileiro e o seu funcionamento.

Para se ter uma ideia da importância desse setor, em 2019, havia no Poder Judiciário, em todo o território brasileiro, 72 (setenta e duas) unidades de memória (museu, memorial ou centro de memória), conforme diagnóstico realizado pela Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>2</sup>. A maior parte dessas unidades foi instalada a partir dos anos 1990. Contudo, bem antes de outras iniciativas nesse campo, o Museu do Judiciário do Pará, criado em 1971, e o Museu da Justiça do Estado do Paraná, criado em 1974, servem de referência para outros espaços de memória da Justiça brasileira. Neste cenário, vale destacar, mais recentemente, a criação do Museu do Judiciário do Estado do Amazonas. Por meio de portaria assinada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, no mês de julho de 2021, o antigo Palácio da Justiça Clóvis Bevilácqua, construído em 1894 e completamente restaurado em 2001, foi transformado em Museu do Judiciário do Estado do Amazonas. Esse novo espaço de memória na cidade de Manaus torna possível aos visitantes conhecerem detalhes arquitetônicos do edifício, o mobiliário do Palácio de Justiça, a sala do Tribunal do Júri,

---

<sup>2</sup> O objetivo desse levantamento foi o de conhecer a realidade dos museus judiciários ou espaços análogos mantidos pelos órgãos do Poder Judiciário em todo o país.

a sala do Tribunal Pleno, bem como visitarem exposição permanente e exposições temporárias.

As estruturas internas e o funcionamento da Justiça brasileira são considerados, ainda, distantes da sociedade. A criação dos museus judiciários e o acesso aos documentos de arquivo custodiados pelo Poder Judiciário brasileiro podem transformar essa relação. Para Alexandre Veiga, o trabalho desenvolvido pelos membros do Judiciário “mostrou-se ainda mais importante como fonte de informação sobre nossa sociedade, somando-se a todos os elementos já identificáveis nos documentos de um processo judicial” (Veiga, 2012, p. 694).

A propósito, nas últimas décadas, os museus judiciários, em suas exposições, revelaram a existência de importantes acervos documentais sob custódia do Poder Judiciário brasileiro. De acordo com Marcelo J. dos Santos, o Poder Judiciário possui,

a incumbência de resolver os conflitos da sociedade, fundamentado no Direito e nas provas materiais. O resultado de toda atividade jurisdicional se resume a um só produto: o processo judicial. Todavia, ao longo do trâmite, esses processos vão se tornando densos, atingindo um grande volume (Santos, 2006, p. 161).

Neste sentido, conforme argumentou Alexandre Veiga, é por meio dos documentos juntados aos autos que

centenas de histórias de vida são identificáveis e fenômenos sociais podem ser melhor investigados, o que transforma tais registros em peças de valor insubstituível para a produção do conhecimento em áreas como a História, o Direito, a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia, entre outros campos do saber (Veiga, 2012, p. 694).

Além disso, os documentos judiciais

são documentos de expressivo interesse histórico e social, pois relatam episódios significativos da trajetória de nossas sociedades, não apenas daqueles personagens que sempre estiveram em cena, mas principalmente dos

que até há pouco eram menosprezados como objeto de pesquisa (Veiga, 2012, p. 702-703).

É possível afirmar, seguindo esse mesmo autor, que os documentos judiciais, em tempos mais recentes, tornaram-se mais acessíveis aos pesquisadores e refletem mudanças no Poder Judiciário<sup>3</sup>. No Brasil, a Justiça transformou-se bastante desde o fim da Ditadura Militar, especialmente em virtude do seu protagonismo como poder de Estado (Veiga, 2012, p. 703).

São indicadores de mudança nesse cenário a criação do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), em dezembro de 2008, o 1º e 2º Seminários Nacionais de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário, realizados nos anos de 2012 e 2013, no Rio de Janeiro, as quatro edições do Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, nos anos 2001, 2012, 2013 e 2015, o Congresso História da Justiça e Museus Judiciários, no ano de 2019, em Florianópolis, a construção de redes nacionais de memória do Judiciário, tais como o Memojutra (Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho), criado em 2006, a Reme (Rede de Memória Eleitoral), criada em 2014, e a Memojus Brasil, constituída em setembro de 2019, as diretrizes e normas estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 37/2011, Resolução CNJ n. 316, de 22 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), Resolução CNJ n. 324, de 30 de junho de 2020 (BRASIL, 2020b), e o Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário (art. 5º, incisos VIII e IX, da Resolução CNJ n. 324/2020), instituído pela Portaria CNJ n. 295, de 17 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2021).

Em relação à Resolução CNJ n. 316, de 22 de abril de 2020, que instituiu o 10 de maio como Dia da Memória do Poder Judiciário, Carlos A. Böttcher e Ingrid S. Sliwka asseveram que:

a criação de data específica apresenta três objetivos: contribuir para a consolidação da identidade do Poder Judiciário perante a sociedade; dar maior visibilidade à Memória da Justiça brasileira e à importância de resgate, preservação, valorização e divulgação do seu Patrimônio histórico; reforçar a noção de pertencimento de juízes e servidores à instituição (Böttcher; Sliwka, 2020, p. 24).

---

<sup>3</sup> Sobre o conceito de documento, ver os trabalhos de Le Goff (1996) e Ginzburg (1989).

Esta data, portanto, pode ser considerada uma espécie de monumento à memória da Justiça. Em sua base, um evento que remete ao ano de 1808, quando o príncipe regente D. João, por meio de um alvará régio, transformou o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil. Esse documento representou, de fato, a independência judiciária do país em relação a Portugal, porque a partir daquele momento os agravos ordinários e apelações não seriam mais encaminhados para julgamento em Lisboa.

Quanto à Resolução CNJ n. 324, de 30 de junho de 2020, essa trouxe avanços importantes para o campo da gestão documental e da memória no Poder Judiciário. Para Carlos A. Böttcher e Ingrid S. Sliwka (2020, p. 25) a Resolução contempla importantes avanços legislativos e aprofundamento de questões relacionadas à gestão documental, com ênfase nos documentos digitais. Além disso, de acordo com esses autores, “pela primeira vez, a Gestão da Memória veio a ser disciplinada, de forma ordenada, por diretrizes e regras” (Böttcher; Sliwka, 2020, p. 25). Ademais, para esses autores,

No âmbito do Poder Judiciário, esses bens, materiais e imateriais, móveis ou imóveis, presentes em arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, centros culturais contemplam fatos marcantes de sua história e da sociedade brasileira ao longo do tempo, pois a Justiça acompanha as transformações políticas, sociais, científicas, econômicas, tecnológicas e culturais do país (Böttcher; Sliwka, 2020, p. 31).

Para tornar possíveis as ações previstas nessas resoluções, em 2021 foi publicado, por meio da Portaria CNJ n. 295, de 17 de dezembro de 2020, o Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário (art. 5º, incisos VIII e IX, da Resolução CNJ n. 324/2020). Trata-se, na verdade, de relevante trabalho realizado por profissionais que atuam nesse campo, cujo conteúdo deverá servir como base para a realização de atividades em arquivos, bibliotecas e museus judiciários em todo o país, e consolidar os trabalhos voltados para a construção e preservação da memória institucional do Poder Judiciário.

A memória institucional, muitas vezes, recupera e atualiza valores e princípios organizacionais. Contudo, nas primeiras décadas do século XXI, o Poder Judiciário brasileiro, ao lidar com esse tema, se

depara com desafios mais amplos e que devem ultrapassar os limites conhecidos dessa instituição. De acordo com o Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário,

A Memória institucional compreende o conjunto de atividades que busca conservar a história das instituições e refletir os processos vivenciados por elas. Nesse sentido, destacam-se as operações que incluem a preservação, a pesquisa e o uso de documentos produzidos pela instituição. Por um lado, essas operações representam as atividades realizadas em determinado órgão e, por outro, refletem a época na qual foram praticadas e o espaço ocupado pela instituição na sociedade em diferentes períodos históricos (BRASIL, 2021, p. 87).

Ou seja, o conteúdo do manual sugere a necessidade de se preservar a memória institucional como parte significativa da própria memória da sociedade brasileira. E essa memória encontra-se custodiada, especialmente, pelos arquivos, bibliotecas e museus, os quais se configuram como espaços propícios para a construção, organização e manutenção das memórias institucionais. Esses setores, cuja missão comum é a “de tornar acessível a informação contida nos respectivos acervos”, podem ser entendidos “como centros de difusão do saber, como espaços culturais de formação ou ainda como núcleos de coleta, preservação e transmissão de nosso patrimônio cultural” (Camargo; Goulart, 2015, p. 19). Esses são, nos dias de hoje, reconhecidos como espaços de memória e mantenedores de importantes bens culturais da sociedade brasileira, bem como porta de acesso para que os brasileiros compreendam melhor a trajetória da Justiça no Brasil e conheçam seus direitos e deveres como cidadãos.

Neste sentido, a curadoria de exposições históricas nos museus judiciários, bem como o uso de documentos de arquivo nesses espaços, merece atenção. Sabe-se que a curadoria contempla a criação de métodos e formas de apresentar um determinado grupo de obras, de objetos e de documentos com o objetivo de facilitar a compreensão do espectador, por exemplo, a respeito de um tema, um acontecimento, um personagem, um grupo social etc.

Portanto, para compreender melhor o uso de documentos de arquivo nas atividades de curadoria de exposições nos museus judiciá-

rios brasileiros, e a construção de conhecimento histórico nesses espaços, serão apresentadas quatro exposições realizadas pelo Museu do Judiciário Catarinense, no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 2016 e 2022. Dessas, três foram montadas no espaço expositivo daquele Museu, em Florianópolis, e uma no interior do Estado, no município de Curitiba. Em comum, todas as exposições tiveram o documento de arquivo como peça norteadora das atividades de curadoria.

A primeira exposição, “A máquina, a terra, a luta: 100 anos do fim da Guerra do Contestado”, realizada no Museu do Judiciário Catarinense, permaneceu aberta ao público entre dezembro de 2016 e setembro de 2017. Nesta exposição, a Guerra do Contestado, um dos episódios mais violentos da história catarinense, foi rememorada. A montagem iniciou-se no segundo semestre de 2016, ano do centenário do fim da guerra, e envolveu o apoio de outras cinco instituições de Santa Catarina<sup>4</sup>.

O patrimônio arquivístico do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina conserva partes importantes da história do Estado de Santa Catarina. Um exemplo disso são os processos judiciais do início do século XX que retratam parte dos acontecimentos que dizem respeito ao grande conflito armado conhecido na historiografia brasileira como Guerra do Contestado.

O objetivo dessa exposição era construir, especialmente no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, um espaço para o conhecimento desse grande conflito, bem como para a reflexão sobre fatores sociais e geográficos que envolvem a história do Estado de Santa Catarina. Não podemos esquecer que, após debelada a revolta pela força das armas, a atuação do Poder Judiciário catarinense na solução e pacificação dos conflitos interpessoais que se sucederam na região foi determinante para o reestabelecimento da ordem e a extirpação definitiva de novos focos de rebelião.

A exposição foi composta por reproduções de partes de processos judiciais referentes a esse conflito. Essas reproduções foram acompanhadas por fotografias que ilustraram os acontecimentos e aproximaram os visitantes de parte importante da história brasileira. Outro aspecto inovador da amostra foi a incorporação à exposição de peças de época que se encontravam sob a tutela de outros museus e instituições sediadas no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de integrar o acervo e proporcionar uma visão tridimensional e contundente da realidade daquele conflito e do cotidiano do período, exibin-

---

4 Museu de Armas Major Lara Ribas (Florianópolis), Centro de Memória de Campos Novos, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, 14ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro, Museu do Jagunço (Fraiburgo) e Museu do Contestado (Caçador).

do, além de processos judiciais e fotografias, armas e outros objetos.

Cumpra destacar que essa exposição foi a primeira sobre a Guerra do Contestado em que teve sua narrativa pautada em processos judiciais julgados pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Além disso, essa exposição tornou-se, no Poder Judiciário catarinense, um marco inaugural para uma nova modalidade de exposições museográficas no Museu do Poder Judiciário Catarinense, qual seja: exposições temáticas<sup>5</sup>.

**Figura 1** – Composição de fotografias e reprodução de documentos de arquivo.



Fonte: Autor (2016).

**Figura 2** – vista geral da exposição.



Fonte: Autor (2016).

<sup>5</sup> Sem deixar de utilizar como base o acervo sob a guarda do Poder Judiciário.

A segunda exposição, “Águas revoltas: a Justiça catarinense e a Revolução Federalista”, foi realizada no Museu do Judiciário Catarinense entre outubro de 2018 e março de 2020. A Revolução Federalista é considerada uma das principais lutas armadas no sul do Brasil. Pouco tempo depois de proclamada a República, em 1889, eclodiram, no Rio Grande do Sul, os primeiros embates entre federalistas e republicanos. Os federalistas defendiam o sistema parlamentarista e não aceitavam a Constituição de 1891 (que criou os tribunais de justiça estaduais). Os republicanos, por sua vez, representados pelo poder instaurado na capital brasileira e pela figura de Floriano Peixoto, defenderam a Constituição de 1891 e uma visão positivista do Estado.

Da fronteira do Uruguai, entre os anos de 1893 e 1895, os combates se espalharam pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mesmo que ao fim dos conflitos os Federalistas tenham perdido a batalha, e os Republicanos tenham se consolidado no poder, muitas foram as mudanças que decorreram desse grande conflito armado.

O Estado de Santa Catarina, por exemplo, durante a Revolução Federalista, foi palco de importantes embates, de muitas mortes, de várias prisões e de mudanças na estrutura administrativa do Estado. Dentre estas, destacam-se as transformações pelas quais passou o recém-criado Tribunal de Justiça. Após o conflito, mudou-se o nome da capital do Estado, de Desterro para Florianópolis, em homenagem ao ex-presidente da República Floriano Peixoto.

Alguns processos sugerem que o Judiciário catarinense se tornou, na verdade, mais um campo de batalhas dos federalistas, especialmente no período em que foi instalado em Desterro o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, entre 14 de outubro de 1893 e 16 de abril de 1894. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina conserva em seu acervo diversos processos judiciais daquele período, os quais se constituem em importantes fontes de pesquisa que permitem, ainda hoje, conhecer novas faces daquele conflito. Um conjunto expressivo de documentos descreve assaltos a navios, embates e perseguições em águas catarinenses. Apesar da importância dessas fontes, elas naturalmente não registram a tragédia perpetrada na Fortaleza de Santa Cruz, localizada na Ilha de Anhatomirim, a mando de Moreira César, delegado do governo federal que protagonizou uma violenta represália aos adeptos do movimento revolucionário. As execuções foram sumárias e não seguiram os ritos legais.

Em face da importância que essa revolução possui na história

catarinense, e notadamente na história do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, e devido ao rico acervo documental do período que remanesce sob a guarda desta instituição, o Museu do Judiciário Catarinense ofereceu aos seus visitantes conteúdos que refletiam esse período histórico e auxiliavam a compreender melhor as transformações pelas quais a sociedade brasileira e, em particular, a catarinense passaram nos primeiros anos do período republicano.

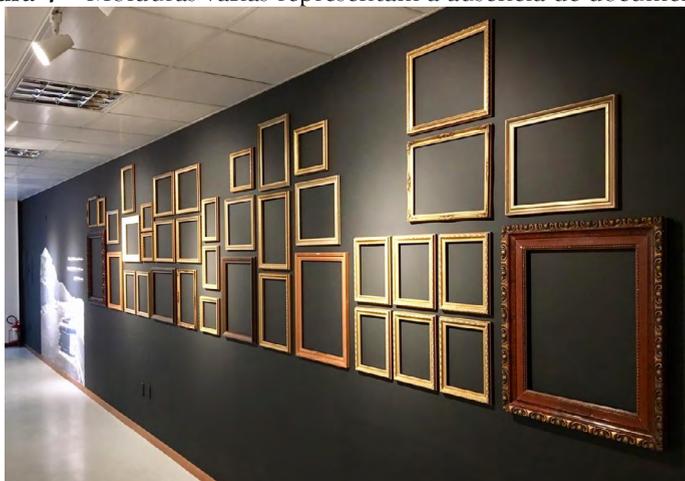
Ao longo do ano de 2019, foram produzidos artigos nos quais foram analisados documentos expostos no museu. Esses conteúdos foram publicados no site do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Esses artigos também serviram para as primeiras oficinas realizadas para a comunidade acadêmica. Foram realizadas seis oficinas voltadas exclusivamente para alunos e professores dos cursos de História, Arquivologia e Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Estado de Santa Catarina. Nessas oficinas desenvolveram-se atividades relativas à análise e interpretação de documentos, descrição e conservação de objetos museais e documentação de guarda permanente.

**Figura 3** – Documentos de arquivo expostos em sua integralidade.



Fonte: Autor (2018).

**Figura 4** – Molduras vazias representam a ausência de documentos.



Fonte: Autor (2018).

A terceira exposição foi realizada no município de Curitiba entre os meses de setembro e outubro de 2019. A exposição “Nas ruínas de Curitiba: vestígios de uma invasão durante a Guerra do Contestado”, surgiu, na verdade, por conta dos trabalhos de conservação dos documentos judiciais daquela comarca catarinense.

A invasão da cidade de Curitiba, em 26 de setembro de 1914, durante a Guerra do Contestado, permanece à sombra de outros acontecimentos que caracterizam o maior conflito armado ocorrido no Brasil. No tecido urbano da cidade não restaram indícios daquela invasão. Não há prédios destruídos ou partes de edificações que tenham permanecido na paisagem urbana. Na historiografia existem breves menções sobre o que ocorreu ali. Apesar disso, o evento, para a cidade de Curitiba, ganhou proporções que definem a sua história antes e depois da invasão.

Nos documentos preservados pelo Poder Judiciário catarinense, chama a atenção uma série de processos judiciais cobertos de lama, esterco de cavalo e furos de espada. Em alguns casos, a leitura do conteúdo escrito tornou-se praticamente impossível. Aos poucos, esses documentos passaram a se assemelhar, comparados com outros processos judiciais, a objetos arqueológicos que contavam sobre um determinado evento ocorrido no passado: o ataque à cidade de Curitiba.

Em meio a fortes chuvas, mais de uma dezena de edificações

desse município foi incendiada. Os documentos judiciais conservados no edifício que abrigava o cartório foram alvo daquele ataque. Muitos processos foram atirados para fora do prédio e permaneceram no meio da rua, sob a chuva e na lama, onde foram pisoteados por cavalos que a atravessavam em disparada.

Tais documentos judiciais, no século XXI, ganham características e funções semelhantes a pinturas, fotografias, móveis e edificações selecionados por sua relevância para a história das sociedades. A análise desses documentos coloca em primeiro plano a forma, as condições de conservação e as marcas contidas nas suas folhas. O conteúdo escrito, quase sempre tão importante para os historiadores, tornou-se pouco significativo nessa situação. As amassaduras, a lama, as marcas de pata de cavalo, os furos de espada, isso, sim, conta muito sobre aquele longínquo dia chuvoso em que Curitiba foi incendiada.

Os documentos tornaram-se, na verdade, ruínas que persistem à passagem do tempo. São ruínas em virtude da sua materialidade e porque se configuram como resíduos que tornam possível vislumbrar a relação do homem com o passado. E, nesse caso, trazem à luz, com o impacto próprio das ruínas, os acontecimentos que se referem àquela invasão. Embora tais documentos não contenham em si informações escritas sobre a Guerra do Contestado, por se tratar de processos judiciais que tramitaram nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, eles registram – não por palavras – esse importante episódio para a história do município de Curitiba e de Santa Catarina. Eles são, de fato, monumentos que transmitem parte do cenário daquele ataque, das lutas de uma parcela da sociedade, da aflição daqueles que observavam, amedrontados, a destruição da cidade – e comprovam a atitude de personagens desconhecidos pela história que, logo após a invasão e em meio ao grande incêndio, apressaram-se em juntar todos aqueles papéis jogados na rua e guardá-los consigo.

Nessa exposição, os processos judiciais, tanto aqueles parcialmente destruídos durante a invasão de Curitiba quanto aqueles decorrentes desse evento, articularam-se com fotografias e mapas das primeiras décadas do século XX, trazendo à luz mulheres e homens que viviam na região há 105 anos. Naquela época, durante o ano de 1914, o movimento rebelde no Contestado ampliava os seus territórios. Quando a vila de Curitiba foi invadida em 26 de setembro de 1914, alguns jornais propagaram notícias alarmantes a respeito desse evento. Em Florianópolis, por exemplo, afirmou-se a ocorrência de várias mortes e grandes destruições naquela vila.

Contudo, os processos judiciais que tratam da invasão não confirmam essas notícias. De acordo com os depoimentos presentes nos processos (que na maior parte das vezes eram de mulheres, porque os homens da vila de Curitibaanos tinham fugido antes da invasão), as famílias que permaneceram na vila não sofreram agressões, somente prédios públicos e propriedades do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque foram incendiados.

De todos os prédios públicos da vila, a casa onde funcionava o cartório foi poupada da destruição. O proprietário da casa, o rebelde Francisco Paes de Farias, conhecido por Chico Ventura, pretendia incendiá-la. Porém, a esposa do titular do cartório lutou contra essa iniciativa e realizou um acordo com ele: ela jogaria todos os documentos na rua e ele queimaria aqueles que o interessavam.

Parte dos processos que compuseram esta exposição estavam naquele cartório. Foram arremessados na lama e permaneceram na rua por algum tempo. Por isso, os seus aspectos físicos alteraram-se definitivamente. São essas alterações, enfim, que nos permitem uma aproximação daqueles eventos e provocam novos questionamentos sobre a história do município de Curitibaanos e da Guerra do Contestado.

**Figura 5** – A história dos documentos de arquivo e a história dos lugares



Fonte: Autor (2019).

A última exposição, “Um palácio de memórias: 130 anos do

TJSC e os registros históricos preservados pelo Poder Judiciário catarinense”, foi realizada no Museu do Judiciário Catarinense entre outubro de 2021 e abril de 2022. Nos últimos anos, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina realizou importantes investimentos para conservar seus acervos documentais. A adequação de um grande edifício localizado no município de Palhoça, que outrora abrigava uma fábrica de cosméticos, e a transformação desse espaço em um Arquivo Central do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina confirma isso. Inaugurado em dezembro de 2017, o Arquivo Central representa, em 2021 – ano em que o Tribunal de Justiça completou 130 anos de existência –, um importante espaço de memória de toda a sociedade catarinense.

Com o objetivo de recompor partes da trajetória desta importante instituição de Justiça no Estado, destacando-se uma de suas funções pouco conhecidas pela sociedade, a de guardiã de considerável parcela da memória social dos catarinenses, nessa exposição foram apresentadas diversas tipologias documentais sob custódia do Arquivo Central.

O Arquivo Central do Poder Judiciário catarinense, com seus quase 10 milhões de processos judiciais, preserva documentos manuscritos, fotografias, mapas, publicações, objetos, plantas de edifícios etc. É necessário esclarecer que, não obstante a documentação administrativa preservada neste espaço, o acervo documental do Poder Judiciário é composto, grosso modo, por documentos que retratam conflitos e disputas de todas as grandezas. A solução de desentendimentos, conflitos e injustiças formam a maior parte de todo esse acervo documental.

Desse modo, por ser um marco importante na história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o edifício do Arquivo Central, com pouco mais de 8 mil metros quadrados, ganhou destaque no espaço expositivo do Museu do Judiciário Catarinense, sendo apresentado ao público como um palácio de memórias. Este espaço se tornou, portanto, um ponto de partida, de permanência e de chegada desta exposição. Mas por que chamá-lo de palácio? De acordo com o historiador britânico Tony Judt, pensadores e viajantes do início da modernidade utilizavam recursos mnemônicos para guardar e lembrar de detalhes e descrições, assim como fez Jonathan Spence em sua obra *The Memory of Matteo Ricci*, que trata do relato de um viajante italiano à China medieval. Para Judt “esses pretensos memorialistas não construíram apenas hospedarias e residências onde pudessem guardar seu conhecimento: ergueram palácios” (Judt, 2012, p. 16). Mais recentemente, nos Estados Unidos da América, Nate DiMeo reconstruiu narrativas histó-

ricas por meio de *podcasts* sob o título *The Memory Palace* (Dimeo, 2017).

E é neste sentido, de um lugar que guarda memórias que esperam ser narradas, que o Arquivo foi transformado em um palácio de memórias: um local onde são preservadas milhares de histórias e de registros acerca de muitos acontecimentos. Ou seja, a exposição convidou os visitantes a um exercício de reflexão sobre como o Arquivo Central do Poder Judiciário de Santa Catarina transformou-se, nos últimos anos, em um grande palácio de memórias para toda a sociedade catarinense. Além disso, o visitante também teve a oportunidade de conhecer a história do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e como ela é preservada.

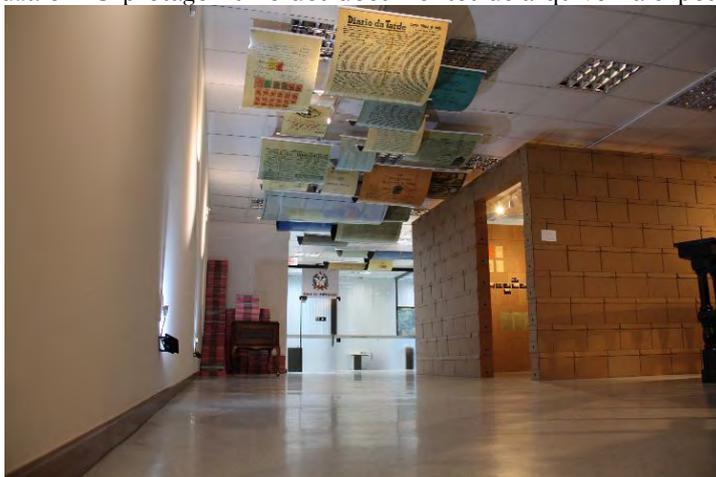
Em outras palavras, a exposição foi uma apresentação do Arquivo Central e de seus acervos documentais. Os documentos expostos, além de demonstrarem as várias tipologias documentais preservadas pelo Arquivo, reforçaram a temporalidade do Tribunal de Justiça e seus 130 anos.

No ano de 2021, em plena pandemia da Covid-19, a comemoração dos 130 anos de criação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina fez refletir, mais uma vez, entre outras coisas, a respeito da importância do Poder Judiciário para a sociedade catarinense. E uma de suas funções, pouco visível para a maior parte da sociedade, é a de resguardar em seus arquivos parcelas significativas de documentos que se transformam, no decorrer do tempo, em importante patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina. Esses documentos, além de se tornarem fonte para pesquisas históricas, são alicerces que permitem que comecemos a criação do Tribunal de Justiça.

Esta exposição contou com três módulos: uma nuvem de memórias; um cômodo de um palácio; e, por fim, uma seleção de memórias, instalação que remetia o visitante à necessidade de selecionarmos memórias. A nuvem de memórias, confeccionada com várias tipologias documentais, foi montada como marquise, que protegia o visitante de possíveis esquecimentos. Além disso, esse módulo também serviu de caminho aéreo e guiou os visitantes pela exposição. O cômodo de um palácio, construído com caixas-arquivo, erguia-se imponente no centro da exposição. No seu interior, havia cópias de documentos preservados no Arquivo. Jornais, fotografias, publicações, partes de processos judiciais, plantas de edifícios e croquis cobriam suas paredes internas. Diferentemente da nuvem de memórias, que pretendia fazer lembrar e evitar o esquecimento, a seleção de memórias revela os mecanismos de seleção, análise e apagamento de memórias. A matéria-prima desse módulo foram documentos judiciais que passaram por processo de análise e, conforme critérios rigorosos, foram eliminados

após a publicação de editais específicos para esse fim.

**Figura 6** – O protagonismo dos documentos de arquivo na exposição



Fonte: Autor (2021).

**Figura 7** – Documentos de arquivo na exposição.



Fonte: Autor (2021).

**Figura 8** – Diferentes tipologias documentais utilizadas na exposição



Fonte: Autor (2021).

**Figura 9** – Documentos selecionados para eliminação e utilizados na exposição.



Fonte: Autor (2021).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, nas quatro exposições apresentadas, os documentos de arquivo foram empregados com diferentes finalidades nas atividades de curadoria. Na primeira exposição, os documentos de arquivo foram reproduzidos e compuseram, com fotografias em preto e branco, extenso painel que percorria todo o Museu do Judiciário Catarinense. Nessa, os documentos de arquivo cumpriram, antes de tudo, função estética. Mesmo assim, foram selecionados em virtude do seu conteúdo, para que chamassem a atenção dos visitantes sobre os meios utilizados na construção do conhecimento histórico sobre a Guerra do Contestado. Por esse motivo, os documentos de arquivo, nessa exposição, compartilharam o espaço expositivo com fotografias e objetos (principalmente armas utilizadas em combates) pertencentes a acervos de outros museus.

Ao abordar a Revolução Federalista, o Museu do Judiciário Catarinense selecionou processos judiciais referentes ao tema e os apresentou, em sua integralidade, em vitrines de vidro. Nessa exposição, a curadoria deu ênfase às lacunas documentais, em contraste com a existência de documentos de arquivo, na constituição de narrativas históricas. A ausência de documentos judiciais a respeito de centenas de execuções realizadas na Capital do Estado de Santa Catarina em fins do século XIX foi enaltecida, provocando importantes reflexões sobre os poderes exercidos pelo estado naquele período.

Se nas demais exposições o tema escolhido orientou a pesquisa e seleção de documentos de arquivo nas atividades de curadoria, na exposição realizada em Curitiba foram os documentos de arquivo que incitaram a realização dessa exposição. A realização dessa mostra sinaliza que os documentos de arquivo, e suas características físicas, orientaram a montagem da exposição. Nesse caso, os documentos foram considerados como objetos que revelavam pistas sobre acontecimentos no passado. O conteúdo escrito não importava mais.

Diante dessas experiências, os documentos de arquivo, ao serem problematizados em exposições históricas, ganharam cada vez mais destaque. Por reconhecer sua importância na construção do conhecimento histórico em espaços museológicos, o Museu do Judiciário Catarinense propôs uma nova exposição referente à constituição de seus acervos documentais. Nessa última exposição, os documentos de arquivo foram reproduzidos em diferentes dimensões e ocuparam todo o espaço expositivo. Exemplares de documentos que compõem

o Arquivo Central do Poder Judiciário de Santa Catarina foram utilizados na exposição: mapas, fotografias, publicações, plantas arquitetônicas, correspondências e processos judiciais. A importância desses acervos, sua constituição e mecanismos de acondicionamento e preservação foram evidenciados nessa exposição.

Essas quatro experiências demonstram que os documentos de arquivo em exposições, quando problematizados, são peças importantes na constituição de narrativas e na produção de conhecimento histórico. Sendo assim, é necessário que sejam ultrapassadas as apresentações de documentos de arquivo como curiosidades de um outro tempo. É possível construir mecanismos, na curadoria de exposições, que problematizem os documentos de arquivo, estimulando no público a reflexão acerca da matéria prima dos historiadores e os procedimentos de seleção de documentos para a construção de uma determinada narrativa histórica.

Finalmente, diante dessas experiências, é possível perceber que a problematização dos documentos de arquivo, em diálogo com a museografia, torna possível a produção de conhecimento histórico. Em outras palavras, o uso de documentos em exposições pode ir além da simples visualização de um documento antigo. Os documentos podem ser contextualizados, estabelecendo relações com outras fontes e objetos. Podem cumprir funções estéticas ou serem lidos pelo público. No espaço museológico, podem, enfim, trazer à luz novos conhecimentos e informações importantes sobre a história das sociedades.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BÖTTCHER, C. A.; SLIWKA, I. S. **Gestão Documental e da Memória do Poder Judiciário: o Programa do Conselho Nacional de Justiça**. *Lex Cult Revista do CCJF*, v. 4, n. 2, p. 15-46, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n2p15-46>.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 316, de 22 de abril de 2020**. Dispõe sobre o Dia da Memória do Poder Judiciário e dá outras providências. 2020a. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original205237202004295ea9e91534551.pdf>.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n. 324, de 30 de junho 2020** Dispõe sobre as diretrizes e normas de gestão de memória e de gestão documental e dispõe sobre o programa nacional de gestão documental e memória do poder judiciário (Proname). 2020b. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf>.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário**. 2021. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual\\_de\\_Gestao\\_de\\_Memoria.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf).

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

DIMEO, N. **O palácio da memória**. Tradução: Caetano W. Galindo. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2017.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JUDT, T. **O chalé da memória**. Tradução: Celso Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SANTOS, M. J. dos. A doação de processos judiciais findos: uma abordagem arquivística e legal. **Arquivística.net**, v. 2 n. 2, 2006. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2009/11/pdf\\_ebd27f4dbc\\_0006723.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2009/11/pdf_ebd27f4dbc_0006723.pdf).

VEIGA, A. Judiciário, História e Arquivologia: Gestão de arquivos judiciais como fontes historiográficas. **Anais eletrônicos...** Encontro Estadual de História, 12. Anpuhrs: Rio Grande, 2012.

# MÉDICOS-CULTURAL<sup>1</sup> NO CONTEXTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS: Plataforma Sis Médicos e a Cultura (WEBSISMEDICOS) – Portugal e Brasil

*MEDICAL-CULTURAL IN THE CONTEXT OF DIGITAL HUMANITIES: Sis Médicos and Culture Platform (WEBSISMEDICOS) – Portugal and Brazil*

Zeny Duarte<sup>2</sup>



Salim Silva Souza<sup>3</sup>



Ana Lúcia Silva Terra<sup>4</sup>



## 1 INTRODUÇÃO

É perceptível notar o interesse na classe médica em transitar por diferentes áreas do conhecimento, além da medicina, sobretudo nos aspectos cultural, social e artístico, o que talvez se explique pela contínua presença da realidade paradoxal de vida-morte na execução de sua atividade profissional da saúde, situação pela qual, segundo Duarte e Silva (2016, p.17), os torna “mais próximos do processo de criação e da tendência à escrita, ao desenho, à pintura e às demais formas de expressão do belo, estético, lírico, lúdico”.

Segundo o médico, músico e escritor Dr. António José Barros

---

1 Médico-Cultural - Expressão utilizada pela primeira vez no livro DUARTE, Zeny; SILVA, Armando. Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: Olhar(es) introspectivo e analítico sobre o “modo de ser e de estar” médico-cultural. Salvador: EDUFBA, 2016, 224p. Proveniente da investigação de pós-doutoramento em Ciência da Informação em Plataformas Digitais, realizado pela citada professora na Universidade do Porto, “Os médicos e a cultura: estudo crítico e guia geral dos arquivos de médicos escritores, artistas e pensadores de Portugal e Bahia – Brasil”, sob a supervisão do referido professor.

2 Professora Doutora titular da UFBA. Investigadora da Universidade do Porto.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>.

3 Instituto Federal de Sergipe. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9968-9925>.

4 Professora Adjunta da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra – Portugal.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>.

Veloso<sup>5</sup>, é comum dizer que os médicos, mais do que quaisquer outros grupos profissionais, demonstram uma atração peculiar por atividades extras à sua profissão. E isso é justificado, segundo Veloso (2021) por duas situações. Primeiro, porque este profissional possui uma sensibilidade especial e devido a este fato sente-se atraído pelas humanidades; ou uma segunda alternativa, o contato com os pacientes que o proporciona a participar direta ou indiretamente dos problemas humanos, como sofrimento e a morte, e assim, os leva a projetarem suas vivências em atividades culturais ou a procurarem nelas compensação para o desgaste da profissão, a necessidade de busca de equilíbrio mental e ainda “profissional, da compreensão da alma humana e dos valores do ciclo” (Duarte; Silva, 2016, p. 18).

O médico e escritor português Daniel Serrão (2009, p. 170) nos deixou a seguinte reflexão sobre o motivo pelo qual muitos médicos são “criadores artísticos”:

No caso do médico, o mundo mais próximo são as pessoas que o procuram e se declaram doentes, apresentando-lhe uma narrativa pessoal de vida, que conduz a uma perturbação que se tornou insuportável. Pode ser micróbio a origem da perturbação [...] Não basta ao médico matar e silenciar o micróbio para que a perturbação deixe a pessoa que se lhe confiou. Ele vai ter que entender aquela pessoa, de integrar num contexto social, familiar, profissional, cultural [...]

Podemos perceber pelo pensamento de Serrão de médicos atuarem em outras veredas de conhecimentos não é de admirar visto que parte do campo de uma análise psicossomática e sociocultural levando em consideração a propensão cultural independente da profissão.

Os estudos no âmbito dos médicos-cultural relacionados com a área da Ciência da Informação iniciaram a partir de 2006, devido ao projeto de Pós-Doutorado “Os médicos e a cultura: estudo crítico e guia geral dos arquivos de médicos escritores, artistas e pensadores de Portugal e Bahia – Brasil” da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zeny Duarte de Miranda sob a colaboração do Prof. Dr. Armando Malheiro da Silva, onde foi

---

<sup>5</sup> Em palestra apresentada por ocasião da homenagem recebida pelo V Colóquio Internacional A Medicina na Era da Informação (MEDINFOR), realizado nos dias 13 a 17 de setembro de 2020, promovido pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Universidade do Porto, Portugal.

realizado na Universidade do Porto (U. Porto), Portugal, com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), organismo tutelado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal.

Segundo Duarte e Silva (2016, p. 147), o referido projeto tem o objetivo de “recolher, organizar, representar e tornar acessível toda a informação relativa a cada médico português e baiano, no recorte temporal dos séculos XIX e XX, que se dedicaram à literatura e às artes (pintura e música)”. A partir de 2008, os registros das atividades clínicas e científicas dos referidos médicos foram reencaminhados para o sistema SiS Médicos e a Cultura<sup>6</sup> (Figura 1), interligado às plataformas digitais - TIC, uma página sem fins lucrativos, cujo objetivo único é “o armazenamento de dados acerca da vida, obra, pensamento e acervos documentais e pessoais de médicos do Brasil e Portugal, os quais produziram para além da Medicina” (Miranda; Souza; Abreu, 2021, p. 74).

**Figura 1 – Página Principal do SIS Médicos e a Cultura (WEBSISMEDICOS)**



Fonte disponível em: <http://www.websismedicos.ufba.br/>

<sup>6</sup> Atualmente, o banco de dados adotou uma nova nomenclatura denominada WEBSISMEDICOS e encontra-se hospedado em servidores da Superintendência de Tecnologia e Informação (STI), órgão responsável por toda a gestão tecnológica informacional da UFBA, e no seguinte endereço: <http://www.websismedicos.ufba.br> (MIRANDA, SOUZA, ABREU, 2021)

O ambiente virtual SiS Médicos e a Cultura (WEBSISMEDICOS), segundo os professores Duarte e Silva (2016, p. 24) nasceu “medularmente acadêmico, na medida em que potencializa um efeito multiplicador de pesquisas multi e interdisciplinares em nível de pós-graduação universitária [...] por força da cooperação luso-brasileira”.

Desde 2008, a base de dados SiS Médicos e a Cultura foi se estruturando a partir da Arquitetura da Informação (AI)<sup>7</sup>, com o intuito de uma maior interação entre o usuário e o *software*. Contou com o engajamento multidisciplinar de profissionais e estudantes das áreas da Ciência da Computação, Arquivologia, Biblioteconomia, áreas da Saúde e afins, no que tange a pesquisa, seleção, análise e organização de conteúdo e no desenvolvimento e layout da referida base de dados, dentre os quais pode-se citar Márcio Bezerra da Silva, Daniel Branco, Eneida Santana Baumann, Thiago Marçal da Silva e Teresa Coelho Ademir Silva, bem como colaboradores do grupo de pesquisa G-A-CERVOS/UFBA e servidores técnicos do STI/UFBA.

Em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil, o referido projeto foi apresentado e premiado como melhor comunicação no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENACIB)<sup>8</sup>, pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)<sup>9</sup>, organizadora do evento. A relevância do referido estudo se deu por conta de ter sido um dos primeiros de “uma série de análises a serem feitas a luz da AI”, apresentando então outras possibilidades no que tange a organização do conhecimento “e demonstrando um panorama que respeitou características peculiares desse tipo de informação: histórico - temporal - geográfico” (Miranda, *et al.*, 2012).

Assim, o enfoque deste texto se situa na memória e na preservação digital, e prima intercalar saberes sobre memórias de médico-cultural, teoria e prática do SiS Médicos e Cultura com as Humanidades Digitais (HD)<sup>10</sup>, campo transdisciplinar a envolver pesquisas e

---

7 O termo Arquitetura de Informação (AI) descreve um conjunto de habilidades especializadas que se relaciona à interpretação da informação e expressão de distinções entre signos e sistemas de signos (DALFORNO, 2012).

8 O trabalho premiado foi apresentado sob o título: Análise do ambiente SiS Médicos e a Cultura a partir da arquitetura da informação: enfocando o sistema de organização, de autoria dos professores Zeny Duarte de Miranda, Márcio Bezerra da Silva, Ivana Aparecida Borges Lins, os então mestre Sônia Maria Ferreira da Silva e mestrando Maria do Carmo Vianna Menezes e Pablo Soledade de Almeida Santos (MIRANDA, *et al.*, 2012).

9 A ANCIB foi fundada em junho de 1989 com a finalidade em acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil.

10 Segundo Russel (2011, p. 3, tradução nossa), Humanidades Digitais também é conhecido com os termos de “Recursos Digitais para as Humanidades, Código para as Humanidades, Informáti-

práticas das Ciências Humanas e Sociais ao interagir com o ambiente digital, pela promoção do acesso informacional e do conhecimento, que cada vez mais ganha importância acadêmica e promove novas possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa e ensino das Humanidades (RUSSELL, 2011).

Este estudo bibliográfico e descritivo se dá a partir de uma abordagem qualitativa permitindo, por meio de dados coletados, explorar questões ligadas aos conceitos de memória e preservação digital de documentos e suas aplicações neste campo de investigação em desenvolvimento, Humanidades Digitais, que vem comungando transversalmente com as áreas das Humanidades, Ciências da Informação e da Computação.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é definida como àquela que é desenvolvida a partir de material já publicado, tais como em livros, revistas, periódicos científicos, jornais, teses e dissertações, internet e outras fontes que inserem o pesquisador em contato direto com todo material já escrito e publicado a respeito da temática a ser pesquisada.

As inquietações desta pesquisa a serem abordadas são: Quais os impactos do mundo digital aos atuais médicos vocacionados à outras áreas do saber? O que acontece com a produção e a informação digital produzida por médicos-cultural? Como pode se dar a organização dos acervos e da informação e o compartilhamento e seleção de dados informacionais produzidos por médicos-cultural? Tentar-se-á expandir o corpus da WEBSISMEDICOS - Plataforma SIS Médicos e a Cultura, através de ambiente colaborativo em aberto.

## 2 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS

Para que se possa mensurar a importância da plataforma digital WEBSISMEDICOS voltada à preservação da memória biobibliográfica de médicos-cultural é preciso se atentar aos conceitos dos termos “memória” e “preservação digital de documentos” que caminhem juntas se interrelacionando. Em seu livro *História e Memória*, o historiador francês Le Goff (1990), apresentou um conceito de memória quando diz que é a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis, tanto de forma interna, no cérebro (memória biológica), quanto externa, em dispositivos artificiais (memória arti-

---

ca Digital e Cultural e Informática para as Humanidades.

cial) ou de uma forma grupal (memória social).

Conforme Branco (2018), a memória é a base para a construção da vida, da consciência, do indivíduo e é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos no espaço em que se inserem e as suas consequentes relações em seu processo de identidade.

Segundo Meneses (2007), a memória contribui significativamente para o processo de evolução da humanidade, pois permite a recuperação de experiências e possibilita o encontro de respostas salutares para questões rotineiras do dia a dia. Entretanto, mesmo que estas vivências pudessem ser recuperadas e delas se definissem padronizações elas permaneceriam individuais.

Para que esta memória individual se transforme em uma memória coletiva, é necessário a utilização da linguagem, pois é por esse meio que a memória é sociabilizada, as experiências individuais compartilhadas, corroborando com o sociólogo alemão Luhmann (2005, p. 158) quando explicou: “A função dos meios de comunicação consiste, após tudo o que foi mencionado, em orquestrar a auto-observação do sistema social” Ou seja, sua função não é estabelecer uma integração socio educacional, mas sim em tornar as informações conhecidas.

A função social dos meios de comunicação é a criação da memória social, que disponibiliza “uma realidade de background” para todas as comunicações da sociedade (LUHMANN, 2005, p.158). É por meio dessa memória que a realidade é construída. Ela é consequência do fomento de informações por parte dos meios de comunicação. A seleção de informação necessita da memória para estabelecer diferenças entre informação e não-informação.

A memória necessita de novas informações produzidas pelos meios de massa de modo a transmitir saberes, permitindo e com isso, ocorre o acúmulo de conhecimento ancestral. Nesse caminho, a cultura também pode ser percebida como um processo de preservação da memória social.

Azevedo Netto (2007) apresentou o fio condutor entre o dado produtor da informação e a sua comunicação no contexto social, aberto e socioidentitário:

a relação que se estabelece entre a memória e a informação, dentro dos processos de pesquisa sistemática, pode ser traçado da seguinte forma: do dado se produz a informação, essa informação quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, ela passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo (Azevedo Netto, 2007, p. 17).

Importante ressaltar que esse mecanismo (memória-informação-comunicação) funciona em um contexto social. Assim, a memória configura-se como um bem humano a conferir o valor de legado e herança social e, como tal, é mister preservar para sobreviver às gerações.

A sociedade, nas últimas décadas, vem gradualmente substituindo “a memória interna por uma vasta superestrutura de muletas tecnológicas” criadas para que não haja um armazenamento de informações no cérebro e sim em diversos tipos de suporte a fim de se obter a sua perpetuação (FOER, 2007, p. 53). Conseqüentemente, esse processo de provimento é resultado da produção de fontes digitais que, por ser uma tendência numa sociedade cada vez mais conectada, evidência o desafio de introduzir métodos e abordagens novas, sob a condução de pesquisas mediadas pelas tecnologias, sobretudo as que dialogam com as áreas das Humanidades (PALETTA, 2018).

Segundo Galindo (2007), essas ferramentas servem para aumentar as capacidades das inteligências além dos limites impostos pela condição física e intelectual e para o aproveitamento eficiente e racional dos recursos naturais. Para atingir este objetivo de preservação da memória, o homem tem desenvolvido instrumentos que ampliam as formas de armazenamento e processamento desse conhecimento adquirido na medida em que os transformam em suportes artificiais.

A partir desta contextualização, um aspecto de relevo da plataforma digital WEBSISMEDICOS é sua associação com conceitos relacionadas à recuperação da informação, produção do conhecimento, memória e preservação digital.

### 3 HUMANIDADES DIGITAIS E WEBSISMEDICOS

O conceito de Humanidades Digitais é descrito por Dacos (2011), no Manifesto das Humanidades Digitais, como o conjunto das Ciências humanas e sociais, às Artes e às Letras., apoiando-se em uma

reunião de paradigmas e “conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital”. Ou seja, é um termo que envolve estudos interdisciplinares em busca da compreensão do impacto e da relação das tecnologias informacionais para realização do trabalho de pesquisadores nas áreas de Humanidades.

Conforme a investigadora Russel (2011), observamos que os objetivos das Humanidades Digitais são descritos como produzir plataformas digitais com recursos relevantes para as Humanidades, o que inclui captura, estruturação, documentação, preservação e disseminação de dados. Além disso, a autora considera ainda relevante elaborar metodologias que contribuam para a construção de novos elementos derivados dos dados informacionais e gerar pesquisa e conhecimento, com a finalidade de fomentar o entendimento por parte da sociedade sobre as Ciências Humanas e Sociais.

Colaborando neste entendimento, Rollo comentou que as Humanidades Digitais passam a integrar a Ciência da Informação, representando a melhor intermediação “entre as humanidades e um mundo digital que se estende de forma inorgânica, sem fronteiras e ajuda esbater barreiras culturais e linguísticas” (ROLLO, 2020, p.2).

Importa salientar a afirmação de Borko (1968, p.3) quando havia colocado a Ciência da Informação como “uma ciência interdisciplinar” com o intuito de “estudar as propriedades e o comportamento da informação, as forças que dirigem o fluxo e o uso da informação”, bem como técnicas mecânicas, de tratar a informação com o objetivo “de armazenagem, recuperação e disseminação”.

Nesse contexto, Dacos (2011) comenta que uma grande quantidade de projetos conduzidos, ao redor do mundo, sob o rótulo de “Humanidades Digitais”, visando construir arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, centros de documentação, entre outras unidades de informação e da cultura, com seus ambientes digitais voltados à organização da informação e acesso ao conhecimento. Percorrendo este caminho, encontramos a base de dados WEBSISMEDICOS, objeto deste estudo, pela necessidade do armazenamento, tratamento e disponibilização de dados informacionais, como salientou Silva (2004, p. 24)

O suporte digital parece sugerir, como apreçoam os defensores desta solução tecnológica, uma resposta simples à questão posta: a vantagem para o utilizador é mostrar a informação

textual, numérica ou gráfica/imagética que ele busca sem arrumações temáticas, nem orgânicas, ficando este exercício hermenêutico a cargo e da exclusiva responsabilidade de quem precisa e busca informação. O máximo que é tolerado é criar grupos documentais, um misto de identificação tipológica e temática à guisa de séries artificiais (Silva, 2004, p. 24).

O WEBSISMEDICOS teve sua primeira versão implantada em 2008, contendo biobibliografia de médicos-cultural brasileiros e portugueses, além de “conjuntos documentais desses profissionais que produziram e legaram à sociedade representativa produção nas áreas da filosofia, literatura, política, artes e cultura” para “disseminar arcabouço cultural à sociedade e torná-lo parte de uma base de dados que poderá ser utilizada como fonte de pesquisa e informação” (Branco, 2018, p. 24).

A primeira estrutura do sistema citado, contou com um conceito de plataforma colaborativa possibilitando a alimentação da base de dados por usuários externos, “colaboradores de outros autores culturais globais, atualizando e adicionando valores aos registros espaço-temporais” que constam no referido sistema (BRANCO, 2018, p. 24). A Figura 2 apresenta a página a ser utilizada por pesquisadores internos na alimentação da base de dados, com inclusão ou alteração de dados nos registros em formato de autoarquivamento por parte de colaboradores externos. Assim, esses novos registros passam por avaliação do gestor da plataforma na averiguação quanto à veracidade dos dados por eles inseridos. Esta página suporta marcações semânticas no texto para construir conteúdo estruturado e recuperável por consultas providas pelo *Semantic MediaWiki*, utilizando as marcações ou a função *#ask*,



Figura 2 – Página para colaboradores criarem, alterarem registros no WEBSISMEDICOS



Fonte disponível em: <http://www.websismedicos.ufba.br/>

O procedimento colaborativo do WEBSISMEDICOS é sinalizado por Branco (2018) como uma das características pertinentes à ciência aberta contribuindo para a promoção e transparência, relativamente ao acesso colaborativo e ao compartilhamento do conhecimento científico (Vicente-Saez; Martinez-Fuentes, 2018).

A ciência aberta possui quatro princípios norteadores: acesso aberto, dados abertos, fonte aberta e ciência cidadã. Assim, acredita-se que um novo paradigma científico vem se estabelecendo para os pesquisadores e para sociedade em geral. O acesso aberto e a disponibilização dos dados tornam públicas informações pertinentes, que podem ser exploradas e reutilizadas pelos interessados em produzir novas pesquisas acerca dos assuntos, desde que resguardadas as questões éticas e legais, contra *fake news* e plágio, contribuindo para a disseminação das ciências (Packer; Santos, 2019).

Nesse sentido, a Ciência Aberta vem democratizando o uso da tecnologia e a diminuição do uso de programas sem a devida licença e acesso, permitindo a utilização de *softwares* e ferramentas sem

ônus, beneficiando, com isso, um número maior de pessoas, tornando a investigação acessível e assim permitindo aproximar a sociedade dos cientistas e, conseqüentemente, de suas respectivas pesquisas, sobretudo na área das Humanidades.

Portanto, pode-se dizer que a plataforma digital WEBSISMEDICOS colabora com o movimento de acesso aberto e promove uma harmonização com as Humanidades Sociais, sendo um instrumento que visa explorar

desde uma abordagem mais quantitativa em que índices comparativos centrados na produção global dos médicos, abarcando todas as suas áreas de interesse, como ela é feita e comunicada, até nos aspectos mais qualitativos [...] concernentes às relações entre diversos temas/problemas abordados, tais como cruzamento de variáveis entre os médicos portugueses e baianos quanto a à respectiva produção científica e cultural (literária e artística), estabelecendo links para os acervos bibliográficos, documentais, arquivísticos e museológicos (Duarte; Silva, 2016, p.24).

Assim, a plataforma WEBSISMEDICOS vem sendo, ao longo do seu processo de criação, adequada a um modelo de organização da informação para o acesso e disseminação do conhecimento.

Assim, é importante enfatizar que a organização do conhecimento é de extrema importância à área da Ciência da Informação, sobretudo quando se trata da recuperação da informação, com base em Mooers (1960 *apud* Vignoli, 2021), um divisor de águas para os campos do conhecimento que possuem a informação como objeto de estudo voltado às necessidades informacionais.

O ambiente digital do WEBSISMEDICOS vem desenvolvendo suas ações nas áreas das Humanidades servindo a sociedade como fonte de pesquisa e disseminação da informação abrindo portas para outros domínios informacionais de modo sustentável e de fácil recuperação da informação, como demonstra a Figura 3, a seguir.

**Figura 4 – Recuperação de metadados na pesquisa WEBSISMEDICOS**

← → ↻ 🏠 Não seguro | http://websismedicos.ufba.br/index.php?title=Abel\_de\_Lima\_Salazar

Página Discussão

## Abel de Lima Salazar

**Controle::** 4

**Foto::**

**Legenda::**

**Nome::** Abel de Lima Salazar

**Outros Nomes::** Abel Salazar. Roderico Simplicio (pseud.)

**Nome do Pai::** Adolfo Barroso Pereira Salazar

**Nome da Mãe::** Adelaide da Luz Silva Lima Salazar

**Data de Nascimento::** 1889/07/19

**Cidade de Nascimento::** Guimarães

**Estado de Nascimento::**

**País de Nascimento::** Portugal

**Data do Óbito::** 1946/12/29

**Cidade do Óbito::** Lisboa

**Estado do Óbito::**

**País do Óbito::** Portugal

Página principal  
Mudanças recentes  
Página aleatória  
Ajuda

Ferramentas  
Páginas afluentes  
Alterações relacionadas  
Enviar arquivo  
Páginas especiais  
Versão para impressão  
Ligação permanente  
Informações da página  
Navegar pelas propriedades  
Citar esta página

Fonte: Disponível em: <http://www.websismedicos.ufba.br/>

Assim, desde 2017, a referida base de dados “encontra-se migrada de MS-SQL (Microsoft) para MySQL (open source)”, estando hospedada em servidores da Superintendência de Tecnologia e Informação (STI), órgão que gerencia toda a área “de tecnológica informacional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no seguinte endereço: <http://www.websismedicos.ufba.br/>” (BRANCO, 2018, p. 30).

## 4 PONTO DE CHEGADA

A plataforma SiS Médicos e a Cultura (WEBSISMEDICOS), encontra-se em constante estudo a fim de atingir possibilidades de acesso por meio de dispositivos digitais oferecendo aos pesquisadores, como um importante canal, maior interatividade nas questões espaço-temporais, visto que a recuperação da informação relativa aos médicos-cultural pode ser realizada em qualquer tempo e em qualquer lugar.

A referida plataforma digital, apresentada neste estudo, propõe potencializar um efeito multiplicador de estudos Multi e Inter e Transdisciplinares (MIT), sobretudo nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em suas relações com as Humanidades e Humanidades Digitais.

Percebe-se que a plataforma digital WEBSISMEDICOS está inserida no contexto dos debates acerca da integração das áreas da informação e cultura (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), aspecto destacado em sua forma de compartilhar a vida, obra, pensamento, produções biobibliográficas, conjuntos documentais de médicos-cultural, no formato digital, através da informação organizada e reunida num sistema de acesso livre e em constante construção, a compartilhar novos saberes relevantes à ampliação do conhecimento sobre o tema em tela.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, n. 1, v. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, n.19, v 1, p.3-5, 1968.

BRANCO, D. de J. B. C. (2018). **A plataforma wiki no acesso à informação de arquivos pessoais e memórias de médicos**. 107f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2018.

DACOS, M. **Manifesto das Humanidades Digitais**. Tradução de Hervé Théry. Publicado originalmente no THATcamp, 26 mar. 2011. Disponível em: <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>

DALFORNO, A. **Design de interface**. Scripd. 2012. Acesso em: <https://pt.slideshare.net/andreadalforno/design-de-interface>

DUARTE, Z.; SILVA, A. M. da. **Os médicos e a cultura em Portugal e na Bahia: olhar(es) introspectivos e analítico sobre o “modo de ser e estar médico-cultural”**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FOER, J. Memória. Lembrar e esquecer: estudos tentam explicar a essência de nossas vidas. In: NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. São Paulo: Editora Abril, 2007.

GALINDO, M. Biblioteca em metamorfose. **Anais... JORNADA NORTE-NORDESTE DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 5, Recife, out. 2007.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MENESES, U. B. de. Os paradoxos da Memória. In: MIRANDA, D. S. de. **Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana**. São Paulo: SESC, 2007.

MIRANDA, Z. D. de; SOUZA, S. S.; ABREU, C. M. Um olhar biográfico sobre médicas-cultural do século XIX/XX em Portugal e no Brasil **Asklepion: Informação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 70–90. 2021. Acesso em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/27>

MIRANDA, Z. D. de *et al.* Análise do ambiente Sis Médicos e a Cultura a partir da arquitetura da informação: enfocando o sistema de organização. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da**

**Informação**, v. 5, n. 1, p 1-20. 2012. Acesso em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/277>

PALETTA, F. C. Ciência da Informação e Humanidades Digitais – uma reflexão. **Anais... ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 19. Londrina. 2018. Acesso em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/153>

PACKER, A.; SANTOS, S. **Ciência aberta e o novo modus operandi de comunicar pesquisa – Parte II**. SciELO em Perspectiva. 2019. Acesso em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-ii/>

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

ROLLO, M. F. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: Preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa memória para todos. **Estud. hist.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, Jan-Apr. 2020.

RUSSELL, I. G. ¿Qué Son las Humanidades Digitales? **Revista Digital Universitaria**, v. 12, n. 7. 2011. Disponível: <http://www.revista.unam.mx/vol.12/num7/art68/>

SERRÃO, D. O medico e a medicina na criação literária, histórica, artística e na produção filosófica e cultural: panorama português nos tempos modernos. In: DUARTE, Z.; FARIAS, L. (Orgs.). **A medicina na era da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, A. M. da. Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. **Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas de Património**. v. 3, p.55-84, 2004. Acesso em: <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf>.

VELOSO, A. J. de B. Narrativas sobre os médicos e a cultura portuguesa no século XX. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, p 110-116, maio-ago. 2021

VICENTE-SAEZ, R.; MARTINEZ-FUENTES, C. Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. **Journal of Business Research**, n. 88, p. 428-436, jul. 2018.

VIGNOLI, R. G. **Informação líquida**: contribuições teóricas à ciência da informação e à organização do conhecimento. 606f. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Marília, SP, 2021.



# TENDENCIAS DE LOS SOC: aplicaciones y conceptos entrelazados

*KOS TRENDS: applications and Cross-Cutting Concepts*

José-Antonio Moreiro-González<sup>1</sup>



## 1 VOCABULARIOS SEMÁNTICOS (VS) FRENTE A LENGUAJES DOCUMENTALES (LD)

El desarrollo comercial y de servicios de Internet fue vertiginoso a partir de 1995. Lo que implicó una transformación profunda de los SOC, sus elementos compositivos, estructuras y aplicaciones. Abandonaron su acotación a los campos científico-técnicos y se extendieron hacia otras necesidades de la sociedad (MOREIRO, 2021). La transformación digital de la economía y la sociedad tuvo consecuencias inmediatas en los conceptos, nombres y prácticas de los vocabularios y sistemas de organización del conocimiento (SOC) que reformularon y reinterpretaron los lenguajes documentales, imposibilitados para mediar entre las personas, los contenidos y las máquinas, pues no reflejaban la complejidad tecnológica y semántica que requería la situación digital, ni tampoco la simplicidad de los más ampliamente utilizados.

De hecho, los lenguajes documentales eran estructuras muy limitadas para comunicar conocimiento. Producían comunicación, ciertamente, a través de un léxico denotativo presentado en diferentes listas terminológicas, pero se ocupaban sólo de una categoría gramatical, los sustantivos, sin ninguna ambición sintáctica y mucho menos semántica que permitiesen un intercambio más exacto entre las necesidades de los usuarios y la recuperación de los conceptos buscados. Y no contaban con capacidad para combinarse con los lenguajes de programación como medio de comunicación entre humanos y ordenadores. Tampoco podían limitarse a ser “documentales” en el ámbito de práctica actual, en cuanto se superó la forma convencional de recuperar la información de los documentos. Si los lenguajes documentales

---

<sup>1</sup> Professor da Universidad Carlos III de Madrid. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8827-158X>.

se ocuparon principalmente de la función metalingüística del control terminológico, lo hicieron con:

- Limitación de significantes;
- escasa atención a la asociación de conceptos;
- pasividad en la recuperación;
- sin criterios de búsqueda conceptual.

En comparación con los lenguajes documentales, los vocabularios son más amplios en lo morfológico y sintáctico, más concretos en su semántica de mundo y en su contexto de uso. No se componen sólo de sustantivos y mucho menos de códigos limitados a sistemas de clasificación. Además de la aplicación terminológica al espacio científico-técnico, ordenan la información de cualquier organización pública o privada e interactúan con los ordenadores. Por el contrario, no representan ni gestionan únicamente documentos, sino todo tipo de objetos de contenido.

## 1.1 A CONCEPTOS MÁS COMPLEJOS, DENOMINACIÓN DE AGRUPACIÓN: OBJETOS DE CONTENIDO

La denominación objeto de contenido se configuró en las bases de datos orientadas a objetos. En ellos se incluye el contenido de cualquier dato, porción o valor de información en formato digital y responden al deseo de representar entidades con atributos que reflejen los modelos de la realidad (ATZENI Y DE ANTONELLIS, 1993). Desde una perspectiva que llevaría a incluir la denominación objetos de contenido en las bases de datos relacionales, en cuanto objetos contenidos en los repositorios. Puede referirse a conceptos, términos, abstracciones, datos o incluso fórmulas sin relación con la realidad física o las cosas, siempre que tengan un significado determinado para un uso. Hoy nombran todo tipo de recursos: cualquier objeto digital o su referencia, pero también objetos de museos y, por supuesto, objetos (cosas) de las ontologías.

En los sistemas de Inteligencia Artificial lo que “existe” se puede representar. Este hecho es de tal importancia que incluso cambia el concepto de documento, tal y como reconoce la norma ISO 25964-1 (2011) que define un documento como:

Cualquier recurso que puede ser clasificado o indizado para que los datos o la información

que porta puedan ser recuperados. Esta definición se refiere no solo a materiales impresos y escritos en papel o a versiones en microforma (por ejemplo, libros convencionales, revistas, diagramas, mapas), sino también a medios no impresos tales como registros legibles por máquina y digitalizados, recursos de Internet e intranet, películas, registros sonoros, gente y organizaciones en cuanto que recursos de conocimiento, edificios, lugares, monumentos, objetos tridimensionales o reales; y a las colecciones de dichos ítems o partes de los mismos.

Por lo tanto, este concepto pasó a incluir los objetos de museo, que siempre se han denominado propiamente así, y que deben considerarse con la misma consistencia representativa y significativa que los materiales reflejados en los impresos (MOREIRO, 1993). En consecuencia, esta puerta se abrió para englobar a cualquier objeto que satisfaga las demandas cognitivas, pero también las utilitarias de los usuarios, siempre que pueda adaptarse a los requisitos de los procesos lógicos de formalización.

Esta situación no es novedosa, era patente desde el momento en que se formó la CI. Procesados por los ordenadores, las actividades y los recursos de información empezaron a centrarse en la productividad de las empresas. Cuando las máquinas intervinieron en la transferencia de información, aparecieron los registros procesados, datos estructurados que se convirtieron en el soporte de las bases de datos. Los datos pertenecen a un contexto específico donde obtienen su unidad lógica y están sujetos a recepción. Y aunque esto se emplea sobre todo con los datos de investigación (WERSIG, 1979), el progreso de las TIC ha promovido la comunicación abierta de datos, cuyos límites de empleo se han ido desbordando hacia la universalidad de la aplicación en paralelo a la transformación de la CI. A esto se refería Warner (1990) cuando describía el ordenador como una “máquina de información universal”. Pretendía mostrar la extensión del concepto de dato y, por extensión, el de objeto a todo aquello que cumpla los requisitos de informar, más allá de hacerlo desde el conocimiento científico. Pero siempre cumpliendo las condiciones de comunicación y pasando por los procesos de selección, almacenamiento organizado y recuperación. En la actualidad, los sistemas de información generan datos activos, junto con metadatos que proporcionan la comprensión de aquellos

cuando se almacenan y se conectan (SAYÃO, 2010). Esta es la causa del aumento significativo de las relaciones entre objetos, enriquecidas al explicitarse mediante hipervínculos gráficos que tuvieron, ahora aún más con los grafos de conocimiento, una función determinante en el desarrollo de los vocabularios semánticos.

Dando un salto hacia adelante, se puede decir que la presencia más representativa de los objetos se encuentra en las taxonomías enlazadas, ya que gran parte de ellas están situadas cerca del mundo real y de la perspectiva de los usuarios. El seguimiento de la categorización se hace a través de la jerarquía producida por mecanismos de herencia, algo muy antiguo e intuitivo, que se extiende desde el campo semántico a las clases que, a su vez, se organizan en supertipos (subclases) y subtipos (especificaciones) en extensión de su práctica a todo el mundo de las organizaciones humanas, el comercio, los negocios y la industria, donde los objetos de contenido se equiparan a conceptos ontológicos o a términos de un campo semántico a la hora de representar la realidad o de ser indizados. Aun así, un taxónomo no sólo clasifica, sino que analiza, entre otras cosas, los datos a partir de los cuales toman decisiones quienes tienen que ejecutar las acciones estratégicas en su lugar de trabajo. Por lo que junta en sus tareas el análisis de datos y su ordenación mediante taxonomías visuales y clarificadoras de lo que cuentan los datos.

La trascendencia de estos hechos ha llevado la acción profesional en CI de atender al contenido de los documentos, como siempre hicieron los bibliógrafos y documentalistas, ahora equiparados objetos con documentos, obligados por la atención a la semántica de los hechos, a la semántica de mundo que se reproduce en la vida virtual y que da sentido a las taxonomías que atienden a la vida más cotidiana, sin olvidar el empleo de ontologías en materias de mayor rendimiento económico.

## 2 CAMINO DE BÚSQUEDA

Desde consideraciones bibliográficas a partir de recursos y normativas que establecen el estado de la cuestión, se pasa a considerar la impronta de la web social y de la web semántica, en cuanto soluciones de alcance económico, en la transformación de los objetivos de la recuperación de información que ha tenido como principal consecuencia su apertura a las posibilidades casi ilimitadas de recuperación de objetos en la web, más allá de la anterior limitación a los documentos científico-técnicos. Otra consecuencia es que el uso de vo-

cabularios estructurados y semánticos se ha restringido a los recursos más importantes y se han dejado para las folksonomías los recursos de menor impacto. Los datos de la web semántica se proporcionan definidos y enlazados. Semántica significa aquí que se genera un significado concreto a partir de una gran cantidad de datos, información o discurso, con una interoperabilidad muy alta, de modo que las aplicaciones puedan interpretar cualquier dato de la web.

Para ello se han creado varias tecnologías: lenguajes formales como, por ejemplo, DAML+OIL, RDF, OWL, ...; esquemas de metadatos y ontologías, para dar sentido al contenido de los documentos y objetos (RAMALHO, 2015). Estas tecnologías actúan como herramientas de representación del conocimiento porque utilizan vocabularios estandarizados basados en lenguajes para la expresión de ontologías, SOC y metadatos de vocabulario. La estandarización necesaria se consigue con una sintaxis uniforme y una semántica inequívoca a través de RDF (*Resource Description Framework*) para definir los datos; de RDF Schema (RDFS) como vocabulario básico para establecer jerarquías de clase y propiedades; de XML sintaxis común para estructurar los datos y de SKOS (*Simple Knowledge Organization System*) esquema que crea declaraciones de conocimiento en forma de triples simples expresadas según el formato de intercambio de datos RDF. Realiza descripciones RDF de metadatos y ontologías. Con todo, hay que considerar que la norma ISO 25964-1 (2011) apoyó la conceptualización semántica y la interoperabilidad, a la vez que pasó a aplicarse a la recuperación de todo tipo de objetos de contenido. El principal soporte proviene de las directrices y recomendaciones del W3C (*World Wide Web Consortium*), en especial de SKOS, que apoyan la interoperabilidad y el intercambio de vocabulario y sustentan el software de gestión del SOC. Hacer interoperables los vocabularios que representan un campo de conocimiento es una de las características más relevantes de WS: mapeo propuesto por las normas BS 8723 y ANSI/NISO Z39.19 de 2005, posteriormente sancionado por la ISO 25964-1 (2011).

La interoperabilidad facilita el intercambio de información: términos de vocabularios de metadatos, vocabularios controlados (tesauros, listas de encabezamiento de materias, anillos de sinónimos, taxonomías, ...) y ontologías que tienen equivalencia de significado entre sí y entre sus objetos de contenido. El intercambio de información se consigue porque XML es un sistema abierto y no propietario, independiente de los sistemas operativos (Windows, Unix, etc.) y de los ordenadores específicos (PC, Macintosh, Toshiba, etc.), pues funciona en todos ellos.

## 2.1 FOLKSONOMIAS

Los SOC estructurados son insuficientes para recuperar tantos objetos de contenido existentes en Internet. Por esta razón, la indización cooperativa se ha hecho popular en la web social y han generado una indización útil para recuperar información en la que los usuarios participan mediante el etiquetado con palabras clave libres. Su buen rendimiento se deriva de implicar a los usuarios en el etiquetado con palabras clave libres para recuperar la información. La visión descentralizada y colaborativa es de uso más fácil y flexible que los SOC jerárquicos y dirigidos. Los usuarios eligen palabras del lenguaje común e incluso otras más especializadas, que el sistema incorpora más allá de su relevancia y origen (Fox, 2016). No hay reglas. Como los usuarios no tienen experiencia en los SOC, el tiempo que dedicarían a categorizar con sistemas jerárquicos se minimiza con las folksonomías.

Siempre queda un deseo implícito de clasificar desde el conocimiento cultural, social y pragmático de cada usuario (Pieterse; Kourie, 2014). Lo que genera una gran ambigüedad, pues para un usuario un término puede expresar una realidad muy diferente a la de otro. En lo que abunda la presencia de las flexiones de los mismos sustantivos, junto con homónimos, abreviaturas, acrónimos e incluso caracteres no alfabéticos. Estos inconvenientes pueden reducirse con diferentes soluciones. En general, las folksonomías tienden a autorregularse para ganar en coherencia:

- Recomendación de etiquetas adecuadas para realizar la indización (Assis y Moura, 2013).
- Diferenciación automática de etiquetas connotativas y denotativas (Mai, 2011).
- Establecimiento de vínculos entre etiquetas relacionadas (Barros et al., 2022).
- Jardinería de etiquetas, es decir, limpiar las etiquetas para evitar el caos; “tagmash” o puré de etiquetas (Bolaños; Moreiro, 2018).
- Asignación de identificadores automáticos, como hace EXIF en Flickr.
- Posibilidad de categorizar las etiquetas asignadas.
- Analizar el comportamiento seguido por los usuarios cuando indizan las folksonomías (Rolla, 2011).

De manera que se avanza hacia una indización cada vez más híbrida, que busca mezclar vocabulario libre y controlado, desde cierta aproximación a las relaciones semánticas de los vocabularios estructurados (Bolaños y Moreiro, 2018). Es posible y bastante fácil estudiar los términos más utilizados y su evolución según las tendencias y las comunidades que los utilizan. Asimismo, para analizar el etiquetado compartido en la gestión y organización de libros, fotos y redes sociales en línea, valorar la calidad de la representación examinando el nivel de coherencia, relevancia y recuperación.

Del mismo modo que analizar la construcción lingüística y formal de las etiquetas, así como extraer terminología de las folksonomías, en particular para conformar el vocabulario de las taxonomías comerciales. Otra posibilidad proviene del establecimiento de asociaciones interconceptuales, en dependencia del contexto, lo que favorece el conocimiento semántico, léxico, asociativo y jerárquico. Desde la aplicación de programas de análisis morfológico para llevar las formas flexionadas a su correspondiente palabra estándar, hasta la agrupación automática de etiquetas con similitud semántica a partir del análisis de ocurrencias de co-palabras.

## 2.2 ANILLOS DE SINÓNIMOS

Los motores de búsqueda empezaron a recurrir a los anillos de sinónimos en los años 90 por la eficacia que suponía combinar flexibilidad y sencillez de elaboración. Su funcionamiento enriquece los resultados de la recuperación sin que los usuarios lo noten. Las normas ANSI/NISO Z39.19 (2005), BS 8723 (2005 y 2007) e ISO 25964-1 (2011) integran los anillos de sinónimos en su revisión del concepto y los tipos de SOC: “Un anillo de sinónimos representa un concepto a través de la inclusión de todos los posibles términos que pueden representar ese concepto”.

La idea es establecer un conjunto de términos equivalentes sólo en el momento de la recuperación, mientras que el resto de SOC los utilizan durante el proceso de indización. Esto hace que haya menos silencio en las búsquedas, aunque genera más ruido debido a la intersección del significado de los términos utilizados. Este sistema mejora el acceso de los usuarios a partir de una sencilla interfaz de búsqueda. Para formar un anillo de sinónimos los algoritmos contrastan las variantes léxicas, las inflexiones y las listas de términos. La búsqueda de un término en el anillo recupera también todos los objetos de

contenido etiquetados con los otros términos (Holman, 2011).

Se enlazan así con elementos de la web semántica como el *synset*, términos pertenecientes al conjunto de sinónimos que se refieren a un concepto o a las relaciones con otros *synsets*. De modo que tanto los *schemas* como los *schemes* establecen relaciones entre palabras que actúan como anillos de sinónimos (*synsets*) de un vocabulario o de una red de términos (Morato, *et al.*, 2004). Este es el caso de *WordNet*, que marca el campo de significado de un término mediante sinónimos.

## 2.3 TAXONOMÍAS

Las taxonomías organizan las clases por jerarquía y establecen una relación entre generalización-especialización o “tipo de” términos u objetos. Están presentes en los esquemas de clasificación, los tesauros, los modelos conceptuales y las ontologías. Contienen los términos o designaciones autorizadas que una organización utiliza para identificar y categorizar su contenido. Las taxonomías conforman la estructura elemental de los SOC terminológicos y, a partir de ellas, también ordenan los SOC de cualquier tipo de objeto de conocimiento. Si hacemos búsquedas en bases de datos de indización de revistas nos encontramos con taxonomías biológicas, educativas, de objetivos de aprendizaje (BLOOM, p.e.), numéricas, de modelos de gestión, de modelos de desarrollo, del odio y de la violencia, de visualización de datos, de actividades físicas, contables de marcas, de comercio electrónico, de recursos humanos, de productos industriales, ...

En todas ellas, la relación principal entre los términos u objetos se establece mediante la estructuración jerárquica (LIMA; MACULAN, 2017), para controlar la terminología de un campo de conocimiento o para la representación temática de las entidades. A lo que hay que añadir la función de ordenar los objetos producidos o comercializados por una empresa u organización. Su esquematización sigue una estructura de árbol ramificado, donde:

- Cada nodo representa un objeto.
- Cada enlace entre nodos, una relación entre objetos o clases de objetos.

Las sistematizaciones jerárquicas establecen relaciones entre los términos para:

- Definir o ajustar el significado de un objeto mediante notas de alcance. No se puede clasificar un objeto si se

desconoce su identidad.

- Diferenciar una especie de otras a partir sus atributos.
- Dividir o analizar el género por las diferencias.
- Agrupar los objetos idénticos en una misma categoría.

El problema no está en establecer categorías y clases, que no es muy difícil si se conoce el campo afin, sino en hacerlo para elegir las soluciones válidas en cada caso. Las clases categorizan los nodos en subclases con diferentes niveles de profundidad:

1. Corpus de términos preferentes. Las categorías conforman una red de términos estructurados e interrelacionados con el modelo del campo atendido.
2. Relaciones jerárquicas entre términos:
  - Clases o términos superordenados de la mayor amplitud semántica, encabezada por un superconcepto. Las clases heredan atributos, propiedades y características de sus campos de conocimiento.
3. Derivación de contenido:
  - Subdivisión de las clases, de géneros a especies.
  - Desarrollo en términos genéricos. Desde la clase se gradúan los niveles jerárquicos, hiperónimos con mayor o menor granularidad.
4. Términos específicos. Diferencias entre términos específicos. Desde la clase se transfieren las propiedades hasta los conceptos más específicos (hipónimos de una clase y de los diferentes niveles en que se desarrolla).
  - Proporcionando las definiciones y equivalencias necesarias.
  - Con posibles facetas y hasta relaciones asociativas.

La organización jerárquica facilita un proceso de inferencia de: ascender hacia lo más genérico o descender hasta lo más específico a través de los niveles intermedios en que puede organizarse la representación de la realidad. Por más que nos refiramos a las taxonomías que se aplican ante todo en el mundo empresarial e institucional, para

organizar y navegar por los recursos de información digital que almacenan en sus servidores web (VITAL; CAFÉ, 2011). Así, adaptan sus contenidos a los usos y situaciones para ayudar a los usuarios a navegar por Internet. Los tesauros, en cambio, son creados por documentalistas al servicio de expertos científicos y técnicos.

La funcionalidad de las taxonomías para recuperar objetos de contenido consiste en, además de la jerarquización, ordenar visualmente los objetos y facilitar su búsqueda, de modo que los usuarios y clientes puedan representar sin esfuerzo sus necesidades de información y luego encontrar productos y servicios en la web.

Conectan la experiencia y las características del personal de cada institución. Y no sólo los contenidos de una organización, sino también sus datos, servicios, productos y recursos humanos (BOLAÑOS; MOREIRO, 2015). Incluso estandarizan los datos, formularios y cálculos de obligado cumplimiento que conforman los protocolos y procedimientos de carácter económico, contable, fiscal, comercial, mercantil, sanitario, informático, histórico, educativo, etc.

## 2.4 TAXONOMÍAS FACETADAS

Cuando las categorías y los objetos de una taxonomía deben complementarse se expresan mediante unas pequeñas taxonomías subordinadas de carácter transversal denominadas facetas. Son categorías excluyentes que ordenan objetos que se colocarían con gran dificultad en las clases del orden jerárquico o para evitar que se repitan en varias clases (MACULAN, 2014). Las facetas son atributos de los objetos que hacen referencia a: el tamaño, el color, la gama de precios, el material, la marca, el estilo, el acabado, el estado, las características especiales, el stock, la ubicación, el fabricante, los grupos de edad a los que se dirige e incluso las clasificaciones de los clientes. Son, por tanto, clases adicionales que muestran cierta proximidad a las asociaciones semánticas, preferentemente en las taxonomías de productos.

Los objetos facetados se corresponden con los valores de las facetas o con los valores de los atributos. Cada faceta suele presentarse como una clase separada en un listado plano, con sus subfacetas y objetos que ayudan a los usuarios a refinar las búsquedas y encontrar su camino multidimensional. Cada faceta interviene en la visualización y la navegación para ofrecer a los usuarios una forma de interactuar con los objetos. En particular en los directorios de productos, las facetas son medios para filtrar y acotar los resultados de la búsqueda (CODINA, 2018).

Otro valor de las facetas consiste en mostrar la apertura morfológica en relación con el empleo de adjetivos. Aunque la norma ISO 25964-1:2011 sigue recomendando evitar el uso de adjetivos como términos de tesaurus, permite excepciones en aquellos tesaurus destinados a indexar informes de síntomas médicos, colecciones de imágenes y otros no textuales, en los que los adjetivos son muy importantes para describir su aspecto. Mientras tanto, las facetas de las taxonomías justifican el uso de adjetivos solos para describir los atributos de los objetos. Su determinación debe hacerse a partir de adjetivos que transmitan inmediatamente las cualidades de los objetos a los usuarios.

## 2.5 TAXONOMÍAS, DONDE LOS SOC SE CRUZAN

Algunos atributos de las taxonomías han superado los límites establecidos por la organización categorizadora para alcanzar características hasta ahora representativas de otros tipos de SOC. Con relaciones adaptables a cada campo de conocimiento que permiten ubicar con precisión el significado según el ámbito de origen y uso. Lo que también aporta mayores posibilidades respecto a las asociaciones que existen en el lenguaje natural (SOLER; GIL, 2010). Incluso llegan a admitir nuevas categorías gramaticales, como sucede con los adjetivos en las facetas, lo que supone, de alguna manera, abrirse hacia relaciones que no dependen de las jerarquías, ni de las clases.

Incluso hay una confluencia de las taxonomías con las ontologías. Lo hacen posible los programas informáticos con las que se crean y gestionan, igual que sucede con los tesaurus, pues las dotan de características ontológicas que especifican los atributos de sus objetos y sus relaciones semánticas. En particular, para apoyar el funcionamiento de los grafos de conocimiento que pretenden una visualización más funcional, por lo que se utilizan cada vez más para organizar semánticamente los objetos en la Web y permitir mejores resultados de búsqueda para los usuarios (PÉREZ-MONTORO, 2022). Así, las taxonomías han pasado de ser sistemas de clasificación a herramientas interactivas que conectan a los usuarios con los objetos deseados en los sitios web y en los sistemas de gestión de contenidos (LAMBE, 2007). Por esa razón se formalizan las taxonomías sin tener que hacerlo desde ontologías muy complejas (HEDDEN, 2016).

El hecho de que los vocabularios tengan formato electrónico facilita su migración al entorno de la web semántica. Esto no sólo es útil para editarlos, sino también como mecanismo para representar

las relaciones entre diferentes esquemas conceptuales. Así, tienen la capacidad de relacionarse a partir de su similitud y de las relaciones existentes entre las entidades que los crearon y gestionan (MOREIRO, 2021). En tal caso, la reutilización no se queda en compartir la información, pues mejora la representación.

### 3 LOS TESAUROS COMO ORIGEN DE LAS RELACIONES ASOCIATIVAS

La norma UNE-ISO 25964-1 (2014) define al tesauro como:

Vocabulario controlado y vocabulario estructurado en el cual los conceptos están representados por términos, organizados de tal modo que las relaciones entre los conceptos son explicitadas, y los términos preferentes se acompañan de entradas para sus sinónimos o cuasi-sinónimos.

Esta definición no va mucho más allá de lo que es una taxonomía terminológica. Por lo que conviene considerar otros atributos que proporciona su funcionalidad:

- Es un vocabulario controlado para un campo de conocimiento.
- Elimina la ambigüedad terminológica proporcionando univocidad.
- Organiza los contenidos con el mismo vocabulario para indizadores y usuarios.
- Establece jerarquías categorizadas.
- Relaciona términos preferentes de clases distintas por asociación de ideas.
- Visualiza representativamente un campo de conocimiento.

De suerte que los términos preferentes representan los conceptos de un campo de conocimiento. Los tesauros están organizados en estructura jerárquica y los términos se identifican, combinan y asocian semánticamente. Sin embargo, los verbos y adjetivos aparecen aún nominalizados (UNE-ISO 25964-1, 2014), por lo que los tesauros no ayudan a representar las acciones si no a través de redes semánticas u ontologías.

El uso de los tesauros lleva décadas ofreciendo ventajas a la

hora de indizar y de recuperar, pues son sencillos de crear y de gestionar (LLORENS *et al.*, 2004). Afecta a su provecho que sean legibles y que muestren un grado de coherencia, por lo general, alto. A lo que se añade la gran abundancia de tesauros existentes. Por añadidura, muchos llevan bastante tiempo siendo probados y han demostrado gran eficacia, por lo que son un buen punto de partida para crear ontologías. Del mismo modo en que ofrecen inconvenientes, siendo los principales que, hasta la aparición de SKOS, no contasen con mecanismos para compartir información en la Web y que estuviesen pensados para campos de conocimiento restringidos. El tesoro es un vocabulario sin relación directa con los objetos y elaborado por consenso previo de creadores, no de los usuarios. Es elevado el coste de su creación, mantenimiento y funcionamiento, evitables solo con la automatización. Además, en formato plano ofrece dificultades para definir relaciones.

Las ideas y los términos no están aislados en la mente, ni en la investigación o en los documentos (BUSH, 1945). Se sitúan en relación con otras ideas o términos a partir de una organización de conocimiento más connotativa, no secuencial, mediante los vínculos que existen entre las ideas, igual que sucede en nuestra mente (FOUCAULT, 1971). La vecindad semántica favorece diferentes tipos de asociaciones: localización, tiempo, acción, calidad, cantidad o instrumento, de presencia constante en la teoría de la organización de los discursos. De forma que las relaciones asociativas se producen entre términos con proximidad conceptual, incluso parcial. Su empleo habilita a los términos preferentes a relacionarse con todos los demás, siempre dentro de una situación dada. Son relaciones difíciles de sistematizar, para evitar que resulten sesgadas.

Estas relaciones asociativas se han convertido en puntos de avance y proyección de los vocabularios (SÁNCHEZ-CUADRADO *et al.*, 2012) desde que se fijara la norma ISO 2788 (1986). Si bien su gran proyección se ha dado con los tesauros concebidos como redes semánticas (*Topic maps*. ISO/IEC FCD 13250: 1999) que permiten la relación entre nodos por medio de enlaces verbales, lo que da lugar a aceptar cualquier posible relación entre los conceptos, con tal que se demuestre. Por lo que funcionan como una ontología con mayor posibilidad asociativa frente a la restricción de los vocabularios no enlazados.

La ampliación de la idea de tesoro se debe, pues, a Internet que, con su oferta de hipervínculos entre documentos, hizo necesario diferenciar la representación de los contenidos mediante tesauros for-

malizados que reciben nombres de éxito relativo, como tesauro conceptual, para mejorar la precisión de las recuperaciones documentales aprovechan el diseño de ontologías por campos de conocimiento desde los que se autogeneran tesauros conceptuales que permiten distinguir los sinónimos, suprimir los homónimos e inducir relaciones asociativas entre los términos preferentes (CAMPOS; GOMES, 2006). En realidad, son tesauros formalizados que se activan con nuevas relaciones, más numerosas y mejor identificadas, para mejorar la representación y aumentar la precisión y la eficacia (MOREIRO, 2011). Por todo ello, los inicialmente denominados tesauros conceptuales se construyen y utilizan como ontologías.

Con este mismo sentido deben de considerarse los tesauros que incluyen verbos para complementar los tradicionales tesauros estáticos de sustantivos (LEVIN, 1993). Están causados por la necesidad de mejorar la precisión, en concreto cuando se trata de reutilizar software o de recuperar imágenes en movimiento. Manifiestan influencia de los sociogramas al establecer asociaciones entre los nodos de un grupo y de las redes matemáticas e informáticas basadas en la teoría de grafos para visualizar y representar cantidades importantes de datos. Asimismo, las redes semánticas son un método común de representar el conocimiento en el campo de la Inteligencia Artificial, que busca establecer comunicación entre las personas y las máquinas. No definen la estructura de los conceptos mediante jerarquías, utilizan redes de nodos que simbolizan los objetos y términos preferentes, junto a arcos que los enlazan para representar propiedades o relaciones entre conceptos (POLANCO, 2006). Su aplicación a tesauros y ontologías permite una visualización fácil en las pantallas y mejorar la búsqueda y la recuperación. Estas redes se representan gráficamente mediante nodos orientados. Al igual que en las taxonomías, se trata de visualizar la información, facilitar su navegación y conectarla mediante gráficos explícitos. Una evolución de ellas, con categoría de estándar, son los *Topic maps*, redes semánticas de tesauros ontológicos.

La Web semántica representa el conocimiento a través de vocabularios basados en ontologías, organizaciones de identidades, ya sean información u objetos del mundo real. El concepto de ontología proviene del sector de la Metafísica que estudia el ser, la existencia, los objetos. Desde ahí se proyectó a los sistemas conceptuales formales de representación digital (SÁNCHEZ-CUADRADO *et al*, 2007):

- Los conceptos se normalizan mediante términos asignados (metadatos).

- Las relaciones entre los conceptos se hacen explícitas.
- Las reglas lógicas y las restricciones de aplicación se determinan y se precisan.

#### 4 ESPACIOS DE CONFLUENCIA DE DIFERENTES SOC

SKOS fue la vía que abrió el acceso de los vocabularios de términos a los vocabularios conceptuales o semánticos. Suponía poder hablar de objetos de contenido, no sólo de expresiones lingüísticas. Los triples RDF de la norma SKOS sirvieron, ante todo, para reutilizar partes de estos vocabularios, enlazarlos y compartirlos. Tuvo como consecuencia inmediata el aumento del número de taxonomías y tesauros y la interconexión de diferentes tipos de SOC.

Con esta formalización se han alcanzado modelos híbridos de representación que incorporan información de taxonomías y folksonomías para mejorar los procedimientos empresariales o los servicios electrónicos. Se trata de corregir las deficiencias de las folksonomías trasladándolas a una organización jerárquica clasificada basada en la asignación a sus objetos de una granularidad bien definida (MOCNIK *et al.*, 2017). De este modo, las folksonomías pueden enriquecerse con una estructura taxonómica basada en los criterios de los etiquetadores, lo que produciría “folksonomías estructuradas” o, al menos, con cierta caracterización semántica. Se busca generar un SOC conceptual que responda a la tensión entre la capacidad de mejorar la disponibilidad y la obtención de mayor granularidad para las etiquetas propuestas (MOREIRO *et al.*, 2012). La finalidad es doble al quererse facilitar la presentación y recuperación de los datos, a la vez que agrupar los términos formulados en jerarquías donde cada término se asigna a una sola clase. Sin olvidar el comportamiento y el valor del criterio humano, cuando el negocio, el servicio o los usuarios requieren más recursos que estén mejor definidos y diferenciados (BOLAÑOS; MOREIRO, 2018).

La combinación se establece de manera bastante natural entre las taxonomías y los tesauros, ya que el orden y la categorización de las taxonomías apoyan la construcción y gestión de los tesauros. El propio software, desarrollado en su mayoría para construir tesauros, permite asimismo la construcción y gestión de taxonomías. Así pues, el software de gestión de vocabulario no diferencia entre esos dos SOC, más bien fomenta su enfoque compartido, incluso hacia las ontologías (PASTOR; MARTÍNEZ, 2009).

En las taxonomías formalizadas las asociaciones se establecen de forma pragmática, pues guían a los usuarios cuando navegan y ayudan a quienes indizan manualmente a identificar conceptos de interés relacionados. Por definición, los tesauros tienen relaciones asociativas y las taxonomías no (UNE-ISO 25964-1, 2014). Pero, incluso en esta circunstancia, ayuda a que las taxonomías y los tesauros converjan el hecho de poderse crear un SOC híbrido con sólo unas pocas relaciones asociativas muy seleccionadas. No puede olvidarse, en este punto, la cercanía de las facetas a las relaciones asociativas. La diferenciación entre tesauros y taxonomías a partir de las relaciones asociativas se hace más por la función que por la estructura lingüística, ya que los tesauros se centran en las terminologías, mientras que las taxonomías se orientan más recuperar otros objetos de contenido. Este empleo de las relaciones asociativas en las taxonomías puede resultar más inconsistente que en los tesauros. Razón de más para que las taxonomías y los tesauros tiendan a confluir.

La aproximación entre las taxonomías y las ontologías tiene su causa principal, igual que sucede con los tesauros, en la utilización concurrente de las mismas herramientas informáticas. Los estándares de la Web Semántica, sobre los que se construyen las ontologías, las han acercado a las taxonomías y a otros SOC. Son dos los tipos principales de estándares que intervienen en estos procesos, los que se destinan al diseño, la interfaz y la experiencia de los usuarios que llevan en vigor desde hace casi veinte años mediante ANSI/NISO Z39.19 (2005) y BSI Group (2005-2007), luego sancionados por la norma ISO 25964-1 (2011). Se aplican a taxonomías y tesauros con independencia de que su formato sea digital o no. Mientras que los estándares para la compatibilidad, la interoperabilidad y la legibilidad de la máquina tienen en ellas menor desarrollo y se aplican sólo a formatos digitales. La mayoría de los programas que gestionan tanto taxonomías como tesauros se desarrollan con SKOS. Se incluyen muchos de los programas preexistentes que se han transformado siguiendo esta recomendación. En todos ellos, los conceptos se identifican con referencias URI, lo que ha permitido surtirlos con etiquetas textuales multilingües y estructurarlas desde diferentes pautas de relación, entre las que incluyen vínculos asociativos no jerárquicos (W3C, 2009).

Este modelo permite mapear conceptos de diferentes esquemas, así como organizar conjuntos de objetos y ofrece una comprensión inmediata e intuitiva de los elementos componentes, al presentar sus nombres completos legibles por quien los utiliza, por más que esté

pensado para ser legible por los ordenadores. Ambas capacidades favorecen que las aplicaciones de SKOS, que conceden características ontológicas y precisan los atributos de sus objetos y las relaciones semánticas, se singularicen respecto a las necesidades concretas. Por lo que, quien trabaje en el diseño o en la gestión de taxonomías y tesauros conceptuales, debe de estar familiarizado con la presentación de los datos SKOS que aparecen, con variaciones, en los diferentes paquetes de software. Desde luego, SKOS es la abertura necesaria hacia el exacto formalismo de las ontologías definidas con OWL (RAMALHO, 2015).

Mientras que las taxonomías propician a los usuarios la capacidad de búsqueda y recuperación de información, las ontologías benefician que se puedan efectuar consultas complejas, explorar un mayor número y tipo de relaciones y acceder con agilidad no sólo al contenido, si no a los datos asociados. Sin olvidar que las taxonomías organizan las relaciones semánticas de jerarquía entre los objetos de las ontologías. Como se comentó antes, dotar a las taxonomías de una capa semántica se puede hacer desde ontologías bastante simples, dado que el propio sistema de relaciones es más reducido y evidente, aparte de que el tamaño de las taxonomías es, en general, menor en comparación con los tesauros. Incorporar ontologías a las taxonomías aumenta su utilidad, razón por la que empresas, organizaciones y servicios de todo tipo las aplican sin cesar. Desde luego, casi siempre, se ha procedido a agrandar el volumen de los propios objetos y las relaciones de las taxonomías hasta transformarlas en ontologías. Para, después, abordar los aspectos de modelado y diseño de clases, así como las relaciones y atributos de la ontología, donde se incluyen las mejores opciones respecto al escenario de empleo y a las estrategias seguidas por la entidad y por los usuarios.

## 5 SÍNTESIS FINAL

Los SOC muestran unas características que perfilan las circunstancias que están atravesando. Unas son ya su realidad de referencia desde hace dos décadas, como que su actuación más destacada se realiza en Internet o que el mapeo, la interoperabilidad y hasta la interconexión de los diferentes vocabularios y SOC para tratar de evitar los silencios causados porque un mismo concepto esté representado con diferentes términos en distintos vocabularios o esquemas de metadatos, incluso contando aún con problemas de polisemia y de ausencia de la semántica de mundo concreta. Incluso, cuando se desconoce en

qué vocabulario se encuentra ese concepto, sería una aproximación razonable para realizar la consulta valerse de recursos que contengan diversos vocabularios, como las herramientas de la Web semántica *Open metadata registry* (OMR) o *Linked open vocabularies* (LOV). Otra es la idónea representación visual de los datos, de la situación y del campo de conocimiento referidos, así como del modelo de visualización elegido que contribuya a mejorar la experiencia de los usuarios.

Los lenguajes documentales se componían de términos sustantivos con univocidad de significado y estructura estática ordenada por categorías y con representación arborescente. La búsqueda y la recuperación eran léxicas. Sin considerar la determinación semántica de los estándares, los vocabularios se han dinamizado con las posibilidades de incluir verbos y adjetivos en los esquemas visuales e incluso en los terminológicos. Los conceptos de los vocabularios y esquemas se pueden relacionar desde expresiones verbales y visualizar con adjetivos, lo que amplía su potencial semántico. Frente a la univocidad anterior, ahora se llegan a aceptar todas las expresiones y significantes de un concepto. Además, su aplicación es enlazada y se expanden mediante asociaciones semánticas. La desambiguación de los objetos de contenido se realiza mediante *Schemas* formales. A lo que se añade la flexibilidad que supone actuar en una situación y un campo de conocimiento concretos a la hora de fijar el significado de los objetos. Esta contextualización los sitúa dentro de la semántica de mundo que hace lógicas la identificación de los conceptos y las relaciones existentes entre ellos. Al emplear redes semánticas de representación su estructura es dinámica pues se parte siempre de una situación contextual concreta.

Muy relevante es la ampliación de uso de los SOC, tanto hacia las actividades profesionales como hacia tareas ajenas al ámbito científico-técnico. Desde luego, se mantiene y mejora la anterior función de atender a los conceptos representativos de un campo del conocimiento, al tiempo que ahora se presta atención también a las etiquetas identificadoras y descriptivas en la recuperación de cualquier objeto de información institucional, empresarial y comercial. Esto amplía las actividades de los profesionales al convertirlos no solo en diseñadores y gestores de SOC, sino en analistas e interpretadores de los datos que organizan, su representatividad y la posibilidad de generalizar los resultados para suministrar la información elaborada a los responsables de su institución, desde la cual decidirán tomar las decisiones más adecuadas.

La combinación de las estructuras de los SOC, una de sus ten-

dencias más notables favorecida por la conjunción de los estándares, las normas y la propia utilidad aplicativa, resalta la importancia de satisfacer las necesidades informativas de los más variados usuarios, científicos y técnicos de todos los campos del conocimiento, de profesionales actuantes en los sectores más heterogéneos y de cualquier persona que se acerca a Internet o a los sistemas y unidades de información para averiguar lo que precisa. La respuesta a situaciones tan variadas coloca a los SOC en un cruce que agrega y acopla las herramientas y las lleva evolucionar según el uso buscado.

## AGRADECIMENTOS

Acción financiada por la Comunidad de Madrid a través de la línea de “Excelencia del Profesorado Universitario” del Convenio Plurianual con la UC3M (EPUC3M02), en el marco del V PRICIT.

## REFERENCIAS

- ANSI/NISO Z39.19-2005. **Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies**. Bethesda, Maryland: NISO Press, 2005. <http://www.niso.org/standards/resources/Z39-19-2005.pdf>.
- ATZENI, P., DE ANTONELLIS, V. **Relational database theory**. Benjamin-Cummings. 1993.
- BOLAÑOS MEJÍAS, M. C., MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Folksonomy Indexing From the Assignment of Free Tags to Setup Subject: A Search Analysis into the Domain of Legal History. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 7, p. 574-585. 2018. DOI:10.5771/0943-7444-2018-7-574
- BSI Group. **Structured vocabularies for information retrieval: guide**. London: BSI, 2005-2007. (BS 8723/1-4).
- BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, 176, p. 101-108, 1945. <https://www.ias.ac.in/article/fulltext/reso/005/11/0094-0103>
- CAMPOS, M. L. A., GOMES, H. E. Metodologia de elaboração

de Tesouro Conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 11, n. 3, p. 348-359, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000300005>

CODINA, L. **Qué es una taxonomía y cómo se aplica a un sitio web**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Facultad de Comunicación. 2018.

DE ASSIS, J., MOURA, M. A. Folksonomia: a linguagem das tags. **Encontros bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 18, n.36, p. 85-106, 2013 DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n36p85>

DE BARROS, C. M., DE SALES, R., DA ROSA, R. V. Folksonomias: estrutura e aplicações. **Informação & Informação**, v. 27, n.1, p. 429-456, 2022. DOI: 10.5433/1981-8920.2022v27n1p429.

FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard. 1971.

HEDDEN, H. **The accidental taxonomist**. Medford: Information Today, Inc.

ISO/IEC FCD 13250:1999. **Topic Maps. Document Description and Processing Languages**. 2016. Disponível em: <http://www.topicmaps.com/content/resources\iso13250/iso13250-1999-fcd.htm>

ISO 2788:1986. **Information and Documentation - Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri: international standard ISO 2788 / ISO**. Genève. 1986.

LAMBE, P. **Organising Knowledge: taxonomies, knowledge, and organizational effectiveness**. Oxford: Chandos publishing. 2007.

LEVIN, B. **English Verb Classes and Alternations: a preliminary Investigation**. Chicago: The University of Chicago Press. 1993.

LIMA, G. N. B. O.; MACULAN, B. C. M. D. S. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 46, n. 1, 2017. DOI: 10.18225/ci.inf.v46i1.4014

LLORÉNS, J. *et al.* Automatic generation of domain representations using thesaurus structures. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 55, n.10, p. 846-858. 2004. <https://doi.org/10.1002/asi.20039>

MAI, Jens-Erik. Folksonomies and the New Order: Authority in the Digital Disorder. **Knowledge Organization**, n. 38, p. 114-22, 2011. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2011-2-114.pdf>

MORATO, J. *et al.* Wordnet applications. GWC 2004. Proceedings of GWC. **Anais... SECOND INTERNATIONAL WORDNET CONFERENCE**, 2004

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. De los vocabularios terminológicos a los sistemas de organización de objetos. ALMEIDA, B.; COSTA, R.; MEDEIROS, F. **Controlled vocabularies and knowledge organisation for the digital humanities**: Proceedings. Online workshop. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. CLUNL. 2021, p. 8-15.

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A., SÁNCHEZ-CUADRADO, S., MORATO-LARA, J. Mejora de la interoperabilidad semántica para la reutilización de contenidos mediante sistemas de organización del conocimiento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v. 17, n. 33, 2012, p. 46-58. DOI: 1518-2924.2011v17n33p46

MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Aplicación de las ciencias del texto al resumen documental. **Boletín Oficial del Estado**, Universidad Carlos III de Madrid, 1993.

PÉREZ-MONTORO, M. **Comunicación visual de la información**: qué y cómo podemos narrar con datos. Rio de Janeiro: IBICT, 2022

POLANCO, X. Análisis de redes: introducción. In: ALBORNOZ, M., ALFARAZ, C. **Redes de conocimiento**: construcción, dinámica y gestión, Buenos Aires, 2006. p.77-112.

RICYT/CYTED/UNESCO. 2022. Disponível em: <https://hal.>

[archives-ouvertes.fr/hal-00218397/document](http://archives-ouvertes.fr/hal-00218397/document)

RAMALHO, R. A. S. Análise do modelo de dados SKOS: sistema de organização do conhecimento simples para a web. **Informação & Tecnologia (Itec)**, v. 2, n. 1, p. 66-79, 2015. Disponível: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41477>.

ROLLA, Peter J. User Tags versus Subject Headings. **Library Resources & Technical Services**, n. 53, p. 174-84. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5860/lrts.53n3.174>

SÁNCHEZ-CUADRADO, S., *et al.* De repente, ¿todos hablamos de ontologías? **El profesional de la información**, v. 16, n. 6, p. 562-568. 2007. DOI: 10.3145/epi.2007.nov.03

SÁNCHEZ-CUADRADO, S., COLMENERO, M. J., MOREIRO, J. A. Tesauros: estándares y recomendaciones. **Profesional de la información**, v. 21, n. 3, p. 229-235. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2012.may.02>

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 30, p. 1-31. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14716919002.pdf>

SOLER MONREAL, C., GIL-LEIVA, I. Posibilidades y límites de los tesauros frente a otros sistemas de organización del conocimiento. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 33, n. 2, p. 361-377, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1790/179015630004.pdf>

UNE-ISO 25964-1:2014. **Información y documentación.** Tesauros e interoperabilidade com outros vocabulários. Parte 1. Madrid: AENOR, 2014.

VITAL, L. P., CAFÉ, L. Proposta para o desenvolvimento de taxonomias em portais corporativos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 42-54, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37973>

WARNER, J. Semiotics, Information Science, Documents and Computers. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 1, p. 25, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb026850>

W3C. **Manual de SKOS (Simple Knowledge Organization System, Sistema Simple de Organización del Conocimiento)**. 2009. Disponível em: <https://skos.um.es/TR/skos-primer/>

WERSIG, G. **The problematic Situation as a Basic Concept of Information Science in the Framework of the Social Sciences: A Reply to Belkin**, en FID. *Theoretical Problems of Informatics: New Trends in Informatics and its Terminology* (48-57). Moscow: VINITI, 1979.



# PERCEPÇÕES SOBRE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL: o caso do Centro Cultural São Francisco – João Pessoa – PB

PERCEPTIONS ON MEDIATION OF CULTURAL  
INFORMATION: *the case of Centro Cultural São Francisco - João  
Pessoa - PB*

Hildenise Ferreira Novo<sup>1</sup>



Maria da Consolação Policarpo<sup>2</sup>



## 1 INTRODUÇÃO

Para a discussão acerca das ações humanas e dos fenômenos sociais, é preciso partir da premissa de que todas são permeadas pela cultura e são cheias de significados que dão sentido à vida cotidiana. O homem é essencialmente um ser cultural, apesar de nada ser puramente natural no homem (CUCHE, 1999).

A cultura é uma ciência inventiva e interpretativa que envolve o acesso ilimitado aos bens culturais, às identidades dos atores sociais, às políticas de preservação cultural, ao gerenciamento, à criação, difusão, mediação e apropriação de bens culturais, entre outros. São ações que fazem parte da busca da ciência por novos conhecimentos, intimamente ligados ao modo como se opera a cultura, como esta é mediada e como ela se realiza em cada grupo social da informação em meio cultural.

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 4).

---

1 Professora Doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0986-7164>.

2 Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1702-0011>.

Para referenciar o assunto, será preciso dialogar com a informação em arte, a memória, o patrimônio cultural, a mediação da informação cultural e com a noção de documento, campos científicos continuamente reelaborados e ressignificados dentro das Ciências Sociais e, em especial, no campo da Ciência da Informação.

A partir desse entendimento, a presente pesquisa objetiva analisar as ações de mediação para a apropriação da informação em espaços de cultura e patrimoniais, a exemplo dos Centros Culturais e dos acervos temporários e/ou permanentes que nele estão inseridos, e de como a arte, em especial o azulejo, enquanto elemento patrimonial agregado ao monumento, pode atuar como dispositivo de mediação da informação.

Na atualidade, os Centros Culturais se apresentam como uma nova forma de funcionalidade social dada aos monumentos histórico-artísticos que podem ser espaços protegidos ou não. Funcionam como um ponto de encontro das comunidades, um lugar onde as pessoas se reúnem para desenvolver atividades de exposição e conservação de suas tradições. Sobre esses espaços, pode-se questionar em que perspectiva eles existem para atender a essas finalidades? Pode-se compreender os Centros Culturais e os seus profissionais como equipamentos culturais e agentes de mediação cultural, respectivamente? Ou ainda, o que determina que essas instituições e seu acervo material, sejam qualificadas como dispositivos de mediação? Existem critérios e aporte teórico que possam embasar essa conceituação?

Esses questionamentos e lacunas norteiam a escrita deste artigo cujo tema é “Percepções sobre mediação da informação cultural: o caso do Centro Cultural São Francisco, em João Pessoa-PB”, pensado em virtude dos parcos estudos e referências que problematizam o entendimento de como se processa a mediação da informação nesse tipo de ambiente e com o azulejo como objeto de mediação.

O objetivo geral deste estudo é analisar o Centro Cultural São Francisco de João Pessoa - Paraíba - Brasil, o seu acervo azulejar, os agentes e as ações enquanto dimensões de mediação cultural em interface com o contexto sociocultural local. De forma mais específica, objetiva-se reconhecer o espaço, o azulejo, os agentes e as ações como dimensões da mediação cultural, considerando o perfil histórico, artístico e patrimonial do Centro Cultural São Francisco. Por isso, julga-se que as ações sejam conscientes e transformadoras, o que só pode acontecer, mediante a ancoragem no conhecimento teórico-metodológico

encontrado no campo multidisciplinar da Ciência da Informação

Neste capítulo será trabalhado o estudo de caso como método de pesquisa aplicada. O estudo de caso se utiliza do raciocínio analógico que permite mergulhar na particularidade do fenômeno ou de um objeto delimitado, possibilitado pela penetração na realidade social através da pesquisa de campo.

A complexidade de abordagem dessa escrita pode ser referenciada pelas principais características de um estudo de caso. Entre estas características destacam-se a observação do fenômeno em seu ambiente natural, os dados podem ser coletados por diversos meios, a pesquisa pode envolver uma ou mais entidades, pessoa, grupo, ou organização, pode envolver ainda questões «como» e «por que» ao invés de frequências ou incidências, além de focar eventos contemporâneos (MORESI 2013).

## 2 A INFORMAÇÃO EM ARTE

Falar sobre informação em arte, envolve uma discussão fenomenológica, por se tratar de dois fenômenos socioculturais e transdisciplinares ligados a duas áreas disciplinares das Ciências Sociais, que são a informação e a arte. Esta última, se instala no mundo por meio do aparato cultural que envolve os objetos, os discursos, os produtores e os consumidores, as atitudes de admiração, entre outros (COLI, 1995). Outros autores colaboram com o pensamento deste autor ao dizer que, determinar o que seja ou não arte é quase impossível e que tudo dependerá dos valores culturais e do contexto histórico em que esta é produzida (ECO, 1981). Sabe-se que os valores da arte são históricos e se estabelecem nas relações e a partir destas, dentro de um contexto cultural.

A informação tem sua estruturação a partir dos signos linguísticos cognitivamente processados e convencionados de modo a fazer sentido sobre aquilo que o homem vê, ouve, sente e pensa, sendo, então, mediada e transferida por meio da ação da comunicação. Esse processo de mediação e transferência da informação pelos signos encontra aporte na memória, sendo estes socialmente construídos, podendo ser condicionados em suportes ou artefatos e se efetivando na relação de construção de significados.

A Ciência da Informação, que tem a informação como objeto de estudo, formula e discute inúmeros conceitos sobre o assunto. O célebre livro “O que é informação” de Le Coadic (1996, p. 4), diz que

se trata de “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte, e que comporta um elemento de sentido”. Através dessa definição, é fácil identificar a importância do sentido, isto é, do aspecto semântico inerente à informação.

A palavra informação significa assim a imposição de uma forma, de uma modelação ou de contornos sobre uma coisa, uma ideia, uma entidade distinguida no meio envolvente em que está e é o ser humano, a pessoa, que impõe aquela forma. Esta imposição é interior, vem de dentro, da própria pessoa que é informada ou que se informa (ILHARCO, 2003, p. 174).

A vinculação do termo informação a um objeto artístico tem a ver com as reformulações e novas concepções de documento no campo da Ciência da Informação. Com relação aos bens materiais, culturais e patrimoniais, é inquestionável a ação de informação que estes objetos carregam, podendo, dessa forma, se apresentar como objetos-documentos artísticos, artefatos de informação, que, pelo entendimento da cultura material e da documentação, são muito mais do que objetos.

A efetivação da interface da informação e da arte se realiza na verificação científica desses dois campos disciplinares. A Ciência da informação é a ciência onde os estudos da informação em arte são desenvolvidos e propiciando um novo um novo campo de saber, de pesquisas e de interdiscursos com caráter inter e multidisciplinar. Pode-se dizer que a informação em arte é o “estudo da representação do conteúdo informacional de objetos/obras de arte, a partir de sua análise e interpretação e, nesse sentido, a obra artística é fonte de informação” (PINHEIRO; GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000).

Há instrumentos e aparelhos físicos e digitais que realizam a disseminação da informação em arte. Entre estes instrumentos, estão os museus, as galerias e os Centros Culturais. “Nossa cultura também prevê locais específicos onde a arte pode manifestar-se, quer dizer, locais que também dão estatuto de arte a um objeto” (COLI, 1995, p. 10).

## 2.1 O DOCUMENTO ARTÍSTICO-VISUAL E O AZULEJO

É crescente o número de pesquisadores que se utilizam dos documentos visuais e não verbais como objeto de suas investigações. É inegável a construção da informação culturalmente construída e efeti-

vada nos suportes imagéticos artísticos que cada comunidade viabiliza ao longo do tempo. Inúmeros estudos são realizados acerca do tempo e do lugar em que se insere o material visual, assim como do poder informacional que os mesmos carregam.

Esse nascimento do contexto informacional nesses suportes é bem complexo, pois envolve processos cognitivos, tanto em relação aos aspectos formais extrínsecos, quanto aos aspectos mais subjetivos, que necessitam de uma análise e interpretação das qualidades intrínsecas do objeto para gerar a informação, e isso só é possível com suportes teóricos e metodológicos apropriados. A Ciência da Informação atenta e explora cientificamente a diversidade dos formatos de registro de informação e o seu entendimento como documento.

É preciso atentar para

A necessidade de uma definição de ‘documento’ e documentação (ou seja, armazenamento e recuperação da informação) de forma a incluir objetos naturais ou artefatos, objetos com marcas de atividades humanas, objetos concebidos para representar ideias, e obras de arte, além de textos. O termo “documento” (ou “unidade documentária”) foi usado para denotar coisas ou objetos informacionais (BUCKLAND, 1991, p. 354-355).

Sabe-se que a dinâmica dos formatos de registros de informação alterou-se radicalmente ao longo do tempo, principalmente com a migração do ambiente físico para o virtual, proporcionado pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, introduzindo novas perspectivas, desafios e problemas, além de novas formas de apropriação e acesso. Porém, há, ainda, formatos de registros de informação que não perderam espaço para os meios digitais, por se constituírem em um acervo histórico, memorialístico e registros físicos não verbais dos artefatos de cultura material, de bens móveis integrados, que são referências da presença do homem, das relações que estes estabeleceram e dos signos que convencionaram.

Os destinos das significações situam-se, assim, no âmbito das relações entre sujeitos e artefatos, ou sejam, suportes materiais erigidos em objetos portadores- produtores de sentidos que, no quadro geral da construção das significações, alteram

nossas relações com o conhecimento, a cultura e conosco mesmo (PIERUCCINI, 2007, p. 4).

A partir dessa perspectiva, observa-se azulejo, objeto de cultura material artístico e imagético, que na sua concretude e visibilidade imagética, guarda registros, temporalidade, discursos e valores de uso. Não é apenas um suporte geométrico, frio e estático de uma época, mas um registro memorialístico, composto de informações multidisciplinares de cunho econômico, político, social, cultural e patrimonial. Um artefato e suporte de informação em arte, que congrega cientificamente, num mesmo dispositivo enunciado, comunicação e representação.

O azulejo é uma linguagem artística que surgiu com finalidade utilitária e decorativa, assumindo posteriormente, valor simbólico e patrimonial. Com suas cores, luz e brilho, chegou e ocupou, para sempre, o espaço na arquitetura, na construção social do lugar, no espaço de moradia, da casa de oração, do trabalho e do lazer. Foi ponte social, contou histórias, ligou espaços, tempos, indivíduos, culturas e produziu relações afetivas. Não é uma criação portuguesa nem brasileira, mas, foi em terras lusitanas e em suas colônias, como o Brasil, que se reinventou, fortaleceu sua identidade, ganhou características específicas e passou a fazer parte da sociedade e da cultura local enquanto arte utilitária e importante meio de persuasão (POLICARPO, 2021).

O azulejo é representativo de uma classe detentora de poder político e social guiada pelo modo de vida vigente, que exigia desta sociedade uma performance social, um cenário de decoração adequado, que refletisse de forma determinante, na organização do espaço de convivência social e na importância dada à decoração desses ambientes (LEITÃO, 2016). Nessa perspectiva, e com tantas peculiaridades, o azulejo carrega muitas informações históricas e culturais que precisam ser acessadas e mediadas e de forma assertiva e consciente.

### 3 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL

A mediação tem íntima relação com a cultura e com o patrimônio cultural nela inserido, uma vez que é dentro de uma determinada cultura, de uma ordem simbólica, com sentidos, invenções e significações de uma realidade que a ação de mediação acontece (CUCHE, 1999).

Diante das consequências da influência da globalização, a cultura está deixando de ser um valor paradigmático de conservação de

dogmas estéticos, políticos e sociais, e busca ser uma declaração de intenções (BAUMAN, 2013). Esse novo tempo também requer mudanças de paradigmas, novas exigências que podem envolver novas ações de cognição, de competências e habilidades frente ao estudo teórico e empírico da ação cultural. Assim, é preciso que alguns paradigmas sejam quebrados para que o protagonismo cultural de fato se efetive a partir do esforço desse compartilhamento.

A ação de informar e de informar-se, estão imbricadas e cada vez mais complexas e especializadas diante do desenvolvimento tecnológico, histórico e cultural. Nesse cenário, é preciso redimensionar, cultivar e se apropriar dos dispositivos, saberes e fazeres produzidos e usufruídos pelo grupo, em prol de um protagonismo cultural (LARA; FUJIO; NORONHA, 2007). Portanto, a mediação é categoria intrínseca a qualquer processo cultural e, a cada dia, está ganhando espaço em diversas áreas do conhecimento onde a informação é objeto de estudo. A ciência e a pesquisa científica devem pensar o processo de mediação cultural ou intercultural, em detrimento da conservação e/ou da difusão cultural (PERROTTI, 2009).

Pode-se conceituar mediação como:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

A Mediação Cultural pode ser,

Utilizada em diferentes contextos, recobrando um conjunto multiforme de práticas culturais. [...] categoria pensada em relação a contextos e processos precisos, já que se pode falar tanto em mediação cultural em contextos difusos, como em museus, bibliotecas, teatros e outros equipamentos culturais, considerando-se, ainda, em relação a estes uma gama diversificada de manifestações

diferenciadas em cada um desses equipamentos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 4).

Também é preciso que se conceitue democracia cultural em detrimento de democratização e que sejam observadas e consideradas as diferenças entre acesso e apropriação cultural, entre oferta e participação cultural, entre usuários e protagonistas culturais.

Nesse sentido, para uma reflexão potencializadora de construção de novos conhecimentos é preciso que este conhecimento esteja em estado de compartilhamento, resultante do esforço de coletivizar um conhecimento construído individualmente e socialmente (PERROTTI, 2017). Esse compartilhamento, via mediação, não se dá de forma neutra, dada a sua condição de ser um processo histórico social, ou seja, é processo que não pode ser dissociado do tempo, do espaço, do entorno e do contexto social, político, econômico e cultural em que se encontram os atores envolvidos (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

### 3.1 DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO CULTURAL

O contexto onde se desenvolve o processo de mediação cultural envolve várias dimensões. Tem-se o espaço ou equipamento cultural onde se desenvolve a mediação e o repertório informacional e, dentro deste, o dispositivo, o agente mediador e as ações mediadoras.

#### 3.1.1 O Espaço

A mediação cultural pode ser realizada em diferentes contextos e ambientes informacionais e culturais, como é o caso dos museus, bibliotecas, sala de leitura, teatros e outros equipamentos culturais, atribuindo-se, a cada um desses equipamentos, uma gama diversificada de manifestações (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Estes espaços físicos, enquanto ambientes informacionais, são um aspecto essencial para o fortalecimento da dialogicidade, e da promoção do conhecimento nos grupos sociais.

Os Centros Culturais, públicos ou privados, se apresentam como exemplos de equipamentos culturais de promoção à cultura na comunidade em que estão inseridos. Estes espaços têm a missão social de auxiliar na democratização da informação cultural como forma de colaborar para o ensino, para o desenvolvimento de pesquisas e para a apropriação do conhecimento e da cultura pela comunidade em que estão inseridos.

Neste estudo de caso, o espaço em questão, onde acontecem as ações de mediação cultural, é o Centro Cultural São Francisco e o seu acervo azulejar permanente, localizado no Centro Histórico da cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, Brasil. O Centro funciona em um conjunto arquitetônico pertencente à Ordem Franciscana que chegou à Paraíba no século XVI. Vale salientar que a história da Paraíba está intimamente ligada à ação evangelizadora dessa ordem que chegou à colônia com objetivos claros de doutrinação e persuasão na fé católica junto aos nativos, escravos e invasores (GLAUCE BURITY, 2008).

O conjunto é formado pela Igreja de São Francisco, pelo Convento de Santo Antônio, Capela da Ordem Terceira de São Francisco, Capela de São Benedito, Casa de Oração dos Terceiros também chamada de Capela Dourada, Claustro da Ordem Terceira, uma fonte, além de um grande adro com um cruzeiro, constituindo um dos mais notáveis testemunhos do barroco rococó no Brasil. Trata-se de um *locus* de salvaguarda do patrimônio brasileiro e paraibano, por resguardar, em suas paredes, altares e obras tridimensionais, um grande acervo informacional desse período áureo da história da arte incluindo neste acervo o azulejo. Em 1979, foi fechado para restauração pelo Governo do Estado da Paraíba, sendo reaberto e inaugurado em março de 1990, como Centro Cultural São Francisco. Por sua importância, todo o complexo é tombado pelo IPHAN.<sup>3</sup> Abaixo tem-se, respectivamente, fotografias da logomarca e da fachada do monumento.

#### Quadro 1 - Logomarca e fachada do Centro Cultural São Francisco respectivamente.



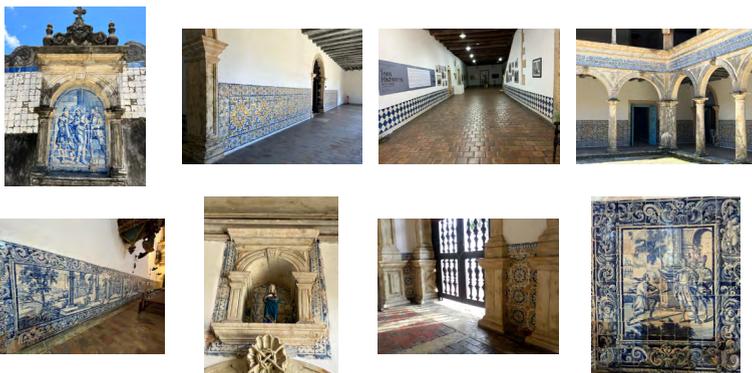
Fonte: Acervo da autora<sup>4</sup> sob autorização de acesso ao imóvel nº 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

<sup>3</sup> O monumento foi tombado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil. em 1938, por meio do Processo nº 42-T-1938, inscrição no Livro do Tombo Histórico sob o número 20 de 05/05/1938 e inscrição no Livro do Tombo Belas Artes sob o número 47 de 05/05/1938.

<sup>4</sup> POLICARPO, 2021.

A informação está presente em todos os espaços deste monumento, porém, este estudo tem interesse, especificamente, no acervo azulejar que o referido centro abriga. Trata-se de um dos maiores acervos azulejares do Estado da Paraíba, incluindo os primeiros exemplares de azulejos chegados ao estado advindo de Portugal por volta do século XVII. Os azulejos podem ser encontrados em variados espaços do monumento como na torre, no adro, na galilé, na nave e no claustro. Abaixo tem-se um panorama das tipologias encontradas no monumento.

### Quadro 2 - Panorama geral das tipologias azulejares encontradas no Centro Cultural São Francisco.



Fonte: Acervo da autora<sup>5</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Por ser um espaço criado e mantido pelo Governo do Estado, o Centro Cultural São Francisco integra um regime de informação de cunho político e social. Ao destacar-se o caráter social, material e público da informação, é preciso atentar para os regimes de informação que envolvem sujeitos, dispositivos, linguagens, comunidades discursivas, poder, intencionalidades e estratégias asseguradoras da preservação da informação e da memória social. Trata-se de um lugar onde a informação é assegurada e o conhecimento dos saberes pode ser compartilhado e se efetiva por meio de agenciamentos sejam sociais ou tecnológicos (POLICARPO, 2021).

<sup>5</sup> POLICARPO, 2021.

### 3.1.2 O Dispositivo

Conforme discutido anteriormente, a natureza dos objetos informacionais vem se alterando. Os objetos culturais passaram a serem visto muito mais que signos, são discursos capazes de produzir deslocamentos intelectuais emocionais e afetivos (PERROTTI, 2014). O repertório informacional e seus dispositivos de equipamento cultural são diversificados em conteúdo, natureza de informações, seja universal ou local, linguagens e suportes, e que tem em vista atender às necessidades informativa, formativa e cultural dos usuários (PIERUCCINI, 2007). É válido lembrar que, ao apropriar-se dos dispositivos, também estamos nos apropriando do conhecimento. Mas a inversão também é válida, pois apropriar-se do conhecimento também permite a apropriação dos dispositivos, com seus saberes e lógicas próprias.

A noção de dispositivo cultural, aplicada à abordagem de ambientes informacionais, como os Centros Culturais, é um avanço dentro das Ciências Sociais que vem desde o entendimento da noção de intencionalidade aplicada ao dispositivo (FOUCAULT, 1979). Hoje, entende-se que o dispositivo consiste em um instrumento técnico-semio-pragmático que carrega informações se apresentando como um mediador da informação na relação entre o profissional da informação, o sistema e o usuário. Por isso, adapta-se bem ao azulejo, a noção do dispositivo informacional, por articular, em sua representação descritiva e temática, essas dimensões que envolve intenções, modos do funcionamento material e simbólico e de interação próprios, ou ainda, como uma instância ou um local social de interação e de cooperação.

Todo dispositivo informacional é uma configuração complexa, constituída por elementos heterogêneos: ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais. Tais elementos são signos portadores de sentidos, incrustados nos conteúdos guardados pelos dispositivos informacionais, constituindo-se elementos de sua natureza (PIERUCCINI, 2007, p. 6).

Portanto, repertório informacional e dispositivo explícito, nesta pesquisa, é toda a tipologia azulejar encontrada agregada ou *in loco* ao monumento arquitetônico, no caso o Centro cultural São Fran-

cisco. Vale salientar ainda que, o próprio monumento, em si, também se apresenta como um dispositivo, por agregar e mediar, ele mesmo, uma informação histórica e artístico-cultural.

Os dispositivos de mediação azulejar no Centro Cultural São Francisco iniciam-se pelo adro. Os visitantes, ao chegarem ao monumento, são recepcionados por seis painéis historiados encaixados em três nichos de cada lado dos muros laterais, retratando cenas da via sacra, conforme imagens abaixo.

**Quadro 3** - Nichos azulejares encontrados nas paredes laterais do adro.



Fonte: Acervo da autora<sup>6</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Fazendo contorno aos painéis historiados, toda a área do adro tem ainda as paredes e colunas totalmente revestidas por azulejos tipo enxaquetado<sup>7</sup> azul e branco de texturas lisas. Essa mesma tipologia de azulejo também se repete na torre do cruzeiro e em uma sala interna.

<sup>6</sup> POLICARPO, 2021.

<sup>7</sup> Azulejo enxaquetado - composição azulejar obtida pelo agrupamento assentados em diagonal de azulejos com formas geométricas e dimensões variáveis.

#### Quadro 4 - Tipologia de azulejo enxaquetado.



Fonte: Acervo da autora<sup>8</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Adentrando a igreja, na galilé, vê-se outra tipologia no revestimento das paredes laterais e guarnecendo as portas da entrada principal e do portal de acesso à nave principal. São exemplares de azulejos mono e policromáticos setecentistas de tipologia majólica ou maiólica de influência mourisca, de padrão 2 x 2/4, conforme mostra o quadro abaixo.

#### Quadro 5 - Exemplares de guarnição e de revestimento parietal da galilé.



Fonte: Acervo da autora<sup>9</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

8 POLICARPO, 2021.

9 POLICARPO, 2021

Outras tipologias importantes são os raros painéis figurativos historiados encontrados na nave-mor. São painéis contínuos, com 23 (vinte e três) metros de comprimento, distribuídos nas paredes laterais, que retratam, em suas pinceladas de azul cobalto, a edificante saga do personagem bíblico, José do Egito. Trata-se de um silhar azulejar produzido no século XVIII, o único e representativo da arte barroca no Brasil (NÓBREGA, 2015). Ver quadro abaixo.

**Quadro 6** - Silhares historiados sobre a história bíblica de José do Egito localizados na nave-mor da Igreja.

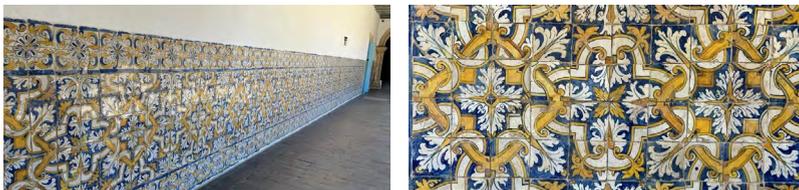


Fonte: Acervo da autora<sup>10</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnujABT8>.

Além dos painéis figurativos acima, o conjunto franciscano abriga, ainda, a tipologia “tapete”, uma composição parietal situada no claustro, cujo padrão é formado a partir de 6 (seis) elementos que se repetem, compondo um padrão de 36 (trinta e seis) azulejos, em que o efeito semiótico de folhagens e arabescos resulta da repetição regular destes elementos de forma simétrica, fazendo alegoria a um “tapete”, conforme as fotografias abaixo

<sup>10</sup> POLICARPO, 2021.

### Quadro 7 - Silhar “tapete” localizado no Claustro do Convento.



Fonte: Acervo da autora<sup>11</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Os revestimentos parietais geralmente vêm acompanhados de guarnições formadas por barras de azulejos que arrematam, cercam e individualizam o painel maior. No caso do claustro do Convento de Santo Antônio, mostrado anteriormente, a guarnição do painel tapete é formada por dois azulejos que se repetem e formam um padrão 2 x 2/4, como demonstrado nas imagens abaixo.

### Quadro 8 - Tipologia azulejar da guarnição que circula o painel “tapete” localizado no Claustro do Convento.



Fonte: Acervo da autora<sup>12</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Ainda no Claustro, no alto das paredes, também é possível encontrar a tipologia das barras formadas apenas por um elemento azulejar que se apresenta de forma repetitiva. Ver fotografias a seguir.

### Quadro 9 - Barra que circula o Claustro.

<sup>11</sup> POLICARPO, 2021.

<sup>12</sup> POLICARPO, 2021.

Fonte: Acervo da autora<sup>13</sup> sob autorização de acesso ao imóvel nº 40



e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

### 3.1.3 O Agente mediador cultural

A mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). O agente mediador, de modo geral, é um profissional da informação que, no uso da cognição e de uma formação plural e multirreferencial, adquire competências e habilidades para fazer a mediação da informação cultural e promover a interação entre o dispositivo e o usuário.

O profissional da informação, cuja função é facilitar ao usuário o acesso à informação, precisa ser preparado para fazer a leitura da complexidade dos fenômenos sociais, o que pressupõe a compreensão e conjugação de uma série de abordagens que integram diversas áreas do conhecimento - a multirreferencialidade. Para tanto, o profissional da informação deve ser formado numa perspectiva plural de a que possa entender o ambiente social e tecnológico em mudança e, assim, venha a desenvolver serviços informacionais que impulsionem o desenvolvimento de seus usuários (VAREL; BARBOSA, 2009, p. 200-201).

Ou ainda,

---

<sup>13</sup> POLICARPO, 2021.

O mediador cultural é um protagonista cultural, que atua negociando sentidos, realizando tarefas e propondo ações que viabilizam a apropriação e o protagonismo cultural dele e de indivíduos, grupos e coletividades. Seus fazeres compreendem certamente planejamento e gerenciamento de projetos culturais, mas baseados na dialogia com outros protagonistas, para que se estabeleça a comunicabilidade entre acervos, tangíveis e intangíveis, repertórios humanos e os protagonistas da cultura (LIMA; PERROTTI, 2017, p.19).

No espaço do Centro Cultural São Francisco, os agentes mediadores são os profissionais da informação, também chamados de «guias», que prestam serviços na unidade, assim como os coordenadores, todos profissionais, preparados para desempenhar a função de mediar a informação representada pelos objetos, em especial pelos azulejos. Essa mediação, é realizada de forma explícita, uma vez que o processo mediador entre o dispositivo e o usuário é física, dialógica e inevitável. Para o trabalho da mediação, os agentes têm acesso a treinamentos específicos e aprendizado multirreferencial, visto que o monumento abriga obras diversas e proporciona um conhecimento também diversificado. Tais agentes, em sua totalidade 13 profissionais, entre estagiários e funcionários efetivos, são capacitados a reconhecer e a mediar, junto aos usuários, as múltiplas facetas do conhecimento inerentes ao conhecimento azulejar.

### 3.1.4 As ações de mediação

As práticas de mediação têm como objetivo colocar mediadores e usuários ou guias e visitantes em situação de apropriação simbólica necessárias à apropriação consciente do dispositivo (PIERUCCINI, 2007). Incluem-se, entre essas ações, a gestão do ambiente e do acervo, práticas pedagógicas, como visitação e aplicação de oficinas a estudantes, práticas culturais como organização de exposições artísticas e palestras.

Com relação às ações de mediação realizadas junto ao acervo azulejar, estas devem estar em consonância com a complexidade do dispositivo azulejar mediado. Isso implica dizer que as ações envolvem conhecimento técnico, pragmático e semiótico, em conformida-

de com o que foi dito anteriormente em relação ao dispositivo. Se o dispositivo articula, em si mesmo estas dimensões, também as ações deverão caminhar nessa perspectiva, a fim de que a mediação ocorra de maneira completa, consciente e eficiente.

As ações de mediação de cunho técnico envolvem informações quanto à parte física e descritiva dos azulejos. Os agentes apresentam aos visitantes a técnica do seu fabrico, o tipo de padrão, a autoria, a procedência, o estilo artístico, a localização cronológica, o processo de restauração, entre outras informações. As ações de mediação de cunho pragmático, estão associadas à preservação, ao tombamento e à salvaguarda dos azulejos, para isso, os mediadores discorrem sobre a importância da preservação dos bens históricos e culturais, enquanto patrimônio de todos. Com relação às ações mediadoras de cunho semiótico, estas são realizadas em torno do signo representado pelo azulejo. Nessa dimensão, os “guias” do Centro Cultural São Francisco procuram informar sobre os significantes e significados, processos extrínsecos e intrínsecos ao azulejo encontrados na composição decorada. Realizam uma abordagem semiótica das peças com base nas formações pedagógicas e nos estudos recebidos sobre estilos artísticos, representação imagética, etc.

São exemplos de uma ação de mediação semiótica os painéis figurativos e historiados, localizados nas paredes laterais da nave-mor da igreja, onde os guias mediam, junto aos visitantes, a informação representada. No caso em pauta, os painéis, dispostos de forma contínua, tratam de uma passagem bíblica sobre a saga de José do Egito, representando suas virtudes, dores, amarguras, alegrias e decepções (NÓBREGA, 2015).

#### Quadro 11 - Fotografias dos painéis historiados encontrados na nave-mor.



Fonte: Acervo da autora<sup>14</sup> sob autorização de acesso ao imóvel n° 40 e link: <https://goo.gl/maps/RdUTyJBSmnjujABT8>.

Salienta-se, ainda, que, além de toda a ação discursiva, direta  
14 POLICARPO, 2021.

e explícita junto aos usuários, os mediadores realizam uma mediação implícita, fazendo a distribuição de impressos informativos com todos os dados repassados durante a visitação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se cultura, informação em arte e mediação cultural, e como estes fenômenos estão intrinsecamente ligados e interdependentes na geração de conhecimento. Observa-se, entre a Ciência da Informação e seu subcampo da mediação da informação e do conhecimento, uma interface com a cultura e a arte, interface que vem gerando, ao longo do tempo, boas produções científicas dentro da área.

Verificou-se, ainda, que o processo de mediação pode ocorrer também em espaços culturais não tradicionais como o Centro Cultural São Francisco. Ficou evidente que a noção de mediação está totalmente ligada à ação do compartilhamento que envolve o agente ou a mediação humana e o dispositivo, e que, num processo de interação, conseguem democratizar a informação contida nos objetos informacionais, no caso em discussão, o azulejo.

Os agentes mediadores têm peso considerável na mediação entre o dispositivo e o usuário. Na sua ação de mediação, também são convidados a realizarem um processo de autorreflexão em torno do protagonismo social que provocam e em torno da produção, organização e disseminação da informação, considerando sempre, a necessidade de adotarem um comportamento crítico frente ao trabalho que desempenham, sabendo o quanto são decisivos no processo de construção e fortalecimento do sujeito protagonista, que se indigna e assume o lugar da resistência e da luta transformadora, capaz de humanizar o mundo, principalmente através da arte.

Observa-se, por fim que, a Ciência da Informação vem, a cada dia, buscando tratar cientificamente os objetos e monumentos culturais e patrimoniais, como documentos, fontes de informação e ambientes propícios para promover atividades de mediação da cultura, em um *locus* de preservação, conservação e difusão do patrimônio.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328>
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.** Brasília, v.2, n.1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300>
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: Um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos, SILVA, R. J. da. (Org). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. Disponível em [http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O\\_DA\\_INFORMA%C3%87%C3%83O\\_E\\_DA\\_LEITURA.pdf](http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_E_DA_LEITURA.pdf)
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. A Mediação do patrimônio no agenciamento informacional na construção da memória. **RACIn**, João Pessoa, v.8, n.1, p.61-70, 2020. Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8\\_n1/racin\\_v8\\_n1\\_artigo04.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v8_n1/racin_v8_n1_artigo04.pdf)
- AZEVEDO NETTO, C. X. de. Cultura material e arqueologia: Uma discussão conceitual. In: CURY, C. E.; FLORES, É. C.; CORDEIRO JUNIOR, B. **Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século 20**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2010
- BAUMAN, Z. **A Cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. Tradução: Luciane A. **Journal of the Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em <https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20material%20NAO-CLASSIFICADO/BUCKLAND%20Information%20as%20thing>

BURITY, G. M. N. **A presença dos franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio**. 2. ed. João Pessoa: Gráfica JB, 2008.

COLI, J. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999

ECO, U. **A definição de Arte**. São Paulo: Martins, 1981.

FARIAS, S. C. B. A seleção, o Tratamento e a difusão da informação na perspectiva do protagonismo social: um ensaio crítico. In: GOMES, H. F.; NOVO, H.F. (Orgs.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>

FOUCAULT, M. **A Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica [de] Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GÓMEZ, M. N. G. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. **Nacional - Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo Histórico**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

LARA, M. L. G., FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: NÉCTAR, 2007. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao>

LIMA, C. de B.; PERROTTI, E. O bibliotecário como mediador cultural. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017. p. 1- 20. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105214>

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB, 2013. Disponível em <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>

NÓBREGA, Michael D. dos S. **Circulação de Imagem Lusitana no Além Mar: Cultura História e Cultura Artística na Azulejaria Barroca e Teotônio dos Santos na Paraíba**. 116f. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8358/2/arquivo%20total.pdf>

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. In: NOVO, H. F.; GOMES, H. F. (Orgs.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufba.br>

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. *Inf. Inf.*, Londrina: v. 19, n. 2, p. 01-22, 2014. Disponível em <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/33474>

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. **Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade**. Recife: Néctar, 2007. Disponível em <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001826107.pdf>

PIERUCCINI, I. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. ENANCIB, 8. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3>

PINHEIRO, L. V. R.; GONZALEZ DE GÓMEZ, M. N. (Org.). **Interdiscursos da ciência da informação: arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro: Brasília: Ibict/DEP/DDI, 2000. Disponível em <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/443>

POLICARPO, M. da C. **Estudos de Cultura material: o tratamento da informação em arte documentada nos azulejos paraibanos em perspectiva com a memória e o patrimônio – Séc. XVIII-XX**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4574?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4574?locale=pt_BR)

VAREL, A. V.; BARBOSA, M. A. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas. **Perspectiva em Ciência Informação**, v.14, n. 2, p.187-203, 2009. Disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33218>.



# BIBLIODIVERSIDADE COM DEMOCRACIA: Políticas ABM

## BIBLIODIVERSITY WITH DEMOCRACY: ABM *Policies*

Paula Sequeiros<sup>1</sup> 

### 1 UM DEBATE A REABRIR

Este trabalho enfoca-se no cruzamento de democracia e bibliodiversidade como dimensões centrais para enquadrar programas de ação para bibliotecas e serviços de documentação, requeridas pelo presente contexto social e político. Para tanto questionarei alguns conceitos frequentemente usados política e profissionalmente. Com esta reflexão espero contribuir para setores da cultura próximos, tais como arquivos e museus, conhecida que é a interrelação existente entre serviços, utentes e práticas. Institucional e politicamente essa relação não encontra terreno aberto, de fácil realização. Tem, no entanto, potencial e algumas concretizações. Para as compreender lembre-se a história antiga e a permanência da proximidade geográfica e institucional entre algumas bibliotecas e arquivos ou a mais recente história entre centros de documentação e mediatecas e alguns museus.

O debate sobre a interseção de subsetores públicos culturais (arquivos, bibliotecas e museus) é importante para propostas de política cultural que considerem a conjugação de intervenções para melhores serviços e mais benefício público, associando profissionais, utentes e espaços em projetos democráticos, com exigência de diversidade sociocultural. Nas atuais condições de fortes cortes e restrições impostas desde os anos da Troika aos serviços públicos, é prudente deixar claro que medidas recessivas, pretextadas da perspetiva gestionária ou tecnológica, não são consideradas neste debate dado o compromisso social que aqui assumo.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Investigadora associada do CES. Doutora em Sociologia pela Universidade do Porto. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5631>.

<sup>2</sup> uma primeira síntese sobre este tópico, da minha autoria, consta do **Mil Folhas: Boletim quadrimestral** nº 5 2022, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

## 2 ALGUMAS NOTAS SOBRE LEITURA PÚBLICA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

Em Portugal, um conceito novo de *leitura pública* foi sendo caracterizado, nos anos 80 e 90, para designar um serviço público prestado à população em geral e mediado por bibliotecas públicas municipais. Estas foram criadas ou reconfiguradas através de acordos e programas estabelecidos entre uma tutela (nacional) da cultura e alguns órgãos da administração autárquica (municípios). A preocupação com uma conceção democrática destas bibliotecas novas e a renovar levou à publicação de documentos orientadores durante o processo de criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Este foi um processo longo iniciado nos anos 1980, bem depois da Revolução de Abril, baseado em debate público dentro da profissão e com algum alcance comunicativo à sociedade, consolidado em regulamentação do Estado central durante os anos 1990. Uma boa síntese da intrincada história da RNBP até à década passada, das suas tensões, constrangimentos e desenvolvimentos, foi publicada por Ângela Salgueiro Pereira (2013). Aproveitando a referência, relevo as obras aí citadas de Maria José Moura (1986, 1996), a bibliotecária impulsionadora, e de Daniel de Melo (2004, 2005) pela adequação à abordagem que aqui proponho.

Brevemente assinalo a precedência e simultaneidade de outras bibliotecas de acesso público, de propriedade não pública mas de iniciativa filantrópica da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), e que almejavam uma leitura pública moderna ainda em tempos de ditadura fascista, ou seja, antes do 25 de abril de 1974.

A ligação internacional a outras realidades tem sido comentada. O reconhecimento da influência da biblioteconomia progressista desenvolvida em França, no debate de então em Portugal, ficou sinalizado. Em especial foi mencionado Jean Tabet (BRANCO *et al.* 1983; Pereira, 2013), bibliotecário e professor, ativista anticolonial e antifascista com algumas obras escritas (GASCUEL, 2011), o qual participou num debate que alimentou a criação da RNBP.<sup>3</sup> O seguimento feito a linhas de orientação da UNESCO ficou então evidente, como referirei.

As e os bibliotecários que lideraram as correntes modernizadoras na FCG e RNBP convergiram em estratégias para uma leitura pública que configuravam uma viragem sociopolítica. O posicionamento em prol da leitura pública no país, durante esse período, pode ser sintetizado por uma dialética entre rutura e propositura que se

3 cf. esta breve menção: En mémoire de Jean Tabet (1940-2011), bibliothécaire militant. *Biblioweb*. <https://biblioweb.hypotheses.org/49340>

foi prolongando, já que uma “transição democrática” estrutural em bibliotecas e arquivos tardou em concretizar-se. Um grupo de profissionais assumiu protagonismo com o lançamento do documento «Leitura Pública em Portugal: manifesto» (BRANCO *et al.* 1983). Defenderam a rutura com os serviços existentes de leitura configurados para um grupo privilegiado em literacia, com escolarização além do mínimo e familiaridade com a leitura, isto é, uma pequena minoria da população. Pragmaticamente, a proposta era uma viragem democrática expressa num conjunto de requisitos a cumprir para adesão à RNBP e ao respetivo quadro de financiamento e a inscrever em projetos de bibliotecas, então generalizadamente insuficientes ou inexistentes em muitas cidades. Os requisitos centravam-se em: serviço gratuito para todas as pessoas, acesso livre às estantes, empréstimo domiciliário, bibliotecas abertas (automobilizadas e/ou coleções circulantes entre várias localidades) e maior oferta de leitura recreacional.

Note-se que até esta data não foi ainda aprovada uma Lei para as bibliotecas públicas, como os grupos de trabalho consultivos, constituídos por profissionais, propuseram desde o início do processo da RNBP.

A UNESCO foi, nesse contexto de modernização e durante as décadas de 80 e 90, um referente institucional para a reflexão sobre as bibliotecas em Portugal. Desde 1969, aquela organização da Nações Unidas vinha publicando linhas de orientação para políticas culturais e aplicação democrática do financiamento público que influenciaram a criação de organismos tutelados pelo Estado, em diversos países europeus, para coordenar a edição do livro e o serviço de leitura das bibliotecas públicas. Como pano de fundo, e tendo em conta preocupações expressas por vários representantes nacionais, a UNESCO referia, em especial, a preocupação por limitações e constrangimentos a essas políticas por parte de estados autoritários, elencando questões fulcrais a resolver (SILVA, 2015):

1. A política cultural deve ser tão dinâmica quanto a cultura;
2. A democratização já não é promover o acesso mais amplo à “cultura de classe alta”, é promover a participação ativa e estimular o poder das criações;
3. Recursos financeiros não são suficientes: é necessário pessoal profissionalizado;
4. Os países em desenvolvimento estão sujeitos a distorções culturais promovidas pela penetração dos meios de comunicação social;

5. A centralização num organismo público de nível nacional para os assuntos culturais é desejável;
6. As ONG desempenham um papel importante no desenvolvimento cultural.

No relatório da UNESCO constam como participantes, além de representantes governamentais, intelectuais e pesquisadores da cultura (Pierre Bourdieu, Joffre Dumazedier, Richard Hoggart) e outros agentes designados como ONG, tais como Conselhos Internacionais da Música, de Museus, de Arquitetura, da Filosofia e de Estudos Humanísticos. É de realçar que estas iniciativas eram propagadas por associações internacionais e nacionais de profissionais de BAD (Bibliotecas, Arquivos e Documentação) e invocadas para legitimar a fundamentação perita e política das demandas que colocavam aos seus governos, o que no caso português também sucedeu. Lidas hoje, várias questões colocadas parecerão atuais, enquanto ressaltará o muito que permanece por resolver. Serão estas ainda hoje boas orientações para uma política cultural para bibliotecas? É questão a que voltarei mais à frente.

Antes, avançarei umas linhas para um esclarecimento necessário sobre os significados possíveis de leitura pública em Portugal. Historicamente a expressão aparece no início do séc. XX associada, antes do mais, a um espaço aberto ao público em geral, a uma sala dentro de uma biblioteca com vertente patrimonial (de tipologia nacional, por exemplo) onde se podia fazer leitura individual e silenciosa. Neste sentido, leitura pública persiste ainda na sinalética e/ou na designação de salas em algumas bibliotecas públicas. Note-se que uns séculos antes podia encontrar-se um significado diferente, histórico, de *leitura em voz alta* por uma pessoa para um grupo assistente (REBELO, 2002).

Em França, e na aceção mais recente, foi localizado um primeiro uso do termo em 1945 na legislação que criou a *Direction des bibliothèques de France et de la Lecture publique*, no contexto político da *Instruction publique* dirigida a todos os cidadãos (ENSSIB, 2014). Leitura pública abrangia formas e práticas leituras concretizadas pela *mediação das bibliotecas públicas*, envolvendo pessoas, objetos de leitura e espaços.

Conhecida a influência de uma biblioteconomia avançada a partir de França, não se estranhará que o termo leitura pública tenha permanecido neste campo profissional intimamente associado à leitura em bibliotecas de acesso público e figure cedo na linguagem profissional do grupo promotor da RNBP (BRANCO *et al.* 1983, p.

11). Este conceito, note-se, continua a ser usado em língua francesa e espanhola, enquanto em sentido histórico é empregue sobretudo em textos originais de língua inglesa.

### 3 DECLARAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES

Pretendo reforçar, neste passo do texto, que as narrativas institucionais construídas nos denominados países ocidentais proclamaram como definidoras das bibliotecas públicas um conjunto de posições: a abertura universal ao uso (são para *todos*), a liberdade de acesso à documentação (portas abertas são *a liberdade* de leitura) e a custódia das coleções e fundos (objetos de leitura são *a memória*). Por processos discursivos, por práticas institucionais de oferta de leitura e de espaços leiturais, foi sendo criada uma narrativa hegemónica e simplificadora sobre a bondade intrínseca da biblioteca pública, entidade abstrata e universalizada. Num futuro a construir, e tendo em mente políticas alternativas de compromisso social entre bibliotecas e pessoas leitoras, essa narrativa requer questionamento e imaginação transformadora desde agora.

Uma história crítica, atenta às desigualdades sociais e às diversas formas de opressão, abre para outra compreensão ao lembrar que: as mulheres tiveram de ganhar acesso pleno ao espaço público, nomeadamente à permanência autónoma em salas de leitura públicas (SEQUEIROS; PASSOS, 2013); às pessoas racializadas ou cuja apresentação em público divergisse da do padrão branco, patriarcal, das classes médias instruídas o acesso não era franco e podia nem ser franqueado, mesmo sob exceção. Como tornar mais público o espaço público das bibliotecas é um fito e não necessariamente um feito (CLARK, 2012), várias exclusões permanecem, ainda que por processos tácitos.

Nesta abordagem ao modelo da biblioteca moderna tomo como referência histórica, sobretudo, o quadro dominante da Europa em que tenho investigado. Entendo que será prudente reconhecer, a partir de percursos alternativos àquelas narrativas institucionais, as experiências de contestação e resistência ligadas à concretização de direitos em Portugal (MATOS, 2017) e noutros países, nomeadamente do Sul global. Estas permitirão, também para os direitos culturais, uma abertura do horizonte de possibilidades para o momento atual. Colocar perguntas sobre como concretizar esses direitos, o que é socialmente relevante trazer para dentro das bibliotecas públicas, que formas de participação da sociedade ativar e como atender a ideias e

práticas a incorporar, é abrir caminho para demandas concretas, para uma democratização profunda e significativa (SANTOS; AVRITZER, 2003).

As crises recentes e em curso – financeiras, económicas, de saúde, da governação política, da paz – revelam âmbito e consequências mundiais e mostram ao mesmo tempo o crescimento de desigualdades mais desigualmente infligidas e que ameaçam a vida humana e de outros seres no planeta. As bibliotecas, e com elas as pessoas que leem através do seu agenciamento, estão imergidas nestas crises: grandes recuos orçamentais, reduções de trabalhadores, de aquisições de materiais de leitura, ameaças aos direitos de criação e de acesso à cultura, à informação, à leitura pública, vigilância e constrangimentos fortes aos encontros e à copresença com pessoas outras que corporizem diversidade social de género, raça, linguística ou funcional.

Casos particulares de ataques à liberdade de ler e de frequentar bibliotecas e, especialmente, de ler em diversidade em bibliotecas escolares entre 2020 e 2022 merecem destaque para uma análise de situações que, não sendo já inéditas, seriam improváveis há poucos anos. Na sequência de medidas de maior abertura e de programas de ação com sensibilidade para as injustiças sociais localmente vividas, várias bibliotecas nos EUA, apoiadas pela ALA (American Library Association), compraram e promoveram leituras de obras sobre os direitos das mulheres – reprodutivos em particular – e de género não heteronormativo – LGBTI+ –, sobre o racismo e o colonialismo e questões de minorias culturais. Algumas das obras e sessões selecionadas enfatizavam como pessoas comuns se haviam tornado lideranças em conflitos pela justiça social.

Tudo isto, note-se, nos dois ou três anos mais recentes da atual presidência dos EUA. Após prolongadas discussões entre responsáveis das bibliotecas, administrações escolares e responsáveis educativos que as integravam fizeram publicar listas de livros, vídeos e de assuntos a proibir em estabelecimentos locais – o que foi publicamente contestado –, apontaram bibliotecários a despedir e incentivaram queimas de recursos de leitura (ALBANESE, 2021; DELLINGER; SERRANO, 2022).

Note-se que foram sinalizadas ações concertadas através do país para esta pressão política conservadora e com alvo na leitura pública e escolar (ALBANESE, 2022; FRIEDMAN; JOHNSON, 2022). Associações e ativistas de direitos humanos renovaram declarações de apoio à ausência de censura nas bibliotecas e de defesa dos profes-

sionais mais atingidos, intervieram no espaço público e de decisão política (ALA Office For Intellectual Freedom, 2017; ACLU, 2022). Bibliotecas de outras localizações fizeram saber que colmatariam a falta dos títulos atingidos com empréstimos digitais (ALQUIST, 2022; ELLIS, 2022; FRIEDMAN; JOHNSON, 2022).

Sobre estes processos de conflito, ainda não encerrados e que poderão ter consequências duradouras (YORIO, 2022), podem fazer-se alguns comentários desde já: bibliotecas com uso alargado e popular acolhedoras de temáticas de resistência a ideias racistas e coloniais e a ideias de violência hetero-patriarcal necessitam da sustentação solidária, noticiosa e legal para existirem em tranquilidade e cumprirem as suas finalidades democráticas. Contra a mesmidade, “MORE” foi o lema da PEN America na recente campanha a propósito da liberdade de ler (ALBANESE, 2022). Não foi uma suposta ignorância ou indiferença face ao livro e à leitura, não foi a crescente digitalização – um uso socializado abriu barreiras – que constituíram ameaças atuais ao que de público tem a leitura. Foram antes as reações de regimes de poder conservadores e autoritários, abalados por práticas de bibliodiversidade que se tinham tornado populares, simples de replicar, e difíceis de impedir num quadro normativo corrente. Daí que o argumento da campanha moralista se tenha afinado pela puritana “defesa da inocência das crianças” (HEINS, 2001). Já a importância da leitura em liberdade para o exercício da democracia na vida quotidiana ficou, com esses mesmos ataques, manifesta.

## 5 BIBLIODIVERSIDADE

Aceitando a diversidade social como um imperativo dos usos democráticos de uma instituição cultural, espera-se que uma biblioteca pública exprima a importância que atribui à diversidade entre pessoas suas leitoras e à diversidade dos objetos e modos de leitura. Ou seja, que se dote de uma pluralidade de meios e conteúdos, que proporcione espaços variados e flexíveis, apropriáveis em modos diferentes de ler e de estar (CLARK, 2013), que possibilite concretizar a equidade nas práticas leiturais proporcionando variados suportes físicos e dispositivos de leitura. Abordo de seguida o conceito de *bibliodiversidade* para o que farei um recuo no tempo.

No princípio deste século geraram-se, a partir dos próprios espaços de leitura pública, expectativas de democracia em consonância com tomadas de posição do setor livreiro independente e das suas

associações. Reunidas em 2005 na *Feria internacional del libro de Guadalajara*, muitas dezenas de editoras independentes de 23 países, sobretudo da América Central e do Sul, publicaram uma vigorosa declaração conjunta com reverberação através da comunicação social (UNIÓN LATINA *et al.*, 2005). Esta declaração, por sua vez, foi uma resposta imediata à publicação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005) onde se explicita a analogia com a perda da biodiversidade no planeta. Da mesma forma, sem diversidade cultural a produção e o acesso às expressões culturais de indivíduos, grupos e sociedades estariam ameaçadas.

As entidades signatárias advogaram que “a extinção das expressões culturais dos países atenta contra a própria existência destes como nações” e assumiram a bibliodiversidade como um requisito da democracia (UNIÓN LATINA *et al.*, 2005). Também essa declaração recuou, então, na linha cronológica, retomando o termo bibliodiversidade forjado em 1999 por um dos livreiros associados (GUTIÉRREZ DE LA TORRE, 2005).

Esse subsetor económico argumentou ainda que a concentração económica produzida pela globalização vinha eliminando as pequenas empresas editoriais e livreiras – muito criativas e singulares – e assim reduzindo uma oferta editorial abundante e com relevo social. Neste ponto, a declaração da UNESCO sobre a diversidade das expressões culturais foi invocada em apoio da sua argumentação. Daí o apelo expresso à solidariedade entre “os atores do mundo do livro” e à criação de colaborações entre as editoras independentes para a produção e difusão entre o Sul e o Norte globais. Os signatários assumiram ainda o valor dos contributos de agentes de pequena escala para uma vida democrática plena, relevando especialmente a grande diversidade das línguas como valor a proteger (UNESCO, 2002). Entendo que, por razões idênticas, as bibliotecas, parte de um ecossistema do livro e da leitura, encontram na bibliodiversidade um requisito fundamental.

A recente Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2022) refere-se à diversidade cultural como uma “fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade [...] tão necessária para o género humano como a diversidade biológica para os organismos vivos”. Pelo que “constitui património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura praticada molda os lugares das bibliotecas e é procurada e valorizada diferentemente. Varia como quem lê: pessoas sós ou em grupo, com diversidade de gênero, funcional, cultural, racial, de idade, classe, nacionalidade, língua, com familiaridade ou não com a leitura e com o espaço, como se conclui em pesquisas de casos (SEQUEIROS, 2010; CARLSSON, HANELL, LINDH, 2013).

Portas adentro, o compromisso social da biblioteca reverte para o reconhecimento tanto da individualidade como da pluralidade das pessoas leitoras. O que implica ter em conta as desigualdades sociais existentes e propiciar “atmosferas de leitura” (SEQUEIROS, 2011) diversas para a diversidade social das e dos seus leitores efetivos e de leitores potenciais a quem pretenda abrir-se. A ligação social e política da biblioteca com o seu meio requer, por sua vez, uma conjugação de bibliodiversidade – de pessoas e de recursos de leitura – com democracia que enquadre as finalidades da própria instituição pública e que a sustente (FERIA INTERNACIONAL DEL LIBRO, 2007; MIHAL, 2013).

Uma demanda democrática pelas liberdades de expressão e de acesso à expressão converge com a bibliodiversidade em reconfigurações possíveis que se estendem além de grupos sociais, territórios e leitores habituais e que passam por recursos e meios digitais alternativos. As referidas proclamações da UNESCO, ainda que com aplicação reduzida face ao teor dos apelos e à sua dimensão internacional, estão em boa parte por concretizar. Sem nostalgia e com uma visão realista quanto às mudanças possíveis hoje, entendo que não as invocar, simultaneamente com a sua incompletude e o seu potencial, é um desperdício simultâneo de história, de saber, de oportunidade de atualização democrática.

Algumas experiências de bibliotecas que se mantiveram operantes durante a pandemia de Covid no país – entrega domiciliária de livros, de jogos, atendimento telefónico – são um outro contributo para melhor entender e adequar a biblioteca ao tempo presente. Os serviços bibliotecários foram invocados em momento de pandemia como sendo essenciais à população (ALVIM, SILVA, BORGES 2021; PORTUGAL M.C. DGLAB, 2020) a par de outros serviços públicos.

Requer-se para tanto uma imaginação que responda aos questionamentos colocados por uma fruição cidadã equitativa e plena. Este é também um imperativo em contextos de barreiras e ataques conser-

vadores e totalitários.

Atenção e compromisso social abrem possibilidades de enraizamento nas populações próximas e de ação colaborativa com outros agentes: movimentos sociais, cooperativas, associações, grupos de leitura ou de atividades culturais, livrarias, arquivos, museus que possam dar voz a formas de cidadania enriquecedoras da vida cultural e dar corpo a ressignificações da memória social, para além da mera contemplação dos objetos em custódia.

A bibliodiversidade como serviço público de leitura potencia uma relação recíproca de atenção e escuta do meio social.

Boas bibliotecas do futuro são desejadas hoje e podem transformar-se desde agora. *O caminho faz-se a ler*, com exigência cidadã.

## AGRADECIMENTO

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo da Norma Transitória (DL57/2016/CP1).

## REFERÊNCIAS

ACLU. **Banned Books**: American Civil Liberties Union. 2022. Disponível em: <https://www.aclu.org/issues/free-speech/artistic-expression/banned-books>.

ALA Office For Intellectual Freedom. **Banned & Challenged Books**. 2017. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/bbooks>.

ALBANESE, Andrew. Librarians, Educators Warn of ‘Organized’ Book Banning Efforts. **PublishersWeekly.Com**. 2021. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/87920-librarians-educators-warn-of-organized-book-banning-efforts.html>.

ALBANESE, Andrew. PEN America Report Shows ‘Rapid Acceleration’ of Book Bans in Schools. **PublishersWeekly**. 2022. Com. Disponível em: <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/industry-news/libraries/article/90366-pen-america-report-shows-rapid-acceleration-of-book-bans-in-schools-nationwide.html>.

ALQUIST, Pierce. Majority of American voters strongly oppose book banning. **BOOK RIOT**. 2022. Disponível em: <https://bookriot.com/overwhelming-majority-of-american-voters-strongly-oppose-book-banning-according-to-national-poll/>.

ALVIM, Luísa, SILVA, Ana Margarida Dias da, BORGES, Leonor Calvão. How are Portuguese Public Libraries «facing» Covid-19. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries**, (Special issue) p.117-131. 2021. Disponível em: <http://qqml-journal.net/index.php/qqml/article/view/666>.

BRANCO, Alberto et al. A leitura pública em Portugal – Manifesto. **Cadernos BAD**, n.1, 1983 . Disponível em: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.932>.

CARLSSON, Hanna, HANELL, Fredrik e LINDH, Karolina. Exploring Multiple Spaces and Practices: a note on the use of ethnography in research in library and information studies. **Information Research: an International Electronic Journal**, v. 18, n. 3., 2013. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1044647>.

CLARK, Megan. Becoming public: library design and the creation of public space. **Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management**. v.8, n.2, 2013. Disponível em: doi:10.5931/djim.v8i1.220.

DELLINGER, Hannah; SERRANO, Alejandro. **Most efforts to ban books in Texas schools came from 1 politician and GOP pressure, not parents**. 2022. Disponível em: <https://www.houstonchronicle.com/news/investigations/article/Texas-book-bans-driven-by-GOP-pressure-not-parents-17362170.php>.

ELLIS, Danika. **Brooklyn Library offers access to banned ebooks to teens across the U.S.** **BOOK RIOT**. 2022. Disponível em: <https://bookriot.com/unbanned-books/>.

ENSSIB. **Lecture publique**. Enssib. 2014. Disponível em: <https://www.enssib.fr/le-dictionnaire/lecture-publique>.

FRIEDMAN, Jonathan; JOHNSON, Nadine Farid. **Banned in the USA: the growing movement to censor books in schools**. PEN

America. 2022. Disponível em: <https://pen.org/report/banned-usa-growing-movement-to-censor-books-in-schools/>.

GASCUEL, Jacqueline. Jean Tabet, militant intégral: hommage à plusieurs voix. **Bibliothèque(s)**, v.59/60, p.91-92. 2011. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/60105-59-60-vues-de-l-etranger.pdf#page=93>.

GUTIÉRREZ DE LA TORRE, José María. Sociedad lectora y 'Bibliodiversidad'. **Revista de educación**. 2005. Disponível em: <https://redined.educacion.gob.es/xmlui/handle/11162/68824>.

HEINS, Marjorie. **Not in front of the children: 'indecency,' censorship, and the innocence of youth**. New York: Hill and Wang. 2001

MATOS, Ana Raquel. **O direito a exercer direitos: ação coletiva pelo protesto em Portugal e seus impactos**. Cescontexto - debates. 2017. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/80999>.

MELO, Daniel. **A leitura pública no Portugal contemporâneo, 1926-1987**. Imprensa de Ciências Sociais. 2004

MELO, Daniel. As bibliotecas da Fundação Gulbenkian e a leitura pública em Portugal (1957-1987). **Análise Social**, v. 174, p.65-86, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt).

MIHAL, Ivana. Actores y procesos en la gestión de la bibliodiversidad. **Alteridades**, v. 23, n. 45, p. 123-136, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0188-172013000100010&lng=es&nrm=iso&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0188-172013000100010&lng=es&nrm=iso&tlng=es).

MOURA, Maria José (Coord.). **Leitura pública: rede de bibliotecas municipais**. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. 1986. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf>.

MOURA, Maria José (Coord.). **Relatório sobre as bibliotecas**

**públicas em Portugal**, Ministério da Cultura, 1996, p. 1-21.  
Disponível em: [http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16\\_RelatorioRNB96.pdf](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/16_RelatorioRNB96.pdf).

PEREIRA, Ângela Salgueiro. Bibliotecas públicas municipais portuguesas: forças e fraquezas de um modelo na esfera da sociedade da informação e do conhecimento. 2013. In: ENCONTRO IBÉRICO - EDICIC, Porto (Portugal), p. 1-21, nov. 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22773/>.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. **Bibliotecas Municipais face à pandemia do Covid-19 (serviços de empréstimo)**, 2020. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Pginas%20de%20Arquivo/covidebibliotecas.aspx>.

REBELO, Carlos Alberto. **A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)**. Campo das Letras, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2003.

SEQUEIROS, Paula. **Ler uma biblioteca nas inscrições de leitores, espaço e Internet: usos e representações de biblioteca pública**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/50425>.

SEQUEIROS, Paula. The social weaving of a reading atmosphere. **Journal of Librarianship and Information Science**, v.43, n. 4, p. 261-270, 2011. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18015/>.

SEQUEIROS, Paula; PASSOS, Sónia. The Feminine Reading Room: a separate space for women in a Portuguese public library. **Qualitative and Quantitative Methods in Libraries**, v.2, p.163-175, 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18632/1/QQMLPreprintELis.pdf> [http://www.qqml.net/papers/October\\_](http://www.qqml.net/papers/October_)

Issue/6QQML\_Journal\_2012\_Sequeiros\_Passos\_2\_163-175.pdf.

SILVA, Gabriela Toledo. UNESCO and the coining of cultural policy. INTERNATIONAL CONFERENCE IN INTERPRETIVE POLICY ANALYSIS, 10th, 2015. Disponible em: [http://ipa2015.sciencesconf.org/conference/ipa2015/pages/ToledoSilva\\_UNESCO\\_and\\_the\\_coining\\_of\\_cultural\\_policy\\_envioV3.pdf](http://ipa2015.sciencesconf.org/conference/ipa2015/pages/ToledoSilva_UNESCO_and_the_coining_of_cultural_policy_envioV3.pdf).

UNESCO. Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural. In *Actas...* CONFERENCIA GENERAL, 31a reunión, París, 15 oct.- 3 nov. 2001, v. 1: Resoluciones. p. 66-70, 2002.

UNESCO. **Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales** - UNESCO Digital Library, p. 16, 2005. Disponible em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142919\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000142919_spa).

UNESCO. UNESCO World Conference on Cultural Policies and Sustainable Development – MONDIACULT 2022 : Final Declaration. 2022. Disponible em: [https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/10/6.MONDIACULT\\_EN\\_DRAFT%20FINAL%20DECLARATION\\_FINAL\\_1.pdf](https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/10/6.MONDIACULT_EN_DRAFT%20FINAL%20DECLARATION_FINAL_1.pdf).

UNIÓN LATINA, Alianza de Editores Independientes; AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, Centro Regional para el Fomento del Libro (Org.). **Los editores independientes del mundo latino y la bibliodiversidad**. Guadalajara: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, Dirección general de publicaciones. 2005. Disponible em: [http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/decla\\_Guadalajara\\_esp.pdf](http://www.alliance-editeurs.org/IMG/pdf/decla_Guadalajara_esp.pdf).

YORIO, Kara. **Censorship attempts will have a long-lasting impact on school library collections, SLJ Survey Shows**. School Library Journal. 2022. Disponible em: <https://www.slj.com/story/censorship-attempts-will-have-a-long-lasting-impact-on-school-library-collections-slj-survey-shows>.

# CULTURA E COMUNICAÇÃO IMPRESSAS COMO TRÂNSITO E FORMULAÇÃO DO MUNDO: mediação, prescrição e apropriação

## *PRINT CULTURE AND COMMUNICATION AS TRANSIT AND FORMULATION OF THE WORLD: mediation, gatekeeping and appropriation*

Nuno Medeiros<sup>1</sup> 

### 1 INTRODUÇÃO

O apodo de sociedade tipográfica emerge como um modo de categorização altamente adequado para caracterizar a organização societal contemporânea, na medida em que assenta em atributos axiais como um grau elevado de capacidade de criação intelectual e desenvolvimento material ou uma estrutura política configuradora de um espaço público de circulação das ideias, coligando-se estes dois traços – entre outros – na construção de quadros de troca tornados possíveis por circuitos de disseminação dentro ou fora do âmbito de mercados de produção e de consumo cultural. E esta possibilidade qualificativa que consente o uso da metáfora tipográfica radica no facto de que essas estruturas societais foram historicamente configuradas pelo livro, objecto simultaneamente concreto e simbólico-conceptual cuja especificidade lhe foi outorgando um estatuto paradigmático de ordenamento e classificação da realidade (Chartier, 1987; Darnton, 1979; Eisenstein, 1979; Johns, 1998; Martin; Febvre, 1958). A importância do livro impresso e projectado para o – ou para um – público nas modalidades como o mundo é visto e entendido, isto é, como ganha significado, é até possível de aferir no lugar que ocupa ou ocupou na estruturação e delimitação de grupos e comunidades de escala variada

---

<sup>1</sup> Faculdade de Letras e Centro de Estudos Comparatistas, Universidade de Lisboa.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>.

unidos por comunhão espiritual, mítica ou política (Anderson, 2021; Barbier, 1995; Deaecto, Mollier, 2013; Eisenstein, 2011; Maués, 2013).

A categoria “tipográfica” associada a um conjunto de sociedades compreende num contexto actual do desenvolvimento e expansão tecnológica todo um cortejo de realidades que ultrapassa as baías do mundo impresso *stricto sensu*, contemplando outras modalidades de expressão escrita, editada e tornada pública, incluindo o texto fotocopiado, digital ou digitalizado (através de facsímile fotográfico, por exemplo). A posição central ocupada pelo livro enquanto expoente material e simbólico de uma cultura estribada no texto escrito e na sua capacidade de ser codificado e decodificado pela leitura origina um mundo rugoso, pautado pela complexidade e até pela contradição. Expressão material e representacional das faculdades de estruturação e comunicação de pensamento através da escrita e da leitura, o livro aparece e mantém-se historicamente como metáfora de civilização e como tecnologia e símbolo de ordenamento do universo, atributos tidos como basilares na construção de sistemas comparativos – frequentemente teleológicos – que estabelecem a diferença entre sociedades letradas e pré-letradas. Livro e cultura que nele se encontra inscrita – e que concomitantemente o inscreve num quotidiano referencial e de práticas – são alçados deste modo à condição causal de progresso e são tomados como indicadores de percepção e mensuração de desenvolvimento.

Visto e declarado como cunho de domesticação e fixação do pensamento, o texto elaborado e comunicado no livro tendeu historicamente a ser considerado como um monumento, sendo esta uma visão estabilizadora e hierática através da qual se marca uma hierarquia entre estruturas sociais, tanto em contextos em que predomine a cultura oral ou em que a cultura escrita seja dominante. A cultura oral, radicada num cariz volátil do texto, é normalmente perspectivada pela cultura escrita como incapaz de estabilização narrativa. No âmago da cultura escrita, sobretudo da cultura impressa, encontra-se o *homo scribens* (González Sánchez, 2007; Tucker, 2003), emergindo consolidada a noção de – e a prática da – escrita (incluindo a leitura) como eixos de avanço e progresso no âmbito das faculdades humanas, como matrizes do controlo e do recorte das ideias e como componente nuclear de organização social (Goody, 1986). Resulta desta conjugação a outorga de verdade a partir da fixação do texto como um dos traços que mais tipifica as sociedades tipográficas, enfatizando a dimensão enunciativa e prescritiva do texto no livro.

## 2 ENUNCIAR O MUNDO E COMUNICÁ-LO ATRAVÉS DO LIVRO IMPRESSO

Sedimentou-se de maneira generalizada uma certa crença de que publicar, presumindo uma selecção, seria garantia suficiente para o leitor, socializado para associar o processo de publicação a um conjunto de mecanismos de legitimação. O trajecto histórico que conduziu à aceitação genérica desta crença e à sua adopção como princípio orientador da visão do mundo passou por uma consolidação da ideia de que os autores e os textos com foro de publicação seriam por natureza restritos e assimilados sobretudo a arquétipos eruditos, pautados pela estética e pela sofisticação. Esta proposta circunscrevia a um clube de eleitos o direito à edição – de editar e de ser editado –, embora a realidade não pudesse estar mais distante desta perspectiva elitista (Chartier, 1987, 1996). No centro deste trajecto histórico, altamente configurador das sociedades aqui nomeadas tipográficas, radica o processo da transformação do livro editado em sistema de autorização do que nele está contido, aparecendo este sistema autorizador como selo de garantia e de legitimidade cujo fabricante é o editor singularmente considerado ou a casa editorial que corporiza.

Na verdade, a realidade tipográfica ou, para dizer de outra forma, o universo da cultura impressa sempre soube ser muito mais rugoso e polimórfico do que a linearidade e até mitificação da narrativa de autoridade e legitimidade decorrentes do gesto editorial faz parecer. Como em todos os outros aspectos do mundo social, os contornos e os meandros da realidade tipográfica pautaram-se por uma realidade que o contexto foi historicizando e os actores foram tornando viva. Para além desta inadequação de uma certa narrativa ao que foi o passado do editor, tido e descrito como personagem solitária e comprometida com o livro como *ethos* cultural abnegado, incompatível com a realidade histórica, as circunstâncias e a natureza intrinsecamente cultural (por oposição ao comercial) do que é editar livros encontram-se actualmente cada vez mais desafiadas pela afirmação de grupos económicos de grande dimensão e fortemente inseridas numa lógica internacional de mercado afastada de qualquer projecção romantizada do papel pretérito do editor, que de resto não foi o seu (Mollier, 1988). A presença crescente destes conglomerados do entretenimento e dos conteúdos (sem rosto e em que a componente cultural tende a ser um dos elementos da fileira produtiva), coligada com o aprofundamento

da capacidade tecnológica, o desenvolvimento de estruturas de venda e distribuição, a valorização de – e adesão social a – práticas de auto-edição e o inegável surto mundial da comunicação digital (incluindo obviamente o livro), estão já a exercer um insofismável efeito de (dis) torção no sistema (Bragança, 2005; Darnton, 2009; Furtado, 2006; Medeiros, 2020; Mollier, 2007; Thompson, 2010), sem todavia colocarem em causa o circuito de legitimação e autorização referidos. E esta faculdade de persistência é um dos atributos mais susceptíveis de identificar esse sistema.

Apesar desta profunda e extensa reconfiguração, não há quaisquer indícios de que os leitores de livros tenham deixado de confiar no processo que transforma o escrito editado e publicado e que, por isso mesmo, é um processo de concessão de verdade, adscrita ao objecto como súpula dessa fidúcia. Ou seja, as mudanças na fileira e no circuito de fabrico do livro não apagaram o valor associado a esse fabrico, que presume intervenção mediadora como garantia social de depuração, selecção, correcção e até elevação ou rigor. Numa estrutura social ainda sustentada em alicerces como aqueles que neste artigo têm vindo a ser assimilados ao livro, o elemento tipográfico é interpretado como um elemento mediante o qual o texto e a sua autoria podem adquirir – e adquirem – validade e autonomia. Por ser editado e, assim, passar por um suposto processo sucessivo de escolhas e de escrutínio, um texto plasmado em livro conquista uma espécie de aura de transporte de verdade, o que o torna simbolicamente perceptível como recomendável. E este dado quase mágico, porque derivado de interposições reconhecidas como necessárias, institui como regime de autoridade a cultura impressa ou tipográfica (mas também a cultura do copismo manuscrito antes dela) (Altbach, 1995; Brewer, 2002; Chartier, 1996; Lane, 1975; McGann, 2002; McKenzie, 1986; Medeiros, 2009; Powell, 1985).

Assentando nestas fundações, não parece difícil defender a proposição de que o discurso editado, tornado público e posto a circular a partir das bases sociais de um sistema de adscrição de sentido exerce sobre o indivíduo moderno um efeito simultâneo de ordenação do mundo e de certificação atestadora desse ordenamento. A palavra editada e publicada apresenta-se como um repositório de verdade, do qual provém um discurso cuja produção exige organização, distribuição e controlo permanentes (Foucault, 1996). Nesse sentido, a edição trata-se, de facto, de um processo de

governo das ideias, vindas a lume através de conteúdos e formas. O processo editorial aparece, então, como lugar e como acção: acção e lugar de publicação do que se editou, acção e lugar de disseminação e de distribuição do produto, acção e lugar de constituição de um mercado para o consumo do livro. E é justamente o mercado assim constituído que confere sentido à existência do livro editado e publicado e que viabiliza a permanência da actividade de editar.

Compreendendo um cortejo de personagens sociais incumbidas de concessão de sentido (desde o autor ao livreiro, passando pelo distribuidor, pelo editor e por todos os agentes especializados cujo trabalho contribui para que a palavra impressa se materialize e circule de uma determinada forma), é neste circuito que se engendra o livro, engendrando-se por isso uma proposta textual acerca do mundo ou acerca de uma parcela do mundo, facultando-lhe a poderosa capacidade instrumental de formular o mundo e de o ordenar. E esta capacidade de ordenar, formular, outorgar sentido e de o fazer transitar que é prescrita no livro através de processos de escolha e recorte editorial encontra-se de tal modo presente na vida colectiva das sociedades contemporâneas (incluindo nas comunidades mais distantes no seu quotidiano e nas suas preferências tanto do objecto como da ideia de livro), que tende a ser encarada como natural.

A proposta prescritiva da edição, porém, não corresponde somente à naturalização do livro e, através do objecto, do complexo processo de editar e publicar. Corresponde igualmente à eficácia dos efeitos dessa naturalização. O editor operacionaliza a prescrição e procede ao enquadramento das ideias, governando a sua natureza, conteúdo, direcção e escala a partir dos eixos de exclusão e inclusão. O mundo assim produzido é aquele que logra “passar do oficioso ao oficial” (Bourdieu; Chartier, 1993, p. 294). Aceitar ou recusar publicar coloca a acção dos editores a par da intervenção doutros agentes e instâncias de selecção e validação, como o campo da crítica, o Estado ou o campo académico, que desempenham um papel crucial na edificação da memória impressa e publicada e na hierarquia/escalamento dos autores e das obras canónicas (porque canonizadas) de um grupo social, de uma tradição sectorial ou do panteão de um país (Petrucci, 1995).

A disponibilidade da auto-edição, embora radique numa prática antiga, conjuga-se actualmente nas suas possibilidades técnicas informáticas com sistemas de distribuição automática, digital

e em linha. E estes atributos da era digital e das fileiras de distribuição anulam – ou, pelo menos mitigam fortemente – esta característica tradicional da edição de arbitrar a inclusão e a exclusão mediante a interposição da instância editorial e das personagens que a corporizam (Carolan, Evain, 2013; Izquierdo-Sanchez, Hviid, Jacques, 2019; Thurston, 2020). Não é, pois, surpreendente o surto de empresas editoriais com actividade no crescente sub-sector da auto-edição, oferecendo serviços de distribuição e um selo editorial, ou seja, um nome de marca que disfarce o facto de um determinado título ser dado à estampa em edição de autor... com editor. Face ao potencial de edição provocado pela proliferação das *vanity labels*, pelo advento do *one-day publishing*, pela facilidade de acesso aos meios digitais e mecânicos de auto-produção gráfica e impressão e pela multiplicação e disponibilidade de vias de acesso à venda do livro, a edição como processo e o editor como súplica de personagens investidas da criação de valor livresco e de tutela desse valor dotam-se de um segundo nível social de caução, de índole essencialmente simbólica e própria dos sistemas culturais e económicos de chancela.

É neste segundo nível que se exprimem as estratégias de acrescento de valor cultural, com efeitos na maneira como as obras são percebidas e os autores são vistos e recebidos por comunidades particulares, como grupos de leitores ou de pares, e como vendem. O benefício decorrente da actuação da editora é sobretudo o cunho legitimador que empresta ao livro. Ter títulos publicados em editoras situadas em posições diferentes de hierarquias culturais – heterogéneas e em evolução constante – que vão sendo erigidas pelo agregado de práticas e representações de um número amplo de agentes dentro de um campo relacionado com a esfera referencial dessas editoras promove diversos tipos e modalidades de interpretação sobre o mérito de um autor e da(s) sua(s) obra(s). Estes conjuntos de interpretação instauram novas ordens de inclusão e de exclusão.

Uma constelação não desprezível de estratégias das editoras para, no mesmo passo, lograrem o reconhecimento do seu catálogo e gerarem ou ampliarem mercado de procura para esse catálogo relaciona-se com a relação mais ou menos directa com a legitimidade mediante premiação. Com efeito, e lidando com pesos mediáticos variados, no plano da edição literária, da edição de ensaio ou da edição científica, uma das variáveis de maior relevância no universo do livro tem sido a do prémio como instrumento de consagração.

Desde há pouco menos de um século, o acto de galardoar um título publicado configura uma das vias de credenciação e autorização aurática com maior tradição no campo do livro (Fotheringham, 2018; Mack, 2010; Simonin, 1998). Em universos editoriais nacionais onde se verifica mais concorrência os prémios consolidaram-se como um dos elementos habituais na vida literária, aguardados com regularidade anual ou bienal.

Mas noutros espaços de edição e circulação do livro, com menor tradição, o cenário também parece estar a transformar-se. Nas últimas décadas, a multiplicação de prémios pautou extensamente a agenda e o plano de actividades de casas de edição, de comissões organizadoras de festivais literários ou a esfera bloguística, no âmbito de atenção mediática crescente aos candidatos laureados e aos seus trabalhos premiados (Roberts, 2011). As semanas anteriores à entrega de certos prémios geram efervescência entre os editores, críticos, membros da imprensa especializada em livros e literatura e até da imprensa generalista, e também entre organizações ligadas à consultadoria e representação editoriais, procurando captar a atenção dos potenciais compradores e polarizando-a nos candidatos favoritos.

O fenómeno dos prémios relaciona-se, nesta instância, com uma faceta de pendor mais comercial do que literário (English, 2002; Goldsmith, 2016). Mesmo quando o prémio é patrocinado por uma entidade pública, como um instituto do Estado, uma universidade ou uma câmara municipal, o valor de promoção para o premiado constitui um potencial de reconhecimento que poderá equivaler a um valor pecuniário ou venal, traduzido em vendas futuras, tanto do título galardoado como de outros títulos susceptíveis de serem publicados com base na legitimidade acrescida que o prémio carrega. Por outro lado, debater os putativos méritos de um escritor injustamente ignorado ou os putativos deméritos de um autor injustamente premiado forja um contexto de discussão e controvérsia – que só esparsamente possuem uma natureza literária, científica ou intrinsecamente estética – que concorre para fomentar precisamente o poder do prémio em causa. Reside neste aspecto uma parcela importante do poder dos prémios: o de se revelarem cada vez mais imprescindíveis para a agitação mediática da vida cultural do livro e para o êxito económico dos editores, mesmo daqueles que não publiquem uma obra específica que tenha recebido um dado prémio (Fouché, 1991). Assim, uma editora que não tenha

publicado um determinado título ao qual tenha sido atribuído um prémio literário, pode legitimamente ambicionar um aumento das vendas se no seu catálogo existirem outras obras do autor galardoado. E esse elemento relativo à biografia de um escritor que passou à condição de consagrado, ou que reiterou essa condição, não deixará seguramente de ser anunciado pelas editoras que publiquem esse escritor, mesmo que não contem no seu espólio com a obra distinguida. Por maioria de razão, se o que é premiado é não um título, mas a obra de um autor na sua globalidade, as editoriais que possuam no seu catálogo livros da personalidade reconhecida buscarão capitalizar esse reconhecimento.

Ao favorecer o estabelecimento de um regime de autorização e de garantia de qualidade, o prémio procura instituir-se como factor de classificação: do que é bom, do que vale a pena, do que merece ser realçado. Como processo de elaboração hierárquica, é simetricamente também um factor de desclassificação: do que não é bom, do que não vale a pena, do que não merece ser realçado. Se a edição de livros é impulsionada pelo desejo da constituição de públicos, que funcionem como mercados de procura, esses mercados não assentam apenas no pressuposto do ganho financeiro, mas também configuram posicionamentos face à oferta de produtos intelectuais, contribuindo fortemente para a estratificação tanto dos modos como esses produtos são representados quanto das práticas culturais de fruição que os envolvem.

Deste modo, a consagração no mundo do livro não decorre apenas da acção directa da edição, embora também derive da intervenção deliberada dos editores. Almejar o controlo do sentido e a instauração de regimes de verdade classificativa (regimes estes que se formam e transmudam em permanente disputa de legitimidade), existe igualmente como intenção visível na acção de outros agentes, de que os poderes públicos não serão um exemplo menor. A participação dos poderes públicos nos processos editoriais obedece frequentemente ao desígnio de estabelecer e reforçar dispositivos de adesão, fórmula especialmente patente em Estados não democráticos. Em regimes políticos de feição autoritária, o investimento tende a residir na capacidade de operar no campo autoral mediante mecanismos de adesão e cooptação, surgindo os prémios como um dos seus paradigmas. A instituição de prémios nestas circunstâncias é governada normalmente pela finalidade instrumental de arregimentação e de sedução de autores em número suficiente para for-

mar comunidade, sendo este um dos principais veículos políticos de agenciamento cultural de propostas doutrinárias e de juízos de valor (Grecco, 2018; Medeiros, 2021; Torgal, 1999).

Convém salientar que o perfil de actividade de uma editora, manifestado no seu catálogo, não é configurado somente pela capacidade propositiva do editor aos públicos dessa editora, sugerindo, apresentando e fomentando a circulação de um conjunto de ideias ou formatos. As opções e operações dessa editora também recolhem, ou podem recolher, influxo desses mesmos públicos, nas preferências e tendências de consumo leitoral que o editor procura vigiar mais ou menos continuamente. Neste caso, as escolhas editoriais e a mediação que materializam decorrem da sua percepção do mercado da procura e de como este aparenta comportar-se. Nesta medida, editar um livro consiste num processo em que o editor assume o encargo de identificar e isolar aspirações de consumo do objecto impresso e subculturas do gosto (Gans, 1974) subjacentes a essas aspirações. Mas, para além da suposta capacidade de identificação, editar um livro é também encorajar, quando não ajudar a provocar, o aparecimento ou a mudança dessas mesmas aspirações e subculturas.

É neste plano de proactividade que ganham dimensão analítica as colecções de livros (Cervantes Becerril, 2009; Olivero, 1999; Watkinson, Ehling, Lair, 2019). Respeitando a um tipo de produção editorial que instigues uma compra continuada, a colecção de livros filia-se em práticas antigas de venda fraccionada ou serializada, como o folhetim ou os fascículos/cadernetas colecionáveis. A colecção é concebida e prosseguida – logo, proposta e prescrita – pelo editor e por quem ele mandate para coordenar ou dirigir uma série de títulos agregada sob um tópico ou sob um programa num território congruente e reconhecível. Ao traduzir um processo editorial modelador de um padrão que congrega numa entidade unificada as suas unidades constituintes (isto é, os livros), a colecção corresponde a outra estratégia de mediação cultural criativa das instâncias e dos agentes da edição que a elegem como forma de produção, comercialização e irradiação do livro. Não é, por isso, espúria a afirmação de que a colecção pode ser tomada como “a mola da edição moderna. Ela organiza o campo da produção. Ela promove a fuga para a frente. Ela cria reflexos de compra” (Bassy, 1991, p. 616).

Dir-se-ia que o editor procura activamente estabelecer um pacto com o leitor, entendido como o destinatário final desta or-

ganização unitária, procurando que esse destinatário elabore uma determinada interpretação com base nessa unidade, assim reconhecida e representada. Por outras palavras, o “leitor reconhece o livro, mas reconhece antes o grupo a que ele pertence” (Borelli, 1999, p. 461). Desta maneira, firma-se entre colecção e livro uma relação dialéctica de benefícios. Nesta medida, se um determinado título pode conferir autoridade à colecção em que é inserido, reciprocamente as colecções que acolhem certos livros podem agir como elemento credenciador desses livros. No âmago das modalidades e estratégias editoriais de outorga de coerência a estas constelações de obras encontra-se uma justaposição nem sempre evidente, nem sempre fácil entre legitimidade cultural e potencial mercantil. É nesta confluência que normalmente radica o sistema comunicativo da palavra impressa. Neste quadro, compulsar um conjunto de obras autónomas e intitular-lo colecção não chegará, traduzindo mais um exercício formal de agregação do que outra coisa. Criar e constituir editorialmente uma colecção susceptível de ser conhecida e reconhecida como tal é um labor de coordenação, concepção e definição de linhas capazes de conferir uma identidade ao conjunto. Caso contrário, o risco é o da amálgama inconsistente de livros.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção da edição que aqui se procurou explorar de modo introdutório olha para a edição como um mundo que se constrói social e historicamente mediante uma acção cultural cuja lógica se situa num plano fundamentalmente simbólico, no qual se procede à legitimação autorizada e à enunciação prescritiva do pensamento, da estética e da recreação. Concorrendo para a inteligibilidade desta acção cultural da e na edição está uma série de representações e práticas políticas e mercantis, sem as quais os processos e procedimentos de prescrição e enunciação dificilmente seriam analisáveis. Desta maneira, tanto o objecto publicado, numa acepção mais ampla, como o livro, numa definição mais particularizada, traduzem na sua existência uma dinâmica com grande plasticidade, escala e amplitude de conexões, posições, interesses.

E é nesta dinâmica, composta de tensões, articulações e subtilidades, que se gera o conjunto de intenções, estratégias e operações traduzido no objecto textual a editar, publicar e pôr a circular. A intervenção editorial em que se suporta largamente o mundo impresso

opera, portanto, quer com base em princípios, quer pensando nos leitores e no mercado que constituem. Proceder à edição de um livro corresponde, assim, a uma intervenção socialmente deliberada de imaginar e produzir materialmente um determinado tipo de morfologia de representar a realidade e as ideias. Editar, distribuir, publicitar e vender um livro concretiza um processo material (correspondendo ao objecto) e imaterial (correspondendo à ideia sobre o próprio objecto) de maneiras de conceber enunciativamente o mundo e de o formular. Editar é todo um itinerário que pretende viabilizar o trânsito tipográfico, isto é, a fruição e apropriação de livros (a partir de práticas de extracção de sentido muito variadas), que podem passar pela leitura, pela posse ou pela referência à leitura ou à posse (ainda que isso possa não ser verdadeiro). E é fazê-lo a partir de pressupostos prescritivos.

## REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. Publishing and the intellectual system. *In*: ALTBACH, P.; HOSHINO, E. (ed.). **International book publishing: an encyclopedia**. Garland. 1995, p. 271-278.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Edições 70, 2021.

BARBIER, F. **L'Empire du livre: le livre imprimé et la construction de l'Allemagne contemporaine (1815-1914)**. Cerf., 1995.

BASSY, A.-M. L'édition en marche. *In* : CHARTIER, R.; MARTIN, H.-J. (ed.). **Histoire de l'édition française, v. 4, Le livre concurrencé: 1900-1950**. Promodis & Fayrd, 1991, p. 615-620, 1991.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. La lecture: une pratique culturelle – débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. *In* Chartier, R. (ed.). **Pratiques de la lecture**. Payot & Rivages. 1993, p. 277-306.

BRAGANÇA, A. O pretérito futuro do livro. *In*: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (ed.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Mercado de Letras, ALB & FAPESP, 2005, p. 487-498.

BREWER, J. Authors, publishers and literary culture. *In*:

FINKELSTEIN, D.; MCCLEERY, A. (ed.). **The book history reader**. Routledge, 2002, p. 241-249.

CAROLAN, S.; EVAIN, C. Self-publishing: opportunities and threats in a new age of mass culture. **Publishing Research Quarterly**, v. 29, p. 285-300, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12109-013-9326-3>.

CERVANTES BECERRIL, F. I. Colecciones y formación de gustos literarios en México. **Andamios**, v. 6, n.12, p.279-298, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/anda/v6n12/v6n12a13.pdf>.

CHARTIER, R. **Les usages de l'imprimé**. Fayard, 1987.

CHARTIER, R. Culture écrite et société. **L'ordre des livres (XIVe-XVIIIe siècle)**. Albin Michel, 1996.

DARNTON, R. **The Business of enlightenment**: a publishing history of the Encyclopédie, 1775-1800. [s.l.]: The Belknap Press of Harvard University Press, 1979.

DARNTON, R. **The case for books**: Past, present, and future. PublicAffairs, 2009.

DEAECTO, M. M.; MOLLIER, J.-Y. **Edição e revolução**: leituras comunistas no Brasil e na França. Ateliê Editoria; Editora UFMG, 2013.

EISENSTEIN, E. **The printing press as an agent of change**: communications and cultural transformations in early-modern Europe. [s.l.]: Cambridge University Press, 1979.

EISENSTEIN, E. **Divine art, infernal machine**: the reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending. [s.l.]: University of Pennsylvania Press, 2011.

ENGLISH, J. F. Winning the culture game: prizes, awards, and the rules of art. **New Literary History**, v. 33, n.1, p 109-135, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/nlh.2002.0005>.

FOTHERINGHAM, C. Publishing, politics and literary prizes: Nuruddin Farah's reception in Italy. *African Studies*, v.77, n.4, p.568-583, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00020184.2018.1481607>.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

FOUCHE, P. L'édition littéraire, 1914-1950. In: CHARTIER, R.; MARTIN, H.-J. (ed.). *Histoire de l'édition française*, v. 4, Le livre concurrencé: 1900-1950. Promodis & Fayard, 1991, p. 210-258.

FURTADO, J. A. O papel e o pixel. Do impresso ao digital: continuidades e transformações. Escritório do Livro, 2006.

GANS, H. Popular culture and high culture: an analysis and evaluation of taste. Basic Books, 1974.

GOLDSMITH, M. Of publicity, prizes, and prestige: the middle-zone of the marketplace in Hudson River Bracketed. *American Literary Realism*, v. 48, n. 3, p.232-250, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5406/amerlitereal.48.3.0232>.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, C. A. Homo viator, homo scribens: cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII). Marcial Pons Ediciones de Historia, 2007.

GOODY, J. The logic of writing and the organization of society. Cambridge University Press, 1986.

GRECCO, G. L. Premios del Espíritu durante el primer franquismo: una nueva literatura para un nuevo Estado. *Rubrica Contemporanea*, v.7, n.13, 109-125, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/rubrica.143>.

IZQUIERDO-SANCHEZ, S.; HVIID, M.; JACQUES, S. From publishers to self-publishing: disruptive effects in the book industry. *International Journal of the Economics of Business*, v.26, n.3, p. 355-

381, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13571516.2019.1611198>.

JOHNS, A. The nature of the book: print and knowledge in the making. The University of Chicago Press, 1998.

LANE, M. Shapers of culture: the editor in book publishing. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v.421, n.1, p. 34-42, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/000271627542100105>.

MACK, E. Manufacturing modern Japanese literature: publishing, prizes, and the ascription of literary prizes. Duke University Press, 2010

MARTIN, H.-J.; FEBVRE, L. L'apparition du livre. Albin Michel, 1958.

MAUÉS, F. Livros contra a ditadura. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. Publisher Brasil, 2013.

MCGANN, J. The socialization of texts. In: FINKELSTEIN, D.; MCCLEERY, A. (ed.). *The book history reader*. Routledge, 2002, p. 39-46.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. The British Library, 1986.

MEDEIROS, N. Acções prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 85, p. 131-146, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.363>.

MEDEIROS, N. Sistemas editoriais em mutação: alguns tópicos de introdução a uma problemática. **RUA-L; Revista da Universidade de Aveiro**, v.9, p.17-37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rua.v0i9.26656>.

MEDEIROS, N. Pelo império, publicar! Defender o colonial português através da edição de livros durante o século XX na metrópole. In: DOMINGOS, N. (ed.). **Cultura popular e império:**

as lutas pela conquista do consumo cultural em Portugal e nas suas colónias. [s.l.]: Imprensa de Ciências Sociais, 2021, p. 75-154.

MOLLIER, J.-Y. **L'argent et les lettres**. Histoire du capitalisme d'édition. [s.l.]: Fayard, 1988.

OLIVERO, I. **L'invention de la collection**. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX e siècle. [s.l.]: Éditions de l'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine; Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999.

PETRUCCI, A. Leggere per leggere: un avvenire per la lettura. In: CAVALLO, G., CHARTIER, R. (ed.). **Storia della lettura nel mondo occidentale**. Laterza, 1995, p. 411-438.

POWELL, W. **Getting into print**: the decision-making process in scholarly publishing. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

ROBERTS, G. Prizing literature: the celebration and circulation of national culture. University of Toronto Press, 2011.

SIMONIN, A. L'édition littéraire. In: FOUCHÉ, P. (ed.). **L'édition française depuis 1945**. [s.l.]: Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, p. 30-87.

THOMPSON, J. **Merchants of culture**: the publishing business in the twenty-first century. [s.l.]: Polity Press, 2010.

THURSTON, N. The publishing self: the praxis of self-publishing in a mediatised era. In: COLBY, G., MARCZEWSKA, K., WILSON, L. (ed.). **The contemporary small press**. New directions in book history. [s.l.]: Palgrave Macmillan, 2020, p. 135-152.

TORGAL, L. R. "Literatura oficial" no Estado Novo: os prémios literários do SPN/SNI. **Revista de História das Ideias**, v.20, p.401-420, 1999. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41829/1/Literatura\\_oficial\\_no\\_Estado\\_Novo.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41829/1/Literatura_oficial_no_Estado_Novo.pdf).

TUCKER, G. H. **Homo viator**: itineraries of exile, displacement, and writing in Renaissance Europe. [s.l.]: Droz, 2003.

WATKINSON, C., EHLING, T., LAIR, S. Going it alone: why university presses are creating their own e-book collections. In: Bernhardt, B. R. *et.al* (ed.). **O wind, If Winter comes, can Spring be far behind?** Charleston Conference Proceedings. [s.l.]: Purdue University Press, 2019, p. 336-337.

# MUSEUS, INFORMAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: o centro de documentação e o arquivo num museu de memória

## MUSEUMS, INFORMATION AND PUBLIC SERVICE: *the documentation center and the archive in a memorial museum*

Luís Farinha<sup>1</sup> 

### 1 INTRODUÇÃO

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade nasceu com uma missão social e política, em 2015, justamente no momento em que uma nova definição de museu dava resposta à crescente preocupação com a relação representativa entre museu e comunidade, museu e diversidade e museu e território, apontada como fulcral pela “Recomendação referente à Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e o seu Papel na Sociedade, de 2015” (UNESCO, 2015).

O Museu do Aljube apareceu quatro décadas após a queda do Estado Novo, como resultado da reação contra a situação de uma aparente amnésia sobre um regime autoritário que impôs censura ao pensamento e à criatividade de milhões de portugueses, que os deportou e prendeu em massa e os sentenciou em tribunais aparentemente legais, fundamentados nos preceitos de um Estado que baseou a sua atuação em milhares de leis e diplomas, mas que nunca foi um Estado de Direito. E que lhes impôs especialmente, através do medo que resulta da opressão, um silêncio e uma indiferença política que tenderam a persistir ao longo do tempo (Farinha, 2017).

Poderá considerar-se que a dinâmica social e política que lhe deu impulso e lugar se sustentou exclusivamente sobre a consciência aguda da necessidade do resgate da memória das vítimas e do tempo da ditadura salazarista, sentidos por ex-perseguidos e ex-prisioneiros

---

<sup>1</sup> Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea (FCSH-UNL). Ex-Diretor do Museu do Aljube Resistência e Liberdade. Presidente do Conselho Consultivo do MARL. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2296-923X>.

políticos antifascistas - em conjugação com instituições de investigação e ensino -, como estando sujeitos a um silêncio imoderado e cúmplice, senão mesmo a uma desmemória induzida pela ignorância das novas gerações ou por manifesta intencionalidade de mal intencionados ou negacionistas (Hoffman, 2019).

É verdade que esta nova disposição social e política teve a suportá-la indivíduos e instituições sociais promotoras da memória (URAP E NAM) e Fundações, Institutos e Universidades (FMS, IHC, FCSH-UNL) que apoiaram com investigação e estudo projetos de memorialização como o que ocorreu no Museu do Aljube, com forte apoio e consagração por políticas públicas de memória conduzidas por instituições públicas, municipais e governamentais (Martins, 2015).

Porquê, então, este «silenciamento» da memória da resistência e até do próprio Museu do Aljube? Porque este é um «Museu Histórico» com fortes implicações políticas. As memórias que desperta são uma herança difícil e traumática que, ainda hoje, causa tensões sociais, culturais e ideológicas. Mas também memórias que ecoam no silêncio, porque prolongam o “silêncio” imposto (e aceite) durante o regime anterior: o designado Estado Novo, longo e monótono, havia conseguido criar um enorme “consenso político”, a par de algum apoio internacional, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. Exceto em contextos históricos mais instáveis e dinâmicos (durante o Mudismo - 1945, o Delgadismo - 1958, a crescente luta anticolonial e o movimento sindical, no final do regime - 1970/1974), o antifascismo é um fenómeno de minorias ativas do mundo urbano e de alguns setores industriais e camponeses, que se manifestou intensamente em certos períodos históricos, mas que foram intercalados de longos períodos de opressão e de silenciamento.

Existe, portanto, um contexto histórico, cultural e político (nacional e internacional) que favorece (favoreceu) esse silenciamento - ou o “apagamento da memória”, na expressão dos grupos de “promotores da memória” e de muitos antifascistas ainda hoje vivos.

Mas foi também no novo contexto de desmemorialização e da captura dos grandes ideais humanitários pelas direitas políticas autoritárias, anti-democráticas e neo-fascistas (através da sua arqui-linguagem populista e demagógica) que se levantaram estes «movimentos promotores da memória», exigindo a salvaguarda da memória da luta antifascista e que, com o auxílio precioso da História e das Ciências Sociais, reivindicaram políticas públicas de salvaguarda dessa Memória histórica para as gerações futuras, ao mesmo tempo que incorporavam os

desafios políticos do presente na linha da luta histórica que garantira, pela resistência e pela luta política, derrotar os fascismos da primeira metade do século passado.

Porém, teremos de considerar que este movimento nacional, de componentes e motivações diversificadas, não está imune às preocupações políticas e culturais que, desde os anos 80 do séc. XX, têm alimentado a nova conceção de museu, a par dos conceitos de património cultural imaterial, diversidade cultural e memória social (Bedjaoui, 2004, 154). Tais preocupações amaduraram nos anos seguintes e, assim, a nova definição de museu, apresentada à 25ª Conferência Geral do ICOM, em Quioto, em setembro de 2019, foi a seguinte:

Os Museus são democráticos, inclusivos e espaços polifónicos para diálogo sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e endereçando os conflitos e desafios do presente, eles preservam artefactos e espécimes para a sociedade, preservam diversas memórias para as gerações futuras e garantem direitos iguais e acesso igualitário ao património por todas as pessoas. Museus não têm fins lucrativos. Eles são participativos e transparentes, e trabalham em parceria com e para diversas comunidades para adquirir, preservar, pesquisar, interpretar, expor e promover o entendimento do mundo, intencionando contribuir para a dignidade e justiça social, igualdade global e bem-estar em todo o planeta (ICOM, 2020).

Não foi uma definição consensual, porque de algum modo iludiu a função tradicional do museu, como um local de salvaguarda dos tesouros da humanidade, para deleite de elites mais ou menos ociosas. O que se propunha em Quioto era deliberadamente novo, e de algum modo provocatório. Apontava o museu como um local aberto a toda a comunidade, idealmente capacitada para ler e interpretar o património selecionado e guardado, e para com a reflexão sobre os presentes passados preparar a mudança do mundo, na senda da dignidade humana e da igualdade universal (Williams, 2007).

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade abriu, portanto, as suas portas no dealbar do tempo novo apontado pelos profissionais dos museus do mundo que se reúnem em torno da ICOM. Desde o início, a sua Comissão Instaladora (e depois a sua Direção) foram

confrontadas com o desafio de manter vivo o debate indispensável das confluências e dissonâncias entre a memória social dominante e o conhecimento científico sedimentado, entre as suas «verdades indiscutíveis» e a construção/reconstrução constante das ideias que criamos/recriamos sobre o passado-presente e sobre o presente-futuro.

Nesta perspetiva, um Museu como o Museu do Aljube Resistência e Liberdade, foi, desde o início, um lugar de diálogo democrático e crítico, polifónico e inclusivo – porque as vozes do passado não são menos multimodais que as vozes do presente, e que hão de ser as vozes do futuro. Num país democrático e aberto como aquele em que vivemos e num mundo que escancarou as portas a todas as «verdades» e «inverdades» pelo poder avassalador da comunicação e da cultura de massas, não só não é justo e legítimo como não é possível imaginar um pensamento único e dominante: a memória social sempre resultou das memórias de todos, mesmo dos milhões e milhões de excluídos – porque também o silêncio imposto tem sempre um dia para acordar e vir à rua ditar a sua «voz».

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade guarda o património da luta antifascista, do combate à Ditadura, onde sobressaíram a luta clandestina e a luta armada, mas que se manifestou também por miríades de outras formas sociais, culturais e políticas de resistência. As heranças acolhidas são polifónicas, multimodais, muitas vezes conflituais e incómodas por isso mesmo. Mas é justamente nessa pluralidade conflitual que se pode acrescentar conhecimento, ajudar à construção do pensamento crítico e à valorização daquilo que na realidade permanece como fundamental para a construção de um mundo mais justo e igual para todos: a resistência a todas as formas de dominação e a luta incessante pela liberdade e pela igualdade, à luz dos Direitos Humanos e universais.

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade é um museu histórico – com forte dominância da História Política e Social, um Museu de Memória -, e um sítio musealizado também – onde as marcas da antiga prisão foram destruídas pelo tempo e pela banalização do uso comum, mas em que o aspeto imaterial e simbólico se impõe, mesmo aos que o visitam pela primeira vez e nunca tiveram relações próximas com o espaço – ao invés do que acontece com os presos políticos ou com os familiares e amigos de presos políticos, muitos deles com repetidas prisões no Aljube, onde a relação é, por vezes, vivencial e sentimental. Passadas mais de cinco décadas sobre o seu encerramento como prisão, em 1965, ainda é hoje um sítio onde alguns presos e familiares

de presos vão com pesar – alguns mesmo pela primeira vez, depois de terem estado lá presos, por lhes ser um sítio incómodo, como era na altura em que o habitavam ou visitavam.

Através da sua museografia, ou com o apoio de mediadores, o Museu permite ao visitante uma aproximação à condição de suma injustiça a que foram submetidos milhares de cidadãos por mero delito de opinião. Pelas escadas de pedra que hoje conduzem os visitantes do r/c ao 1º andar, pode-se imaginar e sentir a via dolorosa dos que as subiram e desceram dezenas de vezes, com marcas de tortura, levados ou puxados a braços para serem encarcerados e isolados em curros ou recompostos na enfermaria do 4º piso para novos interrogatórios na sede da PIDE.

É um Museu que abriu sem uma coleção – ou com uma coleção reduzida de objetos museológicos –, e que por isso recorreu a materiais documentais originais e a representações de toda a ordem, mas que aspira a constituir uma coleção com tudo o que possa atestar a vida prisional dos seus «habitantes» involuntários – de memórias testemunhais a objetos, ou a documentos.

E neste último ponto radica a absoluta necessidade de um Centro de Documentação e de um Arquivo. O Centro de Documentação foi criado com a finalidade de potenciar a pesquisa e a investigação – no domínio da prática museológica e na investigação e pesquisa pública –, propondo-se criar parcerias e outras formas de cooperação com centros de investigação e arquivos (desde logo a Fundação Mário Soares, uma instituição integrante da Comissão Instaladora –, com centros de investigação e arquivos, com universidades portuguesas ou estrangeiras e com autores e investigadores da sua temática central – o aprisionamento e perseguição das oposições políticas e as suas formas de resistência e luta em tempo de ditadura.

Nestes sete anos de vida do Museu do Aljube, de que ponto se partiu em matéria de conhecimento, de materiais e de informação disponível, de museologia e de museografia e a que ponto foi possível chegar nessa simbiose – melhor dito, articulação necessária –, entre informação disponível e conhecimento atualizado para partilhar com a comunidade? Este é o objetivo do presente texto. Procuraremos, portanto, partir do projeto inicial e analisando o seu percurso (através dos relatórios anuais do MARL) ajuizar sobre o ponto de chegada e sobre a avaliação do caminho percorrido.

## 2 UM MUSEU EM CONSTRUÇÃO

O MARL é um museu em construção – até aqui sem novidade, porque todos os museus o são, quanto mais não seja pela apresentação de novos acervos ou legados. No caso do MARL, a situação é mais complexa, porque a história do seu objeto central de divulgação está ainda em fase recuada de estudo e porque, sendo em parte um património imaterial – a memória social das oposições e da resistência à ditadura -, apresenta dificuldades ainda não superadas pela investigação. O seu espaço de estudo dispersa-se pelo território imenso de um Império e de múltiplos espaços de exílio, o tempo alonga-se por quase meio século de vida e, boa parte da informação está dispersa e oculta. Bastará pensar na forte dominante de clandestinidade e aprisionamento da vida das oposições à ditadura para se perceber as dificuldades existentes até hoje.

O MARL é, pois, um Museu constituído sobre um património “pobre” na dimensão material, embora muito rico do ponto de vista simbólico e memorial – o espaço prisional existe (aqui como noutras prisões da Ditadura), embora já desconstruído em parte, em virtude da ruína e das reconstruções e utilizações posteriores, assim como estão ainda vivos muitos dos ex-perseguidos e ex-prisioneiros da Ditadura.

Contudo, as dificuldades não resultam apenas da natureza do objeto. Radicam também (ou principalmente...) na reactualização interpretativa de uma História política que está longe de estar fechada – tanto historiograficamente como no espaço público – de vida e de debate. Basta para tal que, pelo meio, tenha ocorrido a rutura da Revolução de 25 de Abril, sentida necessária para uns ou despropositada e evitável para outros. Daqui partimos para todas as dúvidas, até sobre o nome que damos às coisas.

O desafio atual centra-se sobre a forma como lidamos com a memória silenciosa dos indiferentes, com o silêncio cúmplice dos implicados e dos torturadores e com a herança oculta (mas ainda existente), que constituem fontes inesperadas de inspiração para o renascimento comum de novos movimentos de direita nacionalista, violenta, xenófoba e racista ao mesmo tempo que nos confrontamos com a insuficiência das políticas nacionais e europeias de memória para lhes dar combate.

Desfiaremos de seguida alguns dos desafios que se têm colocado ao Museu, na interpretação da realidade histórica para todos. Consideremos, em primeiro lugar, a complexidade do passado, a do Salazarismo como um populismo demagógico e farsante. O Estado

Novo foi uma ditadura longa e com diferentes matizes, da fascização dura a uma certa abertura ao mundo no pós-guerra; um totalitarismo com violência restrita – mas eficaz (como considerava Roland Weyl, um resistente histórico francês, numa visita ao Museu), pela opressão imposta e sem resposta social. Um regime duradouro, difícil de explicar, porque assente sobre uma grande farsa. Em segundo lugar, consideremos os dados de uma memória social prevalecente e duradoura, contaminada por mitologias e erros históricos inegáveis: à visão de um Salazar genial, ditador incorrupto, técnico de finanças e um tecnocrata muito eficaz – por isso, indispensável –, contrapõe-se a visão do “monstro”, aliás muito alimentada por alguma historiografia, que tende a centrar toda explicação da durabilidade do regime na figura “genial” ou “monstruosa” do chefe.

Em segundo lugar, consideremos a temática da guerra colonial, que para outros se designará de guerra do ultramar. Para muitos – porque muitos foram os implicados –, a guerra colonial foi uma guerra patriótica e de defesa nacional, só perdida por desistência em combate; atentemos ainda a memória de uma “ditadura benigna” ou de “brancos costumes”, isto com base no baixo número de vítimas mortais, tendo em conta o que aconteceu em Espanha ou na Alemanha, e que tem servido para desconsiderar o seu carácter ditatorial. Por fim – mesmo não sendo exaustivo nesta matéria – o argumento muito “castiço” de que muitos opositoristas (particularmente os comunistas) defendiam interesses estranhos ao país. Uma memória deformada, muito alimentada pelo facto de o processo político (e a luta ideológica em torno do comunismo) nunca ter permitido uma discussão consequente sobre o pós-sovietismo.

### **3 MAIS INFORMAÇÃO DISPONÍVEL - MAIS CONHECIMENTO. MELHOR CONSCIÊNCIA**

Só o conhecimento pode esclarecer as dúvidas e varrer os mitos. A necessidade de socializar uma Memória democrática operativa, imune a todos os revisionismos e negacionismos mal-intencionados, obriga-nos a conhecer em profundidade toda a realidade dos fascismos – e o nacional-salazarismo em particular –, das vítimas aos perpetradores e aos indiferentistas, a grande massa silenciosa que foi oprimida sem consciência de que o estava a ser. Que igualmente aceitou participar na guerra colonial com a falsa convicção de que estava a realizar uma guerra justa e patriótica. Mais conhecimento, mais socialização

desse conhecimento, são inseparáveis da construção de uma História e de uma Memória operativas, instrumentos fundamentais na construção de uma cidadania democrática. Uma democracia deve saber conviver com a diversidade de pensamento, mas é obrigada, para poder sobreviver, a combater sem tréguas os inimigos da liberdade e a multiplicar as práticas democráticas e os lugares de memória democrática.

Ora, o MARL foi também edificado – e tem sido construído ao longo do tempo – com essa finalidade, a de propor um olhar crítico sobre o nosso passado recente, como meio indispensável para a reconstrução permanente da democracia em liberdade. Para tanto, é necessário que assuma o seu papel de museu como lugar de conhecimento, não apenas da sua divulgação, mas também da produção desse conhecimento, escolhendo a cada momento – como nenhum sistema de ensino consegue –, o que interessa e é oportuno e possível divulgar à comunidade. Para tal pode optar pela reforma constante e oportuna da sua exposição permanente, mas principalmente produzir eventos culturais (exposições, livros, filmes, colóquios, etc.) que alimentem e promovam os grandes temas do debate público sobre a nossa contemporaneidade ao mesmo tempo que valoriza a memória da resistência e procede à reparação moral devida a todos os lutadores pela liberdade (Hoffman, 2019).

Neste domínio, o Centro de Documentação desempenha um papel central no fornecimento e acessibilidade da informação documental indispensável ao desenvolvimento das duas atividades mais fortes do Museu – a divulgação orientada da História Contemporânea de Portugal e da Europa e o seu aproveitamento para a prossecução de uma política educativa cidadã junto dos mais jovens e da população em geral.

O Centro de Documentação do MARL é herdeiro de um rico acervo documental e arquivístico, referente à História das oposições, anteriormente existente na extinta BMRR (Biblioteca Museu República e Resistência), composto de espólios, coletas de testemunhos, imprensa, etc.. Foi com esse espólio, a que se juntaram 21 300 monografias (12 400 das quais vindas da BMRR), que o Centro de Documentação abriu ao público em 2015 (MARL, 2015).

Depois de instalado, o Centro de Documentação prestou uma preciosa colaboração à atividade cultural e educativa do Museu, divulgando o seu espólio junto da comunidade, por meio de rubricas diferenciadas, especialmente através do seu site. Simultaneamente, preparou muito do material documental que veio a constituir a base de dezenas de mostras, exposições temporárias e debates, realizados no

Museu ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, preparou os espólios e a documentação existente para a sua digitalização, que tem vindo a ocorrer a um ritmo aceitável, tendo em conta os meios disponibilizados.

Numa segunda vertente, o Centro de Documentação preparou a sua expansão para um espaço exterior limítrofe, de modo a poder instalar o Arquivo que, dadas as circunstâncias, foi necessário considerar como uma outra peça fundamental do Museu. Na verdade, desde 2015, o MARL foi procurado por numerosos doadores – ex-presos políticos e suas famílias –, para aí depositarem materiais que mantinham consigo e que desejavam entregar ao museu. Tal prática, em parte também promovida pelo MARL nos designados “Dias da Memória”, tornou-se habitual, vindo a acrescentar aos espólios herdados da BMRR um conjunto considerável de acervos que hoje constituem o Arquivo do Museu do Aljube.

#### **4 OS RESULTADOS OBTIDOS – QUE SE PODE CONSULTAR HOJE NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO DO MARL?**

Seguimos, neste preciso ponto, o Relatório do Centro de Documentação do MARL (Relatório do C.D., 2022). Desde abril de 2022 é possível aceder ao Arquivo Digital do Museu do Aljube Resistência e Liberdade e consultar no site do Museu parte dos fundos documentais da Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR), de Francisco de Oliveira Pio e de Lino Bicari. Ao mesmo tempo, está em curso a descrição arquivística e a digitalização de mais documentação, não só destes, mas também de outros fundos

O Fundo Biblioteca-Museu República e Resistência é o mais volumoso e o mais diversificado tematicamente. Com o encerramento daquele equipamento, parte importante do seu arquivo, especialmente o que dizia respeito à resistência à Ditadura Militar e ao Estado Novo, foi encaminhado para o Museu do Aljube.

Entre os temas com maior peso está o Movimento Estudantil, sobretudo durante a década de 1960 e nos anos finais do Estado Novo, com materiais de propaganda, publicações ou comunicados. A documentação acompanha alguns dos momentos altos da resistência estudantil, nomeadamente em 1962, 1965 ou 1969, e a consequente repressão que se abate sobre os estudantes.

O Exílio é outro dos temas centrais deste fundo, sendo de destacar a correspondência recebida e compilada por Adolfo Ayala,

figura histórica da oposição que, desde 1966, trabalhando no Foyer International des Étudiants no Boulevard de St. Michel, em Paris, dava apoio a inúmeros exilados políticos, inclusivamente desertores, que ali acorriam. A documentação referente a Ayala reflete ainda a sua passagem por Argel entre 1963 e 1966 e a relação próxima com Humberto Delgado.

A oposição no exílio - nomeadamente a Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA), a Frente Portuguesa de Libertação Nacional (FPLN) ou a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) - e o assassinato de Humberto Delgado são duas das questões mais recorrentes no Fundo BMRR que inclui ainda documentação relativa à luta anticolonial, à deserção ou à atividade de diferentes organizações e partidos políticos de esquerda e de extrema-esquerda. Encontramos ainda várias publicações periódicas e não periódicas das oposições e questões relacionadas com o apoio a presos políticos e diferentes formas de denúncia da repressão.

Finalmente, nota para a existência de dezenas de fotografias, muitas deles sobre o movimento estudantil, sobretudo a crise de 1969 em Coimbra, ou o exílio.

Tratando-se do fundo de maior dimensão, apenas uma parte se encontra descrita, digitalizada e disponibilizada.

Em 2015 foi incorporado no Museu do Aljube o espólio de Francisco Oliveira Pio. Composto por cerca de 3000 documentos simples e compostos e proveniente da Biblioteca-Museu República e Resistência. O espólio documental pertencera a Armando Magalhães e foi doado por Jaime Conde e Amândio Silva, também eles resistentes de longa data à ditadura e exilados políticos.

Oliveira Pio participara em várias ações contra a Ditadura Militar e, depois de exilado, contra o Estado Novo, nomeadamente a partir de Espanha, onde combate as forças franquistas durante a guerra civil. A atividade de Oliveira Pio desenrolar-se-á, a partir de 1955, no Brasil, em estreita colaboração com Humberto Delgado e o Movimento Nacional Independente. Mais tarde estará ligado à Frente Portuguesa de Libertação Nacional.

A documentação reflete assim este percurso e o seu interesse radica ainda no que nos traz sobre a história da oposição ao Estado Novo no exílio e uma miríade de organizações como o Movimento Nacional Independente (MNI), o Centro Republicano Português (CRP), associações maçónicas brasileiras e latino-americanas, o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), a Frente Portuguesa de

Libertação Nacional (FPLN), a Junta Portuguesa de Libertação Nacional, a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Suas Colónias (MDLPC), o Comité Venezuelano Pró-Democracia e Liberdade de Portugal (CVP-DLP), a Portuguese Canadian Democratic Association, a Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR), a Junta de Ação Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA), os Portugueses Livres de Marrocos ou a Associação Humberto Delgado, entre outras.

É assim significativa a abrangência geográfica: Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), Venezuela (Caracas), Uruguai (Montevideo), Canadá (Toronto), Marrocos (Casablanca, Rabat e Agadir), Argélia (Argel), França (Paris), Grã-Bretanha (Londres), etc. Cronologicamente, o período de maior incidência são os anos de 1960 a 1965.

A relevância histórica deste fundo prende-se ainda com o cruzamento com múltiplas personalidades da oposição como Humberto Delgado, Hermínio da Palma Inácio, Henrique Galvão, Emídio Guerreira ou Álvaro Lins, mas também outros opositoristas praticamente desconhecidos, cuja memória merece ser preservada e reconhecida.

São vários os pontos de contato com o Fundo BMRR. As oposições no exílio, o “Caso Delgado” e as acesas polémicas em torno do assassinato do general, correspondência e outros documentos de Adolfo Ayala e documentação relativa a organizações de extrema-esquerda ou à luta anticolonial são comuns a ambos os fundos.

A ordem original dos documentos foi manifestamente alterada, revelando uma organização posterior efetuada com base em critérios temáticos que foram em grande parte mantidos.

Por fim, o espólio do missionário italiano Lino Bicari, provisoriamente entregue pelo próprio à Biblioteca-Museu República Resistência, foi recebido em 2015 pelo Museu do Aljube. A biografia de Bicari é interessantíssima. Este conjunto documental permitirá desde logo encetar investigações sobre o próprio Lino Bicari - atualmente a residir em Portugal -, seu percurso e atividade.

Depois de em 1967 chegar à Guiné-Bissau como missionário, Lino Bicari tomará a decisão de combater ativamente o colonialismo português e juntar-se-á ao PAIGC, no qual militou até 1987, desempenhando vários cargos públicos no Estado guineense.

Para além do interesse histórico da biografia de Bicari, mais um caso entre os muitos clérigos estrangeiros que denunciam o colonialismo português, os materiais por ele produzidos e guardados permitem um estimulante olhar sobre o período colonial e pós-colonial.

Cobrem acontecimentos relativos à guerra colonial e à luta anticolonial, ao período da proclamação da independência em Madina do Boé (1973), aos primeiros anos pós-independência, aos golpes de Estado de Nino Vieira (1980) e Ansumane Mané (1998) e à guerra civil.

O espólio é maioritariamente referente à Guiné e ao PAIGC, sendo de assinalar a existência de muitos documentos internos. Nele encontramos também informação sobre Angola e Moçambique, sobre massacres e violência colonial, sobre o Movimento dos Não Alinhados ou a Comissão de Descolonização da ONU. Deparamo-nos ainda com figuras como Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Bruno Crimi, Nino Vieira, Luís Cabral, Francisco Mendes, Pedro Pires, Adelino Nunes Correia, Mário Cabral, Mário de Andrade, José Turpin ou o Monseñor Amândio Domingos Neto.

Este fundo, que inclui diversos escritos do próprio Lino Bicari e recortes de imprensa, é também útil para questões relacionadas com alfabetização, educação e ensino, saúde, missionação e atividades religiosas em África, cooperação e desenvolvimento, agronomia, agricultura, alimentação e nutrição, abrangendo ainda o período pós-colonial.

Os três fundos disponibilizados virtualmente permitem abordar alguns dos temas centrais do Museu do Aljube Resistência e Liberdade como sejam, numa perspetiva mais geral, a resistência e a repressão, as prisões e a perseguição política, o colonialismo e a luta anticolonial, e, numa perspetiva mais dirigida, assuntos como o movimento estudantil, as oposições no exílio, o “caso Humberto Delgado”, a deserção, a atividade das Igrejas em África ou a história da Guiné no período colonial e posterior à independência.

Como já foi referido, está em curso a descrição arquivística e a digitalização de mais documentação, não só destes, mas também de outros fundos.

Com a disponibilização do Arquivo Digital do Museu do Aljube Resistência e Liberdade pretende o MARL contribuir para aprofundar as linhas de investigação sobre diversos temas relacionados com as resistências à ditadura e a luta antifascista e anticolonial.

## 5 CONCLUSÕES

Foi objetivo deste artigo documentar a estreita relação existente num Museu entre a sua prática museológica e educativa e o Centro de Documentação existente. Em concreto, esta relação foi observada

no MARL ao longo dos sete anos da sua existência (2015-2022). Assim sendo, elegemos os seguintes pontos de relevância:

1. Desde o início, e dada a dispersão da informação sobre a temática da Resistência à Ditadura por numerosos (e por vezes desarrumados e inacessíveis arquivos), houve a preocupação de reunir no seu Centro de Documentação um acervo bibliográfico, documental, fotográfico e videográfico (para referir as principais categorias) coerente e representativo. Tal acervo, no início de pequena dimensão, tem sido acrescentado de aquisições, doações e legados de importância significativa, ao longo destes sete anos de existência do Museu. A sua especialização temática é útil à atividade do Museu, do público que o visita e, bem assim, um estímulo ao seu crescimento contínuo e reconhecida importância no meio dos centros de documentação e arquivos de História Contemporânea do país. Por outro lado, a sua crescente digitalização (já hoje significativa em termos de volume) permitiu uma acessibilidade imediata, tanto aos serviços do Museu como ao público em geral.
2. A existência do Centro de Documentação (e depois do Arquivo) do MARL tem constituído, desde o início, uma importante base de municiamento das atividades do Museu, quer como apoio às exposições e mostras temporárias quer como material ele próprio valorizado por iniciativas de divulgação do Centro de Documentação (a exemplo refira-se a divulgação do “Documento do Mês”).
3. A partir do reconhecimento público da importância da documentação existente, foi possível dirigir a atenção de públicos diferenciados (generalistas, universitários, jovens, adultos) para a existência de documentação relevante para o estudo da História da Resistência à Ditadura. Tal desígnio tem sido mais difícil em arquivos de grande dimensão e multitemáticos.
4. Pouco tempo após a sua abertura, o Centro de Documentação passou a constituir-se como um pólo de atração de alunos de diferentes ciclos de estudo. Para os alunos do ensino básico e secundário instituiu-se um Laboratório de História, responsável pela atividade de núcleos de alunos de diferentes escolas da área da Grande Lisboa na iniciação à investigação. No ensino superior, o Centro foi local de estudo de alunos de Erasmus, de mestrandos e de doutorandos (nacionais e estrangeiros) no desenvolvimento de estágios dos seus cursos e ainda ponto de

- partida para a realização de projetos de mestrado ou de trabalho aplicado ao campo da museologia.
5. No domínio da conservação, o Centro de Documentação (e mais tarde o Arquivo) permitiu criar espaço para a entrega de espólios e legados de ex-presos políticos e das suas famílias. Pela relação de proximidade que mantinham com a prisão (alguns foram seus antigos prisioneiros), estes doadores faziam sempre saber que este seria o único local onde se sentiam dispostos a entregar os seus materiais. Mercê destas doações, o MARL começou também a receber alguns objetos, enriquecendo assim desta forma a sua coleção material. Foram relevantes os objetos doados nos “Dias da Memória”.
  6. Sendo a Memória um objeto central da edificação do Museu, o Centro de Documentação tornou-se responsável pela coleta de numerosos testemunhos de ex-prisioneiros, de resistentes e de seus familiares e amigos. São testemunhos que foram recolhidos pela metodologia da história oral, mas também através da entrevista pública ou do testemunho escrito. Constitui hoje um importante acervo videográfico, em consulta presencial e, parcialmente, através da página do Museu. Esta é uma prática reconhecida mundialmente como metodologicamente vantajosa e, como decorre da sua inscrição na Carta dos Museus de Memória (ICMEMO, 2011)
  7. Em último lugar, assinala-se a dinâmica associada à atividade do Centro de Documentação como alavanca para a constituição do Arquivo do MARL, na maior parte, como já vimos digitalizado. Para a sua arrumação material foi necessário (e foi possível) criar um espaço apropriado nas cercanias do museu, equipar o Centro com um importante parque informático e acrescentar uma especialista de documentação ao quadro de trabalho do Centro de Documentação.

Do que ficou dito se pode concluir, com relativa liberdade e sem contestação, que um Museu dificilmente poderá subsistir sem um Centro de Documentação especializado – ou mesmo, como aconteceu no caso do MARL, sem um Arquivo. As suas atividades culturais requerem-no pela absoluta necessidade de renovação e de acréscimo do conhecimento sobre as suas temáticas expositivas. Por outro lado, como aconteceu no caso do MARL – num Museu sem uma coleção de objetos significativa, como já foi dito -, os documentos (nas suas

diferentes formas) não só são fundamentais às práticas museológicas como, a partir de certa altura se constituem, eles próprios, como objeto de práticas museológicas com grande impacto público. Neste sentido, o Centro de Documentação, em vez de espaço fechado para consulta, passa a ser ele próprio uma sala do Museu.

## REFERÊNCIAS

BEDJAOU, M. The Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage: the legal framework and universally recognized principles. **Museum International**, v.56, n.1-2, p. 150-155, 2004. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135852>.

FARINHA, L. Museu do Aljube, Resistência e Liberdade: Musealização de uma «Herança Difícil». **Boletim ICOM Portugal**, série 3, n. 9, p. 23-28, 2017. Disponível em <https://icom-portugal.org/2017/06/30/boletim-icomportugal-serie-iii-n-o-9-junho-2017/>.

HOFFMAN, F. O museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre as memórias do trauma, museus e direitos humanos. **Revista PerCursos**, v.20, n. 42, p. 129-158, 2019. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/14743>.

ICMEMO. **International Memorial Museums Charter**. 2011. Disponível em <http://icmemo.mini.icom.museum/about/what-is-icmemo/>.

ICOM. **Museum definition: creating a new museum definition – the backbone of ICOM**, 2020. Disponível em <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>.

MARTINS, A. **A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube - Resistência e Liberdade**. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/18144>.

RELATÓRIO Anual do Museu do Aljube Resistência e Liberdade – anos de 2015-2021, MARL

RELATÓRIO do Centro de Documentação do Museu do Aljube, MARL, 2022

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e o seu Papel na Sociedade.** 2015. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>.

WILLIAMS, P. **Memorial museums: the global rush to commemorate atrocities.** Oxford; New York: Berg Publishers, 2007.

# CONFRONTO ENTRE MUSEU PRESENCIAL E MUSEU VIRTUAL

## CONFRONTATION BETWEEN PRESENTIAL MUSEUM AND VIRTUAL MUSEUM

José Cláudio Alves de Oliveira<sup>1</sup>



As mudanças do significado de museu através dos tempos podem ser compreendidas como uma trajetória desde a abertura dos acervos ao público até o surgimento de novos gêneros e tipologias arquitetônicas. E nesse processo as novidades foram trazidas à sociedade a partir de contextualizações nas exposições, nos projetos educacionais mais aproximadores a realidades de comunidades locais e da atualização do SDI (Sistema de Documentação e Informação) que renova todas as informações dos acervos.

Concebidos com a função de preservar e trabalhar os diversos patrimônios e transmitir os seus conteúdos à sociedade, os museus, por trabalharem restritos a ciências e a distintos setores da sociedade, mantiveram-se por longo tempo como espécies de lugares sacralizados, alheios, descompassados com a realidade das sociedades nas quais estavam inseridos, pouco atraentes para o público em geral ou se quer próximo do povo.

Os museus, tomados como “categoria de mídia”, não podiam deixar de se expor às crises nos momentos de guerra e conturbações socioeconômicas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A partir da década de 1960 eles foram atingidos por críticas radicais e movimentos de protestos, em vários países, em favor da democratização das instituições políticas, educativas e culturais. Foi daí que se iniciou um processo de transformações substanciais nos museus, tendo o público como centro de suas preocupações. Então os ecomuseus e museus comunitários surgiram como formas museísticas mais dinâmicas para aproximar os acervos a comunidades de todos os tipos.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2887-2025>.

Paralelo à discussão da função social do museu, ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, que parece pretender abarcar a totalidade da realidade humana na arca patrimonial, que cria uma diretriz, um novo paradigma. Diversificam-se as tipologias do patrimônio, e confere o estatuto de bens a serem preservados a obras do presente, bem como ao que é anônimo, cotidiano e banal. O patrimônio cultural torna-se um domínio indefinido, fluido e incerto, que se refere não mais ao legado do passado e da nação, mas a um bem capaz de restituir a identidade de determinados grupos, originando um mosaico de memórias sociais segmentadas.

No mundo globalizado, a sociedade se torna cada vez mais complexa e fragmentada; as referências de identidade se multiplicam, e em lugar da ideia de uma memória única, imutável e homogênea, que se quer como passado comum da nação, tem-se a pluralidade de memórias, assim como o patrimônio torna-se cultural e socialmente diversificado e extenso. O que se pretende dizer aqui é que, com os museus na Internet, os patrimônios culturais – a começar pelas arquiteturas e histórias locais e biográficas – estarão mais perceptíveis num universal que facilita e possibilita o reconhecimento. Portanto, possibilitando a preservação de memórias não mais isoladas, mas entendidas num infinito espaço virtual onde todos se interagem.

Na proteção desse patrimônio – seja ele histórico, cultural, natural ou, de uma maneira mais generalizadora, “total” –, o museu se projeta como um sistema de comunicação indispensável para divulgar informações dos seus acervos para sistemas culturais, educacionais e demais *media*. Por muito tempo se apresentou como mero repositório de valores culturais, naturais, técnicos e artísticos. Ele que os recolhe, classifica, sistematiza, estuda, expõe e divulga. Mas, na contemporaneidade, que atualiza o passado a cada momento, o museu passou a ser o espaço da cultura por excelência, abrindo-se para a sociedade a partir do reconhecimento do seu novo papel de não apenas divulgador, mas também de contextualizador em exposições que traz e de gerador de dados para pesquisas científicas e educacionais.

Enquanto *media* que historicamente surgem e se vinculam ao processo de afirmação das identidades culturais e nacionais, do ecossistema, da arte, da história natural e social, os museus se deparam com desafios cruciais na contemporaneidade. A começar pelo dilema da escolha a respeito do que eleger como digno para ser preservado, considerando a amplitude da memória social e dos bens naturais e culturais. A demanda de diferentes grupos pela comunicação e preser-

vação de testemunhos de sua história traz a questão de como o museu pode incorporar essa tendência à expansão do patrimônio, sem, no entanto, concorrer para a banalização da memória social, da ecologia, da história natural, tecnologia, arte e de todas as categorias de acervo que o museu “conserva”, “processa” e divulga.

Contudo, não se pode perder de vista a realidade das novas tecnologias da comunicação. Trata-se de saber como colocar os meios de comunicação a serviço da educação, da pesquisa, do público em geral e do público especialista, sem perder a qualidade do conteúdo a ser apresentado. E nesse processo de adequação à realidade do mundo contemporâneo é necessário que os museus na Internet repensem o tratamento da informação dos seus SDI e BDIs (Banco de Dados Iconográficos) para uma melhor adequação à pesquisa e à educação, revelando não apenas o marketing, mas o próprio conteúdo da matriz, ou seja, o banco de dados. Assim, os patrimônios culturais, no ciberespaço, estariam passíveis de acesso a todos.

Os museus têm diante de si problemas que muitos outros *media* da ciência da informação (bibliotecas, arquivos, memoriais, centros de cultura) também conhecem. Inerentes aos diversos tipos de instituição, esses problemas que lhes são comuns devem, no entanto, ser resolvidos de uma forma original. E os principais problemas – que aqui se procura demarcar – estão localizados:

Primeiro, na pesquisa de dados dos objetos, i.e., os dados restritos incapacitam a pesquisa científica. Dados, como datas, nome, tipo de objeto, restringem a pesquisa, criando uma improbabilidade comunicacional sobre informações mais precisas, mais sólidas. O pesquisador se depara com a inexistência total de conteúdo e hipertexto sobre o seu tema.

Segundo, no aperfeiçoamento do SDI. Ou seja, numa interface total, onde dados, informações e objetos sejam apresentados com transparência e facilidade de interação para a análise mais profunda, seja para a pesquisa, seja para uma simples aula.

A partir da década de 1970 o papel dos museus na sociedade e a utilização de suas coleções com fins educativos ganharam toda sua importância. Este último aspecto da atividade de numerosos museus foi um dos fenômenos mais notáveis a partir da década de 1990.

Muitas são as inovações daí decorrentes. Há, e.g., estratégias de visitas guiadas e monitoradas e oficinas com pessoas portadoras de alguma restrição psicomotora, motora, visual e auditiva; uso dos suportes tecnológicos como o *tag point*, a realidade aumentada, que passa a ser uma forma de *mediação* e guia de acervos. Assim, os museus

presenciais vêm se aprimorando, criando suportes didáticos.

Uma das questões decorrentes dessa discussão é pensar os novos paradigmas que acontecer diante das mudanças no museu. Esse debate não pode ser dissociado de uma visão crítica à metodologia tradicional que pensa o museu como gabinete de curiosidade ou como, apenas, expositor das belas-artes.

Pensar os museus nos marcos das tecnologias da informação e da memória, construir um museu dialógico, interativo, significa deixar cada vez mais em aberto a possibilidade de interpretação do público em relação ao que está exposto, criando assim um espaço para o pensamento crítico e criativo capaz de motivar os visitantes e pesquisadores. Aliás, a interatividade é um dos fatores que traz novidades, pois, tanto no museu presencial (MP) quanto nos museus virtuais e nos cibermuseus, a interação com o acervo é uma forma de desmistificar o “almoxarifado da burguesia”, de objetos intocáveis e reluzentes. É uma maneira de se aproximar mais do cidadão e tornar os seus espaços mais atraentes, mais dinâmicos, com linguagens e recursos técnicos atualizados.

Nesse sentido, é preciso repensar os conceitos de transmissão das novas técnicas museográficas e de exposição, incorporando-as às ciências da informação e comunicação e colocando-as a serviço de um pensamento crítico, rompendo com o “webmodismo” do virtual que, em muitas vezes, só leva a páginas bem (ou mal) desenhadas cujo conteúdo é aplicado basicamente ao *design*, sem a preocupação com os subsistemas museísticos. Ou seja, a grande maioria dos museus traz uma ótica do *site pelo site* e esquece de que o museu possui dinamicidade, e é dotado de subsistemas compartilhados e com ambientes que demarcam a educação, a pesquisa e a exposição.

As tecnologias (principalmente quando se fala das redes eletrônicas) afetaram e alteraram o museu a partir dos anos 1970. Na década de 1990, com a Internet, aconteceu uma maior interação, e foram paulatinamente incorporadas às suas atividades, tais como a criação de totens multimídia, CD-ROMs, CD-CarD, *folders digitais* e CD-Players para monitoria nas visitas, provocando mudanças internas nos espaços arquitetônico-presenciais, na monitoração de visitas e até mesmo nos sistemas de segurança. Pode-se adicionar a esses fatores a maneira de prover produtos, serviços, comunicação e pesquisa ao público diversificado principalmente com a informatização de acervos, pois os pesquisadores podem consultar terminais de computadores no próprio museu, sem precisarem ir à reserva técnica ou até mesmo às exposições. Muitos museus presenciais têm as suas redes internas para

facilitarem a troca de informação do acervo e dos projetos entre os seus subsistemas. Com isso, da recepção à sala de pesquisa, pode-se encontrar a tecnologia facilitando a pesquisa e a visita.

Com o advento da Internet o museu também aproveitou para quebrar barreiras rígidas no que diz respeito à distribuição e acesso desigual de informação. As fronteiras físicas entre cidades, estados, regiões, países e continentes deixaram de ser determinantes, possibilitando maior participação de instituições sociais (escolas, bibliotecas, arquivos, bancos etc.) Então, em primeira instância, o museu divulgou a sua imagem em suportes *mediáticos* como CD ROMs, para, em seguida, descobrir no ciberespaço caminhos para a divulgação dos seus serviços e projetos e a incorporação de interfaces digitais que possibilitassem a exposição, a ludicidade, a simples informação institucional e a (tímida) disponibilização do acervo.

O ciberespaço veio como uma renovação da ideia de comunidade virtual, com pontos de passagem para conjuntos de crenças e práticas compartilhadas, que vinculam as pessoas fisicamente separadas. Veio como a quinta janela que se abre para o mundo da comunicação. Veio com a Internet. E nela o museu não ficou ileso, aproveitou o infinito caminho e tornou a sua comunicação mais aberta, mais acessível, em alguns parâmetros, ao público mundial.

As vias de comunicação evoluíram no sentido de uma conjugação de veículos e técnicas, para criar uma rede complexa e global, que conglomerava empresas de produção da comunicação, como a imprensa em geral, a rádio, a TV, o cinema e os museus, as plataformas de *streaming*, empresas de distribuição dos produtos, a indústria da informática ou computação eletrônica – compreendendo hardware e software – e o vasto setor de telecomunicações, inclusive via satélite.

A Internet, em particular, representa uma verdadeira revolução comunicativa. O número de computadores, *tablets* e *smartphones* munidos de conexão direta com a rede vem aumentando de maneira rápida e gradual no quantitativo, e inserindo as diversas classes sociais. No Brasil, por exemplo, um dos mais conectados países do mundo, em 2017, segundo o IBGE, o país tinha 134 milhões de usuários de internet, o que representava 74% da população brasileira com 10 anos ou mais. Em 2016, os internautas somavam 116,1 milhões, 64,7% da população<sup>2</sup>.

Num sentido mais amplo a infinita teia virtual que configura o ciberespaço possibilita aos meios de comunicação uma maior democracia do acesso à notícia, aos acontecimentos, às compras, à leitura e à visita a museus. Com isso deve-se partir do princípio fundamental de

2 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2020

que a comunicação social, numa sociedade democrática, é matéria de interesse público, i.e., pertinente ao povo, não podendo, portanto, admitir nenhuma forma direta ou indireta de controle particular sobre os meios de comunicação, principalmente quando se fala dos meios de comunicação de massa e daqueles que “carregam” e “recarregam” a educação, o turismo e as ciências, como os museus e centros culturais. Isso afeta muito aos museus por serem “guardiões” da multiplicidade de patrimônios, da memória social e que, portanto, devem se ater para a possibilidade de não reter informações, principalmente quando se sabe que elas são parte, não da instituição, mas da sociedade.

Os museus estão buscando adequar suas estruturas internas de organização de atividades em interfaces digitais; buscando outro modelo de sustentação de suas informações. Pelo lado dos receptores, emerge um papel transformado do visitante/observador, um usuário internauta, com um enorme poder de intervenção, diálogo e escolha de emissores e mensagens. A própria mensagem passa por transformações, seja no fluxo de produção de conteúdos, no próprio conceito de conteúdo alavancado pelos recursos de hipermídia, além de um novo papel para os museólogos, conservadores e comunicadores potencializados pelos recursos digitais.

Tem-se a impressão de que os museus na Internet – principalmente os que possuem a interface presencial –, pressionados pela mudança de ambiente e de “competição” que existem no ciberespaço, discutem principalmente sobre planos estratégicos da informação, da venda de produtos, do marketing, e vêm deixando de lado os aspectos básicos do processo comunicacional, que é a informação científica baseada no SDI e a exposição dos acervos permanente e temporários.

Na verdade, não é só impressão. É fato. A redefinição de padrões, de procura por novas linguagens, que acontece silenciosa e concomitantemente à agitação da busca por um maior número de visitantes e no acolhimento de patrocinadores, limitam o museu da internet, salvo alguns exemplos, a sites que trabalham somente o marketing e estruturas informativas da instituição. E vale a pena as interações que esse *medium* vem desenvolvendo nas redes sociais, sobretudo no Facebook e no Instagram.

Diante dessas transformações no campo da comunicação e das tecnologias os museus, no ciberespaço, podem ser aqui classificados em duas vertentes. A primeira referencia os *catálogos museológicos on-line*, trazidos e criticados por Pierre Lévy ainda na década de 1990,

que correspondem aos modelos embrionários, cujo objetivo é informar a sua “base” presencial, sem expor os seus sistemas, esses catálogos não passam de *Hps*, de meros *sites* publicitários.

A segunda vertente referencia dois tipos arquitetônicos básicos. O primeiro tipo é o Museu Digital (MD), originado dos *catálogos eletrônicos on-line* e dos CD ROMs no início da década de 1990. Compreendido como museu que possui a interface presencial e tem adaptações ciberculturais, portanto, recopilado para exibição na rede, mas trazendo embrionariamente possibilidades de buscas ao SDI. O segundo tipo é o cibernuseu (CM), aquele sem base “física” de exposição e pesquisa, que funciona como espaço museístico somente no ciberespaço.

Os museus presenciais, ao criarem interfaces no ciberespaço, esperam, em primeira instância, a divulgação institucional. Muitos, porém, continuam obedecendo à lógica do catálogo vendido nas lojas e livrarias, e é provável que serão desclassificados aos poucos por dois tipos de público: aquele que quer criatividade e novidade e que se torna mais exigente por navegar no ciberespaço; e o público que pesquisa, que procura investigar não a apresentação do museu, mas o seu acervo. Diante da qualidade e quantidade insuficientes de informação e da enormidade dos acervos apresentada presencialmente, alguns *sites* de museus podem ser comparados a *catálogos museológicos on-line* na rede.

Esses catálogos apresentam-se basicamente pelo marketing ou uma espécie de publicidade museística, revelando o endereço presencial, algumas imagens arquitetônicas, da exposição e do BDI e estratégias de pesquisa. Eles estão voltados para o mercado, para uma cultura de massa, e acrescentando novos recursos para seduzirem os visitantes, como uma espécie de marketing turístico. Quando isso acontece, a qualidade tende a cair de nível, nos aspectos da comunicação e educação sobre os acervos, pois o nível de informação científica torna-se muito pequeno.

É evidente que se deve considerar que os museus fazem parte do mercado cultural, eles “vendem” seus produtos, participam ativamente da atividade econômica, fazendo parte do grande circuito turístico cultural. Como exemplo, pode-se ver o caso do Museu Guggenheim de Bilbao na Espanha, onde um monumento arquitetônico de proporções arrojadas abriga centenas de “obras de arte” destinadas a atrair o maior número de visitantes possíveis, obedecendo a uma estratégia previamente calculada pelo departamento de turismo da cidade. Sob este aspecto os museus participam e concorrem ativamente na

disputa por consumidores ávidos por novidades. É esta lógica que os obriga a apresentar os seus “produtos” de maneira sempre renovada e atraente. No ciberespaço esta lógica da novidade se acirra mais ainda. Os museus competem com milhões de outras publicações que medem diariamente suas visitas procurando avaliar a sua capacidade de atrair esse ambicionado público.

Por outra via, a qualidade e quantidade de informação dos objetos nos acervos – e do próprio acervo – nos museus digitais se mostram inadequadas para a pesquisa científica. O mínimo apresentado e disponível para o público vem através de dados e informações sintetizadas. Um museu presencial que possui pelo menos mil objetos expostos, muitas vezes não tem nem 1/3 do seu acervo na Rede. Ou seja, a interface não alcança a totalidade, nem dos objetos, nem de sua informação. Isso hoje consiste em ruído ou algo parecido que impede conteúdo e agilização, pois a ótica do ciberespaço é a informação chegar ao observador e não o seu deslocamento ao encontro dela.

Enquanto tiverem (com) pouca qualidade e quantidade de informações dos objetos/acervo/imagens, a pesquisa no MD estará pertinente a apenas trabalhos do ensino fundamental (os antigos 1º e 2º graus) ou propícia a informações corriqueiras para turistas e curiosos. É impossível uma pesquisa de nível superior – graduação e pós-graduação – ser desenvolvida sobre o acervo digital em qualquer área do MD quando o assunto é o objeto museal (o testemunho, o documento, o acervo). O problema reside basicamente na ausente interação hipertextual com o BDI e dos textos que são mínimos. As informações, com raras exceções são alcançadas apenas em verbetes.

Há dessa forma uma deficiência na representação técnica de elementos ciberculturais – quando ligada aos assuntos museísticos –, cujas possibilidades poderiam ser localizadas e visualizadas na interface presencial-digital. Espera-se um maior aprimoramento e evolução do ambiente virtual, com index completo, *links* para conteúdos informacionais, novidades e SDI disponível à altura de incursões científicas. Certamente que essas possibilidades serão técnica e facilmente vislumbradas dado o desenvolvimento das TICs. Resta pensar na futura inserção dessa interface. Esse fato, até mesmo hoje, poderia estar acontecendo. O que se nota é, deveras, um grande ruído no MD.

O que há então de novo? No novo ambiente, o ciberespaço, os MDs e CMs não perdem obviamente suas funções essenciais (que lhes legam o status de museu), eles conservam, ex-

põem os objetos, com o propósito de preservar a memória histórico-social, mesmo com seus frágeis aspectos qualitativos e quantitativos para a pesquisa. O novo aspecto consiste na maneira de “compor”, de “construir” o sistema exposto. Nele, agora, o visitante entra e percorre um circuito que às vezes ele mesmo cria, visita a (s) exposição (ões), criando a autopoiese com a sua busca randômica, sem linearidade.

Os MDs fazem parte de um sistema comunicativo que produz e processa informações que podem ser vistas como “matéria prima básica” para uma pesquisa, por, principalmente, ter dados originais de objetos, exposições públicas e referenciais hipertextualizados.

Porém, o CM mostra-se mais coletivo e democrático, no sentido de possibilitar ao cibernauta a sua participação, à distância, na criação do acervo, no seu registro histórico, na preservação da sua memória, enquanto cidadão, já que a rede permite que informações antes reprimidas participem na condução social. Ao contrário, o MD advém da base tradicional e por isso se mantém mais formal e com a problemática da qualidade e quantidade de acervo e das informações sobre os objetos, trazendo consigo, portanto, paradigmas da instituição oficial.

É certo que, com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos MDs, em termos de informação, as comunidades, “eletrônicas” ou não, poderão ter acesso a conteúdo e percepção visual dos objetos e temas que fazem parte de patrimônios culturais de qualquer lugar no mundo, pois isso se configura como mais uma forma de preservação da história da civilização e solidifica ainda mais a ideia do lugar, na qual, sem mais distância, as culturas estarão mais próximas e, conseqüentemente, possibilitando o compartilhamento. Concretiza também um imenso salto: do MP, no modelo oitocentista, quando apenas classes sociais favorecidas tinham acesso aos espaços museológicos, ao MD acessível em qualquer casa, de qualquer canto do mundo que se possa conectar um computador.

A discussão do fim dos MPs não é aqui o foco e está superada. O museu no ciberespaço é apenas uma janela opcional a mais, um modelo diferente para a escolha do turista, público em geral e pesquisador. Todavia, para este último, o MP, com o passar dos tempos, poderá não contar mais com o profissional que visita para a pesquisa. No caminho da tecnologia, será possível obter o necessário para um tema da pró-

pria casa, do outro lado do mundo. Para esse instante comunicacional o investigador não mais precisará do ambiente presencial. Basta o PC, o *notebook*, o *smartphone* ou o *tablet* e a conexão. Mas o divertimento, a contemplação, os jardins, as fontes, a casa antiga, a sensação de voltar ao tempo serão perpétuos ao homem, e nesse caso os MD e CM não suplantarão o MP.

A principal discussão aqui sobre os museus está centrada no quanto as novas tecnologias funcionam e funcionarão como uma extensão útil e mais diversificada para a continuidade dos propósitos de um dos mais antigos *medium* que traz informação de qualidade: transmissão de mensagens que atinjam e atendam aos interesses básicos do público em geral e informações de elevado conteúdo para a pesquisa científica.

Diante disso, uma das principais transformações do processo comunicacional é a multiplicação – em ambiente diferenciado – de emissores, receptores, mensagens e os meios de captação, transmissão e *feedback*. E, como consequência natural dessa multiplicação, a convivência de todos sob o mesmo plano infocomunicacional que, em última instância, deverá refletir uma unidade de opiniões, credibilidade, referência e poder de influência nos campos da documentação, educação, comunicação e conservação que, na natureza objetiva do museu, recairá para os seus públicos específicos.

É principalmente o conteúdo que caracteriza o que seriam as mensagens na era da informação digital diante do que os MDs expõem diretamente ao público e indiretamente ao pesquisador profissional. Não é possível pensar em redes interconectando pessoas e *medium* sem considerar o conteúdo que está sendo transmitido.

Dapalavraàcomunicaçãoaudiovisual,ahistóriadacomunicação humanasempresepautoupeeloaprimoramentodaexpressão,transmissão e compreensão de conteúdos/mensagens entre emissores e receptores.

A história recente viu o advento da comunicação de massa onde McLuhan pregava que o meio era a mensagem; a segmentação e a diferenciação de audiências dos anos 1980 através de novas tecnologias de informação demonstraram que a mensagem era o meio. Os anos 1990 trouxeram as redes digitais de comunicação, interligando o mundo a pessoas, possibilitando o acesso simultâneo a diversas mensagens, individualizadas, através de diversos meios. É a interatividade potencializando o poder da audiência: a mensagem é a mensagem.

As pessoas não estão mais vivendo numa aldeia global, mas em espaços individualizados espalhados globalmente ou distribuídos pelo mundo, em qualquer lugar, sem números, mas com identifica-

ções que variam entre “@”, “#” e o “www”. No campo museístico a questão mensagem *versus* conteúdo fica mais evidente devido ao importante papel social que o museu desempenha na preservação dos diversos patrimônios e da memória social e nas fontes de pesquisa em quase que infinitas categorias de acervo.

Certamente, o que se vê hoje são passos em direção a, principalmente, MDs. O estágio não mais o é “paleolítico”. O que aqui se conceitua como MD e CM é algo que amanhã poderá se transformar em outra forma ainda pouco imaginável. Por enquanto os CMs, em número bem inferior aos MDs e aos catálogos museológicos *on-line*, acentuam um grande detalhe que os demais espaços museísticos no ciberespaço não fazem: disponibilizam não apenas formas tecno interativas em suas páginas, mas também campos para a participação efetiva de qualquer pessoa; da inserção da história de vida do próprio visitante, numa demonstração daquilo que os gregos legaram a.C., com o diferencial hoje técnico, sem tempo ou espaço de deslocamento, onde todas as pessoas poderão visitar, compartilhar, questionar e divulgar.

## REFERÊNCIA

OLIVEIRA, J. C. A. **O cibermuseu**. Curitiba: CRV, 2019.



# CASA-MUSEU JOSÉ RÉGIO: a excelência museológica de um escritor de Vila do Conde, Portugal

*JOSÉ RÉGIO HOUSE-MUSEUM: the museological  
excellence by a writer from Vila do Conde, Portugal*

Carmen Matos Abreu<sup>1</sup> 

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho impõe-se a inclusão de trabalhos e divulgação de Casas-Museu, lugares de cultura, identidade e memória, razão pela qual a Casa-Museu José Régio, de Vila do Conde, belíssimo repositório de ancestralidades culturais que registam os interesses intelectuais do escritor do séc. XX que lhe dá o nome, cumpre cabalmente neste espaço os desígnios a que esta publicação se propõe. Porém, e antes de avançarmos no discurso, dada a presença de palestrantes internacionais justificar-se-á situar geograficamente a Casa-Museu José Régio de que nos ocupamos. A 30 quilómetros a norte da cidade do Porto, imediatamente a seguir à fronteira estabelecida pelo rio Ave, o qual divide a província do Douro Litoral, cuja capital é a cidade do Porto, e a província do Minho, com a capital na cidade de Braga, logo se vislumbra a Casa-Museu regiana num espaço arquitetónico encimado na paisagem pelo imponente Convento Santa Clara, erguido no séc. XIV. O imóvel é discreto, embora no seu exterior se proponha uma pintura mural de considerável dimensão do rosto do escritor, que ao observador minimamente atento não lhe escapa estar diante da Casa-Museu do ali representado.

---

<sup>1</sup> Investigadora Doutora da CICEM - Universidade do Porto. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5723-1120>

Figura 1 - Fachada da Casa José Régio e Centro de Estudos Regionais



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde<sup>2</sup>.

A este contributo cultural, arquitetonicamente fielmente preservado pela Câmara Municipal de Vila do Conde<sup>3</sup> acrescenta-se, numa proposta de continuidade, o CER – Centro de Estudos Regionais, espaço autónomo e imediatamente contínuo à Casa-Museu, bem como o Centro de Memória de Vila do Conde, núcleo instalado num belíssimo edifício de excelente dimensão de inspiração rococó que conjuga o perfil de uma casa abrasonada do séc. XVII com amplos acrescentos de inspiração arquitetónica atual. Neste último aglomerado cultural integra-se o Arquivo Municipal, o Gabinete de Arqueologia e o Núcleo Central do Museu de Vila do Conde, composto pela Alfândega Régia – Museu de Construção Naval, Nau Quinhentista, Museu das Rendas de Vila do Conde e a Casa de José Régio. Toda

2 Todas as fotos da Casa-Museu José Régio apresentadas foram-nos cedidas pelo Centro de Memória de Vila do Conde, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Ivone Pereira, a quem muito agradecemos pelo favor e gentileza.

3 . Para além de obras de preservação anteriores, “Entre 2005 e 2006, a CMJR foi alvo de uma intervenção de restauro. Tratou-se de um conjunto de obras de grande relevância, pois equipou a Casa Museu com uma série de estruturas de crucial importância para o desenvolvimento da sua missão e objetivos” (SILVA, 2018). Contributo para a Conservação Preventiva dos Livros da Biblioteca da Casa Museu de José Régio, em Vila do Conde. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 11. Dissertação de Mestrado em Museologia.

esta organização arquivística, bibliotecária e museológica complementa-se ainda por um espaço ajardinado de 7000 m<sup>2</sup>, onde a oferta do lazer ao ar livre se combina com a cultura para todas as idades.

Justificar-se-á este apontamento excursivo ao tratamento da questão a que nos propomos na medida em que uma grande parte do espólio de José Régio se encontra também neste núcleo de Memória, ainda constituído por uma área de permanentes exposições temporárias onde a arte contemporânea de patenteia ao visitante.

Creemos que se tenha percebido que o tratamento concedido pela Câmara Municipal de Vila do Conde à área museológica, a parte à qual estamos a dedicar a nossa atenção, é, de facto, bastante bem cuidado, pelo que qualquer investigador que se interesse por alguma das temáticas apontadas não terá dificuldade em aceder às informações necessárias para execução da sua atividade e competente estudo das mesmas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Nascido em 17 de setembro de 1901 e falecido, em 22 de dezembro de 1969, em Vila do Conde, José Régio, de seu nome de batismo José Maria dos Reis Pereira, filho de Maria da Conceição Reis Pereira, dona de casa, e de José Maria Pereira Sobrinho, ourives de profissão, foi um entusiasta intelectual que “estimava a amizade e tinha-a como um valor, quando sincera e autêntica” (OLIVEIRA, 2006, s/nº pág.). O espaço da atual Casa-Museu não foi onde José Régio nasceu, foi onde viveu grande parte da sua vida quando permanecia em Vila do Conde, embora sempre tenha sido a habitação de familiares paternos. Em 1928, por falecimento da tia e madrinha Libânia, o imóvel coube por herança ao pai do escritor, o ourives José Maria Pereira Sobrinho, onde José Régio viveu até acabar o quinto ano do liceu. à morte do pai, a propriedade coube a José Régio.

Sabe-se, entretanto, que a estrutura do prédio foi sendo sucessivamente alterada, importando notar que nos anos 60 do séc. XX sofreu a grande modificação, já segundo os interesses e gostos do escritor – dir-se-ia que tal como hoje se apresenta ao seu visitante –, expondo-se, pelas diversas divisões do imóvel, obras de arte de várias tipologias, dentre cerâmicas, estanhos, rendas, vidros, ferros, bronzes, peças lapidares, pinturas e mobiliário, mas muito particularmente arte sacra, logo sobressaindo a presença Cristos, esta-

tuária religiosa gótica, maneirista e barroca e vinte e sete ex-votos<sup>4</sup>, parte deles no chamado corredor dos milagres, todos com a particularidade de incluírem a imagem de N<sup>a</sup> Senhora num dos cantos da figuração.

À morte de José Régio, a Câmara Municipal de Vila do Conde adquiriu o imóvel e, procedendo a obras de requalificação no visível respeito pela ordenação e decoração interna dos aposentos, assim foi criado este espaço museológico que abriu aos visitantes em 1975.

## 2.1 QUEM FOI, ENTÃO, JOSÉ RÉGIO?

Do ponto de vista familiar, José Régio tinha cinco irmãos: Júlio Maria, engenheiro, poeta e pintor (dado a conhecer como Júlio como artista plástico e Saúl Dias como literato), Apolinário José e João Maria, também ambos artistas plásticos, e Antonino Maria que desde jovem emigrou para o Brasil – Recife, Pernambuco, onde faleceu em 1965. José Régio nunca se casou.

A caminhada intelectual e académica de José Régio, sempre com aproveitamento de excelência, inicia-se aos seis anos de idade na Escola Primária Meia Laranja, junto a sua casa, seguida pela frequência do Curso Liceal no Instituto Secundário de Vila do Conde. O próximo passo foi em direção ao Porto, onde ingressa na Escola Académica como aluno semi-interno, e frequenta o 6<sup>o</sup> e o 7<sup>o</sup> ano no Liceu Rodrigues de Freitas. Mas foi em Coimbra, em 1925, onde terminou a licenciatura em Filologia Românica, defendendo a tese intitulada *As correntes e as individualidades na moderna poesia portuguesa* – trabalhos que na época coroavam o título académico adquirido. Todavia, dada a proeminência de Fernando Pessoa e Mário Sá-Carneiro, seus contemporâneos, o referido trabalho mais tarde veio a receber a merecida atenção ao ser publicado, mas com o título *Pequena história da moderna poesia portuguesa*.

Em 1927, Régio cursou a preparação para o magistério liceal na Escola Normal Superior, dando início à sua vida profissional entre 1927-1928 no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto<sup>5</sup>

---

4 “E logo o corredor dos milagres, com os ex-votos e aqueles populares, endomingados e agradecidos, como rezavam as legendas com os seus erros de ortografia e, milagrosamente, ajoelhado no ar!”, Dacosta, Luísa (2006). “A casa do Régio”, in, José Régio, Ponte, António (coord.). Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde (ed.), s/ n<sup>o</sup> pág.

5 “Sempre que vinha de férias de Vila do Conde, José Régio aproveitava para ir ao Porto: almoçava com Alberto de Serpa, encontrava-se com outros amigos, passava, por vezes, a noite de S. João. O Café Palladium, que deu lugar a uma área comercial, a livraria e galeria Divulgação, que deram lugar à Livraria Leitura, O Teatro Experimental do Porto, hoje com sede em Vila Nova de Gaia, eram alguns dos locais em que se detinha. Afirmava gostar do Porto mas nunca admitiu qualquer possibilidade de aí se fixar” (CASTRO, 2003, p. 21-22).

, ao assumir a docência das disciplinas de Português e Francês. No ano letivo de 1929-1930 rumou a Portalegre, onde efetivou, e entre 1929 e 1962 foi docente no então Liceu Nacional de Portalegre, partindo daí para a aposentação. Percebeu-se então que o vilacondense José Régio permaneceu em Portalegre durante trinta e três anos, razão pela qual a maior parte da sua vida intelectual, de escritor e colecionista, foi passada na terra alentejana. Contudo, e pese embora esta prolongada estada em terra alentejana, o seu apego sentimental nunca o impediu de voltar à terra-mãe por alturas do Natal, Páscoa e férias escolares, regressando definitivamente em 1967, já em considerável estado de debilidade física.

Daí que, por certo já não constituirá novidade que se refira o facto de em Portalegre existir uma Casa-Museu José Régio – explicação que, logo no início deste texto, deixamos em suspenso até este momento. Ou seja, e aclarando, na verdade José Régio tem duas Casas-Museu; uma em Vila do Conde, terra que o recebeu por berço e por morte, e outra em Portalegre, onde desenvolveu toda a sua atividade profissional, e praticamente a artística.

Referir-se a figura de José Régio é, imediatamente, relembrar-se um escritor. De produção diversificada, convirá especificar que incluído no seu acervo literário encontramos um imenso manancial de géneros e subgéneros literários, dentre romances, poesia, contos, novelas, ensaios, textos dramáticos, crónicas, epístolas, registo de memórias, escrita de diário, antologias e ainda incontáveis textos de crítica literária. No seu percurso e labor investigativo da docência incluiu-se o historiador de Literatura Portuguesa, bem como a participação em várias revistas literárias, com destaque para a *Presença*<sup>6</sup>, criada em parceria com Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões em 1927, publicação que sobreviveu treze anos de edição consecutiva. Justificando-se esta sua tendência para publicação em revistas referiremos que, ainda durante a juventude, com 15 anos, José Régio logo publicou os seus primeiros trabalhos de poesia nos jornais vilacondenses *O Democrático* e *A República*, este último onde, pela primeira vez, usou o pseudónimo José Régio, em 1921.

Do ponto de vista plástico, José Régio foi fundamentalmente

---

<sup>6</sup> “Foi a José Régio, realmente, que a geração da *Presença* confiou o estandarte da sua revista. É ele que, de facto, assina o artigo doutrinário do seu primeiro número e ele pertence, em verdade, a orientação estética, no capítulo das ideias, pelo menos, até ao número-manifesto, intitulado *Literatura Livresca* e *Literatura Viva*, publicado em Fevereiro de 1928, um ano depois do aparecimento da folha”, Simões, J. Gaspar (2002). “História do movimento da *Presença*”, in, NOVAIS, Isabel C., José Régio, itinerário fotobiográfico. Vila do Conde, Coleccção presenças da imagem, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Câmara Municipal de Vila do Conde, p. 89.

pintor e desenhador, cujo acervo se disponibiliza nas bibliotecas das instituições culturais vilacondenses já acima referidas.

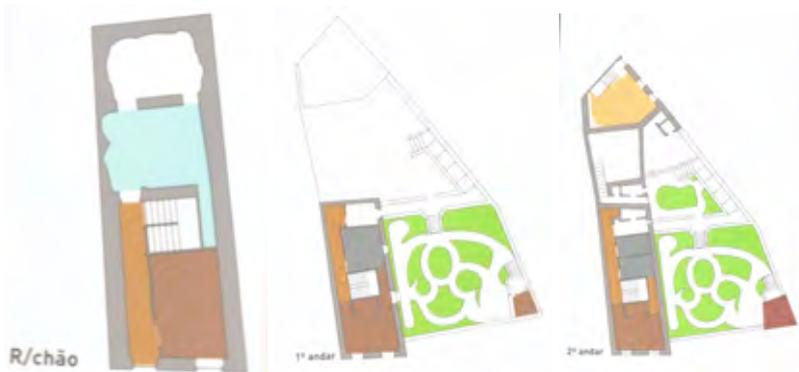
## 2.2 TIPOLOGIA ARQUITETÓNICA DA CASA-MUSEU

Relembramos que a Casa-Museu José Régio é um espaço constituído por rés do chão, 1º e 2º andares, ladeado por um jardim com um mirante que, na época do visado, teria excelentes vistas sobre o rio Ave e o burgo até ao mar que lhe fica adjacente. Conforme imagens que a seguir apresentaremos, quer no rés do chão, quer no 1º andar, e aqui já com maior expressão, nas traseiras do edifício visualiza-se um espaço em branco, sem preenchimento, o qual corresponde a uma pedraira com maior amplitude na base e que sucessivamente diminui à medida que o prédio cresce em altura, e sobre a qual a casa foi construída, conforme se percebe (Figuras 2, 3 e 4).

Fig. 2 - Rés do chão

Fig. 3 - 1ºAndar

Fig. 4 - 2º Andar



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

No Rés do chão, onde a porta de acesso à casa confina com o espaço público de circulação de peões, logo à direita o visitante encontra-se com uma Sala de Pintura Contemporânea onde se expõem pinturas e desenhos de artistas contemporâneos, a saber, de Diogo de Macedo, Mário Eloy, Domiguez Alvarez, do irmão Júlio e do próprio José Régio. Seguindo-se por um corredor conducente à chamada loja, um espaço de arrumos, logo dali nasce uma escada por onde se acede ao 1º Andar. Aqui chegado, o visitante depara-se um corredor onde

várias pinturas e objetos de arte se expõem e, voltando à direita, ingressa-se no escritório (espaço sinalizado a cor púrpura no desenho da planta), com duas amplas janelas para a frente da habitação. Após se percorrer um breve corredor, que se assinala do lado direito da imagem, entra-se o quarto do escritor.

Uma outra escada conduz ao 2º Andar, e outro corredor nos indica, a Sala de Jantar à esquerda, bem iluminada por outras duas janelas voltadas para a rua, e no sentido contrário (na imagem assinalado pela cor cinza), outro quarto de hóspedes para receber quem por lá pernoitasse. Ao fundo deste piso visualiza-se mais um lance de escadas que nos conduz para a chamada Casa das Alminhas e Sala de Jogos, atualmente peçadas de obras de arte adquiridas pelo colecionador. Sem oferecer dúvida de leitura no desenho das plantas, um magnífico jardim, distribuído em dois planos, apresenta-se do lado direito do imóvel, ainda ornamentado ao gosto do séc. XIX com fontanário e gruta cavada na rocha. A rematar, o já referido Mirante, muito na moda da época em casas de bom porte económico.

## 2.3 - ALGUNS ESPAÇOS DA CASA-MUSEU

### 2.3.1 - O Escritório

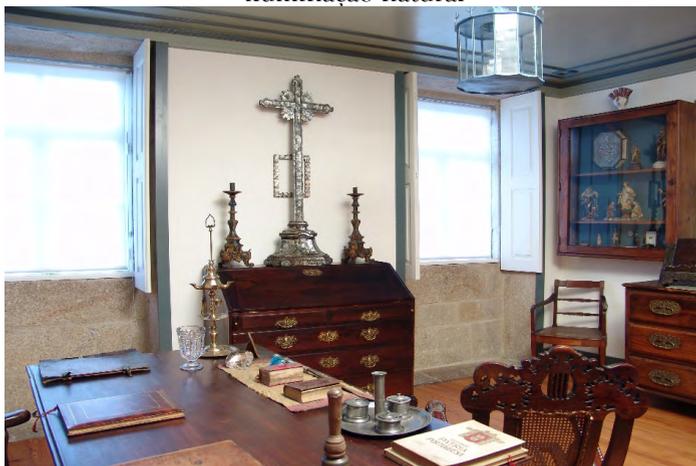
O interior da Casa regiana de Vila do Conde, conforme já se tem vindo a afirmar, é um legado de memórias. Dentre o repositório de materialidades constituído pelo seu proprietário e a compilação de mobiliário e objetos herdados da família, concederemos lugar à observação de alguns espaços de maior predominância. Observemos, pois, alguns detalhes do Escritório, conforme Figuras 4, 5 e 6.

**Figura 5** - Vista da entrada no Escritório, no lado com livros, que também se destacam no corredor



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

**Figura 6** - Mural com duas janelas projetadas para a direita com alcova toda preenchida com frente da casa, donde emerge excelente iluminação natural



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

**Figura 7** - Cadeira de repouso e leitura e secretária centrada entre duas estantes. A encimar o eixo axial do Escritório, a imagem de Cristo crucificado



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Não se duvidará que esta área do escritório terá sido a mais frequentada por José Régio. Organizada numa harmoniosa sala, o visitante nela imerge e toma parte na atmosfera onde tanta reflexão filosófica, tanta observação crítica, tantos lances de imaginação romanesca e tanto sobreoar de palavras poéticas terão acontecido, resultando assim num lugar de acolhimento, de bem-estar, de indubitável lazer intelectual, oferecendo ao visitante a possibilidade de passear o seu olhar por uma valiosa distribuição e acomodação de obras literárias, e históricas. Sendo que alguns volumes que integram o espólio livresco regiano datam dos sécs. XVII e XVIII, nele se encontram também algumas primeiras edições, muitas delas com dedicatórias autógrafas, de destacados escritores portugueses no panorama literário da primeira metade do séc. XX. É disso exemplo *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, a obra *Rampa*, de Miguel Torga, ou várias primeiras edições de Natália Correia. Quanto ao requintado mobiliário e imagética pictórica e es-

cultórica, presente-se a ambiência demarcada por uma desconhecida, mas que se adivinha íntima religiosidade do seu residente, insistentemente presentificada pelas imagens da Virgem Maria e de Cristo Crucificado, com meritoso destaque para a beleza estética do Crucifixo de madre pérola colocado ao centro da papeleira, entre as janelas.

### 2.3.2 - O Quarto

Sendo o quarto, por excelência, o aposento de maior intimidade em qualquer habitação, no quarto regiano encontramos com o cunho pessoal do escritor, fundamentalmente plasmado na presença de arte sacra, alguma de razoável dimensão, pese embora as dimensões limitadas do espaço. Visualizemos algumas perspetivas fotográficas 8 e 9:

**Figura 8** - Cama do séc. XVII, herdada de família



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

**Figura 9** – A ladear a cama, cómoda oratório, com Cristo crucificado; imagem da Virgem com o Menino



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Destas duas imagens, dois planos diferentes do quarto, reafirmam-se as memórias deixadas pela religiosidade de José Régio, intrinsecamente associada ao culto Mariano e à crucificação de Cristo, numa consciente demonstração de que a vida se cumpre iniciando-se na nascença e completando-se na morte. Este é, aliás, um entendimento que se distribui e ressalta com marcada evidência em toda a Casa-Museu regiana, numa repetida geometria ecoante de profunda fé e católico respeito pela Criação. De resto, bastará observar o imponente oratório que acolhe Cristo na cruz colocado sobre a cómoda, a não menos imponente Virgem com o Menino sobre uma mísula na parede à entrada do quarto, ou ainda a imagem do Senhor da Boa Morte, sacros ornatos que assim envolvem o quarto que acolhia o sono de José Régio, porventura coletados pelo viandante em terras que o albergaram por laços de sangue, ou de profissão e amizades, mas claramente demonstrativos de nunca ter perdido a lucidez da sua permanente fragilidade ontológica.

### 2.3.3 – A Sala de Jantar

Lugar de inequívoca convivialidade, também a Sala de Jantar desta Casa-Museu denota isso mesmo – espaço de confraternização, com família ou amigos, cuja disposição de cadeiras à volta da mesa, estrategicamente colocada ao centro da sala, rememora os momentos de comunhão e partilha de amizade de todos os que nela terão participado (Figura 10).

Figura 10 – Sala de Jantar



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Neste lugar abriga-se e expõe-se uma interessante coleção de objetos de adorno em estanho, baixela de vidro e cerâmica e demais pinturas e esculturas religiosas, com destaque para outro Cristo crucificado num espaço entalhado na sala, assumindo a configuração de oratório. Recordamos que todas estas peças de mobiliário foram pertença de José Régio, com destaque para a mesa central da sala que ainda fora pertença da tia, a “Madrinha” Libânia, como lhe chamava. Esta divisão da Casa-Museu configura-se noutra repositório de colecionismo, mas sobretudo de memórias de família, e isto porquanto certamente foi o espaço mais partilhado em confraternizações familiares e de amizades que visitavam o escritor.

### 2.3.4 – A Casa das Alminhas e a Sala dos Jogos

Do ponto de vista da frequência diária da presença do habitante, diríamos que chegamos a uma área mais neutra relativamente ao calor humano que o mesmo lhe possa transmitir, embora seja um espaço onde se terá encontrado, incontáveis vezes, com a realização de um dos seus grandes prazeres intelectuais. Trata-se de duas secções que resultaram no acúmulo de obras de coleção, uma vez mais sacra e profana. Senão vejamos:

Fig. 11 – Casa das Alminhas, onde a arte sacra preenche paredes e mobiliário



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Fig. 12 – Outra perspectiva da Casa das Alminhas com destaque para as caixas de recolha de esmolas sobre a mesa



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Fig. 13 – Ainda um recanto da Casa das Alminhas, com destaque para as pinturas do Juízo Final



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Fig. 14 – Loja, com estatuária e mesa com peças em ferro e bronze



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Fig. 15 – Loja, com peças em ferro, jugos e alambique em cobre



Fonte: Centro de Memória de Vila do Conde.

Perante estas imagens, que apenas transmitem uma pálida ideia do colecionismo de José Régio, já se tornará claro, porém, o seu entusiasmo e dedicação à preservação de objetos variados, pintura, escultura e mobiliário, sempre a adensar um legado de memórias de

diferentes épocas. São um excelente manancial de estudo e avaliação do gosto estético, dos materiais e praticabilidades de utilização dos mesmos, em vários momentos e ao longo de alguns séculos, contribuindo para a formatação de um bloco informativo que, se ali não estivesse patenteadado, quicá se teria perdido no espaço e no tempo.

## 2.4 APONTAMENTOS SOBRE A OBRA LITERÁRIA REGIONANA

O admirável e eclético acervo de José Régio tem vindo a convidar, desde o seu tempo de vida, miríades de intelectuais a estabelecer debates, cruzamentos, estudos, adaptações ao palco, adaptações cinematográficas, e demais atividades daí decorrentes numa liberdade interdisciplinar que explora novos horizontes e traz à luz a obra do escritor e colecionista, segundo variantes de análise e pensamento que se completam na diversidade.

Não cabendo no eixo axial deste texto a análise e crítica literárias, todavia não poderemos deixar de registrar, ainda que *à vol d'oiseaux*, a perspetiva estética e de pensamento da escrita de José Régio. Independente e esforçadamente alheado de conflituosidades políticas, José Régio entrega-se à arte da palavra escrita numa tensão de busca e entendimento da relação do ser humano com Deus, consigo próprio, com o “outro” com quem se relaciona e com a sociedade em geral. Neste debate pessoal de conflituosidades regionanas existe um pendor de matizes misticistas, que busca na psicologia humana a compreensível razão dos relacionamentos, mas também do homem em estádio de solidão – e a justificá-lo, bastará atentar-se na sua primeira publicação de poemas, obra intitulada *Poemas de Deus e do Diabo*. Nos meandros dos seus textos, poéticos ou romanescos, este escritor deixa perceber o amargor existencial do ser humano em geral, o conflito do Ser no seu próprio íntimo, numa teia de debate interno que chega a mergulhar na autoanálise, que partilha pela palavra escrita. E também por esta razão que é atribuída a José Régio a autoria da introdução, no panorama das letras portuguesas, da estética modernista.

Não foi pacífica a tomada de decisão em não participar na vida política, que a maioria dos intelectuais, com irreverência à ordem instalada, abraçavam. E isto, porquanto, foram muitos os desagrvos que recebeu de pares que subscreviam as mais diversas opções de pensamento, o que lhe mereceu o desconforto de polémicas defensoras do ideal presencista, que o fomentou e do qual fez parte na sua origem,

e em cujo ideário defendia a “arte pela vida”, ou seja, a arte deveria registar as mais íntimas emoções do artista, com sinceridade e sem perder o enfoque nas problemáticas da moralidade e da religiosidade que, como cristão, perfilhava.

Na galeria de publicações que se sucediam naquela época, a par da *Revista Presença*, já anteriormente mencionada, José Régio participou noutras revistas literárias e jornais. Destaque para as revistas *Sea-ra Nova*, *Ler*, *Contemporânea*, *Renovação*, *Movimento*, *Princípio*, *Sudoeste*, *Altura*, *Mundo Literário*, *Variante*, ainda a revista *Atlântico*, esta luso-brasileira, dentre tantas outras, locais, regionais, nacionais ou ultramarinas. E quanto a jornais, José Régio escreveu em *O Comércio do Porto*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *Diário de Notícias*. Nesta azáfama literária, o seu labor não se confinava às muitas obras que ia publicando em livro, distribuindo também o seu pensamento através dos citados meios de divulgação junto do público.

Ainda do ponto de vista da participação pública, as tertúlias ocuparam outro lugar da presença regiana, desde cedo. Em Coimbra, a par dos referidos mentores Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões da referida revista *Presença*, todos tinham o seu núcleo de debate no Café Central, sendo que já em Portalegre, noutra café com o mesmo nome - Café Central -, o gosto pelas tertúlias manteve-se, onde Régio debatia com David Mourão-Ferreira, Feliciano Falcão, Carlos Saraiva, Eugénio Lisboa, entre outros intelectuais da sua época. Ainda no Café Diana-Bar, na Póvoa de Varzim, ou no restaurante A Marisqueira, em A-Ver-o-Mar, se assistia a este tipo de encontros semanais, geralmente liderados por José Régio, nos quais participavam, e como exemplo, Manoel de Oliveira<sup>7</sup> ou Agustina Bessa-Luís.

Convenhamos que foi uma personagem intelectualmente irrequieta, José Régio!...

## 2.5 DIÁLOGOS INTERCULTURAIIS

Considerando-se o interesse pela investigação do núcleo literário de José Régio, material de trabalho não falta para as necessárias pesquisas. Desde a imensa publicação já elencada à correspondência<sup>8</sup>

<sup>7</sup> “Vim a juntar-me aos almoços das quintas-feiras, que era um hábito entre ele e o seu amigo Alberto Serpa. Mais tarde ainda, passei a fazer parte, já depois de Régio se ter reformado de professor de francês no liceu em Portalegre, dos habituais jantares na Póvoa, aos sábados.”, Oliveira, Manoel (2006). “José Régio”, in, José Régio, Ponte, António (coord.). Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde (ed.), s/ nº pág.

<sup>8</sup> Numa carta escrita por José Régio a Vitorino Nemésio, em julho de 1937, é claro o seu sentido crítico e avaliativo do labor literário. Escreve assim: “Quanto a criação, inspiração e tra-

com os mais diversos intelectuais com quem José Régio se relacionava, a oferta é diversificada e imensa, o que motivou muitos textos e estudos acerca da obra regiana. Porém, diante de tal ecletismo somos levados a afirmar, com cavada convicção, que muito ainda haverá para explorar acerca deste distinto vulto da cultura nacional portuguesa. Mas verifique-se, como ao longo dos tempos, outros desafios já se afirmaram em intelectuais de outras áreas da cultura.

*O Meu Caso* é uma peça de teatro em um acto, escrita nos anos cinquenta por José Régio [...] e foi o meu ponto de partida para a construção de o-meu-caso filme que envolve para além de outras coisas, outros textos, como um de Samuel Beckett e o do «Livro de Job», do Velho Testamento (OLIVEIRA, 2005, painel 9)<sup>9</sup>

Não só o cineasta Manoel de Oliveira partiu para esta simbiose entre a literatura e o ecrã cinematográfico, como imensos outros intelectuais transportaram para a tela obras regianas, quer no formato de curta-metragem, longa-metragem ou mesmo série televisiva. Destacaremos as longa-metragens *Benilde ou a Virgem Mãe* (1975); *O Vestido Cor de Fogo* (1985); *O Quinto Império - Ontem como Hoje* (2004); também as curtas metragens *As Pinturas do Meu Irmão Júlio* (1965); *Romance de Vila do Conde* (2008); *O Poeta Doido, o Vitral e a Santa Morta* (2008); ou as séries televisivas *Amália - Uma Estranha Forma de Vida* (1995); *Três Máscaras* (1970), entre demais.

Quanto ao teatro, a quantidade de textos dramáticos regianos<sup>10</sup> que subiram ao tablado é imensa. Também deles faremos um

---

*balho*, - penso explicar-me numa das cartas que tenho vindo rabiscando para a Seara. A respeito de várias personalidades da minha geração, ou já da seguinte, o que penso é que lhes faltam exactamente aquelas qualidades de ruminação, de paciência, de persistência, de *trabalho*, sem as quais todo o poder de criação se limita, e toda a inspiração não produz senão clarões (quando não fogachos) intermitentes. De aí a minha alegria quando vejo reunirem-se qualidades de inspiração e, digamos, de profissionalismo”, Nemésio, Vitorino (2007). Correspondência com José Régio, *Obras Completas*, vol. XXIX. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 41.

<sup>9</sup> Oliveira, Manoel (2005). *O Meu Caso no Caso de Régio*, in, *Espelhamentos: Herança Literária de José Régio*, Turibio, A.N. & Novais, I. C. (coord.). Vila do Conde, Exposição itinerante evocativa de José Régio, Centro de Estudos Regianos, Painel 9.

<sup>10</sup> É opinião de Filipa Silva que “As obras de José Régio questionam constantemente a consciência da existência do homem no mundo, a sua morte e o que existirá depois dela. Para a procura de uma verdade, o homem sente necessidade de utilizar máscaras e atua na sociedade conforme esta lhe exige. Pode já entender-se a ligação da obra de José Régio com o existencialismo de Jean-Paul Sartre e o seu teatro Filipa, C. G. Silva (2015). *A Representação do Anjo no Teatro de José Régio*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.29. Dissertação

breve destaque: *Sonho de uma véspera de exame* (1936) no Teatro Portalegrense, em Portalegre; *Benilde ou a virgem-mãe* (1947) no Teatro Nacional, Lisboa, encenação de Amélia Rey-Colaço para a Companhia Rey Colaço - Robles Monteiro; *Três Máscaras* (1947) Grupo de Teatro Moderno da Faculdade de Letras de Lisboa; *A salvação do mundo* (1956) Grupo Cénico da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa; a mesma peça (1971) com estreia profissional pela Companhia do Teatro Municipal de São Luiz); *Mário ou Eu Próprio - O Outro* (1958) Teatro Avenida, em Coimbra, encenação de Paulo Quintela; ainda (1969) na Casa da Comédia; *O meu caso* (1963) estreia académica no Liceu de Viseu; em (1976) decorre a estreia profissional Teatro Animação de Setúbal; *Jacob e o Anjo* (1940) Teatro da Estufa Fria, Lisboa; *El-Rei Sebastião* (1956) banida dos palcos pela censura política; a mesma peça no (1985) Cineteatro Crisfal, Portalegre, quando Amélia Rey-Colaço faz a sua despedida dos palcos, no papel da Rainha D. Catarina. Mas também em França, em 1952, a obra *Jacob e o Anjo* subiu ao tablado, na versão francesa, no Studio des Champs-Élysées, em Paris.

A ópera também adotou textos de José Régio. Mencione-se a representação *Banksters*, em 2011, no Teatro Nacional de São Carlos e a partir do texto *Jacob e o Anjo*, com música de Nuno Côrte-Real e libreto de Vasco Graça Moura, e ainda o texto *Três máscaras*, exibido no Teatro Nacional de São Carlos, em 1984.

A polivalência plástica das obras regianas consentiu ainda, em 1956, uma versão radiofónica, na Emissora Nacional, integrada nas celebrações dos ‘Trinta Anos de Cultura’, [desde a Revolução de 28 de maio de 1926].<sup>11</sup>

## 2.6 O COLECIONISMO

Percebeu-se já que dentre o colecionismo de objetos de utilização comum, de objetos escultóricos, de obras pictóricas, todas com categorias e funções diferentes entre categorias do profano e do sagrado, o gosto de José Régio pelo amontoado de antiguidades, sua classificação e organização, os quais nos trazem à luz os avatares das sociedades, vivências, crenças e traçados históricos, parece ter despoletado desde os verdes anos de infância por um gosto herdado de seu avô, estimulando-o ainda, talvez. Mas será útil notar que é mesmo José Régio (2001) quem se refere a essa sua empreitada colecionista, quando

de Mestrado em Estudos de Teatro.

11 Apontamentos retirados de <http://www.regio.pt/p/teatro.html>, em 29/9/2022 às 12h36.

do já permanecia em Portalegre:

o gosto das “coisas antigas” não me nasceu no Alentejo. Ainda gaiato, eu escapulia-me para um caminho subterrâneo que há em Vila do Conde, nas ruínas do claustro do antigo Convento [Santa Catarina], a procurar “caquinhos” de louça velha. Estudante em Coimbra, e, como se poderá supor, mal preparado financeiramente para tais aquisições, lá consegui adquirir três ou quatro peças a Mestre António Augusto Gonçalves. Aliás já meu avô paterno comprava, no seu tempo, móveis e imagens que tinham sido integradas no recheio de nossa casa, e eu olhava com olhos de curiosidade e cobiça. A coisa estava-me “na massa do sangue.”<sup>12</sup>

Este entusiasta e assíduo caçador de antiguidades, que em Portalegre coligiu “mais de três centenas de objetos, na sua maioria barros de Estremoz” (PINHAL, 2011, p.29-30), terá, naturalmente, dado expansão a este desejo em terras alentejanas, o que não admirará na medida em que, tal como refere Teresa Pinhal (2011),

Em Portalegre, atingira a sua independência económica ao ser efectivado como professor de liceu. No Alentejo, foi confrontado com uma vasta oferta de objectos de arte de cariz popular. Por exemplo, ele referiu os *pratos ratinhos* (faiança que levavam os ceifeiros da [sic] beiras, ao irem para o Alentejo trabalhar, para trocar por roupas e tecidos), que na maior parte dos casos tinham «*preços até acessíveis à bolsa de um professor*»<sup>13</sup>

E por tal se conclui facilmente que a maior parte do colecionismo material de José Régio tenha sido coligido no Alentejo, não apenas pelo favorecimento do poder económico de que começou a dispor, como pelo longo período da sua vida ativa em que lá perma-

12 Régio, José, (2001). “A Minha Casa de Portalegre. Como Principia uma coleção de Velharias”, in, José Régio e a Arte Popular, VENTURA, António (coord.). Setúbal, Ed. Cordelito, p.185.

13 Pinhal, Teresa (2011). O Coleccionismo em José Régio. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnica do Património. Dissertação de Mestrado em Museologia, p. 29. Dissertação de Mestrado em Museologia.

neceu. E por que assim terá sido, o acervo na casa de Portalegre será, naturalmente, mais extensivo do que o que se oferece na Casa-Museu de Vila do Conde.

## 2.7 RECURSOS DIGITAIS

Do ponto de vista dos recursos digitais, a Casa Museu José Régio apresenta-se ao visitante tal como se anuncia, ou seja, uma Casa de habitação que, após a morte do seu ilustre ocupante, foi transformada em Museu<sup>14</sup>. Nesta área museológica invoca-se a identidade do escritor, presentificam-se memórias do seu tempo e de tempos recuados através de objetos recoletados, exibem-se e definem-se estéticas pictóricas através de pinturas que forram as paredes, auscultam-se o pensamento do escritor pela observação dos seus desenhos<sup>15</sup>, enfim, assiste-se a uma definição, bastante apurada, da identidade de José Régio. Na visita à Casa-Museu, antes de se aceder aos aposentos, o visitante é convidado a visualizar um vídeo que o introduz no contexto da cidade de Vila do Conde, com incidência para a colocação geográfica onde a Casa-Museu se ergue. Por outro lado, do ponto de vista de fazer chegar a Casa-Museu José Régio ao conhecimento do seu potencial visitante, conforme António da Ponte escreve:

Também a web, através dos seus vários instrumentos, é reconhecida como poderoso instrumento de divulgação dos museus (...). Atualmente, as unidades museológicas têm à sua disposição um conjunto de instrumentos eletrónicos que permitem uma divulgação sem precedentes e sem custos significativos,<sup>16</sup>

---

14 “Cada espaço mantém as peças colocadas por Régio, numa lógica que se descobre através da observação de alguns pormenores temáticos dos objectos de arte e os espaços onde os mesmos se encontram.”, Ponte, A. M. Torres (2007). Casas-Museu em Portugal – Teorias e Práticas. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 139. Mestrado em Museologia.

15 “A par do escritor que desenha, coexiste em José Régio o desenhista (talvez) autónomo, veia que sobretudo lhe irrompe por *compensação*: é quando não pode escrever que desenha, como nesta sofrida e longa estada no Sanatório do Lumiar, época em que lhe viu sair das mãos torrencial produção plástica, da mais apurada (...) O lápis de cor – em tonalidades variadíssimas, combinadas e sobrepostas – é, nesta altura, seu material de eleição. O regime de análise e introspecção sistemática, desenvolvido durante a sua «doença produtiva», coincide com a criação de uma imensa galeria de retratos, muitos deles de poderosa energia plástica”, Ribeiro, Eunice (2000). Ver. Escrever – José Régio, o texto iluminado. Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Coleção Poliedro I, p. 232.

16 Ponte, A. M. Torres (2013). O Contributo dos Museus do Norte de Portugal para uma dinâmica do Turismo Cultural. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 237. Tese

O trabalho de divulgação também desenvolvido relativamente a esta Casa-Museu. Convirá lembrar que a presença do Centro de Estudos Regianos, praticamente contígua à Casa-Museu, será, sem dúvida, um espaço onde os expedientes digitais constituirão o núcleo arquivístico do estudo museológico, para além do moderno e bem equipado Centro de Memória, onde o Arquivo Municipal, o Gabinete de Arqueologia e o Núcleo Central do Museu de Vila do Conde estão instalados, com excelentes condições técnicas para a preservação museológica, também de imensas reservas submetidas a tratamento num laboratório de conservação e restauro.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não gostaríamos de abandonar estes breves apontamentos sem referir um aspeto peculiar que ressalta desta cultura de (i)materialidades. Neste empilhado de livros e objetos de arte que José Régio nos legou o visitante respira a presentificação da personagem que não se retira daquele estrado intelectual e filosófico, numa demonstração, inquieta talvez, entre o racional e o sentimental em que navegou ao longo da vida. Nesta compilação artística denuncia-se o perpetuar deste homem de letras que também lia o mundo através dos objetos artísticos de que se reunia, porventura numa busca de explicação ontológica em que deambulava na ânsia de descoberta existencial entre o físico e o metafísico, razão que, numa análise preliminar, poderá justificar a presença da abundante estatuária e pintura sacra de que se aprovisionou, não a dispondo apenas em lugares estrategicamente preparados por métodos estratégicos de preservação, mas envolvendo-se mais intimamente com elas, sobretudo nas paredes e móveis do quarto e escritório, espaços de maior permanência e dinâmica diária do escritor.

A Casa-Museu de Vila do Conde é disso mesmo uma evidência. Se se poderá referir o sagrado e o profano, cremos que em José Régio essa terá sido a grande questão do seu debate filosófico existencial<sup>17</sup>. A busca de Deus através de incontáveis crucifixos de Cristo e

---

de Doutoramento.

17 “A imagem romântica do anjo caído (onde há reverberações garrettianas) irá perseguir Sérgio até ao fim da vida, simbolizando o destino daquele que vive a poesia simultaneamente como uma vocação, uma missão sagrada e um processo doloroso de ascense em direcção ao Bem, à Beleza e à Verdade supremos.”, Reynaud, M. João (2002). “Retórica da Dor - notas sobre a poesia de José Régio. Porto, Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas Modernas», XX, p. 389.

a procura da proteção de N<sup>a</sup> Senhora, geralmente com o Menino ao colo, ter-lhe-ão preenchido o lugar protetor do pai e da mãe terrenos que, entretanto, tinha perdido. O pensamento de José Régio foi sincrético, assim como é sincrética a arte que a sua Casa-Museu de Vila do Conde expõe. Por todo o espaço museológico, onde a extraordinária biblioteca se integra, espream possíveis doutrinas, ressalta o interesse pela preservação de memórias passadas e tentativa de descoberta do futuro, num heterogéneo diálogo de (in)consciência identitária, só capaz de brotar de um intelectual da craveira regiana.

## CRÉDITOS DAS IMAGENS

Quase todas as imagens da Casa-Museu José Régio foram-nos cedidas pelo Centro de Memória de Vila do Conde, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Ivone Pereira, a quem muito agradecemos pelo favor e gentileza.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Laura. **Viajar com... José Régio**. Porto, Delegação Regional da Cultura do Norte, Edições Caixotim, 2003.

DACOSTA, Luísa. “A casa do Régio”. In: PONTE, António (coord.). **José Régio**. Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006.

NEMÉSIO, Vitorino. **Correspondência com José Régio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007 (Obras Completas, v.29).

OLIVEIRA, Manoel. O Meu Caso no Caso de Régio. In: TURÍBIO, A.N.; NOVAIS, I. C. (Coord.). **Espelamentos: Herança Literária de José Régio**. Vila do Conde: Centro de Estudos Regianos. Exposição itinerante evocativa de José Régio, Painel 9. 2005.

OLIVEIRA, Manoel. José Régio. In: PONTE, António (coord.). **José Régio**. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006.

PINHAL, Teresa. **O Coleccionismo em José Régio**. Porto. 2011. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2011.

PONTE, A. M. Torres. **Casas-Museu em Portugal – Teorias e Práticas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2007.

PONTE, A. M. Torres. **O Contributo dos Museus do Norte de Portugal para uma dinâmica do Turismo Cultural**. 2013. Tese (Doutoramento em Museologia) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2013.

RÉGIO, José. A Minha Casa de Portalegre: como principia uma coleção de velharias. In: VENTURA, António (coord.). **José Régio e a Arte Popular**. Setúbal: Ed. Cordelito. 2001.

RIBEIRO, Eunice. **Ver. Escrever – José Régio, o texto iluminado**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2000 (Coleção Poliedro I).

REYNAUD, M. João. Retórica da Dor - notas sobre a poesia de José Régio. **Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas Modernas»**, Porto, v. 20, 2002.

SILVA, Diana, S. S. **Contributo para a conservação preventiva dos livros da biblioteca da Casa Museu de José Régio, em Vila do Conde**. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2018.

SILVA, Filipa C. G. **A Representação do Anjo no Teatro de José Régio**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos de Teatro) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2015

SIMÕES, J. Gaspar. História do movimento da presença. In: NOVAIS, Isabel C. **José Régio, itinerário fotobiográfico**. Vila do Conde: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002 (Coleção presenças da imagem).



# ARQUIVO, BIBLIOTECA, MUSEU, HERBÁRIO E JARDIM: um complexo informacional na construção do Conhecimento Botânico da Universidade de Coimbra<sup>1</sup>

ARCHIVE, LIBRARY, MUSEUM, HERBARIUM AND  
GARDEN: an informational complex  
in the construction of the Botanical Knowledge of the  
University of Coimbra

Ana Margarida Dias da Silva<sup>2</sup>



António do Carmo Gouveia<sup>3</sup>



Maria Beatriz Marques<sup>4</sup>



## 1 INTRODUÇÃO

A reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra (UC) em 1772, hoje conhecidos como estatutos pombalinos, introduziram de forma oficial - pois “é de crer que alguma cousa sobre as plantas fosse ensinada na Faculdade de Medicina” (HENRIQUES, 1892, p. 3) e na Farmácia -, o ensino das ciências naturais e da botânica, numa verdadeira viragem pedagógica e científica do ensino universitário em Portugal. Era fundada a Faculdade de Filosofia Natural onde se praticaria o ensino experimental, seriam estudados os “melhores autores” para apoio das lições, que promoveria a recolha de coleções,

---

1 Este capítulo é uma súmula da tese de doutoramento em Ciência da Informação “O Sistema de Informação do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra”, apresentada ao Departamento de Comunicação, Filosofia e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aprovada a 21 de abril de 2022 com distinção e louvor por unanimidade.

2 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Técnico Superior na Universidade de Coimbra. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

3 Doutor em Biologia pela Universidade de Coimbra. Diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7175-0365>

4 Professora Doutora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0088-0429>

nomeadamente do reino vegetal, para a secção botânica do museu de história natural e com o complemento do jardim, onde se mostrariam e cultivariam as plantas vivas, do reino e dos “domínios ultramarinos, os quaes têm riquezas imensas no que pertence ao reino vegetal”, em particular aquelas plantas úteis à medicina e a outras ciências (ESTATUTOS, 1772, p. 326-390; 408).

Com o objetivo de retrair, analisar e compreender os processos informacionais que possibilitam um entendimento integrado do contexto de produção de conhecimento botânico na UC, o presente trabalho parte da “Teoria Geral dos Sistemas” (BETALLANFY, 1973; MELLA, 1997) e da “Teoria da Complexidade” (MORIN, 2005) para interpretar a realidade da produção do conhecimento botânico na UC como um todo informacional, holístico e complexo.

Assim, parte-se da compreensão de “informação” e “sistema” enquanto conceitos operatórios de paradigmas científicos e que implicação têm na teoria e na prática da Ciência da Informação (CI), do entendimento da informação botânica da UC como um sistema de informação complexo através da análise diacrónica, do estudo orgânico-funcional e da contextualização da informação na relação órgãos, serviços/uso e memória e conclui-se que a abordagem sistêmica, complexa, integrada e holística da informação botânica da UC contribui para retrair os processos de construção de conhecimento botânico na UC.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho é adotado o método qualitativo, antipositivista e construtivista, assente no modelo de abordagem sistêmica e holística, que se configura como um paradigma, um modo de pensar (CARRERAS GARGALLO, 1984, p. 353) e uma metodologia (OJEDA AMADOR, 1972, p. 286) a partir da qual se obtém uma perspectiva dinâmica da realidade observada, com visualização das interconexões implícitas e explícitas de elementos internos e externos. No caso concreto, recorre-se à teoria sistêmica como “ferramenta” interpretativa/explicativa do fenómeno informação (GOMES, 2016; PINTO, 2004; AMD SILVA, 2021; SILVA; RIBEIRO, 2002; TERRA, 2008).

Com base nessa metodologia qualitativa, os métodos adotados assentam na revisão da literatura (o que é que a teoria propõe) e no estudo de caso (o que resulta na prática), de forma a contrapor ao que existe aquilo que pode resultar de diferente na mudança para

um novo paradigma científico. Assim, parte-se da realidade complexa representada pela informação botânica gerada na UC, o que implicou a análise diacrónica e o estudo orgânico e funcional dos seus componentes: Departamento de Ciências da Vida (DCV) e seus antecessores (1772-2008), a par do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (JBUC) (1772-2015) e da Sociedade Broteriana (SB) (1881-2010).

A pesquisa bibliográfica utilizada para a revisão da literatura, que se complementa com a análise das fontes do próprio sistema, serve para melhor configurar o aporte teórico e a problemática onde se enquadra, por um lado, e para melhor compreender a realidade empírica do objeto de estudo, por outro.

A revisão da literatura cumpre vários objetivos, nomeadamente a identificação de resultados de outros estudos intimamente relacionados com a investigação científica que está a ser realizada, o que permite localizar e analisar os documentos relacionados com o tema, estabelecer um diálogo amplo entre a literatura, situar a investigação num contexto e o conhecimento já existentes, e identificar as lacunas de estudos anteriores relacionados com o problema da investigação em curso. A revisão da literatura permite estabelecer a importância do estudo em causa dentro de um determinado enquadramento científico e servir de referência comparativa com outros resultados (COUTINHO, 2015, p. 59; CRESWELL, 2014, p. 60).

Para operacionalizar a realização da revisão da literatura é necessário consultar fontes, nomeadamente fazer pesquisas nos catálogos das bibliotecas. Assim, a pesquisa visou identificar, recolher e analisar os estudos científicos e académicos relativos à temática em apreço, nomeadamente nas bases de dados *Web of Science (WoS)*<sup>5</sup>, *Scopus*, *Library and Information Science & Technology Abstracts*, *DIALNET*, *RCAAP*, *Google Scholar*, *Academia.edu*, *Research Gate*, com a utilização do VPN da UC. A pesquisa sistemática feita nas diferentes bases de dados assentou na pesquisa dos termos “teoria geral de sistemas”, “pensamento sistémico”, “informação”, “sistema de informação”, “teoria da complexidade” e “sistema de informação complexo”, em português, inglês, francês e espanhol.

Na coleção principal da *WoS Core Collection*, a pesquisa foi

---

5 Segundo Olga Solovova, Joana Vieira Santos e Joaquim Veríssimo, a *Web of Science* está amplamente acessível *on-line* através da B-on (<https://www.b-on.pt/>) em todas as instituições de ensino superior portuguesas e unidades de investigação afiliadas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o que significa que os dados da *WoS* estão muito mais acessíveis aos investigadores portugueses do que os da *Scopus*, por exemplo, ainda que esta tenha maior número de publicações indexadas (SOLOVOVA, SANTOS, VERÍSSIMO, 2018, p. 6).

restringida aos índices *Social Sciences CitationIndex* (SSCI), *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI) e *Science Citation Index Extended* (SCIE). A recolha de dados foi realizada na cronologia “1900-2020” para se procurar perceber a evolução dos conceitos, quais os autores mais produtivos na área e quais as décadas de maior ou menor incidência dos termos.

Complementarmente, os relatórios publicados por Júlio Augusto Henriques (diretor do IBUC e JBUC entre 1873 e 1918) no “Anuário da Universidade de Coimbra” (entre 1882 e 1899), a obra de Joaquim Augusto Simões de Carvalho, “Memoria Historica da Faculdade de Philosophia”, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1872, a revista da Faculdade de Ciências (com publicação iniciada em 1930), os trabalhos de Joaquim Tomaz Miguel Pereira sobre a Livraria do Jardim Botânico, foram da maior relevância para a compreensão e contextualização do SI botânica da UC.

Em simultâneo, a recolha de legislação e diplomas legais através da pesquisa *on-line* na página da Universidade de Coimbra, na página da Assembleia da República (Diários do Governo e Diários da República), nos trabalhos sobre instituições do ensino superior em Portugal de Gomes (2012, 2016) sobre a Universidade de Coimbra, de Pinto (2016) e de Ribeiro & Fernandes (2001 e 2003) sobre a Universidade do Porto, e entre a regulamentação existente no ABUC, completou a informação necessária para a realização da análise diacrónica e do estudo orgânico e funcional do Sistema de Informação (SI) botânica da UC.

O estudo de caso assenta numa pesquisa “holística (sistémica, ampla, integrada), ou seja, visa preservar e compreender o caso no seu todo e na sua unicidade” (COUTINHO, 2015, p. 335) e, por isso, considera-se como adequado ao trabalho em apreço, visto que o estudo de caso é um modo de investigação em que “o investigador está pessoalmente implicado ao nível de um estudo aprofundado de casos particulares. Ele aborda o seu campo de investigação a partir do interior.” (LESSARD-HÉBERT, GOYETTE, BOUTIN, 1990, p. 169). Em paralelo, os estudos de caso estão delimitados no espaço e atividade, e os investigadores recolhem informação detalhada através da utilização diversos procedimentos de recolha de dados num período de tempo determinado (CRESWELL, 2014, p. 43).

Assim, a informação botânica da UC (produzida e salvaguardada pelos sistemas de informação DCV, Jardim Botânico da UC (JBUC), Herbário COI, Museu da Ciência da UC (MCUC) e SB, e respetivos subsistemas ou secções) constitui-se como um estudo de caso,

opção escolhida visto que “o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 11).

Servem de base ao presente estudo: a legislação e os regulamentos promulgados para modelar a estrutura orgânica da UC (supsistema) e definir as funções e competências dos diferentes órgãos/serviços (subsistemas), a que se junta a seleção qualitativa da informação pertinente para a caracterização da estrutura orgânica e para identificação das funções/competências cometidas às várias unidades dessa mesma estrutura (RIBEIRO, 2003, p. 6).

A coexistência de organismos e instituições, numa perspetiva hierárquica e/ou colaborativa em rede, que contribuíram decisivamente para a constituição do SI botânica da UC, e a acumulação de funções de lente de Botânica com a de diretor do JBUC, a que se junta, a partir de 1881, a de presidente da SB, por imposição estatutária, veio confundir, fundir, intercalar, misturar e/ou reunir documentação/informação de três entidades diferentes num só arquivo, o que provou a necessidade de realizar o mesmo estudo orgânico e funcional para a Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (FCTUC) (herdeira da Faculdade de Filosofia (1772-1910) e da Faculdade de Ciências (1911-1972)), o DCV (predecessor do Instituto Botânico da UC (1911-1971) e do Departamento de Botânica da UC (1972-2008)), o JBUC (1772-2015) e a SB (1881-2010).

Para todos os casos salientam-se os principais diplomas legais, regulamentos e estatutos na análise diacrónica, que nos fornecem informação precisa e preciosa sobre as competências dos órgãos produtores de informação<sup>6</sup>, apresenta-se o estudo orgânico e funcional, seguindo o modelo apresentado por Ribeiro e Fernandes (2001): estrutura de gestão, estrutura dos serviços, organigramas e excertos de legislação, e referências à legislação e regulamentação, e, por fim, procede-se à contextualização da documentação/informação na sua relação com os órgãos, os serviços/uso e a memória, na procura de explicitação dos fluxos informacionais.

O recorte temporal da investigação tem início com a fundação das instituições em estudo (1772) e segue até a criação do DCV em 2009, a autonomização do JBUC como Unidade de Extensão Cultural e de Apoio à Formação (UECAF)<sup>7</sup>, em 2015, e a elaboração dos últimos documentos de informação produzidos.

6 Muito embora a *praxis* possa não corresponder à norma, o que se só se verifica confrontando com a informação produzida.

7 São também Unidades de Extensão Cultural e de Apoio à Formação, o AUC, a BGUC, o Centro de Documentação 25 de Abril, a Imprensa da UC, o Estádio Universitário, o Teatro Académico de Gil Vicente e o MCUC. ([http://www.uc.pt/planeamento/2011/iniciativas/dir\\_uecaf](http://www.uc.pt/planeamento/2011/iniciativas/dir_uecaf)).

mos estatutos da SB, em 2010.

A execução da análise documental foi realizada utilizando a documentação/informação do próprio SI botânica da UC, porque “O material recolhido e analisado é utilizado para validar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações” (COUTINHO, 2015, p. 342), nomeadamente aquela localizada na pesquisa documental e essa recolha de informação é, depois, transformada em dados interessantes e inéditos.

Durante o processo de investigação são recolhidos e analisados qualitativamente documentos/informação que podem ser públicos ou privados (CRESWELL, 2014, p. 240). A análise de fontes documentais é um método importante utilizado na pesquisa em ciências sociais e que muitos investigadores em métodos qualitativos consideram significativo e apropriado no contexto de sua estratégia de pesquisa, sejam documentos que existem antes da pesquisa, quer aqueles que são gerados durante o processo de investigação (MASON, 2002, p. 103).

Embora se privilegiem os documentos textuais, outros documentos não baseados em texto como fotografias, desenhos, mapas, artefactos, objetos, são considerados igualmente válidos como fontes a recorrer na análise documental (MASON, 2002, p. 103-104), o que se coaduna com uma visão sistémica, holística e integrada da documentação/informação. O processo de análise crítica resulta, de facto, da interação entre as diferentes fontes (FARRO 2013, p. 78) e da relação entre palavras e coisas (ANDERSON, 2013, p. 37).

Para a execução da análise documental foram consultadas as fontes disponibilizadas nos catálogos on-line do Herbário COI, da Biblioteca do DCV e do MCUC. Os documentos/informação do arquivo não dispunham de quaisquer instrumentos de recuperação de informação, à exceção daqueles disponibilizados na Biblioteca Digital de Botânica, sobretudo correspondência recebida, mas também iconografia diversa como fotografias, desenhos e um vídeo, obras manuscritas e publicações.

A análise diacrónica consiste na compilação dos textos legislativos e regulamentares que enquadram a evolução orgânica e funcional da instituição e que tiveram implicações na evolução e história do SI botânica da UC, ou seja, que permitem perceber, no tempo, qual a estrutura, as funções e as competências sucessivamente atribuídas aos diferentes órgãos e serviços da instituição (FERNANDES, 2004; GOMES, 2012; RIBEIRO; FERNANDES, 2003).

O conhecimento orgânico e funcional da instituição produ-

tora de informação é fundamental para a compreensão dos fluxos informacionais e, para isso, é necessário o levantamento dos órgãos que compõe o sistema de informação e as competências respetivas para contextualização das séries produzidas por cada um deles, a compilação dos textos legislativos e regulamentares que enquadram a evolução orgânica e funcional da instituição, e a recolha de bibliografia que permite, por um lado, proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição e, por outro, à validação (ou não) da postulação teórica e prática que nos propusemos adotar dos autores Silva *et al.*(2020); Ribeiro (2009); Fernandes, 2004; Gomes, 2016, 2012; Pinto, 2016; Ribeiro e Fernandes, 2001, 2003; e Simão, 2015).

A caracterização orgânica e funcional serve de base à elaboração do Quadro de Classificação, entendido “como instrumento de organização, representação e recuperação da informação” (RIBEIRO, 2013, p. 531), porque o SI é o resultado da conjugação da estrutura orgânica com a função serviço/uso, alicerçados na memória organizacional.

O conhecimento orgânico (da estrutura) e funcional (das funções) da instituição produtora de informação é fundamental para a compreensão dos fluxos informacionais e, para isso, é necessário:

1) o estudo da instituição numa perspetiva diacrónica (desde a sua génese até à atualidade), onde se salientam os factos mais relevantes da sua atividade, o que permite proceder à contextualização do desenvolvimento da instituição no cumprimento da sua missão;

2) o levantamento dos órgãos que compõe o sistema de informação e as competências respetivas para contextualização das séries produzidas por cada um deles: Ribeiro (2009); Ribeiro (2013); Fernandes (2004); Gomes (2016, 2012); Pinto (2016); Ribeiro e Fernandes (2003, 2001); Silva (2021); Simão (2015).

Em resumo:

O objectivo primordial de um estudo orgânico-funcional é o de caracterizar, de um ponto de vista rigoroso e exaustivo, o contexto de produção informacional, pois só conhecendo como, onde e porque é gerada a informação se pode, numa fase final do trabalho arquivístico, representar com exactidão, através de instrumentos de pesquisa, a informação que, ao longo do tempo, constitui a memória institucional (o arquivo) e que deverá ser posta ao

serviço quer da entidade produtora, para fins de gestão, quer de utilizadores externos, para fins de investigação (RIBEIRO, 2003, p. 6).

No caso concreto, o estudo orgânico e funcional tem por finalidade analisar e contextualizar a produção informacional do SI botânica da UC através da análise da i) estrutura de gestão, ii) estrutura dos serviços e iii) da estrutura pedagógica e científica, conforme o modelo utilizado por Fernanda Ribeiro e Maria Eugénia Matos Fernandes (2003 e 2001), sendo que a estrutura de gestão permite ver os órgãos e suas competências, a estrutura dos serviços possibilita a compreensão das suas funções e a estrutura pedagógica e científica compreender a missão desta instituição do ensino superior.

A compilação dos mais significativos diplomas legislativos foi completada com as normas e regulamentos internos, alguns inéditos, que permitem acrescentar informação qualitativa ao estudo transcritos em Silva (2021).

A análise diacrónica e o estudo orgânico e funcional beneficiam da contextualização da relação da documentação/informação analisada no SI botânica da UC com o objetivo de reconstituir os fluxos informacionais, porque na prática “nem sempre se aplicam todas as determinações previstas pela lei - há reformas que não se concretizam, no todo ou em parte, há acções que não se regulamentam nunca e há outras que só a posteriori são enquadradas por uma disposição legal e, por vezes, apenas parcelarmente” (RIBEIRO; FERNANDES, 2003, p. 286).

### 3 RESULTADOS

A evolução do pensamento científico sistémico, que ocorreu de forma não linear ao longo dos séculos, apresenta três modelos: o primeiro é o “modelo mecanicista”, fundamentado na ciência física do século XVII, o segundo, o “modelo organicista”, assente nas abordagens holísticas características de finais do século XIX do modelo ecológico e que faz emergir o conceito de ecossistema<sup>8</sup>, e que provoca o aparecimento do terceiro modelo, o “modelo processual”, este último considerado como estando na base do pensamento marxista e estruturalista e que

carateriza o pensamento do século XX, denominador comum de

<sup>8</sup> Entende-se por ecossistemas “as unidades complexas espontaneamente organizadas a partir das interacções entre seres vivos que povoam um nicho ecológico” (MORIN, 1977, p. 305).

posições históricas, sociológicas e psicológicas posteriores (GOMES *et al.*, 2014; KASPER, 2000; PEÑALVER GÓMEZ, 1988).

Segundo Ackoff (1974, 1981), a “era das máquinas”, associada à sociedade industrial, dá lugar à “era dos sistemas” após a II Guerra Mundial, período histórico de mudança permanente que corresponde a uma nova conceção da realidade (KASPER, 2000). Neste período reconhece-se que a explicação do “objecto organizado ou sistema” já não se pode encontrar “unicamente na natureza dos seus constituintes elementares, mas encontra-se também na sua natureza organizacional e sistémica, que transforma os caracteres dos componentes.” (MORIN, 1977, p. 96).

Em 1937, Bertalanffy, biólogo austríaco, apresentou, pela primeira vez, a sua Teoria Geral dos Sistemas no seminário de filosofia de Charles Morris na Universidade de Chicago (BERTALANFFY, 1973, p. 126)<sup>9</sup> mas foi só depois da II Guerra Mundial que publicou os primeiros trabalhos sobre o assunto, e que o pensamento sistémico conheceu maior impulso (Bates, 1999, p. 1050; Capra, 2015, p. 242; Carreras Gargallo, 1984, p. 351; Curvello e Scroferneker, 2008, p. 3; Morin, 1977, p. 98).<sup>10</sup>

A visão sistémica e holística de conjuntos (por área de saber) e totalidades (na inter-relação das partes com o todo) aplicada ao pro-

9 O autor descreve igualmente modernas abordagens correlatas à Teoria Geral dos Sistemas, como: a Teoria “clássica” dos sistemas – que enuncia princípios que se aplicam aos sistemas em geral ou a subclasses definidas, fornece técnicas para sua investigação e descrição e permite aplicar essas técnicas a casos concretos (BERTALANFFY, 1973, p. 40); a Teoria dos compartimentos – em que o sistema consiste em subunidades com certas condições de fronteiras entre as quais podem ocorrer processos de transporte (BERTALANFFY, 1973, p. 42); a Teoria dos conjuntos – as propriedades formais gerais dos sistemas abertos ou fechados, etc., podem ser axiomatizadas em termos de teoria dos conjuntos (BERTALANFFY, 1973, p. 42); a Teoria dos gráficos – baseada na ideia de que muitos dos problemas dos sistemas se referem a propriedades estruturais ou topológicas dos sistemas, e não a relações quantitativas (BERTALANFFY, 1973, p. 42); a Teoria das redes – em associação às outras teorias e aplicável a sistemas tais como redes nervosas (BERTALANFFY, 1973, p. 43); a Cibernética – é uma teoria dos sistemas de controlo baseada na comunicação (transferência da informação) entre o sistema e o meio e dentro do sistema, e do controlo (retroação) da função dos sistemas com o meio ambiente. O modelo cibernético serve para descrever a estrutura formal de mecanismos reguladores (BERTALANFFY, 1973, p. 43); a Teoria da informação de Shannon e Weaver (1949) – que se baseia na ideia de que a informação pode ser usada como medida de organização (BERTALANFFY, 1973, p. 43); a Teoria dos autómatos – tudo o que é logicamente possível pode ser construído por um autómato (BERTALANFFY, 1973, p. 44); a Teoria dos jogos – diz respeito ao comportamento dos jogadores supostamente “racional” para obter o máximo de ganho e o mínimo de perdas mediante adequadas estratégias contra outro jogador (ou natureza); “sistema” de “forças” antagonistas (BERTALANFFY, 1973, p. 44); a Teoria da decisão – escolhas entre alternativas (BERTALANFFY, 1973, p. 44); e a Teoria da fila – otimização de arranjos em condições de aglomeração (BERTALANFFY, 1973, p. 44).

<sup>10</sup> Em 1954 foi organizada a Sociedade de Pesquisa Geral dos Sistemas, filiada à Associação Americana para o Progresso da Ciência (BERTALANFFY, 1973, p. 28).

cesso e fenômeno informacional implica o estudo da relação entre as partes (estruturas ordenadas) e o todo, e entre as partes entre si (suas funções), e entre si e o meio ambiente. Ao considerar a informação botânica da UC como um Sistema de Informação Complexo (SIC) onde cada uma das suas partes, em permanente interligação e interação, contribui decisivamente para a prossecução da missão do todo. A análise diacrónica permite observar as mudanças jurídicas como momentos de sucessão de subsistemas, que se individualizam dentro de um sistema e com o qual mantêm fortes relações de dependência, nomeadamente, e no caso em estudo: o Herbário COI, o JBUC, a Biblioteca de botânica, o Museu de botânica, os Laboratórios, a Secretaria, a Contabilidade e os Recursos Humanos.

A adoção do pensamento sistémico significa que o conhecimento do SI ultrapassa a mera “aplicação de técnicas e procedimentos padronizados (ordenar, descrever a forma e o conteúdo dos documentos, instalá-los e cotá-los), ou na apresentação descritiva do inventário ou catálogo”, e que deve ter em conta as várias componentes do sistema: “a respectiva estrutura orgânica (factor organicidade) e a função serviço/uso que lhe é inerente (factor funcionalidade), agora considerada como uma de várias componentes, não se confundindo com o próprio sistema.” (PINTO, 2004, p. 10).

A TGS veio chamar a atenção para a estrutura ou padrão subjacente em instituições e dispositivos sociais e técnicos e, uma vez o conceito de sistema desenvolvido e elaborado, o reconhecimento dos sistemas foi subjacente a inúmeros fenómenos sociais, técnicos e físicos díspares, com uma aplicação a uma variedade crescente de domínios, durante e após a Segunda Guerra Mundial (BATES, 1999).

Aceita-se como conceito de sistema: “um sistema (em geral ou em abstrato) é um todo unitário, que opera num determinado meio ambiente com o qual se relaciona, e que se caracteriza pela existência de uma estrutura (estável), onde o complexo organizado das partes (componentes, propriedades ou relações) e dos processos, independentes entre si, se interrelaciona e funciona, ativamente e em coordenação, para a obtenção de um determinado objetivo (fim para que existe)” (SILVA, 2021, p. 155).

Na verdade, a TGS surgiu como resposta a uma tendência do pensamento moderno que assentava na construção de modelos e generalizações abstratas, ao centrar-se em “problemas da complexidade organizada”, ou seja, na interação de um grande número, mas não infinito, de variáveis e que exigiam “novos instrumentos conceituais”,

por oposição à ciência clássica, que tratava séries causais lineares (BERTALANFFY, 1973, p. 130).

Em várias áreas científicas e do conhecimento começaram a surgir “princípios gerais semelhantes” (BERTALANFFY, 1973, p. 323).

Na sequência da II Guerra Mundial a ciência moderna e o positivismo entram em crise, e Morin (2005) com recurso a inúmeras influências e contribuições, concebeu “um ideal de regeneração do conhecimento humano através de uma espécie de “macro paradigma” – o do pensamento sistémico e complexo<sup>11</sup> ou, mais simplesmente, o paradigma (macro ou transversal a todas as ciências e muitos saberes) da complexidade.” (SILVA, 2017, p. 22). Com a teoria da complexidade, “Doravante, os objectos já não são unicamente objectos, as coisas já não são coisas; todo o objecto de observação ou de estudo deve doravante ser concebido em função da sua organização, do seu meio e do seu observador.” (MORIN, 1977, p. 345).

Nas palavras de Edgar Morin, “a diferença reside precisamente no paradigma.”, pois “Trata-se, pelo contrário, a partir dum princípio de complexidade, de ligar o que estava disjunto.” (MORIN, 1977, p. 26), ou seja, a adoção do princípio da complexidade significou uma “procura de inteligibilidade, não na alternativa e na exclusão, mas na inter-relação, na interacção e na interdependência das ideias de ordem, desordem e organização (...) não na disjunção entre as noções de caos, cosmo e physis, mas na sua confrontação” (MORIN, 1977, p. 67).

A definição geral de “sistema” proposta por Bertalanffy, como um “conjunto” ou um complexo de elementos em interacção e inter-relação mútua e com o meio ambiente (BERTALANFFY, 1973, p. 58, 63, 84 e 315), aponta para o “sistema” como sinónimo de “complexidade organizada” (BERTALANFFY, 1973, p. 39). O pensamento sistémico assenta na compreensão das relações entre as estruturas multiniveladas de sistemas dentro de sistemas, colocadas em contexto, e que resultam numa “complexidade organizada” (GOMES *et al.*, 2014, p. 12-13). O paradigma sistémico “clássico” ficou enriquecido com a tese da complexidade. Debaixo dos pressupostos da complexidade abriram-se novos relativismos, novas formas de pensamento e de ação que devem ser realizadas e articuladas numa concepção de racionalidade humana (PEÑALVER GÓMEZ, 1988).

O paradigma da complexidade surge a partir dos desenvolvi-

---

<sup>11</sup> Edgar Morin explica que a complexidade surgiu na ciência, no século XIX, na microfísica e na macrofísica (Morin, 2005, p. 33) e define “*complexus*” como “o que é tecido junto”, pois é efectivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenoménico” (Morin, 2005, p. 13).

mentos ocorridos no seio da teoria dos sistemas, e o autor que mais produziu nessa linha de pensamento foi, sem dúvida, Morin (1977, 2005). A extensa obra deste autor veio fundamentar um tipo de pensamento que escapa definitivamente aos reducionismos positivistas que saem dos holismos “redutores” defendidos pela teoria sistêmica clássica, e que busca articular um tipo de pensamento “dialógico” e “paradoxal” na plataforma da complexidade.

A partir do método da complexidade de Morin, reconhece-se que a “complexidade” é uma característica da natureza, da realidade humana e social, baseada nas múltiplas implicações entre natureza, o conhecimento sobre a natureza e do sujeito cognoscente sobre o conhecimento da natureza, a complexidade diz respeito ao pensamento, ao mundo da realidade e ao mundo do lógico-formal, mas também pode ser extensível à vida não humana, conforme Carreras Gargallo (1984); Curvello e Scroferneker (2008); Peñalver Gómez (1988); Silva (2005); Silva e Ribeiro (2002).

O pressuposto principal do paradigma da complexidade é o conceito de *holon*, conceito este que se vai constituir como o núcleo conceptual básico do paradigma da complexidade. O *holon* “é o da aptidão própria dos sistemas para se arquiectarem mutuamente e se construírem uns sobre e pelos outros, podendo ser cada um deles, ao mesmo tempo, a parte e o todo.” (MORIN, 1977, p. 97). O conceito de *holon* explica a irredutibilidade das partes ao todo.

Os sistemas complexos encontram-se na natureza, nas estruturas sociais e em sistemas artificiais desenvolvidos pelo ser humano e a noção de complexidade está ligada a sistemas, ecossistemas, causalidade circular, recursividade, contradições. O pensamento complexo procura explicar que a realidade não é previsível, linear, ordenada e determinada, mas é difusa e resulta da dialética ordem-desordem que caracteriza os sistemas complexos, assentes em situações caóticas, imprevisíveis e desordenadas, que possibilitam a vida, a evolução e a criatividade, conforme Curvello e Scroferneker (2008); Gomes *et al.* (2014); Martínez e Enrique Londoño (2012); Moraes e De La Torre (2006) e Morin (1977).

Por sua vez, Mella considera a complexidade de um sistema como algo que é difícil de circunscrever e aproxima uma definição geral com aquela que se refere à imprevisibilidade dos comportamentos do sistema. O autor enumera quatro formas de complexidade do comportamento sistêmico: a complexidade da estrutura, a complexidade dos processos, a complexidade do funcionamento e a complexida-

de das interações, e que só se devem designar de sistemas complexos aqueles representados na última forma. Assim, são sistemas complexos aqueles que conhecem um elevado número de elementos do sistema e o seu comportamento cooperativo assenta na simplicidade das relações organizativas e estruturais. Estamos perante sistemas formados por um elevado número de elementos similares (ou, pelo menos, análogos) que interagem entre si e que podem ser estudados e representados como uma unidade porque representam uma dinâmica unitária perceptível, que pode apresentar uma característica de irreversibilidade e que pode dar lugar a uma ordem reconhecível ou tornar-se altamente instável (MELLA, 1997).

Em suma, a complexidade significa que o sistema não está condicionado pelos seus elementos, mas pelas interações estabelecidas entre eles.

Ao longo das últimas três décadas, emergiu uma nova compreensão sistémica da vida, na sua dimensão biológica, cognitiva, social e ecológica (CAPRA, 2015). O pensamento sistémico tem vindo a ser aplicado a diferentes disciplinas científicas, como a medicina, a engenharia, a psicologia, a economia, a administração e os negócios, e como ferramenta de planeamento e avaliação na saúde pública, na sociologia, ciências da terra, desenvolvimento humano, ciências cognitivas, educação entre outros, conforme Gomes *et al.* (2014); Liévano Martínez e Enrique Londoño (2012) e Morin (2005).

O poder de generalização e de integração da TGS permite a transposição de modelos de umas disciplinas para outras, assim como o desenvolvimento de estruturas teóricas de conformação interdisciplinar (OJEDA AMADOR, 1972). As leis gerais do pensamento sistémico aplicam-se a qualquer tipo de sistema, independentemente das propriedades particulares e dos elementos em questão. Significa, portanto, que a TGS também pode ser aplicada ao fenómeno e ao processo informacional. Por outras palavras, a mesma aplicação conceptual pode ser aplicada ao contexto informacional dentro das organizações e instituições através do conceito de “sistema de informação” (SI).

A Ciência da Informação (CI), ciência social e humana que emerge em meados do século XX, insere-se num novo paradigma sociocultural, num contexto de mudança científica e tecnológica, de transformação de hábitos ou de modelos de comportamento, que afetaram o coletivo social, político, cultural e institucional.

O pensamento sistémico considera o contexto, uma vez que só a análise das propriedades das partes não explica o todo e, por isso,

o “sistema de informação” (SI) tem de ser considerado nas relações inerentes ao processo informacional: o conjunto de valores gerados pela produção, uso e comunicação da informação no âmbito da complexidade social e humana, conforme Gomes (2016); Losee (1997); Marques (2017); Pinto e Silva (2005); Silva (2021).

Assim, os sistemas de informação congregam os recursos humanos, materiais e tecnológicos, (componentes que podem ser entidades ou processos) que, na sua inter-relação e interdependência, formam um complexo unitário organizado, rodeado por um meio ambiente (tudo o que seja externo ao sistema), com o objetivo final de gerir a informação de forma a facilitar a sua transferência e comunicação, conforme Carvalho (2000); Faria e Pericão (2008); Fernández Marcial, Gomes e Marques, (2015); Gomes (2016); Losee (1997); Marques (2017); Silva (2021); Silva (2006b); Vickery (1973).

Em suma, o “sistema de informação” surge como conceito operacional que procura ultrapassar as limitações dos conceitos de fundo (arquivístico) e coleção (museológica, documental ou bibliográfica), ao mesmo tempo aproxima e congrega as instituições e serviços responsáveis pela coleta, organização, interpretação, guarda e salvaguarda, acesso, disseminação, divulgação e comunicação da informação (SILVA, 2021, p. 178).

A informação, enquanto reflexo da “complexidade da realidade humana e social”, e que por sua vez é um “complexo informacional (digo «complexo» porque a informação supõe circulação, comunicação, dispositivo de engramação, aparelho)” (MORIN, 1977, p. 290), não é “suceptível de ser “encaixada” em categorias redutoras ou estanques” (SILVA, 2005, p. 49), por isso, a informação pode ser vista, igualmente, como uma forma de complexidade organizada, atribuindo um significado em contexto e promovendo a sua compreensão (BAWDEN, 2007).

A complexidade contextualiza o sujeito e o objeto histórico, afetiva, social e culturalmente, muito para além do que se observa na superfície, na busca da compreensão das propriedades do todo a partir das propriedades das partes.

O pensamento sistémico aplicado ao fenómeno informacional das organizações é uma ferramenta que pressupõe um posicionamento diferente, enquadrado num paradigma científico, dinâmico, interativo e informacional, que tem consequências a nível formativo e profissional, e que implica “uma visão holística e uma dinâmica de pesquisa em permanente avaliação e aperfeiçoamento, única perspeti-

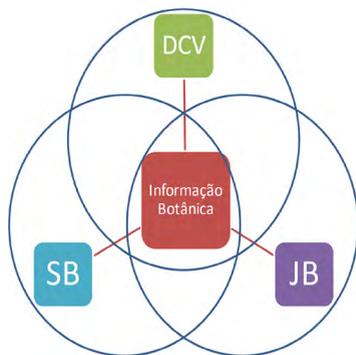
va que dá sentido à construção de um conhecimento científico.” (RIBEIRO, 2012, p. 14). Pensar sistemicamente implica, exatamente, a análise e a interpretação de um conjunto de dados em conjunto para resolver problemas, apontar modificações e executar melhorias.

Enquanto Ciência Social e Humana (CSH), a CI tem como objeto de estudo a informação produzida e recebida em sociedade e pelos indivíduos (OJEDA AMADOR, 1972). A intervenção humana na definição da estrutura e dos processos conjugam-se na obtenção de um determinado desenho o sistema, por oposição aos sistemas naturais. E qualquer sistema social e humano é aberto porque desenvolve-se, recria-se, complexifica-se e altera-se pela troca de informação com o meio ambiente (SILVA, 2021).

No caso concreto, o que interessa é delimitar e desenhar o SI produzida e recebida no SI botânica da UC de cuja interação resulta o processo de construção de conhecimento botânico na UC.

O objetivo inicial era estudar a informação produzida e recebida pelo JBUC, este seria o SI a observar. No entanto, verificou-se que era difícil, incompreensível, porque não holístico, dinâmico e informacional, analisar somente o SI JBUC, por outras palavras, chegou-se à conclusão de que a observação integrada do SI JBUC com a do SI DCV e do SI SB constituía um ecossistema mais sólido porque em permanente interrelação e interdependência ao longo dos seus séculos de existência. Esta conclusão foi possível porque o pensamento sistémico implica “investigação” e “memória”, o que significa na prática que a análise diacrónica e o estudo orgânico-funcional assentes numa abordagem sistémica, holística e complexa da informação, permitiram perceber quão intrincados, interrelacionados e interdependentes estiveram o SI JBUC, o SI DCV e o SI SB (Figura 1). Em paralelo, “Para esta caracterización inicial del problema es adecuado discutir en grupo con expertos en el área, realizar una investigación histórica de las dinámicas del fenómeno, recolectar datos que ayuden a revelar tendencias y usar observación directa.” (LIÉVANO MARTÍNEZ; LONDOÑO, 2012, p. 49).

Figura 1 - Ecosistema da informação botânica da UC



Fonte: AMD Silva, 2021, p. 330

A análise diacrónica dos fluxos informacionais, assente na análise orgânico-funcional permite, por um lado, observar que a produção da informação não está desassociada dos órgãos que a produzem, e, por outro, que as características orgânicas e funcionais evoluem no tempo. O SI é a unidade durável, onde o objeto de atividade é praticamente igual nos subsistemas de informação, o que se verifica pela constância da missão do DCV, do JBUC e da SB, o que se percebe pelos fluxos informacionais e pelas tipologias documentais identificadas. Os resultados do estudo orgânico e funcional permitem concluir que não existiram grandes mudanças processuais, nem de competências, na atividade das antecessoras do DCV<sup>12</sup>, do JBUC e da SB.

Em paralelo, a análise do SI botânica da UC foi delimitada temporalmente a partir da génese do ensino das ciências naturais na UC, em 1772, até à alteração orgânica da UC aprovada em 2008 (ESTATUTOS UC, 2008). Note-se, como o fez Morin, que “O tempo sistémico não é unicamente aquele que vai do nascimento à dispersão,

---

12 A maior alteração ocorre, de facto, com a fusão de quatro departamentos com percursos pedagógicos, missões e histórias diferentes, que altera o paradigma sobre a forma como é pensado o conhecimento e que obrigou a uma coexistência de diversas formas de fazer ciência, reorganização das infraestruturas, do pessoal docente e não docente, mas que fica fora do presente estudo.

é também o da evolução. Aquilo que é evolutivo, no universo, aquilo que se desenvolve, prolifera e se complexifica, é a organização.” (MORIN, 1977, p. 131). Todos os sistemas têm memória, por isso foi imprescindível a realização da análise diacrónica, do estudo orgânico e funcional e da análise da documentação/informação do SI para compreender as interações que deram origem ao SI botânica da UC e os acontecimentos externos e internos que perturbaram e/ou transformaram a sua existência e evolução.

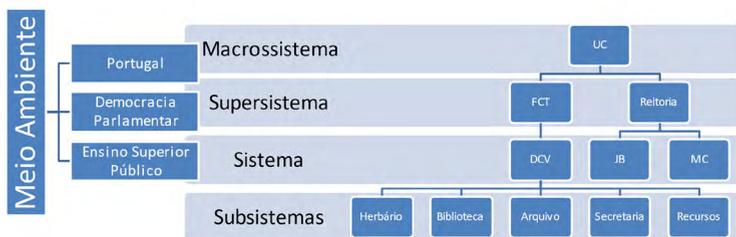
A relação fundamental entre a documentação/informação e a entidade produtora (FUSTER RUIZ, 1999) permite observar que as alterações mais significativas no SI botânica da UC acontecem ao nível da designação (a faculdade de Filosofia Natural passa a chamar-se faculdade de Ciências e depois a de Ciências e Tecnologia; o IBUC dá lugar ao DBUC que se funde com os departamentos de Antropologia, Bioquímica e Zoologia, passando a nomear-se DCV), sem grande alteração na estrutura dos serviços. A mudança mais significativa ocorreu no JBUC que deixa a posição de estrutura anexa associada à faculdade e passa a estar na dependência direta da reitoria enquanto UECAF, sem, contudo, se alterarem as suas funções. Isto é consequência das mudanças ideológico-políticas, dos progressos científicos, técnicos e tecnológicos e das sucessivas reformas do ensino público em Portugal ocorridas ao longo dos quase 250 anos de história do SI botânica da UC e que o condicionam, porque se constituem como o seu ambiente, interno e externo, em permanente troca de fluxos informacionais.<sup>13</sup>

A análise diacrónica permitiu observar as mudanças jurídicas como momentos de sucessão de subsistemas (enquanto sistemas que se individualizam dentro de um sistema e com o qual têm fortes relações de dependência) que absorvem o anterior (FERNANDES, 2004). Estes subsistemas são os elementos responsáveis pela existência da estrutura hierárquica e complexidade do SI botânica da UC, pois não se modificam, apenas representam uma variante (MELLA, 1997). Em suma, o SI botânica da UC é um sistema desenhado aberto que resulta da interação dinâmica da sociedade e/ou do ser humano na prossecução das suas atividades relacionadas com a botânica (Figura 2).

---

13 Estas alterações resultam, fundamentalmente, de *inputs* provocados pela alteração no meio ambiente, nomeadamente, o fim da Monarquia e a implantação da República em Portugal a 5 de outubro de 1910, o golpe de 28 de maio de 1933, que deu origem ao Estado Novo, e a revolução do 25 de abril de 1974 e a instauração de uma democracia parlamento e de um regime democrático em Portugal.

Figura 2 – Representação do SI botânica da UC



Fonte: AMD Silva, 2021, p. 333

O SI botânica da UC, enquanto “sistema desenhado” – tal como designou Ojeda Amador (1972) por contraposição aos sistemas naturais – pode ser individualizado de duas formas, conforme proposta de Mella: por decomposição e análise, ou seja, olhar o objeto como um todo no qual se vão decompondo e individualizando os vários elementos, as ligações estruturais e organizativas que resultam nas funções, funcionalidades e tipologia da estrutura (análise diacrónica); ou por composição e síntese que observa elementos aparentemente distintos e delimita as relações organizativas e as ligações estruturais, construindo a estrutura para estudar as características da unidade (Mella, 1997, p. 30) (estudo orgânico e funcional de cada um dos subsistemas).

A abordagem ao SI botânica da UC operacionalizou-se por decomposição e análise através da recolha dos diplomas legais e regulamentares (*top to bottom*) e por composição e síntese através do estudo de cada um dos órgãos e respetivas funções (*bottom up*) (AMD Silva, 2021, p. 334).

Na classificação utilizada por Piero Mella, podemos afirmar que o SI botânica da UC é um sistema organizado ou operatório (Mella, 1997, pp. 32-33) pois é composto por órgãos física e temporalmente identificáveis, com funções especializadas, que servem de intermediários entre a estrutura e a unidade do sistema.

Para Ojeda Amador (1972), as funções administrativas existem para prevenir uma conduta errática da organização e a sua caracterização permite uma visão menos abstrata do sistema. Ou seja, a direção que elabora os regulamentos que zelam pela boa manutenção

do JBUC e o auxílio dos naturalistas na identificação de espécies; a secretaria que recebe e envia inúmera correspondência solicitando quer a troca de plantas de sementes; a biblioteca que mantém catálogos atualizados das publicações recebidas por permuta, comprados ou oferecidos; o gabinete de fotografia que elabora diapositivos para utilização nas aulas, por exemplo, todas estas estruturas que desempenham funções exercidas no cumprimento da sua missão – a cultura e aumento das plantas o ensino e divulgação da ciência botânica – corporizam o SI botânica da UC.

A “complexidade organizada” que caracteriza o SI botânica da UC verifica-se nos processos de construção de conhecimento científico que envolve as pessoas e as infraestruturas. Por exemplo, a partir do processamento dos gastos com aquisição de plantas e sementes, passando pelo seu registo em inventário, até chegarem ao jardim onde são plantadas e semeadas na terra, para serem mantidas vivas, ou conservadas secas no herbário depois etiquetadas e estudadas, são processos que permitem apreender o funcionamento do sistema e a interdependência das partes (SILVA, 2021). Esta observação torna a realidade informacional menos abstrata, porque se percebe que o aumento do grau de organização das relações tem implicações na configuração das relações entre as variáveis utilizadas para descrever o fenómeno informacional (LIÉVANO MARTÍNEZ; ENRIQUE LONDOÑO, 2012).

O progresso da sociedade e das organizações assenta numa maior complexificação e especialização das estruturas, das infraestruturas e dos processos. No caso concreto, o estudo orgânico permitiu perceber que a unidade original do SI botânica se foi decompondo em partes especializadas, ou seja, assiste-se a uma maior complexificação da instituição e a um maior grau de autonomia de cada serviço (Figura 3). Essa especialização e complexificação são as propriedades emergentes do sistema pois a “emergência é um produto da organização que, embora inseparável do sistema enquanto todo, aparece não só ao nível global, mas eventualmente também ao nível dos componentes.” (MORIN, 1977, p. 103).

Figura 3 – SI botânica da UC e suas partes em interligação



Fonte: AMD Silva, 2021, p. 335

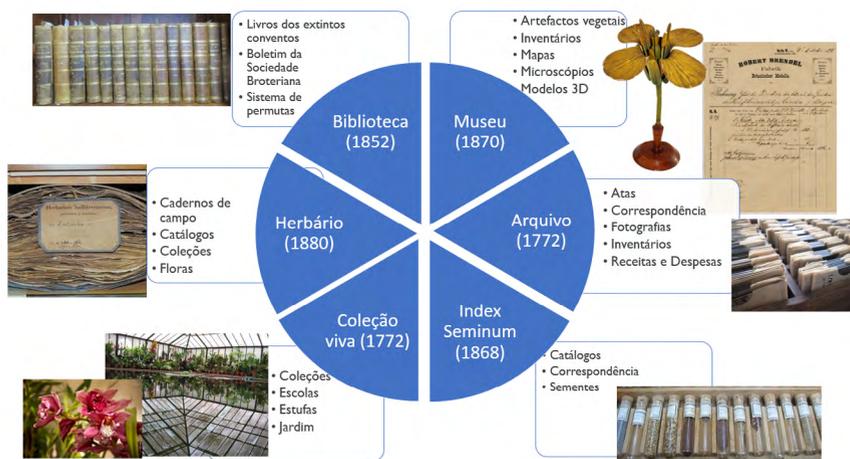
Entre os séculos XVIII e XXI, as várias partes do sistema constituíam-se num todo orgânico, cuja gestão resultava da interação e interdependência das partes (plantas vivas, herbário, museu, biblioteca e laboratórios). Os vários serviços suportavam a missão e as funções da organização na tomada de decisão e produção do conhecimento. Na verdade, quando Júlio Henriques, no último quartel do século XIX, transportou as coleções botânicas do Museu de História Natural para o edifício de S. Bento, onde arranjou uma sala para as salvaguardar juntamente com a biblioteca e o herbário, ao mesmo tempo que dava aulas junto ao jardim, não está fez mais do que realçar cada uma das partes do sistema, articulando-as através da proximidade física. Começou, aí, a criar o seu Instituto Botânico.

A partir da segunda metade do século XX e no século XXI, devido a alterações orgânicas e institucionais ocorridas na UC, as várias partes do sistema encontram-se, hoje, sob diferentes unidades administrativas: o museu botânico voltou a integrar (o MCUC, que está sob alçada da Reitoria, o Herbário COI e a Biblioteca DCV permanecem em gestão direta com o DCV e o JBUC cessa a dependência orgânica com a faculdade e o departamento, que vinha desde os Estatutos de 1772, para passar a responder diretamente à Reitoria.

A maior ou menor complexidade do sistema verifica-se ao

nível da estrutura e dos processos com a progressiva especialização das partes, o que se materializa na existência de diversos tipos e/ou unidades de informação no SI botânica da UC, tais como: a coleção de plantas vivas no JBUC, a biblioteca especializada do DCV (que integra publicações impressas e manuscritas, publicações em série, livro antigo, bibliotecas de antigos professores/diretores), a coleção de botânica no MCUC (herdeira quer de materiais mesmo de museu, quer de instrumentos de ensino, tais como microscópios, aparelhos de micrografia, modelos didáticos, mapas e diapositivos), as coleções de plantas secas do Herbário COI do DCV, e o arquivo do DCV com o registo (manuscrito, impresso, fotográfico e iconográfico) da missão e funções do SI botânica da UC, e que inclui informação de todas as anteriores instituições referidas (Figura 4).

Figura 4 - SI botânica da UC e suas partes em interdependência e inter-relação



Fonte: elaboração própria

O exemplo abaixo ilustra como a informação sobre uma espécie - *P. thomensis* Henriq. - se encontra em diferentes suportes (Figura

5). Primeiro, a planta que constitui o exemplar-tipo<sup>14</sup> foi salvaguardada no Herbário da UC e, mais tarde, a descrição científica desta nova espécie (*P. thomensis*, n. sp.) foi publicada por Júlio Henriques no Boletim da SB<sup>15</sup>, que se encontra na Biblioteca do DCV. Produtos da planta (folhas e frutos) e objetos etnográficos (esteiras) fabricados a partir das folhas secas de *P. thomensis* integram as coleções botânicas do MCUC. A relação e troca de informação entre Júlio Henriques, Adolfo Möller e Francisco Quintas estão registadas nas cartas que estão no ABUC<sup>16</sup>. Da mesma forma, das plantas tropicais que Júlio Henriques nomeou, das poucas de que se conhece uma fotografia contemporânea é a do *Pandanus thomensis* Henriq., imagem que também faz parte do ABUC e que foi igualmente publicada no Boletim da SB<sup>17</sup> (GOUVEIA, 2014).

---

14 Lorraine Daston explica que o exemplar-tipo é o rosto (embora aplanado e dissecado, mas ainda assim o rosto) da maior importância para os botânicos, e que estes preferem consultar acima de qualquer ilustração, por mais fiel que seja, onde está apenas o nome da espécie; é na relação permanente entre material biológico e descrição que depende a transmissão do conhecimento botânico acumulado durante séculos (Daston, 2004, pp. 153-182).

15 Júlio Henriques (1887). Contribuições para o estudo da Flora d'África. Catálogo da Flora da ilha de S. Thomé, *Boletim da Sociedade Broteriana*, vol. 5, 196-232.

16 PT-UC-FCT-DCV-ABUC-S2.13, Direção (SC), Correspondência recebida (SR), MÖLLER, A. F. (717) e QUINTAS, F. (852).

17 Cf. Henriques (1917)

Figura 5 – Modelo de visão sistémica e holística da documentação/ informação do SI botânica da UC



Fonte: AMD Silva, 2021, p. 342

Se hoje, ao nível das relações estruturais, o SI botânica da UC se diluiu como atrás se disse, este existe na informação registada em múltiplos suportes que confirma e prolonga no tempo a interdependência e inter-relação das partes, e destas com o meio ambiente. A análise informacional permitiu compreender como evoluiu a complexificação do SI botânica da UC. Mais uma vez, o sistema existe quando é observado e delimitado, quando o investigador coloca em evidência as relações estruturais e processais que conformam o sistema.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar o foco na informação enquanto produto, processo e fenómeno moldados pelas interações sociais, que emergem da mente humana e são passíveis de ser transformadas em conhecimento através da sua comunicação, assíncrona e multidireccionada, pela codificação e inscrição num suporte material, a CI elimina diferenças de aprendizagem e promove a interdisciplinaridade num novo paradigma formativo que não se reduz à aquisição de conhecimentos e ao recurso a normas de descrição acriticamente aplicadas, mas que exige o conhecimento, a análise, a interpretação e a explicação do processo e do fenómeno infocomunicacional. Assim, ao mesmo tempo que promove a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação, a CI preocupa-se, de igual forma, com a comunicação de conhecimento e a procura e recuperação da informação de forma eficaz.

Em segundo lugar, pode concluir-se que o conceito de sistema ao ser aplicado ao fenómeno e processo da informação social e humana, vem acentuar o papel do contexto e da organicidade estrutural na génese da informação, facultando um conhecimento complexo e integral (quando não integrado) dos fenómenos informacionais e uma visão holística da informação, em vez da análise isolada dos seus constituintes, que estão dinamicamente dependentes do universo orgânico que lhes dá origem.

Conclui-se, assim, que a visão sistémica e holística da informação social e humana, e a aceitação da sua complexidade, contribuem para uma compreensão integrada (quando não integral) dos processos de produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ACKOFF, R.L. *Redesigning the Future: A Systems Approach to Societal Problems*. John Wiley & Sons: New York, 1974.

ACKOFF, R.L. *Creating the Corporate Future: plan or be planned for*. John Wiley & Sons: New York, 1981.

ANDERSON, K. *Beyond the glass cabinet: The history of scientific instruments*. *Revista Electrónica de Fuentes y Archivos*, v. 4, n. 4, p. 34-46, 2013.

BATES, M.J. The invisible substrate of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999.

BAWDEN, D. Organised complexity, meaning and understanding: An approach to a unified view of information for information science. *Aslib Proceedings*, v. 59, n. 4/5, p.307-327, 2007.

BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Vozes, 1973.

CAPRA, F. The systems view of life: a unifying conception of mind, matter, and life. *Cosmos and History: the journal of natural and social philosophy*, v. 11, n.2, p. 242-249, 2015.

CARRERAS GARGALLO, A. Evolución y teoría de los sistemas. In: BLÁNQUEZ, M.H. (Coord.). *Anais... CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTORIA DE LAS CIENCIAS*, 2, vol. 1. Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas, 1984, p. 351-364.

CARVALHO, J.Á. Information system? Which one do you mean? In: FALKENBERG, E; LYTYINEN, K.; VERRIJN-STUART, A. (Eds.). *Information systems concepts: An integrated discipline emerging*. Kluwer Academic Publishers, 2000, p. 259-280.

CARVALHO, J.A.S. *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*. Imprensa da Universidade, 1872.

COUTINHO, C. P. *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. 2.ed. Almedina, 2015.

CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 4 ed. Sage, 2014.

CURVELLO, J.J.A.; SCROFERNEKER, C.M.A. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, | E-compós, Brasília, v. 11, n. 3, p.1-16, 2008.

ESTATUTOS da Univeridade de Coimbra do ano 1772. Livro III que contém os Cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1773.

ESTATUTOS da Univeridade de Coimbra do ano 1772. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1772.

FARIA, M.I.; PERICÃO, M.G. Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico. Almedina, 2008.

FARRO, M. Esas redes que la razón ignora: archivos y colecciones en la “biografía” institucional del Museo de La Plata. Revista Electrónica de Fuentes y Archivos, v.4, n.4, p. 76-84, 2013.

FERNANDES, D.T. Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial. Gabinete de Estudos a&b, 2004.

FERNÁNDEZ MARCIAL, V.; GOMES, L.I.E.; MARQUES, M.B.P.S.M. Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos. Páginas a&b, v. 4, p. 3-21, 2015.

FUSTER RUIZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo... Necesidad de clarificar los conceptos. Anales de Documentación, v. 2, p. 103-120, 1990.

GOMES, L.I.E. A estrutura orgânica e funcional da Administração da Universidade de Coimbra e a sua projecção no respectivo arquivo. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação Arquivística) - Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/12280>

GOMES, L.I.E. Gestão da informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: Estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra. Tese (Doctorado en Sociedad del Conocimiento) - Universidade de Coimbra, 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/43201?locale=pt>.

GOMES, L.B. *et al.* As origens do pensamento sistémico: Das partes

para o todo. *Pensando Famílias*, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2014.

GOUVEIA, A.C. Do nome à imagem: Percursos de uma planta tropical de São Tomé numa fotografia do final do século XIX. In: VICENTE, F.L. (Org.). *O império da visão: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Edições 70, 2014, p. 183-194.

HENRIQUES, J.A. Contribuições para o estudo da Flora d’Africa. *Catálogo da Flora da ilha de S. Thomé. Boletim da Sociedade Broteriana*, v. 5, 196-232, 1887.

HENRIQUES, J.A. A Ilha de S. Tomé sob o ponto de vista histórico-natural e agrícola. *Boletim da Sociedade Broteriana*, n. 27, p. 1-197, 1917.

KASPER, H. O processo de pensamento sistêmico: Um estudo das principais abordagens a partir de um quadro de referências proposto. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/9013>

LESSAR-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. 4 ed. Instituto Piaget, 2010.

LIÉVANO MARTÍNEZ, F.; LONDOÑO, J.E. El pensamiento sistémico como herramienta metodológica para la resolución de problemas. *Revista Soluciones de Postgrado EIA*, v. 8, p. 43-65, 2012.

LOSEE, R. M. A discipline independent definition of information. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 3, p. 254-69, 1997. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199703\)48:3<254::AID-ASI6>3.0.CO;2-W](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199703)48:3<254::AID-ASI6>3.0.CO;2-W)

MARQUES, M.B.P.S.M. *Gestão da informação em sistemas de informação complexos*. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, n. 2, p. 60-76, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.35505>

MASON, J. *Qualitative Researching*. SAGE Publications, 2005.

MELLA, P. *Dai sistemi al pensiero sistemico: Per capire i sistemi e*

pensare con i sistemi. FrancoAngeli, 1997.

MORAES, M.C.; DE LA TORRE, S. Pesquisando a partir do pensamento complexo: Elementos para uma metodologia de desenvolvimento eco-sistêmico. Educação, v. 29, n. 1, p. 145-172, 2006.

MORIN, E. O Método 1: A Natureza da Natureza. Publicações Europa-América, 1977.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Editora Meridional, 2005.

OJEDA AMADOR, F. La teoría de sistemas y el management como sistema. Revista española de financiación y contabilidad, v.1, n. 2, p. 281-296, 1972.

PEÑALVER GÓMEZ, C. El pensamiento sistémico: Del constructivismo a la complejidad. Investigación en la Escuela, v.5, p. 11-16, 1988.

PINTO, M.M.G.A. Gestão integrada de sistemas de informação em autarquias locais: Uma abordagem sistémica. Conferência em Homenagem ao Professor Doutor José Marques. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2004. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/7733>

PINTO, M.M.G.A. A gestão da informação nas universidades públicas portuguesas: Reequacionamento e proposta de modelo. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/salmi/Downloads/174762.pdf

PINTO, M.A.; SILVA, A.M. Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações. In: CONTECSI: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, 2. São Paulo/SP, Brasil. 1-3 jun. 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

RIBEIRO, A.M.P. Análise de um sistema de informação: a Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém (do liberalismo à Primeira República). 2009. Dissertação (Mestrado em História e Património) - Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2009. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20191/2/mestandaribeiroanalise000084604.pdf>.

RIBEIRO, F. O sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: Potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. Páginas a&b, v. 11, p. 79-99, 2003.

RIBEIRO, F., & FERNANDES, M.E.M. Universidade do Porto: Estudo orgânico-funcional: Modelo de análise para fundamentar o conhecimento do sistema de informação arquivo. Reitoria da Universidade do Porto, 2001.

RIBEIRO, F., & FERNANDES, M.E.M. O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. Páginas a&b: arquivos e bibliotecas, v. 11, p. 79-99, 2003.

RIBEIRO, F. Organização e uso da informação: conhecer bem para bem representar. *Iris*, v. 1, n.1, p. 7-16, 2012.

SILVA, A.M.D. *et al.* The value of the Botany Archive of the University of Coimbra (Portugal) to biodiversity research, crowdsourcing and history of science projects. *Comma*, v.1-2, p. 117-126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3828/comma.2018.11>

SILVA, A.M.D. O sistema de informação Jardim Botânico da Universidade de Coimbra: Perspetiva sistémica e visão holística da informação. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Repositório científico da UC, 2021.

SILVA, A.M. Informação, cultura e património: Uma abordagem exploratória feita no campo emergente da ciência da informação. In: JORGE, V.O. (Coord.), *Conservar para quê? MESA-REDONDA DE PRIMAVERA*, 8. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, p.

27-58, 2005.

SILVA, A.M. A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, A.M. Que ciência da informação precisamos para enfrentar a complexidade? PontodeAcesso, v.11, n. 1, p. 85-114, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/23177>

SILVA, A.M.; RIBEIRO, F. Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Edições Afrontamento, 2002.

SIMÃO, S.G. O sistema de informação arquivística: caso do Museu Regional da Huíla. 2015. Dissertação (Mestrado em em Ciências da Documentação e Informação) - Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Repositório Ulisboa, 2015.

SOLOVOVA, O.; SANTOS, J.V.; VERÍSSIMO, J. Publish in English or perish in Portuguese: Struggles and constraints on the semiperiphery. Publications, v. 6, n.2, p. 1-14. 2018.

TERRA, A.L.S. As políticas de informação e de comunicação da União Europeia: uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da ciência da informação. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Documentais) - Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2008.

VICKERY, B.C. Information systems. Butterworth, 1973.

YIN, R.K. Estudo de caso: planeamento e métodos I. 2 ed. Bookman, 2001.

**INOVAÇÃO NA GESTÃO DOS PROCESSOS  
DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO COM  
O SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE  
ATIVIDADES ACADÊMICAS: um estudo de cnos  
Programas de Pós-Graduação da Universidade  
Federal da Bahia**

*INNOVATION IN THE MANAGEMENT  
OF COMMUNICATION AND PROCESSES  
INFORMATION WITH SYSTEM OF ACADEMIC  
ACTIVITIES MANAGEMENT:  
a case study in the Graduate Programs of Universidade  
Federal of Bahia*

Caroline Isabele Casaes de Carvalho<sup>1</sup>



Lídia Maria Batista Brandão Toutain<sup>2</sup>



## **1 INTRODUÇÃO**

O ser humano sempre compartilhou informações gerando o conhecimento por meio da comunicação entre seus pares. No ambiente universitário, que tem como propósito a educação, a pesquisa e a extensão, a comunicação também é subsidiada pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação, como o usufruto dos sistemas acadêmicos para o acesso, o armazenamento e a produção das informações para apoiar a gestão da vida acadêmica dos discentes e a gestão universitária. No âmbito educacional, as inovações de produtos e serviços tecnológicos favoreceram novos meios e espaços de acesso à informação, bem como seu alcance e difusão, ressignificando a construção do conhecimento e os sistemas de informação, parte destas inovações.

---

1 Servidora da Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1259-5673>

2 Professora Doutora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>.

As Universidades precisam de informações precisas e em curto espaço de tempo para a tomada de decisões propiciando uma maior integração com a comunidade acadêmica. Os sistemas de informações coletam, armazenam e disseminam as informações. O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é um sistema de gestão acadêmica que dá suporte aos Programas de Pós-graduação registrando e disseminando informações que auxiliam no acompanhamento acadêmico dos discentes, na seleção de novos alunos regulares e especiais, no planejamento acadêmico, gerando também relatórios para auxílio da coordenação e acompanhamento do desenvolvimento e da conclusão dos discentes, possibilitando a visão geral dos Programas de Pós-graduação. Mediante o exposto, a pergunta norteadora deste estudo é: Quais os impactos nos comportamentos e hábitos infocomunicacionais a implantação do SIGAA proporcionou aos seus usuários nos cursos de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* da Universidade Federal da Bahia (UFBA)? Para alcançar o objetivo geral da pesquisa e a questão problematizadora central, pretende-se contar com a colaboração do público-alvo elegido que são os usuários do referido sistema: os técnicos-administrativos dos cursos de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* da área da saúde da UFBA.

A relevância de avaliar o SIGAA justifica-se por se tratar de um novo sistema de gestão das atividades acadêmicas na UFBA, implantado, inicialmente, nos cursos de Pós-graduação *Stricto-Sensu*. Em vista disso, constatou-se que há poucas pesquisas que descrevem o impacto do SIGAA na gestão dos processos acadêmicos, da comunicação e da informação.

## 2 DESENVOLVIMENTO

As tecnologias da informação estão presentes em todos os segmentos sociais, com implicações direta na vida das pessoas, em suas diversas formas de relacionarem e nos mais variados meios de se comunicarem. Segundo Balarine (2002) a Tecnologia da Informação (TI) corresponde a objetos (*hardware*) e veículos (*software*) destinados a criarem Sistemas de Informação (SI). Esse mesmo autor indica que os Sistemas de Informação (SI) são os resultados da implementação da TI, através da “utilização de computadores e telecomunicações” (BALARINE, 2002, p. 3). Stair e Reynolds (2011, p. 22) acrescentam a esse entendimento que o SI “é um conjunto de elementos ou componentes interrelacionados que coleta (entrada), manipula (processo), armazena

e dissemina dados (saída) e informações, fornece uma reação corretiva (mecanismo de realimentação) para alcançar um objetivo”.

Nesse ínterim, Souza e Monteiro (2015) dizem que as tecnologias da informação têm o potencial de transformar recursos de dados em produtos de informação sendo possível organizá-los e gerenciá-los, os configurando dentro um sistema de informação.

Deste modo, o termo “sistema”, amplamente utilizado, significa “um grupo de elementos inter-relacionados que trabalham em busca de uma meta comum, formando um todo organizado. Informação é o resultado de dados relacionados e contextualizados”. (SOUZA; MONTEIRO, 2015, p. 614).

Nesta perspectiva, o ambiente universitário tem sua cultura, pois, a universidade está organizada, estruturada e afeta o convívio sociocultural, produz o conhecimento e o difunde. A inter-relação que existe no uso dos sistemas informacionais, pela comunidade universitária: docentes, discentes e técnicos-administrativos, também contribuem para a gestão acadêmica. O SIGAA traz a inovação tecnológica para a UFBA e o conseqüente aprendizado de uma nova forma de gerir os processos acadêmicos aperfeiçoando a comunicação dos usuários. A comunidade universitária atua para o desenvolvimento da universidade e os sistemas informacionais também têm o seu papel neste desenvolvimento acadêmico.

Portanto, pode-se inferir que os sistemas que gerenciam as atividades acadêmicas desempenham função primordial na gestão das informações e dos processos por eles mediados. Ademais, por ser uma inovação no que tange aos processos de gestão acadêmica, considera-se um fator relevante para a investigação científica, considerando que os dados ficam mais acessíveis e disponíveis, bem como consolidados em um sistema informatizado que permite ter uma visão mais unificada e ampla das informações que ele abarca.

Segundo Borko (1968), a Ciência da Informação é uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam os fluxos e os usos da informação, e as técnicas, tanto manual quanto mecânica, de processamento da informação, visando sua armazenagem, recuperação, e disseminação ideal. A Ciência da Informação é uma disciplina emergente importante e o cientista da informação tem uma importante função na nossa sociedade (BORKO, 1968).

O uso da informação é essencial para a gestão acadêmica, que necessita de informações precisas, sendo as informações armazenadas

no sistema, recuperada e acessível no momento certo e na hora certa. O SIGAA possibilita à comunidade acadêmica acessar informações que auxiliam as suas demandas acadêmicas e administrativas com o uso dos módulos e portais. Até mesmo o público externo, pode acessar o sistema, para por exemplo, realizar a inscrição nas seleções para aluno especial e regular. Os usuários também podem ao acessar o sistema e recuperar as informações, tais como: e-mail de confirmação de cadastro, login e senha. A depender do vínculo com a universidade, os usuários podem ter mais de um perfil de acesso ao SIGAA, aos portais docente, discente e do servidor técnico-administrativo dos Programas de Pós-Graduação *Strictu-Sensu*.

Para Davenport (1998: 244),

O ambiente organizacional influencia o uso da informação. Esse ambiente inclui a situação dos negócios em si – estratégia, processos, organização e cultura, orientação de recursos humanos. Abrange, igualmente, os investimentos tecnológicos da empresa – as tecnologias específicas empregadas pela empresa para processar e manipular dados – e inclui os fatores físicos que afetam a informação, como a localização e o projeto de unidades de negócios, departamentos e escritórios.

Desde então, as novas tecnologias de informação e comunicação modificaram aspectos fundamentais, tanto da condição da informação quanto da condição da comunicação. Essas tecnologias intensas modificaram radicalmente a qualificação de tempo e espaço entre as relações do emissor, os estoques e os receptores da informação (BARRETO, 2002). A Tecnologia da Informação e da Comunicação está diariamente sendo utilizada como instrumento viabilizador da gestão acadêmica. No entanto, não é somente ter acesso ao SIGAA, mas é imprescindível que o usuário (a comunidade acadêmica, docentes, discentes e técnicos-administrativos) saibam como utilizar todos os módulos dos portais docente, discente e do servidor técnico-administrativo, explorando todos os recursos disponíveis, para auxiliar as atividades administrativas da Universidade nos Programas *Stricto-Sensu*. Como salienta Davenport (1998, p 110) “uma empresa que implementa um sistema novo de informações treinará os usuários não apenas para a utilização desse sistema, mas também para o modo de usar a

informação produzida”. As mudanças no uso das tecnologias ocorrem rapidamente com o desenvolvimento de sistemas e conseqüentemente tem o efeito no impacto causado nas comunicações informacionais no ambiente colaborativo. Analisando o trabalho historicamente, as atividades promovidas pelo homem afetam diretamente na transformação do mundo, contribuindo para civilização e aculturação (TAMAYO; PORTO, 2005).

Observa-se a importância dos investimentos tecnológicos para mediar o trabalho nas pós-graduações e na disseminação da informação e do conhecimento. A implantação do novo sistema SIGAA, criou procedimentos operacionais para a gestão dos processos acadêmicos refletindo nos hábitos dos usuários dos Programas de Pós-Graduação, possibilitando a gestão os processos acadêmicos. Os sistemas integrados de gestão têm por objetivo administrar as informações e os procedimentos de várias áreas funcionais, ampliando o acesso à informação para os usuários do sistema, a comunidade acadêmica, disponibilizando portais e módulos propiciando mais visibilidade e acesso à informação e ao conhecimento, por meio das tecnologias de informação e comunicação.

O sistema SIGAA armazena também a produção discente, teses e dissertações, contemplando a possibilidade da interoperabilidade com o Repositório Universitário, divulgando a produção intelectual da universidade, contribuindo com seu papel de promover o acesso à informação. O desenvolvimento da informática afetou a comunicação nas instituições de ensino, sendo a informação um recurso básico para a comunicação, impactando o modo como exercemos nossas atividades utilizando a tecnologia contribuindo para o melhor desempenho nos processos acadêmicos.

Observa-se a importância da preservação digital, da disseminação da informação na Pós-graduação, pelo uso do SIGAA, sendo uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), implementada como uma inovação na aplicação da modernização dos sistemas de informação, no âmbito da UFBA, que armazena e preserva, a memória dos Programas de Pós-Graduação e a vida acadêmica dos discentes, a partir da sua inscrição, matrícula e conclusão nos cursos. Em vista disso, os documentos produzidos no ambiente digital fazem parte do patrimônio documental das Instituições de Ensino Superior e precisam ser preservados, para possibilitar o acesso, a utilização da informação e da memória, pelo tempo que se fizer necessário, desse modo, cumprindo o papel de preservação do patrimônio documental no tempo,

disponibilizando a informação para a futura comunidade acadêmica, pela preservação documental no ambiente digital, garantindo o (re) acesso e a (re)utilização futuro dos acervos e arquivos digitais, beneficiando a construção da identidade e do conhecimento coletivo, no âmbito da UFBA.

O uso dos sistemas de gestão da informação e comunicação no ambiente acadêmico ampliou o acesso dos usuários, facilitando a gestão do conhecimento, eliminando o retrabalho e tornando as tarefas mais céleres, economizando o tempo, pois pode, por exemplo, acessar relatórios, dados dos discentes, dos docentes, declarações, histórico escolar, comprovante de matrículas, entre outros. Os técnicos administrativos podem registrar os aproveitamentos de carga horária, de disciplinas, de forma prática e reduzindo o tempo de disponibilização dessas informações no histórico escolar dos discentes, visto que, anteriormente, os tais processos e procedimentos eram administrados fisicamente. Com o SIGAA, estas atividades são concluídas em menor tempo.

Sendo assim, o SIGAA, é um sistema de gestão acadêmica, necessário à Pós-Graduação, pois possibilita trazer acesso à informação precisa e gerir melhor o conhecimento a ser difundido, além de contribuir para o processo de tomada de decisões. O progresso tecnológico beneficia também o meio ambiente, pois há uma diminuição das impressões, ou seja, do uso do papel, consequentemente, resultando na economia financeira para a Universidade.

A implantação do SIGAA, na UFBA afetou toda a comunidade acadêmica. Observa-se uma nova forma de gestão, de trabalho administrativo, do candidato efetuar inscrição para seleção, do discente realizar matrícula, acompanhar seu desenvolvimento no curso, submeter seu trabalho final, se comunicar com a secretaria e a coordenação.

A implantação de sistemas informacionais, trazendo a inovação tecnológica refletindo na forma da gestão universitária, como o SIGAA, por meio dos seus módulos e portais influencia a identidade dos seus usuários, como sujeitos que operam o sistema, buscando novas realizações e formas de trabalho, utilizando a tecnologia para acessar, disseminar e recuperar a informação.

Alcançar os objetivos propostos e encontrar a melhor resposta ao problema da pesquisa é ponto central da metodologia disposta neste estudo. O percurso metodológico aqui definido está pautado em estudo de caso de pesquisa qualitativa, analítico-descritiva de conteúdos, de documentos e sistemas informatizados institucionais. Será sub-

sidiada pelo questionário como instrumento de pesquisa para obter a colaboração do público-alvo.

Neste íterim, considera-se que a pesquisa qualitativa objetiva responder à problemática específica referente aos impactos da implantação do SIGAA nos comportamentos e hábitos infocomunicacionais dos sujeitos nos Programas de Pós-Graduação em Saúde da Universidade Federal Bahia, e se implicará “com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, *et al.* 2002, p. 21).

Espera-se, com o levantamento de dados a ser obtido, organizá-los em uma categoria geral e três específicas. As categorias serão obtidas por meio do agrupamento de informações e classificação de dados dos usuários do SIGAA, sendo a categoria geral denominada de “Percepção dos usuários” e a categoria dela derivada: “usuários técnicos-administrativos com características em comum”.

Para atender os objetivos propostos, será aplicado questionário semiestruturado, composto de perguntas com respostas abertas, aplicado ao usuário do SIGAA. A técnica de análise de dados será a analítico-descritiva dos conteúdos. A análise de conteúdo se organizará, conforme previsto nas fases descritas por Bardin (2016): a. pré-análise das respostas; b. exploração do material, identificando o padrão das respostas; c. tratamento dos resultados, com ênfase na interpretação, que atendam às perspectivas planejadas nesse estudo. A pesquisa também será documental, já que serão utilizados dados do SIGAA dispostos para acesso pela Instituição. É uma pesquisa em fonte primária, posto que, no tocante ao acesso aos documentos originais (sistemas e documentos institucionais que os convalidam) serão analisados de forma direta pela pesquisadora (OLIVEIRA, 2016). Neste caso, o estudo da implantação dos sistemas acadêmicos na UFBA, antes e depois do SIGAA, seus usos e funcionalidades.

O levantamento referente aos usuários do SIGAA possibilitou delimitar os sujeitos da pesquisa, os técnicos administrativos, mediante identificação dos usuários, conforme demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Quantitativo dos sujeitos da pesquisa**

Curso Stricto-Sensu área de saúde	Nº Técnicos Administrativos em Educação (TAE)
1 Alimentos, Nutrição e Saúde (Mestrado e Doutorado)	2
2 Assistência Farmacêutica (Mestrado e Doutorado) OBS. NÃO TEM TAE	0
3 Biociências (Mestrado Acadêmico). Campus Anísio Teixeira, Vitória da Conquista - BA.	1
4 Biodiversidade e Evolução (Mestrado e Doutorado)	3
5 Ecologia (Mestrado Profissional)	
6 Ecologia: Teoria, Aplicação e Valores (Mestrado e Doutorado)	
7 Microbiologia (Mestrado Acadêmico)	
8 Biotecnologia (Mestrado Acadêmico)	1
10 Ciência Animal nos Trópicos (Mestrado e Doutorado)	2
11 Ciência de Alimentos (Mestrado e Doutorado)	1
12 Ciências da Saúde (Mestrado e Doutorado) REALIZADO O PRÉ-TESTE	1
13 Enfermagem (Mestrado e Doutorado)	2
14 Farmácia (Mestrado e Doutorado)	1
15 Imunologia (Mestrado e Doutorado)	2
16 Medicina e Saúde (Mestrado e Doutorado) REALIZADO O PRÉ-TESTE	1

17 Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (Mestrado e Doutorado). Campus Anísio Teixeira, Vitória da Conquista - BA. REALIZADO O PRÉ-TESTE	1
18 Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq) (Mestrado e Doutorado)	2
19 Odontologia e Saúde (Mestrado e Doutorado)	2
20 Patologia Humana (Mestrado e Doutorado)	1
21 Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas (Mestrado e Doutorado)	3
22 Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (Mestrado Acadêmico) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação <b>OBS. NÃO TEM TAE</b>	0
23 Saúde Coletiva (Mestrado e Doutorado)	2
24 Saúde Coletiva IMS (Mestrado Acadêmico) Campus Anísio Teixeira, Vitória da Conquista - BA.	1
25 Saúde, Ambiente e Trabalho (Mestrado Acadêmico)	1
26 Zootecnia (Mestrado e Doutorado)	1
Total	32

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

OBSERVAÇÃO 1: Há 03 servidores Técnicos Administrativos que atendem os Programas: Biodiversidade e Evolução, Ecologia, Ecologia: Teoria, Aplicação e Valores e Microbiologia.

OBSERVAÇÃO 2: A técnica responsável pelas atividades administrativas no Programa Saúde, Ambiente e Trabalho não será incluída como parte do público-alvo, por ser a responsável por esta pesquisa.

Foi elaborado e encaminhado um pré-teste do instrumento de pesquisa (questionário), para analisar as informações recebidas no período de 15 dias, com o intuito de propiciar o ajuste, se necessário, para o resultado desta pesquisa.

O pré-teste foi aplicado no período de 29 de junho a 01 de julho de 2022, mediante link por meio e-mail, para acesso ao formulá-

rio, que continha perguntas direcionadas ao alcance dos objetivos desta pesquisa. Foi realizado com 10% do universo da pesquisa, abrangendo três programas de Pós-graduação *Stricto-Sensu* em saúde da UFBA, que fazem uso do SIGAA, da Universidade Federal da Bahia, sendo: 1) o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS), 2) o Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde (PPGMS), e 3) Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (PPGMCF) pertencente ao Campus Anísio Teixeira, de Vitória da Conquista do Estado da Bahia.

As técnicas administrativas dos programas PPGCS, PPGMS e PPGMCF, foram acessíveis e responderam prontamente o questionário, evidenciando que o instrumento para coleta de dados foi eficiente e eficaz. O instrumento para coleta de dados, o questionário, consta a solicitação de justificativa para as respostas dos respondentes. Todos responderam as perguntas e justificaram suas respostas, dando subsídios para validar o instrumento e proceder com a análise dos dados.

Como resultado do pré-teste destaca-se as principais percepções e narrativas: i. Respondente 01: é técnico-administrativa do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS). Em suas respostas, a funcionária informou que conhece o SIGAA e que participou de treinamento para uso dele. Ela também faz uso desse sistema para gerenciar orientações discentes, cadastrar/alterar dados dos discentes, emissão de documentos acadêmicos, tais como matrícula, histórico, etc., cadastrar aproveitamento de disciplina e da carga horária, cadastrar/alterar dados e procedimentos sobre bancas examinadoras, acompanhar procedimentos após a defesa, realizar o planejamento acadêmico, criar e consultar turmas, realizar matrícula dos alunos regulares e especiais, consultar diversos relatórios das turmas, dos discentes e dos docentes.

Quando questionada sobre sua percepção acerca dos benefícios advindos com o sistema, ela informou que concorda que a implantação do SIGAA proporcionou benefícios para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas. Ainda de acordo com a servidora: “O sistema anterior era muito limitado, o SIGAA facilitou o processo” e que após a implantação do SIGAA houve melhorias no acesso e no uso da informação, segundo a servidora: “O SIGAA tem mais recursos, e seu uso é fácil. Só tive dificuldade de usar o recurso do processo seletivo”. Ao ser indagada sobre qual(is) atividades os docentes solicitam auxílio da secretaria para uso do SIGAA, ela disse: “Todos. Faço o trabalho da secretaria e dos docentes». Na questão que se perguntou sobre qual(is) atividades os discentes solicitam auxílio da

secretaria para uso do SIGAA, segundo a servidora, as principais são: “Ajuste de matrícula, emissão de documentos”. E complementou com a seguinte informação sobre o SIGAA: “Acredito que deveria melhorar o processo seletivo, contém falhas”.

ii. Respondente 02: é técnico-administrativa do Programa de Pós-Graduação em Medicina e Saúde (PPGMS). Ela conhece o SIGAA e informa que não participou do treinamento para uso do SIGAA. Utiliza o SIGAA para gerenciar orientações discentes, cadastrar/alterar dados dos discentes, Emissão de documentos acadêmicos, tais como matrícula, histórico, etc. cadastrar aproveitamento de disciplina e da carga horária, cadastrar/alterar dados e procedimentos sobre bancas examinadoras, acompanhar procedimentos após a defesa, realizar o planejamento acadêmico, criar e consultar turmas, realizar matrícula dos alunos regulares e especiais, consultar diversos relatórios das turmas, dos discentes e dos docentes. Concorde que a implantação do SIGAA proporcionou benefícios para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas, de acordo com a servidora: “Quando comecei a trabalhar na Pós-graduação já tinha o SIGAA, mas soube que esse sistema deu mais autonomia para as secretarias para o aproveitamento de disciplinas, solicitação de diplomas, cadastro dos discentes dentre outros” e que após a implantação do SIGAA houve melhorias no acesso e no uso da informação. Ainda segundo a servidora: “Não conhecia o sistema anterior”. Em qual(is) atividades os docentes solicitam auxílio da secretaria para uso do SIGAA, conforme a servidora: “Inicialmente os docentes solicitavam auxílio para incluir notas, mas agora a maioria já está sabendo. Em uma mudança recente do sistema, está sendo solicitado que os docentes aprovelem a versão final das teses e dissertações o que está causando uma certa dificuldade para os docentes que não costumam utilizar o SIGAA”. Em

qual(is) atividades os discentes solicitam auxílio da secretaria para uso do SIGAA, segundo a servidora: “Para matrícula e conclusão do curso”.

iii. Respondente 03: é técnico-administrativa do Programa de Pós-Graduação Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (PPGMCF) e conhece o SIGAA, mas informa que não participou do treinamento para uso do SIGAA. Utiliza o SIGAA para a realização das matrículas dos alunos regulares e especiais. Concorda que a implantação do SIGAA proporcionou benefícios para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas, de acordo com a servidora: “possibilitando maior agilidade no atendimento ao público e otimização dos processos” e que após a implantação do SIGAA houve melhorias no acesso e no uso da informação. De acordo com essa segundo a servidora: “O SIGAA possibilita maior agilidade e controle dos processos, consolidação de informações relevantes para a gestão administrativa e acadêmica”.

Dessa forma, o pré-teste possibilitou à pesquisadora ter um contato prévio com os técnicos-administrativos, proporcionando um entendimento do uso e do acesso da informação, através do objeto desta pesquisa, o SIGAA, como uma modernização na gestão pública. As respostas das técnicas administrativas no pré-teste contribuíram para um entendimento sobre a funcionalidade do SIGAA e os impactos no desenvolvimento das atividades dos Programas de Pós-graduação.

Destarte, espera-se verificar os benefícios advindos com a implantação do SIGAA para o melhor fluxo das atividades, do controle dos processos informatizados pelo sistema e como subsidiário na gestão acadêmica, com base na experiência proporcionada aos usuários.

Por não apresentar risco à saúde, à integridade física, dos usuários participantes da pesquisa, pois os métodos utilizados não envolveram experimentos clínicos, não será necessária a submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa será produzido artigo científico com o intuito de dar publicidade e disseminar o conhecimento, bem como apresentar resultados da pesquisa.

Observa-se a importância dos investimentos tecnológicos para o processamento, o armazenamento e a disseminação da informação e do conhecimento. No âmbito da Universidade Federal da Bahia, a implantação do novo sistema SIGAA, criou procedimentos operacionais para a gestão dos processos acadêmicos refletindo nos hábitos infocomunicacionais dos usuários dos Programas de Pós-Graduação, possibilitando a gestão dos processos acadêmicos de forma mais célere, por serem eletrônicos, com acesso remoto, otimizando o tempo e o espaço.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão do SIGAA poderá ser revisada e atualizada visando estabelecer a interoperabilidade entre os demais sistemas utilizados pelas Pós-graduações *Strictu-Sensu* com o objetivo de propiciar a recuperação, a disseminação e uso da informação de forma mais eficaz e eficiente. Sendo os sistemas: Sucupira, Repositório Institucional da UFBA e a Plataforma Lattes. Também como recomendação para estudos futuros como a Inteligência Artificial poderá ser utilizada contribuindo para o desenvolvimento de sistemas acadêmicos ampliando o uso da informação e da comunicação e para a gestão acadêmica ao cumprir o seu objetivo no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

### REFERÊNCIAS

BALARINE, O. F. O. **Tecnologia da Informação como vantagem competitiva**. RAE – eletrônica, 2021. Disponível em <http://www.rae.com.br/eletronica>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, A. **A condição da informação**. São Paulo: Perspectiva, São Paulo, 2002.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, p. 3-5, 1968.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 57, p. 611-614, 2004. Disponível em: <http://>

[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034->](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034->).

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J., *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENKEL, K. A categorização e a validação das respostas abertas em surveys políticos. **Opin. Pública**, n. 3, set./dez, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912017233786>.

MINAYO, M. C. de S. *et al.* (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SOUZA, M. N. A. de; MONTEIRO, A. J. Os docentes da Universidade Federal do Ceará e a utilização de alguns dos recursos do sistema integrado de gestão de atividades acadêmicas (SIGAA). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 611-630, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362015000300611&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300611&lng=en&nrm=iso).

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de Sistemas de Informação**, Cengage, Learning, 2011.

TAMAYO, Á.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e Comportamento nas Organizações**. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi, 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

# INFORMATION ACCESS IN AN INTEGRATED ENVIRONMENT: GLAMS

## ACESSO À INFORMAÇÃO EM AMBIENTE INTEGRADO: GLAMS

Elisa Cerveira<sup>1</sup>



### 1 GLAM AS MEMORY INSTITUTIONS

Galleries, Libraries, Archives, and Museums are often referred to as memory institutions because they play a crucial role in preserving and providing access to our collective memory and cultural heritage. GLAM institutions collect, preserve, and protect significant artifacts, documents, artworks, and other cultural materials with historical, artistic, scientific, and societal value. They safeguard these items for future generations, ensuring our cultural heritage is preserved and accessible.

Libraries hold vast collections of books, periodicals, and other written materials, while archives house original documents and records testifying the informational activity of an organization, person, or family. Museums showcase tangible and intangible heritage, including art, artifacts, natural specimens, and cultural exhibitions. They all contribute to the collective memory and understanding of societies. They document social, political, and cultural changes over time as they collect materials that reflect the evolution of societies, including documents, photographs, oral histories, and artworks. These materials enable us to trace the development of ideas, customs, and societal transformations.

GLAM institutions also provide research, education, and life-long learning resources and support. They offer access to their collections, expertise, and specialized services to scholars, students, and the public. Researchers rely on these institutions to explore History and cultural trends and advance knowledge in various fields.

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6907-3126>.

Overall, GLAM institutions serve as memory institutions by preserving, organizing, and providing access to our cultural heritage, safeguarding our collective memory, and contributing to the enrichment and understanding of society.

The functional differentiation between libraries, archives, and museums, reflected in different professional practices, institutions, and physical locations, has occurred in response to managing different collections that have grown since the 19th century.

However, this functional differentiation needs to reflect the needs of researchers and the general public interested in collecting all the information on a given subject, whether printed in a book, manuscript, technical report, personal document, object, or image.

Buckland points to this shift in perspective by emphasizing information and information retrieval systems:

Information storage and retrieval systems can only deal directly with ‘information-as-thing’, but the things that can be stored for retrieval in actual or virtual collections vary in significant ways. (...) Put simply, a museum, an archive, [a] library of printed books, an on-line bibliographic database, and a corporate management information system of numeric data can all be regarded as species of information retrieval system. But differences in their physical attributes affect how the stored items can be handled (BUCKLAND 1991, p. 359).

Boyd Rayward, in his text “Electronic Information and the Functional Integration of Libraries, Museums, and Archives” (1998), also anticipates this convergence: “It is my view that the distinction between all of these apparently different types of institutions will eventually make little sense” (RAYWARD, 1998).

The definition of a digital library, archive, or museum is not at all agreed upon among the many authors that refer to this theme (SVILICIC, 2010; LI, LIEW, 2015; BORGMAN, 2000). Digital archives, digital repositories, and web archives are often used as synonymous with digital libraries, and according to Schweibenz:

Defining the virtual museum is not an easy task as a general agreement about the correct name does not even exist. Several terms are used in parallel, such as digital museum, electronic museum,

online museum, hypermedia museum, Web museum, or Cyberspace museum (SCHWEIBENZ, 2019, 12).

Digital libraries, digital archives, and virtual museums often refer to online databases and platforms not necessarily developed by traditional LAM (Libraries, Archives, Museums) institutions. These terms are commonly used to describe databases and platforms created by publishers, computer companies, and various database providers. For instance, “digital library” is often associated with online bookstores operated by publishers or platforms like the Internet Archive that gather web content and other documents.

While some digital LAMs, particularly virtual museums like the Science Museum in London, have emerged from physical LAMs, the overall trend suggests that digital LAMs have developed independently of their physical counterparts. (RASMUSSEN; HJORLAND, 2021).

## 2 DIGITAL HUMANITIES AND GLAM

Digital humanities is an interdisciplinary field that combines humanities disciplines, such as history, literature, and cultural studies, with digital technology and methods. It involves using computational tools and methods to analyze and interpret cultural heritage, digital media, and other forms of cultural expression.

Examples of digital humanities projects include digital archives, databases of historical documents, interactive maps and visualizations, and text analysis tools that can be used to study extensive collections of texts. The goal of digital humanities is to enhance and enrich traditional humanities research and create new forms of knowledge that are impossible with traditional methods alone.

Digital humanities also seeks to engage the public with humanities research and to make the results of humanities research more accessible to a broader audience. Digital humanities is changing the way humanities research is conducted, disseminated, and experienced through digital technologies.

The digital humanities and GLAM communities often collaborate to create and preserve digital cultural heritage and make it available to the public.

In this context, the digital humanities provide the tools, methods, and expertise for digitizing and analyzing cultural heritage collections, such as manuscripts, books, photographs, and other materials. The GLAM institutions, on the other hand, hold the physical

collections and provide access to them for research and education, preserving the information and making accessible, valuable cultural heritage collections for a wider audience. This process can include digitizing and transcribing historical documents, creating interactive online exhibits, and developing online collections and archives.

In addition, digital humanities projects also provide opportunities for interdisciplinary research and experimentation and the development of new tools and methods for preserving and interpreting cultural heritage.

### 3 THE CHANGES WE SEE

Integrating information and communication technology (ICT) into libraries, archives, and museums has brought significant changes. It has allowed patrons to access the collections and services of these institutions from anywhere with an internet connection, greatly expanding the reach and impact of these cultural institutions. Also, digitizing many collections makes them more accessible to a broader audience and easier to preserve.

Libraries, archives, and museums now offer many online services, such as online catalogs, digitized collections, and virtual exhibitions, making it easier for patrons to access their services and use their resources.

Libraries have become a place to relax, socialize, choose books to read at home, to research in repositories that are only available online and by subscription. Library users no longer only visit the service's physical space because the virtual space has other attractions. The library can disseminate a sample of selected information resources aimed at specific audiences and allow viewing of "restricted" access documents.

Museums also adapt their spaces to new technologies. Their websites are now open doors to repositories in digital format. Whether it is a painting, a piece of handicraft, a photograph, or a coin, all these items can be seen through high-definition photographs that allow viewing through several angles, providing a much richer reading.

Unlike in libraries and museums, in the physical space of the archives, the user is not allowed to "navigate" through shelves or displays. In this case, digital access gives the user the unique advantage of accessing documents/information without restrictions, even if the physical support is fragile and with conditioned access. Therefore, remote access to archive repositories is an added value for researchers, students, and the general public, allowing access to documents from

their workplaces or homes.

On the other hand, the digital world has made it possible to incorporate more information in a single search. With the dematerialization of information, the segregation of documents according to their physical support no longer makes sense, and the establishment of links between documents whose contents are related or complementary has become evident and fundamental.

Overall, ICT has facilitated collaboration among cultural institutions, allowing for sharing resources and expertise and promoting greater access to collections and knowledge.

Collaboration is essential in achieving convergence. However, the convergence between GLAM is not easy because they have been apart for over a century. As Bastian e Ross said:

But while libraries, archives, and museums share many common concerns, roles, and missions, they also come from distinct and different traditions. Not the least of these differences is that of professional education. The education of librarians, archivists and museum professionals is typically undertaken in separate library science, public history or museum studies programs. While each profession has its own established standards in areas of professional practice such as metadata schemas, search and data management tools, policies on access, the differences in organizational and professional culture may also be profound. As these distinctions carry over into careers, they may also become obstacles to crossing disciplinary boundaries (BASTIAN; ROSS, 2012, p.652).

#### **4 INTEGRATING GALERIES, LIBRARIES, ARQUIVES AND MUSEUMS**

In the context of GLAM (Galleries, Libraries, Archives, and Museums), an integrated environment refers to integrating information systems and resources across these cultural institutions to provide patrons seamless and unified access to information.

An integrated environment enables patrons to search and access multiple GLAM institutions' collections, services, and resources

from a single platform or portal without having to search each institution's website or catalog individually. This can significantly enhance the research and learning experience for patrons, as they can access a wider range of information and resources more efficiently and effectively.

An integrated environment can also improve resource sharing and collaboration among GLAM institutions, allowing them to pool their resources and expertise to serve their patrons better. Additionally, an integrated environment can improve collection management and preservation by enabling GLAM institutions to more effectively manage and preserve their collections and make them accessible to a broader audience.

Cultural changes and innovation in collections are transforming GLAM institutions in research centers. User engagement is becoming increasingly important and GLAM institutions are starting to develop fellowship programmes of all disciplines to reuse the collections. These programmes open up new opportunities to interact with collections to researchers who are assisted by computer scientists and data specialists within the institution. Other approaches are defined as partnership between the institutions and the growing community of volunteers to help transcribing, tagging and editing [29]. In this context, free and open knowledge bases such as Wikidata have raised interest in GLAM institutions. Wikidata allows the participation of the community by editing information and enriching the digital collections. Recently, many properties have been created in order to establish links to records published by GLAM institutions (CANDELA, *et al.*, 2022, p 254).

We must distinguish between “real” and “aggregated” collections as Rasmussen e Hjørland refer: “Aggregation-based digital collection is a term for digital collections or gateways, that are primarily based on aggregation, harvesting, or linking other digital repositories. They are often called “aggregation-based digital libraries” or “virtual libraries,” but since they may include archives and museums, we here prefer the generic term collection. They may also be understood as

cross-institutional portals.” (2021, p. 30).

There are a few examples of real integration, i.e., joining two or more institutions, as is the case of Library and Archives Canada (LAC) merging the National Library of Canada and the National Archives of Canada and the physical collections.

Another example of an integrated environment in GLAM’s sector is the Smithsonian Institution, through its immense complex of galleries, museums, archives, and libraries, reflects well the new paradigm. It is possible to enhance access to knowledge by creating links between information records regardless of their physical support: manuscripts, photographs, books, blogs, and sound records. In this manner, it is possible to link and access records found in the archives, libraries, and museums associated with the Smithsonian Institution and to link information published on the open data web.

Another “aggregation-based digital library” is Europeana. This digital platform integrates the collections of multiple European libraries, archives, and museums, providing a single point of access to over 50 million digital items, including books, paintings, photographs, and more. The Digital Public Library of America (DPLA) is a national digital platform that integrates the collections of libraries, archives, and museums across the United States, providing a single point of access to over 20 million digital items.

The Artstor offers access to the collections of museums, libraries, and archives, providing a single point of access to over 2 million art images and tools for organizing, annotating, and sharing these images.

Another example of national efforts at convergence is the National Library of Australia’s Trove. This national digital platform integrates the collections of libraries, archives, and museums across Australia, providing a single point of access to over 500 million digitized items, including books, photographs, newspapers, and more; and the Deutsche Digitale Bibliothek (DDB), a repository in the German language which networks 30,000 cultural and research institutions and aims to make millions of books, films, pictures, and sound recordings freely accessible on the Internet to the public using a common platform.

Hall these projects have taken steps to place the users’ interest in accessing information above the established and differentiated professional practices of Archives, Libraries, and Museums.

They demonstrate the power of technology and collaboration to provide more seamless and unified access to information and cultural heritage.

## 5 CONCLUSIONS

The existing literature primarily focuses on the convergence of libraries, archives, and museums as the subject of research. However, expanding the scope and considering the entire institutional context is crucial. This ecosystem involves other institutions such as publishers, databases, and various media platforms. The development is not solely about merging LAMs but also about consolidation within individual institutions.

Consequently, libraries, archives, and museums are abstract concepts encompassing various institutions. Additionally, there is a trend observed in some countries towards consolidating institutions into larger units and a shift in libraries from focusing primarily on physical collections to emphasizing connections and providing access to digital libraries offered by publishers. Similar transformations may also occur, to a lesser extent, in archives and museums.

## REFERENCES

BASTIAN, Jeanette A.; ROSS Harvey. The Convergence of Cultural Heritage: Practical Experiments and Lessons Learned. In: DURANTI, Luciana; SHAFFER, Elizabeth [eds]. **The Memory of the World in the Digital Age: Digitization and Preservation – An International Conference on Permanent Access to Digital Documentary Heritage**. Vancouver, Canada: UNESCO, 2012. p. 650-9. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373728/PDF/373728eng.pdf.multi>

BORGMAN, Christine L. **From Gutenberg to the Global Information Infrastructure: Access to Information in the Networked World**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.

BOTTICELLI, Peter, MAHARD, Martha R., CLOONAN, Michéle V. **Libraries, archives, and museums today: insights from the field**. London: Rowman & Littlefield, 2019.

BUCKLAND, Michael K. (1991). Information As Thing. **Journal of the American Society for Information Science**. v. 42 n.5, p.351–60,

1991.

CANDELA, G. *et al.* Reusing digital collections from GLAM institutions. **Journal of Information Science**, v.48, n.2, p. 251-267, 2022.

KLIMASZEWSKI, Cheryl. Lumping (and Splitting) LAMs: The Story of Grouping Libraries, Archives, and Museums/Regroupement (et division) des BAMS: Histoire du regroupement des bibliothèques, des archives et des musées. **Canadian Journal of Information and Library Science**, n.39, v.3, p.350-367, 2015.

LE DEUFF, Olivier. **Digital Humanities: History and Development**. Hoboken: John Wiley & Sons. 2018.

LI, Richard Yu-Chang; LIEW, Alan Wee-Chung. The Challenges of Digital Museum. In: **Encyclopedia of Information Science and Technology**. 3th ed. Khosrow-Pour. Hershey, PA: IGI Global, 4929-37, 2015. DOI: 10.4018/978-1-4666-5888-2.ch486

MARTY, Paul. Digital Convergence and the Information Profession in Cultural Heritage Organizations: Reconciling Internal and External Demands. **Library Trends**, v. 62, n.3, p. 613-627, 2014.

O'SULLIVAN, James (Ed.). **The Bloomsbury handbook to the digital humanities**. London : Bloomsbury Academic, 2023

PALETTA, Francisco Carlos; SIQUEIRA, Ivan Cláudio Pereira (Org.). **Humanidades digitais: contribuições para a ciência da informação: notas do I Simpósio Humanidades Digitais: TOI 2020**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes, 2021.

RASMUSSEN, C. H.; HJORLAND, B. **Libraries, archives and museums (LAM): Conceptual issues with focus on their convergence**. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization, 2021. Disponível em <https://www.isko.org/cyclo/lam>

RAYWARD, W. Boyd. Electronic Information and the Functional Integration of Libraries, Museums, and Archives. In: HIGGS,

Edward (Ed.). **History and Electronic Artefacts**, ed. Edward Higgs. Oxford, UK: Clarendon Press, 1998, p.207-225

SCHWEIBENZ, Werner. The virtual museum: an overview of its origins, concepts, and terminology. **The Museum Review**, v.4, n.1, p. 4-28. 2019

SVILICIC, Niksa. Creation and Typology Definition of the Museum on the Internet. **Collegium Antropologicum** v.34, n. 2, p. 587-94. 2010

# DE HUMAN BEHAVIOR PSYCHOLOGY AND INFORMATIONAL STUDIES: Sloan Kettering Cancer Center Memorial (MSKCC) Manhattan Experiment

PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO HUMANO  
E ESTUDOS INFORMATIVOS: *Memorial Sloan  
Kettering Cancer Center (MSKCC) Manhattan Experiment*

José Carlos Sales dos Santos<sup>1</sup>



Zeny Duarte<sup>2</sup>



## 1 INTRODUCTION

Claimed by Psychology's epistemological scope, human behavior has always caused relative provocations regarding the modus operandi in women's and men's interactions on the reality sphere. The challenge is to shed light on behaviors from archeological vestiges, such as rock painting and flint, in order to establish conclusions regarding informational and communicational processes of Western Africa hominid. Thus, researching human behavior runs through different knowledge areas, such as Medicine, Anthropology, History, Social Science and Psychology.

This chapter aims to analyze, with no overdoing, human behavior under Psychology's scope, bringing in arguments based on historical precedents from behavioral analysis. Psychology scholars, such as Lev S. Vygotsky, Alexander R. Luria and Burrhus F. Skinner will be quoted as a mean to structure narratives that are pertinent to discussions on the human conducts sphere. The adjacent references, just as meaningful, contribute to bypass the concept-theory framework of the henceforth presented arguments, taking into consideration the research that approached human behavior throughout human history.

<sup>1</sup> Professor Doutor do Instituto de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1758-3639>.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0365-6905>.

A warning is in order, however; the present chapter has overcome concepts debated on traditional user's research such as the ones developed under the scopes of Librarianship, Archival Science and Museology; it seeks to emphasize the importance of concept-theory debates in relation to human behavior psychology and informational studies allusive to Information Science (CI), unwieldy on the Psychology Practices and Information Science Laboratory (LAPCI) group study. The group study is headquartered and registered at the Bahia Federal University Information Science Institute (ICI/UFBA) and it is formed by scientific initiation scholarship bearers, mastering and doctoral students, as well as Institute professors and professors from several other universities. Nevertheless, the Memory, Patrimony, Culture, Information, Digital Platforms and Digital Humanity Research Group (G-ACERVOS) seals this study, a space formed by scientific initiation, mastering and doctoral students at PPGCI/UFBA and by professors and researchers from Brazil and other countries.

## 2 HUMAN BEHAVIOR PSYCHOLOGY: A GENEALOGICAL STUDY

The human activities cumulative conception, throughout human history, enables researchers and scholars to make inferences of individual behavior operations, such as the crafting of mosaics passable to comprehending the scenery of preceding human operations. Archeological vestiges provide guidance to natural and social interaction dynamical systems studies.

Behaviorist psychologist Burrhus Frederic Skinner (2003) endorses the theory that scientific practice directed to human behavior analysis presents complexities and lack of concrete answers, or partial answers, which also represents a peculiarity of science; scientists must, then, pursue satisfactory answers to the blanks in social demands. Thus, human behavior doesn't represent a subject, accessible to observation instruments, such as a telescope or a microscope. To precipitate the human behavior full understanding, according to the aforementioned psychologist, evidences a disadvantage due to the impossibility of conclusions that allow scientific verification. Therefore, human behavior investigation naturally follows a slow-moving progress.

On the sphere of present statements, species evolution theories, presented by British naturalists Charles Darwin (1809 - 1882) and Alfred Russel Wallace (1823 - 1913) would respond to part of

human behavior studies challenges. Darwinist seminal publishing “The Species Origin” (1859) considered the species ability to adapt an essential condition to its permanence in nature (natural selection). In contraposition to the creationist conception in place on the 17<sup>th</sup> century, the species evolution theory still interferes in theories from thinkers and scholars from the 20<sup>th</sup> and 21<sup>st</sup> centuries.

Alfred Russel Wallace, however, has also accomplished a research journey in Molucas Islands, Indonesia. For a period, the naturalist elaborated research that glimpsed into bases of evolution theory, forwarding them to Charles Darwin for analysis regarding the veracity of his findings. But C. Darwin noticed the aforementioned study was following a path that led to a theory similar to his own, which much concerned him, since it evidenced his conceptions, developed over a span of 20 years of studies. C. Darwin made a decision, then, of quickly concluding and presenting the theory engendered in species origins, leaving A. R. Wallace to study the geographic distribution of animal species, starting studied related to ecology and biogeography.

Thus, C. Darwin’s studied reach projections related to human development, moral sense and religious feeling, pervading analysis bases on investigations under behavioral scope, such as the emergent Psychology field of study known as Behaviorism. Behaviorism is based on American psychologist John B. Watson’s (1878 – 1958) studies, which guaranteed the relevance of behavioral studies objectivity, predicting and controlling human operations. Opposing introspection and mentalis, which guide studies that analyze perception, thinking and emotion processes, J. B. Watson postulates the Methodological Behaviorism (also known as Classical Behaviorism) as a possibly of foreseeing and controlling subjects acting.

Motivated by J. B. Watson, B. F. Skinner announces the Radical Behaviorism, which seeks knowledge at the behavior’s source. Laurenti (2009) corroborates the idea that Darwinist’s evolution theory has decisively influenced Skinner’s Radical Behaviorism’s philosophy. Darwinism, the author claims, considers origin and species evolution in natural terms, disregarding supernatural powers and potencies; it questions the conviction in the world’s constancy and the reason of organism’s adjustments. With similar claims, B. F. Skinner clarifies behaviors source and evolution from the organisms’ interactions with the environment, but without material, immaterial or substantial agents.

Skinner’s Radical Behaviorism matched behavioral analysis

philosophy and overcomes mentalist internalism's frameworks by considering environmental interventions in human conduct. For Skinner (2006), radical Behaviorism's philosophy takes on C. Darwin's natural selection and species evolution premise with the purpose of contesting the metaphysic conception, which disregards time-space structures. Human behavior represents, therefore, a synthesis of natural and social environments with the organisms, restructuring the knowledge and representations of subjects inserted into historical materiality.

Skinner's analyses speculate that the considerations presented in studies related to Darwin's natural selection interfered in human physiology and anatomy, always aiming the specie's survivance. However, the environment could substantially convert subjects' internal structures in the process of environmental settling, affecting the contingencies related to human conservation. Knowledge enables the process of adjusting to the world as well as the psychological development in the subjects, facilitating the creation of internal meaning to private mental schemes.

Taking into consideration species evolution theories, C. Darwin announces an allusive chain to the beginnings of mankind based on development stages associated to inferior periods (monkeys) and superior periods (cultural primitive men and women), dimensions that are precursor to the Evolutive Biology. Supported by the current arguments, Vygotsky and Luria (1996) enlarge biological evolution theories for the better understanding of cultural and ontogenetics shifts, analyzing the historical periods of mental operations development. The subsidies associated to Darwinist concepts were related to human ability to elaborate and use instruments on day-to-day activities, such as efforts related to planting and hunting.

In the publishing trials on human behavior studies, Vygotsky and Luria (1996) consider certain human behavior dimensions to understand the 'cultural man' under the scientific scope. The crafting of instruments represented the ending of organic processes in the human development, granting man, a posteriori, the psychological traits acquired by the "primitive men", which is the principle of cultural or historical behavior. To the authors, the instruments used in human activities enabled species conservation, creating the symbolic cultural accumulation.

With the advent of signs passible to be transmitted to a certain social groups' descendants, the symbols also contributed to a full misunderstanding of reality, including imprecision and an estrangement of existence itself. In order to understand the evolution of symbolic

systems, the aforementioned authors recovered the analysis related to human behavior development from a historical-cultural approach, leaning on the historical-dialectic materialist method to do so.

Under the scope of symbolic representation, Psychology seeks to investigate human behavior from the proacted biological evolution, examining the emotions that determinate thought and will on modern men and women. However, the modern human behavior is a product of both historical and biological evolution, and understandably so such behavior and psychological structures offer vestiges that are incipient to scientific research and offer challenges to the field of behavioral study.

The symbols allow the elaboration of internal representations to the individuals and retain relevant aspects regarding the process of communicating experiences, contributing to the understanding of new sources of knowledge, guiding men and women in comprehension that structures their behavior. Engendered in representations that allow an observation of the world as seen in the cultural scope, the native and innate equation facilitate the creation of dialectical syntaxes in human behavior level; by altering nature with instrumental resources, the subjects also alter their own behavior, as well as the environment around them.

Language allows symbolic representation and the sharing of feelings, emotions, perceptions, and representation developed in society, always requiring the sustention of intersubjective dialogical processes. Viewed as a whole of complex communication systems, language complies with spreading of information, preceding thought to consummate verbal manifestation (such as written or spoken words) and nonverbal manifestation (such as visual signs). According to Araújo and Paula (2017) “signifying the world” symbolizes the human admission into the symbolical layout, altering everyday from culture, supported by imagination. The human imaginary also allows the analysis of communicational and informational phenomenon to happen in a symbolic way. The aforementioned researchers corroborate the idea that symbolic dimensions allow individual understanding and their attempts in building meaning, aspects that are underlying in information appropriation and recovering behavior.

### 3 LANGUAGE AND HUMAN INFORMATIONAL BEHAVIOR

As previously stated, the “human behavior” theme presents conceptual-theory challenges to the development of investigation related to human stimulation and interactions to the environment. The full knowledge of Psychology, which studies individual processes and behavior, presents satisfactory arguing in behavioral research. Similarly, the information appropriation and recovering require accurate psychological analysis, considering the term “behavior” associated to epistemological underlings of the said domine. In CI the research refers to “human informational behavior” or “users’ informational behavior and require psychological studies in order to compute the behavioral underling understanding.

Language corresponds to basic biological processes, in parallel with perception, learning, attention, memory, motivation and thought, the symbolic representations, inserted into the social environment, demand dialogical intersubjective processes. In the announced processes, thought and language find in words the psychological possibilities convergency to express human conscience, interfering in analytical underlings of individual behavior.

Understood as a strictly human operation, the definition of “thinking” scrutinizes the language structures and contributes to metaknowledge (the knowledge of the formulation of knowledge), always engendered in men and women’s cognitive structures. Thus, language corresponds to announces of guided mediator structures to informational and communicational structures. Informational studies correspond, historically, to language studies and suggest the possibility of conceiving language as a knowledge mediator.

Composed by the entities called “signs” and “subjects”, studies associated to language and information present as correspondent, with epistemological boundaries and pairing. In order to understand the equivalences between language, thought, knowledge elaboration and communication register, Gracioso (2019) recognizes that informational studies would concede coverage pertinent to the understanding of the said challenges. The author points, however, that the immanent language studies approach in relation to CI’s informational studies lack pre-determined frontiers, not depleting the interdisciplinary underlings; she assumes the philosophical basement required to understand structures that rule the association between language, knowledge

and communication.

In order to overcome the challenges presented, Gracioso (2019) resorts to Pragmatical Language Philosophy, which recognizes common language as the main source of investigation, conceiving it with the informational subject philosophy, also investigated by CI. The “informational subject” bypasses the terms “individual” and “information”, as well as the motivation in the process of recovering and appropriating of diverse content in formational and informational systems, resuming the discussions based on human informational behavior. The said subject, traditionally called “information users” in CI, is observed as a subject passible of manifesting their informational needs.

With the epistemological boundaries elaborated in the informational object, CI seeks to develop investigation that facilitate a conceptual structuration of the theme “informational behavior”, on how the studies centered on how individuals recover and appropriate of diverse contents. Research associated to human informational behavior seek to develop analysis on human conduct in processes related to searching and using said contents to fulfill certain informational needs.

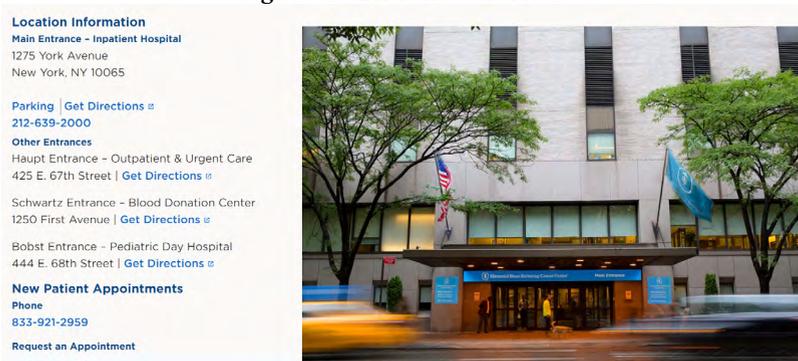
Counted as the precursor of informational behavior studies, Thomas Wilson (2000) defines human behavior, when it comes to the use of sources and channels of information, as the search for passive or active information as a mean to satisfy informational needs and reach a previously set goal. With the advance of information and communication technologies, the structure for the conviviality in interactive environments was expanded, viewing the information user as the protagonist in the process of accessing and using the contents.

The author endorses the discourse that claims that the individual information research behavior interacts with information systems of all kinds, managing to establish an understanding of different systems that might influence their behavior through the interaction and assimilation of the said information systems. Human informational behavior also bypasses the group of physical and mental elements, allying new information with individual previous knowledge. The knowledge to be reached is enabled by previous knowledge, which allows the informational subject to appropriate of information with mastery.

#### 4 HUMAN BEHAVIOR PSYCHOLOGY IN HEALTH INSTITUTIONS: SLOAN KETTERING CANCER CENTER MEMORIAL – MANHATTAN – NEW YORK EXPERIENCE.

Allied to the presented reviews, it's important, from this chapter forwards, to present previous results of the human behavior studies in one of the international research centers with expertise in cancer treatment, placed in Manhattan, New York, founded in 1884 as the New York Cancer Hospital, currently named Sloan Kettering Cancer Center Memorial (MSKCC), one of the 52 Cancer Comprehensive Centers designated by the National Cancer Institute.

Figure 1 - Entrance MSKCC



Source: <https://www.mskcc.org/locations/directory/memorial-hospital>

The choice of SKCCM was made because of its role, as an institution that puts into practice the human behavior psychology full range in face of danger and fear, as well as the evaluation of life and death, as the human stage in which they find themselves towards the medical diagnosis regarding cancer. (Silva; Zago, 2005, p.3) affirm that:

It's their understanding that there is a need to clarify and assist health professionals towards a safe and enlightening communication, adjusting the information to specific needs of each patient within their life reality and confrontational skills. From that perspective, a goal was set

to discuss the importance of cancer diagnosis reveals to both patients and health professionals.

This kind of review points to MSKCC's technological gadgets experiences related to the information era (or digital era) and the integration of its files, libraries and museums with the support to the diseased and the diseased's families, treated at the Sloan Memorial.

Thus, MSKCC's dealings related to Archive Science, Librarianship and Museology are highlighted as having an important interaction with the goals in the area of health that is directed to cancer treatment in the most diverse diseased situations, considering their peculiarities, realities, sociocultural spaces, and even more, enabling them to find the difficult balance between their real status and the fight for cure. In that sense, MSKCC, backed by the evolution of the digital era, one of the most representative marks of the 21<sup>st</sup> century, develops digital platforms that grant access to a variety of studies about its field of expertise, with open access to the files, the library and the museum. That integration between the diseased and MSKCC, in face of what the digital platforms bring forward, promotes the attenuation of the disease in the diseased and a better psychological condition to face the reality and the treatment, at the same time it brings the MSKCC's user closer to the interactive informational systems, which has benefited, over mode, human behavior. In that sense, to Ferreira (2000, p.10):

Communication is one of the main instruments in healthcare, especially towards patients who face a frightening diagnosis such as cancer. In that situation, the communication and the interaction are considered important processes since they provoke action and reaction amongst individuals and groups to establish a reciprocated chain of opinions and behaviors.

There are problems today that are essentially connected to the misunderstandings regarding digital phenomenon which occur and repeat in scientific and philosophical readings that flag the debates around the integration of the areas in CI and Museology to the Medicine and Psychology components, especially regarding the attenuation of pain and suffering when it comes to human life in face to hazard and death situations. In that sense, MSKCC makes available

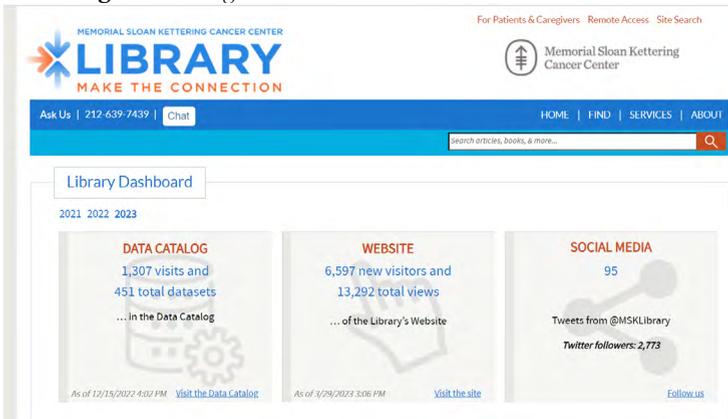
the following digital platforms, according to Figures:

Figure 2 - Digital Platforms MSKCC



Source: [https://library.mskcc.org/?\\_gl=1\\*okiywq\\*\\_ga\\*MzE1NzQ3ND-MuMTY2Mzg4NDA4Mg..\\*\\_ga\\_1JWD2Nz506\\*MTY2ODQ3MzIzMy41L-jAuMTY2ODQ3MzIzMy4wLjAuMA..](https://library.mskcc.org/?_gl=1*okiywq*_ga*MzE1NzQ3ND-MuMTY2Mzg4NDA4Mg..*_ga_1JWD2Nz506*MTY2ODQ3MzIzMy41L-jAuMTY2ODQ3MzIzMy4wLjAuMA..)

Figure 3 - Digital Information Platforms - MSKCC



Source: <https://library.mskcc.org/dashboard>

## Figure 4 - Digital Information Platforms – MSKCC

### Your Rights

When it comes to your protected health information, you have certain rights. This section explains your rights and some of our responsibilities.

#### Get an electronic or paper copy of your medical record

- You can ask to see or get an electronic or paper copy of your medical record and certain other health information we have about you. We will give you a copy or a summary of your health information, usually within 30 days of your request. We may charge a reasonable fee based on our costs. Please contact our Health Information Management department at 646-227-2089 for information on how to ask for your records.
- For your convenience, we encourage you to use our patient portal, MyMSK, to see your health information or to ask for a copy of your records. If you do not yet have a MyMSK account, you can register by visiting [my.mskcc.org](http://my.mskcc.org) or talking with your healthcare team.
- MSK maintains the medical record of MMC patients on behalf of MMC. If you are a patient of MMC and ask for your records, they will include both your MMC and MSK records.
- We may deny (not give) access to your health information under certain circumstances. If we deny your request, you have a right to get a formal review of our decision. We will tell you how to do this.

#### Ask us to correct your medical record

Source: <https://www.mskcc.org/about/policies-standards/privacy>

## Figure 5 – Download the MyMSK Mobile App

The screenshot shows a web browser displaying the page <https://www.mskcc.org/cancer-care/patient-education/how-download-mymsk-mobile-app>. The page header includes the Memorial Sloan Kettering Cancer Center logo and navigation links such as 'Sloan Kettering Institute', 'Research', 'Education & Training', 'Careers', 'MSK Direct', and 'Patient Portal: MyMSK'. The main content area is titled 'How to Download the MyMSK Mobile App' and includes a 'Share' button, a 'Time to Read: About 3 minutes' indicator, and instructions for updating and downloading the app. A sidebar on the right titled 'Navigate This Article' lists links to 'How to Download the MyMSK App', 'What operating system do I need to use the MyMSK app?', 'How to Update the MyMSK App', 'Log in to MyMSK', 'Get Help Using the App', and 'Frequently Asked Questions (FAQ)'. The page footer contains the text: 'To update: You must update your MyMSK mobile app if you have not used it since January 2022. Scroll down to the instructions in the section How to Update the MyMSK App. To download: Follow the instructions below.'

Source: <https://www.mskcc.org/cancer-care/patient-education/how-download-mymsk-mobile-app>

On another dimension, MSKCC testifies to the importance of a relation between diseased and society, with articulation and strategies, which seek to advertise social actions organized by MSKCC with a wide broadcast to the general public.

With the digital/virtual experiences of MSKCC that are related to information and its effects in human behavior, there's a highlight on the theories presents and the scientific verification of the initially presented assumption regarding the vital importance of an enlargement of the theoretical-conceptual debates allusive to human behavior psychology and informational studies in the ballast of CI and

Museology. And, as an arrival point, this study proves the necessity of an advance in theory and practice of multi, inter and trans disciplinarity amongst the focal areas as well as a more assertive encounter with Digital Humanities related to Psychology, Medicine and other Health Sciences, for the common benefit.

Hereafter, we end this brief study on MSKCC with a brilliant demonstration of full digital integration of files, library and museum to human behavior. It is an interactive museum, which was responsible for Sloan Kettering Cancer Memorial receiving an award:

**Figure 6 - Museum Interactive - MSKCC**



Source: <https://www.artguildinc.com/2021/08/16/a-new-award-winning-museum-interactive-project-for-sloan-kettering-in-new-york/>

**Figure 7 - Museum Interactive- MSKCC**



Recent medical studies demonstrate that using art and nature to create "positive distractions" provides improved clinical outcomes by reducing stress for patients and their caregivers. So both our atmospheric digital experiences—installed at the David H. Koch Center for Cancer Care just as the pandemic took hold—are designed around the feelings and needs of patients and caregivers.

Source: <https://www.artguildinc.com/2021/08/16/a-new-award-winning-museum-interactive-project-for-sloan-kettering-in-new-york/>

Designed for Memorial Sloan Kettering's David H. Koch Center for Cancer Care, Dreams Wall and Memory Koi: A Set of Digital Experiences for Clinical Positive Distraction, won a Notable Interactive Award at the Core77 Design Awards 2021. C&G created the digital installations in collaboration with Potion to provide moments of positivity for patients struggling with serious conditions. (C&G PARTNERS, 2021).

The MSKCC demonstrates in social actions the ability to interact with sick patients, family members and friends through the bias of Digital Humanities, or rather, Digital Humanism. In its interactive Museum, the Japanese symbology presented from the "carp" can be noticed. Thus, we recorded a representative sentence by Nuno Machado (2022) - student of the PhD course in Information Science at the University of Porto) - when, regarding this study, he said: "Japanese mythology - carp symbolizes the fight against difficulties and rebirth because the carp under the river against the current to spawn and dies and then is reborn as a dragon".

## 5 FINAL CONSIDERATIONS

Scientifically discussing human behavior represents a complex operation due to the inherent specificities of the theme. Scientific elaboration, in the scope of Human and Social Sciences, Health Sciences and Computer Science, enables researchers and scholars to present problems and partial, approximate, provisory theories, corresponding to the components that are subjective to the individuals. The possibilities and variations of human behavior may become a hindrance to the research, as B. F. Skinner pointed, but the cumulative character of studies developed in diverse areas of knowledge, such as Psychology and CI, allow consistent advances in the analysis of behavioral operations. Researching behavior requires the investigator to observe with criterion, sensibility, and sociological imagination.

Whereas it is presented with challenges in revealing proper uniformities, a detailed analysis will allow a record of punctual operations in individual behavior, authorizing, at determined moments,

consistent generalization based on people's conducts. Informational subjects trace specific trajectories and understand the world in distinct manners, granting them a myriad of interpretations.

The internalization of experiences guides the aforementioned subjects towards the fulfillment of actions based on mediation and interaction with the natural and social environment, always engendered in the language structure. The process of internalization will correspond to interpersonal and intrapersonal intercourses – as a subjective appropriation of the experience – for the elaboration of knowledge. Understanding the world and imputing meaning in it are possible due to human's abilities to abstract and elaborate concepts, especially on the scope of life, disease and death, as it is emphasized by the present study, in institutional relations with information and human behavior, based on Psychology, as the reality at MSKCC well exemplifies.

The research pertinent to this theme will remain an investigation subject in the LA-PCIH and G-ACERVOS group studies, as well as in projects financed by CAPES, CNPq, FAPESB and other agencies of support to science and technology. It is understood that there are numberless challenges when it comes to the studies of Psychology, CI, Medicine and Digital Humanities to understand, in depth, informational human behavior. Challenges which are overcome daily, with critical abilities, seriousness and persistence, by the members of LA-PCIH and G-ACERVOS.

## REFERENCES

ARAÚJO, E. P. O.; PAULA, C. P. A. Comportamento informacional: introdução de perspectivas simbólicas e afetivas em investigações sobre usuários de informação. **Prisma.com**, n. 34, p. 46-63, 2017.

BERLO, D. K. **Ciência e comportamento humano**. Tradução João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

C&G PARTNERS. **Digital Installations for Cancer Care Win Core 77 Award**. New York, jul. 2021. Disponível em: <https://www.cgpartnersllc.com/fresh/post/digital-installations-for-cancer-care-win-core-77-award/>.

FABRICANT, F. **Park Avenue potluck celebrations: entertaining at home with New York's savvy hostesses.** The Society of Memorial Sloan-Kettering Cancer Center. New York: Rizzoli ; distributed in the U.S. trade by Random House, 2009. Disponível em: <https://lccn.loc.gov/2009925847>.

FERREIRA, M.I.P.R. **A comunicação entre a equipe de saúde e o paciente em coma: dois mundos diferentes em interação.** 106f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

GRACIOSO, L. A origem dos conhecimentos humanos no contexto dos estudos informacionais. *Logeion: Filosofia da Informação*, n. 5, n. 2, p. 55-71, 2019.

MARQUES, L. C. **Evaluation of the influence of the clinical, pathological and molecular characteristics over the possibility of local recurrence after breast-conserving surgery in patients diagnosed with ductal carcinoma in situ.** Doctoral thesis, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI:10.11606/T.5.2022.tde-28042022-114055.

ROSENTHAL, E. Scientist at Work: Jimmie Holland; Listening to the Emotional Needs of Cancer Patients. **The New York Times**. July 20, 1997.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano.** Tradução João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi, 11ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo.** Tradução Maria da Penha Villalobos, 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, V. C. E. DA; ZAGO, M. M. F. A revelação do diagnóstico de câncer para profissionais e pacientes. **Rev. Bras. Enferm.** v. 58, n. 4, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000400019>.

VYGOTSKY, L. S.;LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento:** símios, homem primitivo e criança. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v.3, n. 2, p. 49-55, 2000.

## LISTA DE AUTORES

### **Adelson André Bruggemann**

Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciado em História. Coordenador da Divisão de Documentação e Memória do Judiciário e o Museu do Judiciário Catarinense, no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

### **Ana Lúcia Silva Terra**

Doutora em Ciências Documentais e Mestre em História Moderna pela Universidade de Coimbra. Licenciada em História. Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do “Grupo de Humanidades Digitais” do CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares da U.Coimbra.

### **Ana Margarida Dias da Silva**

Doutoramento em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Mestre em Ciência da Informação e Documentação pela Universidade Nova de Lisboa e em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Arquivista.

### **António do Carmo Gouveia**

Doutor em Biologia pela Universidade de Coimbra. Director do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e investigador associado da Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável e do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra

### **Bárbara Coelho Neves**

Doutora em Educação e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Ciência da Informação da UFBA e em Ciência da Informação da UFSCar. Docente do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.

### **Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira**

Doutora em Letras e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora dos Programas

de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB e da UFBA. Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Areia- PB.

### **Camino Sanchez Oliveira**

Doutora em Ciências da Documentação pela Universidad Complutense de Madrid. Licenciada em Historia. Diplomada em Biblioteconomía e Documentación. Investigadora do Departamento de Ciencias da Documentação e Historia da Ciência da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Zaragoza.

### **Carlos Guardado da Silva**

Doutor em História Medieval pela Universidade de Lisboa. Professor e Coordenador do Programa de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Clássicos. Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM).

### **Carmen Matos Abreu**

Doutora em Literatura Portuguesa. Mestre em Literatura Comparada Francesa-Inglesa. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Francês/Inglês, todos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM - U.Porto e do G-Acervos - UFBA.

### **Caroline Isabele Casaes de Carvalho**

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-graduada em Psicologia Organizacional pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia. Secretária Executiva da Faculdade de Medicina da Bahia - UFBA.

### **Elisa Cerveira**

Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais. Licenciada em História pela Universidade do Porto. Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Diretora do Curso de Licenciatura em Ciência da Informação da U. Porto. Investigadora do CITCEM - U.Porto

### **Elizabeth Oliva-Díaz de Arce**

Doutoranda e Mestre em Sistemas de Información Digital pela Universidad de Salamanca, Espanha. Licenciada en Ciencias da

Informação pela Universidad de Havana, Cuba. Arquivista e Gestora documental.

**Flávio Leal da Silva**

Doutor e Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor do Departamento de Arquivologia - UNIRIO. Diretor da Escola de Arquivologia da UNIRIO. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED/UFRJ).

**Francisco Carlos Paletta**

Doutor em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP) e em Ciência da Informação pela Universidade Carlos III de Madrid. Professor e Pesquisador da Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Informação e Cultura.

**Hildenise Ferreira Novo**

Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.

**Isabel Maria Fernandes**

Doutora em Idade Contemporânea pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Diretora do Museu de Alberto Sampaio, Paço dos Duques. Direção Regional de Cultura do Norte - DRCN. Portugal.

**José Antonio Moreira Gonzàlez**

Doutor em História e Licenciado em Filosofia e Letras pela Faculdade de Geografia e História da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Professor Catedrático da Universidad Carlos III de Madrid.

**José Carlos Sales dos Santos**

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência

da Informação (PPGCI/UFBA). Membro da Liga Acadêmica Multidisciplinar com enfoque em Saúde Mental (LAMESAM)

### **José Cláudio Alves de Oliveira**

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor do Departamento de Museologia da UFBA e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e em Museologia da UFBA.

### **Lidia Maria Batista Brandão Toutain**

Doutora em Filosofia pela Universidad de León - Espanha. Mestre em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Recebeu o título de Cavaleiro da Ordem do Mérito do Estado da Bahia e a Medalha Maria Quitéria pela Câmara Municipal de Salvador/BA.

### **Luís Farinha**

Doutor em História Política e Institucional do século XX e Mestre em História Contemporânea pela Universidade NOVA de Lisboa. Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Professor da Escola Secundária de Odivelas. Investigador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

### **Maria Amélia Teixeira da Silva**

Doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Investigação Forense e Perícia Criminal pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPB.

### **Maria Beatriz Marques**

Doutora em Ciência Documentais pela Universidade de Coimbra. Pós-Graduada em Ciências Documentais (opção de Arquivo e de Biblioteca) e Licenciada em História pela Universidade do Porto. Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora do CITCEM - Universidade do Porto.

**Maria da Consolação Policarpo**

Licenciada em Educação Artística e em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Paraíba. Investigadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

**María Manuela Moro Cabero**

Doutora em História pela Universidade de Salamanca. Professora de Graduação e Pós-Graduação na Universidade de Salamanca e da Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Diretora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Salamanca.

**Nuno Francisco Machado**

Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, programa conjunto entre a Universidade do Porto e a Universidade de Aveiro. Mestre em História e Património pela Universidade do Porto. Investigador do CITCEM - Universidade do Porto..

**Nuno Medeiros**

Doutor em Sociologia da Cultura. Mestre em Sociologia Histórica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Sociologia. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do CECComp/U.Lisboa e do Instituto de História Contemporânea da Universidade NOVA de Lisboa.

**Paula Sequeiros**

Doutora em Sociologia pela Universidade do Porto. Mestre em Sociedade da Informação e do Conhecimento pela Universitat Oberta de Catalunya. Licenciada em História pela Universidade do Porto. Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Membro da enLeio, Rede de investigação Bibliotecas, Políticas, Leitura.

**Ronieli Victor da Silva**

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Arquivista do Conselho Regional de Administração da Paraíba-CRA/PB. Investigador no Museu Casa de Cultura Hermano José - UFPB. Integrante do GECIMP/UFPB.

**Salim Silva Souza**

Doutorando em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Coordenador do GEPHIBES/IFS. Editor-chefe da Revista Fontes Documentais. Investigador do G-Acervos (UFBA), GREPHES (UFS) e PLENA (UFS). Escritor.

**Zeny Duarte**

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Graduação em Restauration des Photographies pelo Musee Carnavalet, França e em Arquivologia pelo Arquivo Nacional da França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Bacharelado em Biblioteconomia EAD da UFBA. Investigadora do CITCEM - Universidade do Porto. Líder do G-Acervos/UFBA. Escritora.

Nas últimas décadas, a interdisciplinaridade emergiu como uma abordagem vital na busca por soluções para os desafios complexos enfrentados pela sociedade contemporânea. No contexto das unidades de informação, documentação e cultura, essa abordagem se revela ainda mais relevante, refletindo a necessidade de colaboração e sinergia entre diversas disciplinas para alcançar uma compreensão holística e eficaz.

Este livro traz uma coleção de ensaios e estudos que investigam as conexões entre diversos campos de estudo, como a Ciência da Informação, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Cada capítulo oferece uma perspectiva única e inovadora sobre como as unidades de informação e documentação podem se integrar de maneira mais eficiente à cultura e à sociedade em geral.

Escrito por especialistas renomados em seus respectivos campos, este livro serve como um ponto de partida para um diálogo interdisciplinar frutífero e inspirador. Seja você um profissional da área da informação em busca de novas perspectivas, um estudante interessado em explorar as fronteiras entre disciplinas, ou, simplesmente um curioso ávido por conhecimento, esta coletânea oferece uma visão abrangente e estimulante sobre o papel crucial das unidades de informação, documentação e cultura em nossa sociedade contemporânea.

Prepare-se para mergulhar em um mundo de ideias inovadoras, debates estimulantes e descobertas surpreendentes. Este livro desafia as fronteiras convencionais do conhecimento e convida você a se juntar a nós em uma jornada rumo a novos horizontes interdisciplinares.

ISBN 978-658549804-3



9

786585

498043



### Zeny Duarte

Professora Titular - Catedrática da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCI/UFBA) e do curso EAD de Biblioteconomia (SEAD/UFBA). Doutora em Letras (UFBA). Pós-Doutora em Ciência da Informação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto (Uporto). Pesquisadora dos Centros de P&D: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM/FLUP/U-PORTO); Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP/PPGCI/UFPB/CNPq); Líder do Grupo de Pesquisa Memória, Patrimônio, Cultura, Informação e Plataformas Digitais (G-ACERVOS - UFBA/CNPq).



### José Carlos Sales dos Santos

Professor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, ministrando componentes curriculares nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia

e Documentação, assim como nos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela UFBA. Especialista em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada (NPGA/EAUFBA) e graduado em Biblioteconomia e Documentação e graduando em Psicologia pela Universidade Salvador (Unifacs). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Práticas em Psicologia e Ciência da Informação (LAPCI/UFBA/CNPq). Escritor de livros, artigos e poemas.



### Salim Silva Souza

Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pós-Graduado em Teologia pela Universidade de São Caetano do Sul e em Gestão Escolar: Pedagogia institucional pela Faculdade São Luiz de França. Bacharel/Licenciado em Biblioteconomia e Documentação pela UFBA. Editor-Chefe da Revista Fontes Documentais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior do Estado de Sergipe (GEPHIBES/IFS/CNPq). Membro da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Escritor e organizador de livros.